ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 85

Brasília - DF, quinta-feira, 5 de maio de 2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 4
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 7
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 9
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 12
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 15
Ministério da Integração Nacional 45
Ministério da Justiça 46
Ministério da Saúde 50
Ministério das Cidades 69
Ministério das Comunicações 69
Ministério das Relações Exteriores 73
Ministério de Minas e Energia 73
Ministério do Desenvolvimento Agrário 83
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 91
Ministério do Esporte 91
Ministério do Meio Ambiente 92
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 94
Ministério do Trabalho e Previdência Social 96
Ministério dos Transportes 98
Ministério Público da União 99
Tribunal de Contas da União 107
Poder Legislativo 108
Poder Judiciário 108
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais. 110

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.281, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. .....

.....

VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados;

.....

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização." (NR)

"Art. 19. .....

.....

XIII - coordenar a administração do registro das infrações de trânsito, da pontuação e das penalidades aplicadas no prontuário do infrator, da arrecadação de multas e do repasse de que trata o § 1º do art. 320;

.....

XXX - organizar e manter o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf).

.....

§ 4º (VETADO)." (NR)

"Art. 24. .....

.....

VI - executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;

....." (NR)

"Art. 29. .....

.....

XIII - (VETADO).

....." (NR)

"Art. 61.....

§ 1º .....

.....

II - .....

a) nas rodovias de pista dupla:

1. 110 km/h (cento e dez quilômetros por hora) para automóveis, camionetas e motocicletas;

2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos;

3. (revogado);

b) nas rodovias de pista simples:

1. 100 km/h (cem quilômetros por hora) para automóveis, camionetas e motocicletas;

2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos;

c) nas estradas: 60 km/h (sessenta quilômetros por hora).

....." (NR)

"Art. 77-E.....

.....

III - multa de R$ 1.627,00 (mil, seiscentos e vinte e sete reais) a R$ 8.135,00 (oito mil, cento e trinta e cinco reais), cobrada do dobro até o quíntuplo em caso de reincidência.

....." (NR)

"Art. 80. .....

.....

§ 3º A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é de seu proprietário." (NR)

"Art. 95. .....

.....

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo será punido com multa de R$ 81,35 (oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) a R$ 488,10 (quatrocentos e oitenta e oito reais e dez centavos), independentemente das cominações cíveis e penais cabíveis, além de multa diária no mesmo valor até a regularização da situação, a partir do prazo final concedido pela autoridade de trânsito, levando-se em consideração a dimensão da obra ou do evento e o prejuízo causado ao trânsito.

....." (NR)

"Art. 100. .....

§ 1º Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos.

§ 2º O Contran regulamentará o uso de pneus extralargos para os demais veículos.

§ 3º É permitida a fabricação de veículos de transporte de passageiros de até 15 m (quinze metros) de comprimento na configuração de chassi 8x2." (NR)

"Art. 104. .....

.....

§ 6º Estarão isentos da inspeção de que trata o **caput**, durante 3 (três) anos a partir do primeiro licenciamento, os veículos novos classificados na categoria particular, com capacidade para até 7 (sete) passageiros, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

§ 7º Para os demais veículos novos, o período de que trata o § 6º será de 2 (dois) anos, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta." (NR)

"Art. 115. .....

.....

§ 9º As placas que possuírem tecnologia que permita a identificação do veículo ao qual estão atreladas são dispensadas da utilização do lacre previsto no **caput**, na forma a ser regulamentada pelo Contran." (NR)

"Art. 119. .....

§ 1º Os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao ressarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão.

§ 2º Os veículos que saírem do território nacional sem o cumprimento do disposto no § 1º e que posteriormente forem flagrados tentando ingressar ou já em circulação no território nacional serão retidos até a regularização da situação." (NR)

"Art. 133. .....

Parágrafo único. O porte será dispensado quando, no momento da fiscalização, for possível ter acesso ao devido sistema informatizado para verificar se o veículo está licenciado." (NR)

"Art. 152. O exame de direção veicular será realizado perante comissão integrada por 3 (três) membros designados pelo dirigente do órgão executivo local de trânsito.

.....

§ 2º Os militares das Forças Armadas e os policiais e bombeiros dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal que possuírem curso de formação de condutor ministrado em suas corporações serão dispensados, para a concessão do documento de habilitação, dos exames aos quais se houverem submetido com aprovação naquele curso, desde que neles sejam observadas as normas estabelecidas pelo Contran.

§ 3º O militar, o policial ou o bombeiro militar interessado na dispensa de que trata o § 2º instruirá seu requerimento com ofício do comandante, chefe ou diretor da unidade administrativa onde prestar serviço, do qual constarão o número do registro de identificação, naturalidade, nome, filiação, idade e categoria em que se habilitou a conduzir, acompanhado de cópia das atas dos exames prestados.

....." (NR)

"Art. 162.....

I - sem possuir Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes);

Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

II - com Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor cassada ou com suspensão do direito de dirigir:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes);

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

III - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (duas vezes);

Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

....." (NR)

"Art. 181.....

.....

XX - nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo.

....." (NR)

"Art. 231.....

.....

V - .....

.....

a) até 600 kg (seiscentos quilogramas) - R$ 5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos);

b) de 601 (seiscentos e um) a 800 kg (oitocentos quilogramas) - R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos);

c) de 801 (oitocentos e um) a 1.000 kg (mil quilogramas) - R$ 21,28 (vinte e um reais e vinte e oito centavos);

d) de 1.001 (mil e um) a 3.000 kg (três mil quilogramas) - R$ 31,92 (trinta e um reais e noventa e dois centavos);

e) de 3.001 (três mil e um) a 5.000 kg (cinco mil quilogramas) - R$ 42,56 (quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos);

f) acima de 5.001 kg (cinco mil e um quilogramas) - R$ 53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos);

....." (NR)

"Art. 252.....

.....

Parágrafo único. A hipótese prevista no inciso V caracterizar-se-á como infração gravíssima no caso de o condutor estar segurando ou manuseando telefone celular." (NR)

"Art. 258.....

I - infração de natureza gravíssima, punida com multa no valor de R$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos);

II - infração de natureza grave, punida com multa no valor de R$ 195,23 (cento e noventa e cinco reais e vinte e três centavos);

III - infração de natureza média, punida com multa no valor de R$ 130,16 (cento e trinta reais e dezesseis centavos);

IV - infração de natureza leve, punida com multa no valor de R$ 88,38 (oitenta e oito reais e trinta e oito centavos).

§ 1º (Revogado).

....." (NR)

"Art. 261. A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos seguintes casos:

I - sempre que o infrator atingir a contagem de 20 (vinte) pontos, no período de 12 (doze) meses, conforme a pontuação prevista no art. 259;

II - por transgressão às normas estabelecidas neste Código, cujas infrações preveem, de forma específica, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

§ 1º Os prazos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir são os seguintes:

I - no caso do inciso I do **caput**: de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) meses a 2 (dois) anos;

II - no caso do inciso II do **caput**: de 2 (dois) a 8 (oito) meses, exceto para as infrações com prazo descrito no dispositivo infracional, e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) a 18 (dezoito) meses, respeitado o disposto no inciso II do art. 263.

.....

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria C, D ou E, poderá optar por participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 1 (um) ano, atingir 14 (quatorze) pontos, conforme regulamentação do Contran.

.....

§ 7º O motorista que optar pelo curso previsto no § 5º não poderá fazer nova opção no período de 12 (doze) meses.

.....

§ 9º Incorrerá na infração prevista no inciso II do art. 162 o condutor que, notificado da penalidade de que trata este artigo, dirigir veículo automotor em via pública.

§ 10. O processo de suspensão do direito de dirigir referente ao inciso II do **caput** deste artigo deverá ser instaurado concomitantemente com o processo de aplicação da penalidade de multa.

§ 11. O Contran regulamentará as disposições deste artigo." (NR)

"Art. 270.....

.....

§ 4º Não se apresentando condutor habilitado no local da infração, o veículo será removido a depósito, aplicando-se neste caso o disposto no art. 271.

....." (NR)

"Art. 277.....

.....

§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165-A deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no **caput** deste artigo." (NR)

"Art. 284.....

§ 1º Caso o infrator opte pelo sistema de notificação eletrônica, se disponível, conforme regulamentação do Contran, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, poderá efetuar o pagamento da multa por 60% (sessenta por cento) do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa.

§ 2º O recolhimento do valor da multa não implica renúncia ao questionamento administrativo, que pode ser realizado a qualquer momento, respeitado o disposto no § 1º.

§ 3º Não incidirá cobrança moratória e não poderá ser aplicada qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, enquanto não for encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

§ 4º Encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades, a multa não paga até o vencimento será acrescida de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado." (NR)

"Art. 290. Implicam encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades:

I - o julgamento do recurso de que tratam os arts. 288 e 289;

II - a não interposição do recurso no prazo legal; e

III - o pagamento da multa, com reconhecimento da infração e requerimento de encerramento do processo na fase em que se encontra, sem apresentação de defesa ou recurso.

....." (NR)

"Art. 320.....

§ 1º .....

§ 2º O órgão responsável deverá publicar, anualmente, na rede mundial de computadores (internet), dados sobre a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito e sua destinação." (NR)

"Art. 325. As repartições de trânsito conservarão por, no mínimo, 5 (cinco) anos os documentos relativos à habilitação de condutores, ao registro e ao licenciamento de veículos e aos autos de infração de trânsito.

§ 1º Os documentos previstos no **caput** poderão ser gerados e tramitados eletronicamente, bem como arquivados e armazenados em meio digital, desde que assegurada a autenticidade, a fidedignidade, a confiabilidade e a segurança das informações, e serão válidos para todos os efeitos legais, sendo dispensada, nesse caso, a sua guarda física.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Substituta

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

§ 2º O Contran regulamentará a geração, a tramitação, o arquivamento, o armazenamento e a eliminação de documentos eletrônicos e físicos gerados em decorrência da aplicação das disposições deste Código.

§ 3º Na hipótese prevista nos §§ 1º e 2º, o sistema deverá ser certificado digitalmente, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)." (NR)

"Art. 328.....
.....

§ 14. Se identificada a existência de restrição policial ou judicial sobre o prontuário do veículo, a autoridade responsável pela restrição será notificada para a retirada do bem do depósito, mediante a quitação das despesas com remoção e estada, ou para a autorização do leilão nos termos deste artigo.

§ 15. Se no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação de que trata o § 14, não houver manifestação da autoridade responsável pela restrição judicial ou policial, estará o órgão de trânsito autorizado a promover o leilão do veículo nos termos deste artigo.

§ 16. Os veículos, sucatas e materiais inservíveis de bens automotores que se encontrarem nos depósitos há mais de 1 (um) ano poderão ser destinados à reciclagem, independentemente da existência de restrições sobre o veículo.

§ 17. O procedimento de hasta pública na hipótese do § 16 será realizado por lote de tonelagem de material ferroso, observando-se, no que couber, o disposto neste artigo, condicionando-se a entrega do material arrematado aos procedimentos necessários à descaracterização total do bem e à destinação exclusiva, ambientalmente adequada, à reciclagem siderúrgica, vedado qualquer aproveitamento de peças e partes.

§ 18. Os veículos sinistrados irrecuperáveis queimados, adulterados ou estrangeiros, bem como aqueles sem possibilidade de regularização perante o órgão de trânsito, serão destinados à reciclagem, independentemente do período em que estejam em depósito, respeitado o prazo previsto no **caput** deste artigo, sempre que a autoridade responsável pelo leilão julgar ser essa a medida apropriada." (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 165-A, 282-A, 312-A e 319-A:

"Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270.

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no **caput** em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses."

"Art. 282-A. O proprietário do veículo ou o condutor autuado poderá optar por ser notificado por meio eletrônico se o órgão do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela autuação oferecer essa opção.

§ 1º O proprietário ou o condutor autuado que optar pela notificação por meio eletrônico deverá manter seu cadastro atualizado no órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

§ 2º Na hipótese de notificação por meio eletrônico, o proprietário ou o condutor autuado será considerado notificado 30 (trinta) dias após a inclusão da informação no sistema eletrônico.

§ 3º O sistema previsto no **caput** será certificado digitalmente, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)."

"Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 deste Código, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades:

I - trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito;

II - trabalho em unidades de pronto-socorro de hospitais da rede pública que recebem vítimas de acidente de trânsito e politraumatizados;

III - trabalho em clínicas ou instituições especializadas na recuperação de acidentados de trânsito;

IV - outras atividades relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito."

"Art. 319-A. Os valores de multas constantes deste Código poderão ser corrigidos monetariamente pelo Contran, respeitado o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior.

Parágrafo único. Os novos valores decorrentes do disposto no **caput** serão divulgados pelo Contran com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência de sua aplicação."

Art. 3º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 253-A. Usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa - remoção do veículo.

§ 1º Aplica-se a multa agravada em 60 (sessenta) vezes aos organizadores da conduta prevista no caput.

§ 2º Aplica-se em dobro a multa em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses.

§ 3º As penalidades são aplicáveis a pessoas físicas ou jurídicas que incorram na infração, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via restabelecer de imediato, se possível, as condições de normalidade para a circulação na via."

"Art. 254. .....
.....

VII - (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO)." (NR)

"Art. 271.....
.....

§ 3º Se o reparo referido no § 2º demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, na forma transportada, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação.

§ 4º Os serviços de remoção, depósito e guarda de veículo poderão ser realizados por órgão público, diretamente, ou por particular contratado por licitação pública, sendo o proprietário do veículo o responsável pelo pagamento dos custos desses serviços.

.....

§ 6º Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento da remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da remoção, deverá expedir ao proprietário a notificação prevista no § 5º, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, e, caso reste frustrada, a notificação poderá ser feita por edital.

.....

§ 10. O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral, contado em dias, em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de 6 (seis) meses.

§ 11. Os custos dos serviços de remoção e estada prestados por particulares poderão ser pagos pelo proprietário diretamente ao contratado.

§ 12. O disposto no § 11 não afasta a possibilidade de o respectivo ente da Federação estabelecer a cobrança por meio de taxa instituída em lei.

§ 13. No caso de o proprietário do veículo objeto do recolhimento comprovar, administrativa ou judicialmente, que o recolhimento foi indevido ou que houve abuso no período de retenção em depósito, é da responsabilidade do ente público a devolução das quantias pagas por força deste artigo, segundo os mesmos critérios da devolução de multas indevidas." (NR)

"Art. 320-A. Os órgãos e as entidades do Sistema Nacional de Trânsito poderão integrar-se para a ampliação e o aprimoramento da fiscalização de trânsito, inclusive por meio do compartilhamento da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito."

Art. 4º É concedida anistia às multas e sanções previstas no art. 253-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, aplicadas, até a data de entrada em vigor desta Lei, aos caminhoneiros participantes das manifestações iniciadas no dia 9 de novembro de 2015.

Art. 5º O § 3º do art. 47 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47.....
.....

§ 3º A utilização indevida das vagas de que trata este artigo sujeita os infratores às sanções previstas no inciso XX do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
....." (NR)

Art. 6º Revogam-se o inciso IV do art. 256, o § 1º do art. 258, o art. 262 e o § 2º do art. 302, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor:

I - na data de sua publicação, em relação aos arts. 3º e 4º; e

II - após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, em relação aos demais artigos.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Eugênio José Guilherme de Aragão
Inês da Silva Magalhães

LEI Nº 13.282, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos de juízes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas duas varas federais na jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a serem instaladas no Município de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º As varas de que trata este artigo serão implantadas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, observada a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Cabe ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a competência das varas criadas por esta Lei, de acordo com as necessidades locais.

Art. 2º São criados os cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, os cargos efetivos e em comissão e as funções comissionadas na forma do Anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de primeiro grau.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Eugênio José Guilherme de Aragão
Valdir Moysés Simão

ANEXO
(Art. 2º da Lei nº 13.282, de 4 de maio de 2016)

CARGOS DE JUIZ FEDERAL	
CARGOS	QUANTIDADE
Juiz Federal	2
Juiz Federal Substituto	2
TOTAL	4

CARGOS EFETIVOS	
CARGOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	26
Técnico Judiciário	8
TOTAL	34

CARGOS EM COMISSÃO	
CARGOS	QUANTIDADE
CJ-3	2
TOTAL	2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNÇÕES COMISSIONADAS	
FUNÇÕES	QUANTIDADE
FC-5	20
FC-3	2
FC-2	4
TOTAL	26

LEI Nº 13.283, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada uma vara federal na jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a ser instalada no Município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A vara de que trata este artigo, com os respectivos cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas, será implantada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, observada a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 2º Cabe ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a competência da vara criada por esta Lei, de acordo com as necessidades locais.

Art. 3º São acrescidos aos quadros de juízes e de servidores da justiça federal de primeiro grau da 4ª Região os cargos e as funções constantes do Anexo desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de primeiro grau.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Eugênio José Guilherme de Aragão
Valdir Moysés Simão

ANEXO
(Art. 3º da Lei nº 13.283, de 4 de maio de 2016)

QUADRO DE PESSOAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CARGOS DE JUIZ	
CARGOS	QUANTIDADE
Juiz Federal	1
Juiz Federal Substituto	1
TOTAL	2

CARGOS EFETIVOS	
CARGOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	13
Técnico Judiciário	4
TOTAL	17

CARGOS EM COMISSÃO	
CARGOS/NÍVEL	QUANTIDADE
CJ-3	1
TOTAL	1

FUNÇÕES COMISSIONADAS	
FUNÇÃO/NÍVEL	QUANTIDADE
FC-5	7
FC-3	3
FC-2	3
TOTAL	13

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 717**, de 16 de março de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 4 de maio de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 718**, de 16 de março de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no dia 17 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 4 de maio de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 724, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 82-A. Ficam estendidos até 5 de maio de 2017 os prazos para inscrição no CAR e para adesão ao PRA, previstos, respectivamente, nos art. 29, § 3º, e art. 59, § 2º, exclusivamente para os proprietários e possuidores de imóveis rurais a que se referem o art. 3º, **caput**, inciso V, e parágrafo único, e que se enquadrem nos dispositivos do Capítulo XIII." (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Izabella Mônica Vieira Teixeira

DECRETO Nº 8.739, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera o Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, no que se refere à avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e altera o Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, que regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....
.....

§ 6º O GTRTF deverá apresentar Relatório Final de seus trabalhos para o Ministro de Estado dos Transportes, com cópia para o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a vocação logística dos imóveis não operacionais, de forma fundamentada, no prazo de vinte e quatro meses, contado da data da manifestação final da Secretaria de Patrimônio da União a que se refere o **caput** do art. 4º." (NR)

Art. 2º O Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....

§ 3º Os cargos em comissão referidos na alínea "b" do inciso III do **caput** e no inciso IV do **caput** serão extintos até sete dias após a data de apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho da Reserva Técnica Ferroviária, limitado a até 17 de abril de 2017, situação que enseja a exoneração automática de seus ocupantes." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 4º do art. 4º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antônio Carlos Rodrigues
Valdir Moysés Simão

DECRETO Nº 8.740, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e no Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23-A. O estabelecimento contratante cujas peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas, além de poderem ministrá-las exclusivamente nas entidades qualificadas em formação técnico profissional, poderão requerer junto à respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Previdência Social a assinatura de termo de compromisso para o cumprimento da cota em entidade concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social definir:

I - os setores da economia em que a aula prática poderá se dar nas entidades concedentes; e

II - o processamento do pedido de assinatura de termo de compromisso.

§ 2º Consideram-se entidades concedentes da experiência prática do aprendiz:

I - órgãos públicos;

II - organizações da sociedade civil, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e

III - unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase.

§ 3º Firmado o termo de compromisso com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o estabelecimento contratante e a entidade qualificada por ele já contratada deverão firmar conjuntamente parceria com uma das entidades concedentes para a realização das aulas práticas.

§ 4º Caberá à entidade qualificada o acompanhamento pedagógico da etapa prática.

§ 5º A seleção de aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no portal eletrônico Mais Emprego e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;

II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;

III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;

IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;

V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;

VI - jovens e adolescentes com deficiência;

VII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,

VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

§ 6º Os percentuais a serem cumpridos na forma alternativa e no sistema regular deverão constar do termo de compromisso firmado com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, com vistas ao adimplemento integral da cota de aprendizagem, observados, em todos os casos, os limites previstos na Seção IV do Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho e a contratação do percentual mínimo no sistema regular," (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miguel Rossetto

DECRETO Nª 8.741, DE 4 DE MAIO DE 2016

Revoga o Decreto nº 3.210, de 14 de outubro de 1999, e o Decreto nº 3.817, de 14 de maio de 2001, que dispõem sobre a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - Ciscomis.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1ª Ficam revogados:

I - o Decreto nª 3.210, de 14 de outubro de 1999; e

II - o Decreto nª 3.817, de 14 de maio de 2001.

Art. 2ª Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São consideradas válidas as cópias dos atos notariais e de registro civil escriturados nos livros do serviço consular brasileiro, quando a elas estiver aposta a etiqueta ou a folha de segurança da repartição consular emitente, que leva o nome e a assinatura da autoridade consular brasileira responsável.

§ 1º As assinaturas originais das autoridades consulares brasileiras têm validade em todo o

território nacional, ficando dispensada sua legalização.

§ 2º São considerados autoridades consulares brasileiras os servidores do Serviço Exterior Brasileiro no exercício dos seguintes cargos:

I - Cônsul-Geral;

II - Cônsul-Geral Adjunto;

III - Cônsul;

IV - Cônsul-Adjunto;

V - Vice-Cônsul; e

VI - Encarregados de Negócios, Encarregados dos Arquivos das Embaixadas, Encarregados de Consulados-Gerais, Encarregados de Vice-Consulados, Chefes de Setor Consular das Embaixadas, Terceiros, Segundos e Primeiros Secretários, Conselheiros, Ministros-Conselheiros e Embaixadores, quando no exercício de função consular em Missões Diplomáticas ou Representações Consulares.

Art. 2º Em caso de dúvidas quanto à autenticidade ou validade dos atos emitidos pelas autoridades consulares brasileiras supracitadas, as consultas poderão ser dirigidas diretamente aos Consulados e às Embaixadas brasileiras que escrituraram esses atos em seus livros.

Art. 3º As etiquetas e as folhas de segurança emitidas pelas repartições consulares poderão trazer o nome e o cargo da autoridade consular brasileira responsável por sua emissão com ou sem a sua assinatura, sempre que a autenticidade e a validade do documento possam ser comprovadas eletronicamente.

Art. 4º Ficam dispensados de legalização consular, para terem efeito no Brasil, os documentos expedidos por autoridades estrangeiras encaminhados por via diplomática ao Governo brasileiro.

Art. 5º Ficam igualmente dispensados de legalização consular os documentos expedidos por países com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado acordos bilaterais ou multilaterais de simplificação ou dispensa do processo de legalização de documentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 84.451, 31 de janeiro de 1980.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Eugênio José Guilherme de Aragão
Mauro Luiz Iecker Vieira
Valdir Moysés Simão

DECRETO Nº 8.743, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV e inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O Consea será composto por sessenta e três membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

§ 1º A representação governamental do Consea será exercida pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Fazenda;

VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - Ministério da Educação;

VIII - Ministério da Cultura;

IX - Ministério do Trabalho e Previdência Social;

X - Ministério da Saúde;

XI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XII - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

XIII - Ministério do Meio Ambiente;

XIV - Ministério da Integração Nacional;

XV - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

XVI - Ministério das Cidades;

XVII - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;

XVIII - Secretaria de Governo da Presidência da República;

XIX - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

XX - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e

XXI - Secretaria Especial de Direitos Humanos.

.....

§ 3° Poderão compor o Consea, na qualidade de observadores, representantes de conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, de autarquias federais, de agências reguladoras federais, de empresas públicas federais, de organizações não governamentais, de associações empresariais, de frentes parlamentares, de fundações privadas, de entidades privadas sem fins lucrativos e de outros tipos de organizações afins, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do Consea, e designados por meio de Resolução do Conselho." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Tereza Campello

DECRETO DE 4 DE MAIO DE 2016

Define a área do Porto Organizado de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013,

D E C R E T A :

Art. 1º A área do Porto Organizado de Porto Velho, no Estado de Rondônia, é definida pelo polígono cujos vértices são identificados pelas coordenadas geodésicas discriminadas no Anexo, referenciadas no sistema SIRGAS 2000.

§ 1º A área do Porto Organizado compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto, bem público construído e aparelhado para atender as necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição da autoridade portuária.

§ 2º Os imóveis sob a gestão da autoridade portuária contidos na área do Porto Organizado são inalienáveis e não se sujeitam a usucapião, na forma dos art. 100 e art. 102 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e impenhoráveis, na forma do art. 833, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 2º A autoridade portuária do Porto Organizado de Porto Velho deverá disponibilizar ao público, em seu endereço eletrônico, planta do polígono referido no art. 1º, que terá identificados os limites da área do porto e de suas vizinhanças.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Maurício Muniz Barretto de Carvalho

ANEXO

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	**Longitude**
1	-8,750036°	-63,913850°
2	-8,751608°	-63,921572°
3	-8,739853°	-63,924769°
4	-8,743017°	-63,917825°
5	-8,743072°	-63,917289°
6	-8,743617°	-63,916889°
7	-8,743817°	-63,916397°
8	-8,743564°	-63,916044°
9	-8,743872°	-63,915725°
10	-8,743936°	-63,915500°
11	-8,744344°	-63,915392°
12	-8,744678°	-63,915336°
13	-8,745258°	-63,915283°
14	-8,745836°	-63,915203°
15	-8,745936°	-63,915267°
16	-8,746436°	-63,914594°

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera o Decreto de 16 de junho de 2010 que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 1º e art.2º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e na Resolução nº 1, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto de 16 de junho de 2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criada a Zona de Processamento de Exportação de Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, numa área total de 6.182,44 hectares, a seguir descrita.

Parágrafo único. Inicia-se o perímetro partindo-se do vértice Z-01, com coordenadas 513378 Leste e 9591571 Norte, deste com azimute 289°7'19" e desenvolvimento de 1792,17m, chega-se ao vértice Z-02, com coordenadas 511685 Leste e 9592158 Norte, deste com azimute 292°57'46" e desenvolvimento de 517,82m, chega-se ao vértice Z-03, com coordenadas 511208 Leste e 9592360 Norte, deste com azimute 277°32'11" e desenvolvimento de 573,29m, chega-se ao vértice Z-04, com coordenadas 510640 Leste e 9592436 Norte, deste com azimute 285°18'15" e desenvolvimento de 855,64m, chega-se ao vértice Z-05, com coordenadas 509815 Leste e 9592662 Norte, deste com azimute 16°49'24" e desenvolvimento de 778,8m, chega-se ao vértice Z-06, com coordenadas 510040 Leste e 9593407 Norte, deste com azimute 21°5'14" e desenvolvimento de 184,11m, chega-se ao vértice Z-07, com coordenadas 510106 Leste e 9593579 Norte, deste com azimute 6°26'3" e desenvolvimento de 313,76m, chega-se ao vértice Z-08, com coordenadas 510141 Leste e 9593891 Norte, deste com azimute 358°15'40" e desenvolvimento de 332,53m, chega-se ao vértice Z-09, com coordenadas 510131 Leste e 9594223 Norte, deste com azimute 9°14'41" e desenvolvimento de 282,6m, chega-se ao vértice Z-10, com coordenadas 510177 Leste e 9594502 Norte, deste com azimute 354°49'49" e desenvolvimento de 196,66m, chega-se ao vértice Z-11, com coordenadas 510159 Leste e 9594698 Norte, deste com azimute 8°13'48" e desenvolvimento de 956,72m, chega-se ao vértice Z-12, com coordenadas 510296 Leste e 9595645 Norte, deste com azimute 349°51'38" e desenvolvimento de 544,86m, chega-se ao vértice Z-13, com coordenadas 510200 Leste e 9596181 Norte, deste com azimute 356°23'42" e desenvolvimento de 109,74m, chega-se ao vértice Z-14, com coordenadas 510193 Leste e 9596290 Norte, deste com azimute 17°56'34" e desenvolvimento de 148,34m, chega-se ao vértice Z-15, com coordenadas 510239 Leste e 9596432 Norte, deste com azimute 31°0'38" e desenvolvimento de 301,07m, chega-se ao vértice Z-16, com coordenadas 510394 Leste e 9596690 Norte, deste com azimute 21°23'49" e desenvolvimento de 254,15m, chega-se ao vértice Z-17, com coordenadas 510487 Leste e 9596926 Norte, deste com azimute 13°13'7" e desenvolvimento de 540,79m, chega-se ao vértice Z-18, com coordenadas 510610 Leste e 9597453 Norte, deste com azimute 6°1'54" e desenvolvimento de 581,76m, chega-se ao vértice Z-19, com coordenadas 510671 Leste e 9598031 Norte, deste com azimute 24°57'30" e desenvolvimento de 617,86m, chega-se ao vértice Z-20, com coordenadas 510932 Leste e 9598591 Norte, deste com azimute 12°11'35" e desenvolvimento de 201,79m, chega-se ao vértice Z-21, com coordenadas 510975 Leste e 9598789 Norte, deste com azimute 90°0'0" e desenvolvimento de 602.51m, chega-se ao vértice Z-22, com coordenadas 511577 Leste e 9598789 Norte, deste com azimute 40°15'10" e desenvolvimento de 853,12m, chega-se ao vértice Z-23, com coordenadas 512128 Leste e 9599440 Norte, deste com azimute 90°0'0" e desenvolvimento de 1119,76m, chega-se ao vértice Z-24, com coordenadas 513248 Leste e 9599440 Norte, deste com azimute 180°0'0" e desenvolvimento de 497,3m, chega-se ao vértice Z-25, com coordenadas 513248 Leste e 9598942 Norte, deste com azimute 90°0'0" e desenvolvimento de 374,81m, chega-se ao vértice Z-26, com coordenadas 513623 Leste e 9598942 Norte, deste com azimute 30°19'14" e desenvolvimento de 1058,58m, chega-se ao vértice Z-27, com coordenadas 514157 Leste e 9599856 Norte, deste com azimute 90°5'29" e desenvolvimento de 356,83m, chega-se ao vértice Z-28, com coordenadas 514514 Leste e 9599856 Norte, deste com azimute 25°11'44" e desenvolvimento de 546,74m, chega-se ao vértice Z-29, com coordenadas 514747 Leste e 9600350 Norte, deste com azimute 14°36'27" e desenvolvimento de 871,58m, chega-se ao vértice Z-30, com coordenadas 514967 Leste e 9601194 Norte, deste com azimute 329°27'18" e desenvolvimento de 92,91m, chega-se ao vértice Z-31, com coordenadas 514920 Leste e 9601274 Norte, deste com azimute 334°25'25" e desenvolvimento de 572,58m, chega-se ao vértice Z-32, com coordenadas 514672 Leste e 9601790 Norte, deste com azimute 334°8'18" e desenvolvimento de 477,95m, chega-se ao vértice Z-33, com coordenadas 514464 Leste e 9602220 Norte, deste com azimute 331°4'46" e desenvolvimento de 174,09m, chega-se ao vértice Z-34, com coordenadas 514380 Leste e 9602373 Norte, deste com azimute 317°40'17" e desenvolvimento de 154,9m, chega-se ao vértice Z-35, com coordenadas 514275 Leste e 9602487 Norte, deste com azimute 309°34'18" e desenvolvimento de 196,96m, chega-se ao vértice Z-36, com coordenadas 514124 Leste e 9602613 Norte, deste com azimute 9°1'34" e desenvolvimento de 3275,81m, chega-se ao vértice Z-37, com coordenadas 514638 Leste e 9605848 Norte, deste com azimute 89°36'1" e desenvolvimento de 1467.81m, chega-se ao vértice Z-38, com coordenadas 516105 Leste e 9605858 Norte, deste com azimute 108°51'46" e desenvolvimento de 196,97m, chega-se ao vértice Z-39, com coordenadas 516292 Leste e 9605795 Norte, deste com azimute 109°43'49" e desenvolvimento de 232,77m, chega-se ao vértice Z-40, com coordenadas 516511 Leste e 9605716 Norte, deste com azimute 116°1'22" e desenvolvimento de 298,61m, chega-se ao vértice Z-41, com coordenadas 516779 Leste e 9605585 Norte, deste com azimute 119°15'43" e desenvolvimento de 335,59m, chega-se ao vértice Z-42, com coordenadas 517072 Leste e 9605421 Norte, deste com azimute 91°24'23" e desenvolvimento de 459,62m, chega-se ao vértice Z-43, com coordenadas 517531 Leste e 9605410 Norte, deste com azimute 103°55'18" e desenvolvimento de 244,98m, chega-se ao vértice Z-44, com coordenadas 517769 Leste e 9605351 Norte, deste com azimute 103°54'34" e desenvolvimento de 179,79m, chega-se ao vértice Z-45, com coordenadas 517944 Leste e 9605307 Norte, deste com azimute 103°54'34" e desenvolvimento de 179,79m, chega-se ao vértice Z-46, com coordenadas 518118 Leste e 9605264 Norte, deste com azimute 117°50'9" e desenvolvimento de 237,33m, chega-se ao vértice Z-47, com coordenadas 518328 Leste e 9605153 Norte, deste com azimute 116°42'21" e desenvolvimento de 127,43m, chega-se ao vértice Z-48, com coordenadas 518442 Leste e 9605096 Norte, deste com azimute 227°52'14" e desenvolvimento de 1789,23m, chega-se ao vértice Z-49, com coordenadas 517115 Leste e 9603896 Norte, deste com azimute 317°26'54" e desenvolvimento de 26,48m, chega-se ao vértice Z-50, com coordenadas 517097 Leste e 9603915 Norte, deste com azimute 227°24'26" e desenvolvimento de 119,36m, chega-se ao vértice Z-51, com coordenadas 517009 Leste e 9603835 Norte, deste com azimute 137°53'39" e desenvolvimento de 26,19m, chega-se ao vértice Z-52, com coordenadas 517027 Leste e 9603815 Norte, deste com azimute 227°50'13" e desenvolvimento de 305,45m, chega-se ao vértice Z-53, com coordenadas 516800 Leste e 9603610 Norte, deste com azimute 317°26'8" e desenvolvimento de 29,29m, chega-se ao vértice Z-54, com coordenadas 516781 Leste e 9603632 Norte, deste com azimute 227°44'46" e desenvolvimento de 129,29m, chega-se ao vértice Z-55, com coordenadas 516685 Leste e 9603545 Norte, deste com azimute 138°7'52" e desenvolvimento de 35,99m, chega-se ao vértice Z-56, com coordenadas 516709 Leste e 9603518 Norte, deste com azimute 214°41'35" e desenvolvimento de 254,16m, chega-se ao vértice Z-57, com coordenadas 516564 Leste e 9603309 Norte, deste com azimute 196°35'58" e desenvolvimento de 194,98m, chega-se ao vértice Z-58, com coordenadas 516509 Leste e 9603122 Norte, deste com azimute 189°51'21" e desenvolvimento de 291,88m, chega-se ao vértice Z-59, com coordenadas 516459 Leste e 9602835 Norte, deste com azimute 269°42'10" e desenvolvimento de 510,61m, chega-se ao vértice Z-60, com coordenadas 515948 Leste e 9602832 Norte, deste com azimute 180°19'45" e desenvolvimento de 555,49m, chega-se ao vértice Z-61, com coordenadas 515945 Leste e 9602277 Norte, deste com azimute 90°0'5" e desenvolvimento de 434,9m, chega-se ao vértice Z-62, com coordenadas 516380 Leste e 9602277 Norte, deste com azimute 170°15'36" e desenvolvimento de 587,96m, chega-se ao vértice Z-63, com coordenadas 516479 Leste e 9601697 Norte, deste com azimute 170°29'42" e desenvolvimento de 717,05m, chega-se ao vértice Z-64, com coordenadas 516598 Leste e 9600990 Norte, deste com azimute 169°32'22" e desenvolvimento de 357,68m, chega-se ao vértice Z-65, com coordenadas 516662 Leste e 9600638 Norte, deste com azimute 175°7'53" e desenvolvimento de 123,6m, chega-se ao vértice Z-66, com coordenadas 516673 Leste e 9600515 Norte, deste com azimute 177°13'9" e desenvolvimento de 124,5m, chega-se ao vértice Z-67, com coordenadas 516969 Leste e 9600514 Norte, deste com azimute 354°18'47" e desenvolvimento de 254.36m, chega-se ao vértice Z-68, com coordenadas 516944 Leste e 9600767 Norte, deste com azimute 26°24'8" e desenvolvimento de 837.42, chega-se ao vértice Z-69, com coordenadas 517318 Leste e 9601519 Norte, deste com azimute 27º50'25" e desenvolvimento de 508.17m, chega-se ao vértice Z-70, com coordenadas 517608 Leste e 9602049 Norte, deste com azimute 155°35'29" e desenvolvimento de 500.06m, chega-se ao vértice chega-se ao vértice Z-71, com coordenadas 518059 Leste e 9601833 Norte, deste com azimute 25º35'29" e desenvolvimento de 500.06m, chega-se ao vértice Z-72, com coordenadas 518275 Leste e 9602284 Norte, deste com azimute 295º35'29" e desenvolvimento de 500.06m, chega-se ao vértice Z-73, com coordenadas 517824 Leste e 9602500 Norte, deste com azimute 24º57'8" e desenvolvimento de 670.55m, chega-se ao vértice Z-74, com coordenadas 518106 Leste e 9603107 Norte, deste com azimute 21º41'9" e desenvolvimento de 920.12m, chega-se ao vértice Z-75, com coordenadas 518446 Leste e 9603962 Norte, deste com azimute 174º4'8" e desenvolvimento de 1143.08m, chega-se ao vértice Z-76, com coordenadas 518565 Leste e 9602826 Norte, deste com azimute 176º8'4" e desenvolvimento de 370.89m, chega-se ao vértice Z-77, com coordenadas 518590 Leste e 9602444 Norte, deste com azimute 181º9'51" e desenvolvimento de 432.64m, chega-se ao vértice Z-72, com coordenadas 518581 Leste e 9602023 Norte, deste com azimute 149º3'3" e desenvolvimento de 341.88m, chega-se ao vértice Z-73, com coordenadas 518757 Leste e 9601730 Norte, deste com azimute 179º7'35" e desenvolvimento de 80.69m, chega-se ao vértice Z-74, com coordenadas 518758 Leste e 9601650 Norte, deste com azimute 208º40'31" e desenvolvimento de 429.41m, chega-se ao vértice Z-74, com coordenadas 518552 Leste e 9601272 Norte, deste com azimute 147º15'37" e desenvolvimento de 1019.02m, chega-se ao vértice Z-76, com coordenadas 519146 Leste e 9600348 Norte, deste com azimute 204º25'46" e desenvolvimento de 657.75m, chega-se ao vértice Z-77, com coordenadas 518874 Leste e 9599749 Norte, deste com azimute 121º44'53" e desenvolvimento de 1317,06m, chega-se ao vértice Z-78, com coordenadas 519994 Leste e 9599056 Norte, deste com azimute 180º36'44" e desenvolvimento de 1867.04m, chega-se ao vértice Z-79, com coordenadas 519974 Leste e 9597189 Norte, deste com azimute 160º38'23" e desenvolvimento de 292.75m, chega-se ao vértice Z-80, com coordenadas 520072 Leste e 9596913 Norte, deste com azimute 180º29'11" e desenvolvimento de 209.66m, chega-se ao vértice Z-81, com coordenadas 520070 Leste e 9596703 Norte, deste com azimute 152º5'32" e desenvolvimento de 1069.89m, chega-se ao vértice Z-82, com coordenadas 520571 Leste e 9595758 Norte, deste com azimute 275º11'40" e desenvolvimento de 88.36m, chega-se ao vértice Z-83, com coordenadas 520483 Leste e 9595766 Norte, deste com azimute 246º23'45" e desenvolvimento de 129.85m, chega-se ao vértice Z-84, com coordenadas 520364 Leste e 9595714 Norte, deste com azimute 234º48'22" e desenvolvimento de 116.25m, chega-se ao vértice Z-85, com coordenadas 520269 Leste e 9595647 Norte, deste com azimute 225º33'23" e desenvolvimento de 154.67m, chega-se ao vértice Z-86, com coordenadas 520165 Leste e 9595545 Norte, deste com azimute 226º48'4" e desenvolvimento de 337.46m, chega-se ao vértice Z-87, com coordenadas 519919 Leste e 9595314 Norte, deste com azimute 238º50'27" e desenvolvimento de 50.25m, chega-se ao vértice Z-88, com coordenadas 519876 Leste e 9595288 Norte, deste com azimute 250º51'7" e desenvolvimento de 152.43m, chega-se ao vértice Z-89, com coordenadas 519732 Leste e 9595238 Norte, deste com azimute 263º48'53" e desenvolvimento de 816.75m, chega-se ao vértice Z-90, com coordenadas 518920 Leste e 9595150 Norte, deste com azimute 264º43'3" e desenvolvimento de 706.05m, chega-se ao vértice Z-91, com coordenadas 518217 Leste e 9595085 Norte, deste com azimute 272º41'16" e desenvolvimento de 917.01m, chega-se ao vértice Z-92, com coordenadas 517301 Leste e 9595128 Norte, deste com azimute 272º39'17" e desenvolvimento de 798.86m, Z-93, com coordenadas 516503 Leste e 9595165 Norte, deste com azimute 289º16'37" e desenvolvimento de 408.93m, chega-se ao vértice Z-94, com coordenadas 516117 Leste e 9595300 Norte, deste com azimute 2º32'4" e desenvolvimento de 610.60m, chega-se ao vértice Z-95, com coordenadas 516144 Leste e 9595910 Norte, deste com azimute 91º16'3" e desenvolvimento de 226.06m, chega-se ao vértice Z-96, com coordenadas 516370 Leste e 9595905 Norte, deste com azimute 50º5'41" e desenvolvimento de 294.61m, chega-se ao vértice Z-97, com coordenadas 516596 Leste e 9596094 Norte, deste com azimute 38º46'27" e desenvolvimento de 391.22m, Chega-se ao vértice Z-98, com coordenadas 516841 Leste e 9596399 Norte, deste com azimute 313º4'10" e desenvolvimento de 314.84m, chega-se ao vértice Z-99, com coordenadas 516611 Leste e 9596614 Norte, deste com azimute 184°35'21" e desenvolvimento de 299.96m, Chega-se ao vértice Z-100, com coordenadas 516587 Leste e 9596315 Norte, deste com azimute 277°43'43" e desenvolvimento de 423.85m, Chega-se ao vértice Z-101, com coordenadas 516167 Leste e 9596372 Norte, deste com azimute 5°12'48" e desenvolvimento de 275.14m, Chega-se ao vértice Z-102, com coordenadas 516192 Leste e 9596646 Norte, deste com azimute 14°39'3" e desenvolvimento de 1354.98m, Chega-se ao vértice Z-103, com coordenadas 516534 Leste e 9597956 Norte, deste com azimute 358°18'29" e desenvolvimento de 457.23m, Chega-se ao vértice Z-104, com coordenadas 516521 Leste e 9598413 Norte, deste com azimute 58°18'10" e desenvolvimento de 341.70m, Chega-se ao vértice Z-105, com coordenadas 516811 Leste e 9598593 Norte, deste com azimute 346°41'5" e desenvolvimento de 938.18m, Chega-se ao vértice Z-106, com coordenadas 516600 Leste e 9599487 Norte, deste com azimute 28°44'46" e desenvolvimento de 437.82m, Chega-se ao vértice Z-107, com coordenadas 516811 Leste e 9599871 Norte, deste com azimute 124°23'59" e desenvolvimento de 515.08m, Chega-se ao vértice Z-108, com coordenadas 517236 Leste e 9599580 Norte, deste com azimute 36°10'29" e desenvolvimento de 428.63m, Chega-se ao vértice Z-109, com coordenadas 517489 Leste e 9599926 Norte, deste com azimute 305°55'21" e desenvolvimento de 610.08m, Chega-se ao vértice Z-110, com coordenadas 516995 Leste e 9600284 Norte, deste com azimute 352°43'24" e desenvolvimento de 79.96m, Chega-se ao vértice Z-111, com coordenadas 516984 Leste e 9600363 Norte, deste com azimute 275°5'34" e desenvolvimento de 307.07m, Chega-se ao vértice Z-112, com coordenadas 516679 Leste e 9600391 Norte deste com azimute 205°16'58" e desenvolvimento de 399,45m, Chega-se ao vértice Z-113, com coordenadas 516508 Leste e 9600029 Norte, deste com azimute 306°11'37" e desenvolvimento de 1821,1m, Chega-se ao vértice Z-114, com coordenadas 515039 Leste e 9601105 Norte, deste com azimute 189°17'11" e desenvolvimento de 1019.28m, Chega-se ao vértice Z-115, com coordenadas 514874 Leste e 9600099 Norte, deste com azimute 162°50'60" e desenvolvimento de 89,97m, Chega-se ao vértice Z-116, com coordenadas 514901 Leste e 9600013 Norte, deste com azimute 181°28'36" e desenvolvimento de 98,56m, Chega-se ao vértice Z-117, com coordenadas 514898 Leste e 9599914 Norte, deste com azimute 189°37'3" e desenvolvimento de 2196,92m, Chega-se ao vértice Z-118, com coordenadas 514531 Leste e 9597748 Norte,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

deste com azimute 176°13'7" e desenvolvimento de 243,37m, Chega-se ao vértice Z-119, com coordenadas 514547 Leste e 9597505 Norte, deste com azimute 177°44'34" e desenvolvimento de 1234.11m, Chega-se ao vértice Z-120, com coordenadas 514595 Leste e 9596272 Norte, deste com azimute 40°2'59" e desenvolvimento de 552.79, Chega-se ao vértice Z-121, com coordenadas 514675 Leste e 9593988 Norte, deste com azimute 208°12'41" e desenvolvimento de 2742.47m,chega-se Z-01, com coordenadas 513378 Leste e 9591571 Norte, deste com azimute 289°7'19" e desenvolvimento de 1792,17m, ponto inicial da descrição deste perímetro." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Armando Monteiro

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 181, de 2 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5501.

Nº 182, de 2 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34135.

Nº 183, de 2 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34137.

Nº 190, de 4 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34143.

Nº 191, de 4 de maio de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5491.

Nº 192, de 4 de maio de 2016. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1ª Fase"

Nº 193, de 4 de maio de 2016. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV - 2 ª Fase"

Nº 194, de 4 de maio de 2016.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2016 (MP nº 699/15), que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015".

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 4º do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

"§ 4º Os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito que descumprirem determinações ou normas editadas pelo Contran serão penalizados pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), por meio de advertência ou suspensão, na forma regulamentada pelo Contran."

Razões do veto

"O dispositivo viola o Pacto Federativo, expresso no **caput** do art. 1º e no inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição, não havendo possibilidade de lei federal estabelecer competência a órgão federal para aplicar penalizações a órgãos estaduais face à ausência de hierarquia entre os entes federados. Há também violação da legalidade administrativa (art. 37, **caput**, da Constituição), ao se prever pena sem definição das condutas ilícitas e sem delimitação de gradação."

Alterações do art. 254 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, constantes do art. 3º do projeto de lei de conversão

"VII - deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (vinte vezes).

§ 1º Aplica-se a multa agravada em 60 (sessenta) vezes aos organizadores da conduta prevista no **caput**.

§ 2º Aplica-se em dobro a multa em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses.

§ 3º As penalidades são aplicáveis a pessoas físicas ou jurídicas que incorram na infração, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via restabelecer de imediato, se possível, as condições de normalidade para a circulação na via."

Razões dos vetos

"Os dispositivos representariam grave ofensa às liberdades de expressão e de manifestação, direitos constitucionalmente assegurados e que só admitiriam restrição em situação de colisão com outros direitos constitucionais. Além disso, busca-se regular o exercício daqueles direitos em diploma reservado a regular o trânsito, estranho portanto ao seu conteúdo."

Os Ministérios da Justiça e das Cidades opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Inciso XIII do art. 29 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

"XIII - os veículos de apoio à distribuição de combustíveis, atividade reconhecida como essencial e de utilidade pública nos termos, respectivamente, da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, e da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, gozam de livre circulação quando em serviço."

Razão do veto

"O dispositivo contempla uma autorização genérica e destinada a uma categoria de veículos sem definição legal, o que prejudica o objetivo e a aplicabilidade da norma."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 195, de 4 de maio de 2016. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.282, de 4 de maio de 2016.

Nº 196, de 4 de maio de 2016. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.283, de 4 de maio de 2016.

Nº 197, de 4 de maio de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 724, de 4 de maio de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 502, de 15 de dezembro de 2015. Proposta de expansão da área de atuação do Programa Calha Norte para incorporar os seguintes municípios dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

Municípios do Estado de Mato Grosso:

Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista D'Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D'Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória D'Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhagá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari D'Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciára; Marcelândia; Matupá; Mirassol d'Oeste; Nobres Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte Verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréo; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova; Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro;Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela da Santíssima Trindade; e Vila Rical; e

Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul - faixa de fronteira:

Amambai; Anastácio; Antônio João; Aquidauana; Aral Moreira; Bela Vista; Bodoquena; Bonito; Caarapó; Caracol; Coronel Sapucaia; Corumbá; Deodápolis; Dois Irmãos do Buriti; Douradina; Dourados; Eldorado; Fátima do Sul; Glória de Dourados; Guia Lopes da Laguna; Iguatemi; Itaporã; Itaquiraí; Japorã; Jardim; Jateí; Juti; Ladário; Laguna Carapã; Maracaju; Miranda; Mundo Novo; Naviraí; Nioaque; Novo Horizonte do Sul; Paranhos; Ponta Porã; Porto Murtinho; Rio Brilhante; Sete Quedas; Sidrolândia; Tacuru; Taquarussu; e Vicentina.

Aprovo. Em 4 de maio de 2016.

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 61, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e no art. 6º do Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Encerrar as atividades da Unidade Gestora 110563 - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR.

Parágrafo único - Será solicitada a baixa do CNPJ 11.475.667/0001-67 - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO BERZOINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 217, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera os artigos 4º e 5º da Portaria do Advogado-Geral da União nº 163, de 8 de abril de 2016.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, considerando a necessidade de atuação da Advocacia-Geral da União na análise de precatórios a serem pagos no ano de 2016 pela União, autarquias e fundações federais, e considerando o disposto no Processo nº 00405.001696/2016-12, resolve:

Art. 1º Os artigos 4º e 5º da Portaria do Advogado-Geral da União nº 163, de 8 de abril de 2016, publicada no DOU Seção 1, de 11 de abril de 2016, pp. 1/2, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O resultado dos trabalhos deverá ser encaminhado até 31 de agosto de 2016 ao Gabinete do Advogado-Geral da União, sem prejuízo dos necessários registros no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU contendo as providências adotadas em cada caso.

Art. 5º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral do Banco Central, sem prejuízo das normas internas que regem a matéria, encaminharão à Advocacia-Geral da União relatório discriminado dos processos analisados referentes ao pagamento de precatórios de 2016, até o dia 31 de agosto de 2016, para fins de acompanhamento e controle." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 286, DE 25 DE ABRIL DE 2016

Altera a Portaria nº 737, de 21 de novembro de 2013, que dispõe sobre o conteúdo mínimo das páginas da internet e intranet dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O § 3º do art. 1º e o art. 3º da Portaria nº 737, de 21 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2013, Seção 1, páginas 2 e 3, passam a vigorar com a seguinte redação:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 1º.....

§ 3º A criação das páginas da unidade deverá ser solicitada à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da PGF, que encaminhará o pedido ao Departamento de Tecnologia da Informação da AGU.

.....

Art. 3º Os responsáveis pelas unidades deverão indicar um gestor de conteúdo das páginas respectivas à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da PGF.

....."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

RENATO RODRIGUES VIEIRA

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

PORTARIA Nº 799, DE 2 DE MAIO DE 2016

Subdelega ao Diretor de Promoção da Transparência, Acordos e Cooperação Internacional as competências estabelecidas no art. 2º da Portaria nº 1.911, de 04 de outubro de 2013.

O SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 2 da Portaria CGU nº 1.911, de 04 de outubro de 2013, e tendo em conta o disposto na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e na Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º - Subdelegar competência ao Diretor de Promoção da Integridade, Acordos e Cooperação Internacional para:

I - Manifestar-se sobre a existência ou não de conflito de interesses nas consultas encaminhadas à CGU;

II - autorizar o ocupante de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal a exercer atividade privada, quando verificada a inexistência de conflito de interesses ou sua irrelevância; e

III - manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os recursos interpostos contra sua decisão, reconsiderando-a ou remetendo-os ao Secretário-Executivo da CGU para julgamento.

Parágrafo Único - É vedada à autoridade subdelegada proceder a nova subdelegação, total ou parcial, das competências estabelecidas no *caput* do artigo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON CRUZ

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE
Em 2 de maio de 2016

Processo nº 50305.002098/2015-78.
Nº 64 - Empresa penalizada: Transcabral Ltda. - EPP, CNPJ nº 04.257.520/0001-35. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o recurso interposto, dada a sua tempestividade, e no mérito, negar-lhe provimento, porém, reformando a penalidade para ADVERTÊNCIA, pela prática da infração tipificada no inciso III, do art. 21 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/06/2012.

Em 3 de maio de 2016

Processo nº 50309.000166/2015-24.
Nº 66 - Empresa Penalizada: MS Operadora, Receptivo, Turismo e Eventos Ltda. - ME, CNPJ nº 11.158.738/0001-06. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso XIV, do art. 21 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/06/2012.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 4 de maio de 2016

Processo nº 50310.001841/2015-01.
Nº 44 - Penalizado: Veracel Celulose S.A., CNPJ nº 40.551.996/0001-48. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 46.750,00; ipela prática da infração prevista no inciso XXI, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/03/2016

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**156.987**	***Circulante***	**340.474**
Caixa e bancos	10.517	Salários, provisão e encargos sociais	51.924
Aplicações financeiras	94.594	Fornecedores e prestadores de serviços	58.102
Siafi-conta vinculada inv. infraestrutura	12.681	Impostos e contribuições a recolher	16.545
Contas a receber, líquidas	34.442	Empréstimos e financiamentos	1.549
Estoques	631	Plano de pensão	65.169
Créditos tributários	402	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	109.194
Despesas antecipadas	86	Ressarc. por obras efetuadas por arrendatários	14.901
Outros créditos	3.634	Outras obrigações	23.090
Não Circulante	**2.864.790**	***Não Circulante***	**1.278.672**
Realizável a Longo Prazo	**1.184.816**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	297.770
Contas a receber, líquidas	805.335	Receita diferida	395.361
IRPJ e CSLL diferidos	272.187	Ressarc. por obras efetuadas por arrendatários	140.256
Depósitos judiciais – recursos	91.288	Créditos da União para aumento capital	397.725
Bens destinados a alienação	3.133	Plano de pensão	20.437
Valores a receber da União	8.965	Outras obrigações	27.123
Outros créditos	3.908		
		Patrimônio Líquido	**1.402.631**
Imobilizado	1.670.132	Capital social	1.414.100
Intangível	9.842	Prejuízos Acumulados	(11.469)
TOTAL DO ATIVO	**3.021.777**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.021.777**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2016 A 31-03-2016

	R$ MIL
Receita líquida	185.780
Custo dos serviços	(108.697)
Despesas administrativas	(40.430)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.745)
Resultado financeiro líquido	(8.341)
Resultado operacional	9.567
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.969)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.658
Resultado do exercício	4.256

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA — Diretor-Presidente
ANTONIO DE P. DE D. ANDRADE — Diretor de Adm. e Finanças
MARIO SÉRGIO R. ALONSO — Contador CRC/1SP135973/O-6

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 4 DE MAIO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 1.068 - Homologar os cursos das aeronaves Robinson 44 (R-44) e Robinson 66 (R-66) da FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO LTDA, por 5 (cinco) anos, situada à Av. Churchill, nº 97, Centro, no Rio de Janeiro (RJ), CEP 20020-050. Processo nº 00065.112056/2015-46.

Nº 1.069 - Renovar a homologação do curso teórico de Piloto Privado Avião do AEROCLUBE DE IJUÍ, por 5 (cinco) anos, situado à Rua 15 de Novembro nº 164, Centro, Ijuí (RS), CEP: 98700-000. Processo nº 00065.000971/2015-90.

Nº 1.070 - Renovar a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião e Instrutor de Voo de Avião da AHV Escola de Aviação Civil, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida Castelo Branco, n° 388 - Setor Oeste - Goiânia - GO - CEP: 74140-150. Processo nº 00065.007682/2016-01.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050500008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.071 - Autorizar o funcionamento da AERO CACHOEIRA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, por 5 (cinco) anos, situada no Aeroporto Nero Moura, Aeroclube, s/nº, Bairro Passo da Areia, Cachoeira do Sul - RS, CEP 96503-970. Homologar o curso teórico de Piloto Privado de Avião da AERO CACHOEIRA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, por 5 (cinco) anos. Processo nº 00065.146500/2014-46.

Nº 1.072 - Renovar a homologação dos cursos práticos e teóricos de Piloto Comercial de Avião e Voo por Instrumentos e do curso teórico de Piloto Privado de Avião do AEROCLUBE DE BARRETOS, por 5 (cinco) anos, situada na Av. Pedro Vicentinil, s/n, caixa Postal nº 113, Aeroporto Estadual - Barretos - SP, CEP: 14785-000. Processo nº 00065.145111/2014-01.

Nº 1.073 - Renovar a homologação dos cursos teórico/prático de Mecânico de Manutenção Aeronáutica nas Habilitações Célula e Grupo motopropulsor da STS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida Ayrton Senna, n° 2541 - Rua F1 - Aeroporto de Jacarepaguá, Barra da tijuca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-001. Processo nº 00065.087869/2015-91.

Nº 1.074 - Renovar a autorização dos Cursos de Piloto Desportivo (CPD) e Piloto de Recreio (CPR), partes teórica e prática, da AEROALCOOL TECNOLOGIA LTDA., por 5 (cinco) anos, situado à Rua Paulo Bernal Moreira, 800, Aeroporto Municipal, Jardim Aeroporto, Franca - SP, CEP 14.404-263. Processo nº 00065.038904/2015-48.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 4 de maio de 2016

261ª Relação Pesquisadores Credenciados Importação - Lei 10.964/2004.

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.006591/2016	014.502.667-11	CARLOS ROBERTO HALL BARBOSA	04/05/2021
920.006592/2016	851.904.548-00	MARIA MARTHA BERNARDI	04/05/2021
920.006593/2016	327.651.855-49	SERGIO COSTA OLIVEIRA	04/05/2021
920.006594/2016	061.108.447-30	MARC ANDRE MICHAEL THORSTEN SAMMETH	04/05/2021
920.006595/2016	054.612.096-29	LEANDRO RIBEIRO ANDRADE BELO	04/05/2021
920.006597/2016	323.463.790-34	EDILAMAR MENEZES DE OLIVEIRA	04/05/2021
920.006598/2016	526.111.086-68	CLAUDIA DOMINGUES VARGAS	04/05/2021
920.006599/2016	710.450.661-68	FLAVIO GONCALVES DE JESUS	04/05/2021
920.006600/2016	822.172.894-20	KATYUSCO DE FARIAS SANTOS	04/05/2021
920.006601/2016	958.225.696-68	LEONARDO RUBIM REIS	04/05/2021
920.006602/2016	227.795.236-20	SAMUEL SIQUEIRA BUENO	04/05/2021
920.006603/2016	046.099.036-52	WALLANS TORRES PIO DOS SANTOS	04/05/2021
920.006604/2016	432.250.630-53	LUIGI CARRO	04/05/2021
920.006605/2016	780.209.561-15	IZABELA MARQUES DOURADO BASTOS	04/05/2021
920.006606/2016	126.742.118-57	ALESSANDRA FERNANDES ROSA	04/05/2021
920.006607/2016	894.145.196-53	ROGERIO FALLEIROS CARVALHO	04/05/2021
920.006608/2016	325.049.258-24	BRUNO SPOLON MARANGONI	04/05/2021
920.006609/2016	033.944.254-91	ROMILDO DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA	04/05/2021
920.006610/2016	313.623.382-49	CLAUDIA GUERRA MONTEIRO	04/05/2021
920.006611/2016	054.925.446-32	RAFAEL ZAMBELLI DE ALMEIDA PINTO	04/05/2021
920.006612/2016	034.464.374-36	FABIO DE SOUZA MONTEIRO	04/05/2021
920.006613/2016	052.033.347-06	LEANDRO ARAUJO LOBO	04/05/2021
920.006614/2016	306.020.171-49	FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA NASCIMENTO	04/05/2021
920.006615/2016	742.240.423-04	RODRIGO OTAVIO CAMARA MONTEIRO	04/05/2021
920.006616/2016	900.226.024-53	ERILANE DE CASTRO LIMA MACHADO	04/05/2021
920.006617/2016	327.155.458-78	JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES	04/05/2021
920.006618/2016	007.738.777-54	RODRIGO GRIBEL LACERDA	04/05/2021
920.006619/2016	014.332.006-86	DANIELLE SOARES ROCHA VIEIRA	04/05/2021
920.006620/2016	031.137.139-60	CAROLINA KREBS DE SOUZA	04/05/2021
920.006621/2016	063.118.526-75	RODRIGO AMORIM BEZERRA DA SILVA	04/05/2021
920.006622/2016	436.909.394-53	STEYNER DE FRANCA CORTES	04/05/2021
920.006623/2016	064.545.526-16	RENATO RICHARD HILARIO	04/05/2021
920.006624/2016	020.746.744-73	RENILDO ISMAEL FELIX COSTA	04/05/2021
920.006625/2016	907.776.387-20	HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA	04/05/2021
920.006626/2016	086.605.637-86	RAFAEL DA COSTA ILHEU FONTAN	04/05/2021
920.006627/2016	517.645.631-15	FABIO FERREIRA AMORIM	04/05/2021

262ª Relação Pesquisadores Credenciados Importação - Lei 10.964/2004.

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000672/2004	186.738.486-87	AMERICO SCOTTI	04/05/2021
920.000853/2004	850.505.718-04	FLAVIO CESAR GUIMARAES GANDRA	04/05/2021
920.001286/2004	532.780.207-82	BLUMA GUENTHER SOARES	04/05/2021
920.001541/2005	024.749.258-21	REGINA VASCONCELLOS ANTONIO	04/05/2021
920.001855/2005	562.138.409-15	IVO MOTTIN DEMIATE	04/05/2021
920.002626/2007	475.839.089-49	MARCILIO ALVES	04/05/2021
920.002947/2007	021.846.917-98	EUGENIO ANDRES DIAZ MERINO	04/05/2021
920.003038/2008	603.643.437-53	JERSON LIMA DA SILVA	04/05/2021
920.003136/2008	628.464.007-25	FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS FERNANDEZ	04/05/2021
920.004032/2009	021.828.197-89	ANDREA CHEBLE DE OLIVEIRA	04/05/2021
920.004232/2010	071.345.118-12	MARCO ANTONIO UTRERA MARTINES	04/05/2021
920.004385/2010	260.895.188-08	DANIEL RODRIGUES DOS SANTOS	04/05/2021

GERALDO SORTE

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 9, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.001339/2016-13, de 28/04/2016, que o software Solução para Administração Fiduciária, na versão 16.3 e versões posteriores, da empresa MAPS S.A. Soluções e Serviços, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.248.244/0001-49, atende à condição de bem de informática e automação resultado de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, nos termos da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013 e da Metodologia de Avaliação da Certificação CERTICS para Software, e para os fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

Art. 2º Esse reconhecimento tem validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação da portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL AUGUSTO CARDOSO DA FONSECA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre as obrigações dos usuários na execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n° 8.469, de 22 de junho de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no caput e no § 3°do art. 22, e no caput do art. 34 do Decreto n° 8.469, de 22 de junho de 2015, resolve:

Art. 1° Esta Instrução Normativa dispõe sobre as obrigações dos usuários no que se refere à execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n° 8.469, de 22 de junho de 2015.

Parágrafo único. Para fins desta Instrução Normativa, entendem-se como usuários as empresas de exibição cinematográfica, as distribuidoras prestadoras de serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado e os provedores de aplicação de internet, conforme definido no inciso VII do caput do art. 5º da Lei n° 12.965, de 23 de abril de 2014, que façam uso de obras audiovisuais visando a sua exploração comercial com intuito de lucro.

Art. 2° A obrigação dos usuários prevista no § 3° do art. 22 do Decreto n° 8.469, de 2015, deverá ser cumprida por meio da entrega à entidade responsável pela arrecadação dos direitos autorais relativos à execução pública, no prazo previsto no § 8° do art. 68 da Lei nº 9.610, de 1998, das seguintes informações:

I - no caso das empresas de exibição cinematográfica, o título das obras ou de outras produções audiovisuais exibidas no mês anterior, identificando os seus respectivos Certificados de Produto Brasileiro -CPB, quando houver tais certificados;

II - no caso das empresas distribuidoras prestadoras de serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado, a relação completa dos canais de programação distribuídos aos assinantes, identificando, quando aplicável, o número do registro da programadora ou geradora e do respectivo canal junto à Ancine - Agencia Nacional do Cinema; e

III - no caso dos provedores de aplicação de internet, o título das obras ou de outras produções audiovisuais utilizadas em território nacional, identificando os seus respectivos Certificados de Produto Brasileiro -CPB, quando houver tais certificados.

Parágrafo único: As informações de que trata esse artigo deverão ser fornecidas nos prazos de que tratam os § 6º e 8º do art. 68 da lei nº 9.610, de 1998, conforme a natureza do usuário ressalvados, em relação ao § 6º, os casos disciplinados de forma diversa por convenção entre o usuário e o ente arrecadador de direitos autorais.

Art. 3° A entidade responsável pela arrecadação dos direitos autorais relativos à execução ou exibição pública poderá obter, na página eletrônica da Agência Nacional do Cinema, a relação completa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

das obras e de outras produções audiovisuais nacionais veiculadas nos canais das empresas programadoras distribuídos pelas empresas de que trata o inciso II do caput do art. 2° desta Instrução Normativa, assim como os respectivos Certificados de Produto Brasileiro -CPB.

Art. 4° O Ministério da Cultura, diretamente ou por meio de suas entidades vinculadas, divulgará a ficha técnica com a identificação das obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais nacionais.

Parágrafo único. No caso da execução pública realizada a partir de obra ou produção audiovisual estrangeira, em qualquer das hipóteses previstas no art. 2º, a ficha técnica com a identificação das obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais poderá ser obtida junto às associações de gestão coletiva de direitos autorais de execução pública musical que mantenham acordo de representação recíproca ou unilateral com entidades congêneres do país de origem da obra ou produção audiovisual.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE MAIO DE 2016

Estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet, conforme definida no inciso I do caput do art. 5° da Lei n° 12.965, de 23 de abril de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no § 1° do art. 98, no § 2º e no inciso II do caput do art. 98-A da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, no inciso XIII do caput do art. 7º, do anexo do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, e nos arts. 2° e 34 do Decreto n° 8.469, de 22 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet, conforme definido no inciso I do caput do art. 5° da Lei n° 12.965, de 23 de abril de 2014.

Parágrafo único. A atividade de cobrança a que se refere o caput é aquela realizada pelas associações de gestão coletiva sobre as atividades comerciais, com intuito de lucro, de provedores de aplicações de internet, na acepção do inciso VII do art. 5º da Lei nº 12.956, de 23 de abril de 2014, que envolva a exploração, em território nacional, de conteúdo sobre o qual incidam direitos de autor ou conexos.

Art. 2º A cobrança sobre a utilização de obras, interpretações ou execuções e fonogramas na internet pode ser feita:

I - pelos próprios titulares de direitos autorais, que poderão praticar pessoalmente os atos referentes à atividade de cobrança na internet;

II - por meio de gestão coletiva, nos termos desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. No caso dos titulares de direitos autorais representados por entidades de gestão coletiva que pretenderem praticar o ato de cobrança pessoalmente, observar-se-á o disposto no §15 do art. 98 da Lei 9.610 de 1998 e art. 13 do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015.

Art. 3º O requerimento de habilitação das associações de gestão coletiva, para fins da cobrança de que trata o art. 2º, deverá cumprir o exigido no § 4º do art. 2º da IN/MinC nº 3, de 7 de julho de 2015, e apresentar a relação de titulares de direitos de autor que optarem por praticar pessoalmente o ato de cobrança, quando a atividade de cobrança se estender também aos provedores de aplicação de internet, nas seguintes modalidades de utilização:

I - a reprodução, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos, em qualquer dispositivo ou suporte, observado o disposto no inciso VI do caput do art. 5º, no inciso IX do caput do art. 29 e no § 1º do art. 30 da Lei nº 9.610, de 1998;

II - a distribuição prevista no inciso VII do caput do art. 29 da Lei n° 9.610, de 1998, realizada mediante venda, locação ou qualquer forma de transferência de propriedade ou posse; ou

III - a comunicação ao público, por qualquer uma das modalidades previstas nas alíneas "a", "g" e "j" do inciso VIII do caput do art. 29 da Lei nº 9.610, de 1998, conforme a categoria da obra, ou o direito de execução pública previsto na alínea "i" do inciso VIII do caput do art. 29 e no § 2º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 1998, para as utilizações de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, por meio de transmissão que não resulte na obtenção de cópia da obra ou fonograma pelo consumidor nem qualquer forma de transferência de posse ou propriedade.

§ 1º Na hipótese do inciso III do caput, quando a utilização pelo provedor de aplicações de internet também oferecer a possibilidade de obtenção de cópia de obra, permanente ou temporária, com transferência de sua posse ou propriedade para o consumidor, poderão ser cobradas adicionalmente do provedor as modalidades dos incisos I e II do caput

§ 2º A associação deverá informar os termos e condições em que se dá a gestão individual do titular de direito de autor e a sua extensão, indicando se é aplicável a todos os provedores de aplicações de internet que utilizam as obras nas modalidades de utilização descritas nos incisos I a III do caput ou se a incidência quanto a alguns usuários é feita por meio de gestão coletiva.

§ 3º A associação poderá cobrar apenas pelas modalidades de utilização para as quais esteja habilitada e sobre o repertório que represente, mesmo nos casos em que determinada aplicação de internet dependa de mais de uma modalidade de utilização para a sua plena funcionalidade.

Art. 4º O requerimento de habilitação das associações de gestão coletiva, para fins da cobrança de que trata o art. 2º, deverá cumprir o exigido no § 4º do art. 2º da IN/MinC nº 3, de 7 de julho de 2015, e apresentar a relação de titulares de direitos conexos que optarem por praticar pessoalmente o ato de cobrança, quando a atividade de cobrança se estender também aos provedores de aplicação de internet, nas seguintes modalidades de utilização:

I - a reprodução prevista no inciso II do caput do art. 90 e no inciso I do caput do art. 93, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos, em qualquer dispositivo ou suporte, observado o disposto no inciso VI do caput do art. 5º e no § 1º do art. 30 da Lei nº 9.610, de 1998;

II - a distribuição prevista no inciso II do caput do art. 93, quando realizada mediante venda, locação ou qualquer forma de transferência de propriedade ou posse;

III - a modalidade prevista no inciso IV do caput do art. 90; ou

IV - o direito de execução pública previsto no inciso II do caput do art. 90 e o direito previsto no inciso III do caput do art. 93 da Lei nº 9.610, de 1998.

§ 1º Na hipótese do inciso IV do caput, quando a utilização pelo provedor de aplicações de internet também oferecer a possibilidade de obtenção de cópia de obra, permanente ou temporária, com transferência de sua posse ou propriedade para o consumidor, poderão ser cobradas adicionalmente do provedor as modalidades dos incisos I e II do caput, no caso de fonogramas, e dos incisos I e III do caput, no caso de interpretações ou execuções.

§ 2º A associação deverá informar os termos e condições em que se dá a gestão individual do titular de direitos conexos e a sua extensão, indicando se é aplicável a todos os provedores de aplicações de internet que utilizam as obras nas modalidades de utilização descritas nos incisos I a III do caput ou se a incidência quanto a alguns usuários é feita por meio de gestão coletiva.

§ 3º A associação poderá cobrar apenas pelas modalidades de utilização para as quais esteja habilitada e sobre o repertório que represente, mesmo nos casos em que determinada aplicação de internet dependa de mais de uma modalidade de utilização para a sua plena funcionalidade.

Art. 5º Os preços praticados por associações de gestão coletiva junto aos provedores de aplicações de internet deverão considerar, em negociação entre todas as partes envolvidas, as diferentes modalidades de utilização necessárias para efetivar o pleno funcionamento das aplicações no uso de conteúdo protegido por direitos de autor e direitos conexos.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de maio de 2016

Nº 103 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

15-0723 - CHELPA FERRO
Processo: 01580.081152/2015-79
Proponente: Zola Produções LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 10.874.608/0001-07
Valor total aprovado: R$ 797.665,67
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 757.782,38
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.046-7

16-0053 - SONHADORES
Processo: 01580.004796/2016-24
Proponente: Zola Produções LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO /RJ
CNPJ: 10.874.608/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.210.526,32
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.150.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.045-9

16-0147 - PACIFIED
Processo: 01416.000233/2016-69
Proponente: Marcos Jardim Tellechea EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.541.197/0001-71
Valor total aprovado: R$ 4.848.600,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1000.000,00
Banco: 001- agência: 3569-6 conta corrente: 19.680-0

16-0163 - UM ESTRANHO MILAGRE
Processo: 01416.000259/2016-15
Proponente: Schimil Filmes E Roteiros LTDA.
Cidade/UF: São José Do Rio Preto/SP
CNPJ: 04.630.183/0001-80
Valor total aprovado: R$ 3.171.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.560.000,00
Banco: 001- agência: 2502-X conta corrente: 23.198-3

16-0164 - TODAS AS FACES DE SÃO PAULO
Processo: 01416.000308/2016-10
Proponente: F.Bravo Comunicações, Propaganda E MARKETING LTDA
Cidade/UF: São Paulo /SP
CNPJ: 11.367.629/0001-90
Valor total aprovado: R$ 1.816.899,96
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.726.054,96
Banco: 001- agência: 3006-6 conta corrente: 23.371-4

16-0165 - GASTRONOMIA NA AMAZÔNIA
Processo: 01416.000265/2016-64
Proponente: Aviva - Serviços de Produção Cinematográfica e Videofonográfica Ltda
Cidade/UF: BELÉM /PA
CNPJ: 11.373.064/0001-54
Valor total aprovado: R$ 1.088.851,14
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.034.408,58
Banco: 001- agência: 0003-5 conta corrente: 52.493-X

16-0166 - SANTA CONEXÃO
Processo: 01416.000079/2016-25
Proponente: Afinal Filmes LTDA
Cidade/UF: Rio De Janeiro /RJ
CNPJ: 03.760.043/0001-63
Valor total aprovado: R$ 6.221.053,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 910.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.028-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.026-2
Valor aprovado no Art. 39 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29.027-0

16-0167 - O PRIMEIRO MARCIANO
Processo: 01416.000306/2016-12
Proponente: Eye Move Estúdio De Animação E Ilustração LTDA - ME
Cidade/UF: Vitória /ES
CNPJ: 14.635.446/0001-05
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.375.000,00
Banco: 001- agência: 1400-1 conta corrente: 49.253-1

16-0169 - CIRCULOS
Processo: 01416.000272/2016-66
Proponente: Novelo Filmes Produções Audiovisuais LTDA ME
Cidade/UF: Florianópolis /SC
CNPJ: 12.772.107/0001-37
Valor total aprovado: R$ 269.593,14
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 166.222,27
Banco: 001- agência: 1808-2 conta corrente: 31.361-0

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

16-0168 - FLIP
Processo: 01416.000292/2016-37
Proponente: Pindorama Filmes LTDA
Cidade/UF: Rio De Janeiro /RJ
CNPJ: 04.453.786/0001-53
Valor total aprovado: R$ 1.259.852,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.196.859,40
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23.593-8

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação orçamentária do projeto audiovisual, relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

155585 - 21º É Tudo Verdade - Festival Internacional de Documentários

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Circunstância Cinematográfica e Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 11.400.274/0001-94
Processo: 01400.058637/2015-30
SP - São Paulo
Valor complementar aprovado R$: 1.024.500,00

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 252, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
13 1964 - Gira Mundi
Buscar Arte Eventos e Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 06.062.258/0001-07
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016
15 3642 - PORTO VERÃO ALEGRE 2016
Mais Além Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 04.653.701/0001-80
RS - Porto Alegre
Período de captação: 03/05/2016 a 31/12/2016
15 3294 - Toca Direito!
ADSMAIS Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 09.300.504/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 05/04/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
14 8979 - PROJETO FORMAÇÃO MUSICAL DE GUANACES
SOCIEDADE DE ASSISTENCIA E EDUCAÇÃO RURAL DE GUANACES
CNPJ/CPF: 07.386.840/0001-83
CE - Cascavel
Período de captação: 09/11/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 6 HUMANIDADES ; LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 10573 - Coleção de Livros Fotográficos - Amazônia, Mata Atlântica e Pampa
Christiane Lafayette dos Santos
CNPJ/CPF: 120.467.188-52
SP - Hortolândia
Período de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016
14 11170 - Luisa Strina: 40 anos de arte
Galeria de Arte Luisa Strina
CNPJ/CPF: 56.560.600/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/04/2016 a 31/07/2016

PORTARIA Nº 253, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração da razão social do proponente do projeto MYRNA SOU EU - PRONAC 14 0321, publicado na portaria n.º 220 de 14/04/2014, no D.O.U n.º 72 de 15/04/2014:

Onde se lê: Solo Entretenimento Ltda EPP
Leia-se: AMD Entretenimento Ltda - EPP

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

PORTARIA Nº 254, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
160520 - FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTONIO DE BARBALHA
SOCIEDADE ARTÍSTICA E CULTURAL ENGENHO VELHO
CNPJ/CPF: 13.544.354/0001-49
Processo: 01400006745201616
Cidade: Barbalha - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.069.100,00
Prazo de Captação: 05/05/2016 à 30/07/2016
Resumo do Projeto: Desenvolver entre os dias 28 de maio e 13 de junho de 2016, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio de Barbalha, reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, com 16 dias de ações culturais: roda de casamento; noite das solteironas; cultura popular; shows artísticos; exposição; oficina; palestra; festival de quadrilhas juninas; encontro de sanfoneiros; violeiros; poetas; quermesses; artesanatos; gastronômia regional; trezenas e procissão do Padroeiro.

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR
SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

PORTARIA Nº 102/SIPM, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR DO SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência prevista no art. 2º, inciso II, do Anexo F, da Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Portaria nº 157, de 22 de dezembro de 2009, ambas do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Art. 1º Restabelecer a certificação do Termo de Adesão nº 232, referente ao Anistiado Político 59.0162.30 JOSÉ RIBAMAR SÉRGIO DOS SANTOS, anulado pela Portaria nº 1608, de 26 de agosto de 2008, da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, em razão do referido Anistiado Político não mais contrariar o disposto no art. 2º, da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, tendo em vista que no Processo nº 2007.51.01.016837-4, que tramitou no juízo da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça através do Recurso Especial nº 1255158/RJ desde 09/02/2014 e também no Supremo Tribunal Federal através do Recurso Extraordinário nº RE 867.121 RIO DE JANEIRO desde 29/08/2015.

Art. 2º Restabelecer o pagamento mensal das parcelas restantes do Termo de Adesão acima citado, interrompido em outubro de 2008, a partir de 14/03/2016, data em que o requerimento do anistiado político em comento deu entrada neste Serviço participando que o processo citado acima já tramitou no juízo da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e solicitando o restabelecimento do Termo de Adesão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

CMG (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 103/SIPM, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR DO SERVIÇO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência prevista no art. 2º, inciso II, do Anexo F, da Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Portaria nº 157, de 22 de dezembro de 2009, ambas do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Art. 1º Restabelecer a certificação do Termo de Adesão nº 385, referente ao Anistiado Político 60.5045.36 AROLDO PANIAGO, anulado pela Portaria nº 63, de 16 de janeiro de 2009, da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, em razão do referido Anistiado Político não mais contrariar o disposto no art. 2º, da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, de acordo com a apresentação do requerimento informando que no Processo nº 2001.51.02.003828-0, que tramitou no juízo da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região através dos Embargos Infringentes (AC) nº 449736 desde 24/09/2014.

Art. 2º Restabelecer o pagamento mensal das parcelas restantes do Termo de Adesão acima citado, interrompido em março de 2009, a partir de 09/03/2016, data em que o requerimento do anistiado político em comento deu entrada neste Serviço participando que o processo citado acima tramitou no juízo da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e solicitando o restabelecimento do Termo de Adesão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

CMG (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

TRIBUNAL MARÍTIMO

PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016(*)

Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL MARÍTIMO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, alínea h, da Lei nº 2.180/54 e considerando:

- o art. 155 da Lei nº 2.180/54, que prevê, expressamente, que nos casos de matéria processual omissos na mencionada lei, serão observadas as disposições das leis de processo que estiverem em vigor;

- a permissão contida no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 11.280/06, que autoriza os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, disciplinar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;

- o contido no art. 193 do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que entrará em vigor um ano após a data de sua publicação oficial), que estabelece que "Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei";

- as disposições contidas no art. 4º da Lei nº 11.419/06, que tratam da comunicação eletrônica dos atos oficiais;

- a necessidade de se proverem os meios que assegurem a razoável duração dos processos administrativos, insculpida no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, e a essencial observância dos princípios da publicidade, da economicidade, da simplicidade e da economia dos atos processuais;

- a incorporação dos recursos disponíveis da tecnologia da informação aos trâmites processuais, observados os requisitos de segurança e autenticidade, tornando mais célere e eficiente o desempenho da prestação jurisdicional; e

- as considerações da Comissão de Jurisprudência desta Corte Marítima, em Parecer datado de 15 de abril de 2014; resolve:

Art. 1º Instituir o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM) como meio oficial de publicação dos atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação e dos atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo.

Art. 2º O e-DTM substituirá qualquer outro meio e publicação oficial, e estará disponível gratuitamente no portal do Tribunal Marítimo, no endereço eletrônico www.mar.mil.br/tm.

§ 1º Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais.

§ 2º O Tribunal Marítimo manterá a publicação no Diário Oficial da União (DOU) pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta Portaria.

§ 3º Durante o período supracitado, as publicações disponibilizadas no e-DTM não terão validade jurídica.

§ 4º Após o período referido no parágrafo 2º, o e-DTM estará definitivamente implantado e substituirá integralmente as publicações atualmente utilizadas.

§ 5º Na página do Tribunal Marítimo haverá um link de acesso ao e-DTM.

Art. 3º O e-DTM será composto de dois cadernos, sendo o primeiro para publicação dos atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação e o segundo para os atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo.

Art. 4º Os atos serão publicados, preferencialmente, em resumo, restringindo-se aos elementos necessários à sua identificação.

§ 1º Para efeito desta Portaria são considerados atos relativos aos processos para julgamento de Acidentes e Fatos da Navegação entre outros, que demandem conhecimento de terceiros:

I - despachos e decisões;
II - notas de arquivamento;
III - editais;
IV - acórdãos;
V - pautas;
VI - atas das sessões, de distribuição de processo e distribuição de recursos; e
VII - portarias.

§ 2º Consideram-se atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros do Tribunal Marítimo, entre outros, que demandem conhecimento de terceiros, os atos realizados pela Divisão de Registros em processos administrativos de registros, averbações, cancelamentos e renovações (quando aplicáveis), referentes a:

I - propriedade marítima;
II - ônus;
III - armador; e
IV - pré-registro e Registro Especial Brasileiro (REB).

Art. 5º As edições do e-DTM serão assinadas digitalmente, obedecendo-se aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Art. 6º Após a publicação do e-DTM, os documentos não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único. Eventuais retificações de documentos deverão constar de nova publicação, devidamente identificada como "republicação".

Art. 7º O e-DTM poderá ser disponibilizado diariamente no portal do Tribunal Marítimo, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

Art. 8º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização do e-DTM no portal do Tribunal Marítimo.

§ 1º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil seguinte ao da data da publicação.

§ 2º Os prazos processuais dos casos previstos no § 1º do art. 2º serão contados com base na publicação impressa.

Art. 9º Ao Tribunal Marítimo são reservados os direitos autorais e de publicação do e-DTM.

Parágrafo único. O Tribunal Marítimo não se responsabilizará por problemas ou incorreções a que não tenha dado causa, oriundos da informação sobre o e-DTM prestada por terceiros.

Art. 10. Compete à Assessoria de Tecnologia da Informação (TM-03.3) a manutenção e o pleno funcionamento dos sistemas informatizados do e-DTM, bem como a realização de cópias de segurança.

Art. 11. Ocorrendo a indisponibilidade de acesso ao e-DTM, ocasionada por problemas técnicos nos sítios do Tribunal Marítimo, com duração superior a 3 (três) horas, contínuas ou intercaladas, no período das 10 às 18 horas, o Presidente do Tribunal Marítimo, através de ato próprio divulgado no sítio do Tribunal Marítimo prorrogará os prazos processuais por mais um dia.

Art. 12. As publicações no e-DTM, para fins de arquivamento, serão de guarda permanente.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Marítimo.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

CLAUDENIZ FERNANDES GUIMARÃES
1º Tenente (AA)
Assistente

(*) Portaria publicada originariamente no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2016 e republicada por força do disposto no art. 4º, da Lei 11.419/06.

COMANDO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE
10ª REGIÃO MILITAR
25º BATALHÃO DE CAÇADORES

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Em 12 de abril de 2015

Reconheço, para fins do que estabelece o Caput do Art. 26 da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, tendo em vista o Edital de Credenciamento Ordinário e Permanente nº 001/2015 - EB nº 64024.000970/2015-12, para a contratação dos prestadores de serviço de coleta, transporte e distribuição de água potável no semiárido nordestino, conforme acima supracitado: a. Pessoas Jurídicas: - não houve. b. Pessoas Físicas.

Cel. MARCOS GOMES PAULINO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 12, DE 4 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando;

- O Edital nº 04/2016-CT, de 29 de março de 2016
- O processo nº 23111.008029/2016-53.
- As Leis nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TP - 40 (quarenta) horas semanais, na área de Recursos Hídricos, com lotação no Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental, habilitando os seguintes candidatos: Filipe Marinho Nascimento (1° Colocado); Yan Levy Lima Nunes (2º colocado); Renan Maycon Mendes Gomes (3º colocado), Mariane Pereira Alves (4º Lugar) e Bruna Leal Melo de Oliveira (5º colocado), classificando o primeiro colocado para contratação.

NÍCIA BEZERRA FORMIGA LEITE

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PORTARIA Nº 175, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Ministerial nº 17, de 19/01/2015, publicada no DOU de 20/01/2015 e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 323, de 08/04/2009, publicada no DOU de 09/04/2009, resolve:

Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do Concurso Público, promovido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, por meio do Edital nº 29, de 27/12/2013 publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2013, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 16, de 13/06/2014, publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2014, conforme item 1.2. do aludido instrumento convocatório.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 208, DE 3 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Ministerial nº 17, de 19/01/2015, publicada no DOU de 20/01/2015 e da competência fixada pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 323, de 08/04/2009, publicada no DOU de 09/04/2009, resolve:

Tornar sem efeito as publicações da Portaria nº 240 de 19 de maio de2015, publicada no DOU de 25/04/2016, Seção 1, página 77 e da Retificação publicada no DOU de 02/05/2016, Seção 1, página 26.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 19, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 16/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar de 6 de fevereiro de 2016, a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (FEPESE), CNPJ nº 83.566.299/0001-73, como fundação de apoio Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), processo nº 23000.012982/2015-72.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 24 de novembro de 2015 e pelos fundamentos da Informação nº 09/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar do dia 12 de dezembro de 2015, a Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), CNPJ nº 15.255.367/0001-23, como fundação de apoio à Universidade Federal da Bahia (UFBA) processo nº 23000.008112/2015-07.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada à apresentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, das disposições contidas no art. 4º-A da Lei nº 8.958/1994, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 18/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-cmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 10 de outubro de 2015, a Fundação de Apoio à Pesquisa, CNPJ nº 00.799.205/0001-89, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Goiás (UFG), processo nº 23000.008645/2015-81.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 22, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 08/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-cmp, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, para atuar como fundação de apoio ao Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo - IPEV, processo nº 23000.015574/2015-72.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 23, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 07/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-cmp, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação (FACC), CNPJ n° 06.220.430/0001-03, para atuar como fundação de apoio ao Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), processo nº 23000.012977/2015-60.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 24, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 06/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-cmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (FAUF), CNPJ nº 05.418.239/0001-08, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), processo nº 23000.010374/2015-23.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, à apresentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, do referendo do Conselho Universitário da UFSJ à Resolução nº 001, de 26 de janeiro de 2016, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 25, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 10/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar de 15 de março de 2016, a Fundação Josué Montello (FJM), CNPJ nº 01.441.372/0001-16, como fundação de apoio Universidade Federal do Maranhão (UFMA), processo nº 23000.010311/2015-77.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 26, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 019/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, para atuar como fundação de apoio ao Observatório Nacional - ON, processo nº 23000.025942/2015-91.

Art. 2º. A validade da autorização fica condicionada, nos termos do art. 5º, V da Portaria Interministerial nº 191/2012, à apresentação, em 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, do referendo do Conselho Técnico-Científico do Observatório Nacional ao disposto no Ofício nº 132/ON, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 17/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a contar do dia 21 de dezembro de 2015, a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), CNPJ nº 89.252.431/0001-59, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), processo nº 23000.010312/2015-11.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, à apresentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, da ata do Conselho Universitário da UFSM, referendando a Declaração do Vice Reitor em exercício da reitoria acerca do cumprimento das disposições contidas no art. 4º-A da Lei nº 8.958/1994, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTI apresentadas na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 11/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar do dia 5 de agosto de 2015, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), CNPJ nº 37.116.704/0001-34, como fundação de apoio à Universidade de Brasília (UnB), processo nº 23000.005102/2015-10.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JESUALDO PEREIRA FARIAS

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 3 DE MAIO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 008/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 193, de 08 de outubro de 2015; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor Adjunto A, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
Departamento de Práticas Educacionais e Currículo	Didática e Ensino da Língua Portuguesa (23077.012329/2016-09)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	VÂNIA APARECIDA COSTA	8,34
	Didática e Ensino de Matemática (23077.012023/2016-44)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	CLÁUDIA ROSANA KRANZ	9,63
	Didática e Ensino de Espanhol (23077.012325/2016-12)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
	Didática e Ensino de Ciências Biológicas (23077.012333/2016-69)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação	Políticas e Gestão da Educação (23077.012019/2016-86)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	CLOTENIR DAMASCENO RABÊLO	8,53
				2ª lugar	Rute Regis de Oliveira da Silva	7,16
Departamento de Fisiologia	Evolução do Comportamento Humano (23077.012203/2016-26)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	FELIPE NALON CASTRO	8,59
				2ª lugar	Mauro Dias Silva Júnior	8,48
Departamento de Biofísica e Farmacologia	Biofísica, Imagenologia e Nanobiotecnologia (23077.010738/2016-62)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	JONAS IVAN NOBRE OLIVEIRA	8,78
				2º lugar	Paulo Euzébio Cabral Filho	8,26
Departamento de Engenharia Têxtil	Materiais e Processos Têxteis (23077.011385/2016-18)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
Departamento de Engenharia Civil	Materiais e Processos Construtivos (23077.017837/2016-75)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	REYMARD SÁVIO SAMPAIO DE MELO	7,57
Departamento de Engenharia do Petróleo	Engenharia de Poço (23077.011380/2016-95)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
Departamento de Física Teórica e Experimental	Física da Matéria Condensada Experimental (23077.012025/2016-33)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
Departamento de Informática e Matemática Aplicada	Sistemas Distribuídos (23077.012027/2016-22)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1º lugar	EVERTON RANIELLY DE SOUSA CAVALCANTE	9,10
Departamento de Fisioterapia	Fisioterapia Neurológica (23077.010736/2016-73)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1º lugar	TATIANA SOUZA RIBEIRO	8,92
				2º lugar	Aline Braga Galvão Silveira Fernandes	8,74
Departamento de Antropologia	Antropologia das Relações Étnicos-Raciais, Direitos Humanos e Diversidade Cultural (23077.010856/2016-71)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	ÂNGELA MERCEDES FACUNDO	9,49
				2º lugar	Paula Balduino de Melo	8,60
				3º lugar	Ana Gretel Echazú Boschemeier	7,79
				4º lugar	Aina Guimarães Azevedo	7,77
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí	Atenção Fisioterapêutica em Aparelho Locomotor (23077.014178/2016-15)	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	RODRIGO SCATTONE DA SILVA	8,40

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 3 DE MAIO DE 2016

O REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN; CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 007/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para as classes de Professor Auxiliar A, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
ESCOLA MULTICAMPI DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO RIO GRANDE DO NORTE - EMCM	Oncologia/ Ensino Tutorial/ Educação na Comunidade / Habilidades Clínicas/ Semiologia e Prática Médica (23077.063703/2015-45)	Auxiliar A/ 20h	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-
	Neurologia/ Ensino Tutorial/ Educação na Comunidade / Habilidades Clínicas/ Semiologia e Prática Médica (23077.063708/2015-78)	Auxiliar A/ 20h	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 3 DE MAIO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN; CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 003/2015-PROGESP, publicado no DOU nº 106, de 08 de junho de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.042396/2015-69, resolve:

Art. 1º Homologar, à unanimidade de votos, o resultado de Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE, área de Fundamentos da Psicologia Educacional, do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação - DFPE, do Centro de Educação - CE, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação - DFPE	Fundamentos da Psicologia Educacional	Adjunto A/DE	Unanimidade de Votos	1ª lugar	GÉSSICA FABIELLY FONSECA	8,45

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 3 DE MAIO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 010/2014-PROGESP, publicado no DOU nº 185, de 25 de setembro de 2014; CONSIDERANDO o que consta no processo abaixo relacionado, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor Auxiliar A/DE, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
Departamento de Letras - CERES	Ensino de Língua Brasileira de Sinais (23077.079522/2014-50)	Auxiliar/DE	Unanimidade de votos	-	NÃO HOUVE APROVAÇÃO	-

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PORTARIA Nº 4.011, DE 4 DE MAIO DE 2016

A Diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Seletivo, aberto para a contratação de Professor Substituto para a Área Desenvolvimento de Comunidade, Trabalho e Questão Social do Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social da Escola de Serviço Social (Edital nº 100, de 20/04/2016, publicado no DOU Nº 76, Seção 3, páginas 57 e 58, de 22/04/2016), divulgando, por ordem de classificação, o nome das candidatas aprovadas:

1º lugar: Gracyelle Costa Ferreira
2º lugar: Joseane Barbosa de Lima
3º lugar: Daiane Rodrigues Cardoso Pacheco
4º lugar: Simone de Souza Pires

ANDRÉA MARIA DE PAULA TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 484, DE 4 DE MAIO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.003930/2016-43 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departameno de Odontologia - ODT/CCS, instituído pelo Edital nº 049/DDP/2016, de 03 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 43, Seção 3, de 04/03/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Odontopediatria
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Marcos Ximenes Ponte Filho	9,33
2º	Ana Paula S. C. de Andrada Beltrame	9,02
3º	Bruna Miroski Gonçalves	8,24
4º	Carla Massignan	7,62

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 151, DE 3 DE MAIO DE 2016

Altera os critérios disciplinadores do concurso de remoção por permuta para a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA e o ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 4º, inciso XVII, e 12, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o art. 36, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 29, XII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolvem:

Art. 1º O art. 2º da Portaria Interministerial Nº 517/MF/AGU, de 22 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 2º .....

§ 8º Exclusivamente entre os órgãos do Distrito Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá adotar a metodologia prevista no Art. 2º-A, inciso I, como fase específica em concurso de remoção."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA

PORTARIA Nº 152, DE 3 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria MF nº 343, de 9 de junho do 2015, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 4º do Decreto nº 4.395, de 27 de setembro de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 25 e §3º do art. 49 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, nos arts. 38 e 49 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e nos arts. 67 e 76 do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º O Anexo II da Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

DA COMPETÊNCIA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS COLEGIADOS DO CARF

TÍTULO I
DOS ÓRGÃOS JULGADORES
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DOS RECURSOS

"Art. 1º .....

§ 1º A competência de que trata o caput não se aplica a recurso contra ato proferido na fase de cumprimento dos seus acórdãos.

§ 2º As Seções serão especializadas por matéria, na forma prevista nos arts. 2º a 4º da Seção I." (NR)

"Art. 2º .....

.....

IV - CSLL, IRRF, Contribuição para o PIS/Pasep ou Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), quando reflexos do IRPJ, formalizados com base nos mesmos elementos de prova;

....." (NR)

TÍTULO I
DOS ÓRGÃOS JULGADORES
CAPÍTULO II
DA PRESIDÊNCIA, COMPOSIÇÃO E DESIGNAÇÃO
Seção IV
Da Designação

"Art. 35. .....

§ 1º O relatório de atividades apresentado pelo Conselheiro de que trata o caput dispensa o registro de presença na respectiva unidade de lotação ou exercício.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se igualmente aos integrantes do quadro de colaboradores que atuem com dedicação exclusiva e integral às atividades do CARF." (NR)

"Art. 40. .....

.....

§ 14. A limitação temporal de que trata o § 2º não se aplica durante o exercício de função de direção e assessoramento superior.

§ 15. Na hipótese do § 14, sobrevindo dispensa da função o conselheiro continuará a exercer o mandato, salvo se já tiver ultrapassado o limite temporal de que trata o § 2º." (NR)

CAPÍTULO III
DOS DEVERES DOS CONSELHEIROS E DA PERDA DE MANDATO

...

"Art. 42. .....

.....

§ 2º As vedações de que trata o § 1º também são aplicáveis ao caso de conselheiro que faça ou tenha feito parte como empregado, sócio ou prestador de serviço, de escritório de advocacia que preste consultoria, assessoria, assistência jurídica ou contábil ao interessado, bem como tenha atuado como seu advogado, nos últimos cinco anos.

.....

§ 4º O impedimento previsto no inciso III do caput aplica-se também aos casos em que o conselheiro possua cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim até o 2º (segundo) grau que trabalhem ou sejam sócios do sujeito passivo ou que atuem no escritório do patrono do sujeito passivo, como sócio, empregado, colaborador ou associado." (NR)

"Art. 44. .....

.....

§ 2º Até 5 (cinco) dias da data da reunião da sessão de julgamento, o conselheiro impedido ou sob suspeição em relação a processo pautado, deverá comunicar a situação à Presidência da Câmara.

§ 3º (Revogado)" (NR)

TÍTULO II
DO PROCEDIMENTO
CAPÍTULO I
DA DISTRIBUIÇÃO E DO SORTEIO

...

"Art. 47. .....

.....

§ 3º (Revogado)" NR

"Art. 49. .....

.....

§ 8º Na hipótese de não recondução, extinção, perda ou renúncia a mandato, ou nos casos de relator se declarar impedido ou sob suspeição, os processos deverão ser devolvidos no prazo de até 10 (dez) dias, e serão sorteados, na reunião que se seguir à devolução, entre os demais conselheiros integrantes da turma.

....." (NR)

CAPÍTULO II
DO JULGAMENTO

...

"Art. 53. .....

.....

§ 2º Poderão ser julgados em sessões não presenciais os recursos em processos cujo valor original seja inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou, independentemente do valor, forem objeto de súmula ou resolução do CARF, ou de decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça proferidas na sistemática dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

....." (NR)

"Art. 55. .....

.....

§ 2º Na hipótese de pluralidade de sujeitos passivos, constará da pauta apenas o nome do sujeito passivo cadastrado como principal nos autos do processo." (NR)

"Art. 58. .....

.....

§ 3º O conselheiro poderá solicitar ao presidente a alteração de seu voto, desde que o faça antes da proclamação do resultado do julgamento, relativo ao conhecimento, à preliminar ou ao mérito.

§ 4º Os votos proferidos pelos conselheiros, inclusive quanto ao conhecimento e às preliminares, serão consignados na ata da sessão, independentemente de ter sido concluído o julgamento do recurso.

§ 5º Na hipótese do § 4º, caso o conselheiro que já tenha proferido o voto esteja ausente na sessão subsequente, o substituto não poderá manifestar-se sobre a matéria já votada pelo conselheiro substituído.

.....

§ 7º O conselheiro poderá, após a leitura do relatório e do voto do relator, pedir esclarecimentos independentemente de iniciada a votação, e vistas no momento de proferir o seu voto.

.....

§ 11. Havendo pluralidade de sujeitos passivos, o tempo máximo de sustentação oral será de 30 (trinta) minutos, a ser dividido entre eles.

§ 12 Na hipótese de julgamento na forma dos §§ 1º e 2º do art. 47, as partes dos demais processos, que não o sorteado como paradigma, terão direito a realizar sustentação oral complementar quando do julgamento do recurso do processo paradigma, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a ser dividido entre elas, observando-se a ordem dos incisos II e III do caput." (NR)

"Art. 59. .....

.....

§ 3º No caso de continuação de julgamento interrompido em sessão anterior, havendo mudança de composição da turma, será lido novamente o relatório, facultado às partes fazer sustentação oral, ainda que já a tenham feito, e tomados todos os votos, observando-se o disposto nos §§ 3º a 5º do art. 58.

§ 4º Será oportunizada nova sustentação oral no caso de retorno de diligência, ainda que já tenha sido realizada antes do envio do processo à origem para realizar a diligência e mesmo que não tenha havido alteração na composição da turma julgadora."(NR)

"Art. 62. .....

§ 1º .....

.....

II - .....

.....

b) Decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento realizado nos termos dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, na forma disciplinada pela Administração Tributária;

.....

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF." (NR)

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

"Art. 64. .....

I - Embargos de Declaração;
II - Recurso Especial; e
III - Agravo.

....."(NR)

Seção II
Do Recurso Especial

"Art. 67. .....

§ 12. .....

.....

II - decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento realizado nos termos dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil; e

....." (NR)

Seção III
Do Agravo

"Art. 71. Cabe agravo do despacho que negar seguimento, total ou parcial, ao recurso especial.

§ 1º O agravo será requerido em petição dirigida ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, no prazo de cinco dias contado da ciência do despacho que lhe negou seguimento.

§ 2º O agravo não é cabível nos casos em que a negativa de seguimento tenha decorrido de:

I - inobservância de prazo para a interposição do recurso especial;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - falta de juntada do inteiro teor do acórdão ou cópia da publicação da ementa que comprove a divergência, ou da transcrição integral da ementa no corpo do recurso, nos termos dos §§ 9º e 11 do art. 67;

III - utilização de acórdão da própria Câmara do Conselho de Contribuintes, de Turma de Câmaras e de Turma Especial do CARF que apreciou o recurso;

IV - utilização de acórdão que já tenha sido reformado;

V - falta de pré-questionamento da matéria, no caso de recurso interposto pelo sujeito passivo; ou

VI - observância, pelo acórdão recorrido, de súmula de jurisprudência dos Conselhos de Contribuintes, da Câmara Superior de Recursos Fiscais ou do CARF, bem como das decisões de que tratam os incisos I a III do § 12 do art. 67, salvo nos casos em que o recurso especial verse sobre a não aplicação, ao caso concreto, dos enunciados ou dessas decisões.

§ 3º O Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais rejeitará liminarmente e de forma definitiva o agravo nas hipóteses previstas no § 2º.

§ 4º No agravo não será admitida a produção de novas provas da divergência.

§ 5º O Presidente da CSRF, em despacho fundamentado, acolherá ou rejeitará, total ou parcialmente, o agravo.

§ 6º Será definitivo o despacho do Presidente da CSRF que negar ou der seguimento ao recurso especial, não sendo cabível pedido de reconsideração ou qualquer outro recurso.

§ 7º Na hipótese de o Presidente do CSRF entender presentes os pressupostos de admissibilidade e der seguimento ao recurso especial, este terá a tramitação prevista nos arts. 69 ou 70, conforme o caso.

§ 8º Na hipótese do § 6º, será dada ciência às partes do despacho que negar total ou parcialmente seguimento ao recurso especial." (NR)

CAPÍTULO V
DAS SÚMULAS
"Art. 74. .....
.....

§ 4º Se houver superveniência de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento realizado nos termos dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, que contrarie súmula do CARF, esta súmula será revogada por ato do presidente do CARF, sem a necessidade de observância do rito de que tratam os §§ 1º a 3º.

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - o § 3º do artigo 44 do Anexo II da Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015; e

II - o § 3º do artigo 47 do Anexo II da Portaria MF nº 343, de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

PORTARIA Nº 153, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5° da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei n° 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1° A tabela do Anexo II da Portaria n° 914, de 7 de dezembro de 2015 passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO

ANEXO II						
Linha de Financiamento	Limite Equalizável (R$)	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador (a.a)	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao tomador final (a.a)	Período Concessão do Financiamento
Custeio	2.923.000.000	5,00%	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio PRONAMP	217.000.000	5,00%	Poupança Rural	RDP	7,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento	100.000.000	2,80%	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PRONAMP	75.000.000	3,25%	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016

PORTARIA Nº 154, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei nº 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º A tabela do Anexo II da Portaria nº 919, de 7 de dezembro de 2015 passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO

ANEXO II						
Linha de Financiamento	Limite Equalizável (R$)	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador (a.a)	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao tomador final (a.a)	Período Concessão do Financiamento
Custeio	657.000.000	5,00 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio	1.833.000.000	1,85 %	Recursos Próprios	(0,8 x TMS)	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Estocagem (FEPM)	43.000.000	1,85 %	Recursos Próprios	(0,8 x TMS)	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio PRONAMP Poupança Rural	233.000.000	5,00 %	Poupança Rural	RDP	7,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio PRONAMP Recursos Próprios	333.000.000	1,85 %	Recursos Próprios	(0,8 x TMS)	7,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento	915.000.000	1,85 %	Recursos Próprios	(0,8 x TMS)	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PRONAMP	175.000.000	3,25 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016

PORTARIA Nº 155, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei nº 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º A tabela do Anexo II da Portaria nº 918, de 7 de dezembro de 2015 passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO

ANEXO II						
Linha de Financiamento	Limite Equalizável(R$)	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador (a.a)	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao tomador final (a.a)	Período Concessão do Financiamento
Custeio demais operações Faixa 2,5% a.a.	19.000.000	1,85%	Recursos Próprios	0,8*TMS	2,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais 4,5% a.a.	44.000.000	1,85%	Recursos Próprios	0,8*TMS	4,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 5,5% a.a.	50.000.000	1,85%	Recursos Próprios	0,8*TMS	5,5%	01/07/2015 a 30/06/2016

PORTARIA Nº 156, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei nº 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º A tabela do Anexo II da Portaria nº 921, de 7 de dezembro de 2015 passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

ANEXO

ANEXO II						
Linha de Financiamento	Limite Equalizável(R$)	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador (a.a.)	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao tomador final (a.a.)	Período Concessão do Financiamento
Custeio demais operações Faixa 2,5% a.a.	100.000.000	5,00%	Poupança Rural	RDP	2,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 2,5% a.a.	30.000.000	1,85%	Recursos Próprios	(0,8*TMS)	2,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 4,5% a.a.	210.200.000	5,00%	Poupança Rural	RDP	4,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 4,5% a.a.	100.000.000	1,85%	Recursos Próprios	(0,8*TMS)	4,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 5,5% a.a.	400.100.000	5,00%	Poupança Rural	RDP	5,5%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio demais operações Faixa 5,5% a.a.	197.300.000	1,85%	Recursos Próprios	(0,8*TMS)	5,5%	01/07/2015 a 30/06/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO MINISTRO
Em 4 de maio de 2016

Processo nº: 17944.001633/2014-91.
Interessado: Município de São Bernardo do Campo (SP).
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de São Bernardo do Campo (SP) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil , no valor de até USD 59,050,000.00 (cinquenta e nove milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde de São Bernardo do Campo".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na redação atualizada da Resolução do Senado Federal. nº 48, de 21 de dezembro de 2007, considerando a permissão contida na Resolução nº 11, de 7 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2016, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto -lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União ao Mutuário, para a operação de crédito externos em epígrafe, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Mutuário, e as demais formalidades de praxe.

Restitua -se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.483, DE 3 DE MAIO DE 2016

Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1º de julho de 2016.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 2 de maio de 2016, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com nova redação para os itens 14, 15, 24, 34 e 39 e acrescida do item 43, com a seguinte redação:

"14 - .....

a) os itens financiados se destinem a fomentar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar produtora de fumo, e a reconversão para outra atividade, vedado o financiamento para construção, reforma e manutenção das estufas para secagem do fumo ou de uso misto, para a secagem do fumo e de outros produtos;

b) no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, fique comprovado que, do total da receita bruta da unidade de produção familiar, a receita bruta gerada por outras atividades que não a produção de fumo seja de, no mínimo:

I - 30% (trinta por cento) no ano agrícola 2016/2017;

II - 40% (quarenta por cento) no ano agrícola 2017/2018;

III - 50% (cinquenta por cento), a partir do ano agrícola 2018/2019;

c) seja apresentado em plano ou projeto de crédito para reconversão da atividade produtiva da unidade familiar que não inclua qualquer item de estímulo à cultura do fumo." (NR)

"15 - .....

.....

g) linha de crédito ao amparo e nas condições do MCR 13-2, ou do MCR 13-6 ou do MCR 13-10, quando relacionados às ações enquadradas na Linha de Crédito Pronaf Agroindústria, de que trata o MCR 10-6, destinada a cooperativa de produção, observado que, excetuando a Linha de Crédito prevista no MCR 13-2-3, o beneficiário que houver contratado o crédito ao amparo do Pronaf Agroindústria fica impedido de contratar novo crédito nessas linhas do BNDES e aquele que houver contratado o crédito nessas linhas do BNDES fica impedido de contratar novo crédito ao amparo do Pronaf Agroindústria, no mesmo ano agrícola;

....." (NR)

"24 - .....

.....

f) para financiamentos de investimento rural contratados com risco integral das instituições financeiras e lastreados em recursos equalizados do OGU, do FAT, do BNDES e da Poupança Rural (MCR 6-4) e da fonte Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) ou de outra que vier a ser instituída, fica permitida a renegociação das parcelas com vencimento no ano civil, respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas com vencimento no respectivo ano dessas operações, em cada instituição financeira, observadas as seguintes condições:

....." (NR)

"34 - .....

a) .....

I - até R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para custeio;

II - até R$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para investimento;

....." (NR)

"39 - .....

.....

f) .....

I - somente será concedido aos beneficiários que desenvolvam atividades de agroindústria previstas no MCR 10-6, apicultura, aquicultura, floricultura, olericultura e fruticultura, observado que, no cálculo da capacidade de pagamento, especificado em projeto técnico, deve ficar comprovado que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em ao menos uma dessas atividades e que a sua exploração ocorra há pelo menos doze meses;

....." (NR)

"43 - Os sistemas de produção de base agroecológica, ou em transição para sistemas de base agroecológica, são definidos conforme normas estabelecidas pela SAF/MDA." (NR)

Art. 2º Os itens 2 e 3 da Seção 4 (Créditos de Custeio) do Capítulo 10 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"2 - A partir de 1º/7/2016, a soma dos créditos de custeio rural contratados ao amparo do Pronaf fica limitada a R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por mutuário e por ano agrícola, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sujeitando-se às seguintes condições:

a) taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para operações destinadas ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos;

b) para o cultivo de milho, taxa efetiva de juros de:

I - 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para contratação de operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R$20.000,00 (vinte mil reais) por mutuário em cada ano agrícola;

II - 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para contratação de operações de custeio que, somadas, ultrapassem o valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), por mutuário em cada ano agrícola, respeitando o limite máximo estabelecido no caput;

c) taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para as demais culturas e criações;

d) dentro dos limites de financiamento previstos neste item, o mutuário pode contratar nova operação de custeio no mesmo ano agrícola desde que o crédito subsequente se destine a lavoura diferente da anteriormente financiada ou a operação de custeio pecuário;

e) para operações coletivas a taxa efetiva de juros será determinada pelo valor individual obtido pelo critério de proporcionalidade de participação." (NR)

"3 - Não são computados, para fins de enquadramento no disposto nas alíneas "a" a "c" do item 2:

....." (NR)

Art. 3º Os itens 5 e 9 da Seção 5 (Créditos de Investimento - Pronaf Mais Alimentos) do Capítulo 10 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"5 - .....

a) .....

I - até R$20.000,00 (vinte mil reais) para aquisição de animais para recria e engorda, observado que o financiamento para essa finalidade somente pode ser feito de forma isolada;

II - até R$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura;

III - até R$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para os demais empreendimentos e finalidades;

b) admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, com limite de até R$800.000,00 (oitocentos mil reais), desde que observado o limite individual de que trata a alínea "a" por beneficiário participante e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) por beneficiário e por ano agrícola;

c) encargos financeiros para as operações contratadas a partir de 1º/7/2016: taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para os seguintes empreendimentos e finalidades:

I - adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, transporte e aplicação dos insumos para essas finalidades;

II - formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal;

III - implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação;

IV - aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos;

V - construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras;

VI - aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras;

d) encargos financeiros para os demais empreendimentos e finalidades, em operações contratadas a partir de 1º/7/2016: taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

e) prazo de reembolso:

I - até 2 (dois) anos, incluído até 1 (um) ano de carência, para aquisição de animais para recria e engorda;

II - até 5 (cinco) anos, com até 1 (um) ano de carência, para os itens I e II, da alínea "c" e para a aquisição de caminhonetes de carga;

III - até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, para os demais itens financiáveis;

f) no caso de aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, o tomador do crédito deve apresentar anuência emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)." (NR)

"9 - São considerados créditos para investimento em inovação tecnológica, obrigatoriamente contratados com assistência técnica, os destinados à automação na avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite; construção e manutenção de estruturas de cultivos protegidos, inclusive equipamentos relacionados, sistemas de irrigação, componentes da agricultura de precisão e tecnologias de energia renovável, como uso da energia solar, biomassa e eólica, mediante apresentação de projeto técnico." (NR)

Art. 4º O item 4 da Seção 6 (Crédito de Investimento para Agregação de Renda - Pronaf Agroindústria) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"4 - .....

.....

c) limite por beneficiário em cada ano agrícola, aplicável a uma ou mais operações:

I - pessoa física: até R$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) por beneficiário, observado o limite de que trata o MCR 10-1-34;

II - empreendimento familiar rural - pessoa jurídica: até R$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), observado o limite de que trata o inciso I desta alínea, por sócio relacionado na DAP emitida para o empreendimento;

.....

d) encargos financeiros, para as operações contratadas a partir de 1º/7/2016: taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), respeitado o limite de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) por associado quando aplicável;

....." (NR)

Art. 5º A alínea "c" do item 1 da Seção 7 (Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais - Pronaf Floresta) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) limites por beneficiário:

I - quando destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B": até R$38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais);

II - para as demais finalidades: até R$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais);

....." (NR)

Art. 6º A alínea "c" do item 1 da Seção 8 (Crédito de Investimento para Convivência com o Semiárido - Pronaf Semiárido) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) limite: até R$20.000,00 (vinte mil reais) por beneficiário, observado o disposto no MCR 10-1-22 e ainda que:

....." (NR)

Art. 7º A alínea "c" do item 1 da Seção 10 (Crédito de Investimento para Jovens - Pronaf Jovem) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) limite por beneficiário: até R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), observado que:

....." (NR)

Art. 8º A alínea "e" do item 1 da Seção 12 (Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados - Pronaf Cotas-Partes) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"e) encargos financeiros, para as operações contratadas a partir de 1º/7/2016: taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano);" (NR)

Art. 9º Os itens 1, 2 e 4 da Seção 16 (Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental - Pronaf Eco) do Capítulo 10 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

b) .....

I - pequenos aproveitamentos hidroenergéticos;

II - tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas;

III - tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem;

IV - projetos de adequação ambiental como implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes, compostagem, desde que definida no projeto técnico a viabilidade econômica das atividades desenvolvidas na propriedade para pagamento do crédito;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - adequação ou regularização das unidades familiares de produção à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas e implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável, desde que definida no projeto técnico a viabilidade econômica das atividades desenvolvidas na propriedade para pagamento do crédito;

VI - implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas;

VII - silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros;

c) limites: até R$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), observado o disposto no MCR 10-1-34;

d) encargos financeiros:

I - para as operações destinadas ao financiamento de uma ou mais finalidades listadas nos incisos de I a VI da alínea "b": taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

II - para as operações destinadas ao financiamento da finalidade listada no inciso VII da alínea "b": taxa efetiva de juros de 5,5% a.a (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: conforme a finalidade prevista na alínea "b":

I - para projetos de miniusinas de biocombustíveis previstos no inciso II: até 12 (doze) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico comprovar essa necessidade;

II - para as demais finalidades previstas nos incisos I a V: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos quando a atividade assistida requerer esse prazo, conforme cronograma estabelecido no respectivo projeto técnico;

III - para a finalidade prevista no inciso VI: até 5 (cinco) anos, incluídos até 2 (dois) de carência;

IV - para a finalidade prevista no inciso VII: até 12 (doze) anos, incluídos até 8 (oito) anos de carência, podendo o prazo da operação ser elevado, no caso de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), para até 16 (dezesseis) anos, quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico ou a proposta comprovar a sua necessidade, de acordo com o retorno financeiro da atividade assistida;

f) a mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos, condicionada a concessão do segundo ao prévio pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do primeiro financiamento e à apresentação de laudo da assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento." (NR)

"2 - .....

.....

c) limite de crédito por beneficiário: R$88.000,00 (oitenta e oito mil reais) em uma ou mais operações, descontando-se do limite os valores contratados de operações "em ser" ao amparo do Crédito de Investimento (Pronaf Mais Alimentos), de que trata o MCR 10-5, respeitado o limite de:

I - R$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) por hectare para a cultura do dendê;

II - R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) por hectare para a cultura da seringueira;

....." (NR)

"4 - .....

a)

.....

.....

II - do 2º (segundo) ao 4º (quarto) ano, até R$720,00 (setecentos e vinte reais) por hectare/ano, com liberação em parcelas trimestrais, condicionadas à correta execução das atividades previstas para o período no projeto de financiamento;

b) .....

I - até R$60,00 (sessenta reais) por hectare/ano, durante os quatro primeiros anos de implantação do projeto, não se aplicando, nessas operações, os limites definidos no MCR 2-4-13-"b";

....." (NR)

Art. 10. A alínea "c" do item 1 da Seção 20 (Crédito Produtivo Orientado de Investimento - Pronaf Produtivo Orientado) do Capítulo 10 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) limites por beneficiário: mínimo de R$18.000,00 (dezoito mil reais) e máximo de R$40.000,00 (quarenta mil reais) por operação, por ano agrícola, observado que:

....." (NR)

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2016.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 14.991, DE 3 DE MAIO DE 2016

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 22/02/2016, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
UHY AUDITORES ASSOCIADOS S/S - EPP
CNPJ: 09.285.766/0001-34
Anterior Denominação Social
STAFF AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CNPJ: 09.285.766/0001-34

JOSÉ CARLOS BEZERRRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 403, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: ROBSON JOSE BAYERL

1 - Processo: 11829.720049/2013-98 - Recorrente: FIH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 12466.723779/2013-70 - Recorrente: TEGMA LOGISTICA INTEGRADA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10314.720021/2015-50 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN

4 - Processo: 10074.001381/2009-81 - Recorrente: HYATS COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10983.722370/2011-08 - Recorrente: FIRST S/A E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10108.721108/2011-56 - Recorrente: FERIAL MALI DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10108.721109/2011-09 - Recorrente: KARYNE REIS SANTANA DO CARMO ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE DOLIVEIRA

8 - Processo: 12266.722217/2013-65 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10314.722932/2013-50 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10074.001359/2009-31 - Recorrente: MOBILITA COM IND E REPRESENTCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

11 - Processo: 10830.002761/2007-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LONDRINA BEBIDAS LTDA
Relator: WALTAMIR BARREIROS

12 - Processo: 11829.720048/2013-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

13 - Processo: 11762.720020/2014-17 - Recorrentes: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e FAZENDA NACIONAL
DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ROBSON JOSE BAYERL

14 - Processo: 10480.721144/2010-81 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10480.721571/2013-11 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10283.005139/2010-54 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10283.720361/2010-81 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 19515.002894/2010-81 - Recorrente: FIDELIDADE VIAGENS E TURISMO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 16327.001044/2008-70 - Recorrente: BANCORP FOMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE DOLIVEIRA

20 - Processo: 12266.721968/2012-83 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

21 - Processo: 19515.720959/2012-35 - Recorrente: FRIGORIFICO MABELLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 10580.733831/2012-83 - Recorrente: BOMPRECO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10580.722578/2013-13 - Recorrente: BOMPRECO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

24 - Processo: 13888.721159/2013-06 - Recorrentes: SEMPERMED BRASIL COMERCIO EXTERIOR LTDA E OUTROS e FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: ROBSON JOSE BAYERL

25 - Processo: 10813.720639/2013-27 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10074.000042/2009-87 - Recorrente: BRAZ OLEO IND COM IMP EXP LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10111.720769/2013-77 - Recorrente: MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10907.001404/2005-83 - Recorrente: FORTESOLO SERVICOS INTEGRADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN

29 - Processo: 11128.006355/2003-43 - Recorrente: BASF CORANTES TEXTEIS S.A. (sucessora de DYSTAR LTDA, por sua vez sucessora de BASF CORANTES TÊXTEIS S.A.) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 11128.006876/2003-09 - Recorrente: BASF CORANTES TEXTEIS S.A. (sucessora de DYSTAR LTDA, por sua vez sucessora de BASF CORANTES TÊXTEIS S.A.) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10074.000510/2010-57 - Recorrente: ALL NATIONS COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10314.727518/2013-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA

33 - Processo: 13005.721904/2013-05 - Recorrente: POLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE DOLIVEIRA

34 - Processo: 15521.000147/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA

35 - Processo: 10980.728703/2012-13 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

36 - Processo: 10611.004116/2008-49 - Recorrente: MERCOTEX DO BRASIL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALTAMIR BARREIROS

37 - Processo: 11011.720557/2012-08 - Recorrente: TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ROSALDO TREVISAN

38 - Processo: 12782.000010/2010-54 - Recorrente: PRIME TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

39 - Processo: 15956.000113/2006-97 - Recorrente: SERRANA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 11634.000538/2008-40 - Recorrente: MACEDONIA MOVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10979.000117/2002-60 - Recorrente: ZANATTO SOLUCOES GRAFICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10980.006325/2003-14 - Recorrente: ZANATTO SOLUCOES GRAFICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: ROBSON JOSE BAYERL

43 - Processo: 10665.720290/2013-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MINAS EXPORT LTDA
Relator: ROSALDO TREVISAN

44 - Processo: 10930.002166/2003-74 - Recorrente: MILENIA AGRO CIENCIAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 18471.001868/2003-05 - Recorrente: NET RIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

46 - Processo: 13005.000359/2005-00 - Recorrente: PREMIUM TABACOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 13005.000553/2005-87 - Recorrente: PREMIUM TABACOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE DOLIVEIRA

48 - Processo: 10735.001992/2002-21 - Embargante: ASSOCIACAO FLUMINENSE DE EDUCACAO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

49 - Processo: 10860.721016/2013-14 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 19515.003470/2007-38 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VIACAO IMIGRANTES LTDA.

Relator: WALTAMIR BARREIROS

51 - Processo: 10880.735489/2011-91 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 16561.720022/2011-35 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 16561.720023/2011-80 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

54 - Processo: 13746.000243/98-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL S.A.

55 - Processo: 10280.004247/2006-53 - Recorrente: TAPAJOS TIMBER COM IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 10280.004248/2006-06 - Recorrente: TAPAJOS TIMBER COM IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 10280.004249/2006-42 - Recorrente: TAPAJOS TIMBER COM IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 10280.004251/2006-11 - Recorrente: TAPAJOS TIMBER COM IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE DOLIVEIRA

59 - Processo: 10783.722945/2011-31 - Recorrente: NICCHIO CAFE S/A EXPORTACAO E IMPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

60 - Processo: 13116.000673/2007-99 - Recorrente: MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 13116.000674/2007-33 - Recorrente: MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10280.722255/2009-28 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10280.721458/2011-11 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 16327.721226/2013-28 - Recorrente: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO PENINSULA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 19647.008239/2007-35 - Recorrente: AREVA RENEWABLES BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 15586.000956/2010-25 - Recorrente: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 11543.001339/2004-44 - Recorrente: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 11543.001562/2005-72 - Recorrente: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 11962.000198/2004-10 - Recorrente: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 15771.720479/2011-10 - Recorrente: CROMAX ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

71 - Processo: 11516.002621/2007-19 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 11128.007029/96-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO.

ROBSON JOSE BAYERL
Presidente da Turma
Substituto

MANUELLA BEATRIZ SANTOS VIEIRA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3º andar, Sala 404, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

1 - Processo: 11634.001426/2010-21 - Recorrente: LINEA BRASIL IND E COM DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

2 - Processo: 10508.720652/2013-30 - Recorrente: COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS SHAUANA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10508.720647/2013-27 - Recorrente: COMERCIAL DE ESTIVAS MATOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

4 - Processo: 10580.727327/2012-44 - Recorrente: ENGEPACK EMBALAGENS SAO PAULO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

5 - Processo: 10314.723397/2014-35 - Recorrente: COMARK COBRANCAS LTDA E OUTROS. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 12466.721579/2013-82 - Recorrente: AST COMERCIO INTERNACIONAL LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 12466.722735/2013-22 - Recorrente: AST COMERCIO INTERNACIONAL LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

8 - Processo: 11080.725358/2011-83 - Recorrente: TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 12448.728730/2013-21 - Recorrente: DTP PARTICIPACOES & INVESTIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

10 - Processo: 11516.723451/2013-58 - Recorrente: TRANSPORTES DALCOQUIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10120.720035/2007-31 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10074.000038/2011-33 - Recorrentes: APA CONFECCOES S/A e FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10925.000820/2007-16 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10925.000823/2007-41 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

15 - Processo: 18088.720013/2014-55 - Recorrente: SANTIN - EQUIPAMENTOS, TRANSPORTES, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

16 - Processo: 16561.720011/2012-36 - Recorrentes: TIM CELULAR S.A. e FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 16643.000085/2010-81 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

18 - Processo: 10640.721511/2014-91 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 16682.720558/2011-84 - Recorrente: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

20 - Processo: 12719.002808/2008-80 - Recorrentes: J.RUETTE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 16327.002736/2003-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER BRASIL S.A. ATUAL DENOMINAÇÃO DE BANCO SUDAMERIS BRASIL SOCIEDADE ANONIMA

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

22 - Processo: 10166.720116/2008-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASAL REFRIGERANTES S/A

23 - Processo: 13896.722527/2012-45 - Recorrentes: PLASFAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

24 - Processo: 15540.720380/2013-95 - Recorrente: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 15504.726398/2014-18 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

26 - Processo: 10880.730171/2012-02 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 16682.720034/2014-36 - Recorrente: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

28 - Processo: 10880.722038/2013-55 - Recorrente: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 16561.720170/2013-11 - Recorrente: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 19515.721473/2012-14 - Recorrente: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

31 - Processo: 10980.721787/2013-37 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

32 - Processo: 19679.005959/2003-48 - Recorrente: MULTIBRAS S/A ELETRODOMESTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

33 - Processo: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

34 - Processo: 10835.720016/2014-87 - Recorrente: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

35 - Processo: 19515.722631/2013-34 - Recorrente: ODEBRECHT AMBIENTAL S.A. E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10074.000899/2010-31 - Recorrente: MOBILITA LICENCIAMENTOS DE MARCAS E PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10111.721635/2013-73 - Recorrente: MEGALAR ELETRO E UTILIDADES LTDA - EPP E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

38 - Processo: 16327.000403/2010-96 - Recorrente: HSBC CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

39 - Processo: 10920.001348/2008-51 - Recorrentes: LOPES E AGUIAR INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHAS LTDA - EPP E OUTROS e FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10783.720562/2010-47 - Recorrente: UM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

41 - Processo: 11762.720083/2013-84 - Recorrente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 15956.000540/2007-56 - Recorrente: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 15956.720368/2013-07 - Recorrente: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 15956.720374/2013-56 - Recorrente: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

45 - Processo: 10980.725586/2010-66 - Embargante: HSBC SEGUROS (BRASIL) S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 19515.000528/2008-72 - Recorrente: PENNACCHI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 10860.721986/2012-21 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

48 - Processo: 11080.000687/2007-31 - Recorrente: CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

49 - Processo: 10865.723157/2014-02 - Recorrente: PACK-SEVEN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
50 - Processo: 18471.000403/2004-18 - Recorrente: NIMEY ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 19515.008025/2008-45 - Recorrente: THOMSON BROADCAST SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 16832.000163/2010-10 - Recorrente: SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
53 - Processo: 15924.720015/2013-76 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
54 - Processo: 10909.720484/2011-06 - Recorrente: ANTARES COMERCIO E SERVICOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 10909.720514/2011-76 - Recorrente: ANTARES COMERCIO E SERVICOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS
Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
56 - Processo: 10517.720002/2013-85 - Recorrente: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
57 - Processo: 10865.001848/2006-33 - Recorrente: MUNICIPIO DE LIMEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 18050.010563/2008-41 - Recorrente: BANCO ALVORADA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 11543.002173/2009-98 - Recorrente: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO
60 - Processo: 13766.000022/2002-30 - Recorrente: BRACOM VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 13766.000018/2002-71 - Recorrente: BRACOM VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 11543.000992/2003-13 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
63 - Processo: 10280.901059/2012-13 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 10280.901358/2012-58 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 10280.901510/2012-01 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
66 - Processo: 11516.723522/2012-31 - Recorrentes: F MARINE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NAUTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 11516.720103/2014-18 - Recorrente: F MARINE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NAUTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
68 - Processo: 11030.000212/2003-15 - Recorrente: BAVARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 16366.720350/2013-18 - Recorrente: SIMBAL SP INDUSTRIA DE MOVEIS E COLCHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 19515.721721/2013-16 - Recorrentes: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA E OUTROS e FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
71 - Processo: 12457.002333/2011-55 - Recorrente: EMUNA BRASIL COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 12457.002330/2011-11 - Recorrente: EMUNA BRASIL COMERCIO EXTERIOR LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
73 - Processo: 10950.726440/2012-57 - Recorrente: AUTO ADESIVOS PARANA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
74 - Processo: 11020.721841/2012-84 - Embargante: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO
75 - Processo: 11070.722246/2011-90 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 12448.737860/2011-93 - Recorrente: BRASILCRED CLUBE DE SEGUROS S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
77 - Processo: 10571.720030/2012-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TOCANTINS TEXTEIS - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCAO LTDA
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
78 - Processo: 18470.731952/2011-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
79 - Processo: 10805.001452/2006-09 - Embargante: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
80 - Processo: 10380.908242/2008-35 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente da Turma

MANUELLA BEATRIZ SANTOS VIEIRA
Chefe da Secretaria

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 4 de maio de 2016

Nº 71 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu texto:

PROTOCOLO ICMS 27, DE 3 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo às disposições do Protocolo ICMS 97/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com autopeças.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos Artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no Artigo 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Ficam estendidas ao Estado do Espírito Santo as disposições do Protocolo ICMS 97/10, de 9 de julho de 2010.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 28, DE 3 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a exclusão do Estado da Bahia do Protocolo ICMS 44/13, que estabelece a substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Os Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e neste ato representados por seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos art. 102 e 199, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e no Artigo 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996 e o disposto no Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica o Estado da Bahia excluído das disposições previstas no Protocolo ICMS 44/13, de 5 de abril de 2013.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente a data de sua publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

Na cláusula segunda do Protocolo ICMS 1/16, de 18 de fevereiro de 2016, publicado no DOU de 25 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 18, onde se lê: " "§ 3º Nas operações ..." "; leia-se: " "§ 4º Nas operações ..." ".

No Protocolo ICMS 15/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, páginas 17 e 18, onde se lê: "Cláusula Os seguintes dispositivos do Protocolo ICMS 55/11, passam a vigorar ..."; leia-se: "Cláusula Primeira Os seguintes dispositivos do Protocolo ICMS 55/11, passam a vigorar ...".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 16/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, páginas 18 e 19, onde se lê: "Protocolo ICMS 57/11, ... "; leia-se: "Protocolo ICMS 57/11, de 11 de agosto de 2011, ...".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 18/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, página 20, onde se lê: "... Protocolo ICMS 59/11, de 21 de março de 2014...' "; leia-se: "... Protocolo ICMS 59/11, de 11 de agosto de 2011 ... ".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 19/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, páginas 20 a 22, onde se lê: "... Protocolo ICMS 60/11, ...' "; leia-se: "... Protocolo ICMS 60/11, de 11 de agosto de 2011, ... ".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 20/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, página 22, onde se lê: "... Protocolo ICMS 113/11, ...' "; leia-se: "... Protocolo ICMS 113/11, de 16 de dezembro de 2011, ... ".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 21/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, páginas 22 a 24, onde se lê: "... Protocolo ICMS 114/11, ...' "; leia-se: "... Protocolo ICMS 114/11, de 16 de dezembro de 2011, ... ".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 22/16, de 8 de abril de 2016, publicado no DOU de 13 de abril de 2016, Seção 1, página 24, onde se lê: "... Protocolo ICMS 54/11, ...' "; leia-se: "... Protocolo ICMS 54/11, de 11 de agosto de 2011, ... ".

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

RELATÓRIO EMGEA 2014

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano de 2014 reafirmou a eficácia da EMGEA na gestão de ativos públicos e assinalou o início de uma nova fase em sua história.

Com apenas treze anos de existência, a Empresa desincumbiu-se plenamente de seu encargo inicial: a promoção do adimplemento e liquidação de mais de um milhão de contratos originados do antigo Sistema Financeiro da Habitação - SFH. A solução desses contratos continua a trazer benefícios imediatos e concretos a milhares de famílias brasileiras. E, além disso, a EMGEA já fez retornar R$ 39,47 bilhões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Referência de mercado na gestão de ativos públicos de difícil recuperação e detentora de resultados sólidos, a EMGEA propicia remuneração a seu acionista e contribui para a obtenção de superávit primário pelo governo brasileiro. Por isso, credenciou-se a adquirir, em setembro de 2014, uma nova carteira de ativos, composta por créditos comerciais e habitacionais.

Com sua equipe qualificada, inovadora e motivada, a EMGEA está apta a gerir seu atual portfólio e a enfrentar as novas missões e novos desafios que lhe venham a ser confiados, sempre de modo a prestar um bom serviço à União, à Administração Pública Federal e à Sociedade.

1. A INSTITUIÇÃO

A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal.

Foi criada pelo Decreto nº 3.848/2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155/2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

A EMGEA rege-se pelo seu Estatuto Social, na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122/2010, e pelo seu Regimento Interno.

De sua estrutura de governança corporativa fazem parte o Conselho de Administração, assessorado pela Auditoria Interna, a Diretoria Executiva, composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores, e o Conselho Fiscal.

As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas definidas e em regulamentos internos, envolvendo os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas dos negócios e das atividades, conferindo agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Além disso, para a garantia da boa governança, a EMGEA dispõe de instrumentos de gestão como os Códigos de Ética e de Conduta, elaborados em consonância com os princípios de transparência, equidade e conformidade.

Anualmente, com suporte do Programa Parceiros para a Excelência - PAEX, instituído pela Fundação Dom Cabral - FDC, a EMGEA elabora seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia Balanced Scorecard - BSC, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

A Empresa possui Capital Social de R$ 9.057,99 milhões, está inscrita no CNPJ sob o nº 04.527.335/0001-13 e detém a Inscrição Estadual nº 07.423.948/001-92. Está situada no Setor Bancário Sul - Quadra 2 - Bloco B - Subloja - Edifício São Marcus, em Brasília DF, CEP 70070-902, telefones nºs 61 3214-4909 e 3214-4910, fax nº 61 3214-4900 e Portal da Internet no endereço www.emgea.gov.br

Identidade Empresarial

NEGÓCIO Gerir ativos.

MISSÃO Gerir ativos públicos por meio de soluções inovadoras.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VISÃO Ser a melhor gestora de ativos do Brasil.

VALORES Valorizamos nossos relacionamentos e o desenvolvimento integral das pessoas.

Privilegiamos a especialização técnica na gestão de ativos e a conciliação na solução de conflitos.

Conduzimos nossos negócios e relacionamentos segundo os princípios éticos da Administração Pública.

Criamos e implementamos soluções inovadoras para o alcance de resultados sustentáveis.

Respeitamos a diversidade humana e cultural.

Nossas ações buscam contribuir para a inclusão social e para um meio ambiente saudável.

Incentivamos a colaboração e a atuação integrada em todos os níveis da Empresa.

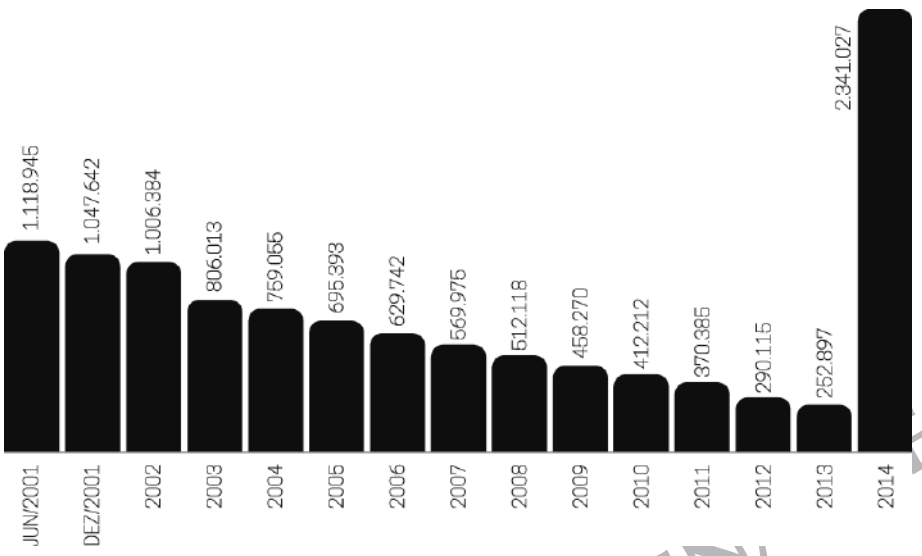
2. GESTÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2014, a EMGEA obteve arrecadação total no montante de R$ 951,47 milhões proveniente dos contratos de operação de crédito mantidos com pessoas físicas e jurídicas, além da venda de imóveis não de uso.

Em 30.9.2014, foi realizada permuta de ativos entre a EMGEA e a CAIXA, que resultou no ingresso de 2.121.683 contratos de crédito perante pessoas físicas, sendo 2.106.469 da carteira comercial e 15.214 da carteira imobiliária.

A operação teve como contrapartida a transferência de direitos creditórios perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, de propriedade da EMGEA, o que tem contribuído para a melhoria da liquidez da Empresa, tendo em vista que os novos ativos geram fluxo de caixa imediato.

O Gráfico 1 adiante demonstra a evolução da quantidade de contratos de crédito geridos pela Empresa, desde a sua criação, computados os efeitos da permuta de créditos realizada no exercício:



A contínua redução do estoque de contratos ocorrida entre 2001 e 2013 demonstra que a Empresa vem cumprindo sua missão de equacionar os antigos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, que se encontravam havia anos sem solução, beneficiando desse modo milhares de famílias, notadamente de baixa renda.

2.1 Créditos perante Pessoas Físicas

Até 2013, a carteira de contratos perante pessoas físicas era constituída por financiamentos habitacionais, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros integrantes do SFH e do Sistema Hipotecário - SH, que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição.

Em 2014, foi realizada com a CAIXA permuta de contratos de créditos das carteiras comercial e imobiliária, titulados por pessoas físicas. A operação, formalizada por contrato de cessão onerosa, permitiu o ingresso de novos créditos e teve como contrapartida a transferência de créditos perante o FCVS, de propriedade da EMGEA.

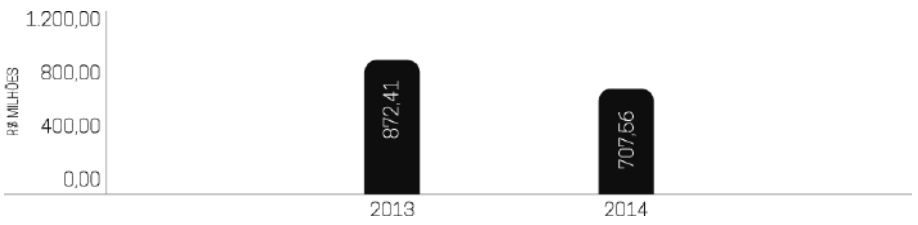
A Empresa adota medidas visando regularizar os contratos, mediante incentivo à liquidação e à reestruturação de dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial, contribuindo com o ingresso de recursos, a partir da retomada do fluxo de pagamento dos contratos.

Em razão da permuta realizada em 30.9.2014, foram incorporados à carteira imobiliária perante pessoas físicas, 15.214 novos contratos de crédito, cujo saldo devedor naquela data era de R$ 1.022,22 bilhão.

2.1.1 Arrecadação

No ano de 2014, a arrecadação alcançou o montante de R$ 707,56 milhões, proveniente do recebimento de prestações mensais, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas, indenizações securitárias e de levantamento de depósitos judiciais.

Desse montante, R$ 23,03 milhões são provenientes dos novos contratos ingressados no exercício.

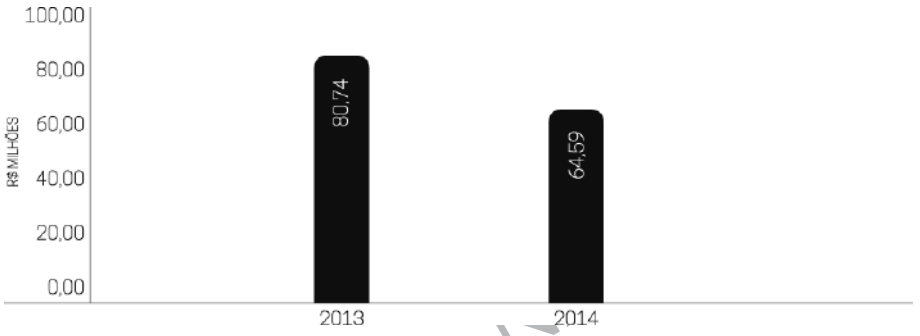


2.1.2 Seguro Habitacional

A administração do seguro habitacional visa garantir o direito a indenizações securitárias, pela ocorrência dos sinistros previstos nas apólices contratadas, mediante pagamento dos prêmios de seguros correspondentes.

Em 2014, a EMGEA pagou à seguradora contratada e ao FCVS, o montante líquido de R$ 64,59 milhões, sendo R$ 61,65 milhões da apólice do SFH e R$ 2,94 milhões da apólice de mercado, a título de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário perante pessoas físicas.

Esse valor é 20,00% menor em relação ao ano de 2013 (R$ 80,74 milhões), em face da redução de contratos averbados e da assinatura, em julho daquele ano, de contrato com nova empresa seguradora, cujos prêmios são 50,48% inferiores aos do contrato anterior.



O pagamento dos prêmios de seguro é realizado pela EMGEA independentemente do ressarcimento por parte do mutuário, por meio da liquidação da prestação mensal. Em 2014, a EMGEA foi ressarcida, pelos mutuários, no valor de R$ 20,75 milhões.

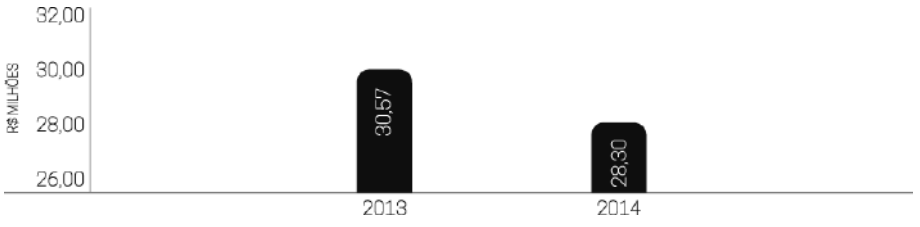
Do total de prêmios, foi deduzido cerca de R$ 1,00 milhão, referente à remuneração recebida pela EMGEA na condição de estipulante de apólice. Essa remuneração está instituída na apólice do SFH e corresponde a 1,60% dos prêmios emitidos.

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pela Seguradora e pelo FCVS, dos sinistros, assim definidos:

- De natureza pessoal (Morte ou Invalidez Permanente - MIP): nesses casos, as indenizações são pagas à EMGEA para amortizar ou quitar o saldo devedor, conforme a ocorrência de sinistro, parcial ou total;

- De natureza material (Danos Físicos do Imóvel - DFI): os mutuários são ressarcidos, pela Seguradora ou pelo FCVS, dos custos com a recuperação do bem, em decorrência dos sinistros.

A EMGEA recebeu, em 2014, o montante de R$ 28,30 milhões, equivalente a 43,81% do total de prêmios pagos. Esse valor é inferior em 7,42%, em relação aos R$ 30,57 milhões recebidos durante o ano de 2013.

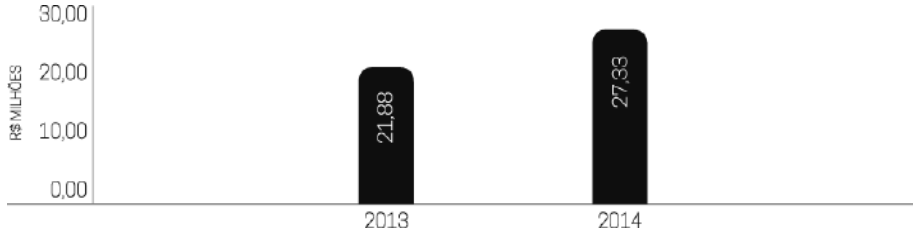


2.1.3 Despesas com Procedimentos de Execução Judicial e Extrajudicial

Além das medidas de incentivo, outros recursos utilizados para a regularização da inadimplência são as execuções judiciais e/ou extrajudiciais.

Para garantir a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos de crédito imobiliário junto a pessoas físicas, a CAIXA, na condição de prestadora de serviços, efetua o pagamento de despesas relativas a esses procedimentos e é posteriormente ressarcida pela EMGEA.

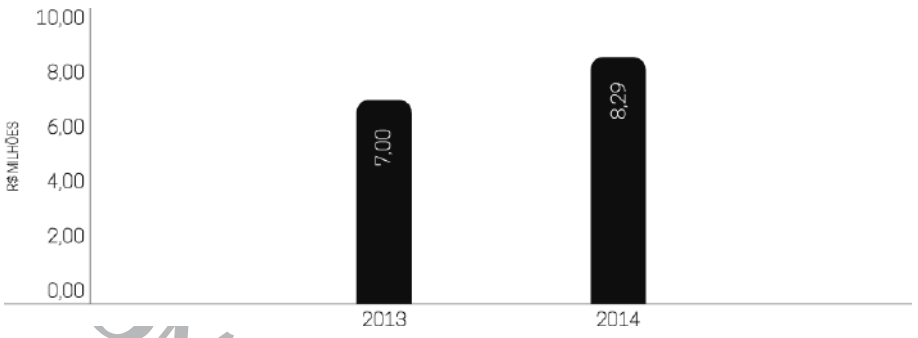
No decorrer de 2014, esses ressarcimentos à CAIXA atingiram o valor de R$ 27,33 milhões, superior em 24,90% em relação ao montante de R$ 21,88 milhões, alcançado em 2013.



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

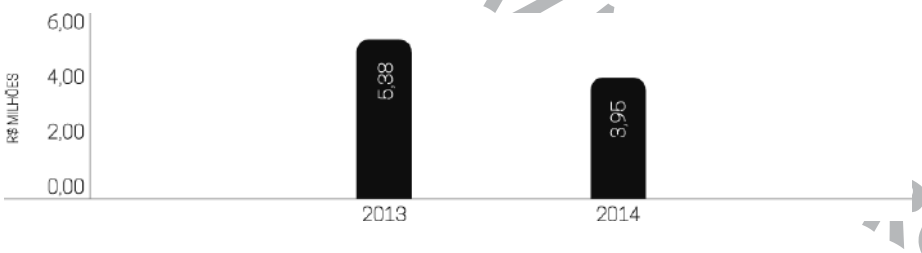
Parte das despesas com procedimentos de execução judicial ou extrajudicial é recuperada, em razão da prerrogativa do devedor de suspender ou encerrar a execução da dívida para resgatar os direitos contratuais relativos a seu crédito imobiliário, por meio do reembolso à EMGEA dos montantes por ela incorridos.

Foi recuperado junto a pessoas físicas, em 2014, o montante de R$ 8,29 milhões, as quais pagaram os débitos sob execução, caracterizando a purga de suas moras mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA. Esse valor foi superior em 18,42% ao observado em 2013, na ordem de R$ 7,00 milhões.

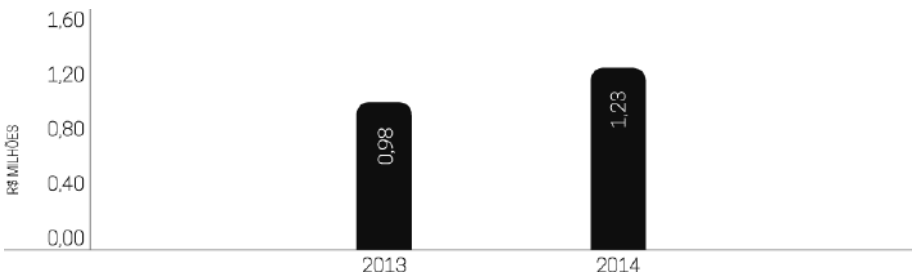


2.1.4 Depósitos Judiciais e Recursais

Em determinados tipos de ações judiciais, ocorrendo decisões em seu desfavor, passíveis de recurso, a EMGEA deve efetuar depósitos à ordem do juízo. Esses depósitos (judiciais e/ou recursais) referentes a contratos com pessoas físicas alcançaram, em 2014, o montante de R$ 3,95 milhões, equivalente a 73,42% do valor depositado em 2013 (R$ 5,38 milhões), conforme gráfico a seguir:



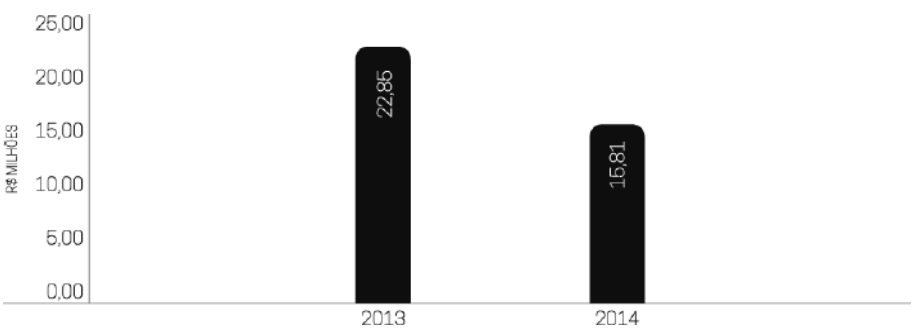
Esses depósitos podem ser recuperados, dependendo das decisões nas ações judiciais. Em 2014, as decisões favoráveis à EMGEA propiciaram a recuperação de R$ 1,23 milhão, montante superior em 25,51% ao ocorrido no ano anterior (R$ 980 mil).



2.1.5 Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à averbação de cessão de parte de seus créditos, à emissão de certidões, à avaliação de imóveis, à elaboração de laudos de vistoria, à utilização de serviços de cadastros restritivos, a custas judiciais e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas físicas.

No exercício de 2014, essas despesas alcançaram R$ 15,81 mil, inferiores em 30,80% quando comparadas com o dispêndio de R$ 22,85 mil, ocorrido em 2013.



2.1.6 Projeto de Conciliação - Contratos Sub Judice

Com o incentivo da Justiça Federal, desde 2002, a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, tem sido uma maneira ágil e definitiva de solucionar os conflitos entre as partes.

Em 2014 o Conselho Nacional de Justiça - CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realização de 3.400 audiências de conciliação no segundo semestre, relativamente aos processos envolvendo contratos da EMGEA.

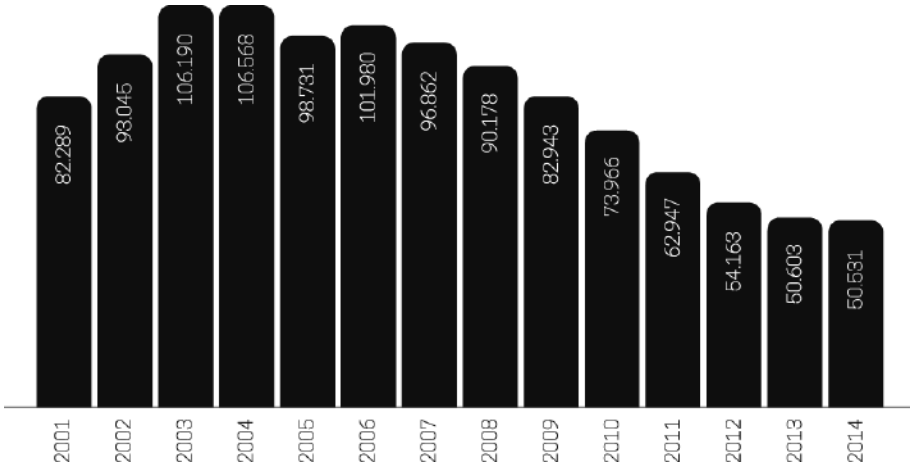
Foram agendadas 15.341 audiências e realizadas 10.727, ao longo do exercício de 2014, sendo 10.197 finalizadas e 530 remarcadas. Das audiências finalizadas em todo o País, foram firmados 5.416 acordos, gerando a recuperação de R$ 259,75 milhões para a EMGEA.

O resultado é consequência das medidas de incentivo à liquidação adotadas pela EMGEA para melhoria dos resultados.

Este Projeto propiciou, desde o início das conciliações, a finalização de 125.404 audiências, com 53,41% de acordos com êxito.

As audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos sub judice mantivesse a redução histórica, passando de 50.603 em 2013 para 50.531 em 2014, apesar do ingresso de 2.692 contratos nessa condição, provenientes da permuta de 30.9.2014.

O Gráfico 10 adiante apresenta o comportamento da quantidade do estoque de contratos sub judice, ou seja, considera as ações judiciais ingressadas e extintas, desde a criação da Empresa, com destaque para a significativa redução a partir do ano de 2007:



2.17 Créditos da Carteira Comercial perante Pessoas Físicas

Tendo em vista a permuta realizada com a CAIXA em 30.9.2014, foram incorporados à carteira de crédito perante pessoas físicas, 2.106.469 contratos comerciais, cujo saldo devedor naquela data era de R$ 6.194,57 milhões.

Os novos ativos são compostos por contratos com ticket médio baixo, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo e crédito direto ao consumidor.

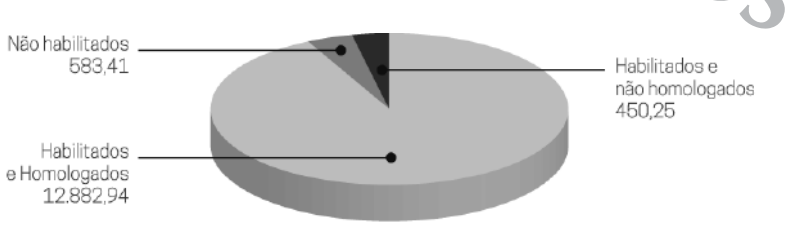
Esses créditos proporcionaram arrecadação de R$ 77,74 milhões, conforme consta do balanço de 31.12.2014, a qual foi repassada à EMGEA pela Prestadora de Serviços em 2015, acrescida dos encargos contratuais previstos.

2.2 Créditos perante o FCVS

A gestão dos créditos perante o FCVS tem como finalidade a obtenção da certeza e liquidez desses ativos, para possibilitar a novação, com a União, das dívidas do Fundo, mediante a emissão, em nome da Empresa, de títulos CVS pelo Tesouro Nacional, ou a utilização desses créditos como ativos negociáveis.

A carteira de créditos perante o FCVS encerrou o exercício de 2014 com saldo contábil, antes da constituição de provisões, de R$ 13.916,60 milhões, inferior aos R$ 15.898,91 milhões observados em 2013, principalmente pela transferência de parte desses créditos para a CAIXA, no valor de R$ 1.656,99 milhões (valor líquido posicionado em 31.7.2014), decorrente da permuta de ativos de 30.9.2014.

A composição da carteira dos créditos detidos pela EMGEA perante o FCVS em 31.12.2014 pode ser observada no gráfico adiante:



2.2.1 Novação de Dívidas

Desde 2012, as novações de dívidas do FCVS pela União estão suspensas pelos gestores do Fundo, para ajustes legais e consequentes adequações de procedimentos.

As novações de dívidas relativas aos créditos da EMGEA perante o FCVS, ocorridas em exercícios anteriores, por ano de realização, perfizeram os seguintes montantes:

Tabela 1- Montante Anual de Dívidas do FCVS Novadas pela União com a EMGEA

	R$ milhões
Ano	Valor na data de formalização
2007	502,67
2008	148,74
2009	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

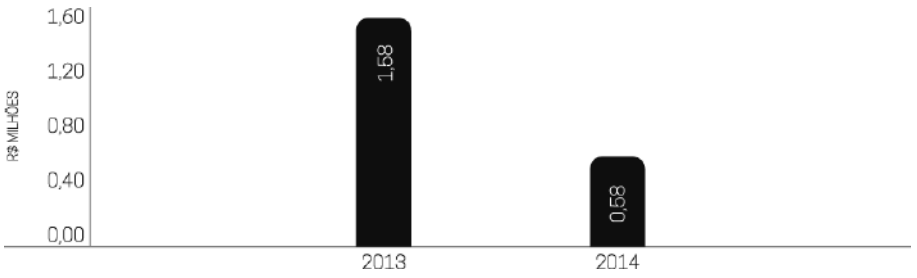
2010	563,06
2011	1.091,70
2012	68,75
2013	-
2014	-
Total	2.374,92

Obs.: Valores arredondados

2.2.2 Contribuições ao FCVS

A fim de assegurar a cobertura pelo FCVS dos saldos devedores de contratos de financiamento nas hipóteses regulamentadas, a EMGEA recolhe contribuições mensais e à vista em favor daquele Fundo, em cumprimento às disposições legais.

No exercício de 2014 a EMGEA recolheu o montante de R$ 0,58 milhão. Essas contribuições foram 63,29% inferiores às realizadas no ano de 2013, no montante de R$ 1,58 milhão, conforme demonstra o gráfico a seguir:



2.3 Imóveis não de Uso

Uma das últimas medidas adotadas para a recuperação do crédito, depois de esgotadas as ações de cobrança, é a realização das garantias vinculadas.

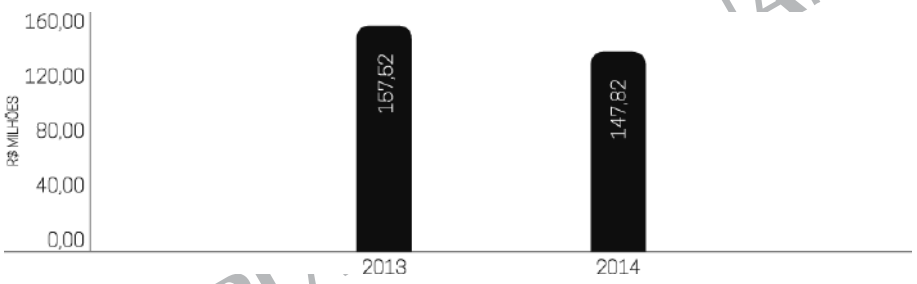
Dessa forma, em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento, no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial, a EMGEA detém a propriedade de imóveis, denominados imóveis não de uso.

A Empresa oferta esses imóveis à venda nas modalidades previstas na legislação, concorrência pública ou venda direta, para concluir a recuperação do crédito e eliminar as despesas com a sua manutenção.

Em 2014, foram vendidos 1.146 imóveis e a quantidade observada no fim do exercício era de 4.260 unidades, representando redução de 53 unidades em relação ao ano anterior, destacando-se que todos os imóveis que ingressaram no estoque durante o ano foram alienados.

2.3.1 Arrecadação

Em 2014, o montante arrecadado com a venda de imóveis foi de R$ 147,82 milhões, representando uma redução de 6,15% em relação ao resultado obtido em 2013 (R$ 157,52 milhões), conforme gráfico a seguir:



Essa redução é decorrente de fatores externos, como a oferta de novos financiamentos para imóveis baixa renda do Programa Minha Casa Minha Vida e também da característica da carteira remanescente, em que 52,79% dos imóveis se encontram com pendências judiciais impeditivas à venda.

Em função disso, em 2014 foram mantidos os esforços para solução dessas pendências, alcançando-se êxito para 65 unidades, e a redução do quantitativo de imóveis nessas condições para 2.249, em contrapartida aos 2.314 existentes em 2013.

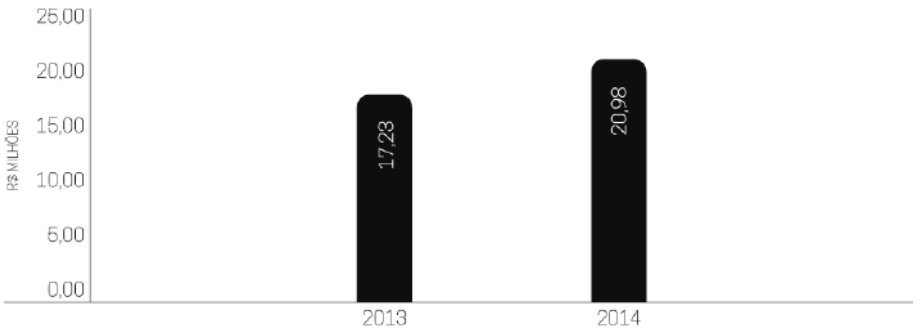
2.3.2 Despesas com Imóveis não de Uso

A incorporação dos imóveis não de uso ao patrimônio da EMGEA ocorre acompanhada de obrigações vinculadas à propriedade imobiliária, que oneram a Empresa.

As despesas de manutenção vinculadas à propriedade dos imóveis e as demais despesas diretamente relacionadas à venda desses ativos, totalizaram R$ 20,98 milhões no exercício, sendo R$ 17,63 milhões referentes a taxas condominiais, tributos, concessionárias de serviços públicos e outros, e R$ 3,35 milhões à elaboração de laudos de avaliação.

Após a venda dos imóveis, parte dessas despesas é recuperada junto aos adquirentes, tendo sido registrado o montante de R$ 0,31 milhão em 2014, representando 1,47% do total desses dispêndios.

Comparando-se os exercícios de 2013 e 2014, observa-se a majoração de 21,76% nas despesas pagas, motivadas pela cobrança, por parte da Prestadora de Serviços, de itens que se encontravam pendentes.



2.4 Créditos perante Pessoas Jurídicas

A EMGEA também administra operações originárias da CAIXA e de outros agentes financeiros, vinculadas à área habitacional e à área comercial, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado e de direito público.

2.4.1 Entidades do Setor Privado

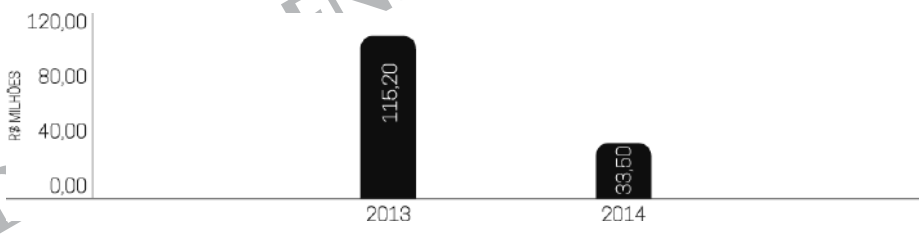
Os contratos com pessoas jurídicas do setor privado são originários de operações de crédito imobiliário, para incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por construtoras e cooperativas, além de financiamento para aquisição de imóveis comerciais.

2.4.1.1 Arrecadação

As negociações realizadas no exercício de 2014 possibilitaram a arrecadação de R$ 33,50 milhões, provenientes de acordos com pagamentos à vista ou parcelados, montante inferior ao obtido em 2013 (R$ 115,20 milhões), montante 70,92% inferior ao observado em 2013.

As significativas variações da arrecadação entre os exercícios se dão em razão de características negociais desses contratos, cuja maturação se dá em cerca de dois anos.

O gráfico a seguir mostra o comportamento da arrecadação com empresas do segmento de pessoa jurídica do setor privado, entre 2013 e 2014:



2.4.1.2 Despesas com Procedimentos de Execução Judicial e Extrajudicial

Com o objetivo de recuperar seus créditos, a EMGEA adota medidas judiciais e extrajudiciais em face de pessoas jurídicas inadimplentes, incorrendo em despesas relacionadas a esses procedimentos.

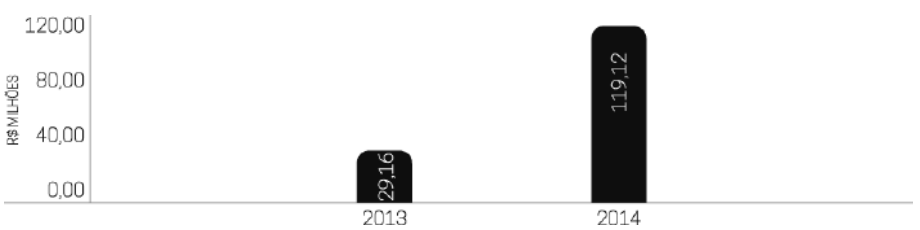
Tais despesas atingiram R$ 0,79 milhão no ano de 2014, ante o valor de R$ 0,71 milhão em 2013, representando aumento de 11,26%.



2.4.1.3 Depósitos Judiciais e Recursais

Em face da existência de ações judiciais interpostas contra a EMGEA, podem ocorrer decisões que lhe sejam desfavoráveis. Nesses casos, há necessidade de se efetuar depósitos à ordem do juízo, permitindo implementar medidas para a reversão dessas decisões contrárias.

Em 2014, diante de diversas decisões judiciais condenatórias, a EMGEA desembolsou o montante de R$ 119,12 mil com a realização de depósitos judiciais e/ou recursais, relativo a contratos mantidos com pessoas jurídicas do setor privado, ante R$ 29,16 mil desembolsados em 2013.

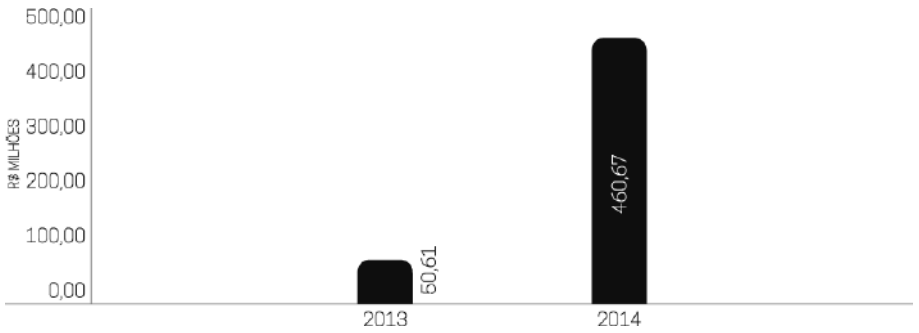


2.4.1.4 Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à pesquisa de bens, à emissão de certidões, à elaboração de laudos de avaliação, administração de garantias e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de crédito mantidos com pessoas jurídicas do setor privado.

No exercício de 2014, essas despesas totalizaram R$ 460,67 mil, ante R$ 50,61 mil em 2013, apresentando um incremento de 810,23%, decorrente da concentração do pagamento de despesas com regularizações de imóveis adjudicados à EMGEA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



2.4.2 Entidades do Setor Público - Distrito Federal, Estados e Municípios

A EMGEA possui carteira de créditos junto a entes da Federação, atualmente constituída por 379 contratos ativos, provenientes de operações celebradas no âmbito de programas públicos federais voltados ao saneamento de instituições financeiras e ao desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

Além dessa, há 16 carteiras imobiliárias, firmadas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e empresas em regime de liquidação extrajudicial, no bojo do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER.

No exercício de 2014, a carteira de créditos junto a entes da Federação registrou arrecadação no montante de R$ 61,08 milhões, sendo R$ 21,63 milhões relativos às operações com Estados e o Distrito Federal e R$ 39,45 milhões, derivados de operações com Municípios.

A tabela adiante apresenta a arrecadação oriunda dos contratos junto a entes da Federação em 2014, segregada por região geográfica:

Tabela 2: Créditos perante Pessoas Jurídicas do Setor Público - Arrecadação 2014 por Tipo de Carteira e Região Geográfica

			R$ milhões
Região geográfica	Estados e Distrito Federal	Municípios	Totais por Região
Centro-Oeste	2,00	2,26	4,26
Nordeste	10,08	5,86	15,94
Norte	2,66	0,93	3,59
Sudeste	-	18,96	18,96
Sul	6,89	11,44	18,33
Total	21,63	39,45	61,08

Obs.: Valores arredondados

No exercício de 2014 houve redução de 28,33% no total de recursos arrecadados em comparação ao ano de 2013, quando a arrecadação alcançou R$ 85,23 milhões.

Essa redução foi motivada pela liquidação de operações por decurso de prazo contratual, passando de 889 contratos em 2013 para 379 operações ativas ao final de 2014.

Relativamente às operações de aquisição de carteiras imobiliárias, firmadas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e com empresas em regime de liquidação extrajudicial, foi realizado acordo para quitação de dívida de pro solvendo de uma carteira imobiliária, no valor de R$ 4,38 milhões.

Com efeito, foi recebido o montante de R$ 111,37 mil, com previsão de pagamento do valor restante no exercício seguinte. Também foi firmado instrumento de repactuação de prazo de retorno, garantindo a condição de adimplência do contrato e possibilitando condições para quitação da dívida até o exercício de 2016.

2.5 Relacionamento com a Prestadora de Serviços - CAIXA

Desde a sua criação, a Empresa terceiriza a execução dos serviços jurídicos, de contabilidade, de cobrança de seus créditos, inclusive aqueles relacionados à execução das respectivas garantias, mediante a contratação da CAIXA, tendo em vista que os negócios da EMGEA provêm daquela Instituição, e ainda a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Pela administração, contabilização, serviços jurídicos e de engenharia dos contratos do crédito imobiliário e comercial, a CAIXA é remunerada mediante o pagamento de tarifa fixa mensal, acrescida de taxa de performance calculada sobre os recursos repassados à EMGEA.

Os serviços de administração e venda de imóveis não de uso, também prestados pela CAIXA, são remunerados por meio de tarifa fixa por imóvel administrado e comissão sobre as vendas, conforme instrumento contratual firmado em 13.3.2014.

A CAIXA presta ainda o serviço de cobrança bancária, remunerado pela quantidade de boletos pagos por mutuários.

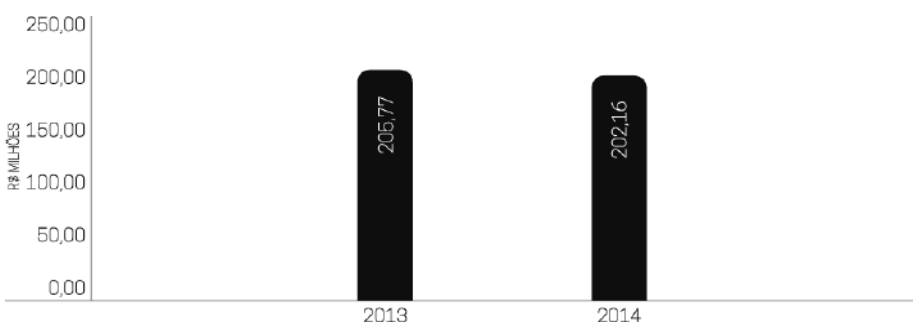
A remuneração bruta paga à CAIXA no exercício alcançou o montante de R$ 202,16 milhões, distribuído conforme tabela a seguir:

Tabela 3 - Remuneração Paga à CAIXA (2014)

			R$ milhões
Serviços Contratados	Remuneração bruta (A)	Tributos retidos (B)	Remuneração líquida (A- B)
Referentes aos Créditos Imobiliários	189,94	-13,39	176,55
Referentes aos Imóveis não de Uso	12,22	-0,86	11,36
Totais	202,16	-14,25	187,91

Obs.: Valores arredondados

Comparando-se a remuneração paga no exercício anterior e no atual, ocorreu queda de 1,75%, ocasionada pela diminuição da arrecadação total em 2014.



3. APOIO AOS NEGÓCIOS

3.1 Gestão de Pessoas

A EMGEA, sempre em busca do aperfeiçoamento profissional e pessoal dos seus colaboradores, por acreditar que quanto mais capacitados e desenvolvidos, melhores e maiores serão os resultados para a Empresa, tornando-a mais eficiente nos cenários econômico e social, elaborou o Plano de Capacitação de Competências - 2014, objetivando a capacitação dos colaboradores nos níveis gerencial e técnico.

O referido Plano foi orientado para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao desempenho das funções dos colaboradores, buscando aperfeiçoar e potencializar o perfil individual de cada um, mediante ações de desenvolvimento.

No decorrer do exercício, foram realizados 116 eventos de capacitação aprovados no PDC 2014, complementados com os treinamentos ministrados pelo Programa de Desenvolvimento de Dirigentes - PDD, no âmbito do PAEX, da FDC.

A participação dos colaboradores no PDC 2014 foi definida de acordo com as lacunas identificadas no mapeamento das competências, considerando a natureza e a responsabilidade das funções desempenhadas, bem como o nível de prontidão e aptidão individual, assegurando a melhor relação custo/benefício para a Empresa e para os colaboradores.

Os eventos para capacitação dos colaboradores foram distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 4 - PDC-2014 - Quantidade de eventos realizados, distribuída por competência

Competência	Quantidade de eventos	Quantidade de participantes
Técnica Específica	68	280
Técnica Geral	38	307
Técnica Profissional de Suporte	10	100
Totais	116	687

3.1.1 Composição dos Recursos Humanos

A Diretoria da Empresa é constituída por cinco Diretores, dentre eles um Diretor-Presidente. A Empresa não possui quadro de pessoal próprio. Os cargos comissionados são ocupados por empregados cedidos pela Administração Pública Federal, conforme faculta a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, e por profissionais contratados no mercado.

A estrutura atual foi aprovada pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2008 e conta com dotação para 115 colaboradores.

3.2 Gestão Administrativa

Amparada na Lei nº 8.666/1993, a EMGEA realizou, em 2014, 101 procedimentos licitatórios, contra 102 em 2013, para a aquisição de bens e serviços necessários a seu pleno funcionamento, conforme tabela adiante. A EMGEA não terceiriza mão de obra para a área fim. No entanto, realiza esses procedimentos licitatórios, incluindo serviços de apoio administrativo, para as atividades meio.

Tabela 5 - Despesas por Modalidade de Contratação - 2013 e 2014

				R$ milhares
Modalidade de Contratação	Despesa Homologada		Despesa Paga	
	2013	2014	2013	2014
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	369,90	-	406,17	338,08
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	11.330,81	9.284,20	7.479,56	9.126,81
Ata Registro de Preços		-	4,44	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	374,89	292,62	1.825,75	1.763,75
Inexigibilidade	249,71	617,69	508,96	670,79
Outras				
Outras	-	-	112,26	196,28
Total	12.325,31	10.194,51	10.337,14	12.095,71

Obs.: Valores arredondados

3.3 Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação - TI

No decorrer do exercício de 2014, a Empresa deu sequência às atividades de aprimoramento relativas à infraestrutura, segurança e desenvolvimento de soluções corporativas em seu ambiente tecnológico, com vistas ao atendimento das demandas das unidades.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos e aplicativos:

Tabela 6: Aquisições de equipamentos e de aplicativos de TI

Equipamentos e Aplicativos	Qtde
Servidor Tipo I	1
Servidor tipo II	2
Monitor interativo	1
Access Point	12
Computador portátil ultrafino	19
Projetor	4
Memória DDR-3 *Synchronous Registered* para 3(três) servidores R910 - DELL - 8GB	48
Memória DDR-3 *Synchronous Registered* para 02 (dois) servidores R720 - DELL - 16GB	24
Licença Exchange - ExchgSvrEnt SNGL LicSAPk MVL - 395-02406	1
Licença Exchange - ExchgStdCAL SNGL LicSAPk MVL DvcCAL - 381-01603	200
Total	312

Foi realizada, ainda, a expansão do link Extranet de 1 Mbps para 2 Mbps, que corresponde ao aumento de 100% de sua capacidade.

Dentre as soluções corporativas de TI, merecem destaque:

- A evolução do Sistema de Apoio à Negociação, com a publicação na Extranet da nova funcionalidade de controle de garantias dos contratos de pessoa jurídica;

- A evolução do Sistema de Apoio ao Processo de Aquisição de Bens e Serviços, tendo em vista as alterações solicitadas pelos gestores no módulo de controle dos contratos firmados com a CAIXA e seus respectivos acordos de nível de serviço;

- A integração do Sistema de Controle Orçamentário com o ERP que integra os dados sob uma perspectiva funcional - finanças, contabilidade, fiscal, gestão de pessoas, folha de pagamento, patrimônio, compras e faturamento, visando automatizar o controle da execução orçamentária;

- A evolução e manutenção do Sistema de Avaliação de Pessoas, permitindo individualizar o mapeamento das competências até o nível de gerências da estrutura organizacional;

- O desenvolvimento de aplicação para controle dos créditos rotativos adquiridos na cessão onerosa de créditos comerciais (titulados por pessoas físicas, da CAIXA para a EMGEA) permitindo a geração de boletos de cobrança na Internet, Extranet CAIXA e Intranet e integração com o Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC;

- A evolução dos aplicativos de gerenciamento das despesas de execução judicial e extrajudicial e de gerenciamento da arrecadação, tendo em vista a cessão onerosa de créditos comerciais e imo-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

biliários. No portal Internet foi criada a aba "Devedores" com o objetivo de divulgar qualquer informação sobre a referida cessão;

- O desenvolvimento de aplicativo de controle da situação dos processos judiciais de contratos de pessoas jurídicas - Sistema SISJUR, permitindo o cadastro da situação de cada processo pelos colaboradores da COJUR.

- O desenvolvimento de projetos realizados em parceria com a equipe técnica da TOTVS RM, tais como a implantação do Módulo TOTVS RM PONTO e seu portal corporativo, a revisão do processo de parcelamento de férias no módulo RM Folha de Pagamento e a integração dos módulos do BackOffice (Compras e Faturamento, Patrimônio, Fiscal, Contábil e Financeiro) com a implantação da Contabilidade Gerencial, com a revisão/criação dos relatórios operacionais e gerenciais e das rotinas necessárias para o controle da execução orçamentária;

- A criação do ambiente de desenvolvimento de um portal empresarial via MS Sharepoint, a Central de Informações Corporativas, visando à substituição do Sistema de Informações Executivas.

Além disso, foram realizadas manutenções evolutivas na Intranet e nas ferramentas utilizadas pelas unidades de suporte e de negócio, em atendimento a chamados internos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, elaborado em 2013, começou a ser executado em 2014, com as seguintes ações:

- Aquisição do novo storage;
- Início do projeto de virtualização;
- Atualização e instalação dos firewalls da Rede Interna em cluster e atualização dos firewalls da Extranet;
- Criação da Central de Informações Corporativas com base no MS Sharepoint;
- Implementação de reunião periódica (Sistema de gestão colegiada na TI, abordando temas como Governança, Arquitetura e Processos - GAP), com participação de colaboradores de outras unidades, para deliberar sobre definições necessárias às atividades da TI.
- A área responsável pela Gestão de Processos de Negócios - GPN desenvolveu as seguintes atividades:
- Análise do modelo de negócio da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP e propositura de alternativas de gestão;
- Elaboração da proposta de metodologia para a gestão de custo aplicável ao modelo de negócios da EMGEA;
- Otimização do processo de acompanhamento de execuções judiciais;
- Elaboração da Arquitetura de Processos e revisão e publicação da Norma para gestão de processos de negócio da EMGEA;
- Confecção de parecer técnico sobre transferência interna de processos.

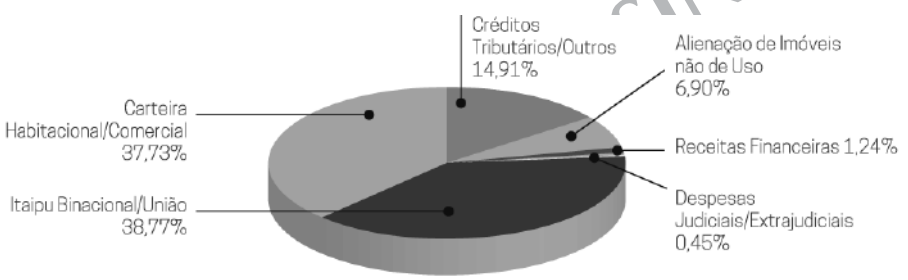
3.4 Gestão Financeira

3.4.1 Fluxo de Caixa

Em 2014, os ingressos de recursos totalizaram R$ 2.088,12 milhões, apresentando uma redução de 17,70% em relação ao ano anterior (R$ 2.537,15 milhões).

A composição dos ingressos dos recursos, demonstrada no gráfico seguir, foi influenciada especialmente pelos recebimentos do contrato de Itaipu Binacional/União (R$ 809,62 milhões), pela arrecadação da Carteira Habitacional/Comercial (R$ 787,79 milhões, dos quais R$ 23,13 milhões referem-se aos créditos oriundos da Cessão Onerosa de setembro de 2014), por Créditos Tributários/Outros (R$ 311,25 milhões) e ainda pelos seguintes itens:

- Retorno da Alienação de Imóveis não de Uso - R$ 144,02 milhões;
- Receitas Financeiras - R$ 25,94 milhões;
- Recuperação de Despesas Judiciais/Extrajudiciais (purga de mora e depósitos recursais) - R$ 9,50 milhões.

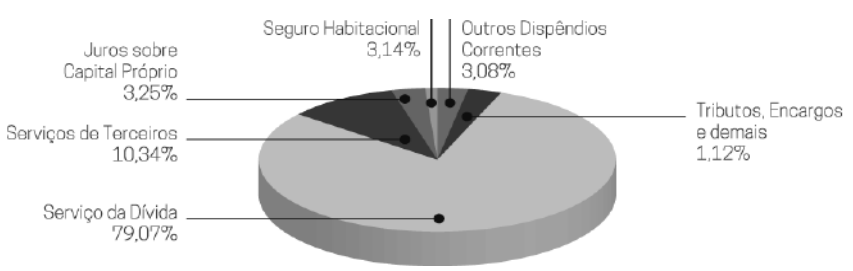


Em contrapartida, as saídas de caixa apresentaram redução de 25,56% (R$ 708,17 milhões), passando de R$ 2.770,08 milhões, em 2013, para R$ 2.061,91 milhões, em razão de menores desembolsos com o passivo da Empresa perante o FGTS.

Na composição das saídas de caixa, apresentadas no gráfico a seguir, observa-se maior participação relacionada aos pagamentos do Serviço da Dívida da EMGEA (FGTS, FDS e Passivo Caixa), que alcançaram o montante de R$ 1.630,36 milhões, acrescida dos gastos com:

- Serviços de Terceiros - R$ 213,12 milhões;
- Juros sobre Capital Próprio/Outros - R$ 67,07 milhões;
- Seguro Habitacional - R$ 64,72 milhões;
- Outros Dispêndios Correntes - R$ 63,47 milhões

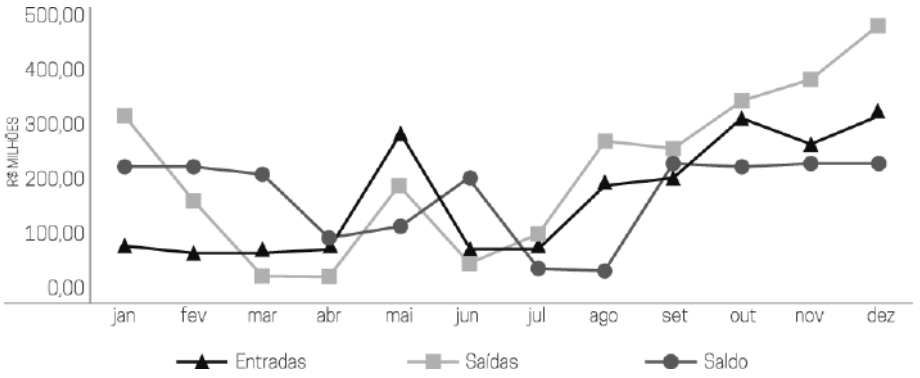
Os desembolsos com Tributos e Encargos, Despesas Administrativas, Investimentos e FCVS representaram 1,12% (R$ 23,16 milhões) do total das saídas.



O saldo de disponibilidades verificado em 31.12.2014 alcançou o montante de R$ 476,26 milhões, 5,83% (R$ 26,22 milhões) superior ao saldo final de 2013, de R$ 450,05 milhões.

Os recursos foram quase integralmente alocados em aplicações financeiras.

A dinâmica do fluxo de caixa observada ao longo de 2014 apresenta-se no gráfico a seguir:



As elevações do saldo de caixa observadas em maio e no período de agosto a dezembro refletem as entradas de recursos oriundos da recuperação de crédito tributário junto à Receita Federal do Brasil - RFB (R$ 311,21 milhões) e dos pagamentos efetuados por Itaipu Binacional/União (R$ 809,62 milhões).

O resumo da movimentação financeira da EMGEA está apresentado na tabela adiante:

Tabela 7: Movimentação Financeira - 2013 e 2014

R$ milhões

Item		2014	2013	Variação%
Saldo Inicial		450,05	682,97	-34,10%
Ingressos		2.088,12	2.537,15	-17,70%
1. Retorno Ativo Tesouro		809,62	753,18	7,49%
2. Carteira Habitacional		787,79	1.059,18	-25,62%
3. Monetização de Títulos		0,00	0,00	-
4. Rec. Desp. Judic. e Extraj. e Dep. Recursais		9,50	7,95	19,54%
5. Alienação Imóveis Não de Uso		144,02	156,45	-7,94%
6. Receitas Financeiras		25,94	21,19	22,41%
7. Crédito Tributário/ Outros		311,25	539,20	-42,28%
Saídas		2.061,91	2.770,08	-25,56%
1. Serviço Dívida		1.630,36	2.339,73	-30,32%
2. Tributos/Encargos		3,94	5,41	-27,20%
3. Serviços de Terceiros		213,12	213,82	0,33%
4. Prêmios de Seguros		64,72	80,75	-19,85%
5. FCVS		0,65	1,60	-59,72%
6. Outros Disp. Correntes - Ressarcimentos		63,47	49,02	29,50%
7. Desp. Administrativas e de Pessoal		17,59	15,74	11,79%
8. Investimentos		0,98	0,59	66,73%
9. Juros sobre Capital Próprio/Outros		67,07	63,41	5,78%
Indicadores	Saldo final*	476,26	450,05	5,83%
	Resultado Financeiro (2+4+5-Saídas)	-1.120,60	-1.546,50	-27,54%
	Resultado Financeiro (média mensal)	-93,38	-128,88	-27,54%
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes - Nominal	581,76	862,64	-32,56%
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes - Percentual	261,80%	339,00%	-22,77%

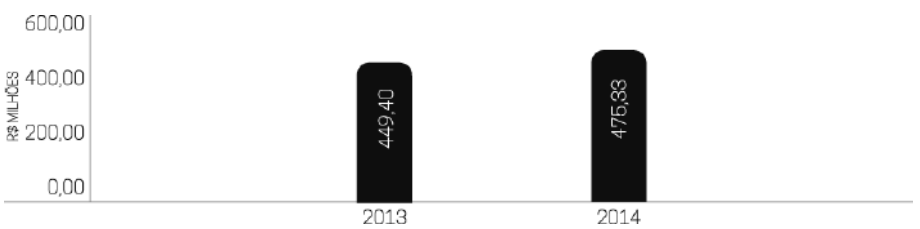
* Saldos brutos, incluídos os valores bloqueados judicialmente nos fundos de investimentos (R$ 0,10 milhão).

Obs.: Valores arredondados

3.4.2 Aplicações Financeiras - Fundos Extramercado

A EMGEA mantém aplicações nos fundos de investimento BB Extramercado FAE 2 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI, todos eles com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.

Comparando-se os exercícios de 2013 e 2014, o saldo das aplicações aumentou em R$ 25,93 milhões, correspondente a 5,77%, conforme gráfico a seguir:



A partir de fevereiro de 2012, para adequação à Resolução CMN nº 4.034/2011, quanto à política de investimento dos fundos extramercado, os referenciais de rentabilidade, antes atrelados à Taxa Média Selic - TMS, passaram a acompanhar a variação dos subíndices Anbima IRF-M e IRFM-1, cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais, prefixados (LTN e NTN), de curto e longo prazos.

Tabela 8 - Rentabilidade das Aplicações Financeiras (2014)

Em %

Ano	Rentabilidade acumulada nominal média	Rentabilidade acumulada média (em relação aos índices Anbima)*
2013	8,87	119,27
2014	10,42	98,48

Em 2014, a performance média dos fundos apresentou-se praticamente em linha com o benchmark de rentabilidade estabelecido.

3.4.3 Dívidas de Longo Prazo

A Empresa, quando da sua criação, assumiu dívidas perante o FGTS, o FDS e as instituições financeiras credoras do extinto FAHBRE, sendo esta última liquidada em abril de 2011.

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrentes de cessões de créditos, foi assumido também um passivo junto à CAIXA, no valor de R$ 65,44 milhões.

No período de 2001 a 2014, a EMGEA desembolsou, em favor dessas entidades, o montante de R$ 40,01 bilhões referentes a juros e amortizações do principal.

Desse montante, R$ 39,47 milhões retornaram ao FGTS.

No exercício de 2014, foram pagos R$ 1.630,36 milhões, conforme quadro a seguir:

Tabela 9 - Dívidas de Longo Prazo - Valores Pagos (2014)

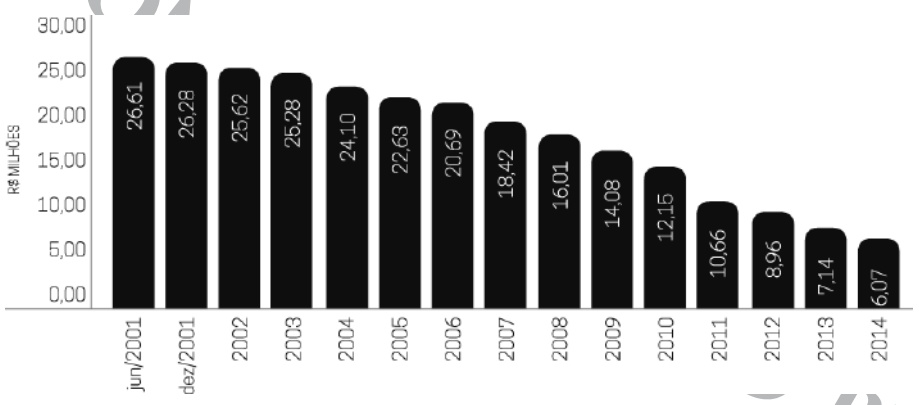
				R$ milhões
Tipo de Desembolso	FGTS	FDS	CAIXA	Total
Juros	267,62	0,03	2,41	270,06
Amortização	1.342,99	3,73	13,57	1.360,29
Total	1.610,61	3,76	15,98	1.630,35

Obs.: Valores arredondados

Cabe ressaltar que, com base na Resolução nº 752/2014 do Conselho Curador do FGTS, formalizou-se, em 30.12.2014, o Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, entre a CAIXA/FGTS e a EMGEA, por meio do qual foi feita repactuação, em termos de taxas de juros e prazos de pagamento, do passivo da Empresa perante o FGTS.

Em razão dos pagamentos realizados, as dívidas tiveram seus saldos reduzidos em 15,01%, caindo de R$ 7.142,31 milhões ao final do exercício de 2013 para R$ 6.070,06 milhões ao término de 2014.

O gráfico a seguir demonstra a redução do saldo das dívidas assumidas pela EMGEA, desde a criação da Empresa até 31.12.2014:



3.4.4 Títulos CVS

Os CVS são títulos públicos federais, emitidos em decorrência da novação de dívidas do FCVS pela União. O estoque de títulos CVS da EMGEA provém do recebimento desses ativos em negociações e, principalmente, das novações de dívidas do referido Fundo.

Desde julho de 2008, com base na Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a Empresa realiza permutas de títulos CVS por outros títulos públicos federais com a União, os quais são integralizados ao patrimônio dos fundos de investimentos exclusivos da EMGEA.

Em 2014, não houve operação de troca de títulos com o Tesouro Nacional e, ao final do exercício, a Empresa detinha em estoque o montante de R$ 17,84 milhões em títulos CVS, passíveis de permuta, oriundos da liberação de garantias pelo FGTS e de negociações com devedores.

3.4.5 Créditos junto à Itaipu Binacional e à União

Em 2005 foi celebrado o Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF, por meio do qual a União transferiu à EMGEA, para aumento de capital, parte dos direitos de crédito junto à Itaipu Binacional, no montante de R$ 6.450,28 milhões, equivalentes a US$ 2.479,82 milhões.

O referido crédito era atualizado anualmente pela taxa de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação dessa taxa, a partir de janeiro de 2008, passaram a ser de responsabilidade da União e liquidados até agosto de cada ano, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Em junho de 2009, foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato, que possibilitou à EMGEA a utilização dos montantes recebidos no pagamento do fluxo das prestações mensais do passivo da Empresa perante o FGTS, antes destinados exclusivamente às amortizações extraordinárias do estoque.

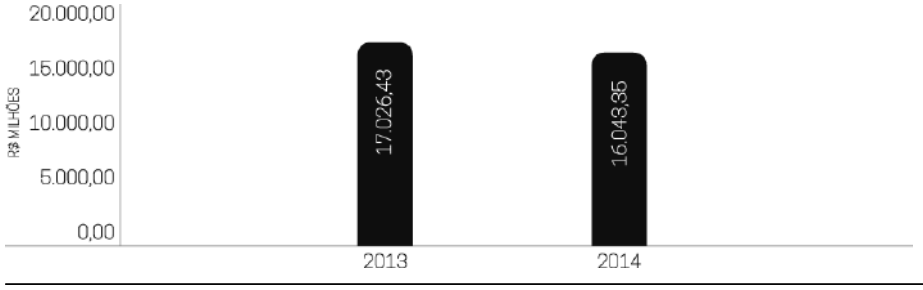
Em 2014, foram recebidos R$ 809,62 milhões, equivalentes a US$ 326,37 milhões e, com a parcela paga em dezembro, conforme cronograma estabelecido, a obrigação do Contrato nº 235/PGFN/CAF foi finalizada.

4. CONTROLADORIA

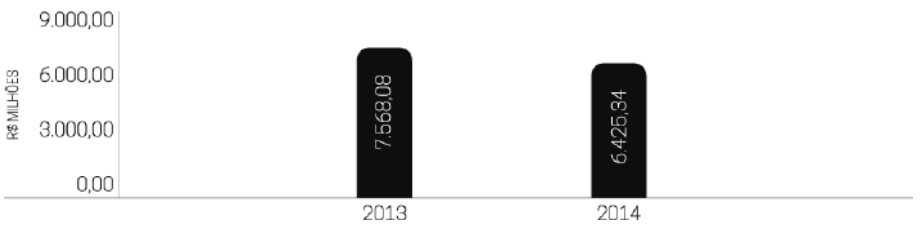
4.1 Desempenho Econômico-Financeiro

A EMGEA encerrou o exercício de 2014 com Ativo Total de R$ 16.043,35 milhões, com destaque para os valores de R$ 10.826.91 milhões relativos ao saldo de créditos a receber do FCVS, R$ 2.557,24 milhões em operações de crédito imobiliário e R$ 704,04 milhões em operações de crédito comercial, todos esses montantes líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

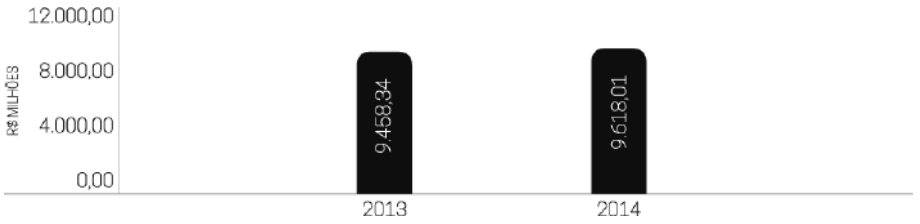
Comparando-se os exercícios de 2014 e 2013 que encerrou em R$ 17.026,43 milhões, na forma do gráfico adiante, observa-se redução de 5,77% no Ativo Total, ocasionada principalmente pela liquidação antecipada e reestruturação de dívidas das operações de crédito imobiliário, decorrente das medidas de incentivo implementadas pela Empresa no sentido de reduzir a inadimplência e promover a retomada do fluxo de pagamentos, pela liquidação dos recebíveis por cessão de créditos da União e pelo recebimento de restituição de parte dos créditos tributários junto à RFB.



Quanto ao Passivo, comparando-se os exercícios de 2014 (R$ 6.425,34 milhões) e 2013 (R$ 7.568,08 milhões), observa-se, conforme gráfico a seguir, uma queda de 15,10% no total, ocasionada, sobretudo, pela redução do Passivo Financeiro representado pelas dívidas perante o FGTS:

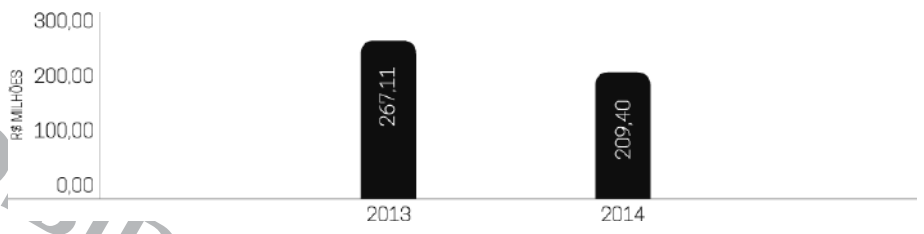


O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R$ 9.618,01 milhões, com acréscimo de 1,69% em relação ao ano anterior, em decorrência do lucro líquido apurado no exercício.



No fechamento do exercício, o lucro líquido apurado foi de R$ 209,40 milhões, atribuído, notadamente, às receitas provenientes da(s):

- Recuperação dos ativos resultante das medidas de incentivo implantadas pela Empresa;
- Variação cambial sobre os saldos dos recebíveis da Itaipu Binacional e da União decorrente da desvalorização do real frente ao dólar (US$);
- Recuperação de créditos tributários;
- Aplicações financeiras das disponibilidades da Empresa;
- Receitas com créditos a receber do FCVS; e,
- Receitas com operações de créditos habitacionais e comerciais transferidos pela CAIXA à EMGEA conforme o Instrumento Particular de Cessão Onerosa, de 30.9.2014.



Os destaques nos principais itens patrimoniais e de resultado estão evidenciados na tabela adiante:

Tabela 10 - Destaques dos Itens Patrimoniais e de Resultado

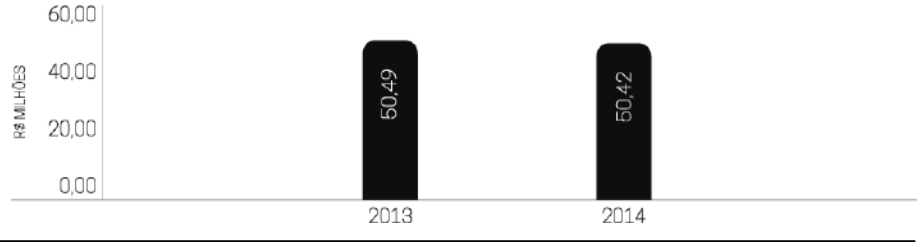
			R$ milhões
Descrição	2013	2014	Variação
Ativo Total	17.026,43	16.043,35	-5,77%
Patrimônio Líquido	9.458,34	9.618,01	1,69%
Resultado do Exercício	267,11	209,40	-21,61%
Aplicações Financeiras	449,97	476,17	5,82%
Créditos com o FCVS	11.530,70	10.826,91	-6,10%
Operações de Crédito Imobiliário	2.645,14	2.557,24	-3,32%
Créditos Comerciais	-	704,04	100,00%
Cessão de Créditos União	764,40	-	-100,00%
Descontos Concedidos	751,10	553,62	-26,29%
Passivos Financeiros	7.142,31	6.070,06	-15,01%

Essencial para os resultados alcançados em 2014 foram os trabalhos constantes de aprimoramento dos controles internos, com vistas à integridade e à conformidade dos números apresentados. Foram elaborados e publicados manuais com os princípios, práticas e procedimentos aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa.

Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

4.2 Gestão Tributária

No que se refere à contribuição financeira para a Sociedade, foi recolhido em 2014 à União, estados, Distrito Federal e municípios, a título de impostos e contribuições, o montante de R$ 50,42 milhões o que representa um decréscimo de 0,14% em relação ao ano anterior, conforme gráfico a seguir:



PROIBIDA POR TERCEIROS

A EMGEA possui créditos tributários perante a RFB, originários de recolhimentos de tributos, efetuados a maior em exercícios anteriores.

Na posição de 31.12.2014 esses créditos alcançavam o montante de R$ 863,85 milhões, deduzida a respectiva provisão para perdas.

Os créditos tributários são corrigidos mensalmente pela Taxa Selic e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

No exercício de 2014 foram encaminhadas à RFB Declarações de Compensação no montante de R$ 39,34 milhões, evitando o desembolso de recursos financeiros pela Empresa.

A Administração da Empresa mantém gestões permanentes junto à RFB com vistas à restituição dos créditos tributários e, no ano de 2014, recebeu o valor de R$ 311,21 milhões relativos à restituição de parte desses créditos.

No aprimoramento dos controles internos e de conformidade, foram elaborados e publicados manuais com as normas e procedimentos aplicáveis à gestão tributária da Empresa.

4.3 Gestão Orçamentária

Visando melhoria no acompanhamento do processo orçamentário da Empresa, foi desenvolvido o Sistema de Controle Orçamentário - SISCOR, que compreende a elaboração de propostas para a programação, reprogramação e remanejamento, bem como a execução e acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais - PDG e o orçamento estratégico de acordo com as diretrizes definidas pela Administração.

Com a implantação do novo sistema, a partir de janeiro de 2014, foram introduzidos novos conceitos adotados na Empresa, com a criação de novas atribuições, centros de resultado, itens orçamentários, medições de efetividade e definição de produtos para designar os insumos sobre os quais a EMGEA atua na criação de valor.

A gestão orçamentária da EMGEA é realizada por meio da execução do PDG, aprovado pelo Decreto nº 8.159/2013.

No decorrer do exercício foi efetuada a reprogramação do PDG 2014, visando a melhor adequação do orçamento frente a eventos não previstos quando da programação original. A referida reprogramação foi aprovada pelo Decreto nº 8.382/2014.

O resumo da execução orçamentária da EMGEA e a composição dos Ingressos (Receitas) e Saídas (Despesas) constam do quadro a seguir:

Tabela 11 - Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico - Realizado (2014)

R$ milhões

Itens	2014		% Realizado	% Realizado
	Aprovado (a)	Realizado (b)	Δ b/a-1	Vertical
RECEITAS	2.395,03	2.625,24	9,61%	100,00%
1. CARTEIRA HABITACIONAL e OUTROS	2.133,34	2.309,09	8,23%	87,95%
1.1. Carteira Habitacional	1.411,22	1.444,33	2,34%	55,01%
1.2. Recebíveis de Itaipu/União	670,54	826,42	23,24%	31,47%
1.3. Créditos Tributários	51,58	37,63	-27,04%	1,43%
2. ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-
3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,87	54,01	6.108,04%	2,05%
4. RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS	26,55	33,46	26,02%	1,27%
5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - DEMAIS	234,25	228,66	-2,38%	8,71%
DESPESAS	2.496,07	2.547,73	2,06%	100,00%
1. SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	1.915,44	1.862,98	-2,73%	73,12%
1.1. Amortização/Atualização (FGTS, FDS, CAIXA - Ajuste Cessão)	1.904,65	1.852,96	-2,71%	72,72%
1.2. Encargos Financeiros - Outros	10,79	10,01	-7,22%	0,39%
2. INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIZADO	1,26	0,68	-46,03%	0,02%
3. OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	158,43	269,36	70,01%	10,57%
3.1 Dividendos	24,77	52,88	113,48%	2,07%
3.2 Demais Dispêndios de Capital	133,66	216,47	61,95%	8,49%
Seguros (adiantamentos)	67,79	66,59	-1,77%	2,61%
FCVS (adiantamentos)	1,02	0,67	-34,31%	0,02%
Capital Subscrito/Reserva de Aquisição de Novos Ativos	64,84	149,20	130,10%	5,85%
4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16,68	16,37	-1,85%	0,64%
5. OUTROS CUSTEIOS	404,24	398,31	-1,46%	15,63%
5.1. Serviços de Terceiros	230,77	236,16	2,33%	9,27%
5.2. Tributos e Encargos Parafiscais	24,68	19,25	-22,00%	0,75%
5.3 Outros Dispêndios Correntes	148,14	142,45	-3,84%	5,59%
5.4. Demais	0,64	0,43	-32,81%	0,01%

Obs.: Valores arredondados

Relativamente às Receitas, a execução das rubricas de Fontes/Ingressos apresentou realização de R$ 2.625,24 milhões, 9,61% acima do PDG aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais relevantes foram:

- Receitas com recebíveis da Itaipu Binacional/União e Receitas Financeiras Diversas, com realização de 23,24% e 26,02%, respectivamente, superiores ao aprovado, justificadas pela valorização do real frente ao dólar (US$), relativos aos recebíveis e com receitas com Selic de repasses pela CAIXA e com receitas de aplicações financeiras, reflexo do maior volume de disponibilidades financeiras aplicadas;

- No item Outras Receitas Operacionais, a expressiva variação de 6.108,04%, reflexo da apropriação de receitas, relativas ao deságio na aquisição de novos ativos (sem previsão), adquiridos após a reprogramação do PDG do exercício;

- Receitas com os juros relacionados aos Créditos Tributários inferiores ao previsto para o exercício em 27,04%.

No que diz respeito às Despesas, a execução das rubricas de Usos/Dispêndios realizou o montante de R$ 2.547,73 milhões, 2,06% acima do aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais significativas referem-se à execução superior nas despesas com Outros Dispêndios de Capital, com 70,01%, relativa aos valores apurados para reserva de retenção de lucros para aquisição de novos ativos e remuneração de juros sobre o capital próprio, bem como Serviços de Terceiros, com 2,33%, notadamente com provisão de taxa de performance sobre arrecadação de créditos comerciais.

Por outro lado, houve execução a menor, nos itens: Investimentos em Ativos Imobilizados e Outros Custeios, respectivamente, em 46,03% e 1,46% em relação aos montantes aprovados para o exercício.

A contribuição de cada rubrica para o Resultado Primário apresenta-se no quadro a seguir:

Tabela 12 - Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário (2014)

R$ milhões

ITEM	Aprovado (a)	Realizado (b)	Variação % b/a-1
FONTES			
Receitas	968,69	580,40	-40,08%
Receitas Operacionais	0,97	1,00	3,09%
Monetização de títulos (c)	-	-	-
Outras Receitas não operacionais	967,72	579,40	-40,12%
Total dos Recursos (d)	968,69	580,40	-40,08%
USOS			
Dispêndios de Capital	136,98	134,22	-2,01%
Investimentos em Ativos Imobilizados	1,87	1,05	- 43,85%
Demais Dispêndios de Capital	135,11	133,17	- 1,43%
Dispêndios Correntes	334,00	337,89	1,16%
Pessoal e Encargos Sociais	16,72	15,84	- 5,26%
Material e Produtos	0,08	0,05	- 37,50%
Serviços de Terceiros	232,01	228,02	- 1,72%
Utilidade e Serviços	0,58	0,33	- 43,10%
Tributos e Encargos Parafiscais	25,10	26,34	4,94%
Demais Dispêndios Correntes	59,51	67,31	13,10%
Total dos Usos (e)	470,98	472,11	0,24%
1. Resultado Primário - acima da linha f = (d - e - c) *	497,71	108,29	-78,24%
Conceito Abaixo da Linha			
2. Novas Provisões	(50,00)	-	- 100,00%
3. Reversão de Provisões	844,13	686,01	- 18,73%
4. Descontos Concedidos	(763,03)	(553,62)	- 27,44%
5. Descontos Concedidos com Impacto das reversões = (3+4)	81,10	132,38	63,23%
6. Impacto Total = (2+5)	31,10	132,38	325,66%
7. Resultado Primário abaixo da linha = (1+6)	528,81	240,67	- 54,49%

* Não considerados no cálculo do resultado primário os efeitos da monetização de títulos advindos das operações

Obs.: Valores arredondados

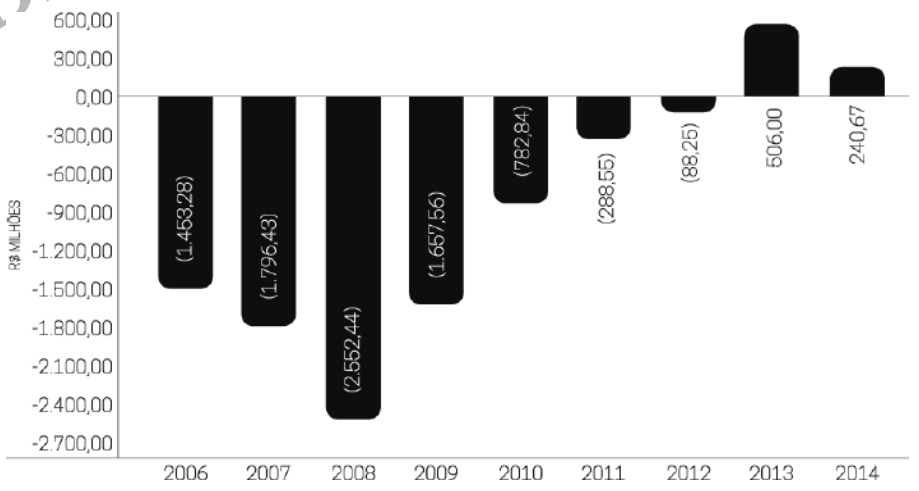
O resultado fiscal da Empresa, medido em termos de resultado primário (critério caixa) "Acima da Linha", apresentou Superávit de R$ 108,29 milhões em 2014, 78,24% inferior ao montante aprovado para o exercício.

Essa diminuição pode ser atribuída, principalmente, à redução de 40,12% abaixo do previsto nas Receitas não Operacionais, decorrente da realização a menor da arrecadação oriunda de recuperação de créditos tributários e de alienação dos imóveis não de uso em relação aos montantes previstos.

Registrou-se crescimento de 0,24% nas Despesas Primárias, principalmente com aumento em Demais Dispêndios Correntes de 13,10%, no reembolso à CAIXA de despesas judiciais e não judiciais e com Tributos e Encargos Parafiscais de 4,94%, vinculados à receita (Pasep e Cofins), decorrente das receitas geradas na aquisição de novos ativos, ocorrida após a reprogramação do PDG 2014.

Em contrapartida, houve queda na realização de Serviços de Terceiros de 1,72%, notadamente com tarifa dos contratos operacionais - CAIXA, e com realização das despesas em Demais Dispêndios de Capital de 1,43%, relativa à menor execução com adiantamento de seguro sobre os contratos.

Pelo critério "Abaixo da Linha", que considera os efeitos das despesas econômicas (Novas Provisões, Descontos Concedidos e Reversão de Provisões), o superávit primário no exercício foi de R$ 240,67 milhões, com realização de 54,49% abaixo do superávit previsto para o ano, devido, sobretudo, aos efeitos positivos da reversão das provisões dos contratos habitacionais liquidados e reestruturados em decorrência das medidas de incentivos implementadas.



4.4 Controles Internos

O Sistema de Controles Internos - SCI da EMGEA consiste em um conjunto de elementos composto por políticas, normas, padrões de conduta e valores adotados pela Administração e por todo o corpo funcional da Empresa para o alcance de sua missão e objetivos, em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis, e para a mitigação dos riscos inerentes às suas atividades.

Para assegurar a conformidade dos atos de gestão, além do controle operacional exercido por suas unidades, a Empresa mantém em sua estrutura organizacional as unidades de Controles Internos, de Auditoria Interna e o Conselho Fiscal. Submete-se ainda a procedimentos anuais de avaliação por Auditores Independentes.

A Política de Controles Internos Administrativos, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios e diretrizes para orientar o comportamento organizacional relacionado aos controles internos administrativos e promover condições para assegurar a efetividade do SCI.

O SCI da EMGEA está estruturado em oito componentes, com base nos princípios de COSO II (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a seguir relacionados:

- Ambiente Interno;
- Fixação de Objetivos Estratégicos;
- Identificação de Eventos;
- Avaliação de Riscos;
- Resposta a Risco;
- Atividades de Controle;
- Informações e Comunicações;
- Monitoramento.

As políticas, normas e procedimentos que regem as atividades da Empresa são publicados, de forma padronizada, por meio de sistema corporativo. Como instrumentos de monitoramento das atividades de controles internos administrativos destacam-se a Matriz de Conformidade, o Sistema de Monitoramento do Ambiente Regulatório e o Relatório de Controles Internos da Empresa.

4.5 Gestão dos Riscos Corporativos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Administração da EMGEA adota postura prudencial no gerenciamento dos riscos corporativos, visando o adequado equilíbrio entre a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, decorrente do exercício das atividades, e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

As atividades de gerenciamento dos riscos compõem o Sistema de Controles Internos da Empresa, com base nos princípios de COSO II, e são consubstanciadas na Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração, além de normas e procedimentos complementares, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os padrões de integridade e valores éticos da Empresa.

Por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico são avaliados os riscos que podem impactar o atingimentos dos objetivos e metas estabelecidos.

A Diretoria Executiva obtém uma visão dos riscos empresariais, consolidada no Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos e estabelece ações (resposta a risco) para manter os riscos residuais alinhados aos níveis de tolerância estabelecidos.

As informações sobre o gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez são detalhadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício.

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

Para mensuração e gerenciamento dos riscos operacionais, associados às atividades da Empresa, adota-se a Matriz de Riscos Operacionais, e a escolha das estratégias (resposta a risco) - evitar, transferir, aceitar e tratar -, é realizada pela Administração em razão do grau de exposição.

A EMGEA mantém planos de contingência na Unidade de Tecnologia e, nas demais Unidades, rotinas para mitigar a exposição a esta modalidade de risco.

5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A EMGEA, ciente da importância ativa do setor público na inclusão social e na gestão ambiental, instituiu em 2007, sob a égide do Decreto nº 5.940/2006, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária - CCSS, com a missão de promover o uso sustentável dos insumos e recursos materiais da empresa, com probidade e responsabilidade socioambiental.

Dentre os diversos objetivos relacionados à inclusão e à educação ambiental, a CCSS mantém ativa a coleta seletiva dos resíduos recicláveis gerados na EMGEA, cujo material é destinado às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis legalmente habilitadas para essa finalidade.

No exercício de 2014 foram entregues 1.996 Kg de materiais recicláveis como papel, material plástico, vidro e metal às cooperativas Renascer e CORTRAP.

No primeiro semestre a Comissão realizou o Concurso de Fotografia com o tema "Água", a fim de propiciar a reflexão e sensibilização para o seu uso sustentável.

Em janeiro de 2014 tornou-se parceira da Rede A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública, programa do Governo Federal que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública e tem como política de gestão de resíduos a prática dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

6. GESTÃO DA ÉTICA

Os valores éticos norteiam a conduta dos negócios, orientam as ações e o relacionamento interpessoal entre os nossos Colaboradores e o trato com nossos clientes.

Na busca pelo aprimoramento da gestão da ética, a EMGEA em 2014 atualizou seu Código de Ética e lançou seu Código de Conduta, documentos públicos que tiveram, na sua construção, a participação de todos Colaboradores e o apoio da Diretoria Executiva, e que explicitam o compromisso da Empresa com a orientação ética dos negócios, fazendo parte da Governança e da sua cultura.

Como faz desde 2010, a Comissão de Ética da EMGEA manteve sua participação ativa no Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, cujo objetivo geral é desenvolver e fortalecer os Princípios Governamentais e Empresariais de Gestão da Ética, visando aprimorar o relacionamento das Empresas Estatais com os seus diversos públicos e com a Sociedade.

A Comissão estreitou seu relacionamento com os Colaboradores da Empresa, buscando durante todo o exercício clarificar seu papel educativo, consultivo, preventivo, conciliador e, em última instância, punitivo. Para isso, retomou a realização das reuniões setoriais com as equipes de cada Unidade, favorecendo o diálogo, o esclarecimento de questões e possibilitando a abordagem a temas específicos de interesse dos Colaboradores relacionados à Ética.

Como ações preventivas e educativas, a Comissão de Ética realizou o "Dia da Ética" na EMGEA, evento que contou com total apoio da Diretoria da Empresa e registrou a ampla participação dos Colaboradores, onde, por meio de na intervenção teatral, foram retratadas situações do cotidiano profissional que ilustram temas contemporâneos como o conflito de interesses e condutas antiéticas nas relações interpessoais ou nas redes sociais. O tema Assédio Moral e Sexual também foi abordado com a realização de workshop destinado aos gestores e edição de uma nova cartilha distribuída a todos os colaboradores.

No esforço de manter seus Membros e a Secretária-Executiva atualizados, houve participação ativa da Comissão de Ética nos seminários internacionais realizados pela Comissão de Ética Pública e pelo Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, além de presença em curso de Gestão e Apuração da Ética Pública.

Este é o Relatório da Administração.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.
JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS
Diretor-Presidente

ANTONIO LUIZ BRONZEADO

EDUARDO PEREIRA

EUCLIDES RENATO DEPONTI

EUGEN SMARANDESCU FILHO
Diretores
Conselho de Administração

SÉRGIO EUGÊNIO DE RÍSIOS BATH
Presidente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS

LEONARDO LIMA CHAGAS

MARICY VALLETTA
Conselheiros
Conselho Fiscal

LEOPOLDO ARAÚJO RODRIGUES
Presidente

KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA

VANESSA SILVA DE ALMEIDA

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		1.834.451	2.517.465
Caixa e equivalentes de caixa		397.519	373.531
Disponibilidades	4	397.519	373.531
Títulos e valores mobiliários		78.655	76.435
Títulos públicos federais	5	78.655	76.435
Operações de Crédito		1.170.963	1.091.285
Créditos imobiliários	6.1	1.170.963	1.091.285
Outros recebíveis		187.314	976.214
Recebíveis por cessão de créditos	7	-	764.399
Créditos adquiridos	8	4.377	63.593
Outros créditos a receber	9	182.937	148.222
Ativos não circulantes mantidos para venda		263.013	209.768
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	263.013	209.768
Não Circulante		13.945.893	14.299.197
Realizável a Longo Prazo		13.943.076	14.296.243
Operações de Crédito		2.090.324	1.553.853
Créditos Imobiliários	6.1	1.386.281	1.553.853
Créditos Comerciais	6.2	704.043	-
Outros Recebíveis		10.988.894	11.576.470
Créditos vinculados - SFH	11	10.826.919	11.530.698
Créditos adquiridos	8	67.649	-
Outros créditos a receber	12	94.326	45.772
Tributos a recuperar		863.858	1.165.920
Impostos e contribuições a recuperar	13	863.858	1.165.920
Imobilizado		2.817	2.954
Imobilizado de uso	14	2.817	2.954
Total do Ativo		16.043.357	17.026.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

Passivo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		2.209.169	2.603.106
Passivos financeiros		1.868.233	2.190.696
Financiamentos	15	1.868.233	2.190.696
Outras obrigações		340.936	412.410
Obrigações com pessoal	16	4.796	3.775
Obrigações com fornecedores	17	29.759	21.708
Obrigações tributárias	18	3.337	1.659
Juros sobre Capital Próprio	24.c	49.735	63.440
Obrigações por repasses	19	21.715	27.913
Obrigações com mutuários	20	219.069	179.845
Provisão para riscos cíveis	21	12.525	13.482
Demais obrigações	22	-	100.588
Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda		14.340	13.369
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	23	14.340	13.369
Não Circulante		4.201.831	4.951.612
Passivos financeiros		4.201.831	4.951.612
Financiamentos	15	4.201.831	4.951.612
Patrimônio líquido		9.618.017	9.458.343
Capital Social	24.a	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	24.b	560.024	400.350
Reserva legal		36.723	26.253
Reserva de retenção de lucros		523.301	374.097
Total do Passivo		16.043.357	17.026.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

Descrição	Nota	2014	2013
Receitas com juros e similares	25.a	1.542.802	1.246.429
Despesas com juros similares	25.b	(492.676)	(513.152)
Resultado líquido com juros e similares		1.050.126	733.277
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		(734.856)	(564.836)
Reversões de provisões com ativos financeiros	25.c	1.301.644	235.569
Descontos concedidos/Perdas	25.c	(2.036.500)	(800.405)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.d	14.321	(**50.174**)
Resultado Intermediário		329.591	**118.267**
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis		52.217	182.537
Provisões (reversões) para perdas com outros recebíveis	25.e	(11.704)	(12.069)
Variações cambiais (líquidas)	25.e	45.086	178.010
Outras receitas (despesas)	25.e	18.835	16.596
Despesas com provisões (reversões) para riscos cíveis		957	6.902
Resultado com tributos a recuperar	25.f	36.912	137.575
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	25.g	15.806	37.415
Despesas administrativas		(245.838)	(237.535)
Despesas com pessoal	25.h	(18.600)	(16.653)
Outras despesas administrativas	25.h	(227.238)	(220.882)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		189.645	245.161
Outras Receitas Financeiras	25.i	33.153	30.111
Outras Despesas Financeiras	25.i	(13.389)	(8.156)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		209.409	267.116
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do exercício		209.409	267.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

Descrição	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	209.409	267.116
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	209.409	267.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013						
						Em milhares de Reais
EVENTOS	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012		9.057.993	12.897	183.777		9.254.667
Lucro líquido do exercício					267.116	267.116
Destinação do lucro:						
Reserva legal	24.b		13.356		(13.356)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b			190.320	(190.320)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendo Mínimo	24.c				(63.440)	(63.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		9.057.993	26.253	374.097	-	9.458.343
Lucro líquido do exercício					209.409	209.409
Destinação do lucro:						
Reserva legal	24.b		10.470		(10.470)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b			149.204	(149.204)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendo Mínimo	24.c				(49.735)	(49.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		9.057.993	36.723	523.301	-	9.618.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
		Em milhares de Reais
Descrição	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	1.473.556	1.174.041
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	209.409	267.116
Depreciação e amortização	824	749
Resultado na baixa de ativos imobilizados	-	16
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.301.644)	(235.569)
Provisão para perdas	33.490	(80.959)
Provisão para riscos cíveis	(957)	(6.902)
Descontos concedidos	553.625	751.100
Perdas com ativos financeiros	1.482.875	49.305
Despesas financeiras sobre financiamentos	492.676	513.152
Despesas financeiras sobre Dividendos/JCP	3.155	2.284
Resultado da recuperação de créditos	103	-
Resultado nas variações cambiais não realizadas	-	(79.935)
Resultado da inflação norte americana na cessão de créditos	-	(6.316)
Variações nos ativos	238.578	1.019.830
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	(2.220)	35.185
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	(442.613)	1.019.370
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	(704.043)	
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos	764.399	655.107
(Aumento) redução de créditos adquiridos	(8.433)	(3.406)
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	(125.084)	10.342
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	565.370	(1.179.621)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	(94.973)	(23.768)
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	286.175	506.621
Variações nos passivos	(55.841)	12.298
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	1.021	904
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	8.051	2.094
Aumento (redução) de obrigações tributárias	1.678	(406)
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(6.198)	(3.091)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	39.224	3.115
Aumento (redução) de demais obrigações	(100.588)	5.873
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos mantidos para venda	971	3.809
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.656.293	2.206.169
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(996)	(588)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(996)	(588)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Repactuação do financiamento	65.640	
Pagamento de financiamentos	(1.360.294)	(1.833.800)
Juros pagos por financiamentos	(270.060)	(505.933)
Dividendos / JCP pagos	(66.595)	(63.543)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(1.631.309)	(2.403.276)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	23.988	(197.695)
Modificação na posição financeira		
No início do exercício	373.531	571.226
No fim do exercício	397.519	373.531
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	23.988	(197.695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 03 de março de 2010 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul - Quadra 2 - Bloco B - Subloja e 1º Subsolo - Edifício São Marcus, em Brasília (DF) - CEP 70.070-902.

b) Informações sobre a constituição e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

Adicionalmente, no exercício foi realizada permuta de créditos entre a EMGEA e a CAIXA, representada pelo ingresso de créditos imobiliários (Nota 6.1) e créditos comerciais (Nota 6.2), titulados por pessoa física, que teve como contrapartida a transferência para a CAIXA de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 11).

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação destas demonstrações contábeis foi efetivada em reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração realizadas, respectivamente, em 17 de março e 26 de maio de 2015.

b) Continuidade

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos para dar continuidade a suas atividades em um cenário projetado contemplando no mínimo o prazo de 1 (um) ano. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na Nota nº 1. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado conforme critérios descritos na Nota 3.c.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os itens patrimoniais mais relevantes sujeitos a essas estimativas são os seguintes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 3.c);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.e);
- Provisão para perdas na novação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 3.f);
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar (Nota 3.k);
- Provisão para desvalorização dos ativos não circulantes mantidos para venda, quando o valor contábil dos bens excede o valor justo (Nota 3.h);
- Provisão para riscos cíveis (Nota 3.j).

f) Reclassificações para fins de comparabilidade

Foram efetuadas determinadas reclassificações nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Resultados relativos ao exercício de 2013 para melhor comparabilidade com o exercício de 2014, sem afetar materialmente a divulgação anterior e sem alterar os fluxos das atividades operacionais e resultados intermediários conforme a seguir:

Descrição Grupo e subgrupo	Valor divulgado	Valor reclassificado
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(733.750)	(235.569)
Provisão para perdas	417.222	(80.959)
Perdas com ativos financeiros	-	49.305
Variação nos ativos		
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	59.647	10.342
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.206.169	2.206.169
Demonstrações de Resultados		
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		
Descontos concedidos/Perdas	(751.100)	(800.405)
Perdas em operações de adjudicações e arrematação	(49.305)	-
Resultado intermediário	118.267	118.267

As reclassificações acima se referem à melhor evidenciação dos valores relativos às perdas com ativos financeiros e despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da EMGEA, a saber:

Receita líquida de juros e de atualização monetária - As receitas e as despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros e atualização monetária, são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se as condições previstas nos itens "3c e 3e" abaixo. Vide detalhamento na Nota 25.

Receita de taxas e comissões - Refere-se às taxas e comissões para cobertura de riscos de crédito e administração de contratos, relativas às operações de créditos imobiliário, reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, e às rendas de encargos moratórios por atraso, considerando os aspectos mencionados na Nota 25.a.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional nas datas dos balanços (Nota 7).

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos monetários são reconhecidos no resultado do exercício (Nota 25.e).

c) Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos

i. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A EMGEA classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a EMGEA gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado incluem principalmente o caixa e os equivalentes de caixa (Nota 4) e os Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação (Notas 3.e e 6.1), créditos vinculados ao SFH (Notas 3.f e 11), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7), créditos comerciais (Nota 6.2) e outros créditos (Notas 9 e 12).

ii. Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros ("impairment")

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

Nas notas a seguir estão sendo destacados os aspectos detalhados do reconhecimento e mensuração da redução ao valor recuperável para cada grupo de ativos financeiros não derivativos relevantes, quando aplicável.

iii . Passivos financeiros não derivativos

A EMGEA classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente os financiamentos (Nota 15), obrigações com mutuários (Nota 20), fornecedores (Nota 17) e outras contas a pagar (Nota 22).

iv. Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

v. Instrumentos financeiros derivativos

Referem-se a operações realizadas no mercado futuro de derivativos registradas na rubrica Títulos e Valores Mobiliários pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A (Nota 5).

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela Empresa para atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

e) Recebíveis de mutuários e redução ao valor recuperável

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas efetivas de juros de acordo com a fluência dos prazos contratuais das operações e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. A partir desse momento, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento do mutuário.

i. Redução ao valor recuperável dos recebíveis de mutuários ("impairment")

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada de acordo com o provável valor de realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário a mutuários e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de crédito imobiliário, de responsabilidades de mutuários pessoas físicas firmados com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e de pessoas jurídicas. Para os recebíveis de mutuários que atingem a faixa acima de 360 dias de atraso, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do total do valor contábil, com exceção da parcela do saldo que possui cobertura de responsabilidade do FCVS.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas na rubrica Provisões (reversões) líquidas do grupo Ganhos (Perdas) com Ativos Financeiros.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas Notas 6.c e 6.d.

- Perdas decorrentes de execução de garantias

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Perdas em operações de adjudicações e arrematação.

- Perdas decorrentes de reestruturação de contratos

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em "perdas com ativos financeiros".

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito no item anterior.

- Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em "perdas com ativos financeiros".

ii. Baixa

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em "outras receitas operacionais".

f) Créditos vinculados - SFH e redução ao valor recuperável

Créditos vinculados ao SFH se referem aos valores residuais de contratos habitacionais encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União.

i. Redução ao valor recuperável ("impairment") - Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

A gestão de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor detido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na Nota 11.

g) Recebíveis por cessão de créditos

Recebíveis por cessão de créditos se referem aos créditos em moeda estrangeira (US$) junto a Itaipu Binacional, transferidos pela União à EMGEA com a finalidade de aumento do capital social. Referidos créditos são atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União. Os recursos se destinam ao pagamento do fluxo mensal de prestações do passivo da EMGEA para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os saldos são convertidos em R$ pelo valor de realização nas datas dos balanços e não há inadimplência desses recebíveis e nenhum outro indicador de imparidade (Nota 7).

h) Ativos não circulantes mantidos para a venda

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em "Provisões para desvalorizações" na demonstração consolidada do resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em "Lucro na alienação de bens não de uso", quando positiva, e em "Prejuízo na alienação de imóveis", quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 10).

i) Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 14).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstancias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando existe uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base nas melhores estimativas disponíveis.

i. Provisão para riscos cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Uma provisão deve ser reconhecida quando:

a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;

b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na Nota 21.

k) Impostos e contribuições correntes e diferidos

i. Tributos correntes

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados na demonstração de resultados incluídos nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Nota 25).

ii. Tributos diferidos

A A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças intertemporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de previsibilidade quanto à realização futura de tais impostos diferidos.

iii. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas/compensadas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão vem sendo ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização, o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/1995 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a compensar estão divulgados na Nota 13.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	933	643
Operações Compromissadas - CAIXA (i)	3.734	17.783
Fundo BB Extramercado (ii)	392.852	355.105
Total	397.519	373.531

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal. A rentabilidade anual foi de 10,36 % em 2014 (7,29% em 2013).

(ii) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média anual bruta foi de aproximadamente 10,47 % em 2014 (12,03% em 2013).

Esses ativos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

Apresentamos abaixo as informações referentes à carteira de títulos e valores mobiliários mantidos por meio de fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como a sua forma de classificação:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	53.314	53.303	(11)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.388	25.352	(36)	7 a 12 meses
Total	78.702	78.655	(47)	

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	44.764	44.764	-	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	31.669	31.671	2	7 a 12 meses
Total	76.433	76.435	2	

6. Recebíveis de mutuários

1.1 Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

No exercício, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foram transferidos à EMGEA pela CAIXA, contratos imobiliários de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujo valor de aquisição naquela data foi de R$ 899.454 (saldo de R$ 646.722 na posição de 31.12.2014).

a)Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	31.12.2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.598.718	2.112.639	3.711.357
Valores a receber (ii)	12.324.190	939	12.325.129
Rendas a apropriar (nota 3e)	(5.963.286)	-	(5.963.286)
Diferencial de juros (iii)	(60.195)	(22.673)	(82.868)
Fundo de equalização (iv)	(690.812)	-	(690.812)
Outros valores (v)	(10.772)	-	(10.772)
Deságio (vi)	(28.047)	(95.273)	(123.320)
Subtotal	7.169.796	1.995.632	9.165.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.998.833)	(609.351)	(6.608.184)
Total	1.170.963	1.386.281	2.557.244

ii. Em 31 de dezembro de 2013

Descrição	31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.599.888	2.418.281	4.018.169
Valores a receber (ii)	12.021.550	647	12.022.197
Rendas a apropriar (nota 3e)	(5.946.567)	-	(5.946.567)
Diferencial de juros (iii)	-	(151.331)	(151.331)
Fundo de equalização (iv)	(656.330)	-	(656.330)
Outros valores (v)	(9.698)	-	(9.698)
Subtotal	7.008.843	2.267.597	9.276.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.917.558)	(713.744)	(6.631.302)
Total	1.091.285	1.553.853	2.645.138

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei n.º 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

(iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA n.º 25/97 serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito.

(v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

(vi) O Deságio corresponde a diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Tipo	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	452.547	6.365.313	6.817.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(274.042)	(4.051.263)	(4.325.305)
Deságio	(1.055)	(122.264)	(123.319)
Total pessoa física	177.450	2.191.786	2.369.236
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	3.125.332	3.125.332
Pessoa jurídica - Setor Público	-	47.139	47.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.282.352)	(2.282.352)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(527)	(527)
Fundo de equalização	-	(690.812)	(690.812)
Total pessoa jurídica	-	198.780	198.780
Outros valores	-	(10.772)	(10.772)
Total	177.450	2.379.794	2.557.244

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Tipo	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	754.501	6.066.630	6.821.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(405.640)	(4.059.949)	(4.465.589)
Deságio	-	-	-
Total pessoa física	348.861	2.006.681	2.355.542
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	3.020.219	3.020.219
Pessoa jurídica - Setor Público	-	101.118	101.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.165.680)	(2.165.680)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(33)	(33)
Fundo de equalização	-	(656.330)	(656.330)
Total pessoa jurídica	-	299.294	299.294
Outros valores	-	(9.698)	(9.698)
Total	348.861	2.296.277	2.645.138

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição por vencimento e perfil da carteira está demonstrada a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	1.279.849	213.917
De 61 a 180 dias	127.533	39.291
De 181 a 360 dias	183.313	75.169
Acima de 360 dias	6.617.573	5.957.389
Depósito em juízo	910.021	321.891
Setor Público		
De 0 a 60 dias	46.583	-
De 181 a 360 dias	556	527
Total	9.165.428	6.608.184

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	1.720.327	289.426
De 61 a 180 dias	146.966	45.213
De 181 a 360 dias	123.708	75.351
Acima de 360 dias	6.144.578	5.853.975
Depósito em juízo / Outros	1.039.743	367.304
Setor Público		
De 0 a 60 dias	101.085	-
De 181 a 360 dias	33	33
Total	9.276.440	6.631.302

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	(6.631.302)	(7.365.052)
Reversão de provisões	945.332	1.422.282
Reforço de provisões	(922.214)	(688.532)
Movimentação líquida nas provisões	23.118	733.750
Saldo final	(6.608.184)	(6.631.302)

1.2 Créditos Comerciais

No exercício, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foram transferidos à EMGEA pela CAIXA, contratos comerciais perante pessoas físicas, cujo valor de aquisição naquela data foi de R$ 719.779.

Composição da carteira:

Descrição	31.12.2014	30.9.2014(i)
Saldo devedor (ii)	6.005.964	6.194.573
Deságio - Créditos Comerciais	(5.301.921)	(5.474.794)
Total	704.043	719.779

(i) Data base da aquisição dos créditos.

(ii) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo e crédito direto ao consumidor.

7. Recebíveis por cessão de créditos

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Valores a receber		
Itaipu Binacional (i)	-	646.463
União (ii)	-	117.936
Total do circulante	-	**764.399**
Saldo total a receber de Itaipu Binacional	-	646.463
Saldo total a receber da União	-	117.936
Saldo total	-	764.399

(i) Referem-se a créditos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos da América - US$) da Itaipu Binacional que foram repassados pela União à EMGEA em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. O fluxo de recebíveis está previsto para os meses de setembro a dezembro de cada ano, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos n.º 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a EMGEA. No exercício, foi apropriada variação cambial positiva no montante líquido de R$ 45.086 (variação positiva de R$ 178.010 em 2013).

(ii) Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço, sendo que os valores resultantes da aplicação desse fator, a partir de 1º de janeiro de 2008, com saldo de R$ 117.936 em 31 de dezembro de 2013 (R$ 117.936 em 2013), são de obrigação da União para com a EMGEA, conforme disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos. No exercício, foi apropriada variação daquele fator no montante líquido positivo de R$ 139 (R$ 6.315 positivo em 2013).

Em dezembro de 2014, conforme cronograma de pagamento estabelecido no Instrumento Contratual encerrou-se a obrigação.

8. Créditos adquiridos

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição pro solvendo, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. No exercício de 2014 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R$ 4.158 (R$ 3.405 em 2013).

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Circulante	4.377	63.593
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	-	63.593
Valores a receber do governo do estado do Acre (ii)	4.377	-
Não circulante	67.649	-
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	67.649	-
Total	72.026	63.593

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento em janeiro de 2016, conforme Sétimo Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em 23 de dezembro de 2014.

(ii) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado do Acre, decorrentes da aquisição de 977 créditos originários da carteira imobiliária do BANACRE.

9. Outros créditos a receber - Circulante

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Outros créditos a receber - circulante	271.747	232.093
Movimentação financeira - CAIXA (i)	135.389	73.341
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	55.117	50.422
Pendências de repasse	27.322	26.609
Títulos CVS (iii)	17.839	19.087
Débitos remanescentes (iv)	11.881	11.881
Indenizações de sinistros a receber (v)	11.836	8.273
Valores a apropriar (vi)	7.308	10.201
Débitos em novações de créditos FCVS (vii)	3.884	31.175
FGTS a receber (viii)	813	696
Outros recebíveis (ix)	257	289
Bloqueios judiciais (x)	101	119
Provisões para perdas - circulante	(88.810)	(83.871)
Provisão perdas no desembolso com execução judicial e extrajudicial	(49.607)	(45.381)
Provisão perdas débitos remanescentes	(11.881)	(11.881)
Provisão de pendências de repasse	(27.322)	(26.609)
Líquido de outros créditos a receber - circulante	182.937	148.222

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Títulos CVS recebidos nas 10º (Décima) Assunção de Dívida com o FGTS e da negociação com a Economisa.

(iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(v) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS. Em 2014 foi baixado o valor dos débitos objeto do contrato de ajuste de cessão celebrado entre a CAIXA, EMGEA e União em 30.4.2014.

(viii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.

(ix) Referem-se, principalmente, adiantamento para viagens.

(x) Referem-se basicamente a valores bloqueados nas disponibilidades da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de financiamentos imobiliários.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Ativos não circulantes mantidos para venda	315.678	256.534
Provisão para desvalorização	(52.665)	(46.766)
Total	263.013	209.768

A movimentação ocorrida nos exercícios foram as seguintes:

i. Em 2014:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534
Adições	130.036
Alienações	(70.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	315.678

ii. Em 2013:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2012	316.181
Adições	35.853
Alienações	(95.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei n.º 8.666/1993.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

11. Créditos vinculados - SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R$ 13.916.609 (R$ 15.898.913 em 2013), e provisões de R$ 3.089.690 (R$ 4.368.215 em 2013), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

Tendo em vista o Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foi realizada transferência de créditos FCVS para a CAIXA. Em razão dessa operação foi efetivada baixa líquida dos ativos correspondentes na EMGEA no valor de R$ 1.664.126, utilizado para pagamento dos créditos imobiliários (Nota 6.1) e créditos comerciais (Nota 6.2), com o imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações refletidas no resultado (Nota 25.c).

A composição do saldo é a seguinte:

Situação dos contratos	31.12.2014		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	583.411	(181.453)	401.958
Habilitados e não homologados (ii)	450.251	(91.716)	358.535
Habilitados e homologados (iii)	12.882.947	(2.816.521)	10.066.426
Saldo	13.916.609	(3.089.690)	10.826.919

Situação dos contratos	31.12.2013		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.569.335	(443.093)	1.126.242
Habilitados e não homologados (ii)	678.672	(166.750)	511.922
Habilitados e homologados (iii)	13.650.906	(3.758.372)	9.892.534
Saldo	15.898.913	(4.368.215)	11.530.698

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

12. Outros créditos a receber - Não circulante

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Outros créditos a receber - não circulante	392.881	337.562
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	160.781	154.426
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	159.599	159.560
Permuta de Créditos com a CAIXA - Saldo a Reposicionar (iii)	44.828	-
Depósitos judiciais (iv)	21.877	18.718
PLD - seguro de crédito (v)	5.796	4.858
Provisões para perdas - não circulante	(298.555)	(291.790)
Provisão de créditos a receber da UNIÃO - retenção indevida de IR (vi)	(160.781)	(154.426)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(131.978)	(132.506)
Provisão de PLD - seguro de crédito	(5.796)	(4.858)
Líquido de outros créditos a receber - não circulante	94.326	45.772

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA, apurada entre o valor de aquisição de créditos habitacionais e comerciais na posição de 31.7.2014, constante do Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA, e os valores dos saldos dos créditos migrados para a EMGEA na posição 30.9.2014, atualizados até 31.12.2014 conforme previsão contratual.

(iv) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(v) Perda líquida definitiva (PLD) - seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R$ 160.781 (R$ 154.426 em 31 de dezembro de 2013), tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como "possível".

(vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

13. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R$ 922.873 (R$ 1.209.048 em 2013) que estão deduzidos da provisão no valor de R$ 59.015 (R$ 43.128 em 2013), demonstrados a seguir:

Tributos	Saldo em 31/12/2013	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31/12/2014
IRPJ	725.153	9.116	32.079	(169.805)	(39.341)	557.202
CSLL	480.399	2.333	20.685	(141.409)	-	362.008
COFINS	3.469	-	166	-	-	3.635
PASEP	27	-	1	-	-	28
IRRF-FOPAG	-	-	-	-	-	
Total dos créditos	1.209.048	11.449	52.931	(311.214)	(39.341)	922.873
Provisão para perdas na recuperação	(43.128)	(15.887)	-	-	-	(59.015)
Crédito Líquido	1.165.920	(4.438)	52.931	(311.214)	(39.341)	863.858

Para todos os créditos tributários, a Administração encaminhou Pedidos de Restituição à Receita Federal do Brasil - RFB. Do saldo de R$ 922.873, o montante de R$ 863.858, atualmente se encontra homologado por aquele Órgão, cuja realização se dará mediante a sua restituição em espécie ou compensações com pagamentos de tributos futuros.

Em 2014 foram restituídos pela RFB créditos tributários no valor de R$ 311.214 referentes a tributos recolhidos a maior de IRPJ e CSLL (R$ 539.202 em 2013).

14. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2013	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2014	Custo em 31.12.2014	Depreciação acumulada em 31.12.2014
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e Equipamentos	895	63	-	(148)	810	2.340	(1.530)
Sistemas de informática	2.059	624	-	(676)	2.007	6.504	(4.497)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-		375	(375)
Total	2.954	687	-	(824)	2.817	9.219	(6.402)

ii Em 31 de dezembro de 2013:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2012	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2013	Custo em 31.12.2013	Depreciação acumulada em 31.12.2013
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e Equipamentos	876	182	(16)	(147)	895	2.278	(1.383)
Sistemas de informática	1.829	832		(602)	2.059	5.880	(3.821)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	375	(375)
Total	2.705	1.014	(16)	(749)	2.954	8.533	(5.579)

15. Passivos financeiros - Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2014	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	6.012.819	2029	Variação da TR + juros de 5,48% a.a.
FDS	4.731	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a.
CAIXA (ii)	52.514	2017	Variação da TR + juros de 6,06% a.a.
Total	6.070.064		
Passivo circulante	1.868.233		
Passivo não circulante	4.201.831		
Credor	31.12.2013	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	7.133.900	2017	Variação da TR + juros de 6,234% a.a.
FDS	8.408	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a.
Total	7.142.308		
Passivo circulante	2.190.696		
Passivo não circulante	4.951.612		

(i) Com base na Resolução no. 752/2014 do Conselho Curador do FGTS formalizou-se em 30/12/2014, o Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, entre a CAIXA e o FGTS, por meio do qual foi feita repactuação, em termos de taxas de juros e prazos para pagamento do passivo.

(ii) Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrente das Cessões de Créditos com a CAIXA, foi assumido um passivo perante aquela Instituição.

O saldo dos financiamentos classificados no "Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos" tem o seguinte vencimento:

Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
2015		2.159.488
2016	1.724.058	2.157.791
2017	699.181	633.643
2018	148.644	487
2019	148.399	203
2020	148.155	
2021 a 2029	1.333.394	
Total	4.201.831	4.951.612

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contêm condições restritivas financeiras.

16. Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Férias a pagar	1.566	1.237
Salários a pagar	1.006	741
Participação no lucro - Administradores	659	541
Participação no lucro - Empregados	697	486
INSS a recolher	594	555
FGTS a recolher	274	215
Total	4.796	3.775

17. Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
CAIXA - prestação de serviços (i)	25.819	17.559
Pessoal requisitado de terceiros	3.194	3.004
Fornecedores de bens e serviços	743	1.145
Outros passivos	3	-
Total	29.759	21.708

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18. Obrigações tributárias
A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
COFINS	1.783	607
Impostos e contribuições retidos na fonte	674	496
IRRF	489	420
PASEP	387	132
ISS	4	4
Total	3.337	1.659

19. Obrigações por repasses
A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Valores a ressarcir (i)	10.927	17.086
Seguros a pagar	10.725	10.717
Subsídios contratos do FGTS - Resolução CC FGTS 289/1998 (ii)	35	35
FCVS a pagar	28	75
Total	21.715	27.913

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função desses contratos terem sidos liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

20. Obrigações com mutuários
A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores de prestações recebidas a maior ou oriundos dos pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Pendência de arrecadação e cadastro (i)	128.265	82.491
Diferença de prestações pagas a maior	83.629	78.590
Valores a apropriar (ii)	4.731	16.574
FGTS-SFH - quotas utilizadas pagamento de prestação	2.444	2.190
Total	219.069	179.845

(i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.

(ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9.

21. Provisão para riscos cíveis
A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) Contingências cíveis - Risco provável
Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R$ 12.525 (R$ 13.482 em 2013), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Em 2014	
Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482
Adições	6.765
Reversões	(7.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.525

Em 2013	
Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.384
Adições	3.878
Reversões	(10.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482

b) Contingências - Risco possível
Não há outras contingências classificadas como de risco possível.

22. Demais obrigações
Referem-se aos valores de pendências originárias dos Contratos de Cessão celebrados entre a CAIXA, a EMGEA e a União. Em 30.4.2014 foi assinado o contrato de ajuste de cessão entre a CAIXA, EMGEA e União com ajuste das pendências e cujo passivo foi assumido pela EMGEA perante a CAIXA está demonstrado na Nota 15.

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Ajuste de cessão CAIXA/EMGEA	-	100.588
Total	-	100.588

23. Passivos relacionados a ativos mantidos para venda
Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Desembolso com Imóveis não de uso	14.340	13.369
Total	14.340	13.369

24. Patrimônio líquido
a) Capital Social

Descrição	Capital Social
Saldo em 31.12.2013	9.057.993
Saldo em 31.12.2014	9.057.993

O Capital Social da EMGEA, em 31 de dezembro de 2014, permanece no valor de R$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

No exercício de 2012, foi autorizada a redução do Capital Social da Empresa, mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R$ 10.952.226, que passou de R$ 20.010.219 para R$ 9.057.933. No exercício de 2014, a Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União - CGU manifestou entendimento divergente do adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN quanto aos procedimentos utilizados para aprovação da referida redução de Capital. O assunto encontra-se sob o exame da Advocacia-Geral da União - AGU.

b) Reservas de Lucros
As reservas de lucros são constituídas por reserva legal e reserva de retenção de lucros:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do exercício	400.350	196.674
Reservas de Lucros	159.674	203.676
Reserva legal 5%	10.470	13.356
Reserva de retenção de lucros	149.204	190.320
Saldo no final do exercício	560.024	400.350

A reserva legal, no valor de R$ 10.470, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2014.

A reserva de retenção de lucros, no valor de R$ 149.204, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório (vide Nota 24.c), e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos conforme Proposta de Orçamento de Capital destinados à aquisição de novos créditos junto a instituições financeiras federais. Estes investimentos terão por objetivo a diversificação da atual carteira de créditos da Empresa de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações.

c) Juros sobre capital próprio / Dividendo mínimo
São assegurados à União Juros sobre Capital Próprio (JCP) ou dividendos, sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício foi provisionado o pagamento de juros sobre Capital Próprio relativo ao exercício de 2014 no valor de R$ 49.735, a título de dividendo mínimo obrigatório. Em 2013 foi aprovado o pagamento de JCP no valor de R$ 63.440.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido	209.409	267.116
Reserva legal 5%	(10.470)	(13.356)
Base para cálculo do JCP mínimo obrigatório	198.939	253.760
JCP / Dividendo mínimo obrigatório 25%	(49.735)	(63.440)
Lucro líquido após do JCP e Reserva Legal	149.204	190.320

25. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados
a) Receitas com juros e similares
Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no exercício, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário, comerciais e créditos com o FCVS:

Descrição	2014	2013
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	763.674	534.284
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	408.626	385.721
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	10.584	-
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	100.884	78.568
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	79.856	57.487
Receitas de taxas e comissões e encargos moratórios (iv)	180.698	192.098
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(1.520)	(1.729)
Total	1.542.802	1.246.429

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(ii) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,73% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, e de 11,04% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de riscos de crédito e administração dos contratos, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

b) Despesas com juros e similares
Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no exercício, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,06% ao ano, conforme Nota 15.

Descrição	2014	2013
Despesas com juros	(386.140)	(499.231)
Despesas com atualização monetária	(55.827)	(13.921)
Despesas financeiras encargos moratórios	(50.709)	-
Total	(492.676)	(513.152)

c) Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros
Os ganhos e as perdas com ativos financeiros incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas, prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis e perdas na transferência de créditos para a CAIXA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

i. Reversões (Provisões) líquidas

Descrição	2014	2013
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa Operações de crédito imobiliário	23.118	733.750
Resultado da provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS (i)	1.278.526	(498.181)
Totais	1.301.644	235.569

(i) Resultado representado essencialmente pela reversão de provisão para perdas na novação de créditos FCVS, no valor de R$ 1.412.528, pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA em 30.9.2014 (Nota 11).

ii. Descontos concedidos

Descrição	2014	2013
Contratos com cobertura do FCVS	(62.198)	(43.810)
Contratos sem cobertura do FCVS	(444.053)	(607.798)
Total pessoa física	(506.251)	(651.608)
Pessoa jurídica	(47.374)	(99.492)
Total dos descontos	(553.625)	(751.100)

iii. Perdas com ativos financeiros

Descrição	2014	2013
Perdas operações de adjudicação/arrematação de imóveis (i)	(65.940)	(49.305)
Perdas cessão de créditos FCVS (ii)	(1.416.935)	-
Totais	(1.482.875)	(49.305)

(i) Referem-se às diferenças entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados nas operações de adjudicação/arrematação de imóveis.

(ii) Perda reconhecida no resultado do exercício pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA na operação de cessão onerosa de créditos (Nota 11).

d) Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Outras receitas operacionais	81.560	17.600
Receita de Deságio créditos comerciais/imobiliário (i)	58.756	-
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	15.743	10.338
Recuperação de despesas - mutuários em execução	4.698	5.252
Receitas com negociação de carteiras/débitos - agentes cedentes	4.508	-
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	2.391	412
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	1.880	1.613
Recuperação de créditos comerciais	-	566
Recebimento créditos Caixa Fácil (ii)	103	-
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP e COFINS	(6.519)	(581)
Outras despesas operacionais	(67.239)	(67.774)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	(46.159)	(39.322)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(13.642)	(12.486)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(7.104)	(11.196)
Despesas com internalização de carteira	-	(4.254)
Despesas com manutenção de créditos imobiliários	(334)	(516)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	14.321	(50.174)

(i) Apropriação do deságio na recuperação dos créditos comerciais e imobiliários cedidos pela CAIXA, que apresentaram um resultado de R$ 58.756 antes dos efeitos tributários, R$ 53.321 líquidos dos efeitos tributários.

(ii) Refere-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial - Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30.9.2014.

e) Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros

i. Provisão para perdas com outros ativos financeiros

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

Descrição	2014	2013
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(6.355)	(4.839)
Provisão para perdas no desembolso com execução	(4.226)	(2.452)
Provisão perda líquida definitiva	(937)	(780)
Provisão para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	(713)	(589)
Provisão para débitos remanescentes em operação de arrematação imóveis	-	(6)
Reversão (provisão) para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	527	(3.403)
Total	(11.704)	(12.069)

ii. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União.

Descrição	2014	2013
Ganhos com variações cambiais	130.207	335.067
Perdas com variações cambiais	(85.121)	(157.057)
Total	45.086	178.010

iii. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	139	7.535
Perdas - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	-	(1.220)
Resultado - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América (i)	139	6.315
Valores a receber - débitos em novações FCVS	7.400	1.005
Valores a receber - IR Itaipu	6.355	4.840
Valores a receber - entes da federação	4.158	3.405
Remuneração intermediação de seguro habitacional	913	1.202
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS/ISS	(130)	(171)
Total	18.835	16.596

(i) Refere-se ao resultado da aplicação do fator de atualização, com base na inflação dos Estados Unidos da América, sobre o saldo dos recebíveis da Itaipu Binacional, relativos à cessão de créditos da União.

f) Receitas com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no exercício.

Descrição	2014	2013
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar	52.931	54.195
Reversão (provisão) sobre tributos a recuperar	(15.887)	83.380
Baixa de tributos a recuperar	(132)	-
Total	36.912	137.575

g) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Lucro na alienação de imóveis não de uso	69.558	71.977
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(24.808)	(19.224)
Tarifa com administração de imóveis não de uso - CAIXA	(11.184)	(11.402)
Provisão/reversão para desvalorização de imóveis não de uso	(5.899)	9.648
Despesas com laudo de avaliação	(3.347)	(2.529)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(2.080)	(4.397)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(6.434)	(6.658)
Total	15.806	37.415

h) Despesas administrativas

A composição da rubrica "Despesas administrativas" está demonstrada a seguir:

i. Despesas com pessoal

Descrição	2014	2013
Salários e gratificações	(8.806)	(7.892)
Encargos sociais - INSS / FGTS	(3.576)	(3.371)
Férias e 13.º salário	(2.016)	(1.842)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(1.802)	(1.570)
Participações dirigentes e empregados	(1.096)	(882)
Auxílio alimentação	(605)	(521)
Treinamento de pessoal	(520)	(387)
Assistência médica e social	(178)	(166)
Mudanças com ajuda de custo, auxílio moradia e PQVT	(1)	(1)
Rescisões contratuais	-	(21)
Total	(18.600)	(16.653)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Outras despesas administrativas

Descrição	2014	2013
Tarifa de prestação de serviços - CAIXA (i)	(198.333)	(196.708)
Reembolso aos órgãos de origem - pessoal requisitado	(17.588)	(14.342)
Serviços de terceiros (ii)	(6.651)	(5.687)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(2.060)	(1.508)
Depreciação e amortização	(824)	(749)
Despesas gerais (seguro e serviços de cópias)	(641)	(653)
Utilidades e serviços	(382)	(433)
Diárias de viagens	(244)	(278)
Passagens aéreas e rodoviárias	(250)	(258)
Reembolso e hospedagem	(142)	(77)
Propaganda, publicidade e divulgação	(188)	(252)
Material de consumo	(54)	(42)
Segurança e medicina no trabalho	(39)	(29)
Taxas e contribuições locais	(7)	(7)
Créditos de impostos sobre aluguel e energia - PASEP/COFINS	165	141
Total	(227.238)	(220.882)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

i) Resultado financeiro

i. Outras Receitas financeiras

Descrição	2014	2013
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	14.576	22.280
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	18.815	7.199
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	722	599
Receita financeira permuta de crédito	710	-
Receita financeira SELIC desembolso	77	-
Receitas sobre levantamento de depósitos judiciais - prestações de crédito imobiliário	1	225
IOF - imposto sobre operação financeira	(1.748)	(192)
Total	33.153	30.111

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Outras Despesas financeiras

Descrição	2014	2013
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(9.999)	(5.865)
Despesa Financeira com SELIC sobre JCP (ii)	(3.155)	-
Encargos Moratórios	(206)	-
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (iii)	(16)	(2)
Atualização monetária sobre PLR	(10)	(4)
Tarifas bancárias	(3)	(1)
Atualização Selic sobre dividendos	-	(2.284)
Total	(13.389)	(8.156)

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre Juros de Capital Próprio do exercício de 2013

(iii) Referem-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

26. Ativos e passivos fiscais

a) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2014 e 2013.

Descrição	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	209.409	209.409	267.116	267.116
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(52.352)	(18.847)	(66.779)	(24.040)
Encargos sobre JCP	12.434	4.476	15.860	5.710
Efeitos tributários das adições e exclusões	339.478	122.212	86.685	31.206
- Reversão (provisão) para PCLD	6.194	2.230	197.620	71.143
- Reversão (provisão) perdas Novação FCVS	323.493	116.458	(123.065)	(44.303)
- Reversão (provisão) débitos remanescentes	-	-	(2)	(1)
- Reversão (provisão) desvalorização imóveis	(1.475)	(531)	2.412	868
- Reversão (provisão) pendências de repasses	(1.883)	(678)	(1.160)	(418)
- Reversão (provisão) perdas outros créditos	(5.561)	(2.002)	19.635	7.069
- Reversão (provisão) rendas a apropriar	18.445	6.640	(9.527)	(3.430)
- Reversão (provisão) perdas na devolução de créditos	132	47	(851)	(306)
- Reversão (provisão) para causas contingenciais/fiscais	239	86	1.726	621
- Despesas indedutíveis	(106)	(38)	(103)	(37)
Efeito tributário compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Efeito tributário do prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-
Ajuste do adicional (10% de R$ 240.000,00)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-
Receita / (Despesa) total de IRPJ e CSLL	299.560	107.841	35.766	12.876

b) Ativo fiscal diferido não ativado

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.309.946	155.108	188.233	1.276.821
Provisão para perdas na novação do FCVS	1.408.296	103.418	543.369	968.345
Provisão para débitos remanescentes	114.959	15.158	15.158	114.959
Provisão para pendências de repasses	17.100	2.561	563	19.098
Provisão para desvalorização de imóveis	14.041	3.371	1.365	16.047
Provisão para perdas na alienação de imóveis	2.693	-	-	2.693
Provisão para causas contingenciais	4.583	751	1.076	4.258
Provisão para perdas de créditos tributários	64.359	7.607	45	71.921
Diferenças temporárias	2.935.977	287.974	749.809	2.474.142
Prejuízo fiscal / base negativa	1.171.110	407.401	-	1.578.511
Créditos tributários não ativados	4.107.087	695.375	749.809	4.052.653
Imposto de renda	3.019.917	511.306	551.330	2.979.892
Contribuição social	1.087.170	184.069	198.479	1.072.761

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados.

27. Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

		Em R$1,00
Descrição	2014	2013
Comissionados		
Maior remuneração	20.230,00	18.993,00
Menor remuneração	4.889,00	4.590,00
Remuneração média	10.096,00	9.478,99
Dirigentes		
Presidente	38.846,37	36.595,74
Diretoria		
Maior remuneração	36.996,55	34.853,08
Menor remuneração	36.996,55	34.853,08
Remuneração média	37.366,51	35.201,61
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.048,04	3.813,51
Conselho de Administração	4.048,04	3.813,51

28. Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com Administradores

Descrição	2014	2013
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	1.328	1.202
Conselho de Administração	239	218
Conselho Fiscal	164	131
Total	1.731	1.551

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade/Operações

Entidades/operações	2014		2013	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Secretaria do Tesouro Nacional				
Itaipu binacional (i)	17.838	45.086	646.463	178.010
União (i)	-	139	137.023	6.315
Dividendos a pagar (ii)	-		-	(2.284)
Juros sobre capital próprio (ii)	(49.735)	(49.735)	(63.440)	(63.440)
Fundos e Programas				
FCVS (iii)	10.826.919	(893.040)	11.530.698	93.590
FGTS (iv)	(6.012.819)	(438.817)	(7.133.900)	(513.084)
FDS (iv)	(4.731)	(87)	(8.408)	(68)
Caixa Econômica Federal (v)				
Depósito à vista	580	(3)	391	(1)
Valores a receber	135.389	18.805	73.341	7.174
Prestação de serviços	(18.044)	(201.750)	(18.467)	(208.110)
Valores a pagar	(25.267)	(9.999)	(29.547)	(5.865)
Aplicações financeiras (vi)	82.389	7.344	94.218	10.154
Financiamento-Ajuste de Cessão (vii)	(52.514)	(3.063)	-	-
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista	353	(179)	253	(111)
Aplicações financeiras (vi)	392.851	7.233	355.105	12.126

(i) Contrato de Cessão de Créditos n.º 235/PGFN/CAF, firmado entre a União e a EMGEA, por meio do qual foram transferidos à EMGEA créditos em moeda estrangeira (USD$), atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América.

(ii) Valor dos juros sobre capital próprio ou dividendos mínimos obrigatórios, calculado no percentual de 25%, consoante Art. 16 do Estatuto Social.

(iii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(iv) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 5,48 % ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(v) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(vi) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

(vii) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,06 % ao ano.

d) Empregados cedidos de órgãos externos

Órgão de origem	2014	2013
Caixa Econômica Federal - CAIXA	16.026	12.665
Banco do Brasil - BB	1.055	917
Controladoria Geral da União - CGU	333	331
Previdência Social - INSS	115	111
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	58	132
Secretaria Tesouro Nacional - STN	-	186
Total	17.587	14.342

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem, conforme evidenciado na Nota 25.e.

29. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A Administração da EMGEA adota postura prudencial no gerenciamento dos riscos corporativos, visando o adequado equilíbrio entre a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, decorrentes do exercício das atividades, e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

O gerenciamento dos riscos é estruturado com base em política, aprovada pelo Conselho de Administração, além de normas e procedimentos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os padrões de integridade e valores éticos da Empresa.

Em todos os processos e negócios da EMGEA existem riscos associados que são inerentes à própria natureza das atividades. Cabe aos gestores, como primeira camada de controle administrativo, a identificação, a valiação, o controle, a comunicação aos níveis superiores, e o monitoramento, priorizando a resposta aos riscos mais críticos.

Neste contexto, a Diretoria Executiva obtém uma visão dos riscos empresariais, consolidada no Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos, elaborado pela Unidade de Controles Internos, vinculada à Diretoria de Controladoria, e estabelece ações (resposta a risco) para manter os riscos residuais alinhados aos níveis de tolerância estabelecidos.

A resposta a risco, definida como o processo de desenvolver e determinar estratégias para gerenciar os riscos corporativos identificados, consiste na adoção das seguintes categorias de estratégias: evitar, transferir, aceitar ou tratar. A escolha da estratégia adequada depende do nível de exposição a riscos estabelecida pela Diretoria Executiva, por ocasião da fixação dos objetivos estratégicos, e pelos gestores das Unidades, no desenvolvimento das atividades da Empresa.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os montantes dos ativos sujeitos ao risco de crédito e respectivas exposições encontram-se detalhados nas Notas 4 a 8, 11 e 13, e sintetizados no quadro a seguir:

ATIVO	2014	2013
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	397.519	373.531
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	78.655	76.435
Créditos Imobiliários (Nota 6.1)	2.557.244	2.645.138
Créditos Comerciais (Nota 6.2)	704.043	-
Créditos FCVS (Nota 11)	10.826.919	11.530.698
Recebíveis Cessão de Créditos (Nota 7)	-	764.399
Crédito Tributário (Nota 13)	863.858	1.165.920
Créditos Adquiridos (Nota 8)	72.026	63.593
Total	15.500.264	16.619.714

Conforme mencionado na Nota 1.b, a EMGEA, quando de sua constituição, tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Com isso, a definição do risco de crédito na concessão desses créditos foi operacionalizada pela instituição originária, a CAIXA, de acordo com a sua política institucional.

No exercício ocorreu permuta de créditos imobiliários e comerciais, originários da CAIXA, conforme mencionado na Nota 6.

Na EMGEA, a mensuração e classificação do risco de crédito dos recebíveis de mutuários e devedores decorrentes das operações de créditos imobiliários e demais operações de crédito são efetuados de acordo com o provável valor de realização dos créditos baseados nas estimativas dos impactos das medidas negociais implementadas pela Empresa para sua recuperação. Adicionalmente, são considerados os dias de atrasos para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso da provisão para perda por recuperabilidade e o montante é reconhecido no resultado, demonstrado na rubrica "perdas com ativos financeiros". Esse montante provisionado nas demonstrações contábeis, de acordo com a avaliação da Administração, que leva em conta principalmente o histórico da efetividade das perdas de crédito, é suficiente para fazer face ao potencial de risco contido na carteira atualmente registrada nas demonstrações contábeis (Nota 3.e).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Com relação aos ativos financeiros mantidos como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, para mitigar o risco de crédito, a EMGEA mantém tais recursos no Banco do Brasil e CAIXA e em fundos de investimento, administrados por tais instituições, cujas carteiras são lastreadas por títulos públicos federais.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado do instrumento financeiro e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Os itens e valores de exposição, e respectivos indexadores e taxas médias de juros dos ativos e passivos da EMGEA são demonstrados nos quadros a seguir:

Itens de Exposição do Ativo		
Descrição	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Disponibilidades*	476.174	IRF-M 1
Créditos Imobiliários	2.557.244	TR+9,0% a.a.
Créditos Comerciais	137.867	TR +1,74% a.m.
Créditos Comerciais	566.176	Pré-fixada
Créditos FCVS	10.826.919	TR+4,7% a.a.
Recebíveis por Cessão de Créditos	-	Variação Cambial Inflação Americana
Créditos Adquiridos	72.026	TR+4,7% a.a.
Crédito Tributário	863.858	Selic
Total	15.500.264	

*Bloqueios Judiciais não inclusos no saldo das Disponibilidades

Itens de Exposição do Passivo		
Item de Exposição - Passivo	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Financiamentos (FGTS e FDS)	6.070.064	TR+6,2% a.a.
Outros Passivos	355.276	TR+6% a.a.
Total	6.425.340	

c) Risco de Taxa de Juros

A mensuração das perdas ou ganhos decorrentes da exposição ao risco de taxas de juros das aplicações financeiras da EMGEA é realizada pelas instituições financeiras que administram os fundos de investimento e os resultados registrados diariamente em suas cotas, conforme as normas estabelecidas para esta modalidade de ativo.

O método adotado para a mensuração e o controle do risco de mercado dos fundos de investimento é o modelo estatístico Valor em Risco (VaR - Value at Risk), que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%.

Considerada a metodologia adotada, o montante de aplicações financeiras em fundos de investimentos, correspondente a R$ 475.330 em 31.12.2014, exposto ao risco de taxas de juros, não produz impacto relevante sobre o resultado e o patrimônio líquido da Empresa, na avaliação da Administração.

Os demais ativos e passivos da Empresa, expostos ao risco de taxa de juros, estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários e comerciais (Notas 3.e, 6.1 e 6.2), créditos perante o FCVS (Notas 3.f e 11), créditos adquiridos (Nota 8) e os passivos financeiros (Nota 15), sujeitos a flutuações dos indexadores aos quais estão vinculados, descritos nas respectivas Notas.

Os principais ativos e passivos da Empresa expostos ao risco de taxa de juros estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários e comerciais, créditos perante o FCVS, créditos adquiridos e os passivos financeiros, sujeitos a flutuações a Taxa Referencial de Juros - TR.

Os montantes de operações ativas e passivas, em 31.12.2014, expostos à TR são, respectivamente, R$ 13.594.056 e R$ 6.425.340, com taxas médias de juros de 5,69% e 6,19% ao ano. A análise de sensibilidade demonstra que a cada acréscimo de 0,5% ao ano neste indexador, haveria um impacto positivo na ordem de R$ 37.727 no resultado e no patrimônio líquido da EMGEA, desconsiderados os efeitos tributários.

d) Risco Cambial

O risco de mercado proveniente dos créditos em dólar dos Estados Unidos da América (US$), devidos pela Itaipu Binacional e pela União, tem seu resultado reconhecido e registrado mensalmente nos balancetes da Empresa.

Com a liquidação total da dívida no decorrer do exercício, em 31.12.2014 a EMGEA não apresentava exposição ao risco cambial, conforme resumo dos dados quantitativos demonstrados a seguir:

	2014			2013		
Devedor	R$ mil	USD$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2014	R$ mil	USD$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2013
Itaipu Binacional	-	-	-	646.463	275.960	2,3426
União	-	-	-	117.936	50.344	2,3426
Exposição Total	-	-	-	764.399	326.304	

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

O fluxo de caixa, projetado anualmente, é acompanhado diariamente pela Unidade Financeira, e gerido pela Diretoria de Pessoas e Logística, o que permite a adoção de medidas preventivas pela Administração da EMGEA para a mitigação desta modalidade de risco.

A mensuração e o monitoramento sobre os níveis de liquidez da Empresa são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

O fluxo das obrigações da EMGEA, ao fim dos anos de 2013 e 2014, por período de vencimento está sintetizado no quadro a seguir:

PASSIVO	Principal	
Período de vencimento (dias)	2014	2013
0 a 30	459.488	453.902
31 a 60	149.220	180.155
61 a 90	149.220	180.155
91 a 180	498.462	604.702
181 a 270	446.394	641.054
271 a 360	520.726	556.507
361 a 720	1.785.576	2.159.488
721 a 1.080	699.181	2.157.791
1.081 a 1.440	148.644	633.644
Acima de 1.440	1.568.429	689
Total do Passivo	6.425.340	7.568.087

30. Eventos Subsequentes

Em março de 2015 foram emitidos Despachos Decisórios pela Receita Federal do Brasil - RFB, com a homologação de Pedidos de Restituição, referentes a tributos federais pagos a maior em exercícios anteriores, no montante de R$ 682.289, perfazendo, assim, um total de R$ 863.858 de valores homologados pela RFB (Nota Explicativa nº 13).

JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS
Diretor-Presidente

ANTONIO LUIZ BRONZEADO
Diretor

EDUARDO PEREIRA
Diretor

EUCLIDES RENATO DEPONTI
Diretor

EUGEN SMARANDESCU FILHO
Diretor

MARILENE BEATRIZ BRUM PAIVA
Chefe de Contabilidade
Téc. Cont. CRC MG 076097/0-2 S DF

9. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e ao Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 11, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados, totalizam R$ 760.493 mil, e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 10.066.426 mil em 31 de dezembro de 2014, está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Impostos e contribuições a recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 13, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está condicionada à compensação futura com tributos federais e/ou recebimento por meio de restituição em espécie a ser feita pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Brasília, 26 de maio de 2015.
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP-014428/O-6 F-DF

FRANCESCO LUIGI CELSO
Contador CRC 1SP175348/O-5

ALEXANDRE DIAS FERNANDES
Contador CRC DF-012460/O-2

10. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 13, incisos II e III, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010, e no exercício de suas atribuições legais, examinou, nesta data, os seguintes documentos emitidos pela EMGEA e aprovados pelo Conselho de Administração:

-Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;

-Proposta de Orçamento de Capital relativa ao exercício de 2014; e

-Proposta de Distribuição de Dividendos na forma de juros sobre o capital próprio relativa ao exercício de 2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações apresentadas no relatório dos Auditores Independentes da KPMG, o qual a despeito de ter registrado duas ênfases não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos documentos descritos no item 1 deste Parecer.

3. O Conselho Fiscal salienta que está sob exame da Advocacia-Geral da União, conforme disposto na alínea "a" do item 24 das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, a redução do capital social da EMGEA ocorrida em 2012.

Brasília, 26 de maio de 2015.
LEOPOLDO ARAÚJO RODRIGUES
Presidente

KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA
Conselheira

VANESSA SILVA DE ALMEIDA
Conselheira

11. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, em cumprimento ao disposto no artigo 6º, inciso V, alínea "a", do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3.3.2010, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da EMGEA, da Destinação do Lucro Líquido no exercício, da Proposta de Orçamento de Capital e do Relatório da Administração 2014, conforme proposta constante do Voto CA nº 06/2015 de 17 de março de 2015.

Brasília, 26 de maio de 2015.
SÉRGIO EUGÊNIO DE RÍSIOS BATH
Presidente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT
Conselheira

MARICY VALETTA
Conselheira

LEONARDO LIMA CHAGAS
Conselheiro

JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS
Ex-Conselheiro

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 32, DE 26 DE ABRIL DE 2016

Regulamenta o art. 1º da Portaria Coger/MF nº 26, de 30 de outubro de 2013, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O CORREGEDOR DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, no parágrafo único do art. 5º e no § 1º do art. 16 da Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, no art. 8º da Portaria MF nº 492, de 23 de setembro de 2013, e no art. 3º da Portaria Coger/MF nº 26, de 30 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º A Corregedoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil efetuará periódico e sistemático acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a fim de verificar indícios de enriquecimento ilícito.

Art. 2º O acompanhamento da evolução patrimonial, de caráter investigativo e sigiloso, será realizado com base em critérios gerais e objetivos e em parâmetros técnicos e impessoais, fixados pelo Corregedor da RFB, a serem aplicados aos servidores da RFB.

Parágrafo único. A Divisão de Investigação Disciplinar será responsável pela seleção e indicará, em termo individualizado, os servidores que apresentarem indícios de enriquecimento ilícito.

Art. 3º Os servidores referidos no parágrafo único do artigo anterior serão objeto da sindicância patrimonial prevista na Portaria Coger nº 013, de 30 de janeiro de 2014, a ser instaurada pelo Corregedor da RFB.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria Coger nº 52, de 19 de agosto de 2010, com a redação dada pela Portaria Coger nº 113, de 06 de outubro de 2010; a Portaria Coger nº 53, de 19 de agosto de 2010, e a Portaria Coger nº 169, de 3 de dezembro de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 37, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
EMENTA: RETENÇÃO. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INTERMÉDIO DE OSCIP. 1. A cessão/locação de mão de obra por intermédio de entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP em gozo de isenção tributária deve levar em consideração a finalidade social dessa entidade e a diminuta significação econômica dessa intermediação frente aos serviços de cunho assistencial, sendo somente admitida em caráter acidental, eventual, temporária e dirigida à manutenção da atividade assistencial e desde que seja mínima a representatividade quantitativa de empregados cedidos em relação ao número de seus empregados, nos termos do Parecer Normativo CST nº 162, de 1974, e do Parecer CJ/MPS nº 3.272, de 2004. 2. A fiscalização tributária poderá lançar mão de sua prerrogativa de desconsiderar atos e negócios jurídicos e proceder ao correto enquadramento dos trabalhadores envolvidos na prestação de serviços, quando constatar que o segurado empregado, que labora sob condições reais de não eventualidade, pessoalidade, subordinação jurídica e onerosidade, foi inadequadamente rotulado como contribuinte individual ou "pessoa jurídica". 3. Os serviços de "treinamento e ensino", quando prestados mediante cessão de mão de obra, sujeitam-se à retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Código Tributário Nacional - CTN, arts. 116 e 118; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Lei nº 9.790, de 1999, arts. 1º a 3º; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, arts. 219 e 229, § 2º; Decreto nº 3.100, de 1999, art. 6º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 117 a 119; Enunciado TST nº 331, de 1994; Parecer nº 3.272, de 2004, da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência; Parecer Normativo nº 162, de 1974, do Coordenador do Sistema de Tributação.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 226, DE 3 DE MAIO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720516/2016-46, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Mercedes Benz, modelo E280, ano 2007, cor preta chassi WDBUF54XX7B151297 desembaraçado pela Declaração de Importação nº 07/0585279-7, de 08/05/2007, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade da Embaixada da República Árabe da Síria, CNPJ: 04.514.306/0001-17.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo/dossiê nº 10010.025733/1015-22, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, a empresa FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE GOIAS - FEDOSG, CNPJ nº 15.119.854/0001-69.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10166.727934/2014-67, declara:

Art. 1º Baixadas de ofício, por inexistência de fato, as empresas abaixo relacionadas:

CNPJ	Nome empresarial
00.082.131/0001-65	MAPE ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
00.832.865/0001-14	REPRESENTAÇÕES JBM LTDA
01.443.407/0001-56	PESPONTO IND.DE VESTUÁRIO LTDA
01.530.704/0001-39	FAMA COMERCIAL LTDA - ME
01.556.141/0001-58	ENCOL S/A ENG. COM. E INDÚSTRIA
01.808.902/0001-11	FLAVIO H. FAGUNDES DA SILVA-ME
01.831.365/0001-20	JMW-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
02.428.308/0001-68	PIRÂMIDE METALÚRGICA LTDA-ME
02.715.850/0001-00	FERREIRA SANTOS & AVELAR LTDA
04.215.791/0001-28	CAMARGOS PISCINAS LTDA - ME
04.896.325/0001-55	CONSTRUTORA J&B LTDA
05.921.212/0001-25	RODRIGUES VITOY IND. E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
07.713.154/0001-70	R B CONSTRUTORA LTDA - ME
37.358.215/0001-99	CONSTRUTORA HS LTDA - ME
37.639.788/0001-90	FARIA EMPREEND. IMOB. LTDA-ME

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA HANNUM RESENDE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de não ser localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 03 de junho de 2014, considerando ainda o que consta no processo/dossiê nº 10010.022636/1115-41, resolve declarar:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa BRASMAR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA (CNPJ nº 13.683.570/0001-75) por não ser localizada, conforme inciso II do artigo 37 da INRFB nº 1.470/2014 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 27/04/2016

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de não ser localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 03 de junho de 2014, considerando ainda o que consta no processo/dossiê nº 10010.022636/1115-41, resolve declarar:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa LIMP FORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (CNPJ nº 41.196.734/0001-75) por não ser localizada, conforme inciso II do artigo 37 da INRFB nº 1.470/2014 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 27/04/2016

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 3, de 14 de abril de 2016, publicado em 22 de abril de 2016 no DOU nº 76, Seção 1, página 63, onde se lê:

"INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:", leia-se:

"INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

PORTARIA Nº 4, DE 2 DE MAIO DE 2016

Compartilha, temporariamente, competência da Seção de Arrecadação e Acompanhamento Tributário - SACAT com a Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Compartilhar, temporariamente, a competência da Seção de Arrecadação e Acompanhamento Tributário - SACAT, no que se refere à análise dos desbloqueios de GFIP, a pedido ou de ofício, incluindo as situações decorrentes da Malha GFIP, com a Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT;

Art. 2º Determinar que em todos os atos praticados em função da presente delegação sejam mencionados, após a assinatura, o número e a data desta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Declara o abandono de mercadorias apreendidas em conformidade com a Portaria MF nº 159, de 03/02/2010.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

ABANDONADAS as mercadorias constantes dos processos abaixo relacionados, de acordo com o art. 2º e os itens I e II do art. 1º, todos da Portaria MF nº 159 de 3 de fevereiro de 2010.

Nº do Processo	Edital de Intimação
18203.720738/2014-80	0710200/7403/14
18203.720104/2016-99	0710200/7060/16

FERNANDO JOSE DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 7 DE ABRIL DE 2016

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso da competência delegada no art. 3° da Portaria DRF/RJO I nº 274, de 18/01/2016, publicada no DOU de 20/01/2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I em qualquer dos CAC's (Centro de Atendimento ao Contribuinte) situados no Rio de Janeiro, cujos endereços podem ser obtidos na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no .?www.receita.fazenda.gov.br?endereço

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

Portaria DRF/RJ I 274, de 18 de janeiro de 2016
ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

RELAÇÃO DOS CNPJ DAS PESSOAS EXCLUÍDAS
DRF 07108 RIO DE JANEIRO I
PARCELAMENTO EM 130 MESES
LOTE 25
00.704.927/0001-02
72.031.628/0001-65

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 7 DE ABRIL DE 2016

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso da competência delegada no art. 3º da Portaria DRF/RJO I nº 274, de 18/01/2016, publicada no DOU de 20/01/2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I em qualquer dos CAC's (Centro de Atendimento ao Contribuinte) situados no Rio de Janeiro, cujos endereços podem ser obtidos na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no www.receita.fazenda.gov.br.

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

Portaria DRF/RJ I 274, de 18 de janeiro de 2016
ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

RELAÇÃO DO CNPJ DA PESSOA EXCLUÍDA
(DRF 07108) LOTE 80
40.203.614/0001-95

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 139, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.470, de 30 de maio de 2.014 (publicada no D.O.U. de 03/06/2014).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos Arts. 9º; 37, inciso II; 39, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.470, de 30 de maio de 2.014 tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 16680.000144/2010-74 resolve:

Art. 1º - DECLARAR INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária SERTEC - TECNOLOGIA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ Nº 18.355.412/0001-00, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ, e por não terem seus representantes legais atendido as intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em legislação vigente.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 42 e 43, da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 140, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000141/1015-06

NOME EMPRESARIAL: VENIT PARTICIPAÇÕES HOTELEIRAS LTDA.

CNPJ Nº 17.817.992/0001-47

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/11/2015

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 141, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000143/1015-97
NOME EMPRESARIAL: COPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 39.241.328/0001-35
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/01/2016
ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, às pessoas físicas, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificadas ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000662/1115-18
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/02/2016
ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013.

NOME	CPF
VICTORIA ROSE BROADUS	855.674.005-78
VERONICA MONTEALEGRE BASCIANO	063.398.817-00
JOSE IGNACIO ARIZNABARRETA FOSSATI	063.492.797-35

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.000710/1115-78
NOME EMPRESARIAL: KARCHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA.
CNPJ Nº 47.110.960/0001-78
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016
ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007037/0316-50
NOME EMPRESARIAL: VIA CONE OPERAÇÕES DE TRÁFEGO LTDA - EPP
CNPJ Nº 05.981.264/0001-97
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/03/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007038/0316-02
NOME EMPRESARIAL: NOVO HORIZONTE JACAREPAGUÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ Nº 00.185.997/0001-00
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/03/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 146, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007681/0316-28
NOME EMPRESARIAL: GAEL COMUNICAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 22.121.038/0001-55
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 16/03/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007686/0316-51
NOME EMPRESARIAL: AGILLITAS SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 13.776.742/0001-55
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 16/03/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007731/0316-77

NOME EMPRESARIAL: HANDI LIFE SPORT BRASIL LTDA.

CNPJ Nº 04.931.100/0001-92

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 16/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007741/0316-11

NOME EMPRESARIAL: FEDERAÇÃO DE JUDÔ DO ESTADO DO RIO JANEIRO.

CNPJ Nº 34.024.257/0001-03

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso IX do art. 2º da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.007749/0316-79

NOME EMPRESARIAL: BINÁRIOS GESTÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ Nº 24.223.353/0001-19

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 15/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.011710/1015-31

NOME EMPRESARIAL: O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

CNPJ Nº 67.431.718/0001-03

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/11/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, às pessoas físicas que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificadas ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.011829/0915-24

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 30/09/2015

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
ANTON ROMANOV	063.431.087-93
HELENE VERDIER GORCIAS	062.485.157.51
KARLA RAE PIPER	063.410.697-07
LAURA DAYNA LOUISE DEYELL	063.397.107-35
RITA BIBE DA COSTA	700.920.004-10

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.011833/0915-92

NOME EMPRESARIAL: CBB - BOTAFOGO ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA.

CNPJ Nº 05.801.703/0001-32

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 11/11/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 154, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013922/0216-13

NOME EMPRESARIAL: SUNSET EVENTOS E SERVICOS LTDA - EPP

CNPJ Nº 07.507.277/0001-54

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 155, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013931/0216-04

NOME EMPRESARIAL: CREATIVE DISPLAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 02.175.187/0001-90

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 156, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013932/0216-41

NOME EMPRESARIAL: ASSOCIAÇÃO DE INTERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS Á ARTE, CULTURA E ESPORTE.

CNPJ Nº 17.212.870/0001-27

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013935/0216-84

NOME EMPRESARIAL: EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S/A

CNPJ Nº 33.497.660/0001-89

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIII e XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 158, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013938/0216-18

NOME EMPRESARIAL: RLP ENGENHARIA LTDA.

CNPJ Nº 03.749.012/0001-01

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 159, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013939/0216-62

NOME EMPRESARIAL: JOLY COMÉRCIO DE COMÉSTICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 11.117.770/0001-35

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 26/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 160, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013940/0216-97

NOME EMPRESARIAL: COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE.

CNPJ Nº 21.255.567/0001-89

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 161, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013968/0216-24

NOME EMPRESARIAL: SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA

CNPJ Nº 12.023.465/0001-47

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 162, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013970/0216-01

NOME EMPRESARIAL: GUILHERME SOEHNCHEN FERRAMENTAS LIMITADA

CNPJ Nº 33.054.412/0001-63

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 163, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.013974/0216-81

NOME EMPRESARIAL: AIG SEGUROS BRASIL S/A

CNPJ Nº 33.040.981/0001-50

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016

ENQUADRAMENTO: Incisos XIV e XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 164, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.015400/0615-18

NOME EMPRESARIAL: WINDSOR ADMINISTRAÇÃO DE HOTEIS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ Nº 10.348.318/0001-11

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 10/07/2015

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 165, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020065/0116-37

NOME EMPRESARIAL: DINÂMICA ENERGIA SOLAR LTDA.

CNPJ Nº 05.053.556/0001-60

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inc. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 166, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.020068/0116-71

NOME EMPRESARIAL: ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

CNPJ Nº 06.029.385/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 05/02/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 3 DE MAIO DE 2016

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº10715.725583/2015-77, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 15/1716692-8, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 3 DE MAIO DE 2016

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.725582/2015-22, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 15/1712372-2, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 2 DE MAIO DE 2016

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessas Expressas a Empresa que menciona pelo prazo de três anos

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 01 de outubro de 2010, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.721281/2016-92, declara:

Art. 1º. Fica a empresa DRS COURIER LTDA., estabelecida na Via Anhanguera, s/nº, km 15 - CLA - Módulo 04 - Vila Jaguará - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.128.827/0001-92, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, em recinto administrado pela empresa concessionária do mesmo, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.073/2010.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto à ALF/GRU na forma do disposto nos artigos 13 e 14 da mencionada norma.

Art. 4º. Esta habilitação é válida por 03 (três) anos contados a partir da publicação deste ato, em conformidade com o §1º do art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.073/2010.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria DRF/AQA nº 14 de 27 de Abril de 2016, publicada no DOU Nº 82, de 02 de Maio de 2016, Seção 1, pág. 35:

Onde se lê:

Nome ou Razão Social	CNPJ	Processo
Hotel Henrique Ltda -ME	50.512.482/0001-37	13851.450.280/2001-13
Comercial Nahfi Ltda -ME	52.848.983/0001-14	10840.450.611/2001-56
Donizete & Freitas Transportes Ltda - EPP	52.848.975/0001-78	10840.450.610/2001-10
Bermudez & Bermudez Ltda -ME	57.424.186/0001-23	13851.450.411/2001-62
Lojas Kellymar Ltda - ME	64.521.339/0001-16	13851.450.510/2001-44

Leia-se:

Nome ou Razão Social	CNPJ	Processo
Hotel Henrique Ltda -ME	50.512.482/0001-37	13851.450.280/2001-13
Bermudez & Bermudez Ltda -ME	57.424.186/0001-23	13851.450.411/2001-62
Lojas Kellymar Ltda - ME	64.521.339/0001-16	13851.450.510/2001-44

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 4 DE MAIO DE 2016

Declara NULA a inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203 de 14 de maio 2012, Art. 302, inciso III, publicada no DOU em 17 de maio 2012, nos termos do artigo 33 inciso I, parágrafos 1º e 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio 2014, e tendo em vista o que consta nos autos nº 10835.720.701/2016-75, declara:

Artigo 1º - NULA, a inscrição no CNPJ nº 17.757.280/0001-80, da pessoa jurídica FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por motivo de multiplicidade, com efeitos a partir de 24/06/1997, nos termos art. 33, inciso I, parágrafos 1º e 2º, da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio 2014.

FÁBIO SUSSMANN NOGUEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 3 DE MAIO DE 2016

Declaração de Inidoneidade de Contabilista.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 302, inciso X, e art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento no art. 820 do Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, declara:

Art. 1º Que o Sr. PAULO ADALBERTO PUTRIQUE, Contador, inscrito no CRC - PR sob nº PR-031077/O-7, CPF nº 457.086.229-20, passa a ser considerado sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB pelo período de dois anos, contados a partir da data de publicação deste ato, em razão de ter concorrido para a prática de diversas fraudes contábeis com o objetivo de causar prejuízo à Fazenda Nacional, sendo o profissional responsável pela escrituração das pessoas jurídicas envolvidas, conforme evidenciado no processo administrativo nº 10980.721399/2016-07.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

PORTARIA Nº 66, DE 3 DE MAIO DE 2016

Delega competência.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o que dispõem os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro 1979 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados no Serviço de Fiscalização - SEFIS da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba para decidir sobre o arquivamento e desarquivamento de processos nos casos de processos de dossiês de malhas e de anulação de declarações.

Art. 2º A delegação ora concedida não afeta a competência delegada pelo inciso I, do artigo 1º da Portaria DRF/CTA n.º 96, de 1 de junho de 2012.

Art. 3º O Delegado da DRF/CTA, sempre que julgar conveniente, poderá avocar a si, a qualquer momento e a seu critério, as atribuições delegadas nesta Portaria, sem que isso implique na revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 3 DE MAIO DE 2016

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA, no uso da competência conferida pelo § 3º do

Art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
GILIADE FUCHS	073.350.319-58	10926.720108/2016-18
EDUARDO FERNANDO PIRAN	074.736.029-42	10926.720107/2016-65
CHRISTIAN RENAN SEVERICO	077.873.529-06	10926.720285/2016-96
JESSICA MARA DOS SANTOS	078.225.779-80	10926.720289/2016-74
TIAGO DOS SANTOS KLEIN YBING	089.313.579-82	10926.720290/2016-07

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro retromencionado também deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior CADADUANA, para fins da sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o art. 9º, § 1º da IN RFB 1.273, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2016

Exclusão do Registro de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a exclusão do Registro de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
ELCIO MUCHIUTI FILHO	006.686.479-81	10926.720992/2013-30

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 3 DE MAIO DE 2016

Atualiza o Registro Especial de Engarrafador nº 10106/083, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, bem como as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.583, de 31 de agosto de 2015, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 18, de 30 de abril de 2003, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/083, de engarrafador, no processo 11020.004314/2002-30, pertencente ao estabelecimento da empresa MULTIDRINK INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.691.736/0001-04, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Aguardente Composta com Carvalho	Black Wood	2208.90.00	não retornável	980 ml
Aguardente Composta com Carvalho	Gold Black	2208.90.00	não retornável	980 ml
Amargo Bitter	Iceberg	2208.90.00	não retornável	880 ml
Aguardente Composta com Anis	Kualytá	2208.90.00	não retornável	880 ml
Aguardente Composta com Anis e Coentro	Kualytá	2208.90.00	não retornável	880 ml
Aguardente Composta com Funcho	Kualytá	2208.90.00	não retornável	880 ml
Aguardente Composta com Gengibre	Kualytá	2208.90.00	não retornável	880 ml
Aguardente de Cana Adoçada	Kualytá	2208.40.00	Retornável	600 ml
Aguardente de Cana Adoçada	Kualytá	2208.40.00	não retornável	600 ml
Aguardente de Cana Adoçada	Kualytá	2208.40.00	não retornável	880 ml
Amargo Fernet	Kualytá	2208.90.00	não retornável	900 ml
Bebida Alcoólica Mista	Kualytá	2208.90.00	não retornável	880 ml
Coquetel de vinho branco e fermentado de maçã	Kualytá	2205.10.00	não retornável	900 ml
Coquetel de Vinho Tinto, Fermentado de Maçã e Catuaba	Kualytá	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel Alcoólico	Kualytá Frutas Vermelhas	2206.00.90	não retornável	900 ml
Coquetel Alcoólico	Kualytá Limão	2206.00.90	não retornável	900 ml
Coquetel Alcoólico	Kualytá Maracuja	2206.00.90	não retornável	900 ml
Aguardente Composta com Anis e Coentro	Starkof	2208.90.00	não retornável	900 ml
Cocktail Alcoólico	Starkof	2206.00.90	não retornável	880 ml
Vodca	Starkof	2208.60.00	não retornável	900 ml

"

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 26, de 20 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 3 DE MAIO DE 2016

Baixa, de oficio, a inscrição da pessoa jurídica que menciona, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento nos artigos 27, inciso IV, e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1ª Baixada, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, a inscrição de nº 91.558.692/0001-43, em nome de MARCOLINA VALENTE BRUM, da jurisdição desta Unidade, por ter sido constatado o cancelamento de seu registro perante a Junta Comercial do Rio Grande do Sul, conforme apurado no processo administrativo nº 16637.720091/2014-61.

Art 2 º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOCI DIFORENA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Concede Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS, exercendo a atribuição contida no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 11080.722730/2016-12, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11,945, de 04 de junho de 2009, ao contribuinte EVERPRINT INDÚSTRIA GRÁFICA EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.296.321/0001-03, situado na Estrada Manoel José do Nascimento nº 168, em Cachoeirinha, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica (GP), sob número GP-10101/518.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento da legislação tributária que rege a matéria, em especial das exigências estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009, sob pena de cancelamento do registro, na forma do Artigo 7º da mesma Instrução Normativa, além das demais sanções cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 218, DE 19 DE ABRIL DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com os art. 3º e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, com o art. 9º da Portaria Ministerial MF/MEC nº 376, de 18 de setembro de 2014 e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001 e da Portaria SE/MF nº 102, de 8 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 5.036 (cinco mil e trinta e seis) Certificados Financeiros do Tesouro, série B, subsérie 1 - CFT-B1, no valor de R$ 6.549.569,80 (seis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos), no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 19/4/2016	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2015	1º/1/2030	1.300,55	5.036	6.549.569,80

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 1.353, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001102/2016-23, resolve:

Art. 1° Aprovar a alteração da cláusula 17 e a consolidação do estatuto social de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ n. 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

PORTARIA Nº 1.354, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.005277/2015-29, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015:

I - Aumento do capital social em R$ 49.999.999,98, elevando-o para R$ 2.809.578.958,63, dividido em 2.637.626.197 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 4º do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO CABRAL KELLY

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 105, DE 3 DE MAIO DE 2016

Estende os efeitos da situação de emergência no Município de São Borja/RS.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando que o Município São Borja/RS, encontra-se com uma situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal com vigência do decreto estadual, até 10 de maio de 2016,

Considerando que o Município sofreu novo desastre natural, em decorrência de inundações COBRADE - 1.2.1.0.0, declarado no Decreto Municipal nº 16.206, de 29 de dezembro de 2015,

Considerando ainda as demais informações constantes nos processos nº 59051.000690/2015-39 e nº 59051.001117/2016-23, resolve:

Art. 1º Estender, em decorrência do novo desastre de inundações COBRADE - 1.2.1.0.0, os efeitos jurídicos da Portaria nº 257, de 16 de dezembro de 2015, que reconhece a situação de emergência no Município de São Borja/RS, e prorroga o prazo de vigência até 26 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 106, DE 3 DE MAIO DE 2016

Estende os efeitos da situação de emergência no Município de Agronômica/SC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando que o Município de Agronômica /SC encontrava-se com situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal com vigência do decreto municipal até 18 de abril de 2016,

Considerando que o Município sofreu novo desastre natural, em decorrência de vendaval COBRADE - 1.3.2.1.5, declarado no Decreto Municipal nº 108/2015, de 13 de dezembro de 2015,

Considerando ainda as demais informações constantes nos processos nº 59051.000263/2015-51 e nº 59051.000984/2016-41, resolve:

Art. 1º Estender, em decorrência do novo desastre de vendaval COBRADE - 1.3.2.1.5, os efeitos jurídicos da Portaria nº 250, de 08 de dezembro de 2015, que reconhece a situação de emergência no Município de Agronômica /SC, e prorroga o prazo de vigência até 09 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016

Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e o MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 2º a 5º da Lei 7.560, de 19 de dezembro de 1986, nos arts. 60 a 64 da Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006; nos arts. 26 a 31 da Lei n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973; e, na Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993:

Considerando a existência de bens imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; e

Considerando a demanda por imóveis rurais para o assentamento de famílias sem-terra e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria regula o procedimento para transferência onerosa de bens imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, gestora do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, oficiará o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para que, em até 60 dias, se manifestem sobre eventual interesse pelo bem imóvel rural antes de adotar-se outros procedimentos de destinação.

§ 1º O interesse pelo bem imóvel rural será endereçado por ofício à SENAD.

§ 2º A resposta negativa ou a ausência de resposta, no prazo assinalado, importará no regular prosseguimento de outros procedimentos de destinação pela SENAD.

§ 3º Os conflitos entre os interessados serão resolvidos na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, prevista no Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

Art. 3º Após a manifestação de interesse, o INCRA ou a FUNAI, conforme o interessado, elaborará Laudo de Vistoria e Avaliação, que constituirá requisito para a transferência do bem.

§ 1º O Laudo de Vistoria e Avaliação deverá atestar a viabilidade econômica do uso do imóvel para a implantação de projeto de assentamento de trabalhadores rurais ou sua adequação para a destinação à FUNAI.

§ 2º Se o Laudo de Vistoria e Avaliação concluir pela inviabilidade do imóvel para fins de reforma agrária ou de destinação à FUNAI, o Ministério da Justiça, por meio do FUNAD, será oficiado e dará prosseguimento regular aos demais procedimentos de destinação do imóvel.

§ 3º Se o Laudo de Vistoria e Avaliação concluir pela viabilidade do imóvel para fins de reforma agrária ou de destinação à FUNAI, o FUNAD realizará sua alienação direta ao INCRA ou à FUNAI mediante o recebimento de pagamento do valor de mercado do imóvel.

§ 4º O INCRA ou a FUNAI adotará as providências necessárias para promover a alteração do registro do bem e para imitir-se na sua posse.

Art. 4º O FUNAD e o INCRA, em ato conjunto, oficiarão o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, os Presidentes dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais e as respectivas Corregedorias de Justiça, solicitando que informem aos Juízes/Varas Penais acerca da possibilidade de nomearem o INCRA como depositário judicial de imóveis rurais objeto de sequestro ou o perdimento em favor da União e que sejam passíveis de destinação para a reforma agrária.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO
Ministro de Estado da Justiça

PATRUS ANANIAS DE SOUSA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

PORTARIA Nº 522, DE 3 DE MAIO DE 2016

Estabelece os procedimentos a serem adotados em relação aos pedidos de extradição, ativos e passivos, bem como, à prisão para fins de extradição, de que tratam os arts. 81 e 82, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 12.878, de 4 de novembro de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a competência originária do Supremo Tribunal Federal para apreciar e julgar pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro, a teor do art. 102, inciso I, alínea "g", da Constituição Federal;

Considerando que a prisão de extraditando, como prevista em lei, é medida que precede à apreciação do pedido de extradição pelo Poder Judiciário;

Considerando o disposto no artigo 5º, inciso LXI, da Constituição, que dispõe que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente";

Considerando que compete ao Ministério da Justiça a iniciativa de solicitar ao Supremo Tribunal Federal a prisão de extraditando, nos termos do art. 81 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980; e

Considerando que incumbe à Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, exercer a função de autoridade central para o trâmite dos pedidos de cooperação jurídica internacional, inclusive em assuntos de extradição, de transferência de pessoas condenadas e de execução de penas, coordenando e instruindo pedidos ativos e passivos, a teor do artigo 10, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 8.668 , de 11 fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relativos aos pedidos de extradição ativos e passivos bem como à prisão para fins de extradição, no âmbito do Ministério da Justiça, são regulados por esta Portaria.

CAPÍTULO I

DA EXTRADIÇÃO PASSIVA

Art. 2º O pedido de prisão cautelar para fins de extradição de que trata o art. 82 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, conforme redação conferida pela Lei nº 12.878, de 4 de novembro de 2013, será recebido, instruído e processado pelo Ministério da Justiça para fins de solicitação da medida ao Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O encaminhamento do pedido de prisão será feito ao Supremo Tribunal Federal:

I - pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, representada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, ou

II - pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça - DPF, representado pelo Escritório Central Nacional da Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, caso em que deverá, de imediato, informar ao DRCI sobre as providências adotadas sobre o encaminhamento.

§ 2º Na ausência de Tratado, o Ministério das Relações Exteriores será provocado pelo Ministério da Justiça, para obtenção, junto ao país requerente, da Promessa de Reciprocidade necessária à instrução do pedido de prisão.

Art. 3º Decretada a prisão do extraditando, uma vez recebida a comunicação do Supremo Tribunal Federal, o Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, dará cumprimento à ordem.

§ 1˚ Caso o pedido de prisão seja denegado pelo Supremo Tribunal Federal, a comunicação será encaminhada ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, e ao Departamento de Polícia Federal, por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, conforme a unidade que tiver encaminhado o pedido.

§ 2° Na hipótese de denegação do pedido de prisão, apresentado por via diplomática ou por via de autoridades centrais, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional informará prontamente ao Estado requerente pelas vias supracitadas.

Art. 4º Efetivada a prisão, o Departamento de Polícia Federal, por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), deverá informar ao Supremo Tribunal Federal e ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional a data do cumprimento da medida e o local onde o extraditando ficará custodiado no Brasil, ficando o preso à disposição daquele Tribunal.

Art. 5º A Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, representada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, comunicará ao país requerente, por via diplomática ou por via de autoridades centrais, a efetivação da prisão solicitada, sem prejuízo das comunicações entre as congêneres da Interpol, realizadas por seu canal oficial.

Parágrafo único. O prazo para a formalização do pedido de extradição será contado conforme disposto em Tratado ou, na falta deste, nos termos da Lei nº 6.815, de 1980.

Art. 6º Apresentada a documentação formalizadora do pedido de extradição, consoante o art. 80 da Lei nº 6.815, de 1980, caberá ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional realizar o exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em Tratado e, caso atendidos, deverá a Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania providenciar o imediato encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Após o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, e recebida a comunicação pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional providenciará a comunicação ao país requerente, por via diplomática ou por via de autoridades centrais, da concessão ou não do pedido de extradição.

Art. 7º Quando o extraditando estiver sendo processado ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade, a extradição será executada somente depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena, podendo a Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania analisar a viabilidade de aplicação do disposto no art. 67 da Lei nº 6.815, de 1980, ou a hipótese de efetivação simultânea da Transferência da Pessoa Condenada ao seu país de origem.

Parágrafo único. Nos casos previstos no art. 67 da Lei nº 6.815, de 1980, o Departamento de Migrações e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania deverão articular-se para a adoção do procedimento necessário.

Art. 8º No caso de ausência das pendências referidas no art. 7º, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional:

I - informará, por via diplomática ou por via de autoridades centrais, que o extraditando se encontra apto para ser extraditado;

II - solicitará ao país requerente a assunção formal dos compromissos estabelecidos no art. 91 da Lei nº 6.815, de 1980; e

III - requererá que seja transmitida por escrito a data da cientificação do Estado requerente da referida aptidão, para efeito de contagem de prazo.

Parágrafo único. A apresentação formal dos compromissos poderá ser dispensada quando a extradição estiver fundada em tratado vigente no qual as previsões se encontrem expressas, e não houver solicitação adicional por parte do Supremo Tribunal Federal em decisão.

Art. 9º No mesmo ato que solicitar a assunção formal dos compromissos ao país requerente, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional solicitará ao Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), que sejam iniciados os trâmites operacionais para a retirada do extraditando junto à sua congênere e informará, logo que tiver conhecimento, a data limite para sua entrega.

§ 1º O prazo para a retirada do extraditando do território nacional será contado conforme disposto em tratado ou, na falta deste, nos termos da Lei nº 6.815, de 1980.

§ 2º O Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), poderá aprovar os trâmites referidos no caput deste artigo, observando que a retirada do extraditando ficará condicionada ao recebimento dos compromissos formais estabelecidos em lei, quando exigidos, e à autorização formal do Secretário Nacional de Justiça e Cidadania.

Art. 10. Com o recebimento dos compromissos formulados pelo país requerente, caberá ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional instruir e submeter ao Secretário Nacional de Justiça e Cidadania a análise da viabilidade de efetivação da extradição e, caso essa medida seja autorizada, encaminhará para o Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), e ao país requerente, por via diplomática ou por via de autoridades centrais, a referida autorização de entrega.

Parágrafo único. Quando a apresentação formal dos compromissos for dispensada, caberá ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional instruir e submeter ao Secretário Nacional de Justiça e Cidadania a análise da viabilidade de efetivação da extradição e, caso essa medida seja autorizada, providenciará os encaminhamentos destacados no caput.

Art. 11. Efetivada a entrega do extraditando ao país requerente, caberá ao Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, encaminhar o termo de entrega ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, para que a Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania informe ao Supremo Tribunal Federal.

CAPÍTULO II

DA EXTRADIÇÃO ATIVA

Art. 12. Os pedidos de prisão cautelar para fins de extradição do indivíduo que possua pendências criminais sob jurisdição do Poder Judiciário brasileiro e que seja localizado em território estrangeiro, serão remetidos à Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, representada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 13. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional realizará o exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos em lei ou em Tratado e, caso atendidos, providenciará o imediato encaminhamento do pedido de prisão ao Estado requerido, por via diplomática ou por via de autoridades centrais.

Art. 14. Após a efetivação da prisão, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional será informado sobre as datas da prisão e da cientificação da Embaixada brasileira sobre o fato, exceto, neste último caso, se esta pasta receber a referida informação por via de autoridades centrais.

§ 1º Nos casos de prisão decorrente de representação da Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, esta deverá:

I - informar imediatamente ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional a data da prisão;e

II - informar imediatamente ao Juízo brasileiro que solicitou tal medida a data da prisão.

§ 2º O prazo para a formalização do pedido de extradição será contado conforme disposto em Tratado ou, na falta deste, a partir da data do recebimento desses dados pela Embaixada brasileira estabelecida no Estado requerido, exceto, neste último caso, se esta pasta receber a referida informação por via de autoridades centrais.

Art. 15. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, de posse das informações referidas sobre as datas de prisão e de cientificação da respectiva Embaixada brasileira, entrará em contato com o Juízo brasileiro competente para que a documentação formalizadora do pedido de extradição seja encaminhada ao Ministério da Justiça nos termos de lei ou tratado.

Parágrafo único. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional realizará o exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos em lei ou em tratado e, caso atendidos, providenciará o imediato encaminhamento da documentação formalizadora ao Estado requerido, por via diplomática ou por via de autoridades centrais.

Art. 16. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional receberá do Estado requerido, por via diplomática ou por via de autoridades centrais, informação sobre o trânsito em julgado da decisão acerca do deferimento ou não da extradição e, caso seja deferida, será comunicado de que o indivíduo está apto a ser extraditado.

Parágrafo único. O prazo para a retirada do extraditando do território estrangeiro será contado conforme disposto em Tratado ou, na falta deste, a partir da data do recebimento da informação referida no caput pela Embaixada brasileira estabelecida no Estado requerido, exceto, neste último caso, se esta pasta receber a mencionada informação por via de autoridades centrais ou, ainda, nos termos em que disposto pelo Estado estrangeiro.

Art. 17. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional solicitará ao Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, que sejam realizados os trâmites operacionais para a retirada do extraditando junto à sua congênere e informará, logo que tiver conhecimento, a data-limite para a efetivação da medida.

Parágrafo único. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional também informará ao Juízo brasileiro competente o deferimento da extradição e solicitará a indicação do estabelecimento prisional onde o extraditando será custodiado no Brasil, a fim de que essa informação seja retransmitida ao Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol.

Art. 18. Tão logo efetivada a extradição, caberá ao Departamento de Polícia Federal, representado pela Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol, encaminhar o termo de entrega ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, que por sua vez remeterá ao Juízo brasileiro competente.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Nos procedimentos administrativos para fins de extradição, de competência do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, a contagem dos prazos far-se-á incluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, salvo disposição especial em Tratado.

Art. 20. Fica delegada ao Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania a competência para autorizar o trânsito de pessoas extraditadas por Estados Estrangeiros pelo território nacional, nos termos do art. 94 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, com redação conferida pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados:

I - a Portaria do Ministro da Justiça nº 737, de 16 de dezembro de 1988;

II - a Portaria do Ministro da Justiça nº 68, de 17 de janeiro de 2006;

III - a Portaria do Secretário Nacional de Justiça e Cidadania nº 91, de 13 de abril de 2016; e

IV - o art. 1º, §2º, da Portaria do Departamento de Estrangeiros nº 08, de 05 de dezembro de 2011.

EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 11.05.2016
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.006723/2015-21
Requerentes: TV SBT Canal 4 de São Paulo, Rádio e Televisão Record S.A. e TV Ômega Ltda.
Terceiros Interessados: Sky Brasil Serviços Ltda., Claro S.A., Associação Brasileira de Televisão por Assinatura
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Thomás Filipe Schoeller Paiva, Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo Alves dos Santos, Leonor Cordovil, Carolina Saito e outros
Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
Voto-vista: Conselheiro Alexandre Cordeiro
Ato de Concentração nº 08700.009363/2015-10
Requerentes: Itaú Unibanco S.A. e MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.
Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Cristianne Saccab Zarzur, Marina Curi Penna e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Processo Administrativo nº 08012.000778/2011-52
Representante: Cade ex officio
Representados: Luiz Antônio Cury Galebe, MC 3 Vídeo Produções Ltda., Léo Produções e Publicidade Ltda., Shop Tour International e Shop Tour TV Ltda.
Advogados: Mauro Grinberg, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Camila Chagas Paoletti, Beatriz Malerba Cravo, Ricardo Casanova Motta, Carolina Saito da Costa e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
Requerimento nº 08700.009944/2015-51
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marina Curi Penna, Eduardo Caminatti, Julia Raquel Haddad e outros
Requerimento nº 08700.010925/2015-78
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto e outros

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 3 de maio de 2016

Nº 1 - Processo Administrativo nº 08700.005694/2013-19. Representante: Microsoft Corporation. Representada: Google Inc. Em 25 de abril de 2016, a Representante protocolou petição em que afirma desistir de todas as representações formuladas em face do Google e suas afiliadas, incluindo a representação e os materiais protocolados pela Microsoft nos autos do presente Processo Administrativo. Em face do pedido formulado pela Representante, esta Superintendência-Geral retifica o pólo ativo do referido Processo Administrativo, ficando excluída a Microsoft do papel de Representante a partir desta data. Adicionalmente, inclui-se a SG/CADE como Representante para todos os efeitos, tendo em vista que, nos termos da Lei 12.529, independentemente da identidade do representante inicial ou de seu juízo, cabe ao Cade permanecer analisando fatos que possam constituir infrações à ordem econômica. Ressalta-se que o teor da representação inicial, bem como seu aditamento e documentos juntados aos autos pela Microsoft permanecerão nos autos e continuarão sendo perquiridos pela Superintendência-Geral.

Em 4 de maio de 2016

Nº 7 - Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo. Representante(s): Cade ex officio. Representado(s): João Pedro Neto de Avelar Ghira, Carlos Eduardo Garrocho de Almeida, Fernando da Costa Procópio e José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira. Advogado(s): Não consta dos autos. Acolho a Nota Técnica nº 36/2016/SG e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 36/2016/SG, (i) pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, inciso V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados João Pedro Neto de Avelar Ghira, Carlos Eduardo Garrocho de Almeida, Fernando da Costa Procópio e José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos artigo 20, incisos I, III, IV e V, da Lei nº 8.884/94, vigente à época dos fatos, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

Nº 524 - Ato de Concentração nº 08700.002792/2016-47. Requerentes: Banco Bradesco S.A, Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Guilherme Morgulis e outros. Acolho a Nota Técnica nº 14/2016/CGAA2/SGA1/SG/CADE, de 04 de maio de 2015, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento do pedido de ingresso como terceiro interessado: (i) da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, representada por Francisco Honório Pinheiro Alves; (ii) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, representado por Guilherme Afif Domingos; (iii) da Boa Vista Serviços S.A., representada por Glauco Alves Costa da Silva e outros; (iv) da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, representada por George Teixeira Pinheiro; e (v) da Serasa S.A., representada por Mariana Tavares de Araújo e outros. Além disso, defiro as dilações solicitadas pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, pelo Sebrae e pela Boa Vista S.A., que deverão apresentar documentos e pareceres até o dia 13/05/2016.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.547, DE 19 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/16105 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO LOTEAMENTO JARDIM DAS PALMEIRAS, CNPJ nº 51.913.903/0001-02 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 871/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.718, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/12612 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 10.325.594/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 708/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.719, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/13398 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGLINE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 06.184.802/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 944/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.724, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19602 - DPF/SAG/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COLMEIA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 21.734.051/0001-17, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 38
1296 (um mil e duzentos e noventa e seis) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.749, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/6907 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.913.862/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 887/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.750, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/16707 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UNIFORT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.989.765/0001-45, sediada no Mato Grosso, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
18 (dezoito) Revólveres calibre 38
324 (trezentas e vinte e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.756, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/17390 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.428.415/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 869/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.784, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/16378 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MPD SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 13.342.652/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 954/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.787, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/7565 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA E SEGURANÇA S/C LTDA, CNPJ nº 85.415.065/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 943/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.791, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19638 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI POA, CNPJ nº 90.159.799/0001-56 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 964/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.794, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23258 - DPF/MCE/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AFORVIG- ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.920.885/0003-34, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
294 (duzentas e noventa e quatro) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
246 (duzentos e quarenta e seis) Estojos calibre .380
522 (quinhentos e vinte e dois) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.797, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23733 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ENERGIA SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 23.541.357/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:
Da empresa cedente TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.293.981/0001-99:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.812, DE 2 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23821 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0177-60, sediada no Piauí, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Espingardas calibre 12
18 (dezoito) Revólveres calibre 38
324 (trezentas e vinte e quatro) Munições calibre 38
192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR

DEFIRO
Considerando o fato de já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, entendo que restou prejudicada a análise do pedido de reconsideração formulado pela empresa contratante. Diante do exposto, DETERMINO o arquivamento do presente processo.

Processo Nº 08000.007231/2015-41 - LUÍS CARLOS DOS SANTOS PEIXOTO.

Cuida-se de pedido de prorrogação do prazo de estada no País, visto temporário item V, formulado pelo EVANGELOS BAKOMITROS, o qual foi indeferido, tendo em vista a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme publicação no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, pág. 22.

A empresa apresentou pedido de reconsideração tempestivamente, conforme documento anexado nos autos.

No entanto, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, após analisar as razões expostas e/ou documentos juntados no referido pedido, manifestou novamente contrário a pretensão do interessado.

Diante do quadro fático e documental apresentado, entende-se que não foram apresentados quaisquer elementos de fato ou de direito capazes de justificar a reforma da referida decisão.

Ante todo o exposto, encaminho o presente processo em grau de recurso, na forma do art. 1º, § 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, sugerindo o Indeferimento do pedido recursal e manutenção da decisão recorrida.

De acordo.

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, pág. 22.

Processo Nº 08000.041195/2014-63 - EVANGELOS BAKOMITROS

Cuida-se de pedido de prorrogação do prazo de estada no País, visto temporário item V, formulado pelo SACHIN SUKHDEV BHATIA, o qual foi indeferido, tendo em vista a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme publicação no Diário Oficial da União de 03/02/2016, Seção 1, pág. 21.

A empresa apresentou pedido de reconsideração tempestivamente, conforme documento anexado nos autos.

No entanto, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, após analisar as razões expostas e/ou documentos juntados no referido pedido, manifestou novamente contrário a pretensão do interessado.

Diante do quadro fático e documental apresentado, entende-se que não foram apresentados quaisquer elementos de fato ou de direito capazes de justificar a reforma da referida decisão.

Ante todo o exposto, encaminho o presente processo em grau de recurso, na forma do art. 1º, § 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, sugerindo o indeferimento do pedido recursal e manutenção da decisão recorrida.

De acordo.

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/02/2016, Seção 1, página 21.

Processo Nº 08000.000345/2016-41 - SACHIN SUKHDEV BHATIA.

Cuida-se de pedido de prorrogação do prazo de estada formulado pelo Sr. JACKLORD ONTOLAN JAMISOLA o qual foi indeferido, tendo em vista o não cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme publicação no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, página 22.

O requerente apresentou pedido de reconsideração, conforme documento SEI n° 2092853, em desacordo com o prazo previsto no art. 1º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, deste modo, encaminho o presente processo em grau de recurso, sugerindo, salvo melhor juízo, não seja conhecido em virtude da intempestividade, bem como seja mantida a decisão recorrida.

De acordo.

INDEFIRO o recurso tendo em vista a intempestividade do pedido e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2016, Seção 1, página 22.

Processo Nº 08000.041431/2014-41 - JACKLORD ONTOLAN JAMISOLA.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva por reunião familiar, nos termos do art. 2º, inciso I, da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505017054201619 - CHRISTIAN NATANIEL A SANTA ROSA.

Processo Nº 08505.017053/2016-66 - IMA KIEZA ANDRE SANTA ROSA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.024911/2015-29 - ABHINNA AGARWAL, até 02/06/2016

Processo Nº 08000.004165/2015-57 - SVEIN ERIK GJOESTOEL, até 27/06/2016

Processo Nº 08000.005491/2015-81 - LUKASZ POLAK, até 07/08/2016.

Processo Nº 08000.002086/2015-10 - ANASTASIOS KOUTSOGIANNIS, até 31/12/2016

Processo Nº 08000.009431/2016-19 - ANDRZEJ KLEIN, até 28/10/2016.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08000.030949/2014-50 - CARSTEN NITTGAARD ANDERSEN, até 02/12/2016

Processo Nº 08000.041183/2014-39 - SZYMON MICHAL URBANOWICZ, até 10/01/2017

Processo Nº 08000.030378/2014-53 - OLE FRYDENSBERG FROM.

Processo Nº 08000.009432/2016-63 - ARNOUT VAN MAANEN, até 20/01/2017.

Processo Nº 08000.009437/2016-96 - KURT JAMES MOREHEAD, até 20/01/2017.

Processo Nº 08000.032428/2015-18 - ENRICO MINICILLO, até 04/01/2017

Processo Nº 08000.007188/2016-02 - JURGEN ALEXANDER MICHAEL VAN WICHEN, até 07/04/2017.

Processo Nº 08000.008733/2016-70 - IGNACIO BOTAS RATERA, até 26/04/2017

Processo Nº 08000.041941/2014-19 - WILBUR CAJETAN FERNANDES, até 03/05/2017.

Processo Nº 08000.004367/2015-07 - JERZY WOJCIECH SWIECICKI, até 12/05/2017

Processo Nº 08000.009057/2016-51 - KJELL ARMAND MARCUSSEN, até 28/06/2017

Processo Nº 08000.004052/2015-51 - NESTOR VALENCIA BUENCIDO, até 16/08/2017

Processo Nº 08000.009483/2016-95 - LAWRENCE CUBACUB BERNARDO, até 30/03/2018

Processo Nº 08000.009301/2016-86 - STANISLAW MORDAS, até 30/03/2018

Processo Nº 08000.009422/2016-28 - JOEL CYRIL DSOUZA, até 28/05/2018

Processo Nº 08000.007214/2016-94 - ZBIGNIEW BORYNA, até 07/06/2018

Processo Nº 08000.009602/2016-18 - BRUCE EDWARD GROVE, até 28/06/2018

Processo Nº 08000.007875/2016-10 - MAHESH JUMLEDAR, até 30/06/2018

Processo Nº 08000.008431/2016-00 - DEREK STEPHEN CORLEY, até 13/07/2018

Processo Nº 08000.009332/2016-37 - JEREMY JOHN MAART, até 18/07/2018

Processo Nº 08000.009686/2016-81 - RHONNY DE GUZMAN NACOR, até 14/08/2018

Processo Nº 08000.010170/2016-80 - NESTOR FERNANDO GUERRERO FAMY, até 22/09/2018

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor(a) da condição que lhe deu origem, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.058569/2015-43 - LI PEIYI e LI GUIRONG.

Processo Nº 08457.000216/2015-11 - BELARMINA MARIA JOSE BARTOLOMEU.

Processo Nº 08457.012084/2014-81 - FRANCK LE DEVORE.

Processo Nº 08460.025648/2015-78 - CHEN ZHIMING e MIAOTING.

Processo Nº 08391.004675/2015-78 - TIAGO MIGUEL DOS REIS ALVES MORAI.

Processo Nº 08354.006526/2011-66 - MARIA JOSE BERNARDINO PIRES; MARTA ALEXANDRA BERNADINO DOS SANTOS e SORAIA PATRICIA BERNADINO MARTINHO.

Processo Nº 08505.083806/2013-89 - OKORONTA CASMIR TOCHYKWY.

Processo Nº 08505.055156/2010-39 - PINGZHU WU.

Processo Nº 08505119443/201416 - HENRY EMEKA UDUEZUE.

Processo Nº 08458.002126/2013-85 - ALFREDO MIRANDA VIZCARRA.

Processo Nº 08458.003289/2000-16 - JACQUES DANIEL CHARLES AUBURTIN.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.006953/2016-69 - JAMES TAYLOR BYRD, até 28/07/2016

Processo Nº 08000.006202/2016-42 - MARKKU TAPANI SAARINEN, até 05/03/2017

Processo Nº 08000.005837/2016-22 - YOUNG HWAN PARK, até 17/03/2017

Processo Nº 08000.006803/2016-55- WOJCIECH TADEUSZ KLAJNYS, até 21/03/2017.

Processo Nº 08000.009435/2016-05 - GERT JIMMY MIKAEL WENDT, até 02/04/2018

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção dos estrangeiros na Empresa e considerando que os processos encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.

Processo Nº 08000.009385/2016-58 - YOICHI TSURUO.

Processo Nº 08000.027886/2015-35 - CRISTIANO FISSORE.

Processo Nº 08501.003216/2015-82 - VERA LUCIA DA SILVA CUNHA.

Processo Nº 08000.026516/2015-81- FRANCOIS JEAN BENOIT. MELLON, FLORENCE ALICE MARIE DUSSAUBAT MELLON, ANTOINE MELLON e ALICE MELLON.

Processo Nº 08505.064144/2015-18 - JIZHONG YANG, WENWEN XU e YANG YANG.

Processo Nº 08505064293201579 - REMCO JEROEN JONGKIND, MICHELE DANIELLE ELIZABETH JUCKES, NICHOLAS HERBERT DANIEL JONGKIND, ELIZABETH CORRIANNA EILEEN JONGKIND e CHARLOTTE IRINA RENEE JONGKIND.

Processo Nº 08000.026158/2015-14 - KEVIN PETER GREULE.

Processo Nº 08460.024728/2015-14 - JOSE MARIO GUILLE LARIS, KARINA ISABEL MARTINEZ GONZALEZ, LUCCA GUILLE MARTINEZ, MATEO GUILLE MARTINEZ e MARCELO GUILLE MARTINEZ.

Processo Nº 08444.001219/2015-11 - SEVERIANO SANCHEZ SANJUR, BRYAN EMILIO SANCHEZ SANCHO, FERNANDO ANDRE SANCHEZ SANCHO e IVANNIA SANCHO PACHECO.

Processo Nº 08461.008412/2013-03 - CAROLINA DE LA TORRE MARTINEZ.

Processo Nº 08000.012451/2016-77 - YASUHIRO ITO, AKIKO ITO, DAICHI ITO, HIROTO ITO e KAITO ITO.

Processo Nº 08505.067512/2015-71 - SIMON BAPTISTE MATHURIN LE PEVEDIC.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 23/03/2016, Seção 1, pág. 55, e DEFERIR os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08492.011363/2015-82 - SILVERIO RODRIGUES ROCHA SILVA.

Processo Nº 08000.031231/2015-61 - MARIA BELEN MEGIAS FERNANDEZ.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/04/2016, Seção 1, pág. 42, e DEFERIR os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.106521/2015-95 - SANDRA FILIUS.

Processo Nº 08505.106586/2015-31 - TIMOTHY PATRICK LINDEN.

Processo Nº 08505.066534/2014-33 - RYUSUKE SAKUMA.

Determino o arquivamento dos presentes processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.009388/2016-91 - TODD BARRETT HANSEN.

Processo Nº 08000.026711/2014-20 - SERGEY ZLOBIN.

Processo Nº 08000.028684/2014-20 - RICHARD OORD.

Processo Nº 08000.014389/2014-96 - IVAN GERBIN.

Processo Nº 08000.030431/2014-16 - MERLITO FERNAN DIGNOS.

Processo Nº 08000.031699/2014-75 - RAYMOND TESARA GONZALES.

Processo Nº 08000.030766/2014-34 - DIEGO REGIL MAULAS.

Processo Nº 08506.011553/2014-12 - WILLIAM HALL STONER JR.

Processo Nº 08000.028654/2014-13 - VOLODYMYR KALYUSHKO.

Processo Nº 08000.014560/2014-67 - GEORGE DAMACHE.

Processo Nº 08000.001979/2015-30 - MARK MENTON.

Processo Nº 08000.017421/2014-95 - NELSON ALMONTE TERONES.

Processo Nº 08000.017677/2014-01 - ANDREW NEIL DICKINSON

Processo Nº 08000.015436/2014-19 - GARY DAVID THOMSON.

Processo Nº 08000.017417/2014-27 - RONALD AMPARO AGDON

Processo Nº 08000.017676/2014-58 - ARNOLD REYES TIONGSON.

Processo Nº 08000.017685/2014-49 - ALESSIO GIURDANELLA.

Processo Nº 08000.017669/2014-56 - BRAULIO JR CANETE LARA.

Processo Nº 08000.017700/2014-59 - JOSIP SPOLJARIC.

Processo Nº 08000.017424/2014-29 - MARLON MAS MALLARI.

Processo Nº 08000.017668/2014-10 - LEROY LOYOLA DCUNHA.

Processo Nº 08000.014831/2014-84 - WARLITO PASCUA BELLO

Processo Nº 08000.014400/2014-18 - ISIDRO MAGSAKAY LAYA

Processo Nº 08000.017425/2014-73 - MIROSALV SOTIROV SOTIROV.

Processo Nº 08000.016667/2014-40 - FELOMINO JR BAHADE UBATAY.

Processo Nº 08000.014821/2014-49 - HERSYAM BIN MOHD HALIL.

Processo Nº 08000.002710/2015-71 - GRAHAM JAMES GREEN.

Processo Nº 08000.002835/2015-09 - VLADIMIR BELKO.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda dos estrangeiros ao País.

Processo Nº 08000.004773/2016-42 - HOSSAMELDIN ABDELMEGID MORSSI MOHAMED MORSSI.

Processo Nº 08000.030707/2014-66 - JAMIE MCLEAN DAVIDSON.

Processo Nº 08000.029829/2014-18 - JOSEPH LOPEZ VALLO.

Processo Nº 08000.031872/2014-35 - JENER SORIANO VILLAMAYOR.

Processo Nº 08000.028767/2014-19 - TAN BOON CHYE.

Processo Nº 08461.004163/2014-50 - ROBBY DWAYNE SUROVIK.

Processo Nº 08000.028792/2014-01 - RACHATA NAEPNIAN.

Processo Nº 08000.028460/2014-18 - ROBERT KAMFJORD.

Processo Nº 08000.026464/2015-42 - GRAYLING RAY ROGERS.

Processo Nº 08505.067514/2015-61 - AMANDINE CECILE OLIVIER.

Processo Nº 08000.027599/2015-25 - MATTHEW PAUL SAVAGE.

Considerando que a análise do pedido de reconsideração restou prejudicada, em razão de ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente processo.

Processo Nº 08000.010286/2012-95 - IONEL BUSUIOC.

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal.

Processo Nº 08420.008466/2014-28 - RONALDO DE KIJSSER

Processo Nº 08088.000495/2008-21 - EVELIN RIBERA VEJARANO.

Processo Nº 08505.137968/2014-25 - SUHA ALI HAMADAH ALNAJJAR.

Processo Nº 08504.021507/2014-41 - DONALDO DOS SANTOS GERSON MBUANIA.

Processo Nº 08792.003431/2015-55 - NARIMAN SUBHI RAMADAN JABER.

Processo Nº 08124.003113/2015-67 - FLAVIO ROGERIO OLIVEIRA DE MENESES

Processo Nº 08505.081627/2015-79 - LU MEICONG.

Processo Nº 08389.018765/2015-95 - ATIF AFRIDI.

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, INDEFIRO os presentes pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V.

Processo Nº 08000.009679/2016-80 - VITALII KRAVTSOV

Processo Nº 08000.009474/2016-02 - SRIMANIKANDAN RAVI

Processo Nº 08000.009081/2016-91 - TEODORICO ALCALA TOLENTINO.

Processo Nº 08000.008803/2016-90 - JESSIE MAGSAYO LUMACAD.

Processo Nº 08000.006717/2016-42 - VINCENT CONCEPCION TENEFRANCIA.

Processo Nº 08000.005562/2016-27 - OLEKSANDR KHNYKIN.

Processo Nº 08000.027386/2014-12 - VIJAY SIO DHANABALAN

Processo Nº 08000.035710/2014-76 - SERHII TSARIK

Processo Nº 08000.029826/2014-76 - KARLO PADILLA NICANOR.

Processo Nº 08000030582201474 - ABIR SUBHASHCHANDRA DEY.

Processo Nº 08000.028634/2014-42 - APOSTOLOS BALIS

Processo Nº 08000.004094/2015-92 - KONSTANTINOS KALOGEROPOULOS.

Processo Nº 08000.029893/2014-91 - NESTORIO CABERIO COLANDOG

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os presentes pedidos tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.137329-2015-41 - ABIODUN SHAKIRU SALU.

Processo Nº 08505.137178/2015-21 - JULIANA UJU OFUMELU.

Processo Nº 08505.106453/2015-64 - PIUS CHUKWUMA NWAIGBO.

Processo Nº 08505.081913/2015-34 - ADETAYO GABRIEL BAMIGBALA.

Processo Nº 08505.137623/2015-52 - CHRISTOPHER CHIKEZIE ENECHUKWUILOKA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.124840/2015-82 - AZUKA CHARLES CHUKWUMA.

Processo Nº 08505.081769/2015-36 - FELIX ENWEREAKU EJIOFOR.

Processo Nº 08505.124667/2015-12 - IKENNA ANTHONY IFEJI.

Processo Nº 08000.003874/2016-04 - OSARETIN EHIOGIE.

Processo Nº 08505.106628/2015-33 - EGU CHUKWU AGHA.

Processo Nº 08505.081824/2015-98 - WILFRED CHIBUZOR NNADIKA.

Processo Nº 08508.012375/2013-46 - MATTHEW JOHN CLARY.

Processo Nº 08505.124346/2015-18 - IFEANYI PAUL OZOR.

Processo Nº 08505.081679/2015-45 - UZONDU MBAGWU.

Processo Nº 08505.106516/2015-82 - AUGUSTINE CHUKWUDEBELU NNAEMEGO.

Processo Nº 08505.081881/2015-77 - HENRY CHIZOBA OKIKE.

Processo Nº 08505.081584/2015-21 - AKINYEMI JOHN AKINWARE.

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho e Previdência Social que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os presentes pedidos de prorrogação do prazo de estada no Pais.

Processo Nº 08000.006634/2015-72 - MATTIA CASO.

Processo Nº 08000.004341/2015-51 - ASHOK LAXMIDAS BHATIA.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2015, Seção 1, pág. 43, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.007720/2014-11 - ALVARO ADONAI DIAZ VILLADIEGO.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2016, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.005752/2016-44 - IGOR LASTOVETSKI.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/09/2015, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.015056/2015-65 - JONATHAN DREW PARISH

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/04/2016, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.041666/2014-33 - IDAR STROMMEN.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/12/2015, Seção 1, pág. 135, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.014737/2015-14 - ROBERT NEDELCU

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/12/2015, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.028393/2014-31 - LARS PEDERSEN.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/04/2015, Seção 1, pág. 24, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.006285/2014-16 - JEREMY STANMORE WAITE.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/06/2012, Seção 1, pág. 47, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08458.008139/2009-81 - ELZA DE ARAUJO PACHECO NUNES.

MULLER LUIZ BORGES

Defiro os presentes pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.026455/2015-51 - SAMUEL CHRISTER PAUL STANBURY, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.023603/2015-86 - ELVIS RODRIGUES TEIXEIRA, até 10/09/2016

Determino o arquivamento dos presentes processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08295.027095/2014-66 - LUIS FELIPE NARVAEZ PLAZA.

Processo Nº 08702.006770/2014-74 - ALVARO ADOLFO DIAZ PEREZ.

Processo Nº 08270.013964/2012-91 - WALDEMAR DA COSTA.

Processo Nº 08420.015363/2013-33 - SALVATORE TIMPONE

Processo Nº 08000.011734/2014-30 - SEPHEN PATRICK JONHNSON.

Processo Nº 08083.000638/2014-93 - SANDRA TEJERO CAMUNAS.

Processo Nº 08420.009648/2014-16 - SILVIO MATIAS SILVA OLIVEIRA.

Processo Nº 08495.002182/2013-73 - SUSANA VANESSA AMORIM PALMEIRA.

Processo Nº 08514.008422/2013-78 - TIAGO RAFAEL CAMPOS ARCANJO.

Processo Nº 08451.009429/2013-99 - ALEJANDRA GODINO GIMENO.

Processo Nº 08452.007191/2013-57 - ABBAS ZAHID.

Processo Nº 08286.000068/2014-55 - ANA RITA SOARES MOTA DE ALMEIDA.

Processo Nº 08708.002103/2013-81 - ALEJANDRA SONIA ACOSTA.

Processo Nº 08460.027898/2013-81 - ANTONIO ALEXANDRE PEMBA JOAO.

Processo Nº 08505.110544/2013-32 - ANA MARIA TEJADA MENDOZA.

Processo Nº 08702.000437/2014-51 - ANDRES CAMILO ALVAREZ MONTOYA

Processo Nº 08352.005426/2013-02 - AMALIO RAMON MENDOZA GONZALEZ.

Processo Nº 08390.003770/2013-01 - MATILDE MARION FAURE.

Processo Nº 08495.000211/2013-62 - MARIANA CARTAXO. PATRICIO.

Processo Nº 08280.007080/2014-41 - MARIA JOSE RUGELES CASTELLANOS.

Processo Nº 08458.005081/2014-81 - ERIKA TATIANA DA ROSA MANUEL, JOSE CARLOS MANUEL DE SOUSA E SILVA, JOEL CARLOS MANUEL DE SOUSA E SILVA, RITA CASSIA JOAQUIM DE SOUSA E SILVA, CARLOS ANTONIO MANUEL SOUSA E SILVA, ERICA TATIANA MANUEL BARBOSA e DANIELA JESUS MANUEL SOUSA E SILVA.

Processo Nº 08125.004469/2014-27 - CINDY GRACE PEREZ PACHECO.

Processo Nº 08212.008760/2014-95 - JUNG MIN KIM.

Processo Nº 08702.006426/2014-85 - JOSE EDUARDO ABRIL BONETT.

Processo Nº 08433.003248/2014-58 - JENNIFER FELICITAS MULLER.

Processo Nº 08420.024518/2014-11 - BERENICE SOPHIE GIRARD.

Processo Nº 08375.010911/2014-11 - WALTER VAN TRIER MIGUEL.

Processo Nº 08375.010912/2014-57 - MARTINHO CAFECA KUSSOKA.

Processo Nº 08506.016345/2014-18 - FRANCO BATTISTA ENNIO FOLLI.

Processo Nº 08375.010910/2014-68 - SALVADOR MIGUEL FREIRE DOS SANTOS.

Processo Nº 08352.004933/2013-11 - YORLENY BADILLA VALVERDE.

Processo Nº 08352.000999/2013-31 - YACA MADALENA CHANCELLE QUIALA.

Processo Nº 08444.007938/2013-76 - YUXIN LIU.

Processo Nº 08102.000604/2013-42 - YOANE OLÍVIO MILA.

Processo Nº 08444.011597/2013-33 - YURI ARSENIO SANZ. MARTINEZ.

Processo Nº 08505.036117/2014-66 - SHANNON GENTILE SIMS.

Processo Nº 08444.004152/2013-05 - SI LANG.

Processo Nº 08354.007325/2013-48 - NAOKI MORIKAWA.

Processo Nº 08444.006361/2013-85 - PEDRO TANOIRA CARBALLO.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 365, DE 4 DE MAIO DE 2016

Indefere projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Indefere os projetos abaixo relacionados com captação de recursos inferior ao previsto nos artigos 68 e 69 da Portaria GM/MS nº 1.550/2014 no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

I - Fundação São Paulo

CNPJ: 60.990.751/0001-24

Nome do Projeto: Saúde da população com deficiência no território da Freguesia do Ó-Brasilândia/SP: diálogo com serviços e os significados atribuídos pela população ao acesso e cuidados em saúde.

SIPAR: 25000.057977/2015-14;

II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Baependi

CNPJ: 17.895.640/0001-00

Nome do Projeto: Emissão Evocada Otoacústica (Teste da Orelhinha).

SIPAR: 25000.057445/2015-87;

III - Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Físicos

CNPJ: 30.654.511/0001-98

Nome do Projeto: Ampliando Capacidades.

SIPAR: 25000.090700/2015-01;

IV - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Primeiro de Maio

CNPJ: 80.613.292/0001-77

Nome do Projeto: Ampliação dos serviços médico-assistenciais e modernização do parque tecnológico voltado ao atendimento dos serviços de hidroterapia, fisioterapia e reabilitação física e intelectual.

SIPAR: 25000.078350/2015-05; e

V - Sorri Bauru

CNPJ: 47.641.907/0001-01

Nome do Projeto: Bebês prematuros: programa de estimulação ao desenvolvimento e apoio emocional às mães.

SIPAR: 25000.079132/2015-80.

Art. 2º Revogam-se os incisos XCIII, XCVIII, LIV, LV e CIII, do artigo 1º da Portaria GAB/SE nº 1.035, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 366, DE 4 DE MAIO DE 2016

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

I - Hospital Ana Nery - Santa Cruz do Sul

CNPJ: 95.422.358/0001-19

Nome do Projeto: Aquisição de Equipamentos para análises clínicas e diagnóstico.

SIPAR: 25000.077852/2015-19

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R$ 682.500,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do projeto: Gerar maior precisão e reprodutividade nos exames de análise e de diagnóstico por imagem, associado à agilidade e baixo custo de produção e manutenção. E agilizar, também, o diagnóstico dos pacientes oncológicos; e

II - Associação Mário Penna

CNPJ: 17.513.235/0001-80

Nome do Projeto: Desenvolvimento de um Painel de Biomarcadores de Células Tronco de Câncer de Colo Uterino (CTCCU): Estratégia para predição de Resistência à Quimiorradiação.

SIPAR: 25000.159953/2014-18

Prazo de execução: 24 meses

Valor readequado: R$ 2.491.004,13 (dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quatro reais e treze centavos).

Resumo do projeto: Desenvolver um painel de biomarcadores de CTCCU, por meio do isolamento dessas células e sequenciamento do seu transcriptoma.

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas aos projetos, publicadas no inciso II do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.071 de 25 de novembro de 2014 e no inciso XIII do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.034, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 373, DE 4 DE MAIO DE 2016

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas

CNPJ: 18.416.891/0001-27

Nome do Projeto: Inovação Tecnológica para os Atendimentos de Reabilitação do CER II - APAE de Pará de Minas.

SIPAR: 25000.073799/2015-79

Valor readequado: R$ 579.917,90 (quinhentos e setenta e nove mil e novecentos e dezessete reais e noventa centavos).

Resumo do projeto: Promover a habilitação e reabilitação às pessoas com deficiência física, intelectual, de autismo e visual, ampliando o atendimento da APAE de Pará de Minas através de novas possibilidades de tratamentos em reabilitação com equipamentos modernos e técnicas inovadoras em uma atuação multidisciplinar de uma equipe capacitada.

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul

CNPJ: 88.659.388/0001-88

Nome do Projeto: Benfeitorias em prol das necessidades especiais.

SIPAR: 25000.073672/2015-50

Valor readequado: R$ 305.222,85 (trezentos e cinco mil e duzentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Resumo do projeto: Oferecer melhor estrutura de atendimento aos beneficiários, promovendo a saúde e bem estar de todos.

III - Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais - AAPPE

CNPJ: 24.479.149/0001-63

Nome do Projeto: Oficina Ortopédica

SIPAR: 25000.078377/2015-90

Valor readequado: R$ 477.245,63 (quatrocentos e setenta e sete mil e duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Resumo do projeto: Montar uma oficina ortopédica para atender a demanda de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção necessários para o processo de reabilitação do paciente.

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas aos projetos publicados nos incisos, XXXVI e CII, do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.035, de 09 de dezembro de 2015 e no inciso X do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.037, de 15 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 374, DE 4 DE MAIO DE 2016

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

I - Associação de Assistência à Criança Deficiente - Porto Alegre/RS

CNPJ: 60.979.457/0004-64

Nome do Projeto: Qualificação da ambiência e ampliação dos serviços médico-assistenciais na AACD Porto Alegre.

SIPAR: 25000.078045/2015-13

Valor readequado: R$ 495.650,70 (quatrocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e cinquenta reais e setenta centavos).

Resumo do projeto: Ampliar o acesso de crianças e adolescentes aos atendimentos pedagógicos oferecidos pela instituição, procedimento médico-assistencial atualmente não ofertado via SUS, aumentando o alcance dos serviços oferecidos pela AACD Porto Alegre/RS, com a qualidade necessária para a reabilitação dos pacientes atendidos.

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Lourenço

CNPJ: 17.942.111/0001-10

Nome do Projeto: Projeto Multiplicar: garantindo a atenção integral às pessoas com deficiência intelectual de São Lourenço - MG.

SIPAR: 25000.079134/2015-79

Valor readequado: R$ 948.692,31 (novecentos e quarenta e oito mil e seiscentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).

Resumo do projeto: Ampliar os atendimentos realizados na APAE São Lourenço a fim de absorver a fila de espera que hoje a instituição enfrenta.

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas aos projetos publicados nos incisos, XXXII e LXVI, do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.035, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 375, DE 4 DE MAIO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições abaixo relacionadas:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japeri, CNPJ 03.598.167/0001-94, processo SIPAR 25000.014112/2016-44;

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Andradina, CNPJ 45.663.093/0001-72, processo SIPAR 25000.016357/2016-14;

III - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tiros, CNPJ 06.101.579/0001-65, processo SIPAR 25000.016358/2016-51;

IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campestre, CNPJ 00.254.164/0001-45, processo SIPAR 25000.016369/2016-31;

V - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fortaleza, CNPJ 07.143.845/0001-85, processo SIPAR 25000.016391/2016-81;

VI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Bárbara, CNPJ 23.945.744/0001-84, processo SIPAR 25000.016397/2016-58;

VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pimenta, CNPJ 64.477.110/0001-21, processo SIPAR 25000.016400/2016-33;

VIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibatiba, CNPJ 05.725.078/0001-97, processo SIPAR 25000.016401/2016-88;

IX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tiradentes, CNPJ 03.558.755/0001-02, processo SIPAR 25000.016402/2016-22;

X - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiá, CNPJ 18.584.730/0001-42, processo SIPAR 25000.016706/2016-90;

XI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Elói Mendes, CNPJ 41.885.005/0001-26, processo SIPAR 25000.017028/2016-82;

XII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra de São Francisco, CNPJ 27.452.788/0001-23, processo SIPAR 25000.017041/2016-31;

XIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto União, CNPJ 82.752.601/0001-15, processo SIPAR 25000.016696/2016-92;

XIV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curvelo, CNPJ 16.881.336/0001-40, processo SIPAR 25000.016753/2016-33;

XV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três de Maio, CNPJ 88.505.821/0001-20, processo SIPAR 25000.016774/2016-59;

XVI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carandaí, CNPJ 04.131.814/0001-16, processo SIPAR 25000.016790/2016-41; e

XVII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Birigui, CNPJ 45.386.000/0001-00, processo SIPAR 25000.016815/2016-15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 376, DE 4 DE MAIO DE 2016

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I - Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, CNPJ 01.396.800/0001-36, processo SIPAR 25000.012941/2016-92;

II - Associação para Cuidado do Fígado do Paraná - ICF, CNPJ 12.880.748/0001-05, processo SIPAR 25000.012912/2016-21;

III - Associação dos Pais e Amigos dos Leucêmicos de Alagoas - Apala, CNPJ 41.191.990/0001-70, processo SIPAR 25000.014521/2016-41;

IV - Organização Viver, CNPJ 04.565.017/0001-47, processo SIPAR 25000.016148/2016-62.

V - Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, CNPJ 03.276.524/0001-06, processo SIPAR 25000.015081/2016-49; e

VI - Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, CNPJ 23.951.916/0001-22, processo SIPAR 25000.016059/2016-16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 377, DE 4 DE MAIO DE 2016

Indefere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indefere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições abaixo relacionadas:

I - Associação Caminhos para a Vida, CNPJ 07.423.150/0001-57, processo SIPAR 25000.145276/2014-51;

II - Tênis para Todos, CNPJ 06.137.246/0001-96, processo SIPAR 25000.147346/2014-113;

III - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro, CNPJ 33.734.922/0001-81, processo SIPAR 25000.013851/2015-38;

IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Esperantina, CNPJ 12.175.584/0001-15, processo SIPAR 25000.018548/2015-21;

V - Sociedade de Assistência aos Cegos, CNPJ 07.018.138/0001-67, processo SIPAR 25000.018868/2015-81;

VI - AME Assistência ao Menor e Especializada Ltda., CNPJ 17.357.732/0001-36, processo SIPAR 25000.030443/2015-41;

VII - Terra da Sobriedade - Associação de Atenção à Dependência Química, CNPJ 05.353.498/0001-90, processo SIPAR 25000.029038/2015-80;

VIII - Associação Reviver Down, CNPJ 01.314.682/0001-70, processo SIPAR 25000.024554/2015-18;

IX - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turmalina, CNPJ 05.043.940/0001-81, processo SIPAR 25000.068106/2015-26; e

X - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, CNPJ 12.474.705/0001-20, processo SIPAR 25000.001340/2016-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 521, DE 4 DE MAIO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 008 e nº 009, realizadas em 5 de abril de 2016 e em 12 de abril de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

1.
Empresa: Halex Istar Indústria Farmacêutica
Medicamento: Furosemida
Forma Farmacêutica: Solução injetável
Processo nº: 25351.027393/01-59
Expediente nº: 0489963/12-6
Assunto: Indeferimento da petição de Renovação de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, para retornar o processo para a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos para reavaliação da validação considerando os requisitos exigidos pela RE 899/03, acompanhando o voto nº 009/2016 - DIGES.

2.
Empresa: Medley Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: cloridrato de memantina
Processo nº: 25351.320977/2010-37
Expediente nº: 0065541/13-4
Assunto: Indeferimento do Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 049/2016 - COREC/GGMED.

3.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: prednisona
Processo nº: 25351.678068/2012-96
Expediente nº: 0084194/14-3
Assunto: Indeferimento do Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 064/2016 - COREC/GGMED.

4.
Empresa: Novartis Biociências S.A.
Medicamento: Codaten (diclofenaco sódico + fosfato de codeína)
Processo nº: 25351.001391/01-58
Expediente nº: 0224924/15-3
Assunto: Indeferimento Alteração de Local de Fabricação do Fármaco referente ao Medicamento Novo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 058/2016 - COREC/GGMED.

5.
Empresa: Novartis Biociências S.A.
Medicamento: Flotac (diclofenaco colestiramina)
Processo nº: 25000.026912/98-38
Expediente nº: 0268719/15-4
Assunto: Indeferimento da inclusão de local de fabricação do fármaco referente ao produto Medicamento Novo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 061/2016 - COREC/GGMED.

6.
Empresa: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda
Medicamento: triancinolona acetonida + solfato de neomicina + gramicidina + nistatina
Processo nº: 25351.107119/2006-57
Expediente nº: 0334493/12-2
Assunto: Cancelamento de Registro do Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 065/2016 - COREC/GGMED.

7.
Empresa: União Química Farmacêutica Nacional S.A
Medicamento: Xarope São João (guaifenesina)
Processo nº: 25991.003192/78-
Expediente nº: 0337800/14-4
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 072/2016 - COREC/GGMED

8.
Empresa: Germed Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Lanzamed (olanzapina)
Processo nº: 25351.562025/2009-51
Expediente nº: 0343588/14-1
Assunto: Indeferimento de Inclusão de Local de Fabricação do Fármaco do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 038/2016 - COREC/GGMED

9.
Empresa: Legrand Pharma Industria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: olanzapina
Processo nº:25351.558329/2009-01
Expediente nº: 0343688/14-8
Assunto: Indeferimento da Inclusão de Local de Fabricação do Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 043/2016 - COREC/GGMED

10.
Empresa: Laboratório Teuto Brasileiro S/A.
Medicamento: Lotanol (losartana potássica)
Processo nº: 25351.822895/2008-45
Expediente nº: 0378553/13-0
Assunto: Indeferimento da Inclusão De Nova Concentração Já Registrada No País do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2016 - COREC/GGMED

11.
Empresa: Laboratório Teuto Brasileiro S/A.
Medicamento: losartana potássica
Processo nº: 25351.244777/2006-29
Expediente nº: 0378697/13-8
Assunto: Indeferimento da Inclusão de Nova Concentração já Registrada no País do Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 042/2016 - COREC/GGMED

12.
Empresa: Actavis Farmacêutica Ltda
Medicamento: telmisartana+ hidroclorotiazida
Processo nº: 25351.379279/2013-73
Expediente nº: 0502048/15-4
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 006/2016 - COREC/GGMED

13.
Empresa: Apsen Farmacêutica S.A.
Medicamento: Colchis (colchicina)
Processo nº: 25000.009375/95-91
Expediente nº: 0575358/14-9
Assunto: Indeferimento de Alteração Menor de Excipiente do Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 008/2016 - COREC/GGMED

14.
Empresa: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.
Medicamento: Rubromicin (estolato de eritromicina)
Processo nº: 25351.021240/2003-40
Expediente nº: 0933054/13-2
Assunto: Indeferimento de Inclusão de Nova Apresentação Comercial referente ao produto Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 080/2016 - COREC/GGMED

15.
Empresa: Nova Química Farmacêutica Ltda.
Medicamento: captopril
Processo nº: 25351.665692/2008-42
Expediente nº: 0967031/13-9
Assunto: Indeferimento de Registro de Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 052/2016 - COREC/GGMED

16.
Empresa: Medley Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Memantix (cloridrato de memantina)
Processo nº: 25351.320987/2010-59
Expediente nº: 0994484/12-2
Assunto: Indeferimento do Registro de Medicamento Similar
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 050/2016 - COREC/GGMED

17.
Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Vasclin (mononitrato de isossorbida + ácido acetilsalicílico)
Processo nº: 25000.019098/99-11
Expediente nº: 1026298/14-9
Assunto: Indeferimento de inclusão de Local de Fabricação do Fármaco referente ao produto Medicamento Novo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 046/2016 - COREC/GGMED

18.
Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Vasclin (mononitrato de isossorbida + ácido acetilsalicílico)
Processo nº: 25000.019098/99-11
Expediente nº: 1026320/14-9
Assunto: Indeferimento de Alteração Menor de Excipiente referente ao Medicamento Novo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 047/2016 - COREC/GGMED

19.
Empresa: Libbs Farmacêutica Ltda
Medicamento: Vasclin (mononitrato de isossorbida + ácido acetilsalicílico)
Processo nº: 25000.019098/99-11
Expediente nº: 1026321/14-7
Assunto: Indeferimento de Alteração de Excipiente do Medicamento Novo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 045/2016 - COREC/GGMED

20.
Empresa: Accord Farmacêutica Ltda.
Medicamento: pregabalina
Processo nº: 25351.214722/2015-31
Expediente nº: 0428119/15-5
Assunto: Indeferimento Registro de Medicamento Genérico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO DO RECURSO por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 005/2016 - COREC/GGMED

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.136, DE 4 DE MAIO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015:

considerando os arts. 6º, 10 e 12 da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a constatação da importação irregular do medicamento radiofármaco STAMICIS sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa pela empresa Medstar Importação e Exportação Ltda, resolve:

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento radiofármaco STAMICIS fabricado pela empresa CIS Bio Internacional, localizada na França, importado por Medstar Importação e Exportação Ltda (CNPJ: 03.580.620/0001-35).

Art. 2º Determinar que a empresa importadora promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 507, DE 16 DE MARÇO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Septuagésima Oitava Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de março de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto n 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando que o Conselho Nacional de Saúde - CNS tem por finalidade atuar, entre outras coisas, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado (art. 2º do Regimento Interno do CNS);

Considerando que compete ao CNS a responsabilidade de fortalecer a participação e o controle social no SUS (art. 10, IX do Regimento Interno do CNS);

Considerando que compete ao Plenário do CNS dar operacionalidade às competências do CNS descritas no art. 10 do seu Regimento (art. 11, I do Regimento Interno do CNS);

Considerando o disposto no art. 1o, II e III da Resolução CNS no 500/2015 (Regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde), segundo o qual era objetivo da Conferência "mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade brasileira acerca do direito à saúde e em defesa do SUS" e "fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade em todas as etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde";

Considerando o previsto no art. 20, IV da Resolução no 500/2015 (Regimento da 15ªª Conferência Nacional de Saúde), que é promover ampla divulgação da 15ª Conferência Nacional de Saúde nos meios de comunicação social, inclusive o virtual; e

Considerando o previsto no art. 36 da Resolução no 500/2015 (Regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde), que estabelece que o Monitoramento da 15ª Conferência Nacional de Saúde tem como objetivo viabilizar o permanente acompanhamento, por parte do Conselho Nacional de Saúde - CNS, dos encaminhamentos e efetivação das deliberações aprovadas nas Conferências Nacionais de Saúde, nos termos previstos pela Lei Complementar no 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução CNS nº 454, de 14 de junho de 2012.

Considerando a necessidade de avançar no processo organizativo e de articulação entre os conselhos de saúde nas esferas nacional, estaduais e municipais; e

Considerando o Conselho Nacional de Saúde - CNS como integrante do processo de articulação entre os Conselhos; resolve:

1. Publicar as propostas, diretrizes e moções aprovadas pelas Delegadas e Delegados na 15ª Conferência Nacional de Saúde, com vistas a garantir-lhes ampla publicidade até que seja consolidado o Relatório Final.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 507, de 16 de março de 2016, nos termos do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006.

MARCELO CASTRO
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO

EIXO 1 - DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE

DIREITO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA

Diretriz 1.1 - Fortalecer o direito à saúde e a garantia de acesso à atenção de qualidade no SUS. (92,1% de aprovação)

Proposta 1.1.1 - Garantir, pelo SUS, a realização de todos os exames médicos e laudos solicitados aos candidatos aprovados e nomeados em concursos públicos. (87,5% de aprovação)

Proposta 1.1.3 - Garantir junto ao poder público (municipal, estadual, federal) o cumprimento de todas as políticas relacionadas direta e indiretamente com a garantia do direito à saúde pública de qualidade. (94,0% de aprovação)

Proposta 1.1.6 - Garantir, junto ao Ministério da Saúde, que as emendas parlamentares direcionadas aos municípios para aquisição de equipamentos das unidades de saúde sejam cumpridas pelos representantes das regionais no prazo estipulado. (75,0% de aprovação)

Proposta 1.1.7 - Garantir saneamento básico, água potável e saneamento ambiental de forma sustentável para promoção da saúde e redução das desigualdades sociais. (93,3% de aprovação

Proposta 1.1.8 - Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, visando à redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento em situação de aborto, saúde das mulheres, jovens, lésbicas, negras, rurais, indígenas, com deficiência e patologias. (91,8% de aprovação)

Proposta 1.1.9 - Garantir o direito do homem à prevenção e ao tratamento do câncer de próstata. (64,0% de aprovação)

Proposta 1.1.10 - Incluir toda população na Campanha de Vacina da Gripe. (72,0% de aprovação)

Proposta 1.1.11- Ampliar o investimento na Estratégia da Saúde da Família (ESF) para que os municípios atinjam 100% de cobertura. (88,0% de aprovação)

GARANTIA DE ACESSO À ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE

Diretriz 1.2 (a) - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, com ênfase nos princípios da integralidade, universalidade, equidade, além da humanização, respeitando as diversidades ambientais, sociais e sanitárias das regiões no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS. (86,1% de aprovação)

Diretriz 1.2 (b) - Assegurar o acesso universal a ações e serviços de saúde integrais e de qualidade, ampliando a oferta de serviços e ações de modo a atender às necessidades de saúde, contemplando a continuidade da atenção por meio de redes regionalizadas e da atuação intersetorial, priorizando a atenção básica, seguida da atenção especializada e hospitalar, buscando reduzir mortes, doenças, agravos, riscos e vulnerabilidades, com ênfase na vigilância em saúde e na intervenção sobre os determinantes socioambientais, visando a melhoria das condições e qualidade de vida da população. (79,0% de aprovação)

Diretriz 1.2 (c) - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS. (67,0% de aprovação)

Proposta 1.2.1 - Implementar, garantir e efetivar a Política Nacional de Humanização em todos os serviços de saúde. (95,2% de aprovação)

Proposta 1.2.2 - Garantir o acesso integral, humanizado e de qualidade em todos os níveis da rede de atenção à saúde no SUS para a população indígena, negra, LGBT, das águas, dos campos, dos terreiros, em privação de liberdade, em situação de rua, idosos, usuários sem documentos, pessoas com deficiência e em situações de vulnerabilidade. (90,2% de aprovação)

Proposta 1.2.3 - Garantir o acesso das usuárias e dos usuários aos serviços de saúde em todos os níveis de atenção à saúde, independente de classe social, etnia, orientação sexual ou deficiência contemplando a diversidade populacional, garantindo o cuidado integral e humanizado à saúde em consonância com os princípios do SUS (utilização do cartão SUS em todo território nacional). (59,0% de aprovação)

Proposta 1.2.4 - Viabilizar o financiamento federal, estadual e municipal e aumentar a oferta nas unidades especializadas geridas por Consórcio Público em Saúde, particularmente nas especialidades: Neurologia, Ortopedia, Cardiologia, Endocrinologista, Reumatologia, Urologia, Dermatologia, Geriatria, Psiquiatria e Otorrinolaringologia, levando em consideração a logística territorial de cada estado e município, visando diminuir os encaminhamentos aos Centros de Referências da capital. (65,0% de aprovação)

Proposta 1.2.5 - Ampliar a oferta de exames e consultas especializadas a serem realizadas no prazo máximo de 60 dias, com a possibilidade de monitoramento direto pelo usuário (via portal de transparência) de sua posição na fila de espera, garantindo a agilidade do tratamento com recursos dos Estados e União. (93,3% de aprovação)

Proposta 1.2.6 - Ampliar o acesso aos serviços de média e alta complexidade garantindo os direitos dos usuários, organizando a regulação, o fluxo e os protocolos de referência e contrarreferência. (95,2% de aprovação)

Proposta 1.2.7 - Ampliar o campo de ação do SAMU nos municípios incluindo serviços de salvo-aero e adequando à realidade que atenda os usuários de difícil acesso (ramais, vicinais, rios, lagos, igarapés e estradas). (95,9% de aprovação)

Proposta 1.2.8 - Garantir o acesso a todos os medicamentos que estão na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), nas três esferas de governo e que seja feita a revisão anual da mesma, ampliando o acervo de medicamentos da RENAME com base nos indicadores epidemiológicos, fortalecendo os centros especializados. (63,0% de aprovação)

Proposta 1.2.9 - Ampliar a cobertura da assistência farmacêutica garantindo o fornecimento dos medicamentos padronizados e de alto custo em tempo hábil, facilitando o seu acesso aos usuários. (96,3% de aprovação)

Proposta 1.2.10 - Garantir acesso de 100% das gestantes ao pré-natal com vinculação à maternidade de alto risco ou risco habitual de acordo com suas necessidades e fortalecer a rede de atenção às gestantes. (97,8% de aprovação)

Proposta 1.2.11 - Aprimorar a atenção primária e vigilância em saúde para ampliar e qualificar o acesso dos usuários e usuárias aos serviços de saúde de qualidade em consonância com o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), em tempo adequado, com ênfase no cuidado integral e humanizado, com respeito à equidade e às diversidades a partir do conhecimento das necessidades locais, acesso ao financiamento estadual com garantia dos sistemas de apoio logístico. (95,4% de aprovação)

Proposta 1.2.12 - Manter a Estratégia de Saúde da Família como política de Estado, independente do governo que assuma, com o objetivo de alcançar a cobertura de 100% da população. (63,0% de aprovação)

Proposta 1.2.13 - Garantir o número de usuários atendidos na Estratégia de Saúde da Família (ESF) já implantada para, no máximo, 3.000 usuários com cadastro definitivo por equipe. (87,0% de aprovação)

Proposta 1.2.14 - Assegurar no mínimo 1 (uma) equipe de saúde bucal para 1 (uma) Equipe de Estratégia de Saúde da Família. (90,6% de aprovação)

Proposta 1.2.16 - Ampliar a oferta da vacina HPV para os adolescentes masculinos. (74,7% de aprovação)

Proposta 1.2.17 - Pactuar o atendimento diferenciado aos povos originários e fronteiriços, criar, regularizar e executar melhorias das pistas de pouso, como asfaltamento, sinalização, cercado e controle de pouso e de decolagem nos locais de difícil acesso. (68,0% de aprovação)

Proposta 1.2.18 - Ampliar estratégias de aquisição e aumento do espectro de atendimento populacional das Unidades Odontológicas Móveis (UOM), além da aquisição e manutenção de equipamentos odontológicos portáteis para humanização do atendimento de acamados e pessoas com dificuldade de locomoção. (95,5% de aprovação)

Proposta 1.2.19 - Promover ações destinadas a pessoas com deficiência (incluindo auditiva, surdo, surdo-cego), com base no Decreto 5.626/2005, art. 25 e providenciar profissional capacitado para os pontos de atenção (intérprete de Libras e guia- intérprete) para suprir a necessidade imediata dos pontos de atenção e, também, oferecer cursos anuais de Libras e guia-interpretação nos âmbitos regional, estadual e federal com atividades educativas junto às famílias para todas as pessoas com deficiência, incluindo temas como direitos, cuidados e outras especificidades por meio de núcleo regional especializado. (97,3% de aprovação)

Proposta 1.2.20 - Garantir atenção à saúde das populações acampadas, assentadas e das ocupações urbanas. (89,1% de aprovação)

Proposta 1.2.21 - Cumprir a universalização do Cartão SUS. (96,4% de aprovação)

Proposta 1.2.22 - Garantir acesso à saúde integral em 100% da área rural. (96,0% de aprovação)

Proposta 1.2.23 - Redimensionar o uso de protocolos de medicamentos de alto custo e aumentar o elenco de medicamentos da Farmácia Popular. (70,0% de aprovação)

Proposta 1.2.24 - Realizar auditorias sistemáticas por meio dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) nas três esferas de governo para verificar a execução das ações e serviços programados e se o cuidado dispensado à saúde das pessoas atende o preconizado quanto ao direito à saúde, à garantia de acesso em tempo oportuno e à atenção de qualidade de forma integral, instrumentalizando a gestão quanto a correções a serem processadas. (91,7% de aprovação)

Proposta 1.2.25 - Garantir Estratégia Saúde da Família (ESF) fluvial para as regiões ribeirinhas com recursos federais. (94,7% de aprovação)

Proposta 1.2.27 - Disponibilizar a capacidade de oferta de vagas hospitalares e ambulatoriais das Unidades municipais, estaduais e federais de saúde (incluindo Universidades e Institutos) de forma compatível com a carga horária contratada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). (90,2% de aprovação)

Proposta 1.2.28 - Facilitar, agilizar e garantir, de fato, o deslocamento dos pacientes e acompanhantes dos municípios de residência para acesso ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD). (94,4% de aprovação)

Proposta 1.2.29 - Defender uma política de maior integração entre as ações de saneamento básico e saúde ambiental com a saúde pública. (91,8% de aprovação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proposta 1.2.30 - Garantir o mínimo de 80% de cobertura de Atenção Primária de Saúde, sem prejuízo da cobertura adequada em outros níveis de atenção ao território, e o acesso com fortalecimento dos núcleos de assistência à saúde das famílias e comunidades, com garantia de cuidado e assistência farmacêutica. (63,0% de aprovação)

Proposta 1.2.31 - Garantir o acesso aos usuários de saúde mental (com sofrimento psíquico grave e/ou acometidos de transtorno mental e/ou dependência química) pela viabilização do Passe Livre. (89,3% de aprovação)

Proposta 1.2.32 - Garantir a efetividade do sistema de referência e contrarreferência. (91,5% de aprovação)

Proposta 1.2.33 - Garantir que os exames de alta complexidade sejam feitos em tempo hábil, evitando mortes prematuras. (96,8% de aprovação)

Proposta 1.2.34 - Priorizar o atendimento a pessoas com deficiência, idosos e crianças. (80,1% de aprovação)

Proposta 1.2.35 - Garantir a atenção à saúde do trabalhador em todos os níveis de atenção do sistema, promovendo a educação e a promoção da saúde, respeitando suas especificidades. (95,0% de aprovação)

Proposta 1.2.36 - Garantir máxima transparência na disponibilização das marcações dos exames laboratoriais e de imagens. (94,3% de aprovação)

Proposta 1.2.37 - Fazer cumprir o Decreto 5.626/2005, art. 25, que estabelece que no mínimo 5% dos trabalhadores dos espaços públicos se comuniquem por LIBRAS, bem como adequar espaços de saúde, garantindo acessibilidade a todas as pessoas com deficiência (física, auditiva, visual e intelectual), fazendo o uso da CIF (Classificação Internacional de Incapacidade e Funcionalidade em Saúde) nos diversos serviços de saúde. (96,1% de aprovação)

Proposta 1.2.38 - Efetivar a viabilização de recursos nas três esferas de governo para a saúde do idoso com a criação de centro de referência do idoso regional ou municipal com atendimento multiprofissional na promoção de saúde, prevenção, tratamento e reabilitação de doenças da velhice, com garantia de transporte gratuito e próprio aos usuários, tendo em vista o crescente aumento da expectativa de vida da população brasileira, visando à qualidade de vida, além de construir políticas públicas de prevenção em DST/AIDS entre essa população. (98,5% de aprovação)

Proposta 1.2.39 - Implantar equipamentos adaptados como macas reguláveis, balanças adaptadas e mesas de exames ginecológicos para mulheres com deficiências. (96,5% de aprovação)

Proposta 1.2.41 - Garantir a implantação do CAPS AD nos municípios. (94,5% de aprovação)

Proposta 1.2.42 - Implantar Centro de Reabilitação (CER) com atendimento integral para pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), utilizando as metodologias mais adequadas para pessoas com TEA, com a participação das famílias nas decisões de atendimento. (96,1% de aprovação)

Proposta 1.2.43 - Implantar e fortalecer os projetos terapêuticos singulares para atendimento da demanda de saúde mental com estímulo à organização das Práticas Integrativas e Complementares (PICs). (94,3% de aprovação)

Proposta 1.2.44 - Solicitar ao Ministério da Saúde o aumento de exames de mamografia de rastreamento e ampliação da faixa etária. (87,9% de aprovação)

Proposta 1.2.45 - Ampliar a lista de medicamentos para tratamento do câncer junto ao Ministério da Saúde de acordo com a revisão periódica dos protocolos medicamentosos do INCA, incorporando novas tecnologias para o tratamento no SUS. (95,5% de aprovação)

Proposta 1.2.46 - Incluir no protocolo de classificação de risco a doença anemia falciforme como prioridade. (88,2% de aprovação)

Proposta 1.2.47 - Ampliar o acesso, os recursos e agilizar a obtenção de órteses, próteses, cadeiras de rodas, cama hospitalar e cadeira de banho para tetraplégico com a garantia de manutenção periódica. (95,3% de aprovação)

Proposta 1.2.48 - Formar mais equipes de Consultórios na Rua. (90,6% de aprovação)

Proposta 1.2.49 - Incorporar no processo de trabalho das Equipes de Saúde da Família as práticas de medicina alternativa e popular. (90,8% de aprovação)

Proposta 1.2.50 - Criar Casas de Apoio às Puérperas. (87,9% de aprovação)

Proposta 1.2.51 - Garantir a implantação das Práticas Integrativas e Complementares no Distrito Federal, estados e municípios. (90,8% de aprovação)

Proposta 1.2.52 - Defender a integralidade da assistência à saúde, por meio do fortalecimento da Política Nacional de Atenção Básica, reforçando seu papel como ordenadora do cuidado e garantindo o acesso aos procedimentos e medicamentos que ainda não são disponibilizados na rede. (96,7% de aprovação)

Proposta 1.2.53 - Ampliar a oferta de serviços básicos e especializados de modo a atender as necessidades de saúde, respeitando os princípios da integralidade, universalidade, equidade, valorizando a promoção da saúde e conhecimento também tradicionais e populares sobre saúde na perspectiva da promoção e da prevenção de doenças, o tratamento e as reabilitações, buscando reduzir as mortes evitáveis e garantindo as condições de vida das pessoas e implantar por meio da atenção primária o programa de atenção aos serviços de hidroterapia, RPG, equoterapia, osteopatia, bem como demais práticas integrativas. (94,8% de aprovação)

Proposta 1.2.54 - Garantir o acesso a informações sobre transgênicos e agrotóxicos, baseado em pesquisas e publicações, livre de interesses comerciais, com ampla divulgação e a rotulagem explícita dos alimentos compostos por transgênicos, com indicação em Braille; proibir a produção e o comércio de transgênico e agrotóxico em território nacional, com proibição imediata de substâncias já proibidas em outros países; associar o compromisso de fortalecer a agricultura familiar, indígena e quilombolas como forma de garantir a soberania alimentar e impedir a apropriação dos direitos à vida e à saúde aos interesses do capital estrangeiro. (88,4% de aprovação)

Proposta 1.2.55 - Ampliar a lista de medicamentos fitoterápicos e incluir os produtos fitoterápicos tradicionais na RENAME com versão inclusive em Braille, incentivando a capacitação dos profissionais prescritores, garantindo o direito da população quanto a sua necessidade, especialmente na atenção básica. (91,7% de aprovação)

Proposta 1.2.56 - Garantir o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAP), garantindo o acesso de usuários de saúde mental, álcool e outras drogas a serviços de saúde de base comunitária, caráter estatal e público (ESF, NASF, Consultório de rua, Consultório na rua, APS, Centro de Convivência, Residência Terapêutica, dentre outros, assegurando a eliminação do encaminhamento para hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas). (88,7% de aprovação)

Proposta 1.2.57 - Garantir a promoção da saúde com a integralidade da assistência através do fortalecimento da Atenção Básica, por meio da ampliação e da implantação de Equipes da Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), com retaguarda na média e alta complexidade, estimulando a implantação das Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) e garantindo a articulação entre níveis de atenção, melhorando a comunicação/interação entre os serviços da rede de saúde. (81,0% de aprovação)

Proposta 1.2.58 - Ampliar, fortalecer e implementar a Rede de Atenção Psicossocial: CAPSI, CAPSII, CAPS III, CAPS AD, oficina de trabalho e renda, serviço residencial terapêutico, leitos de saúde metal em hospitais gerais ambulatórios de saúde mental, consultórios na rua, unidades de colhimento e equipe de redução de danos na abordagem de rua dia e noite, de acordo com o dimensionamento populacional e indicadores de saúde do território e portaria vigentes. (85,0% de aprovação)

Proposta 1.2.59 - Garantir RH, equipamentos, estrutura física e insumos para realização de pré-natal, parto e puerpério adequados, com formação e educação continuada de equipe multidisciplinar para tratamento humanizado e acolhimento das mulheres e suas famílias, conforme preconizado pela rede cegonha; reforma de Centro obstétrico e maternidades para adequação da ambiência para atendimento à mulher e sua família; construção de novos centros de parto normal pré-hospitalar, com aumento de número de vagas com formação de enfermeiros obstétricos e doulas. (86,0% de aprovação)

Proposta 1.2.60 - Ampliar e garantir recursos por parte da união e do estado para transformar o paradigma de cuidado à saúde sexual e reprodutiva da mulher, a partir do referencial da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e de seu direito ao corpo e à integridade corporal, com garantia de sua autonomia e respeito à sua identidade de gênero, orientação sexual, incluindo as mulheres privadas de liberdade, na lógica do projeto terapêutico singular, visando à redução da violência sexual e doméstica, das mortes evitáveis inclusive maternas, o planejamento reprodutivo, o atendimento em situação de aborto e ampliar os atendimentos à mulher vítima de violência sexual. (86,0% de aprovação)

Proposta 1.2.61 - Disponibilizar a capacidade de oferta de vagas hospitalares e ambulatoriais das Unidades municipais, estaduais e federais de saúde (incluindo Universidades e Institutos) de forma compatível com a carga horária contratada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), definindo-se os seguintes parâmetros:

a - Tempo de espera adequado aos critérios clínicos para todos os tipos de procedimentos, consultas e exames;

b - Garantia de todas as vagas no sistema de regulação (SISREG);

c - Redução do tempo de espera de média e alta complexidade, proporcionando maior atenção secundária no município;

d - Informatização dos serviços municipais de saúde, a fim de fortalecer o complexo regulador e as ações de monitoramento e avaliação. (84,0% de aprovação)

Proposta 1.2.62 - Ampliar e qualificar os serviços de saúde, com ênfase na equidade, humanização e nas necessidades de saúde, valorizando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o diagnóstico precoce, particularmente, no que se referem à saúde mental, doenças raras e negligenciadas (como a doença celíaca, autismo, doenças tropicais, entre outras), além do tratamento e reabilitações, incluindo a reinserção social dos portadores de sequelas, reduzindo mortes evitáveis, favorecendo a qualidade de vida das pessoas e o cuidado da saúde integral. (87,0% de aprovação)

Proposta 1.2.63 - Qualificar o modelo de assistência e garantir às redes de atenção contemplando todos os níveis de complexidade e pontos de atenção, por meio de regulação adequada e transparente, em conformidade com o perfil epidemiológico; da expansão da Atenção Primária em Saúde e da potencialização e expansão dos dispositivos de saúde mental de base territorial e acesso aos leitos psiquiátricos em hospitais gerais, através da cobertura de 100% da Estratégia de Saúde da Família; da regulamentação das políticas e das estratégias de prevenção, promoção da saúde e proteção da vida, voltadas para atividades físicas e reabilitação física, alimentação saudável e adequada, tabagismo, controle da obesidade, valorização do parto normal, populações em situação de risco e /ou vulnerabilidade sem exceção e de abordagem às situações de violência. (81,0% de aprovação)

POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

Diretriz 1.3 - Fortalecer as políticas de saúde para minorias étnico-raciais, comunidades tradicionais, identidade de gênero, LGBT, portadores de doenças raras e pessoas com deficiência, priorizando as Praticas Integrativas e Complementares em saúde. (69,6% de aprovação)

Proposta 1.3.1 - Implementar as políticas públicas existentes que garantam, com qualidade, o atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência. (94,3% de aprovação)

Proposta 1.3.3 - Implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, contrapondo-se ao uso dos organismos geneticamente modificados e à desregulamentação da utilização de agrotóxicos no país, além de incentivar a produção e distribuição de alimentos orgânicos no país. (80,7% de aprovação)

Proposta 1.3.4 - Garantir a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, garantindo mais investimentos financeiros para custeio e aquisição de materiais e equipamentos com cofinanciamento tripartite, garantindo a todos os municípios a oportunidade de implantação do CEO (Centro de Especialidade Odontológica), beneficiando, também, agrupamentos dos municípios de pequeno porte. (95,1% de aprovação)

Proposta 1.3.5 - Implantar a política de redução do uso de agrotóxicos nas lavouras. (92,7% de aprovação)

Proposta 1.3.6 - Implantar o Serviço Nacional de Regulação de Urgência e Emergência que seja interligado com todas as regiões de saúde, estruturado com recursos humanos qualificados, bem como estrutura física e interligado a programas que contemplem a atenção integral à saúde com garantia de continuidade de atendimento na rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde até a reabilitação. (84,8% de aprovação)

Proposta 1.3.7 - Implementar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e quilombolas, bem como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, ampliando o acesso à atenção primária, à média e à alta complexidade. (96,6% de aprovação)

Proposta 1.3.8 - Implantar Programa de Saúde da Mulher e Criança Indígena em parceira com as autoridades competentes que fazem a gestão da saúde indígena nos Estados. (93,1% de aprovação)

Proposta 1.3.9 - Estruturar políticas que considerem a territorialidade e a regionalidade para acesso à saúde conforme o Decreto 7.508 de 2011 de forma integral, humanizada e com qualidade em articulação com outras políticas como as referentes à reforma urbana e rural, ao acesso à moradia, à terra com sustentabilidade, à segurança pública, ao transporte, à segurança alimentar e nutricional, ao saneamento básico, entre outras, relacionadas às perspectivas de impacto no desenvolvimento regional e na determinação social de saúde, de forma a melhorar a qualidade de vida da população. (93,7% de aprovação)

Proposta 1.3.10 - Estruturar políticas intersetoriais que considerem a territorialização e a regionalização para o acesso à saúde articulando outras políticas como reforma urbana, segurança, transporte, acesso à terra e à água e segurança alimentar e nutricional, entre outras, relacionadas às perspectivas de impactos no desenvolvimento regional e na determinação social da saúde. (89,7% de aprovação)

Proposta 1.3.11 - Garantir a implementação da Política Nacional de Saneamento Básico e Resíduos sólidos com financiamento para construção de aterros sanitários e destino adequando o lixo. (89,5% de aprovação)

Proposta 1.3.13 - Fortalecer e estruturar as políticas públicas de saúde direcionadas aos povos e comunidades tradicionais, LGBTT, pessoas com deficiência e outras, aprimorando ações diferenciadas e observando o respeito às especificidades de cada população. (86,0% de aprovação)

Proposta 1.3.14 - Articular a implementação de parcerias entre o Governo estadual e federal com relação às políticas de atenção à saúde na zona de fronteira. (92,8% de aprovação)

Proposta 1.3.15 - Fortalecer a Política da Pessoa com Deficiência, garantindo o direito, a prioridade, o transporte adaptado e garantia de acesso com segurança aos estabelecimentos, ampliação da disposição de profissionais de saúde capacitados para o atendimento e abordagem desses usuários, ampliar centros de referência em reabilitação física e psicomotora (adulto e infantil) em todos os níveis de complexidade e criar um canal de comunicação entre os departamentos de fisioterapia e os setores de órteses e próteses. (96,3% de aprovação)

Proposta 1.3.16 - Efetivar políticas públicas que busquem a prevenção das doenças considerando os determinantes sociais, econômicos e ambientais desfavoráveis, garantindo a integralidade e a universalidade da assistência nas ações de atenção básica, de média e alta complexidade, assegurando a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde para todos os cidadãos. (93,9% de aprovação)

Proposta 1.3.17 - Ampliar e fortalecer a Política Nacional de Saúde Mental, garantindo o direito à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços de saúde mental, independente dos critérios por base populacional, nos Planos Municipais e Estaduais, na rede de atenção psicossocial e atenção básica. (96,2% de aprovação)

Proposta 1.3.18 - Aprimorar as políticas de atenção básica, especializada, ambulatorial, domiciliar e hospitalar. (89,3% de aprovação)

CÓPIA NÃO OFICIAL POR FALTA DE RECIBOS

Proposta 1.3.19 - Garantir a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, nos níveis primário, secundário e terciário, com mais investimentos financeiros e de pessoal, no âmbito dos municípios e ampliar a implantação de centros de especialidades odontológicas regionais. (84,8% de aprovação)

Proposta 1.3.20 - Reforçar as políticas de fiscalização das indústrias produtoras e empresas fornecedoras de medicamentos para garantir a qualidade dos medicamentos fornecidos aos usuários via SUS e aumentar o número de fabricantes brasileiros. (95,6% de aprovação)

Proposta 1.3.21 - Criar política de transporte sanitário (veículos para transporte de pacientes), com financiamento para implantação e manutenção de veículos pelo governo federal e estadual garantindo veículos adaptados para o atendimento em especial de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos mentais e para pacientes que fazem tratamento em serviços de referência no SUS, garantindo recursos de acordo com a distância pela tabela SIGITAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimento, com participação do município, garantindo alojamento e alimentação. (71,2% de aprovação)

Proposta 1.3.22 - Propor a alteração da Portaria nº 2.488/2011, mantido o repasse financeiro, com regime máximo de cumprimento de carga horária de 30h semanais para todos os profissionais de saúde, bem como a ampliação o número de componentes da equipe multiprofissional. (85,7% de aprovação)

Proposta 1.3.23 - Implementar a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo a informação e acesso a todos os métodos contraceptivos como a contracepção de emergência em todos os municípios. (87,9% de aprovação)

Proposta 1.3.24 - Criar políticas públicas para diminuição dos acidentes de trânsito em todas as esferas de governo, com ações de ampliação e fiscalização do cumprimento das leis e atividades de orientação, prevenção e conscientização. (94,4% de aprovação)

Proposta 1.3.25 - Fortalecer as políticas de saúde para minorias étnico-raciais, comunidades tradicionais, identidade de gênero, LGBT, portadores de doenças raras e pessoas com deficiência, priorizando as práticas integrativas e complementares em saúde. (68,4% de aprovação)

Proposta 1.3.26 - Defender uma política de maior integração entre as ações de saneamento básico e saúde ambiental com a saúde pública. (57,0% de aprovação)

Proposta 1.3.27 - Avançar na implementação das políticas de promoção da saúde da população de idosos, indígenas, jovens crianças, adolescentes, LGBT, negros, comunidades tradicionais etc. (61,0% de aprovação)

Proposta 1.3.28 - Ampliar e fortalecer a Política Nacional de Assistência Farmacêutica com a garantia de acesso a todo o elenco de medicamentos básicos e excepcionais com financiamento das três esferas de governo. (70,6% de aprovação)

Proposta 1.3.30 - Garantir que a implantação das equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), em atenção à portaria 3.124 de 28/12/2012, mantenha a expansão na proporção da portaria de 1 (uma) Equipe NASF para cada 5 (cinco) a 9 (nove) equipes de Estratégia da Saúde da Família (ESF), com os compromissos de matriciar, qualificar o processo de trabalho, a assistência e o fortalecimento à vigilância de saúde, em especial aos cuidados paliativos, na prevenção da mortalidade materno-infantil, na reabilitação e no cuidado de doenças crônicas não transmissíveis, estabelecendo, ainda, que cada equipe NASF com 6 (seis) ou mais equipes de saúde da família de referência conte com uma equipe mínima de saúde mental, constituída por 3 (três) profissionais com o compromisso de matriciar, qualificar o processo de trabalho, dar suporte ao atendimento das demandas de assistência em saúde mental e fortalecer a vigilância em saúde dos casos de vítimas de violência familiar, social ou institucional, bem como de lesões autoprovocadas, articulando-se ações intersetoriais voltadas para a inclusão social e para ao combate ao estigma. (51,0% de aprovação)

Proposta 1.3.31 - Fortalecer e garantir a rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência com expansão dos Centros de Reabilitação e implantação da interface do Programa Viver sem limites para a área de Saúde. (92,6% de aprovação)

Proposta 1.3.32 - Implementar e fomentar a formação de redes da atenção à saúde, em especial, a de atenção às pessoas com deficiência e a de atenção psicossocial, investindo nos CAPs existentes e implementando novos serviços de base territorial. (93,3% de aprovação)

Proposta 1.3.33 - Implementar a Rede de Oncologia sendo destinados recursos integralmente para as instituições públicas. (95,4% de aprovação)

Proposta 1.3.34 - Fortalecer o subsistema de saúde indígena, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI/MS e seus respectivos distritos especiais de saúde indígena, aprimorando as ações de atenção básica e saneamento, respeitando as práticas de medicina tradicional e o modo de vida dos povos indígenas, bem como garantir atenção diferenciada aos quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais. (78,6% de aprovação)

Proposta 1.3.35 - Implementar instâncias de promoção de equidade na efetivação da Política Nacional de Saúde da População LGBT e demais políticas de equidade no âmbito das gestões estaduais e municipais, enfrentando toda forma de violência que venha comprometer o acesso como o racismo institucional e social, a discriminação de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, geracional ou de condição de vida. (77,5% de aprovação)

Proposta 1.3.36 - Efetivar a implantação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, incluindo retaguarda hospitalar, com garantia e acessibilidade às unidades de saúde de acordo com a Política da Acessibilidade e da capacitação de profissionais de todos os pontos de atenção para atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência, incluindo profissionais capacitados em LIBRAS e Guia-interpretação, por meio da implantação de estratégias de educação permanente, bem como, de empoderamento das famílias, usuários e comunidades. (91,5% de aprovação)

Proposta 1.3.37 - Implantar linha de cuidado às pessoas portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. (90,6% de aprovação)

Proposta 1.3.38 - Implementar e garantir as ações da Política de Saúde do Homem através de parcerias e convênios para apoio na realização de diagnósticos. (62,0% de aprovação)

Proposta 1.3.40 - Implantar Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Criança Indígena em parceira com as autoridades competentes que fazem a gestão da saúde indígena nos Estados. (64,0% de aprovação)

Proposta 1.3.42 - Efetivar a Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001 e Lei nº 9.716/92) com ampliação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, priorizando os dispositivos de cuidado vinculados à Atenção Básica (oficinas terapêuticas e grupos de convivência) garantindo, ainda, o cofinanciamento tripartite para os Centros de Atenção Psicossocial. (91,8% de aprovação)

Proposta 1.3.43 - Implementar a Reforma Psiquiátrica garantindo a desinstitucionalização de forma imediata, com efetiva ampliação, implantação e fortalecimento dos serviços substitutivos que compõem as Redes de Atenção Psicossocial: CAPS I, II, III, infantil, unidades de acolhimento, residências terapêuticas, centros de convivência, consultórios na rua, etc. (93,4% de aprovação)

Proposta 1.3.44 - Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, visando: eliminação da violência sexual, do trabalho e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento digno e humanizado em situação de aborto, saúde das mulheres jovens/ lésbicas/ negras/ mulheres do campo/ quilombolas/ indígenas/ com deficiências e patologias, ciganas, mulheres privadas de liberdade, em situação de rua e profissionais do sexo, mulheres trans, e inclusão da abordagem de gênero na formação dos profissionais de saúde. Incentivar a prática do parto normal a fim de reduzir o número de partos cesarianos. (85,2% de aprovação)

Proposta 1.3.45 - Formação e educação continuada de equipe de saúde, de maneira geral para atendimento da vítima de violência sexual, com garantia de tratamento e seguimento psicossocial posterior na atenção primária, com fortalecimento e estruturação dos PAVs - Programa de Atenção às Vítimas de violência. (87,0% de aprovação)

EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

OUTROS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Diretriz 2.1 - Fortalecer a participação social em todas as políticas públicas, ampliando os canais de interação com a população, com transparência e participação cidadã. (85,7% de aprovação)

Proposta 2.1.1 - Garantir espaços de discussão das políticas públicas para fomentar a participação da sociedade brasileira. (93,9% de aprovação)

Proposta 2.1.2 - Aprimorar e divulgar a ouvidoria, como mecanismo de participação e controle social, e os resultados das avaliações dos serviços de saúde em que os usuários emitem suas opiniões sobre a qualidade dos serviços públicos (união, estado e município), filantrópicos e privados. (75,8% de aprovação)

Proposta 2.1.3 - Promover e efetivar políticas de comunicação, com auxílio das universidades, em todas as esferas do governo, utilizando os meios de comunicação de massa (TV, rádio), redes sociais, escolas, ONGs, etc., para socializar o conhecimento sobre o funcionamento e organização dos espaços de participação popular, conscientizando os trabalhadores e usuários para a importância da participação popular nas Comissões e Conferências de Saúde em todas as esferas do Controle Social, responsabilizando-os pelo exercício da cidadania. (72,2% de aprovação)

Proposta 2.1.4 - Ampliar outras formas de participação social direta e indireta, por meio da internet, de caixa de sugestões e de rádios comunitárias, entre outras opções. (94,0% de aprovação)

Proposta 2.1.5- Divulgar, através dos meios de comunicação, os instrumentos e ações de controle social, garantindo à população o acesso ao conhecimento e à participação social no SUS. (78,0% de aprovação)

Proposta 2.1.6 - Ampliar os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã, mobilizando e estabelecendo diálogos com a sociedade brasileira acerca do direito à saúde e da defesa do SUS. (90,5% de aprovação)

Proposta 2.1.7 - Elaborar e fortalecer o orçamento participativo em todas as esferas do SUS, responsabilizando os gestores nas três esferas conforme a legislação vigente, garantindo acesso em tempo hábil. (89,7% de aprovação)

Proposta 2.1.8 - Regulamentação do artigo 14 da Constituição Federal que amplie a participação social nas decisões políticas mediante plebiscitos, referendo e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular. (88,6% de aprovação)

Proposta 2.1.9 - Ampliar a implementação dos serviços de Ouvidoria do SUS com pesquisa de satisfação do usuário em toda a rede SUS. (70,6% de aprovação)

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Diretriz 2.2 (a) - Fortalecer as instâncias de Controle Social, especialmente as Conferências e Conselhos de Saúde, como espaços estratégicos de gestão participativa, garantindo o caráter autônomo, paritário, democrático e deliberativo na formulação de políticas para a defesa dos direitos da cidadania e do bem comum. (85,8% de aprovação)

Diretriz 2.2 (b) - Garantir o fortalecimento e estruturação do Controle Social de acordo com as Leis Orgânicas da Saúde. (72,3% de aprovação)

Diretriz 2.2 (c) - Fortalecer as instâncias de controle social e garantir o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã. (81,0% de aprovação)

Proposta 2.2.1 - Garantir, por meio do Termo de Compromisso com as Comissões Intergestores Regionais (CIR), a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e com a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a execução e efetivação das propostas da Conferência Nacional de Saúde. (92,0% de aprovação)

Proposta 2.2.2 - Constituir uma comissão, composta por catorze membros, representantes dos Conselhos Estadual, Municipal e Local de Saúde, respeitando a paridade em sua composição, e representante do Ministério Público, para elaborar cronograma trimestral visando o monitoramento da efetividade das propostas aprovadas na Conferência Nacional de Saúde. (66,0% de aprovação)

Proposta 2.2.4 - Formatar os documentos oriundos da Conferência de forma objetiva e com diretrizes claras para que seja possível, a partir da criação da Comissão do Conselho, monitorar e avaliar a efetivação das propostas das Conferências de Saúde dos anos anteriores, de maneira permanente, verificando e comparando resultados efetivos, negativos, repetições, incoerências e a apresentar o status da implantação e realização. (73,6% de aprovação)

Proposta 2.2.5 - Assegurar a implementação das deliberações das Conferências de Saúde nas três esferas de governo, com mecanismos de monitoramento e divulgação periódica das propostas aprovadas, sob pena de responsabilização, entendendo que esse é o espaço de efetiva manifestação e vocalização popular sobre suas demandas de saúde. (90,4% de aprovação)

Proposta 2.2.7 - Execução pelo gestor do SUS das deliberações aprovadas pelos Conselhos de Saúde. (67,1% de aprovação)

Proposta 2.2.8 - Garantir a democracia interna, sem interferência indevida do gestor nos Conselhos de Saúde. (91,9% de aprovação)

Proposta 2.2.9 - Garantir a eleição direta e livre para a mesa diretora ou coordenação dos Conselhos de Saúde, vedando que a presidência ou coordenação seja assumida pelo gestor, ocupante de cargo em comissão ou funções gratificadas. (63,0% de aprovação)

Proposta 2.2.11 - Exigir que os conselhos de saúde transformem as diretrizes aprovadas em políticas para serem executadas pelos gestores, com efetiva fiscalização, e que sejam implementadas em um prazo de 4 anos a partir de sua definição. (77,9% de aprovação)

Proposta 2.2.12 - Proibir a indicação de conselheiros representantes dos Profissionais de Saúde e Usuários que tenham cargo comissionado do poder executivo, independente de qualquer Secretaria que seja nomeado, nas três esferas do governo. (66,0% de aprovação)

Proposta 2.2.13 - Garantir a competência legal, a autonomia e o caráter deliberativo dos conselhos de saúde na formulação de políticas e na fiscalização das três esferas de governo. (92,7% de aprovação)

Proposta 2.2.14 - Fortalecer e implementar uma rede de informação e transparência, incentivando a participação e controle social nas três esferas de governo, com divulgação dos direitos e deveres da população. (93,2% de aprovação)

Proposta 2.2.15 - Elaborar e efetivar legislação que garanta a inclusão das conferências municipais, estaduais e nacional nos instrumentos de gestão e que sejam executadas até os primeiros 120 dias da gestão. (50,0% de aprovação)

Proposta 2.2.16 - Efetivar o papel dos conselhos de saúde e seu caráter deliberativo e vinculativo na fiscalização, acompanhamento de custos e aplicação de recursos. (70,0% de aprovação)

Proposta 2.2.17 - Criar mecanismos de monitoramento e estratégias para a efetividade dos resultados e das resoluções das Conferências, refletindo e propondo estratégias para as mesmas. (90,7% de aprovação)

Proposta 2.2.18 - Garantir que o poder executivo oferte respaldo técnico nas três esferas de governo sempre que solicitado pelo conselho, por profissionais (psicólogo, assistente social, contador, médico, administrador dentre outros), para subsidiar determinadas ações do controle social, sobretudo as relativas ao orçamento e às finanças. (69,6% de aprovação)

Proposta 2.2.19 - Garantir a autonomia financeira e administrativa dos Conselhos de Saúde, bem como infraestrutura física, administrativa e financeira para exercer as suas atribuições. (78,1% de aprovação)

Proposta 2.2.20 - Garantir que os Conselhos de Saúde tenham prioridade nas solicitações de auditoria e fiscalização financeira pelos órgãos competentes, além de fazer cumprir as punições quando constatados atos irregulares e ilegais. (71,1% de aprovação)

Proposta 2.2.21 - Estimular a participação popular e o controle social, garantindo recursos do governo federal para as instâncias colegiadas. (86,5% de aprovação)

Proposta 2.2.22 - Garantir a autonomia e o caráter deliberativo dos conselhos de saúde na formação política e na fiscalização das três esferas de governo, fortalecendo a participação mais efetiva de órgãos competentes junto ao conselho na execução de suas ações. (71,5% de aprovação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proposta 2.2.23 - Comprometer e responsabilizar os Gestores da Saúde (civil e criminalmente), nas três esferas de Governo, com a disponibilização de estrutura física (respeitando a Lei de Acessibilidade), administrativa, recursos humanos, apoio logístico, material e financeiro (com repasses fundo a fundo e rubrica própria, com transparência na prestação de contas) para os Conselhos de Saúde exercerem suas funções e atribuições de controle social no SUS definidas em lei. (92,4% de aprovação)

Proposta 2.2.24 - Garantir legalmente a obrigatoriedade de constar nas peças orçamentárias de cada esfera de governo o financiamento das ações dos Conselho de Saúde, garantindo o exercício pleno de suas funções e atribuições definidas em lei. (71,5% de aprovação)

Proposta 2.2.25 - Exigir que os gestores cumpram as ações previstas no PPA. (87,2% de aprovação)

Proposta 2.2.26 - Divulgar o papel do Controle social através de campanhas, oficinas e mídias sobre a importância da participação social (Conselhos/Conferências), bem como suas ações e deliberações e Promover e incentivar espaços de integração e interação entre conselhos de saúde e outros conselhos de Políticas Públicas fortalecendo a intersetorialidade. (83,7% de aprovação)

Proposta 2.2.27 - Fortalecer a elaboração de orçamentos participativos em todas as esferas do SUS respeitando a competência legal, a autonomia e o caráter deliberativo dos conselhos de saúde na formulação de políticas e na fiscalização das três esferas de governo e garantir o financiamento para o Controle Social no SUS. (82,7% de aprovação)

Proposta 2.2.28 - Propor estratégias para a efetividade dos resultados e das resoluções das conferências estabelecendo mecanismos de fiscalização para responsabilizar os gestores que não cumprirem as deliberações das Conferências e dos Conselhos de Saúde e fortalecer os Conselhos de Saúde respeitando a competência legal, autonomia e caráter deliberativo na formulação de políticas e na fiscalização das três esferas de governo, garantindo a homologação das deliberações aprovadas pelos conselhos de saúde. (87,4% de aprovação)

Proposta 2.2.29 - Criar Conselhos Regionais de Saúde considerando os Conselhos Municipais e o âmbito regional das pactuações das políticas públicas de saúde. A construção se dará pelos membros dos conselhos municipais, seguindo o molde paritário já existente dos mesmos e considerando as Leis 8080, 8142, 141 e o Decreto 7508, em vista da evolução no processo de descentralização e regionalização da saúde. (76,0% de aprovação)

EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS CONSELHEIROS

Diretriz 2.3 - Implementar, efetivar e monitorar a Política de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, conforme a resolução 363/2006 do CNS. (85,1% de aprovação)

Proposta 2.3.1 - Implementar, efetivar e monitorar a Política de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, conforme a resolução 363/2006 do CNS, mediante apoio político e financeiro aos planos de trabalho em todas as instâncias do SUS, podendo-se realizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa no âmbito das três esferas de governo. (92,8% de aprovação)

Proposta 2.3.2 - Assegurar que os conselheiros e gestores das três esferas sejam capacitados de forma contínua, desde o início dos seus mandatos, em controle social e legislação do SUS. (93,6% de aprovação)

Proposta 2.3.3 - Garantir a capacitação dos conselheiros de saúde para fortalecer o controle social no SUS, de maneira efetiva e colaborativa com a gestão e realizar oficinas de controle social periódicas para a população. (80,1% de aprovação)

Proposta 2.3.4 - Fortalecer e avaliar a Política de Educação Permanente para o Controle Social do SUS de forma ativa, crítica e propositiva, nas três esferas de Governo, mediante apoio político e financeiro incluindo modalidade de Ensino à Distância, visando a sua qualificação, especialmente nos aspectos da aplicação dos recursos financeiros e de gastos tendo as universidades públicas como instituições parceiras e formadoras. (92,1% de aprovação)

Proposta 2.3.5 - Disponibilizar continuamente material informativo e educativo sobre as atribuições dos conselheiros previstas na legislação vigente, buscando empoderá-los em todos os níveis. (70,6% de aprovação)

Proposta 2.3.6 - Criar espaços - físicos e virtuais - de publicação e divulgação das atividades do Conselho de Saúde, favorecendo a transparência e estimulando a participação e fiscalização popular. (94,2% de aprovação)

Proposta 2.3.7 - Qualificar os conselheiros de saúde nas instâncias (local, distrital, municipal, estadual e federal), para fortalecer os espaços de controle social e a compreensão sobre a reforma do sistema político. (70,5% de aprovação)

Proposta 2.3.8 - Garantir e promover, por meio da Educação Permanente e Educação Popular, capacitações descentralizadas para Conselheiros de Saúde, representantes dos Movimentos Sociais e dos Colegiados de Gestão das Unidades de Saúde, visando a formação sobre às suas atribuições e seus direitos, reiterando a defesa dos princípios da Reforma Sanitária e o exercício da cidadania. (93,9% de aprovação)

Proposta 2.3.9 - Promover a política de Educação Permanente para o controle social no SUS incluindo fóruns de debate, conferências e demais processos formativos, de forma regionalizada e descentralizada para conselheiros, atores de movimentos sociais, sindicais e populares, considerando as realidades loco regionais, na perspectiva da promoção, proteção e recuperação da saúde. (93,8% de aprovação)

Proposta 2.3.10 - Implantar e implementar a política de educação permanente para o controle social no SUS nas três esferas de gestão, mediante apoio político e financeiro aos planos de trabalho, buscando parcerias junto à Controladoria Geral da União e outros órgãos e entidades para realizar formação dos Conselhos de Saúde e instituir as comissões de Educação Permanente nos Conselhos de Saúde com a finalidade de realização de curso de formação e qualificação para conselheiros e entidades sociais, visando o acesso aos conhecimentos técnicos e formação política necessária à defesa do SUS. (81,8% de aprovação)

O CONTROLE SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Diretriz 2.4 - Defender incondicionalmente o SUS público, 100% estatal, universal, de qualidade e sob gestão direta do Estado, contra todas as formas de privatização, reiterando o texto constitucional que define a saúde como direito do cidadão e dever do Estado. (86,5% de aprovação)

Proposta 2.4.1 - Propor que os Conselhos de Saúde se manifestem contrários à Lei 13.097/15, art. 142: "(...) que vigora a seguinte alteração: é permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde..." (86,1% de aprovação)

Proposta 2.4.2 - Impedir qualquer tentativa de privatização da saúde em todos os seus segmentos. (92,5% de aprovação)

Proposta 2.4.3 - Conscientizar a população por meio de campanhas educativas e informativas sobre a responsabilidade orçamentária de cada esfera pública. (92,6 de aprovação)

Proposta 2.4.4 - Garantir que as peças publicitárias atuem na defesa do SUS e fomentem a participação popular no processo de fiscalização e organização do SUS. (70,1% de aprovação)

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL

Diretriz 2.5 - Fortalecer, garantir e defender as instâncias de controle social e fomentar a participação social, em articulação com os movimentos sociais e suas pautas, garantindo a participação cidadã e o caráter deliberativo dos Conselhos de saúde. (86,7% de aprovação)

Proposta 2.5.1 - Fomentar estratégias de ampliação e fortalecimento da participação popular no SUS em diálogo com os movimentos sociais e conselhos locais de saúde, por meio de fóruns, redes, comitês, grupos temáticos. (94,7% de aprovação)

Proposta 2.5.2 - Criar uma rede que inclua formação, fiscalização e garantia de serviços e demandas específicas da saúde integral da população negra, baseada na portaria nº 992/2009 MS. (83,6% de aprovação)

Proposta 2.5.3 - Formatar os documentos oriundos de Conferência de forma objetiva e com diretrizes claras visando aprimorar o planejamento e o conhecimento dos integrantes dos conselhos, movimentos e entidades em geral. (90,2% de aprovação)

Proposta 2.5.5 - Implementar ações de mobilização e participação da comunidade, estabelecendo o dia "D" do controle social. (86,6% de aprovação)

Proposta 2.5.6 - Promover a troca de experiências exitosas de participação/controle social a partir da articulação entre os conselhos e movimentos sociais. (92,8% de aprovação)

Proposta 2.5.7 - Os contratos de gestão com OS, enquanto persistirem, deverão ser elaborados com a participação dos movimentos, sindicatos, conselho municipal da saúde e conselhos gestores, que também acompanharão e fiscalizarão a sua execução. (66,7% de aprovação)

Proposta 2.5.8 - Democratizar e popularizar as conferências de saúde. (72,0% de aprovação)

Proposta 2.5.9 - Garantir a inclusão nos espaços dos conselhos de saúde de representações que buscam o enfrentamento de iniquidades em saúdes, tais como mulher, idoso, população do campo floresta, juventude, juventude negra, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, LGBTT, população em situação de rua, ciganos pessoas com deficiência, Grupos rede nacional de pessoas - DST/HIV AIDS, assim como fortalecer a participação dos movimentos e organização indígenas, nos distritais de saúde indígena, e avançar na articulação desses com os demais conselhos de políticas setoriais. (73,5% de aprovação)

Proposta 2.5.10 - Criar a Política Nacional da Ouvidoria do SUS, no âmbito dos Conselhos de Saúde, nas três esferas de governo, conforme aprovados nos relatórios finais da 12ª e 13ª Conferência Nacional de Saúde. (72,9% de aprovação)

Proposta 2.5.11 - Criar e efetivar fóruns permanentes de controle social, descentralizados nas comunidades locais, buscando-se maior apropriação do SUS. (94,8% de aprovação)

Proposta 2.5.12 - Que o Conselho Nacional realize reuniões itinerantes para fortalecer o controle social no SUS. (91,4% de aprovação)

Proposta 2.5.13 - Garantir a participação paritária dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, na discussão das ações nas instâncias de pactuação (CIR, CIB e CIT). (70,4% de aprovação)

Proposta 2.5.14 - Fiscalizar o cumprimento da Lei complementar nº 141 de 13/01/2012 ART.34 § 5º, com vistas à análise do relatório de prestação de contas. (70,8% de aprovação)

Proposta 2.5.15 - Criar e intensificar os mecanismos de transparência e controle dos recursos com vistas a minimizar e até erradicar a corrupção que precarizam os repasses dos recursos do SUS, garantindo que os órgãos de controle interno e externo sejam interligados e que haja a divulgação, de forma transparente, dos recursos aplicados na saúde e os resultados das auditorias realizadas. (92,7% de aprovação)

Proposta 2.5.16 - Estabelecer critérios objetivos para possibilitar que as entidades e movimentos sociais representativos dos diversos setores sociais participem do processo eleitoral dos Conselhos de Saúde. (75,3% de aprovação)

Proposta 2.5.17 - Realizar Audiências Públicas Distritais anuais como previsto na Lei Complementar 141, Artigo 36 e Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde, com ampla divulgação, para apresentação da Programação Anual de Saúde, dos Planos Municipal de Saúde, de aplicação de recursos financeiros e apresentação quadrimestral dos indicadores epidemiológicos de Saúde no Município a partir de 2016. (94,1% de aprovação)

Proposta 2.5.18 - Implantar um Programa de Conselho Itinerante, criando assim braços nas unidades federadas e ampliando o conceito do Conselho Nacional de Saúde, que possa levar e recolher ideias importantes dos usuários do SUS e garantir o acesso às informações da gestão do SUS para o controle social, da gestão do SUS e do controle social para a sociedade, de forma publica e transparente, bem como, ampliar e qualificar as relações dos conselhos de saúde, das três esferas, com os demais órgãos de controle e sociedade civil organizada para melhorar e fortalecer o controle social. (89,0% de aprovação)

Proposta 2.5.19 - Garantir a eleição democrática dos membros do conselho de saúde. (86,0% de aprovação)

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Diretriz 2.6 - Efetivar as instâncias de controle social e articulá-las entre si para o fortalecimento da participação social cidadã em todas as políticas com vistas ao desenvolvimento de ações intersetoriais resolutivas. (83,3% de aprovação)

Proposta 2.6.1 - Efetivar a implementação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST nos Conselhos de Saúde, garantindo a participação dos Conselhos no planejamento, discussão, gestão e efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), bem como na avaliação das ações de atenção, prevenção, orientação e capacitação dos profissionais, de modo a ampliar a atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora e garantir a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. (91,7% de aprovação)

Proposta 2.6.2 - Criar um fórum nacional entre os setores de saneamento, habitação, assistência social, educação, esporte e lazer, meio ambiente, agricultura e saúde a fim de prevenir os agravos em saúde e otimizar os recursos investidos. (93,8% de aprovação)

Proposta 2.6.3 - Promover encontros intersetoriais trimestrais entre órgãos do governo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, e representação das câmeras do Ministério Público, entre os conselhos e fóruns de políticas setoriais, com a sociedade civil organizada, com a finalidade de debater assuntos relacionados á saúde publica. (92,2% de aprovação)

EIXO 3 - VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

REGULAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESPRECARIZAÇÃO

Diretriz 3.1 - Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde, democratizando as relações de trabalho e garantindo espaços de negociação permanente entre trabalhadores/as e gestores/as da Saúde, e os mecanismos de desprecarização, valorização e qualificação do trabalho na saúde por meio da criação e implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), para atender as necessidades do SUS, considerando a preservação dos direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores, assegurando ambientes de trabalho saudáveis e promotores de bem-estar para usuários e usuárias, que atendam às necessidades de saúde da população. (90,2% de aprovação)

Proposta 3.1.1 - Extinguir a terceirização (desprecarização) no serviço público das três esferas de governo, garantindo que servidores de carreira estejam, preferencialmente, nos cargos de direção, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 - CF 1988. (73,4% de aprovação)

Proposta 3.1.2 Combater a precarização das Relações de Trabalho, com preenchimento de vagas através de Concurso Público, evitando a transferência ou terceirização de Serviços Públicos de Saúde para o Setor Privado. (73,9% de aprovação)

Proposta 3.1.4 Garantir suporte técnico pelo Ministério da Saúde para a construção do Plano de Carreira, Cargos e Salários para todos os profissionais de saúde da administração pública nas gestões municipais, estaduais e federais, para efetivar a progressão funcional associada a tempo de trabalho e qualificação profissional e para formalizar o piso salarial nacional definido por categoria profissional de fonoaudiólogo (PL 5394-09), Enfermeiro (PL 4924-09), Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional (PL 5979- 09), Nutricionista (PL 5439-09), Psicólogo (PL 5440-09), Assistente Social (PL5278-09) e Odontólogo (PL 3734-08), Farmacêutico (PL 5359-09) Médico Veterinário Lei 4.950-A 66 e demais trabalhadores da saúde com reajustes já previstos anualmente. (75,8% de aprovação)

Proposta 3.1.5 Estabelecer contratação de servidores públicos por concurso público, de acordo com o dimensionamento de pessoal, garantindo condições dignas de trabalho, ambiente adequado, material de trabalho acessível. (93,6% de aprovação)

Proposta 3.1.8 Regulamentar a Política de Valorização dos Profissionais de Saúde, traçando diretrizes orientadoras de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do SUS, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, e instituindo a carreira pública mediante concurso público. (72,5% de aprovação)

Proposta 3.1.9 Assegurar a carreira pública para os Servidores, realizando concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) estatutário, com plano de cargos carreiras e salários (PCCS) para a contratação de Profissionais de saúde para o SUS, com garantia de isonomia salarial a todos os trabalhadores, em todos os níveis de complexidade e esferas governamentais, abolindo todas as formas de precarização e terceirização do trabalho e de serviços públicos para o setor privado, bem como da previdência pública. (81,0% de aprovação)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proposta 3.1.10 Garantir investimento para implantação e manutenção de carreira pública para os servidores, realizando concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) com planos de cargos, carreira e vencimentos isonômicos para profissionais de saúde para o SUS e Seguridade Social, abolindo todas as formas de precarização do trabalho. (67,2% de aprovação)

Proposta 3.1.11 Implantar Plano de Carreira, Cargos e Salários, por meio de pactuação em mesa de negociação, orientada pelos protocolos da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, com apoio das esferas estadual e Nacional, instituindo a carreira única do SUS, efetivando a legislação que determina o ingresso no serviço público por meio de concursos públicos, exclusivamente pelo Regime Jurídico Único (RJU) com incentivo a Dedicação Exclusiva, garantindo as progressões horizontais e verticais, observando a isonomia salarial por nível de formação, mediante critérios de regionalização e de criação de estratégias de fixação de profissionais de saúde no interior do país e em áreas de difícil acesso e provimento, que incluam política de formação profissional e regulamentação da aposentadoria especial decorrente de atividades insalubres, penosas e perigosas, com integralidade e paridade, além das cotas para negros, quilombolas, índios e portador de necessidades especiais e incorporando o profissional administrativo em todas as equipes de saúde. (90,1% de aprovação)

Proposta 3.1.13 Garantir contrato de trabalho de 30 horas para os trabalhadores da saúde e aposentadoria dos trabalhadores da saúde com 25 anos de contribuição, pautada nos riscos encontrados no exercício da função. (53,0% de aprovação)

Proposta 3.1.14 Investir na carreira pública para os(as) trabalhadores(as) da saúde realizando concurso público, com Regime Jurídico Único (RJU), eliminando assim as terceirizações, e também a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que rompe com os direitos dos(as) trabalhadores(as) e usuários(as). (79,7% de aprovação)

Proposta 3.1.15 Investir e garantir o cumprimento da Constituição Federal de 1988 - CF/88 garantindo a inserção única e exclusiva de profissionais da saúde para o Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de concurso público contemplando todas as categorias pelo regime jurídico único prevenindo a rotatividade dos profissionais, criando a politica de fixação de profissional, garantindo a criação, elaboração e execução do Plano de Carreira Cargos e Salários - PCCS - Saúde/SUS, pactuado nas três esferas governamentais observando critérios pré-definidos e as garantias constitucionais, a isonomia salarial por nível de formação, valorizando a dedicação exclusiva, a interiorização, as progressões horizontais e verticais. Criar e garantir o piso salarial das categorias profissionais da saúde corrigido anualmente, com jornada máxima de 30h por semana sem redução salarial criando e implementando as mesas de negociação do SUS, para ampliar a discussão com os segmentos envolvidos, visando a valorização do profissional e as carreiras compatíveis com as políticas de saúde vigentes, assegurando a desprecarização dos vínculos do serviço público. Incorporar o profissional administrativo em todas as equipes de saúde, não permitindo a cessão de profissionais de saúde para a iniciativa privada. (88,8% de aprovação)

Proposta 3.1.16 Investir na contratação de profissionais de saúde para o SUS, por meio de concursos públicos, pelo regime jurídico único (RJU) e para sustentar a criação da carreira única do SUS pactuada entre as três esferas de governo, contemplando todos os trabalhadores com a isonomia salarial por nível de formação; valorizando de forma diferenciada a dedicação exclusiva, a interiorização, qualificação e o tempo de serviço; garantindo piso salarial, plano de carreira e jornada semanal máxima de 30 horas. (67,0% de aprovação)

Proposta 3.1.17 Criar e regulamentar as carreiras profissionais de Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar. 87,2%

Proposta 3.1.18 Garantir que os cargos de direção sejam ocupados por servidores de carreira. (66,0% de aprovação)

Proposta 3.1.19 Reduzir ao máximo os cargos comissionados, investindo os recursos na formação e contratação de profissionais (equipe multidisciplinar) efetivos nas áreas de maior carência de pessoal. (79,5% de aprovação)

Proposta 3.1.20 Garantir e valorizar, em concursos públicos, que os egressos das residências (multiprofissionais) em saúde, voltadas para a formação em serviço, recebam pontuação superior aos certificados obtidos em pós-graduação lato sensu, estritamente acadêmica, bem como seja destinado incentivo financeiro no Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os preceptores da rede de serviços. (72,6% de aprovação)

Proposta 3.1.21 Implantar a isonomia salarial no SUS para minimizar as variações de vínculos empregatícios e a rotatividade dos profissionais, realizando concursos públicos pelo Regime Jurídico Único com plano de carreira para contratação de profissionais de saúde. (63,0% de aprovação)

Proposta 3.1.22 Implementar piso salarial nacional para o SUS de acordo com cada categoria profissional e nível de formação, reajustado anualmente de forma a repor as perdas inflacionárias e garantindo contrapartida federal para os Estados/DF e municípios que não conseguirem atingir o piso. (85,3% de aprovação)

Proposta 3.1.23 Lutar pela aprovação do Projeto de Lei Nº 597, de 2015, que dispõe sobre o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, e o Projeto de Lei Nº 1.628/2015 que regulamenta as atividades de agentes comunitários e agentes de combate às endemias. (70,4% de aprovação)

Proposta 3.1.24 Estabelecer piso salarial para os profissionais que compõem a área da saúde e com reajustes anuais. (69,7% de aprovação)

Proposta 3.1.25 Criar mecanismo de fiscalização do CNES, para todas as categorias profissionais, por meio do Ministério da Saúde para evitar a precarização dos serviços em saúde. (75,3% de aprovação)

Proposta 3.1.26 Combater o processo de terceirização, privatização e precarização do trabalho, alertando os trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre os projetos de lei e emendas constitucionais que tramitam no Congresso Nacional e ações envolvendo o Supremo Tribunal Federal. (88,6% de aprovação)

Proposta 3.1.27 Estabelecer jornada de trabalho de 30 horas semanais, defendida pelas categorias profissionais de saúde em projetos e em tramitação nas instâncias deliberativas e legislativas, em especial para a categoria de enfermagem, além de agentes de controle de endemias e agentes comunitários de saúde, com garantia da não redução salarial. (65,8% de aprovação)

Proposta 3.1.28 Inviabilizar a aprovação do Projeto de Lei - PL Nº 4.330, que dispõe sobre a terceirização e flexibilização do trabalho, e todas as formas de privatização, terceirização dos serviços na saúde e precarização no trabalho proibindo a transferência ou terceirização de serviços públicos para o setor privado. (88,8% de aprovação)

Proposta 3.1.29 Impedir a aprovação do Projeto de Lei - PL Nº 4.330/2004, que dispõe sobre a terceirização e flexibilização do trabalho, inclusive para carreiras relacionadas a atividades-fim, rompendo com todos os direitos dos trabalhadores brasileiros. (56,1% de aprovação)

Proposta 3.1.30 Combater a precarização das relações de trabalho, evitando a transferência ou terceirização de serviços públicos para o setor privado e as parcerias público-privadas, fortalecendo a carreira pública, valorizando o trabalho e atendendo às necessidades de saúde da população. (87,8% de aprovação)

Proposta 3.1.31 Lutar para que o poder público assuma a responsabilidade com a extinção da terceirização e com a desprecarização do serviço público nas três esferas de governo. (88,6% de aprovação)

Proposta 3.1.32 Garantir aposentadoria especial para os servidores da saúde com direito a insalubridade ou periculosidade, para todos os profissionais da Saúde. (81,3% de aprovação)

Proposta 3.1.33 Garantir aposentadoria dos trabalhadores da saúde com 25 anos de contribuição, pautada nos riscos encontrados no exercício da função. (70,6% de aprovação)

Proposta 3.1.34 Reafirmar o compromisso com a valorização do trabalho e do trabalhador em saúde, o desenvolvimento de políticas coerentes com os princípios da democratização e humanização, e em respeito os direito sociais e previdenciários. (92,7% de aprovação)

Proposta 3.1.35 Garantir a gratificação de insalubridade a todos os profissionais de acordo com os níveis de riscos e fatores psicossociais promotores de adoecimento nos espaços de trabalho, possibilitando a incorporação da mesma para fins de aposentadoria. (75,9% de aprovação)

Proposta 3.1.36 Reduzir a carga horária de 40 para 30 horas semanais para todos os profissionais e trabalhadores da saúde nas três esferas de governo, reforçando os PL que estão em tramitação, como o PL Nº 2.295/2000, sem perdas salariais. (86,1% de aprovação)

Proposta 3.1.38 Aprovar a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores de saúde, com dimensionamento adequado desses trabalhadores e considerando as especificidades do cuidado prestado nos serviços de saúde, sem redução de salários, com a finalidade de fomentar melhores condições de trabalho, o que promove melhor qualidade de vida para os trabalhadores e melhores condições para a assistência prestada aos Usuários (conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT)). (81,0% de aprovação)

Proposta 3.1.39 Garantir isonomia de regime de 30 (trinta) horas de trabalho semanal, para todos os trabalhadores da saúde, visando diminuição de estresse gerado pelo excesso de trabalho e a garantia de melhor atendimento aos usuários do SUS, sem redução salarial e de direitos trabalhistas já garantidos, a partir da regularização por Lei Federal. (76,7% de aprovação)

Proposta 3.1.40 Garantir o pagamento de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Controle de Endemias de acordo com lei específica. (71,9% de aprovação)

Proposta 3.1.41 Equiparar o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes Indígenas de Saúde, Agentes de Endemias e Agente de Saúde Pública. (88,7% de aprovação)

Proposta 3.1.45 Garantir a manutenção dos vetos presidenciais à Lei do Ato Médico. (87,8% de aprovação)

Proposta 3.1.46 Garantir que as diferentes esferas de gestão proponham e implementem gestão e gerência colegiada do Sistema e dos Serviços de Saúde do SUS, como forma de democratizar as relações de trabalho e incorporar na gestão o patrimônio de conhecimento novo obtido pelos trabalhadores, no exercício da sua profissão e no cotidiano dos serviços. (82,3% de aprovação)

Proposta 3.1.47 Criar o Selo RH SUS para a gestão dos Recursos Humanos da saúde, que será vinculado a celebração de convênios com fundo nacional da saúde, atendendo os seguintes critérios: RH admitido por concurso público, evitando a evasões destes profissionais dos municípios; Plano de cargos, carreiras e salários atualizado (incluindo os trabalhadores da saúde de todos os níveis; Estímulo a capacitação de cada área: Aperfeiçoamento, especialização dentro da área de atuação (Educação Permanente). (72,0% de aprovação)

Proposta 3.1.48 Proporcionar ao trabalhador um ambiente saudável e condições estruturais que favoreçam o bem-estar do usuário e dos profissionais disponibilizando material e equipamentos modernos, com vistas a otimizar o processo de trabalho das equipes e da urgência. (90,6% de aprovação)

Proposta 3.1.49 Criar mecanismos de avaliação periódica da execução das propostas relacionadas à valorização do trabalho e da educação na saúde, aprovadas na Conferência de Saúde; garantir a Educação Permanente às equipes de Atenção Primária com foco na humanização e no acolhimento do atendimento. (81,2% de aprovação)

SAÚDE DO TRABALHADOR

Proposta 3.2.1 Efetivar a Política de Saúde do Trabalhador em Saúde, ampliando o CEREST e CIST Regionais, garantindo melhores condições de trabalho, assegurando ambientes de trabalhos saudáveis e promotores do bem-estar dos usuários e dos trabalhadores. (81,6% de aprovação)

Proposta 3.2.2 Combater o assédio moral e o sexual nas relações de trabalho com a implementação de políticas públicas de saúde, não permitindo a discriminação, o abuso de poder e a falta de respeito ao trabalhador, garantindo que, a partir da denúncia feita pelo trabalhador, o caso seja, de fato, investigado e apurado e o assediador punido dentro da lei cabível. (82,8% de aprovação)

Proposta 3.2.3 Garantir ações de implementação de todas as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, comprometendo todos os níveis de gestão, assegurando recursos fundo a fundo para a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio de rubrica específica do bloco da vigilância em saúde, com ações de matriciamento desde a atenção básica até a alta complexidade, garantindo transparência nos gastos e investimentos, gestão pública nos CERESTs com controle social com a implantação das CISTTs em todos municípios e monitoramento pelos várias CISTT/Conselhos de saúde (84,8% de aprovação)

Proposta 3.2.4 Garantir e avançar na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde, assegurando ambientes de trabalho saudáveis e promotores do bem-estar dos Trabalhadores e Trabalhadoras, comprometendo todos os níveis de gestão e incluindo as Práticas Integrativas e Complementares e psicossociais de promoção de saúde e de qualidade de vida, bem como de prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do trabalhador conforme as singularidades ergonômicas e laborais. (96,6% de aprovação)

Proposta 3.2.5 Criar mecanismo de fiscalização do cumprimento da Norma Regulamentadora 32 (NR 32) de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, a partir do desenvolvimento e implantação de uma política de saúde para o trabalhador da saúde para o servidor público municipal, estadual e federal. (78,8% de aprovação)

Proposta 3.2.6 Priorizar o cuidado da saúde do trabalhador com implantação do Serviço Especializado em Engenharia e em Medicina do Trabalho (SESMT), incluindo avaliação e acompanhamento multiprofissional para todos os trabalhadores da saúde, visando promover a segurança e integridade física do trabalhador da saúde do trabalhador e prevenir os acidentes do trabalho. (71,7% de aprovação)

EDUCAÇÃO PERMANENTE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Diretriz 3.3 Fortalecer a Política de Educação Permanente com vistas a participação e construção coletiva na gestão dos serviços de saúde, garantindo o destino e a aplicação de recursos do SUS para a qualificação dos profissionais de saúde de todas as categorias, firmando parcerias com instituições públicas de Ensino. (95,7% de aprovação)

Proposta 3.3.1 Implementar a Politica Nacional de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde, conforme especificidades locorregionais, com financiamento das três esferas do governo. (95,9% de aprovação)

Proposta 3.3.2 Ampliar a educação permanente em Saúde para profissionais, entidades e movimentos sociais em parceria com as diversas Secretarias, com implementação de cursos pela ETSUS, compreendendo a saúde como direito de todos e dever do Estado. (93,7% de aprovação)

Proposta 3.3.3 Garantir educação permanente aos profissionais da saúde de todos os níveis com incentivos financeiros e regular a formação de profissionais da saúde em consonância com as necessidades de saúde da população com ênfase na atenção básica, prezando pela intersetorialidade e reconhecendo as especificidades dos povos tradicionais, comunidades rurais, ribeirinhos, ciganos, povos de terreiros e povos do campo e floresta. (95,0% de aprovação)

Proposta 3.3.4 Implementar a Política de Educação Permanente investindo na formação de profissionais em tecnologia da informação em saúde; - a garantia da formação multiprofissional em práticas integrativas em saúde, ampliando o acesso dos usuários; - a implementação ações formativas também na modalidade EAD (Ensino à Distância) em plataformas financiadas pelo Ministério da Saúde e outros órgãos públicos. (83,4% de aprovação)

Proposta 3.3.5 Exigir a execução da Portaria, Ministério da Saúde, Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que regulamentou as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, considerando na sua implementação, a qualificação, a profissionalização, a humanização e o trabalho em rede, as necessidades de saúde da população, as obrigações éticas dos trabalhadores no exercício de suas funções, os protocolos e agenda definidos através de planejamento estratégico como essenciais na formação de multiplicadores e monitoramento de ações; assegurar que seja implementada para gestores e trabalhadores de todas as áreas, com garantia de financiamento e disponibilidade de recursos e de acesso, sem prejuízo dos vencimentos e sem comprometimento dos processos de trabalho, criando incentivos para todos os profissionais de saúde, que seja realizada em parceria com instituições de ensino, que inclua conteúdo da legislação e normas pertinente do SUS, com abordagem integrada aos eixos da clínica, vigilância, promoção e gestão dos serviços de saúde, com ênfase no processo de trabalho, planejamento, monitoramento e avaliação das ações nas estratégias de saúde da família, buscando ainda interface com outras políticas públicas. (94,7% de aprovação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proposta 3.3.6 Implementar a Política Nacional de Humanização - PNH, com devida divulgação, com ênfase/garantia na cogestão, abrindo espaço para a participação de representantes dos usuários, servidores e gestores, assim como espaços de escuta; ambiência para acolhimento; melhoria nas relações de trabalho; com ênfase na educação permanente, qualificando os trabalhadores, gestores e conselheiros de saúde acerca da humanização e integralidade para uma atenção qualificada, escuta ativa e livre de discriminações de quaisquer espécies, em conformidade com o disposto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, inclusive para as equipes de Atenção Primária com foco no acolhimento do atendimento. (94,9% de aprovação)

Proposta 3.3.7 Favorecer a criação de espaços para o desenvolvimento da educação permanente dos profissionais de saúde, presencial e à distância, capacitando-os para o acolhimento e a classificação de risco, fortalecendo o Telesaúde e as redes de atenção à saúde, levando em consideração a integralidade do cuidado previsto na política nacional de saúde. (61,3% de aprovação)

Proposta 3.3.8 Implementar e fortalecer as Políticas Nacionais de Educação Permanente em Saúde (EPS) e de Humanização, com financiamento das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), com repasse fundo-a-fundo e ampliação da autonomia dos municípios na utilização dos recursos, fortalecendo as CIES (Comissão de Integração Ensino-Serviço) no apoio às Comissões Intergestoras Regionais (CIR) e núcleos de Educação Permanente, incentivando a participação dos profissionais de saúde, incorporando práticas de educação permanente no cotidiano do trabalho, entre outros, visando promover o bem-estar do trabalhador, melhorando os serviços prestados e proporcionando um atendimento integrado e humanizado. (95,8% de aprovação)

Proposta 3.3.9 Garantir que política de formação e educação permanente de auditores para o SUS contemple cooperação técnica e alinhamento nacional de conceitos e práticas. (88,5% de aprovação)

Proposta 3.3.11 Promover capacitações com o objetivo de melhorar a qualidade técnica dos profissionais envolvidos com a vigilância em saúde, visando maior e melhor qualidade na sua função educadora e orientadora (poder pedagógico e educacional, ou seja, a capacidade que os profissionais possuem para orientar e educar toda a população a respeito dos hábitos de saúde, compra de produtos e prevenção de doenças) e fiscalizadora, impedindo irregularidades (poder de polícia executado quando ocorrem fiscalizações, aplicação de intimações e infrações sanitárias, interdições de estabelecimentos, apreensão de produtos e equipamentos etc.). (84,5% de aprovação)

Proposta 3.3.12 Garantir educação permanente aos profissionais de saúde, ao controle social e aos gestores, a fim de qualificar todas as equipes de saúde para o atendimento resolutivo e humanizado das três esferas de governo. (95,2% de aprovação)

Proposta 3.3.13 Promover e implementar a política de educação permanente, por meio de cursos de capacitação, aperfeiçoamento, especialização, entre outros, visando promover o bem-estar do trabalhador, melhorando os serviços e proporcionando um atendimento integrado e humanizado. (96,2% de aprovação)

Proposta 3.3.14 Buscar fortalecer a Política de Educação Permanente em Saúde, descentralizada e compartilhada pelas três esferas de governo, visando à organização de processos educativos para gestores, trabalhadores da saúde e usuários do Sistema, de modo a qualificar a gestão e a Atenção à Saúde. (75,6% de aprovação)

Proposta 3.3.15 Garantir financiamento para a qualificação, de forma ampla, para todos os profissionais de saúde que atuam no âmbito do SUS, nas três (3) esferas de governo de modo a contemplar todos os municípios da federação. (95,6% de aprovação)

Proposta 3.3.16 Aproximar as universidades das necessidades dos trabalhadores, gestores e usuários do SUS na construção de parcerias na formação de políticas públicas para o atendimento no SUS contemplando a educação permanente. (96,2% de aprovação)

Proposta 3.3.17 Efetivar as ações de Educação em saúde por meio da atenção primária, estabelecendo uma maior intersetorialidade entre a educação e Saúde, através de parceria com as redes de ensino público, privado e academia, articulando com o Ministério da Educação a implantação, de forma transversal, de disciplina de educação em saúde nas escolas, garantindo o fortalecimento do Programa Saúde na Escola, enfatizando a prevenção do uso abusivo do álcool e outras drogas, bem como gravidez na adolescência. (70,6% de aprovação)

Proposta 3.3.18 Fortalecer a Política de Educação Permanente do SUS, através da garantia de financiamento para cursos de atualização, especialização, mestrado e doutorado, incentivando assim a busca de cada categoria profissional por aperfeiçoamento técnico, ético e de compromisso com o SUS e implantar o projeto "cuidando de quem cuida". (72,6% de aprovação)

Proposta 3.3.19 Criar estratégias para que as Instituições de Ensino Superior, garantam nos Projetos Pedagógicos, a inclusão de projetos para os trabalhadores de saúde integrando o ensino-serviço e que se incentive que os projetos finais de conclusão de curso das escolas politécnicas sejam desenvolvidos na área da saúde. (81,0% de aprovação)

ORDENAÇÃO E REGULAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Diretriz 3.4 Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho, considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecida pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013. (81,8% de aprovação)

Proposta 3.4.1 Garantir a regulação das vagas de residência médica, multiprofissional e de área profissional, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 287 de 08/10/1998, de acordo com as necessidades de saúde da população e do dimensionamento de Recursos Humanos (RH), com ênfase na necessidade da atenção básica em saúde, que deve ter um percentual mínimo de 40% (quarenta por cento), promovendo o fortalecimento destes programas, assim como das extensões e estágios na graduação em saúde como estratégias de Educação Permanente para o fortalecimento do SUS. (78,0% de aprovação)

Proposta 3.4.2 Valorizar o profissional de saúde por meio da capacitação e estudos lato e stricto sensu e que este possa se afastar de suas funções sem perda de rendimentos e, ao retornar, tenha garantia de suas atribuições e sua lotação de origem. (85,2% de aprovação)

Proposta 3.4.3 Garantir a revisão e execução da política de formação dos profissionais de saúde com reorientação dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, com base no atendimento das necessidades do SUS, estabelecendo tempo de serviço civil obrigatório na rede SUS para todos os estudantes que concluírem seus cursos em Universidades Públicas ou que obtiveram financiamento público. (79,5% de aprovação)

Proposta 3.4.4 Implementar processo de formação do Agente Comunitário em Saúde, especialmente concluindo os módulos II e III em todo território nacional. (88,9% de aprovação)

Proposta 3.4.5 Garantir o financiamento para a conclusão do Curso de Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde pelo Ministério da Saúde. (96,4% de aprovação)

Proposta 3.4.6 Investir em processos educativos em áreas específicas, tais como: atendimento em urgência e emergência para todos os profissionais que atuam na área, atendimento em saúde pública a populações diversificadas, como a população negra, indígena, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, profissionais do sexo, grupo LGBT e outros grupos vulneráveis como adolescentes, idosos, saúde mental e pessoas em situação de violência, assim como realizar cursos na língua brasileira de sinais (libras) e braile, de acolhimento ao Público (entendendo as diferenças étnicas, raciais, e sociais, e as dificuldades das pessoas com deficiências e da comunidade surda) e ética profissional. (94,1% de aprovação)

Proposta 3.4.7 Garantir a capacitação permanente e continuada dos profissionais da saúde sobre o funcionamento do SUS e a valorização do trabalhador no âmbito das três esferas quanto a sua função, benefícios, direitos e deveres. (90,6% de aprovação)

Proposta 3.4.8 Garantir que os profissionais de saúde formados nas universidades públicas e privadas que foram contemplados com recursos públicos passem no mínimo dois anos prestando serviços nas unidades básicas de saúde, sem prejuízo de remuneração a que fazem jus. (82,9% de aprovação)

Proposta 3.4.10 Fortalecer e ampliar as ações do núcleo de educação permanente e continuada em saúde, para as capacitações e formação de todos os profissionais de saúde, garantindo a elevação remunerativa no vencimento de todo o profissional que concluir no mínimo 160 horas nos cursos de capacitação e cursos de qualificação profissional (Especialização, Mestrado e Doutorado) reconhecidos pelo MEC. (69,8% de aprovação)

Proposta 3.4.11 Buscar formação/capacitação e fiscalização para o melhor controle no uso de agrotóxicos. (65,8% de aprovação)

Proposta 3.4.12 Aumentar, nas instituições de ensino público, a oferta de cursos universitários da área de saúde e de pós-graduação para a formação de profissionais de saúde com base no modelo assistencial que o Sistema Único de Saúde preconiza, garantindo incentivos do Ministério da Saúde. (92,7% de aprovação)

Proposta 3.4.15 Reformular o currículo das universidades e cursos técnicos, incluindo na grade curricular o SUS como temática transversal, considerando o conceito ampliado de saúde de forma multiprofissional e interdisciplinar, se aproximando das realidades locais, e incluir no currículo de formação dos profissionais de saúde conteúdo sobre o Controle Social e exigir na ementa da disciplina aulas teórico-práticas de participação nos conselhos locais de saúde, para sensibilizar e estimular a participação dos futuros profissionais. (96,5% de aprovação)

Proposta 3.4.16 Articular com o Ministério da Educação a inclusão de conteúdos relacionados à proteção do meio ambiente, promoção da saúde, prevenção de doenças e participação social nos currículos escolares do ensino superior e técnico profissionalizante. (97,1% de aprovação)

Proposta 3.4.17 Articular junto ao Ministério da Educação a reestruturação curricular e estratégias de indução às mudanças curriculares nos cursos de graduação da área da saúde, visando à formação de profissionais com perfil adequado à atenção básica e a criação de novos cursos de acordo com as necessidades do Sistema Único de Saúde. (98,1% de aprovação)

Proposta 3.4.18 Regular a formação de profissionais de saúde em consonância com as necessidades de saúde, com ênfase na Atenção Básica, reconhecendo as especificidades dos povos tradicionais, comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, LGBTT e Afrodescendentes e outros grupos vulneráveis; garantir a formação em libras para os profissionais de saúde a fim de melhorar o atendimento aos usuários com deficiência auditiva e pessoas surdas, conforme a legislação vigente. (87,2% de aprovação)

Proposta 3.4.19 Aproximar as universidades das necessidades dos trabalhadores, gestores e usuários do SUS, construindo parcerias na formulação de políticas públicas para o atendimento no SUS e contemplando a educação permanente. (93,9% de aprovação)

Proposta 3.4.20 Efetivar as políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, assegurando a formação em serviço dos profissionais da saúde no âmbito do SUS. (91,8% de aprovação)

Proposta 3.4.21 Implementar e garantir a formação para a cidadania e vivência de participação social dos alunos através de grêmios, associações, conselhos e movimentos sociais, durante toda a formação educacional, incluindo a discussão da temática "Políticas Públicas", e que a formação acadêmica seja voltada , para vivências e práticas dentro da realidade dos usuários do SUS. (94,4% de aprovação)

Proposta 3.4.22 Regular a formação de profissionais de saúde, acompanhar e controlar as reestruturações curriculares dessas profissões, articuladas com a regulação e a fiscalização da qualidade de novos cursos criados e em desenvolvimento, em acordo com as necessidades de saúde da população e do SUS, com ênfase na atenção básica, reconhecendo as especificidades dos povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, indígenas etc. (95,0% de aprovação)

Proposta 3.4.23 Qualificar os profissionais da saúde no campo de LIBRAS/BRAILE e inserir o profissional intérprete de LIBRAS e transcritor de BRAILE e tecnologias em todos os serviços que integram a rede de atenção à saúde. (94,0% de aprovação)

Proposta 3.4.24 Consolidar políticas de gestão do trabalho e de educação que estimulem a fixação dos profissionais da saúde, fortaleçam a carreira pública, valorizem o trabalho e atendam às necessidades de saúde da população, investindo em carreira pública para os servidores, por meio da realização de concursos públicos garantindo vínculo empregatício pelo Regime Jurídico Único, com plano de cargos, carreira e salários para os profissionais de saúde do SUS, com vagas reservadas para pessoas com deficiência e abolindo todas as formas de precarização do trabalho. (61,1% de aprovação)

EIXO 4 - FINANCIAMENTO DO SUS E RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

Diretriz 4.1(a) Garantir financiamento estável e sustentável para o Sistema Único de Saúde (SUS), aprimorando o marco regulatório da Saúde Complementar, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, no sentido de assegurar a qualidade a atenção e os direitos do cidadão, respeitadas a universalidade e o caráter exclusivamente público da gestão, com transparência. (83,9% de aprovação)

Diretriz 4.1(b) Garantir financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos. (53,0% de aprovação)

FONTES DE FINANCIAMENTO DO SUS

Proposta 4.1.1 Alterar Lei complementar Nº 141/2012, para que municípios apliquem no mínimo 20%, estado 15% e união 10% do Produto Interno Bruto (PIB), em ações e serviços públicos de saúde. (78,7% de aprovação)

Proposta 4.1.2 Aumentar o investimento Federal em saúde, para além dos percentuais estabelecidos em lei, garantindo inclusão no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). (75,2% de aprovação)

Proposta 4.1.3 Reafirmar a saúde como direito universal, equânime, gratuito, integral e dever do Estado, combatendo a privatização e a terceirização dos serviços públicos, com destinação de 10% das receitas correntes bruta da União, ou equivalente, tendo assegurado financiamento estável com definição de novas fontes de financiamento e investimento permanente, priorizando a destinação para a atenção primária (PAB fixo e variável), Média e Alta Complexidade, os hemocentros coordenadores dos estados de fronteira, as redes de atenção à saúde, observando os critérios de rateio dos recursos na forma da Lei Complementar nº 141/2012. (74,0% de aprovação)

Proposta 4.1.4 Reafirmar a saúde como direito universal e integral e dever do Estado, destinando 10% das receitas correntes brutas da União ou equivalente, 12% do Estado e 15% do município. (73,5% de aprovação)

Proposta 4.1.5 Aprovar a PEC 01/2015 (que dispõe sobre maiores investimentos em saúde por parte da União), assegurando financiamento estável e com definição de novas fontes de financiamento, sendo o investimento voltado para a atenção primária e ações e serviços públicos de saúde, com financiamento exclusivo da rede pública estatal. (74,0% de aprovação)

Proposta 4.1.7 Ampliar o financiamento para o SUS, contemplando recursos para a implementação das políticas de equidade e de participação popular. (93,8% de aprovação)

Proposta 4.1.8 Ampliar os recursos e criar fator de atualização para correção anual dos valores transferidos para a atenção básica, média e alta complexidade e assistência hospitalar, visando fortalecer a promoção da saúde. (72,2% de aprovação)

Proposta 4.1.9 Manter o sistema atual de rateio dos royalties da extração de petróleo do pré-sal com 25% destinados à Saúde, bem como os recursos mínimos exigidos pela Lei Complementar 141/2012. (89,8% de aprovação)

Proposta 4.1.10 Destinar de 10 a 25% dos recursos do fundo social do pré-sal para o Sistema Único de Saúde (SUS). (74,9% de aprovação)

Proposta 4.1.11 Instituir e regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas, previsto na Constituição Federal de 1988, como uma das fontes de arrecadação para a saúde. (75,7% de aprovação)

Proposta 4.1.12 Criar mecanismos para ressarcimento das três esferas de governo (cada um na sua competência) dos recursos financeiros gastos com judicialização da saúde. (80,6% de aprovação)

Proposta 4.1.13 Garantir os recursos oriundos do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e 10% das receitas das alíquotas das lotéricas para o financiamento da saúde. (75,6% de aprovação)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proposta 4.1.14 Garantir que os recursos de emendas parlamentares impositivas possam ser destinados à compra de material médico hospitalar e material médico odontológico, laboratorial, medicamentos, além de reformas, ampliação, construção e aquisição de equipamentos. (75,0% de aprovação)

Proposta 4.1.15(a) Lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 86/15 que dispõe sobre o Orçamento Impositivo, por retirar recursos da saúde pública ao possibilitar que as emendas parlamentares sejam contabilizadas como gasto com saúde. (84,4% de aprovação)

Proposta 4.1.15(b) Lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 86/15, que trata do Orçamento Impositivo por retirar recursos da saúde pública; possibilitar que as emendas parlamentares do orçamento impositivo sejam contabilizadas como gasto com saúde; e retirar os 25% dos recursos do pré-sal como aplicação adicional ao mínimo em ações e serviços públicos de saúde. (55,0% de aprovação)

Proposta 4.1.16 Destinar 100% dos impostos recolhidos através da produção agrícola e pecuária, que utilizem agrotóxicos em seu processo de produção, para a saúde do estado e municípios afetados. (84,0% de aprovação)

Proposta 4.1.17 Garantir a ampliação para 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) para a saúde, com recursos específicos voltados para as diversas áreas de aprendizagem, favorecendo as boas práticas nos serviços do SUS. (75,6% de aprovação)

Proposta 4.1.20 Resgatar o projeto de mobilização social a favor do SAÚDE + 10 a fim de ampliar os recursos destinados para a saúde. (82,7% de aprovação)

Proposta 4.1.21 Articular junto aos Conselhos de Saúde uma mobilização para impedir ações contrárias à universalidade do SUS, garantindo "SAÚDE +10" e o percentual Nacional de no mínimo 15%, e que o recurso seja repassado diretamente aos municípios. (64,7% de aprovação)

Proposta 4.1.22 Aumento do financiamento do SUS através da taxação das grandes fortunas e das grandes movimentações financeiras. (70,3% de aprovação)

Proposta 4.1.23 Garantir os direitos sociais, com repasse de no mínimo 10% do PIB para saúde assegurando um SUS 100% público e de qualidade. 73,6% de aprovação)

Proposta 4.1.24 Defender incondicionalmente o SUS público, 100% estatal, universal, de qualidade e sob a gestão direta do Estado, e contra todos os modelos privatizantes de gestão, as Fundações Estatais de Direito Privado, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas subsidiárias, o Instituto Nacional de Saúde Indígena, e as Parcerias Público-Privadas, promovendo a equidade orçamentária entre União, Estados e Municípios. (89,7% de aprovação)

Proposta 4.1.25 Implementar de forma efetiva os recursos garantidos à saúde na Lei dos Royalties do Pré-Sal, destinando 25% para o SUS, repactuando os recursos que a União repassa aos Estados e Municípios referente ao limite de gastos com pessoal da área de saúde. (83,9% de aprovação)

Proposta 4.1.26 Reafirmar a Saúde como direito universal e integral e dever do Estado, destinando 10% das receitas correntes brutas da União ou equivalente, assegurando financiamento estável com definição de novas fontes de financiamento e priorizando o investimento na atenção primária, média e alta complexidade e nas ações e serviços de saúde, garantindo a assiduidade dos repasses financeiros do Estado e da União para os municípios, revisando o teto financeiro das tabelas de procedimentos em internação hospitalar. (83,8% de aprovação)

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Proposta 4.2.1 Revisar a Lei de Responsabilidade Fiscal para diferenciar e ampliar o limite de gastos com pessoal no âmbito do Sistema Único de Saúde. (88,3% de aprovação)

Proposta 4.2.2 Flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - para a contratação de trabalhadores da saúde, investindo no quadro de servidores próprios. (69,2% de aprovação)

Proposta 4.2.3 Ampliar o limite da lei de responsabilidade fiscal para a despesa com pessoal de saúde. (74,1% de aprovação)

Proposta 4.2.4 Apoiar o Projeto de Lei nº 251/2005, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - e amplia o gasto com pessoal para até 75% para o setor na área de saúde. (73,6% de aprovação)

REPASSES FINANCEIROS E REAJUSTE DA TABELA SUS

Proposta 4.3.1 Revisar a tabela de preços do SUS, a partir de 2017, de acordo com índice oficial de Inflação anual, bem como considerar o grau de complexidade de cada procedimento e da assistência. (87,4% de aprovação)

Proposta 4.3.2 Aumentar os repasses financeiros aos municípios de fronteira de toda extensão nacional para atender os brasileiros não cadastrados no IBGE e atendidos nesses municípios fronteiriços. (87,3% de aprovação)

Proposta 4.3.3 Garantir, a partir de 2017, o reajuste e ampliação da tabela unificada do SUS, baseando-se no índice de inflação compreendido entre 1996 a 2016. (81,7% de aprovação)

Proposta 4.3.4 Garantir e incrementar de forma contínua e sistemática, o repasse financeiro federal e estadual destinados à saúde para os municípios. (92,0% de aprovação)

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO SUS

Proposta 4.4.1 Aplicar os recursos decorrentes do fim dos subsídios aos planos privados de saúde na seguinte proporção: 75% na atenção básica (Estratégia Saúde da Família, promoção e prevenção a saúde ,Rede de Atenção Psicossocial - RAPS -, Centro de Convivência e Cooperativa - CECCO - , Programação das Ações de Vigilância em Saúde - PAVS - e nas atividades de vigilância em saúde - ambiental, epidemiológica, saúde do trabalhador e sanitária); 25% na média complexidade (atenção especializada com profissionais e recursos tecnológicos de apoio e terapêutico adequados), ampliando e incluindo recursos como Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família - PROESF e outras fontes de recursos, considerando as especificidades regionais. (94,4% de aprovação)

Proposta 4.4.2 Estabelecer o aumento do incentivo financeiro da união referente à Farmácia Básica do SUS, com a ampliação dos valores repassados a partir da análise dos indicadores de saúde, com garantia ao acesso a todos os medicamentos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), através de revisão anual, para o fortalecimento da rede pública e à atenção básica, ao invés de privilegiar a rede privada de distribuição de medicamentos. (93,0% de aprovação)

Proposta 4.4.3 Priorizar os investimentos nas estruturas físicas dos serviços de saúde, em tecnologia, equipamentos, e capacitação de recursos humanos na perspectiva de organização das redes de atenção à saúde, de forma regionalizada. (88,2% de aprovação)

Proposta 4.4.4 Ampliar o financiamento pelos três entes federados para construções, reformas e ampliações de serviços de saúde, respeitando a equidade e a diversidade, e observando a NBR9050, com garantia de equipamentos necessários e adequados, com contrapartida municipal e estadual para recursos humanos de todas as categorias profissionais. (92,0% de aprovação)

Proposta 4.4.5 Criar um Fundo de Manutenção para assegurar o salário-base para os profissionais de saúde que deverá estar assegurado no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais do SUS. (69,9% de aprovação)

Proposta 4.4.6 Tornar crime hediondo o desvio dos recursos do SUS, com pagamentos indevidos, com aplicação das devidas penalidades, além das previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. (68,0% de aprovação)

Proposta 4.4.7 Aumentar o repasse financeiro do setor saúde, garantindo maior aquisição de medicamentos e exames especializados e custeio dos hospitais regionais, implantação de UTI nas regiões de saúde, incluindo os recursos do incentivo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). (86,0% de aprovação)

Proposta 4.4.8 Garantir incentivo financeiro e repasse para os profissionais das UBS que atingirem metas e indicadores com relação as suas ações, no sentido de melhorar a qualidade da assistência, ampliando a adesão da Unidade de Saúde Família ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). (56,8% de aprovação)

Proposta 4.4.9 Garantir e ampliar o financiamento para a atenção básica, vigilância em saúde, e na rede de atenção psicossocial, Saúde Mental, Álcool e Drogas, assistência farmacêutica e revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), Estratégia de Saúde da Família (ESF), Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), práticas integrativas, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Telesaúde, Saúde Bucal, Programa Academia da Cidade, Unidades de Pronto Atendimento, Hospital de Pequeno Porte, Hospital Médio Porte, Centro de Especialidade em Odontologia e Sala de Estabilização. (92,6% de aprovação)

Proposta 4.4.10 Garantir e ampliar, com regulação, transparência e fiscalização, pelo Fundo Nacional de Saúde, o financiamento de custeio das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e dos serviços de média e alta complexidade, o financiamento com aumento dos valores de repasse e custeio pela União para o bloco de financiamento da vigilância em saúde, contemplando a produção de vacinas, na implantação e implementação das centrais de regulação, as redes de urgência e emergência e rede de atenção psicossocial, com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial, CAPS AD e CAPS III (24h), de forma regionalizada em todo território brasileiro e para as Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal, Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), Consultórios na Rua, Academia da Saúde e Assistência Farmacêutica. (87,9% de aprovação)

Proposta 4.4.11 Garantir incentivo da união às pesquisas científicas em tecnologias para o SUS (medicamentos, vacinas, equipamentos), por meio de financiamentos e repasses de recursos às universidades públicas. (85,2% de aprovação)

Proposta 4.4.12 Garantir nas três esferas de governos que todos os recursos públicos da saúde sejam aplicadas apenas na estruturação e custeio da rede pública de saúde, sem repasses de qualquer espécie para instituições privadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), Organização Social de Saúde (OSS), Fundações Estatais, Privadas e Filantrópicas, gradativamente para cada ano aumentar em pelo menos 15% a aplicação ao setor público e diminuir o mesmo percentual no setor privado para ao término de 06 anos o SUS oferecer 100% de unidades públicas. (77,4% de aprovação)

Proposta 4.4.13 Fortalecer e revigorar a Politica de Financiamento dos Hospitais de Pequeno Porte (HPP), como forma de estruturar a rede pública de saúde regionalizada e hierarquizada, por desafogar o atendimento dos procedimentos de média complexidade. (83,1% de aprovação)

Proposta 4.4.14 Aumentar o investimento em campanhas de prevenção e promoção a saúde em todas as esferas de governo e nas Unidades de Alta Complexidade Oncológica (UNACON). (89,3% de aprovação)

Proposta 4.4.15 Garantir recurso para o programa "melhor em casa" junto ao Ministério da Saúde. (94,4% de aprovação)

Proposta 4.4.16 Exigir que o Ministério Saúde assuma o financiamento total do programa Mais Médico, mantendo o repasse integral dos recursos das esquipes da Estratégia de Saúde da Família que eram repassados anteriormente ao programa. (82,2% de aprovação)

Proposta 4.4.17 Garantir a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, garantindo mais investimentos financeiros para custeio e aquisição de materiais e equipamentos, com cofinanciamento tripartite. (95,5% de aprovação)

Proposta 4.4.19 Distribuir recursos orçamentários para a saúde da região amazônica levando em consideração a territorialização e dificuldades de acesso: terrestre, fluvial e aéreo. (86,5% de aprovação)

Proposta 4.4.20 Disponibilizar incentivos financeiros das três esferas com recursos específicos para a área de comunicação, fortalecendo as assessorias de comunicação e a utilização dos meios alternativos e populares de comunicação. (86,1% de aprovação)

Proposta 4.4.21 Reverter integralmente as ações e recursos financeiros do Programa "Farmácia Popular/Saúde não tem preço" para a estruturação da assistência farmacêutica pública na rede pública, inclusive na estruturação e financiamento de laboratórios estatais para pesquisa básica e produção de medicamentos, inclusive plantas medicinais e fitoterápicos, com revisão do fluxo e diminuição da burocracia para acesso ao medicamento. (79,0% de aprovação)

Proposta 4.4.22 Garantir os repasses financeiros respeitando as especificidades locorregionais como proposta integrativa de universalidade. (84,4% de aprovação)

Proposta 4.4.23 Garantir aplicação orçamentária da União para a conclusão de todas as unidades de Estratégia de Saúde da Família ainda não concluídas. (93,0% de aprovação)

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA SAÚDE

Proposta 4.5.1 Cobrar efetivo ressarcimento ao SUS, por parte do setor privado, quando o usuário conveniado é atendido em serviços públicos, retomando as câmaras de julgamento do ressarcimento e garantindo que os recursos sejam destinados aos entes federados que realizaram os atendimentos, distribuindo- o entre os respectivos Fundos de Saúde. (95,0% de aprovação)

Proposta 4.5.2 Acabar com os subsídios, renúncia fiscal e perdão de dívidas que beneficiem os planos e convênios privados de saúde. (75,5% de aprovação)

Proposta 4.5.3 Eliminar os subsídios públicos ao mercado de planos e seguros privados de saúde e de insumos, bem como o aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS dos serviços prestados aos usuários da saúde suplementar, e defender que os recursos provenientes desta renúncia fiscal seja direcionado ao SUS. (95,1% de aprovação)

Proposta 4.5.4 Efetivar a cobrança dos impostos aos hospitais privados, com maior rigor nos critérios de concessão de filantropia estabelecidos pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), de forma que sejam considerados filantrópicos apenas os hospitais que atendem exclusivamente ao SUS. (87,7% de aprovação)

Proposta 4.5.5 Fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e da Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE) para o orçamento da seguridade social, especificamente do setor saúde, bem como impedir a utilização do orçamento impositivo dos subsídios públicos aos planos privados de saúde. (91,1% de aprovação)

Proposta 4.5.6 Proibir, legalmente, o financiamento público para pagamento de planos privados de saúde para servidores de todos os entes federados. (94,2% de aprovação)

Proposta 4.5.7 Normatizar compensação compulsória dos gastos com saúde (promoção, prevenção, tratamento e reabilitação), efetivados em unidades federativas diversas à origem do usuário, estabelecida via cartão do SUS, devidamente regularizados, bem como repasse compulsório, cuja clientela esteja em função de atenção à saúde pública, em todos os níveis de sua complexidade, considerando o sistema de auditoria do SUS como marco regulatório. (93,7% de aprovação)

Proposta 4.5.8 Restringir a participação da iniciativa privada no SUS ao seu caráter suplementar, garantindo que as três esferas de gestão invistam o necessário para a redução progressiva e continuada da contratação de serviços na rede privada, até que o SUS seja provido integralmente por sua rede própria. Pelo fim dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde. (85,0% de aprovação)

EIXO 5 - GESTÃO DO SUS E MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

GESTÃO PÚBLICA

Diretriz 5.1 - Defender, incondicionalmente, o caráter público do SUS, 100% estatal, de qualidade, sob a gestão direta do Estado e contra todas as formas de privatização e parcerias público-privadas e/ou estrangeiras. (90,7% de aprovação)

Proposta 5.1.1 - Proibir, com penalização, práticas como a "dupla porta". (79,9% de aprovação)

Proposta 5.1.2 - Ocupar os cargos estratégicos do SUS, exclusivamente, por funcionários de carreira. (72,1% de aprovação)

Proposta 5.1.3 - Defender, incondicionalmente, o SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob a gestão direta do Estado (federal, estadual e municipal); contra todas as formas de privatização, terceirização (PL 4.330/2014, MP nº 664/2014 e MP nº 665/2014) e precarização da saúde; a revogação das leis que deram origem às Organizações Sociais, às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, às Fundações Estatais de Direito Privado (contida no Projeto de Lei nº 92/2007), à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas subsidiárias e àquelas que permitem e/ou preveem as Parcerias Público-Privadas inclusive em experiências estaduais e municipais, bem como, contra a proposta do Instituto Nacional de Saúde Indígena. (82,9% de aprovação)

VEDADA A VENDA, LOCAÇÃO OU DOAÇÃO - PROIBIDA A IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA, LOCAÇÃO OU DOAÇÃO

Proposta 5.1.4 - Garantir reforma na legislação da administração pública para a saúde, superando as dificuldades jurídicas do SUS, tornando-a menos burocrática, mais ágil e precisa, para dispor de melhor definição dos modelos jurídicos de gestão pública, sendo mais sensível ao Controle Social; assegurar que os cargos de confiança e gestão sejam ocupados por profissionais de carreira, com experiência e atividade na área, garantindo a autonomia de forma sistematizada, mais ágil e precisa, dispondo de melhor definição dos modelos jurídicos de gestão pública, sendo mais permeável ao Controle Social.74,8% de aprovação)

Proposta 5.1.5 Estabelecer critérios objetivos para ocupação de cargos de gestão em órgãos públicos com formação na área específica, a fim de evitar a indicação política e outras relações clientelistas com pessoas que não tem aptidão ou competência profissional para o cargo. (96,4% de aprovação)

Proposta 5.1.6 - Garantir que os gestores do SUS, em cada esfera de governo, discutam e adotem as diretrizes das políticas de saúde, considerando as propostas aprovadas nas conferências de saúde. (95,5% de aprovação)

Proposta 5.1.7 Garantir que o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, fortaleçam o Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, por meio da implementação da Política Nacional de Auditoria do SUS - PNAS, conforme deliberado na 13ª Conferência Nacional de Saúde.(93,9% de aprovação)

Proposta 5.1.8 - Implementar a Política Nacional de Auditoria do SUS - PNAS, contemplando os seguintes aspectos: auditoria como atividade típica de Estado e carreira específica; garantir o financiamento tripartite para as equipes de auditoria multidisciplinares e qualificadas; governança do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA com autonomia em cada esfera de governo; integração e complementaridade das ações; e garantir a cooperação técnica e alinhamento nacional de conceitos e práticas, com a formação de auditores para o SUS, contemplada na política de educação permanente, com o objetivo de intensificar a fiscalização sobre a utilização de recursos da saúde nos três níveis de gestão, incluindo as instituições administradas por entidades filantrópicas ou privadas. (93,8% de aprovação)

Proposta 5.1.9 - Propor a não terceirização do SUS. (63,5% de aprovação)

Proposta 5.1.10 - Garantir a saúde como política pública de Estado e não de governo, contando com gestão pública profissional, e que a gestão do SUS, em todas as esferas de gestão e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal, com participação efetiva do Controle Social. (90,0% de aprovação)

REGULAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Proposta 5.2.2 - Impedir que as agências reguladoras sejam ocupadas por pessoas vinculadas ao setor privado. (94,8% de aprovação)

Proposta 5.2.4 - Implantar o Serviço Nacional de Regulação de Urgência e Emergência, que seja interligado com todas as regiões de saúde, estruturado com recursos humanos qualificados, estrutura física e interligado a programas que contemplem a atenção integral à saúde, com garantia de continuidade de atendimento na rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde até a reabilitação. (89,2% de aprovação)

Proposta 5.2.5 - Monitorar, avaliar, controlar e auditar os prestadores de serviços de saúde, visando à garantia da qualidade, presteza e otimização dos serviços oferecidos e a redução do tempo de espera para a realização de exames e consultas especializadas.(78,8% de aprovação)

Proposta 5.2.6 - Fiscalizar o cumprimento da lei da prescrição de medicamentos pelos profissionais prescritores, bem como a lei da prescrição da medicação pelo nome do princípio ativo, conforme a Lei dos Genéricos nº 9787/1999. (95,8% de aprovação)

Proposta 5.2.7 - Ampliar a fiscalização nos estabelecimentos de saúde públicos e privados e nas unidades de referência secundária e terciaria com descentralização e regionalização destes serviços conforme estabelece o Decreto Federal nº7508/2013. (91,7% de aprovação)

Proposta 5.2.9 - Atuar em tempo real na fiscalização da aplicação e utilização dos recursos do SUS (repasses, convênios e emendas), por meio dos órgãos de fiscalização e controle. (91,4% de aprovação)

Proposta 5.2.10 - Fortalecer a efetividade nas fiscalizações dos processos licitatórios em saúde e repudiar o Projeto de Emenda Constitucional nº 451 (torna obrigatório às empresas a contratação de planos privados de saúde), o Projeto de Lei nº 4.330/04 (permite a terceirização de atividades-fim) e as Medidas Provisórias nº 664/2014 e nº 665/2014. (87,2% de aprovação)

REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Diretriz 5.3 - Garantir políticas públicas que busquem a integralidade da assistência por meio do fortalecimento da Atenção Básica, da ampliação e da implantação de Equipes da Saúde da Família e Núcleos de Apoio à Saúde da Família, com retaguarda na média e alta complexidade, estimulando a implantação das Unidades de Pronto Atendimento e garantindo a articulação entre os níveis de atenção, melhorando a comunicação/interação entre os serviços da rede de saúde. (94,4% de aprovação)

Proposta 5.3.1 - Garantir o fortalecimento das redes de atenção por linha de cuidado, ampliando as redes de saúde, visando à integralidade, promoção, proteção e recuperação de saúde, adequando a oferta de serviços e procedimentos da atenção primária, atenção especializada, rede hospitalar e rede de urgência às necessidades da população e ao perfil demográfico e epidemiológico, garantindo os princípios do SUS, reafirmando a atenção primária como ordenadora do cuidado com regulação assistencial. (98,4% de aprovação)

Proposta 5.3.2 - Reorganizar e implementar a Rede de Atenção Psicossocial (saúde mental, álcool, crack e outras drogas), em nível regional garantindo-se a sua descentralização. (95,8% de aprovação)

Proposta 5.3.4 - Elaborar uma Política Nacional para fortalecer a atuação dos Hospitais de Pequeno Porte-HPP dos municípios pequenos. (78,2% de aprovação)

Proposta 5.3.5 - Ampliar o número de exames e consultas especializadas, garantindo a agilidade do tratamento (consultas e exames a serem realizadas no máximo em 60 dias), com recursos do estado e união. (54,0% de aprovação)

Proposta 5.3.6 - Defender uma política de maior integração entre as ações de saneamento básico e saúde ambiental com a saúde pública. (97,1% de aprovação)

Proposta 5.3.8 - Estruturar políticas intersetoriais, que considerem a territorialidade e a regionalidade, para o acesso à saúde, articulando outras políticas como reforma urbana, segurança, transporte, acesso à terra e à água, e segurança alimentar e nutricional, entre outras relacionadas às perspectivas de impactos no desenvolvimento regional e na determinação social da saúde. (98,0% de aprovação)

Proposta 5.3.9 - Garantir a atenção integral à saúde, o acesso de qualidade, a equidade e a implementação das Políticas de Atenção Psicossocial, inclusive, Consultórios de Rua; Políticas de Equidade para Negros, LGBT, Comunidades Tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros) e outras populações vulneráveis, aprimorando ações de atenção básica, saneamento e acessibilidade, observando e respeitando as práticas tradicionais de saúde dessas comunidades. (75,0% de aprovação)

Proposta 5.3.10 - Fortalecer o cuidado à saúde nos serviços básicos e especializados, conhecendo as necessidades de saúde da população para garantia adequada de serviços e ações de forma integral e humanizada, com qualidade e em tempo oportuno, valorizando a promoção da saúde e a Estratégia Saúde da Família, garantindo a hierarquização do atendimento, a oferta de recursos humanos, a prevenção de doenças, o tratamento e as reabilitações, objetivando reduzir as mortes evitáveis e qualificar as condições de vida das pessoas. (97,8% de aprovação

Proposta 5.3.11 - Implantar e fortalecer os projetos terapêuticos singulares para atendimento da demanda de saúde mental e estimular a organização das práticas integrativas e complementares. (85,9% de aprovação)

Proposta 5.3.12 - Implantar e implementar as Redes: Cegonha, Urgência e Emergência; Psicossocial; Doenças Crônicas; Atenção às Pessoas com Deficiência, a fim de garantir o cuidado integral aos usuários e usuárias do SUS, respeitando a equidade e a diversidade em saúde, com devida regulação de exames, consultas especializadas e leitos hospitalares de acordo com as necessidades das regiões de saúde a partir da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS), ordenada pela atenção primária em saúde. (93,4% de aprovação)

Proposta 5.3.13 - Manter e ampliar as redes de atenção à saúde nos diferentes níveis de atenção a saúde do SUS para potencializar o atendimento ao cidadão para melhorar os serviços de saúde mental, saúde bucal, assistência integral à saúde da mulher com ações preventivas de controle do câncer do colo de útero e outras intercorrências que afetam a vida. (97,7% de aprovação)

Proposta 5.3.14 - Estruturar políticas intersetoriais que considerem a territorialidade e a regionalidade, considerando as especificidades das populações quilombolas, indígenas, assentamentos, rurais e ciganos para o acesso à saúde articulando outras políticas como reforma urbana, saneamento segurança, transporte, acesso à terra e à água, e segurança alimentar e nutricional, entre outras relacionadas às perspectivas de impactos no desenvolvimento regional e na determinação social da saúde. (72,4% de aprovação)

Proposta 5.3.15 - Ampliar a Política Municipal, Estadual e Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICs), garantindo a continuidade, ofertando cursos de formação para os profissionais da Rede tais como: acupuntura, fitoterapia, homeopatia, entre outras; ampliar a oferta das PICs, garantindo a cobertura em 100% dos Serviços de Saúde da Rede e os recursos financeiros. (88,0% de aprovação)

Proposta 5.3.16 - Adequar a Legislação do Serviço de Saúde Mental como Programa de Cuidados na Atenção Básica com a criação de cargos, tais como: acompanhantes, terapeutas, educadores físicos, redutores de danos, oficineiros e terapeutas de práticas integrativas. (80,0% de aprovação)

Proposta 5.3.17 - Garantir mecanismos de regulação que permitam resultados de exames, em tempo hábil, bem como laboratório disponível e acessível às populações mais longínquas. (89,0% de aprovação)

REGIONALIZAÇÃO E RELAÇÃO INTERFEDERATIVA

Diretriz 5.4 - Aprimorar a relação e o fortalecimento da gestão compartilhada nas regiões de saúde, considerando as especificidades regionais com ampla responsabilidade de entes federativos, oferecendo aos cidadãos o cuidado integral e de qualidade. (90,6% de aprovação)

Proposta 5.4.1 - Aprofundar e efetivar os processos de regionalização do SUS, criando estruturas de governança que incluam um Fundo Regional de Saúde Tripartite e garantindo o Controle Social por meio de conselhos regionais de saúde paritários, de forma a garantir instrumentos efetivos de gestão territorial e regional que reduzam as desigualdades regionais de acesso à rede de serviços e que otimizem os recursos disponíveis, adequando a oferta de leitos hospitalares, urgência/emergência, atenção especializada de média e alta complexidade, saúde mental, criação de centros de referência à saúde da pessoa idosa e de cuidados com a pessoa com deficiência, além da normatização do transporte humanizado, de acordo com a patologia do usuário, garantindo que todas as mudanças de fluxo realizadas a grupos de risco sejam discutidas e pactuadas entre sujeitos que compõem a rede regional. (92,2% de aprovação)

Proposta 5.4.3 - Entender e defender que o SUS é essencialmente interfederativo e que requer gestão compartilhada na região de saúde, devendo ser adotado o contrato organizativo de ação pública, previsto no Decreto nº 7.508/2011, como o ajuste jurídico-sanitário das responsabilidades dos entes na região de saúde, o qual respeita as especificidades regionais e garante segurança jurídica no cumprimento das responsabilidades de cada um para com o sistema. (95,8% de aprovação)

Proposta 5.4.4 - Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde, planejamento integrado entre os entes federativos e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, com controle social, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral. (51,0% de aprovação)

Proposta 5.4.5 - Garantir a aplicação dos recursos de acordo com as necessidades de saúde, atendendo os critérios de rateio da Lei Complementar nº 141/2012 e adotando mecanismos que diminuam a interferência federal. (72,7% de aprovação)

Proposta 5.4.6 - Instituir, nos colegiados das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e Comissões Intergestores Bipartites (CIB), espaço qualificado com a participação popular e com aproximação, diálogo e interação entre atores do sistema de saúde e os sistemas de justiça, visando reduzir a judicialização da saúde. (90,5% de aprovação)

Proposta 5.4.7 - Aprimorar a relação Interfederativa do SUS, entendendo que o sistema requer gestão compartilhada na região de saúde, devendo ser adotado o Contrato Organizativo de Ação Pública, previsto no Decreto nº 7.508/2011, como o ajuste jurídico-sanitário das responsabilidades dos entes na região de saúde, o qual respeita as especificidades regionais e garante segurança jurídica no cumprimento das responsabilidades de cada um para com o sistema e Implementar e fortalecer os instrumentos de planejamento integrado entre os entes federativos e os mecanismos de cogestão da saúde nas três esferas de governo com o controle social. (93,1% de aprovação)

Proposta 5.4.8 - Estruturar e implantar a rede de tratamento oncológico, com revisão da Portaria MS/GM 1220/14, estabelecendo o prazo máximo de início do tratamento para pacientes de câncer para 30 dias, bem como garantir a continuidade do tratamento, após seu início, para que este seja rápido e eficaz e prever o financiamento para instalação de atendimento de Radioterapia nas macrorregiões que não possuem o serviço. (91,0% de aprovação)

ATENÇÃO BÁSICA

Diretriz 5.5 - Fortalecer e estruturar plenamente a Atenção Básica, como ordenadora do sistema de saúde, garantindo o financiamento para a expansão das equipes de Saúde da Família de acordo com a revisão dos critérios da Política Nacional da Atenção Básica, respeitando a diversidade geográfica e aumentando a composição de profissionais conforme o perfil epidemiológico. (92,5% de aprovação)

Proposta 5.5.1 - Assegurar que as unidades de saúde que fizeram adesão ao PMAQ, de acordo com a avaliação desse Programa, recebam certificados de selo de qualidade, bem como os profissionais recebam certificados para pontuação na avaliação de desempenho e que a premiação recebida do Ministério da Saúde seja dividida em duas partes: 50% destinada à aquisição de equipamentos ou melhorias estruturais nos serviços e 50% rateados em partes iguais entre os trabalhadores que compõem a equipe. (70,3% de aprovação)

Proposta 5.5.2 - Reestruturar as UBS existentes e construir novas UBS, de acordo com as necessidades identificadas no território com foco na Estratégia Saúde da Família e redistribuição das equipes existentes para unidades próximas ao território alvo, mantendo dimensionamento adequado de recursos humanos, físicos e de equipamentos e insumos, objetivando a ampla cobertura do território pela ESF, respeitando a Portaria nº 2.488/2011 (incluindo a saúde bucal), enfatizando o modelo de atenção com equipe multi e interdisciplinar generalista, com ênfase na Estratégia de Saúde da Família (equipes ESF e NASF): não ao modelo médico-centrado, hospitalocêntrico, fragmentado e especializado. (82,0% de aprovação)

Proposta 5.5.3 - Ampliar a implantação da Atenção Primária para atingir 100% da população brasileira em 4 anos, fortalecendo-a como porta de entrada preferencial, ordenadora e coordenadora do sistema, promovendo a reorganização de unidades de saúde para melhor equalização da oferta de serviços e procedimentos mediante adequação estrutural. (71,4% de aprovação)

Proposta 5.5.4 - Garantir a ampliação e cobertura da ESF (Estratégia de Saúde da Família) com Fortalecimento dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), equipes multidisciplinares completas com garantia de financiamento de concurso público, incentivo das Residências Multiprofissionais em Saúde e egressos das residências, além de promover e fortalecer a execução das diretrizes da Política Nacional do Humanização (Humaniza-SUS) nas diversas Redes de Atenção à Saúde. (96,0% de aprovação)

Proposta 5.5.5 - Valorizar o saber popular no SUS, estimulando e fortalecendo as redes de cuidadores que construam ações de cuidado, arte, cultura e saúde, desde as práticas e tradições oriundas do saber acumulado dos povos. (96,2% de aprovação)

Proposta 5.5.6 - Criar um Programa de Cuidadores Familiares junto aos Ministérios da Saúde e da Educação com garantia de repasse financeiro, através das peças orçamentárias. (91,9% de aprovação)

Proposta 5.5.7 - Compor equipe multiprofissional (com especialistas em arte-terapia, farmácia homeopática, medicina antroposófica e musicoterapia), estrutura física, mobiliário, equipamentos e instrumentais para avançar nas Práticas Integrativas em Saúde (PIS), envolvendo os outros órgãos, devidamente capacitados, facilitando a otimização da intersetorialidade na saúde. (72,3% de aprovação)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proposta 5.5.8 - Garantir políticas públicas que busquem a integralidade da assistência através do fortalecimento da atenção básica, por meio da ampliação e da implantação de Equipes da Saúde da Família e Núcleos de Apoio à Saúde da Família, com retaguarda na média e alta complexidade, estimulando a implantação das Unidades de Pronto Atendimento e garantindo a articulação entre os níveis de atenção, melhorando a comunicação/interação entre os serviços da rede de saúde e fortalecer o sistema nacional de auditoria com o objetivo de intensificar a fiscalização sobre a utilização de recursos da saúde nos três níveis de gestão, incluindo as instituições administradas por entidades filantrópicas ou privadas. (88,9% de aprovação)

Proposta 5.5.9 - Reconhecer os Agentes de Endemias, Agente de Saneamento Ambiental Rural, Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento como categorias profissionais e garantir a inserção de novos profissionais nas equipes de Saúde da Família, a exemplo de Profissionais de Educação Física, Assistente Social, Psicólogo, Nutricionista, Fisioterapeuta, Farmacêutico e Terapeutas Ocupacionais, e estabelecer critérios objetivos para ocupação de cargos de gestão em órgãos públicos com formação na área especifica, a fim de evitar a indicação política e outras relações clientelísticas com pessoas que não têm aptidão/competência profissional para o cargo. (72,0% de aprovação)

Proposta 5.5.10 - Ampliar e fortalecer a atenção básica como porta de entrada e ordenadora do sistema de saúde, destacando a importância de maior interação entre os níveis de atenção no SUS, por meio de mecanismos de referência e contra referência, do desenvolvimento dos sistemas de informação, diminuindo a burocracia e agilizando os encaminhamentos de urgência, de modo a prestar atendimento humanizado com resolutividade e integridade com clareza nas informações sobre os fluxos de trabalho. (89,0% de aprovação)

Proposta 5.5.11 - Garantir o processo de revisão da política nacional de atenção básica - PNAB, considerando principalmente as seguintes dimensões: composição de profissionais por equipe de saúde da família, carga horária dos profissionais e critérios de distribuição de habitantes por equipe. (85,0% de aprovação)

EIXO 6 - INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SUS

INFORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Diretriz 6.1 - Elaborar e implementar uma Política de Informação, Educação e Comunicação em Saúde que reforce o princípio constitucional da saúde como direito de todos(as) e dever do Estado, que promova a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, e que considere as experiências exitosas, as diversidades regionais e étnico-culturais e as pessoas com deficiências, visando manter a população constantemente informada por meio de mecanismos de comunicação e acesso à informação que favoreçam o protagonismo e autonomia dos usuários. (93,7% de aprovação)

Proposta 6.1.1 - Implementar o Decreto nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007 nas políticas de informação e comunicação do SUS, articulando diretrizes da educação com ênfase nos temas: educação sexual, orientação na prevenção do uso de álcool e drogas, orientação ambiental e alimentação saudável, entre outros. (91,0% de aprovação)

Proposta 6.1.2 - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, de análises da situação de saúde e da inovação, contribuindo para a sustentabilidade e valorização do SUS como política pública, por meio de estratégias de informação e comunicação. (93,8% de aprovação)

Proposta 6.1.3 - Apresentar campanhas periódicas de incentivo ao parto normal, de enfrentamento ao câncer de boca, fumo e doenças periodontal em grávidas, levando em conta as especificidades regionais, em especial, nas mídias televisiva e imprensa escrita, em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e Conselhos de Classe. (87,2% de aprovação)

Proposta 6.1.4 - Ampliar ações de divulgação e conscientização sobre a importância da cultura de doação de sangue, medula e órgãos. (95,6% de aprovação)

Proposta 6.1.5 - Promover ações de conscientização e informação sobre o uso racional de medicamentos; garantindo realização anual de campanha contra o uso irracional e descarte inadequado de medicamentos. (95,0% de aprovação)

Proposta 6.1.6 - Regular a publicidade e a propaganda relativas a produtos, ações e serviços que envolvam riscos à saúde da população. (89,7% de aprovação)

Proposta 6.1.7 - Garantir a ampla divulgação e efetividade de ações em saúde e que sejam cumpridas, integralmente, as políticas nacionais de saúde já existentes e que atendem grupos populacionais específicos, a saber: Política nacional de saúde da população indígena, política nacional de saúde da população de campo e floresta, política nacional de saúde das pessoas com deficiência, política nacional de saúde da mulher, política nacional de saúde do homem, política nacional de saúde da população negra, política nacional de saúde da criança, política nacional de saúde da criança e do adolescente, política nacional de saúde da população LGBT, política nacional de saúde da população ribeirinha, política nacional de saúde mental e outras políticas que englobem esses grupos e ciclos de vida específicos. (69 ,0% de aprovação)

Proposta 6.1.8 - Criar um portal de comunicação, para troca de experiências vividas por usuários, acerca de promoção da saúde, atendimento, tratamentos e resultados dos serviços do SUS, a fim de garantir transparência na regulação e oferta de serviços e ações em saúde, acompanhamento das consultas e exames pelos usuários do SUS. (86,1% de aprovação)

Proposta 6.1.9 - Garantir os recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal para a promoção de politicas de informação e comunicação que promovam o atendimento adequado às diversidades e às especificidades socioculturais e regionais, tais como, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. (88,3% de aprovação)

Proposta 6.1.10 - Garantir recursos para instalação de meios de comunicação (torres de rádio comunicação, radiofonia, telefonia rural, telefonia via satélite) em áreas de difícil comunicação e acesso ou em áreas isoladas, visando o desenvolvimento das ações de saúde em todo território nacional. (90,2% de aprovação)

Proposta 6.1.11 - Criar um canal na televisão com informações 24 horas sobre saúde para divulgação dos projetos, planos de trabalho e prestação de contas aprovados ou revogados pelo conselho municipal de saúde. (77,4% de aprovação)

Proposta 6.1.12 - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, de análises de situação de saúde e da inovação em saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS. (87,1% de aprovação)

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM DEFESA DO SUS

Diretriz 6.2 - Valorizar e defender o SUS como política pública de Estado, por meio de estratégias de comunicação, produção e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e popular, bem como das políticas e ações de saúde e seus resultados, nos grandes meios de comunicação, mídias comunitárias e redes virtuais, contribuindo, desta forma, para a sustentabilidade do SUS. (92,2% de aprovação)

Proposta 6.2.1 - Divulgação de políticas e ações de saúde e dos resultados dos SUS nacional e local nos grandes meios de comunicação, mídias comunitárias e redes virtuais, com a inserção das produções nos horários nobres, em caráter obrigatório. (89,0% de aprovação)

Proposta 6.2.2 - Conscientizar os usuários dos serviços ofertados nos diferentes níveis de atenção do SUS, por meio dos meios de comunicação (televisão, rádio, panfletos, jornais, sites, radiofrequência, telefonia móvel e rádios comunitárias), garantindo acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiências, produzindo e facilitando a elaboração de materiais informativos (cartilhas, folhetos, conteúdo digital, páginas virtuais, vídeos, imprensa falada e escrita, entre outros) junto a usuários e trabalhadores de saúde, com linguagem de fácil compreensão, sobre campanhas, direitos dos usuários, controle social, promoção da saúde, prevenção a doenças, populações oprimidas (mulheres, negras, LGBT, imigrantes, indígenas, pessoas vivendo com HIV e outras DST, populações periféricas e outras), assim como disponibilizá-los em todos os níveis assistenciais (da atenção básica à alta complexidade hospitalar) e ao público em geral, levando em consideração as especificidades regionais. (90,9% de aprovação)

Proposta 6.2.3 - Realizar campanhas informativas e educativas e utilizar novas tecnologias de informação e educação para a divulgação, nas diferentes mídias, do Sistema Único de Saúde (SUS) nos três níveis de atenção, sobre os princípios, o fluxo de atendimento, o funcionamento do SUS e os direitos dos usuários da saúde, promovendo ampla divulgação e informação à população e enfatizando suas atribuições, o estímulo à participação popular nos conselhos de saúde, além do acesso às pessoas com necessidades especiais e outras populações vulneráveis. (87,4% de aprovação)

Proposta 6.2.4 - Desenvolver estratégias de comunicação e educação para construção de uma imagem positiva do SUS como direito e patrimônio do povo brasileiro, estimulando: produções áudio visuais a partir do olhar dos usuários, profissionais e gestores, com garantia de recurso financeiro tripartite; os meios de comunicação governamentais e concessionárias (rádios comunitárias, redes sociais digitais, sites, banner, som móvel, imprensa falada e escrita assegurando interpretes em libras) para disseminar campanhas educativas de promoção e prevenção à saúde: informar sobre direitos e deveres dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); divulgar os gastos com a saúde da população, além de publicar os resultados das auditorias feitas nas instituições públicas administradas por organismos sociais em locais de fácil acesso popular. (87,3% de aprovação)

Proposta 6.2.5 - Criar e fortalecer canais de comunicação entre os conselhos de saúde municipais, estaduais e federal divulgando amplamente os Conselhos de Saúde e suas ações, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, utilizando vídeos, palestras, panfletos, sites, redes sociais e outras mídias, além de reuniões intersetoriais. (91,1% de aprovação)

Proposta 6.2.6 - Criar e garantir o espaço de comunicação para divulgar os direitos do usuário com informações sobre o SUS, a exemplo de serviços e funcionamento das Unidades de Saúde da Família (USF), criando e alimentando canais de TV com sinal aberto, canais do SUS, emissoras de rádio, inclusive as rádios comunitárias, imprensa escrita, blogs, aplicativos e outras mídias digitais, mídias alternativas, redes sociais, materiais gráficos (como cartilhas e panfletos), realizando palestras, oficinas e parcerias com associações, sindicatos, igrejas, secretarias municipais e conselhos municipais de saúde pautando e estimulando temas sobre os progressos no Sistema de Saúde e sobre à promoção e prevenção da saúde, a fim de fomentar os direitos e deveres da população e do Estado. (86,8% de aprovação)

Proposta 6.2.7 - Garantir que, no Programa de Inclusão Digital (PID), sejam utilizados conteúdos relacionados ao SUS e que os produtos do ensino da informática sejam adotados como veículos de informação, possibilitando ao aprendiz, conhecer o SUS, compreender sua estrutura, seus serviços, seus direitos, formando cidadãos críticos e conscientes. (93,3% de aprovação)

Proposta 6.2.8 - Valorizar o SUS como política pública, por meio de estratégias de comunicação que promovam a produção, a disseminação e a divulgação do conhecimento popular, científico e tecnológico, da análise de situação e da inovação em saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS. (90,4% de aprovação)

Proposta 6.2.9 - Realizar campanhas permanentes na mídia em geral sobre a valorização do direito à saúde e dever do Estado; de que o SUS deve ser uma Política Pública de Estado; os direitos e deveres dos cidadãos, dos gestores e dos profissionais de saúde e a proibição de cobrança dos serviços prestados pelo SUS. (92,2% de aprovação)

Proposta 6.2.10 - Estabelecer uma política de comunicação para valorização do SUS enquanto uma política de Estado, contemplando todas as áreas do Sistema de Saúde, garantindo o financiamento pelas três esferas de governo e estabelecendo estratégias de comunicação e educação permanente, reconhecendo os diferentes grupos sociais e suas especificidades, utilizando uma linguagem clara e acessível, em todos os meios de comunicação como TV, rádios comerciais e comunitários, redes sociais, sites eletrônicos, boletins impressos e eletrônicos, com o objetivo de manter a população constantemente informada sobre seus direitos e deveres, para realizar a defesa permanente do SUS; divulgar as boas práticas de saúde e os serviços oferecidos pelo SUS; promover o diálogo e a integralidade das ações do Ministério da Saúde e das Secretarias Municipais e Estaduais; divulgar esclarecimentos sobre como acessar os serviços de saúde e o Cartão Nacional de Saúde do SUS; divulgar o SUS como patrimônio do povo brasileiro; estabelecer melhor diálogo entre os profissionais do SUS em cada âmbito e nas três esferas de governo; e criar um canal aberto de comunicação do SUS com os usuários nas Unidades de Saúde, divulgando os fluxos de atendimento, os gastos e os investimentos em saúde, garantindo, assim, transparência e estabelecendo diálogo com a sociedade sobre a importância da participação no SUS; e divulgar as ações dos Conselhos de Saúde. (89,1% de aprovação)

Proposta 6.2.11 - Ampliação, em nível nacional, por parte do Ministério da Saúde, da divulgação da Conferência Nacional de Saúde e suas etapas, juntamente com cada município. (77,0% de aprovação)

Proposta 6.2.12 - Conscientizar a população, por meio de campanhas educativas e informativas, sobre a responsabilidade orçamentária de cada esfera pública. (88,9% de aprovação)

Proposta 6.2.13 - Informar a todo profissional como adentrar no SUS por meio da Educação Permanente, o fluxo e o processo de trabalho, de modo geral, em todos as redes de atenção à saúde no atendimento ao Usuário do SUS, para que o mesmo tenha melhor acesso às informações. (84,5% de aprovação)

Proposta 6.2.14 - Incluir, na grade curricular das instituições de ensino fundamental, medio e superior, temas transversais como o Sistema Único de Saúde (SUS), direitos e deveres dos usuários, participação social, entre outros para facilitar o processo de ensino e aprendizagem sobre o nosso SUS. (91,0% de aprovação)

Proposta 6.2.15 - Fortalecer o Controle Social por meio da divulgação dos trabalhos feitos em vídeo, palestras, panfletos e reuniões entre as Associações e Conselhos de Saúde, bem como a criação de um site para tal divulgação. (87,2% de aprovação)

Proposta 6.2.16 - Instituir a Política Nacional de Comunicação em Saúde no intuito de articular parcerias com os meios de comunicação, garantindo espaços na programação das grandes mídias (radio, TV, jornal) para desenvolvimento de pautas que abordem o SUS e as informações de saúde, com garantia de recurso financeiro tripartite. (78,2% de aprovação)

Proposta 6.2.17 - Determinar que as reportagens que tratem da prestação de serviços de saúde (acidentes, catástrofes, campanhas de saúde, transplantes, banco de leite, etc.), independente do teor da notícia, utilizem a sigla do Sistema Único de Saúde - SUS, deixando claro para a população as diversas formas de atuação do SUS. (80,2% de aprovação)

Proposta 6.2.18 - Reformular o material educativo utilizado nas ações do Programa Saúde na Escola, assim como disponibilizá-los em maior quantidade para a população-alvo, de modo a ampliar o acesso a informações sobre o Sistema Único de Saúde. (87,3% de aprovação)

DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO

Diretriz 6.3 - Garantir o acesso às informações sobre a gestão do SUS para o Controle Social e para a sociedade, de forma pública e transparente. (93,1% de aprovação)

Proposta 6.3.1 - Divulgar e envolver todos os meios de comunicação para a mobilização de instituições, entidades, organizações, associações, escolas, unidades de saúde para participar de audiência pública sobre a prestação de contas da gestão. (91,8% de aprovação)

Proposta 6.3.2 - Implementar e fortalecer o serviço de ouvidoria em todas as instâncias da rede de serviços públicos de saúde no SUS pela garantia de espaço estratégico e democrático de comunicação entre usuários e a gestão. (92,8% de aprovação)

Proposta 6.3.3 - Criar um portal de transparência para acesso da população de todas as ações (atas e deliberações) do Conselho de Saúde. (87,4% de aprovação)

Proposta 6.3.4 - Divulgação aos segmentos do trabalhador e da trabalhadora e usuárias e usuários do SUS, movimentos sociais e demais setores envolvidos/interessados, das atividades realizadas pelo Conselho de Saúde, bem como o calendário de reuniões e a escolha de horário que favoreça a participação de todos, com vistas a sensibilizar a população na luta em defesa do SUS. (88,0% de aprovação)

Proposta 6.3.5 - Criar estratégias de comunicação pós-Conferência, visando promover a divulgação dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde e as propostas aprovadas na 15ªCNS, utilizando o site do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) e sítios nas redes sociais com acesso a grupos para acompanhar a efetivação das propostas das conferências em cada nível. (92,4% de aprovação)

Proposta 6.3.6 - Divulgar e visibilizar às deliberações, ações e funções dos Conselhos de Saúde (municipais, estaduais e nacional) à população em geral por meio de rádio, TV, jornais e internet. (87,6% de aprovação)

Proposta 6.3.7 - Divulgar informações aos usuários sobre seus direitos e deveres por meio de mídias (todos os recursos midiáticos) e sobre como utilizar corretamente o SUS, ESF e UBS, e que estejam também disponíveis em todas as unidades de saúde. (87,3% de aprovação)

Proposta 6.3.8 - Divulgar os gastos com saúde da população através de meios de comunicação (rádios comunitárias, redes sociais digitais, sites) e publicar os resultados das auditorias feitas nas instituições públicas administradas por organismos sociais em locais de fácil acesso popular, como imprensa televisionada e escrita além das rádios. (77,0% de aprovação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050500061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E MÍDIA ALTERNATIVA

Diretriz 6.4 - Fortalecer o SUS como política pública, assegurando a democratização do acesso à informação em saúde, facilitando a interação entre trabalhadores/as, usuários/as e gestores/as nos níveis municipais, estaduais e federal, promovendo a educação na perspectiva da construção coletiva e dialógica. (90,0% de aprovação)

Proposta 6.4.1 - Criar mecanismos para divulgação de informações para a saúde, a partir de canais de TV com sinal aberto e emissoras de rádio, além das mídias e redes sociais que permitam a interação entre a população e o sistema de saúde. (87,0% de aprovação)

Proposta 6.4.2 - Ampliar estratégias como a Educação Popular em Saúde com vistas à divulgação das ações de Vigilância em Saúde; capacitando de forma sistemática os movimentos sociais e sociedade civil, numa perspectiva de formação de multiplicadores em educação popular em saúde em nível nacional. (96,0% de aprovação)

Proposta 6.4.3 - Garantir e estimular o desenvolvimento de pesquisas e capacitações para profissionais na área de comunicação em saúde. (92,8% de aprovação)

Proposta 6.4.4 - Otimizar mecanismos de comunicação em saúde (TV, mídias sociais etc.), estimulando as produções audiovisuais na perspectiva das/os usuárias/os. (81,1% de aprovação)

EIXO 7 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SUS

POLÍTICA INDUSTRIAL E COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE

Diretriz 7.1 (a) - Fortalecer as políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, visando a ampliação do acesso a insumos (medicamentos, vacinas, materiais e equipamentos de saúde), bem como a tecnologias de promoção, diagnóstico, prevenção, tratamento e recuperação da saúde indispensáveis ao atendimento adequado às necessidades de saúde da população, reduzindo o tempo de incorporação das tecnologias reconhecidamente efetivas. (88,0% de aprovação)

Diretriz 7.1 (b) - Fortalecer o Complexo Industrial da Saúde e promover o desenvolvimento da plataforma tecnológica do país, visando fortalecer a Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica, impactar na redução do déficit da balança comercial brasileira (com a importação de medicamentos) e na promoção e incorporação de novas tecnologias pelo SUS e consolidar a soberania nacional por meio da expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas e da inovação em saúde. (80,0% de aprovação)

Proposta 7.1.1 - Fortalecer Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFO), investindo na produção nacional de matérias primas, medicamentos essenciais, fitoterápicos, órteses, próteses, equipamentos, softwares, sistemas e outros insumos. (93,3% de aprovação)

Proposta 7.1.2 - Aprovar a reforma da Lei Nacional de Patentes para inclusão e fortalecimento das medidas de proteção e exclusão de medidas prejudiciais à saúde (acordo de comercio internacional de países da OMC conhecido como Trips Plus), tendo em vista manutenção de conquistas da sociedade civil e a viabilidade da assistência farmacêutica no SUS, regular o mercado de produtos e serviços de saúde, incluindo a indústria de medicamentos e outros insumos e as operadoras de planos e seguros privados de saúde, de modo a assegurar a primazia do interesse público. (78,0% de aprovação)

Proposta 7.1.3 - Reforçar as políticas de fiscalização das indústrias farmacêuticas e distribuidoras de medicamentos no âmbito nacional, garantindo a qualidade dos mesmos e aumentando o número de fabricantes nacionais. (87,2% de aprovação)

Proposta 7.1.4 - Efetivar a regulação do mercado de produtos e serviços de saúde, incluindo a indústria de medicamentos e outros insumos e as operadoras de planos e seguros privados de saúde, de modo a assegurar a primazia do interesse público. (91,9% de aprovação)

Proposta 7.1.5 - Fortalecer e ampliar a indústria nacional produtora de fármacos, a exemplo da penicilina, e outros produtos como Kits diagnósticos e equipamentos para a saúde, de modo a ampliar e assegurar o acesso da população brasileira às tecnologias de diagnóstico e terapia, destacando a ampliação das pesquisas em doenças crônicas não transmissíveis, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, doenças cardiovasculares, neoplásicas, tropicais e negligenciadas, incluindo o desenvolvimento de vacinas. (92,2% de aprovação)

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

Diretriz 7.2 (a) - Implementar plenamente a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, orientada para o desenvolvimento científico que possa gerar projetos de pesquisas (respeitando as normas de bioética e proteção a biodiversidade) voltados às necessidades de saúde e ao fortalecimento dos sistemas de informação em saúde, produção nacional de insumos indispensáveis (medicamentos, vacinas, materiais e equipamentos de saúde) ao atendimento digno da população brasileira. (90,2% de aprovação)

Diretriz 7.2 (b) - Promover a Ciência, Tecnologia e Inovação para Fortalecimento do SUS. (80,0% de aprovação)

Proposta 7.2.1 - Incentivar e financiar pesquisas na área da ciência, tecnologia e inovação que atendam as necessidades da Atenção Básica à Saúde, considerando os diversos ciclos de vida e ênfase nos Determinantes Sociais de Saúde. (96,8% de aprovação)

Proposta 7.2.3 - Fortalecer a parceria das instituições de pesquisa no âmbito da União com os Estados (universidades e fundações) para o financiamento e realização de pesquisas/ intervenções sobre tecnologias duras (ex: equipamentos, normas e estruturas organizacionais) e leves (ex: clínica médica e epidemiologia) bem como fomentar a publicação da produção cientifica e a divulgação dos seus resultados, que contribuam com a resolução de problemas de saúde pública, inclusive os da média e alta complexidade. (77,3% de aprovação)

Proposta 7.2.4 - Garantir a ampliação do fomento descentralizado do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS), por meio de linhas de financiamento especificas para região amazônica, através das Universidades Públicas e Ministério de Ciência e Tecnologia. (84,3% de aprovação)

Proposta 7.2.5 - Ampliação dos programas de iniciação científica e fomento diferenciado para pesquisas realizadas na Amazônia Ocidental. (69,0% de aprovação)

Proposta 7.2.6 - Capacitar os servidores das três esferas de governo para que tenham conhecimento e possam orientar e executar ações que estejam ligadas a ciência, tecnologia e inovações no SUS, exigindo que a União priorize a quebra de patentes sobre a fabricação de medicamentos essenciais e medicamentos que tiveram sua produção e comercialização descontinuada pelos laboratórios. (54,0% de aprovação)

Proposta 7.2.7 - Fomentar pesquisas em saúde mental e divulgar resultados. (79,6% de aprovação)

Proposta 7.2.8 - Definir uma Política Nacional de incentivo as Inovações Tecnológicas no âmbito das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. (91,1% de aprovação)

Proposta 7.2.9 - Fomentar e divulgar resultados de pesquisas sobre Educação Popular em Saúde e Práticas Integrativas e Complementares, garantindo o investimento público para a produção de conhecimento sobre o saber tradicional e práticas populares de cuidado. (97,5% de aprovação)

Proposta 7.2.10 - Incentivar, ampliar e fomentar pesquisas sobre os benefícios, eficácia e a segurança do uso de plantas medicinais (fitoterápicos), práticas alternativas (homeopatia, acupuntura, massagens, entre outros), medicamentos naturais, cosméticos e alimentos, agregando serviços de atenção farmacêutica, buscando desenvolvimento de inovações tecnológicas com aproveitamento da rica biodiversidade (fauna e flora) que o país possui e incentivando, assim, as equipes de saúde a disseminarem essas práticas, em defesa de uma política de preservação do ambiente e manejo sustentável dos recursos naturais. (91,1% de aprovação)

Proposta 7.2.11 - Fortalecer a implementação da política nacional de práticas integrativas e complementares de saúde, com Controle Social e prestações de contas financeiras e de avanços tecnológicos. (71,5% de aprovação)

Proposta 7.2.15 - Criar e ampliar laboratórios e centros de biotecnologia nacionais públicos, com isenção de impostos, para produção de insumos (medicamentos, vacinas, exames e outros) padronizados, mantendo a qualidade e diminuindo os custos. (93,2% de aprovação)

Proposta 7.2.16 - Fortalecer uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que promova a produção industrial de insumos indispensáveis à saúde pública, incentivando a produção local, para ampliar a garantia de insumos, medicamentos e equipamentos para toda a população. (84,2% de aprovação)

Proposta 7.2.17 - Defender que as tecnologias de promoção, diagnóstico, tratamento e recuperação da saúde fortaleçam a autonomia das pessoas e a segurança dos usuários, reduzam o risco de doenças e agravos provocados pela falta ou deficiência da atenção à saúde, garantindo que o direito a assistência farmacêutica e a assistência integral à saúde se ampliem e se efetivem no Brasil. (98,0% de aprovação)

Proposta 7.2.18 - Realizar pesquisas de avaliação de novas tecnologias, das politicas de saúde e do processo de trabalho, visando o atendimento das necessidades de saúde da população. (70,0% de aprovação)

Proposta 7.2.19 - Fortalecer os Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos através da defesa da retirada imediata do PL 200/2015, o qual modifica de forma substancial a legislação vigente, colocando em risco os voluntários das pesquisas clínicas e os direitos dos participantes, o que representa um retrocesso para o Brasil. (85,9% de aprovação)

Proposta 7.2.20 - Que seja ampliada a divulgação para conhecimento público do sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do SUS, utilizando todas as plataformas de comunicação, incluindo as mídias sociais. (94,1% de aprovação)

Proposta 7.2.21 - Garantir recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para implementar a expansão tecnológica e científica necessária ao fortalecimento do SUS. (81,1% de aprovação)

Proposta 7.2.22 - Fortalecer o desenvolvimento e a produção pública de medicamentos e insumos farmacêuticos com recursos oriundos da redução gradativa dos subsídios e empréstimos a juros diferenciados para as indústrias farmacêuticas privadas multinacionais. (78,2% de aprovação)

Proposta 7.2.23 - Ampliação e manutenção das fontes de custeio para ciência, tecnologia e inovação do SUS, regulando e controlando o acesso a estas tecnologias. (70,8% de aprovação)

Proposta 7.2.24 - Fomentar a pesquisa em saúde, aperfeiçoando e criando novos cursos.(72,0% de aprovação)

Proposta 7.2.25 - Manter a autonomia do CONEP e dos CEPs, condicionado à garantia de proteção plena dos participantes de pesquisas clínicas realizadas. (79,6% de aprovação)

Proposta 7.2.26 - Defender e priorizar uma política de ciência, tecnologia assistencial e inovação em saúde, que promova a produção nacional e o fornecimento de insumos (medicamentos, vacinas, materiais e equipamentos de saúde) indispensáveis ao atendimento adequado às necessidades de saúde da população, priorizando a compra de produtos nacionais, com revisão da legislação vigente. (86,1% de aprovação)

Proposta 7.2.27 - Investir em pesquisas científicas para descoberta de tecnologias e procedimentos para evitar o uso de agrotóxicos nas culturas existentes nos municípios e fortalecer o intercâmbio entre universidades e aumentar o incentivo para pesquisas científicas e tecnológicas, visando realizar as descobertas na área de saúde com maior presteza. (90,1% de aprovação)

Proposta 7.2.28 - Incentivar a pesquisa, o financiamento, as ações e a multiplicação de experiências bem sucedidas junto a portadores de HIV/AIDS, Hepatites Virais e Tuberculose, transtornos mentais e outros agravos - em especial às populações vulneráveis como usuários de álcool e outras drogas, moradores de rua, profissionais do sexo, e a população LGBT - a partir da política e estratégias de Redução de Danos, utilizando parcerias com as organizações da sociedade civil que tem acumulada experiência neste campo. (82,6% de aprovação)

Proposta 7.2.29 - Favorecer a ampliação do acesso a produtos e insumos, incentivando a produção de medicamentos genéricos, pela população, consolidando a soberania, e promovendo o desenvolvimento da plataforma tecnológica do país, da pesquisa e da inovação. (não contemplada). (69,0% de aprovação)

PESQUISA E INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA NO SUS

Diretriz 7.3 -Aprimorar os recursos tecnológicos e a pesquisa que se realiza nos estabelecimentos de saúde do SUS, garantindo a incorporação dos mesmos pelos serviços e ações de saúde. (90,9% de aprovação)

Proposta 7.3.1 - Implantar um sistema nacional de gerenciamento de obras de estabelecimentos de saúde, para o controle financeiro e de execução desde o seu início até a entrega, visando coibir fraudes e facilitar a fiscalização. (93,8% de aprovação)

Proposta 7.3.2 - Efetivar e ampliar a oferta de órteses, próteses, bem como outras tecnologias em saúde que atendam às pessoas com deficiência, garantindo a rapidez no acesso a esses insumos, com a diminuição da burocracia. (95,1% de aprovação)

Proposta 7.3.3 - Que o Ministério da Saúde, ao implantar novas tecnologias do SUS, leve em conta a realidade do município. (88,7% de aprovação)

Proposta 7.3.4 - Incentivar as instituições de ensino a desenvolver com os profissionais de saúde pesquisas e inovações voltadas às mudanças de práticas no processo de trabalho na rede SUS, estimulando a criação e a manutenção de comissões técnico-científicas permanentes com a finalidade de proposição, monitoramento e avaliação das tecnologias utilizadas na rede SUS. (97,5% de aprovação)

Proposta 7.3.5 - Estimular a produção científica e pesquisa nos serviços de saúde, criando fóruns reguladores no SUS e fortalecendo a relação com a academia e instituições públicas, de ensino e pesquisa públicas. (89,1% de aprovação)

Proposta 7.3.6 - Definir e pactuar ações intersetoriais que visem a internalização e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades de produtos e serviços, nos diferentes níveis de atenção, abrangendo a produção de fitoterápicos e a implantação de opções terapêuticas adequadas ao princípio de integralidade do SUS. (90,6% de aprovação)

Proposta 7.3.7 - Inclusão, pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas de Medicamentos para câncer metastático através do SUS, ampliando a lista de medicamentos para tratamento oncológico junto ao Ministério da Saúde, por meio dos estudos internacionais, relatos nacionais de pacientes e revisão periódica dos protocolos do Instituto Nacional do Câncer que proporcionam prolongamento da vida com qualidade. (78,0% de aprovação)

Proposta 7.3.8 - Fortalecer a atuação da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia do SUS), não apenas para a incorporação de tecnologias, mas para pressionar a produção e desenvolvimento nacional destas e antecipar novas demandas com exploração do potencial biológico da fauna e flora brasileiras e pesquisas científicas, voltadas para práticas integrativas e complementares, capacitando os profissionais de saúde e sensibilizando a população sobre o uso racional dos medicamentos, fitoterápicos e plantas medicinais. (93,0% de aprovação)

Proposta 7.3.9 - Buscar parcerias com municípios vizinhos, bem como Universidades, em prol da resolução de problemas de média e alta complexidade. (73,0% de aprovação)

MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Diretriz 7.4 - Fortalecer a assistência farmacêutica pública com responsabilidade e estruturada pelas três esferas de governo nos três níveis da assistência, de acordo com a competência de cada um dos entes federados, atendendo em todos os níveis de atenção à saúde com profissionais qualificados para tal fim, aumentando o investimento em inovação tecnológica e discutindo criticamente a medicalização dos corpos. (90,8% de aprovação)

Proposta 7.4.1 - Estruturar a assistência farmacêutica pública com financiamento de laboratórios estatais, investindo em pesquisas de novas tecnologias na área de insumos terapêuticos de acordo com normas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias/Ministério da Saúde (CONITEC/MS), incremento na pesquisa básica e produção de medicamentos, além da melhoria dos laboratórios e indústrias farmacêuticas. (96,9% de aprovação)

Proposta 7.4.2 - Garantir e ampliar a relação de medicamentos previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para atender as pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com autismo. (70,0% de aprovação)

Proposta 7.4.3 - Ampliar a Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica com promoção da conscientização sobre o uso racional de medicamentos e, ainda, que seja agilizado os fluxos de dispensação nos vários componentes da Assistência Farmacêuticas (Básico, Estratégico e Especializado). (96,1% de aprovação)

CONFERÊNCIA PROIBIDA POR LEI

Proposta 7.4.4 - Garantir que Estados e Municípios fiquem livres do custeio integral de medicamentos de terapias que ainda não foram aprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias/Ministério da Saúde (CONITEC/MS), defendendo que essas tecnologias fortaleçam a autonomia das pessoas e reduzam o risco de doenças e agravos provocados pela própria atenção à saúde, garantindo que o direito à assistência farmacêutica se amplie e seja efetivo no Brasil. (63,0% de aprovação)

Proposta 7.4.5 - Informatizar o sistema de dispensação de medicamentos e insumos na rede SUS, nas três esferas de governo, para os usuários devidamente habilitados pelos profissionais da rede dos serviços de saúde do SUS. (96,9% de aprovação)

Proposta 7.4.6 - Fortalecer as farmácias magistrais públicas e as instituições de ensino, ampliando as ações regulares na Assistência Farmacêutica. (92,4% de aprovação)

Proposta 7.4.7 - Revisar e atualizar a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), conforme previsto no Decreto nº 7508/11, tendo em vista as inovações baseadas em evidências científicas. (88,6% de aprovação)

Proposta 7.4.8 - Promover a revisão técnica e ampliação da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) através da comissão de farmácia e terapêutica com fomento para efetivar, garantir, fortalecer, incentivar, desenvolver, investir, fiscalizar, ampliar e implementar uma Política Industrial Estatal de Ciência, Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Saúde que garanta a produção nacional de insumos, procedimentos e equipamentos indispensáveis ao atendimento à saúde, por meio de incentivos e com recursos públicos para centros de pesquisa e tecnologia das instituições públicas alinhados às necessidades da população brasileira e baseados em evidências técnico-cientificas. (91,5% de aprovação)

Proposta 7.4.9 - Implementação de investimento na área da ciência e tecnologia, por meio da implantação das Farmácias com práticas integrativas e complementares (fitoterápicos e plantas medicinais) de acordo com a política nacional vigente, bem como por meio de pesquisa na flora e fauna brasileira, cuja matéria prima é a base de muitos estudos no exterior, propondo também a fiscalização da saída de toda matéria prima do País de forma não autorizada, ou seja, clandestinamente, além do uso de medicamentos fitoterápicos e da complementação de profissionais fisioterapeutas e/ou osteopatas na atuação da atenção básica. (68,2% de aprovação)

Proposta 7.4.10 - Fortalecer a Assistência Farmacêutica Plena e Pública com responsabilidade, estruturada pelas três esferas de governo, na rede pública, de acordo com a competência de cada um dos entes federados, atendendo em todos os níveis de atenção à saúde com profissionais preparados, aumentando o investimento em inovação tecnológica, discutindo criticamente a medicalização dos corpos e pelo fim do programa "Farmácia Popular/Saúde Não Tem Preço", que deve ter suas ações e recursos financeiros transferidos, integralmente, à estruturação da assistência farmacêutica pública e da rede pública, inclusive na estruturação e financiamento de laboratórios estatais regionais para pesquisa básica e produção de medicamentos, com revisão do fluxo e diminuição da burocracia para acesso aos medicamentos. (72,0% de aprovação)

Proposta 7.4.11 - Estruturação e financiamento de laboratórios estatais regionais para pesquisa básica e produção de medicamentos. (78,2% de aprovação)

Proposta 7.4.13 - Inserir nas ações da Assistência Farmacêutica do SUS o acompanhamento e avaliação da terapêutica na Atenção Básica, priorizando os grupos de Atenção Especial à Saúde de idosos, crianças, pacientes com doenças crônico-degenerativa, transtornos mentais e deficiência, visando o uso racional de medicamentos, conforme preconizado pela Lei Federal nº 13.021/2014 e Resolução nº 585/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF). (94,7% de aprovação)

Proposta 7.4.14 - Criar mecanismo para que os municípios sejam ressarcidos das despesas originadas pela judicialização, quando se referir a medicamentos ou procedimentos de responsabilidade do estado e/ou do Ministério da Saúde. (92,3% de aprovação)

Proposta 7.4.15 - Criar uma Coordenação Nacional de Produção de Medicamentos, com a implantação de polos regionais de produção visando a redução de custos. (83,9% de aprovação)

Proposta 7.4.16 - Ampliar a Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica com promoção da conscientização sobre o uso correto dos medicamentos e ainda que seja agilizado os fluxos de dispensação em seus vários componentes. (76,0% de aprovação)

Proposta 7.4.17 - Revisar a lista de medicamentos padronizados, com foco na ampliação dos agravos da saúde tratados no âmbito do SUS e garantir a aplicação de investimentos em estrutura física, conforme normas previstas em legislação sanitária, RH qualificados e dedicados à assistência farmacêutica, em todos os níveis de atenção, visando à continuidade da dispensação de medicamentos, inclusive de psicotrópicos. (88,4% de aprovação)

Proposta 7.4.18 - Implantar e implementar convênios com instituições de ensino público e outras secretarias no âmbito da Assistência Farmacêutica com medicamentos fitoterápicos, por meio da criação e fortalecimento dos hortos medicinais. (81,8% de aprovação)

INFORMATIZAÇÃO DO SUS

Diretriz 7.5 - Assegurar um sistema de informação que permita a comunicação e o fluxo de informação entre os serviços de saúde, efetive a funcionalidade dos fluxos de referência e contra referência, a exemplo do prontuários eletrônicos e Cartão Nacional de Saúde, e com isso melhore a qualidade do atendimento. (93,0% de aprovação)

Proposta 7.5.1 - Agilizar a implantação do Cartão Nacional de Saúde com a integração com o sistema de cadastramento de usuários do SUS (CADSUS), com os diversos sistemas de informação e possibilitar o acesso aos bancos de dados dos sistemas de informações de base nacional às secretarias estaduais e municipais de saúde. (97,8% de aprovação)

Proposta 7.5.2 - Garantir recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para implantação definitiva do Cartão SUS com leitura óptica. (75,0% de aprovação)

Proposta 7.5.3 - Garantir recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para implantação definitiva do Cartão SUS com chip, contendo as informações do usuário, ampla divulgação e incluir seu número nos documentos oficiais, para que este seja o registro nacional único de usuários do SUS em todo o território nacional e base para a transferência automática de recursos financeiros referentes aos usuários atendidos fora do seu município, utilizando-se do E-SUS como Prontuário Eletrônico. (86,0% de aprovação)

Proposta 7.5.4 - Garantir previsão orçamentária e financeira Federal, Estadual e Municipal para o investimento, implementação e operacionalização tecnológica direcionada às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento das ações do SUS. (88,9% de aprovação)

Proposta 7.5.5 - Agilizar o processo de sistematização dos dados epidemiológicos para a produção de informações pertinentes e relevantes para a ação pública no âmbito do SUS, incorporando a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico inovador. (81,9% de aprovação)

Proposta 7.5.6 - Criar mecanismo, utilizando-se dados dos Sistemas de Informação, como E-SUS, Prontuário Eletrônico e Cartão SUS para que o município de residência do usuário pague o tratamento que ele recebeu ao município que o realizou. (81,4% de aprovação)

Proposta 7.5.7 - Permitir a integração dos sistemas de coleta de dados por meio de Palmtops, entre outros equipamentos, para reduzir o tempo gasto pelos Agentes Comunitários de Saúde, através do E-SUS e Agentes de Endemias por meio de Sistema de Informação de Febre Amarela e Dengue quando do preenchimento de formulários unificando os prontuários dos usuários pelo cartão SUS. (69,2% de aprovação)

Proposta 7.5.8 - Implementação e efetivação da política de ciência e tecnologia com participação das instituições de ensino e pesquisa, garantindo que inovações tecnológicas a exemplo de E-SUS e do HORUS, estejam integrados a rede de serviços, com disponibilização de financiamento para investimento; manutenção e capacitação dos profissionais. (91,7% de aprovação)

Proposta 7.5.9 - Implantar sistema de controle de atendimento e procedimentos hospitalares e ambulatoriais no sistema de saúde, com a utilização do Cartão SUS (online), para que todos os custos decorrentes dos atendimentos sejam destinados ao serviço do município que realizou o procedimento. (77,6% de aprovação)

Proposta 7.5.10 - Investir em tecnologias unificadas e integradas que possibilitem compartilhar informações da vigilância em Saúde para o enfrentamento das principais epidemias, utilizando-se de produtos e equipamentos adequados ao combate das endemias pelos agentes de controle. (78,3% de aprovação)

Proposta 7.5.11 - Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HORUS em todos os municípios onde ainda não haja e criar mecanismos de divulgação de informações na Atenção Básica, Urgência e Emergência, Redução de Danos e Cuidados, Centro de Especialidades, Atendimento de Média e Alta Complexidade da Distribuição de medicamentos do HORUS, onde já esteja implantado. (91,6% de aprovação)

Proposta 7.5.12 - Garantir a ampliação do Plano Nacional de Banda Larga para todos os seguimentos do SUS, assim como a informatização de toda a rede pública de saúde através da ampliação do número de equipamentos de informática. (94,9% de aprovação)

Proposta 7.5.13 - Garantir a disponibilização pelo Ministério da Saúde de softwares com melhores funcionalidades, atendendo às necessidades dos serviços da Rede de Atenção à Saúde com a implementação da capacidade de integração com os outros sistemas e disponibilização de equipamentos (computadores, tabletes, impressoras) e internet de qualidade adequada. (94,1% de aprovação)

Proposta 7.5.15 - Investir na informação, de forma mais efetiva a fim de melhorar o acesso dos profissionais à utilização de equipamentos, descobertas de avanços tecnológicos em saúde pública. (93,8% de aprovação)

Proposta 7.5.16 - Definir modelos e responsabilidades em níveis Federal, Estadual e Municipal, estruturando incremento tecnológico e logístico, hierarquizando o conjunto de informações padronizadas, a fim de qualificar e compatibilizar os sistemas de Informação em Saúde e otimizar os processos de trabalho em Rede. (89,8% de aprovação)

Proposta 7.5.17 - Capacitar tecnicamente os trabalhadores e Conselhos de Saúde para possibilitar o acesso às tecnologias necessárias ao pleno funcionamento da Rede e às aprovadas pelo CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS), democratizando o acesso do cidadão ao SUS. (91,7% de aprovação)

Proposta 7.5.18 - Aprimorar o sistema de informática e de dados do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde para garantir seu pleno funcionamento e melhorar o interfaceamento com os demais programas de software e equipamentos. (88,6% de aprovação)

Proposta 7.5.21 - Garantir e promover a articulação interministerial estabelecendo e otimizando a conexão de internet banda larga e serviços de SCM (Sistema de Comunicação de Multimídias-Internet) em todas as unidades de saúde com interoperabilidade entre os sistemas de informação que atendam o SUS nas três esferas de governo, colocando a tempo e a prazo a condução de uso por parte do usuário (sistema de cotas) mesmo que seja de outro município da microrregião. (79,4% de aprovação)

Proposta 7.5.22 - Criar, adequar, garantir e fortalecer a implementação de um sistema de tecnologia da informação e comunicação nacional no âmbito do SUS, com ênfase no E-SUS como sistema de prontuário eletrônico, com disponibilização das bases de dados, incluindo vacinas, exames, imagens, gestão e rastreabilidade de insumos e medicamentos em toda a cadeia logística, possibilitando a comunicação e integração com outros sistemas de informação da saúde utilizados em diversas realidades, que permitam acesso em tempo real, seja na União, estados e municípios. (88,1% de aprovação)

Proposta 7.5.23 - Fortalecer e efetivar o E-SUS, implantando serviços de internet banda larga, ampliando a conectividade na zona urbana e rural com recursos dos três entes federados. (83,4% de aprovação)

Proposta 7.5.26 - Investir, aprimorar, ampliar, unificar e criar, através de financiamento tripartite do E-SUS na saúde que promova o custeio, implantação e aquisição de equipamentos, garantindo protocolos tecnológicos de redes sociais e integração dos sistemas de informação SUS em plataforma WEB, viabilizando o prontuário universal; ações de saúde do trabalhador com a Previdência Social; comunicação intersetorial. Unificar os sistemas SAI, SIHD, CIH, adotando o SISRCA; e a informatização do cartão SUS. (74,7% de aprovação)

Proposta 7.5.28 - Rever o sistema de informação em saúde o E-SUS que tem gerado sobrecarga a todos os profissionais de saúde, perdendo a essência da assistência, disponibilizando assim um sistema informatizado, retirando o preenchimento desnecessário de impressos. (72,1% de aprovação)

Proposta 7.5.29 - Aperfeiçoar os diversos sistemas de informação do SUS (E-SUS, Cartão SUS, prontuário eletrônico, dados de empregos, funções, dados previdenciários, etc.), integrando-os em uma única base de dados, conformando um Sistema Nacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas das três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), que possibilite acesso a todas as informações do paciente (agendamentos, atendimentos, especialistas consultados, exames, cirurgias, etc.) em um só ambiente, o gerenciamento das informações de saúde do paciente , entre serviços de saúde (público e privados), garantindo suporte técnico e manutenção adequados, qualificação das equipes de saúde e gerenciais para utilizá-lo de acordo com as necessidades locorregionais e recursos financeiros para operacionalização. (84,0% de aprovação)

Proposta 7.5.30 - Instituir uma Política de Informatização do SUS com a garantia de acesso à internet a todas as Unidades Básicas de Saúde, priorizando a Zona Rural, fortalecendo o prontuário eletrônico e o cartão magnético do SUS. (70,0% de aprovação)

Proposta 7.5.31 - Criar Política de Integração das informações do SUS, garantindo suporte técnico para a área tecnológica e investimento em softwares atualizados, para que, todos os Sistemas de Informação e órgãos de atendimento tenham informações interligadas, permitindo que a construção de informações em saúde sejam baseadas em evidências científicas consolidadas, sem perda de dados ou tempo, facilitando e beneficiando o usuário e dando possibilidades de que as competências e atribuições dos profissionais sejam potencializadas, a fim de promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação e inovação em saúde. (88,9% de aprovação)

Proposta 7.5.32 - Disponibilizar para a população um Sistema de Informação sobre medicamentos, equipamentos em geral, insumos, exames e consultas disponíveis na rede e unidades de saúde viabilizando o acesso dos usuários a esse sistema, enquanto estratégia para garantia do direito à saúde (e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, por parte das instituições de educação e pesquisa). (87,6% de aprovação)

Proposta 7.5.33 - Aprimorar o Cartão SUS, otimizando o financiamento para o município que prestar o atendimento ao Cidadão e tornando-o documento obrigatório a qualquer atendimento nas UBS. (64,0% de aprovação)

Proposta 7.5.34 - Garantir recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para implantação definitiva do Cartão SUS, com leitura óptica, ampla divulgação e incluir seu número do CPF, para que este seja o registro nacional único de usuários do SUS em todo o território nacional, incluindo dados de empregos e funções, dados previdenciários, exames e dos procedimentos realizados. (69,0% de aprovação)

EIXO 8 - REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DO ESTADO

DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Diretriz 8.1 - Fomentar o debate sobre o projeto de democratização da mídia para descentralizar debates sobre o SUS, a saúde e os direitos dos/as usuários/as. (84,6% de aprovação)

Proposta 8.1.1 - Democratizar as mídias para garantir o direito à informação, inclusive no campo da saúde pública. (85,5% de aprovação)

Proposta 8.1.2 - Fortalecer a produção midiática local, a partir do reconhecimento das rádios e televisões comunitárias como meios essenciais para descentralizar debates sobre o SUS, a saúde e os direitos dos/as usuários/as. (89,5% de aprovação)

Proposta 8.1.3 - Concessão das outorgas facilitadas para as rádios comunitárias. (69,3% de aprovação)

Proposta 8.1.4 - Instituir o conselho de comunicação social, de caráter deliberativo, nos níveis municipal, estadual e nacional. (77,7% de aprovação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proposta 8.1.5 - Democratizar os meios de comunicação de forma que permita o direito à comunicação e à liberdade de expressão, proporcionando as diferentes ideias e opiniões, dos diversos grupos sociais, etários, culturais, étnico - raciais e políticos, garantindo as manifestações em igualdade de condições nos espaços públicos, contribuindo para a construção de uma sociedade crítica e democrática; o processo de democratização passa pela: revogação das concessões de rádio e televisão ilegais, tais como as concedidas a parlamentares e às empresas que sonegam impostos, etc., construção de lei que regule e democratize os meios de comunicação, garantindo o acesso de todos os setores sociais garantia de funcionamento de rádios e televisões comunitárias fim do monopólio das rádios e televisões. (80,0% de aprovação)

DIREITOS TRABALHISTAS

Proposta 8.2.1 - Combater o PLC 30/2015 que permite a terceirização inclusive para carreiras relacionadas a atividades-fim, rompendo todos os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. (83,3% de aprovação)

Proposta 8.2.2 - Investir em carreira pública para os servidores, realizando concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) com plano de carreira para contratação de profissionais de saúde para o SUS, abolindo todas as formas de precarização do trabalho. (89,0% de aprovação)

Proposta 8.2.3 - Repudiar as Medidas Provisórias nos 664/2014 e 665/2014, que suprimem direitos previdenciários e trabalhistas. (85,5% de aprovação)

Proposta 8.2.4 - Criar novos postos de trabalho, para combater o desemprego, com garantia de manutenção de todos os direitos. (60,0% de aprovação)

Proposta 8.2.5 - Lutar pelo salário mínimo do DIEESE. (71,8% de aprovação)

Proposta 8.2.6 - Lutar pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário. (65,8% de aprovação)

Proposta 8.2.7 - Regulamentação da Convenção 158, da OIT, que proíbe a demissão imotivada. (76,2% de aprovação)

Proposta 8.2.9 - Regulamentação da Convenção 151 da OIT que estabelece a negociação coletiva no serviço publico. (79,3% de aprovação)

Proposta 8.2.10 - Posicionar-se contrário à PEC nº 451/2014 que pretende tornar obrigatória a garantia de plano de saúde para o trabalhador do mercado formal. (80,1% de aprovação)

REFORMA AGRÁRIA

Proposta 8.3.1 - Proibir o uso de agrotóxicos e fomentar a agroecologia como promotora da saúde e alimentação saudável, por meio de: a) reavaliação dos registros e dos cadastros de agrotóxicos, b) banimento dos venenos já proibidos nos seus países de origem; c) vigilância ambiental e em saúde das/dos trabalhadoras/ trabalhadores; d) fim do financiamento público à aquisição destes produtos; e) aprovação de licenças pelo controle social, nas três esferas de governo; f) proibição de organismos geneticamente modificados; g) fomento de tecnologias para agroecologia e produção orgânica. (85,8% de aprovação)

Proposta 8.3.2 - Efetivar a demarcação das terras indígenas, de pescadores, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. (85,8% de aprovação)

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Proposta 8.4.1 - Reforma imediata do poder judiciário garantindo que o mesmo faça prestação de contas em audiências públicas. (93,0% de aprovação)

REFORMA POLÍTICA

Diretriz 8.5 - Aprofundar a democracia do país com reformas democráticas e populares que garantam transparência e a moralidade na gestão pública e a efetivação da democracia, com vistas ao fortalecimento do SUS. (86,7% de aprovação)

Proposta 8.5.1 - Proibir financiamento de empresas privadas em campanhas eleitorais. (87,1% de aprovação)

Proposta 8.5.2 - Lutar por uma reforma política democrática e popular, com as seguintes características: a) proibição do financiamento privado de campanha e adoção do financiamento público de campanha; b) eleições proporcionais em dois turnos; c) paridade de gênero na lista pré-ordenada; e, d) fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes, como a qualificação e melhoramento dos serviços públicos, para melhor atender a população. (74,6% de aprovação)

Proposta 8.5.3 - Realizar Reforma Política via constituinte, buscando aprofundar e aperfeiçoar a democracia participativa, utilizando os meios já existentes (plebiscitos, projetos de lei de iniciativa popular e referendos) estabelecendo novas regras institucionais que garantam a ampliação da participação democrática e transparência na atuação dos políticos; garantindo o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a interferência do poder econômico na política, e repúdio à PEC 451/2014 e outras propostas que comprometam os princípios do SUS. (78,5% de aprovação)

Proposta 8.5.4 - Realizar Reforma Política que busque o fortalecimento da democracia representativa, com controle social do processo eleitoral, financiamento público das campanhas eleitorais e proibição de financiamento por empresas, com o teto estabelecido, divisão igualitária entre os partidos, independentemente do tamanho dos mesmos e com mecanismos que possibilitem transparência e publicidade na prestação de contas campanhas eleitorais, combate à compra e venda de votos, que amplie a participação social nas decisões políticas, mediante plebiscitos, referendos e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular. (63,7% de aprovação)

Proposta 8.5.5 - Garantir a efetiva Reforma Democrática e Política do Estado para construir, consolidar e fortalecer os espaços de participação popular na democracia representativa, com controle social do processo eleitoral, financiamento público de campanhas eleitorais, ampliação da participação social nas decisões políticas, mediante plebiscitos, referendos e preferência a projetos de iniciativa popular. (69,5% de aprovação)

Proposta 8.5.7 - Realizar reforma política que amplie a participação social nas decisões políticas, mediante plebiscitos e referendos, quando o assunto se tratar de saúde pública. (66,2% de aprovação)

Proposta 8.5.8 - Fortalecer a democracia representativa e direta, com controle social do processo eleitoral, financiamento público das campanhas eleitorais e combate à compra e venda de votos. (65,9% de aprovação)

Proposta 8.5.9 - Defender a Reforma Política que fortaleça a democracia representativa com controle social do processo eleitoral, financiamento público das campanhas eleitorais e combate à compra e venda de votos. (52,0% de aprovação)

Proposta 8.5.10 - Apoiar uma reforma política que amplie a participação social nas decisões políticas, mediante plebiscitos, referendos e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular e a urgência no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADIN que proíbe o financiamento de campanha eleitoral por empresas privadas. (72,3% de aprovação)

Proposta 8.5.11 - Regulamentação do artigo 14 da Constituição Federal que amplia a participação social nas decisões políticas mediante plebiscitos, referendo e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular. (76,9% de aprovação)

Proposta 8.5.12 - Defender a legalidade democrática e a soberania nacional, aprofundando a democracia substantiva e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável com a recusa às políticas de ajuste estrutural que comprometem as condições de vida e a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores e da população brasileira. (78,9% de aprovação)

Proposta 8.5.13 - Alterar o código eleitoral para a redução de parlamentares em todas as esferas, assim como o fim das aposentadorias especiais para políticos e o redirecionamento da verba para a saúde pública. (70,8% de aprovação)

Proposta 8.5.14 - Estabelecer uma agenda de mobilização em defesa do SUS que unifique o povo e impulsione os governos em torno de reformas democráticas e populares do Estado. (87,6% de aprovação)

Proposta 8.5.15 - Convocar uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, a fim de realizar uma reforma política que contemple a extinção da PEC 352, o fim do financiamento privado de campanha e adoção do financiamento público exclusivo, além de buscar aprofundar e aperfeiçoar a democracia participativa, através do estabelecimento de novas regras institucionais que garantam a ampliação da participação democrática, por meio de plebiscito, referendos e preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular. (71,6% de aprovação)

Proposta 8.5.16 - Implementar a Política Nacional de Participação Social que fortaleça o controle social autônomo, democrático e deliberativo por meio do apoio à criação e efetivação de conselhos gestores locais, conselhos municipais, estaduais e nacionais de políticas públicas, levando em consideração as especificidades locais como polo rural, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos do campo e das florestas, fomentando a participação das comunidades sobre a importância do controle social para a defesa da cidadania e ampliando a participação social nas decisões políticas mediante plebiscitos, referendos e que dê preferência na tramitação de projetos de lei de iniciativa popular. (85,2% de aprovação)

Proposta 8.5.17 - Garantir que a política nacional de participação social seja reconhecida pelo Congresso Nacional como fortalecimento dos conselhos de saúde. (81,4% de aprovação)

Proposta 8.5.18 - Sensibilizar o Congresso Nacional para o fortalecimento da Politica Nacional de Participação Social nas três esferas de Governo. (72,9% de aprovação)

Proposta 8.5.19 - Garantir os direitos de livre manifestação, evitando que, no legislativo federal, sejam instituídos mecanismos de criminalização de qualquer ação coletiva da sociedade. (76,8% de aprovação)

Proposta 8.5.20 - Articular com o Poder Legislativo para que a Reforma Política não afete e nem possibilite modificações na Lei do SUS que venham a ampliar a lógica mercadológica nem que ameace o direito à saúde através da participação do capital estrangeiro diretamente na prestação dos serviços de saúde, valorizando o SUS como política de Estado. (81,4% de aprovação)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Diretriz 8.6 - Lutar por uma Reforma Tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda no país. (88,6% de aprovação)

Proposta 8.6.1 - Lutar por uma reforma tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda, com as seguintes características:

a) impostos progressivos em relação ao patrimônio e à renda;

b) simplificação dos tributos;

c) fim da guerra fiscal e das desonerações;

d) revogação da Lei Kandir que torna imune a tributação de produtos semi elaborados exportados, incentivando a exportação de commodities em detrimento de manufaturas;

e) elevação da tributação sobre o setor financeiro;

f) rever as alíquotas do IR para pessoa física com faixas mais altas e aumento da faixa de isenção;

g) Reduzir a tributação indireta sobre o consumo;

h) Aumentar o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) dos grandes latifúndios;

i) Reduzir as taxas que incidem diretamente sobre o setor produtivo;

j) Acabar com a isenção do IR sobre lucros e dividendos e com a dedução dos juros sobre o capital próprio;

k) Aliviar a carga tributária dos trabalhadores com imposto progressivo. (77,0% de aprovação)

Proposta 8.6.2 - Realizar auditoria da dívida pública e reforma tributária, buscando um sistema tributário mais justo que reduza a tributação sobre o consumo e concentre-a no patrimônio, na renda e sobre grandes fortunas; visando assim:

a) Melhorar a distribuição das alíquotas do IR para pessoa física com faixas mais altas e aumento da faixa de isenção;

b) Reduzir a tributação indireta sobre o consumo;

c) Aumentar o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) dos grandes latifúndios;

d) Reduzir as taxas que incidem diretamente sobre o setor produtivo (Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

e) Acabar com a isenção do IR sobre lucros e dividendos e com a dedução dos juros sobre o capital próprio;

f) Aliviar a carga tributária dos trabalhadores com imposto progressivo;

g) Flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite percentual para gasto com folha de pagamento dos funcionários da saúde;

h) Fim da restituição de imposto de renda para gastos com saúde privada. (59,3% de aprovação)

Proposta 8.6.3 - Apoiar e divulgar o Projeto de Lei Complementar 251/ 2005, em tramitação da Câmara Federal, que amplia o limite de despesas com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para 75% na área da Saúde. (76,6% de aprovação)

Proposta 8.6.5 - Redução da carga tributária sobre produtos especiais como leite especial e fraldas geriátricas. (82,8% de aprovação)

Proposta 8.6.6 - Alterar a lei ordinária de contratos e licitações da administração pública e pregões (Lei nº 8666/93 e nº 10.250/02) em relação à saúde, a fim de desburocratizar a gestão do SUS e garantir a transparência, segura e agilidade nos processos de aquisição de produtos bens e serviços com a participação do controle social em todo processo. (72,3% de aprovação)

Proposta 8.6.7 - Incluir na reforma tributária o fim das deduções no imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas com os gastos realizados nos serviços privados de saúde, direcionando os recursos obtidos para o financiamento do SUS. (76,6% de aprovação)

Proposta 8.6.8 - Suspender subsídios públicos aos planos e seguros privados de saúde. (84,9% de aprovação)

Proposta 8.6.9 - Garantir a taxação progressiva das grandes fortunas, do sistema bancário e financeiro, das corporações religiosas e clubes de futebol, com o objetivo de garantir recursos para as três esferas de gestão do SUS. (84,8% de aprovação)

Proposta 8.6.10 - Garantir a não prorrogação da DRU (Desvinculação da Receita da União). (77,3% de aprovação)

Proposta 8.6.12 - Apoiar o movimento em defesa do Projeto de Lei popular que responsabilize a União a investir no mínimo 10% de sua receita corrente bruta, aumentando o repasse de verbas e recursos para estados e municípios. (84,6% de aprovação)

Proposta 8.6.13 - Exigir a auditoria da dívida pública, que compromete o orçamento federal, assim como o seu não pagamento para garantia dos direitos sociais. (80,1% de aprovação)

SEGURANÇA PÚBLICA

Proposta 8.7.1 -Efetivar a reforma do Sistema de Segurança Pública, priorizando o modelo de segurança comunitária e a desmilitarização das polícias, com objetivo de combater a violência contra a população negra e de todas as populações vulneráveis, tais como, pessoas em situação de rua, LGBTs, imigrantes, indígenas, comunidades de terreiros, como também a população quilombola. (75,6% de aprovação)

Proposta 8.7.2 - Repudiar a PEC 171/1993 que propõe a redução da maioridade penal. (68,7% de aprovação)

Proposta 8.7.3 - Reformular o estatuto da criança e do adolescente, com a criação de casas de apoio em municípios com até 20 mil habitantes para ressocialização de adolescentes em conflito com a lei com implantação de cursos profissionalizantes em tempo integral. (66,7% de aprovação)

SEGURIDADE SOCIAL

Diretriz 8.8 - Fortalecer as políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais, diminuam a pobreza e contribuam para a qualidade de vida da população. (88,8% de aprovação)

Proposta 8.8.1 - Lutar contra toda e qualquer iniciativa de privatização no serviço público, principalmente do Sistema Único da Saúde (SUS) e da previdência social. (90,6% de aprovação)

Proposta 8.8.2 - Defesa do SUS como política pública de saúde, como Sistema Universal de Saúde, integral, 100% público, gratuito e de qualidade, voltado ao enfrentamento das desigualdades e iniquidades na saúde, criando espaços de discussão e debate ao nível nacional, estadual e municipal. (90,7% de aprovação)

Proposta 8.8.3 - Vetar a aprovação da PEC 451/2015, que pretende tornar obrigatória a garantia de plano de saúde para os trabalhadores do mercado formal. (78,6% de aprovação)

Proposta 8.8.4 - Apoiar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde. (85,1% de aprovação)

Proposta 8.8.5 - Reafirmar a opção brasileira de saúde como direito de cidadania e não como mercadoria, executado por meio de um sistema único com gestão pública e universal, repudiando veementemente todas as iniciativas que signifiquem entrega dos serviços públicos para a gestão de entidades privadas, sejam elas OSs ou OSCIPs, bem como recusando outras iniciativas privatizantes ou de retrocesso de direitos como a PEC 451 de Eduardo Cunha (que torna obrigatório os planos de saúde para trabalhadores) e abertura ao capital estrangeiro. (83,0% de aprovação)

Proposta 8.8.6 - Promover o enfrentamento das desigualdades e iniquidades na saúde, em defesa dos princípios constitucionais do SUS. (88,6% de aprovação)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proposta 8.8.7 - Diminuir o tempo de contribuição para aposentadoria dos profissionais da área da saúde. (65,4% de aprovação)

Proposta 8.8.8 - Solicitar que o Congresso Nacional aplique menos emendas parlamentares no setor privado e filantrópicas, em contrapartida sejam revertidas no setor público, a fim de desprecarizar o serviço público. (68,7% de aprovação)

ANEXO 2

MOÇÃO DE APOIO

Destinatário: Câmara dos Deputados

Nós, Delegadas e Delegados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada nos dias 1º a 04 de dezembro de 2015, em Brasília, vimos defender a aprovação do Projeto de Lei nº 5.028/2013 (Substitutivo), que "Dispõe sobre diretrizes gerais para a organização administrativa do Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde", tramitando na Câmara dos Deputados.

Ora, é no espaço da Ouvidoria do SUS que, a partir da manifestação das pessoas não-organizadas, não-representadas, não-institucionalizadas, é produzido um acervo de intervenções com vistas a otimizar - estrategicamente - a gestão do SUS. Das demandas (solicitações, reclamações, sugestões, elogios etc.) das cidadãs e cidadãos, é possível confeccionar Relatórios de Gestão, aprimorar processos de trabalho, fomentar a transparência e o controle social e, sobretudo, estimular a democracia participativa, de forma a auxiliar a gestão no acerto cada vez mais eficiente e eficaz quanto à elaboração das políticas públicas em saúde.

Em síntese, as ouvidorias do SUS são instâncias de participação individualizada, ou seja, o ambiente mais próximo do sujeito. Sem a necessidade de constituir um advogado [como no Judiciário], de pleitear necessariamente a defesa do direito difuso [a partir do Ministério Público], de integrar os fóruns dos movimentos sociais e de entidades de classe [fato que congrega o Conselho de Saúde], ou mesmo estar na condição de - ou influenciador de - um agente público [gestora/gestor; trabalhadora/trabalhador] da Saúde, a ouvidoria permite à cidadã e ao cidadão diretamente opinar, propor, solicitar, criticar, fiscalizar a política, a administração e as necessidades da saúde pública brasileira.

MOÇÃO DE APOIO

A ADOÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE CANNABIS MEDICINAL

Destinatário:: Ministério da Saúde

Nós, delegados e delegadas reunidos na 15ª Conferência Nacional de Saúde 2015, sintonizados com o artigo 1º e incisos do regimento desta Conferência, e considerando: a demanda crescente pelo uso medicinal da Cannabis SSP; o direito inalienável à saúde dos portadores de doenças crônicas e incapacitantes que necessitam do uso medicinal da Cannabis SSP para aliviar seu sofrimento; a comprovação da eficácia e segurança do uso medicinal de Cannabis SSP para inúmeras patologias; o reconhecimento da existência do uso tradicional de Cannabis SSP como erva medicinal no país; e o avanço científico no campo da Cannabis Medicinal;

Apoiamos e defendemos a implantação imediata de uma Política Pública Nacional de Cannabis Medicinal, fundada nas seguintes diretrizes e propostas:

1. Regulamentação imediata do uso medicinal da Cannabis, de modo a atender o que já está previsto na Lei 11343/2006, Decreto 5912/2006 e legislações correlatas, objetivando promover o acesso universalizado e qualificado ao uso medicinal da Cannabis SSP, de modo a garantir o direito à saúde e qualidade de vida daqueles que necessitem;

2. Criação uma linha de fomento permanente a estudos e pesquisas, para universidades e institutos de pesquisas, que contemplem o uso medicinal da canabis, em suas diversas formas e expressões;

3. Criação e estruturação de uma rede nacional de laboratórios credenciados e equipados para apoiar as pesquisas e monitorar a composição e a qualidade dos produtos medicinais derivados da Cannabis ssp, sejam estes originários do exterior ou produzidos no Brasil, a fim de garantir a qualidade, bem como a potencialização de sua eficácia terapêutica;

4. Promoção de estudos e pesquisas agronômicas com plantas Cannabis ssp de diversas variedades, de modo que se façam os cruzamentos ou intervenções necessárias para melhorar a genética e potencializar os efeitos terapêuticos de cada variedade, segundo a patologia a que se destina o seu uso;

5. Incentivo à formação de parcerias entre Universidades, Institutos de Pesquisa e Conselhos de classe de profissionais de saúde, de modo a viabilizar uma política de formação continuada e permanente para todos os profissionais da área de saúde envolvidos, seja com o tratamento de usuários que utilizam a Cannabis Medicinal, seja com a produção e o fornecimento de Cannabis SSP e os produtos medicinais dela derivados;

6. Criação de um plano para o desenvolvimento da produção nacional de Cannabis Medicinal - em colaboração com Universidades e Institutos de Pesquisa, ou em parceria destes com outras instituições públicas ou privadas - que contemple o plantio, a cultura, a colheita, a exploração, a manipulação, a fabricação, a distribuição, a comercialização, a importação, a exportação e a prescrição, exclusivamente para fins médicos e científicos, das diversas espécies e variedades de Cannabis, bem como dos produtos obtidos a partir destas plantas, em conformidade com o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 11.343/2006, com o art. 14, I, C, do Decreto nº 5.912/2006, com o art. 4º da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 e com o preâmbulo da Convenção de Substâncias Psicotrópicas de 1971; de modo a atender à demanda atual e futura;

7. Que essa Política Pública Nacional de Cannabis Medicinal tenha como princípios:

a) Acesso universal e de qualidade às diversas variedades da planta Cannabis e a todos os produtos delas derivados, segundo a necessidade dos usuários;

b) Uma cultura de acolhimento e superação dos preconceitos decorrentes do fato de serem usuários ou responsáveis de usuários de Cannabis Medicinal;

c) Garantia da autonomia dos usuários e/ou responsáveis e de sua participação ativa nas questões relacionadas ao uso medicinal de Cannabis e, principalmente, aos seus tratamentos ou das pessoas pelas quais são responsáveis.

MOÇÃO DE APOIO

Destinatários: Ministério da Saúde (DEGERTS); Ministério do Trabalho; CONASS; CONASEMS; Fórum de Graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (FGSC/ABRASCO) e Coordenação Nacional dos Estudantes de Saúde Coletiva (CONESC).

Considerando que a Graduação em Saúde Coletiva objetiva, preferencialmente, a formação de profissionais com atuação em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, solicitamos a aprovação desta moção de apoio à inserção e reconhecimento da Saúde Coletiva como profissão da saúde, preocupando-se com a continuidade da Reforma Sanitária Brasileira e fortalecimento do SUS.

Para sua efetivação requeremos a criação de uma comissão intersetorial com agenda permanente composta pelos entes: Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Ministério da Saúde (DEGERTS), Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Fórum de Graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (FGSC/ABRASCO) e Coordenação Nacional dos Estudantes de Saúde Coletiva (CONESC).

MOÇÃO DE APOIO

Ao: Ministro da Saúde - Marcelo Castro

Nós, Delegadas e Delegados da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre os dias 1º a 4 de dezembro de 2015, reconhecemos atualmente no Brasil alguns desafios referentes ao campo da saúde mental, entre eles a superação da lógica manicomial com a extinção dos hospitais psiquiátricos e a efetivação de uma rede de atenção intersetorial de base comunitária.

Vimos defender uma Política de Saúde Mental efetivamente pública, recusando todas as formas de terceirização da gestão da rede de serviços; exigir que gestor público, em todas as instâncias (municipal, estadual e federal) invista recursos necessários para implantar, implementar, consolidar, fortalecer e fazer avançar a Política de Saúde de Mental, Álcool e outras Drogas em consonância com os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Garantir uma política sobre drogas sem financiamento às instituições privadas, recusando propostas segregadoras e excludentes como modos de tratamento, tendo como princípios a lógica da redução de danos, a não utilização da internação compulsória ou involuntária como recurso, o caráter laico do Estado, o fomento à criação de uma cultura mais tolerante e respeitosa às usuárias e usuários de drogas, a desconstrução dos mitos e preconceitos sobre o tema.

Não admitiremos retrocessos nos avanços e nas conquistas desta luta.

MOÇÃO DE APOIO

A PRESIDENTA DILMA ROUSSEF E AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Destinatário: Delegados da 15 CNS

Nós, Delegados e Delegadas da 15ª CNS, reunidos nos dias 1,2,3 e 4 de dezembro de 2015 no Centro de Convenções Ulisses Guimaraes, sediado na Capital Federal, vimos a publico repudiar a tentativa de Golpe do Presidente da Câmara Eduardo Cunha que, numa atitude desesperada e após não ter conseguido impedir o veto da sua cassação, em curso, em prazo determinado quando depôs da Lava Jato de que não possui conta na Suíça, acolheu, na tarde de ontem, 02/12/2015, o Pedido de Impeachment contra a Presidente Dilma, que foi eleita com 54 milhões de votos e que nada tem contra si e teve suas contas aprovadas . Sem democracia não tem saúde, viva o SUS.

MOÇÃO DE APOIO

Destinatário: Ministério da Saúde

Moção de apoio para liberação de recursos federais para implantação de uma UTI Pediátrica Regional no município de Mogi Mirim, com liberação de recursos para adequação de espaço físico e aquisição de equipamentos, beneficiando a população da Região da DRS XIV de São João Boa Vista.

MOÇÃO DE APOIO

À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR INTERMINISTERIAL

Destinatários: Conselho Nacional de Saúde e ao poder Executivo: Presidência da República, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e outros.

Nós, delegados e delegadas, reunidos na 15ª Conferência Nacional de Saúde 2015, realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília - DF, considerando: a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a Politica Nacional de Educação Permanente no SUS, o Marco de Referência da Educação Popular para as Politicas Públicas e a necessidade de formação politica para a sociedade brasileira, na perspectiva do fortalecimento dos direitos, da justiça social e de um projeto popular e democrático de sociedade; apoiamos e defendemos a reformulação das ações formativas, da gestão ainda autoritária e do trabalho em curso no âmbito das políticas públicas, a partir das experiências exitosas em curso e em construção pelos coletivos de educação popular em saúde, educação do campo e de educação cidadã expressas em diversas estratégias: EdPopSUS, VEPOP, ENEC, EIVI e demais formação na perspectiva da educação libertadora. Propomos:

1. Integração setorial dos processos de educação permanente, educação popular em saúde e práticas integrativas e populares, a exemplo do Curso Livre de Educação Popular em Saúde, envolvendo trabalhadores, gestores, usuários e movimentos sociais e populares, pautando a realidade do trabalho, do território, das comunidades e das lutas sociais;

2. Maior articulação entre o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Presidência da República e demais Ministérios, Movimentos Sociais e sociedade na construção de um conceito e ações da "Pátria Educadora", considerando os princípios da Educação Popular: diálogo, problematização, construção compartilhada, amorosidade, emancipação e compromisso com a construção de um projeto popular e democrático de sociedade.

3. Criação, implementação e fortalecimento dos Comitês Nacional, Estaduais, Regionais e Municipais de Educação Popular em Saúde para a potencialização de ações articuladas e intersetorializadas nos territórios, incentivando o protagonismo, a gestão participativa e organização do poder popular.

MOÇÃO DE APOIO

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

Destinatário: Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Considerando: a Portaria nº 971/2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC; a Portaria nº 154/2008, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF; a Portaria nº 853/2006 que identifica os procedimentos da PNPIC SUS; a gestão tripartite do SUS e o baixo custo sobre os recursos necessários; solicitamos à Comissão Intergestores Tripartite - CIT, a contratação, bem como a inserção, no NASF, segundo necessidades e demandas locais, de:

(1) acupunturistas profissionais de nível superior, além dos médicos, visto que essa não é uma prática de exclusividade médica;

(2) profissionais de nível superior cadastrados pela CBO 2263 (Arteterapeutas, Equoterapeutas, Musicoterapeutas e Naturólogos); e

(3) novas práticas de cuidado, não contempladas na PNPIC, em conformidade com as levantadas na avaliação do PMAQ 2º ciclo, adequando a Portaria nº 853/2006 para o registro de outros procedimentos em PIC, no intuito de ampliar o seu escopo.

Essas ações, além de fortalecer efetivamente as Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Básica, ampliarão o acesso da população às PIC.

MOÇÃO DE APOIO

Destinatário: Ministério da Saúde e Ministério da Educação

Nós, abaixo assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 1º a 4 de dezembro de 2015, em Brasília DF, vimos apresentar Moção de Apoio para abertura de Cursos de Terapia Ocupacional nas universidades públicas devido ao déficit de terapeutas ocupacionais no país. Estamos inseridos como membros da equipe de saúde no SUS, mas somos apenas 16 mil no Brasil, havendo apenas 20% das universidades públicas com cursos de Terapia Ocupacional, existindo 8 estados brasileiros sem nenhum curso. No Brasil existe 1 terapeuta ocupacional para 10.000 mil habitantes. A formação do terapeuta ocupacional é dever das universidades públicas.

MOÇÃO DE APOIO

Destinatário: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais de Saúde; Secretarias Municipais de Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Comissão Intergestores Tripartite (CIT); Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

Moção de Apoio à Garantia do cumprimento da Portaria MS/GM nº 665, de 12 de abril de 2012, que aprova a Linha de Cuidados em AVC, e da Portaria nº 800, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), assegurando todos os recursos humanos, dentre eles o profissional fonoaudiólogo, previstos nos Centros dos Tipos I, II e III, bem como o número de profissionais para cada leito estipulado na Portaria MS/GM nº 665/2012, haja vista a necessidade de assegurar todo o cuidado ao paciente com AVC para redução da morbidade e sequelas, considerando seus riscos.

Justificativa, fato ou condição que motiva a moção: em todo mundo o Acidente Vascular Cerebral (AVC) representa uma das principais causas de óbito e incapacidade. Quando não leva a óbito, o AVC deixa sérias limitações físicas e mentais, impondo à pessoa e aos seus familiares um elevado custo social e financeiro, necessitando de acompanhamento especializado e multiprofissional.

ortanto é necessária a ampliação do número de Centros de AVC habilitados pelos Critérios da Portaria nº 800/2015, assim como o aumento da quantidade e da qualificação dos serviços de reabilitação ao paciente com AVC.

MOÇÃO DE APOIO

Destinatário: Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Nós, delegados (as) da 15º Conferência Nacional de Saúde, tendo em vista a histórica luta dos trabalhadores da Enfermagem pela aprovação do PL 2.295/00, conhecido como "PL das 30 horas" - projeto que tramita há 15 anos na Câmara dos deputados e que prevê jornada de trabalho semanal de 30 horas aos trabalhadores da enfermagem em todo o território nacional;

Considerando, que 30 horas semanal é a jornada de trabalho mais adequada para que os profissionais de enfermagem possam promover um melhor cuidado assistencial a toda população e, com redução do desgaste físico e emocional, o que contribui para a redução do absenteísmo decorrente de problemas de saúde;

Considerando, que alguns Estados e Municípios da federação já têm regulamentada a jornada de 30 horas semanal; e

Considerando, ainda que a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem (Lei 7.498/86) não especifica a carga horária a ser executada pelos profissionais Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem, portanto não ocasiona óbice à aprovação do PL 2.295/00;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Requeremos que a presente Moção seja encaminhada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que por questão de justiça seja aprovado o referido projeto de lei que institui, no âmbito nacional, a jornada de 30 horas semanal a todos profissionais da Enfermagem.

MOÇÃO DE APELO

Destinatário: Ministério da Saúde

De acordo com os Consensos Nacional (1997) e Sul Americano de Prevenção e Reabilitação Cardiovascular (2014) e com as Diretrizes Brasileiras de Reabilitação Cardíaca (2005), Cardiopulmonar e Metabólica (2006), além das Referências em Cardiologia do Esporte e do Exercício da Sociedade Brasileira de Cardiologia (2013), e da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte (2013), a supervisão de exercícios físicos em programas de Reabilitação Cardíaca, Pulmonar, Lipodistrófica e de portadores de Hemofilia, deve ser feita por profissional especializado em exercício físico, ou seja, Profissional de Educação Física, portanto, essa moção tem a função de apelar a inclusão do trabalho realizado por este Profissional nos referidos Programas que atendem pacientes do SUS, adequado os procedimentos, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES), no Ministério da Saúde e ainda, pela criação de códigos próprios da referida categoria e procedimentos na Tabela SUS.

MOÇÃO DE APELO

AFIRMAR O DIREITO À COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO COMO FUNDAMENTAIS PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA E O DIREITO À SAÚDE

Destinatário: usuários, trabalhadores e gestores do SUS

Nós, abaixo-assinados/as, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no período de 1ª a 4 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos defender que a comunicação e informação sejam reconhecidas como direitos humanos, por serem estruturantes para os processos sociais e para a defesa e garantia dos outros direitos, como o direito à saúde. Propomos que, no contexto da saúde, suas políticas e estratégias não se restrinjam às ações técnicas de produção de conteúdos por meio de campanhas e outros recursos.

É fundamental que as políticas e estratégias do Sistema Único de Saúde (SUS) considerem a centralidade da comunicação e informação nos processos econômicos, políticos e sociais, assim como nas relações de poder na sociedade. Portanto, para avançar na efetivação da democracia, as políticas e práticas de comunicação e informação devem ter como referência os princípios do SUS de universalidade, equidade e integralidade, bem como os de descentralização, hierarquização e participação.

Neste sentido, defendemos:

1. Universalização do acesso à internet de banda larga e o Marco Civil da Internet;

2. Democratização da comunicação, com a criação de um novo Marco Regulatório das Comunicações;

3. Implementação dos canais públicos de televisão na TV digital aberta, em especial o Canal Saúde, com mecanismos que garantam a gestão democrática e participativa da programação destes canais;

4. Regulamentação da publicidade para as crianças e de produtos que possam colocar a saúde em risco (tabaco, agrotóxicos, medicamentos, álcool, alimentos etc.);

5. Apoio às rádios, TVs comunitárias e redes colaborativas de comunicação, como forma de garantir a liberdade de expressão, a produção descentralizada e a pluralidade de vozes na comunicação;

6. Defesa de políticas de acesso aberto ao conhecimento, democratizando o acesso à produção científica e resultados de pesquisas na área da saúde;

7. Promoção de políticas que gerem maior efetividade da Lei de Acesso à Informação (LAI), nos âmbitos federal, estadual e municipal;

8. Adoção de medidas de acessibilidade na produção e circulação de informação e nos processos comunicacionais implementados no contexto das políticas públicas de saúde;

9. Desenvolvimento de política de comunicação para o SUS, de forma cooperativa e intersetorial, com a valorização da diversidade e de iniciativas bem-sucedidas, a partir de realidades locais e com participação dos/as trabalhadores/as da saúde;

10. Criação de ferramentas colaborativas e de participação social via internet, para construir espaços democráticos de debate sobre políticas públicas em saúde e consolidar a ideia de um "CiberespaSUS".

MOÇÃO DE APELO

Destinatário: Ministério da Saúde

Nós, abaixo - assinados, participantes da 15ª Conferencia Nacional de Saúde realizada no período de 1ª a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos apelar ao Ministério da Saúde a inclusão da IMRT (Processo de Radioterapia Modulada, que atinge somente células malignas) na tabela do SUS.

Processo esse que evita sequelas por não atingir células benignas, principalmente se tratando de câncer de crânio.

MOÇÃO DE APELO

Destinatário: Ministério da Saúde e Secretárias de Saúde Estaduais e Municipais

Nós abaixo-assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 1ª a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos apelar às autoridades competentes Federais, Estaduais e Municipais a adesão do Programa Nacional de Combate as Drogas Lícitas e não lícitas, que vem sendo a maior causa de violência e morte de jovens negros e não negros, urbanos e rurais, considerados como um dos problemas de saúde pública do nosso país. Sendo focado na promoção, prevenção e redução de danos na saúde da população, que este programa possa atingir todas as populações vulneráveis: indígenas, negros, quilombolas, ciganas, ribeirinhos, travestis e outras populações.

E apelamos pela não aprovação da PEC 215 que quer tirar os direitos dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e extrativistas.

MOÇÃO DE APELO

Destinatário: Ministério da Saúde, Tripartite: Federal, Estadual e Municipal

Nós, abaixo-assinados , participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 1 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos solicitar o apoio para a moção para garantir a destinação de recursos para a implementação e execução de projetos de prevenção do uso de álcool e outras drogas na população indígena urbana e rural em todo território nacional, em especial no município de Belo Horizonte em caráter emergencial. Os projetos devemos assegurar que a população indígena tenha garantida a sua sustentabilidade de forma digna, de acordo com sua cultura e costumes.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Senado Federal e Congresso Nacional

Nós, abaixo-assinado, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no período de 1º a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos solicitar a revogação do artigo 42 da Lei 13.097/2015, que autoriza a participação direta ou indireta do Capital Estrangeiro na Assistência à Saúde, ferindo diretamente a soberania nacional, na condução das políticas de saúde, ferindo a Constituição Federal de 1988 art. 199. A lei é inconstitucional pondo em risco a garantia de atendimento do SUS.

MOÇÃO DE REPÚDIO

CONTRA AS FORÇAS DO CAPITAL E AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL E DO PARLAMENTO QUE PODEM ACABAR COM O SUS

Nós, abaixo-assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no período de 1º a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos: Em defesa do SUS!

Os delegados presentes na 15ª Conferência Nacional de Saúde decidem por manifestar publicamente seu apoio a presente moção, apresentada pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde:

- Defesa incondicional do Sistema Único de Saúde (SUS) público, 100% estatal, universal e de qualidade sob a gestão direta do Estado;

- Eliminação de todos os chamados "novos" modelos de gestão (Organizações Sociais, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Instituto de Saúde Indígena e Parcerias Público-Privado);

- Contra os cortes do orçamento na saúde;

- Revisão dos fatores restritivos para o custeio e investimentos em saúde (Lei de Responsabilidade Fiscal; Desvinculação das Receitas da União e dos Estados- DRU e DRE; e EC 86/15 do Orçamento Impositivo);

- Extinção dos subsídios públicos aos planos privados de saúde;

- Contra a entrada do capital internacional na saúde, pela revogação da Lei nº 13.097/2015;

- Defesa de concursos públicos pelo RJU e da Carreira Pública de Estado para pessoal do SUS e contra todas as formas de precarização do trabalho;

- Contra a PEC 451/2014 que afronta a Constituição Federal por tornar obrigatório as empresas contratar Plano de Saúde ao Trabalhador, pago com benefício fiscal;

- Defesa da integralidade da assistência à saúde, através do fortalecimento da atenção básica com retaguarda na média e alta complexidade com rede própria do SUS;

- Respeito e cumprimento às deliberações das Conferências de Saúde;

- Pela imediata Auditória Cidadã da Dívida Pública, que drena recursos das políticas públicas para o sistema da dívida.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Sociedade Brasileira e Congresso Nacional

Saúde e Democracia: Em Defesa do SUS e contra o Golpe de Estado

Nós, participantes e defensores do Sistema Único de Saúde, que vimos construindo o SUS ao longo dos anos, temos a plena convicção de que saúde é democracia e não é mercadoria. Essa foi a história que construímos e que inscrevemos na Constituição Federal de 1988, história essa que vem sendo alimentada pela realização de todas as Conferências Nacionais de Saúde.

Os fatos recentes da conjuntura nacional demandam ação imediata por parte do conjunto de forças sociais que defendem a inclusão social e o bem-estar de todas as brasileiras e brasileiros, no sentido de garantir o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. Para isso, devemos manifestar nossa firme oposição à tentativa de impedir o mandato da presidenta Dilma Rousseff.

A tentativa de desestabilização em curso é fruto da hegemonia do capital que pretende desconstitucionalizar os direitos sociais conquistados, tais como: trabalho digno, moradia, saúde e educação, bem como pretende atentar contra as liberdades democráticas fundamentais para a harmonia de um país como o Brasil.

Neste sentido, as delegadas e os delegados abaixo assinados vêm a público defender o SUS como um Sistema de Saúde público e universal, que expressa o direito de toda a cidadania e se opor a qualquer tentativa de golpe contra as instituições democráticas do país.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Presidência da República, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e a quem mais interessar

Nós, abaixo-assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos repudiar a ocupação da Coordenação Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (CGSB/MS) por representante dos planos privados e mercantilistas da odontologia, configurando conflito de interesses entre uma política pública de Saúde Bucal para todos e a privatização do SUS.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde

Nós, abaixo-assinados, participantes da 15ª. Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 1 a 4 de Dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos apresentar a presente moção em Repúdio a qualquer iniciativa de terceirização da Saúde no Distrito Federal, Rio de Janeiro e demais Estados da Federação, ao Modelo de Organizações Sociais e Fundação Pública de Direito Privado, que gerenciam as Unidades de Saúde, uma vez que essa forma de privatização da saúde precariza o atendimento/acesso dos usuários e desvaloriza os servidores, fere os princípios do SUS e impõe a ordem do capital - saúde como mercadoria, visando lucro e desmantelando o Sistema Único de Saúde, que é uma conquista do povo brasileiro.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

"Saúde não combina com lama: "A Mineração em Questão"

Nós, delegados e delegadas abaixo assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, considerando o momento de catástrofe nacional iniciado devido ao rompimento de uma barragem de rejeitos de minério, sob responsabilidade da Empresa SAMARCO, nos solidarizamos com o povo de Mariana e região e as demais áreas devastadas e degradadas no percurso do Rio Doce na linha de Minas Gerais e Espírito Santo, e que sofrem nesse momento com a Política de Mineração há tempos adotada no estado e que permitiu, sem fiscalização, o crescimento das atividades mineradoras, dentre elas a SAMARCO - VALE e outras, que ao colocar seus interesses de lucratividade, acima de tudo, produz sofrimento à população e ao meio ambiente, afetando o ecossistema, a perda das famílias destas localidades, somada a não responsabilização das mineradoras pelos danos causados, inclusive defendemos uma CPI em Minas Gerais. A apuração rigorosa do desastre que não pode ser considerado natural, com efetiva condenação de todos os responsáveis ativos e passivos relacionados à produção e lucratividade da exploração predatória dos recursos naturais, considerando ainda o completo assoreamento do Rio Doce, das minas, dos córregos e riachos, da devastação das cachoeiras, igarapés, chegando até o mar, o que promoveu uma contaminação sem precedentes da água para o consumo dos seres vivos, e da sua utilização na natureza.

Solidarizamos ainda com as muitas vidas que se perderam, famílias destruídas e desabrigadas. Sabemos que multa nenhuma vai pagar essas vidas e devolver a dignidade do povo de Mariana, e nas demais localidades inteiras e que tem na natureza o sentido de vida, sendo nessas localidades onde estão instaladas ou não as mineradoras, pois a recuperação aos danos ocorridos devem ser reparados integralmente, assim, defendemos o rigor e o fim dos incentivos fiscais financeiros às mineradoras a revisão com participação popular do Código da Mineração e a ampliação da fiscalização.

Esse lamaçal promovido pela ganância do lucro não combina com a saúde digna para a população.

E, ainda, cobrar maior compromisso e agilidade ao Governo Federal. Agilidade no lançamento do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Não podemos permitir que apenas pela não concordância de 1 (um) dos 9 (nove) Ministérios envolvidos neste caso (MAPA) continuemos comprometendo a saúde do povo brasileiro com agrotóxicos.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Conselho Nacional de Saúde; Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Nós, abaixo assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, vimos encaminhar Moção de Repúdio ao Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde e CONASS-Conselho Nacional de Secretários de Saúde dando conhecimento aos graves problemas por que passa o Conselho Estadual de Saúde da Bahia.

O atual gestor da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia vem constantemente desconsiderando o processo democrático previsto no SUS, conforme Lei nº 8.142/90 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, que determina o papel dos Conselhos de Saúde como elemento representante da sociedade civil organizada na aprovação e fiscalização das políticas de saúde publica.

Já se tornou uma pratica da atual gestão enviar para a Assembleia Legislativa do estado projetos de lei de forma intempestiva, que interferem de forma negativa no processo de construção do SUS no estado, sem passar pela avaliação do Conselho Estadual, demostrando total desrespeito ao que preconiza o SUS no que se refere à participação do Controle Social.

Como exemplo ressaltamos a questão da extinção das DIRES (Regionais de Saúde), dificultando o processo de regionalização do SUS que vinha sendo construído e criando, de forma contraditória o consórcio de saúde, numa clara intenção de priorizar a saúde através do modelo hospitalocêntrico e privatista, abandonando definitivamente a proposta da Reforma Sanitária, numa total afronte a Lei nº 8.080/90 e o Decreto nº 7508/12. Devido à gravidade dos fatos, a delegação da Bahia presente na 15ª Conferencia Nacional de Saúde apresenta a referida moção de repúdio, ao tempo em que ratifica a moção aprovada na 9ª Conferencia Estadual de Saúde da Bahia, que pede a EXONERAÇÃO do Secretário de Saúde Fábio Vilas Boas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Reitoria da UFSC, Direção do HU UFSC, Coordenação do CCS UFSC e Coordenação do Curso de Medicina UFSC.

Apresentar nosso repúdio à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e à Direção do Hospital Universitário HU/UFSC em virtude da aprovação no último dia 01 de dezembro da adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

O movimento organizado conquistou no último ano que fosse realizado uma série de debates institucionais e também a realização de uma consulta pública que resultou em 70% da comunidade universitária contrária a adesão à EBSERH. Após isso o movimento seguiu pedindo que o Conselho Universitário (Cun) respeitasse a decisão da consulta pública e confirmasse a não adesão.

Diante disso, para fugir da pressão dos movimentos sociais, a reitoria da UFSC convocou sessão do Conselho Universitário para o auditório de um Quartel da Polícia Militar do Estado, fato que seria rechaçado até em tempos de ditadura militar e que afronta a democracia brasileira.

Além disso, nos posicionamos contra a privatização do hospital universitário através da EBSERH, empresa de direito privado e que sucateia o atendimento aos usurários do SUS e precariza o ensino, a pesquisa e a extensão.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Presidente do Senado

Nós, delegados da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 01 a 04 de dezembro de 2015 em Brasília-DF, repudiamos o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, que retira da sociedade brasileira o controle das pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto de Lei constitui um retrocesso na regulamentação das pesquisas clínicas, pois desconsidera o atual sistema de revisão ética da pesquisa clínica, intitulado Sistema CEP-CONEP, constituído pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), insstância do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), que são instâncias das instituições que realizam pesquisas no Brasil. Fragiliza gravemente a proteção da dignidade humana e dos direitos dos participantes em pesquisas clínicas. Vários dispositivos do Projeto de Lei evidenciam, assim, a abertura para o predomínio dos interesses dos grandes conglomerados da indústria da saúde (indústrias farmacêuticas) em detrimento da proteção à vida e a saúde dos participantes das pesquisas.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Destinatário: Ministério da Saúde

Nós abaixo assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 015, em Brasília DF, vimos repudiar a atual gestão da rede de atenção à hanseníase no Brasil, pela negligência, descaso e despreocupação quanto à manutenção dos altos índices de novos casos em adultos e casos em menores de 15 anos, que é considerado um indicador de alerta de acordo a Organização Mundial de Saúde, contribuindo para que o Brasil ainda não tenha alcançado a expectativa mundial, que é a erradicação da doença. Compreendemos que esse descaso é traduzido pela subnotificação nos sistemas de informação, ausência de investimentos tecnológicos nas pesquisas na área, bem como pela falta de educação permanente das equipes da atenção básica e da garantia de participação social na construção do Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase e, ainda, na definição da agenda nacional de prioridades de pesquisa.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Destinatário: Governo Federal

Nós, abaixo assinados, participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2015, em Brasília- DF, vimos por intermédio deste, solicitar que se crie de forma legal, uma linha de crédito, direta aos agentes de endemias e agentes comunitários de saúde, com taxas de juros diferenciados, de longo prazo para aquisição de moto (veículo tipo motocicleta) equipada, visando a locomoção dos mesmos para melhor cobertura da área de abrangência e maior agilidade no exercício de suas funções, tendo maior qualidade na produção do trabalho em saúde.

MOÇÃO DE DEFESA

Destinatário: Ministério de Saúde

Nós, delegados/as da 15ª Conferência Nacional de Saúde realizada de 01 a 04 de dezembro de 2015 em Brasília-DF, defendemos a garantia da efetiva atenção da política de saúde às doenças consideradas negligenciadas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), de forma que essa situação seja superada. O termo "doenças negligenciadas" surgiu na década de 70 e refere-se a doenças causadas por agentes infecciosos e parasitários endêmicas em população de baixa renda e que, muitas vezes por esta razão, não despertam o interesse das grandes empresas farmacêuticas em produzir medicamentos e vacinas para o tratamento. São elas: Doença de Chagas, Cisticercose, Dengue e Dengue Hemorrágica, Dracunculíase (doença do verme-de-guiné), Equinococose, Fascioliase, Tripanossomíase, Leishmaniose, Hanseníase, Filaríase linfática, Oncocercíase, Raiva, Esquistossomose, Parasitoses, Tracoma, Bouba, Elefantíase, Picada de Cobras, Estrongiloidiase e Úlcera de Buruli.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 467, DE 4 DE MAIO DE 2016

Habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional do Hospital Maternidade Frei Damião - Complexo de Santa Cruz das Armas - João Pessoa/PB.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 1.262/GM/MS, de 06 de junho de 2014, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado da Paraíba e aloca recursos financeiros para sua implementação, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 7737	Hospital	Nº leitos
CNES: 2707527	Maternidade Frei Damião - Complexo de Santa Cruz das Armas - João Pessoa/PB	
Leito: 28.02 UCINCo		05

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 4 de maio de 2016

Ref.: Processo n.º 25000.115516/2007-63.
Interessado: DROGARIA UNIFARMA DE PARAGUAÇU LTDA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso II da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA UNIFARMA DE PARAGUAÇU LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.771.697/0001-43, localizada no Município de PARAGUAÇU PAULISTA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.093566/2007-82.
Interessado: ELIZABETH MARIA DE ARAÚJO DROGARIA - ME.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso II da Portaria nº 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ELIZABETH MARIA DE ARAÚJO DROGARIA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.558.132/0001-82, localizada no Município de MARACAÍ/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

EDUARDO DE AZEREDO COSTA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 198, DE 3 DE MAIO DE 2016(*)

Divulga a lista preliminar do processamento eletrônico da seleção de municípios, na primeira chamada, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos Edital/SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar a lista preliminar do processamento eletrônico da seleção de municípios, na primeira chamada, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do subitem 9.1.1 do Edital/SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, disponível no http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º O resultado que trata o artigo primeiro dessa Portaria poderá sofrer alterações após análise e decisão de recursos, conforme definido no subitem 14.4 do Edital/SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, nas datas previstas no cronograma publicado no endereço eletrônico http//maismedicos.saude.gov.br.

Art. 3º Nos termos do subitem 9.1.3 do Edital/SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016, será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no endereço eletrônico http://maismedicos.saude.gov.br, o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, após o julgamento dos recursos conforme item 14 do Edital/SGTES/MS nº 8, de 14 de abril de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

(*) Republicada por ter sido publicada no DOU nº 83, de 3-5-2016, Seção 1, pág. 43, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 199, DE 4 DE MAIO DE 2016

Aprova Programas de Residência Médica que farão jus ao recebimento de bolsas nos termos do Edital de Convocação nº 31/SGTES-MS/SESu-MEC, de 24 de julho de 2014.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE do Ministério da Saúde e o SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto Presidencial de 20 de junho de 2007; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.001/MS/MEC, de 22 de outubro de 2009, que institui o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas;

Considerando Edital de Convocação nº 31/SGTES-MS/SESu-MEC, de 24 de julho de 2014, , resolvem:

Art.1º. Aprovar os Programas, conforme anexo a esta Portaria, da ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO E RECUPRERAÇÃO DOS HANSENIANOS (AARH) - HOSPITAL SÃO JULIÃO, município de Campo Grande, MS, cujas vagas de residência médica obtiveram autorização da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC) e que estão habilitados ao recebimento das bolsas, atendidas as condições do Edital de Convocação nº 31/SGTES-MS/SESu-MEC/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO
Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

JESUALDO PEREIRA FARIAS
Secretário de Educação Superior

ANEXO

UF	MUNICIPIO	ESPECIALIDADE	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	CNPJ	PROTOCOLO CNRM	Nº DE BOLSAS
MS	CAMPO GRANDE	CLÍNICA MÉDICA	ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO E RECUPRERAÇÃO DOS HANSENIANOS	03.273.885/0001-90	2014-1538	4
MS	CAMPO GRANDE	OFTALMOLOGIA	ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO E RECUPRERAÇÃO DOS HANSENIANOS	03.273.885/0001-90	2015-1109	3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA Nº 47, DE 3 DE MAIO DE 2016

Define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde.

O SECRETÁRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo ao Decreto nº 8.065 de 7 de agosto de 2013, e o art. 46 da Portaria GM/MS nº 1.378, de 09 de julho de 2013, e

Considerando a Instrução Normativa SVS/MS nº 2, de 22 de novembro de 2005 que regulamenta as atividades da vigilância epidemiológica com relação à coleta, fluxo e a periodicidade de envio de dados da notificação compulsória de doenças por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN;

Considerando a Portaria nº 116/SVS/MS, de 11 de fevereiro de 2009, que regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 09 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2016junho de 2014, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 02 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e

Considerando a pactuação realizada na reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) de 28 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Definir os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde.

Art. 2º Para manutenção do repasse de recursos do PFVS e do PVVS do Bloco de Vigilância em Saúde, o monitoramento da regularidade na alimentação do SINAN pelos Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser realizado de acordo com os seguintes parâmetros:

I - será considerada situação irregular na alimentação do SINAN, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que não registrar, no período de 8 (oito) semanas epidemiológicas de notificação consecutivas no período avaliado a:

a) notificação individual de agravos de notificação compulsória;

b) notificação de surtos;

c) notificação de epizotias; ou

d) notificação negativa.

II - será considerada situação irregular na alimentação do SINAN, a Secretaria Estadual de Saúde e do Distrito Federal (SES) que não cumprir os seguintes parâmetros por 2 (dois) meses consecutivos no período avaliado:

a) Estado que utiliza o aplicativo SISNET para transferir os dados a partir de todos os municípios ou de todas regionais de saúde o envio será feito ao Ministério da Saúde (MS) de pelo menos 1 (um) lote por mês; e

b) Estado que utiliza o SISNET a partir da SES: envio será feito ao MS de pelo menos 1 (um) lote a cada quinzena.

§ 1º A verificação das notificações efetuadas por cada Município será realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) nas seguintes bases de dados do SINAN, no nível nacional:

a) notificação individual;

b) notificação de surtos;

c) notificação de epizootias; e

d) notificação negativa.

§ 2º A regularidade do envio de lotes pelas SES ao MS será verificada no Sistema de Acompanhamento de Produção Sisnet/Sinan NET (SAPSS).

Art. 3º Para manutenção do repasse do repasse de recursos do PFVS e do PVVS do Bloco de Vigilância em Saúde, o monitoramento da regularidade na alimentação do SINASC ou SIM pelas Secretarias Municipais de Saúde deve ser realizado de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Município com população inferior a 30.000 habitantes: será considerada situação irregular na alimentação do SINASC ou do SIM, quando não houver o envio de nenhuma notificação positiva ou negativa por mês de ocorrência, por 2 (dois) meses consecutivos, no período avaliado; e

II - Município com população de 30.000 habitantes ou mais: será considerada situação irregular na alimentação do SINASC ou do SIM, quando não houver a transferência de pelo menos 80% (oitenta por cento) do volume esperado de registros de óbitos ou de nascidos vivos por mês de ocorrência, por 2 (dois) meses consecutivos, no período avaliado.

§1º A meta de 80% (oitenta por cento) do volume esperado, transferido até 60 (sessenta) dias após o encerramento do mês de ocorrência, será repactuada anualmente na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), podendo este percentual variar com base em avaliação de desempenho nacional.

§2º Os municípios novos e aqueles que venham a ser criados, bem como aqueles dos quais estes se desmembraram, deverão receber um tratamento diferenciado no monitoramento da regularidade, para viabilizar a construção de série histórica, que permita estimar os volumes esperados de nascimentos e óbitos de residentes nestes.

§ 3º Durante o período de 4 (quatro) anos a contar da data da instalação destes municípios, os municípios novos, e os municípios dos quais estes se desmembraram, receberão o mesmo tratamento dado aos municípios com menos de 30.000 habitantes, independente do porte populacional, conforme o inciso I do caput.

Art. 4º Os parâmetros adotados para estipular o volume esperado de registros de nascidos vivos ou óbitos para os municípios previstos no inciso II do art. 3º, serão definidos com base no desempenho de cada Secretaria Municipal de Saúde, no que se refere à captação destes eventos nos últimos 3 (três) anos encerrados e publicados, conforme os seguintes estratos:

I - Municípios cuja taxa bruta de natalidade média ou taxa bruta de mortalidade média no último triênio seja considerada adequada, terão o número de nascidos vivos ou de óbitos esperados em cada mês calculado a partir do número de registros informados ao sistema de informação nos últimos 4 (quatro) anos, projetado por regressão linear simples para o ano em curso; e

II - Municípios cuja taxa bruta de natalidade média ou taxa bruta de mortalidade média no último triênio seja considerada inadequada, terão o número de nascidos vivos ou de óbitos esperados em cada mês calculado a partir, da aplicação da taxa bruta de natalidade ou mortalidade consideradas minimamente adequadas sobre a população estimada para o município no ano corrente, e na sua ausência, para o ano anterior;

§ 1º Para as finalidades desta Portaria, são parâmetros mínimos de adequação da taxa bruta de natalidade valores maiores ou iguais ao parâmetro regional correspondente ao porte populacional do município, conforme indicado no Anexo I a esta Portaria.

§ 2º Para fins de monitoramento, o número de nascidos vivos esperados por Município obtido a partir do método de cálculo descrito no caput deste artigo, será corrigido em função das coberturas habitualmente alcançadas, conforme o Anexo II a esta Portaria.

§ 3º Para as finalidades desta Portaria, são parâmetros mínimos de adequação da taxa bruta de mortalidade:

a) uma taxa superior ou igual a 4,4 por mil habitantes, em Municípios com população inferior a 50.000 habitantes; ou

b) uma taxa superior ou igual a 5,3 por mil habitantes, em Municípios com população igual ou maior que 50.000 habitantes.

§ 4º Para fins de monitoramento, o número de óbitos esperados por Município obtido a partir do método de cálculo descrito no caput deste artigo, será corrigido em função das coberturas habitualmente alcançadas, conforme o Anexo III a esta Portaria.

§ 5º O Ministério da Saúde emitirá anualmente Nota Técnica, apontando:

a) em que estrato se enquadra cada Município para as finalidades que preconizam os incisos I e II deste do caput do art. 4º; e

b) toda a memória de cálculo do número de nascidos vivos e óbitos esperados por ano e por mês, por Município.

Art. 5º Dentre os Municípios monitorados pelos parâmetros definido no inciso II do art. 4º, o bloqueio dos repasses, quando aplicável, incidirá sobre aqueles cuja insuficiência no envio de dados esperados comprometa em 20% (vinte por cento) ou mais do SINASC ou do SIM, o alcance da meta definida no parágrafo único do art. 3º.

Art. 6º Para manutenção do repasse de recursos do PFVS e do PVVS do Bloco de Vigilância em Saúde para as SES, o monitoramento da regularidade na alimentação do SINASC e SIM, será realizado com base no volume de nascidos vivos e de óbitos esperados para o Estado como um todo, independente do grau de descentralização na alimentação do sistema.

Parágrafo único. A SES terá situação considerada irregular na alimentação do SINASC e do SIM, quando a insuficiência no envio de dados pelo Estado e/ou Municípios impactar em comprometimento de 20% (vinte por cento) ou mais da meta estadual pactuada para o SINASC ou para o SIM, assumindo-se como meta o envio de pelo menos 80% (oitenta por cento) do volume esperado até 60 (sessenta) dias após o encerramento do mês de ocorrência, e como volume esperado para cada Unidade da Federação a soma dos volumes esperados para cada município para o respectivo ano.

Art. 7º O monitoramento da regularidade da alimentação do SINAN, do SINASC e do SIM pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, será realizado pelo Ministério da Saúde mensalmente, 60 (sessenta) dias após o encerramento dos 2 (dois) meses consecutivos a serem avaliados.

§ 1º Cada avaliação da regularidade deve ser feita para um período móvel de 18 (dezoito) meses cumulativos, onde o último mês é aquele encerrado há 60 (sessenta) dias.

§ 2º Os resultados do monitoramento mensal da alimentação de cada sistema serão divulgados pelo MS aos gestores estaduais e municipais.

Art. 8º As Secretarias de Saúde Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, que permanecerem irregulares na alimentação do SINAN, SINASC ou SIM, até a data da avaliação promovida nos meses de dezembro, abril e agosto, terão o repasse bloqueado nos quatro meses subsequentes do mês da avaliação, conforme estabelecido no art. 33 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 09 de julho de 2013.

§ 1º Cada avaliação deverá analisar o último bimestre que se agregou ao período de avaliação, e reavaliar todos os outros bimestres do período de avaliação mencionado no art. 8º, a partir de dados atualizados.

§ 2º Para fins de reavaliação de desbloqueio, por regra geral serão analisados todos os bimestres do período de avaliação.

§ 3º Após avaliação dos bimestres mencionada no paragrafo anterior, caso ainda persista a indicação de bloqueio em municípios com população entre 30.000 e 50.000 habitantes, por irregularidades no SINASC ou SIM, deverão ser analisados também se houve alcance da meta quadrimestral, semestral ou anual, e em caso de alcance em algum dos critérios adicionais, será indicado o desbloqueio.

Art. 9º O Fundo Nacional de Saúde efetuará o restabelecimento do repasse dos recursos no mês seguinte a regularização da alimentação dos sistemas de informação referentes às competências que geraram a suspensão.

§ 1º A regularização do repasse ocorrerá com a transferência retroativa dos recursos anteriormente suspensos, caso o preenchimento dos sistemas ocorra até 90 (noventa) dias da data de publicação da suspensão.

§ 2º A regularização do repasse ocorrerá sem a transferência dos recursos anteriormente suspensos caso a alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação da suspensão.

Art. 10. O monitoramento da regularidade será mantido mesmo no período pactuado de implantação de novas versões e/ou atualizações de versões do SINAN, SINASC e do SIM com esta ressalva para avaliação do impacto mediante tal situação.

Art. 11. As situações relacionadas com problemas técnicos nos aplicativos dos sistemas, ou na transmissão de dados, ou na implantação de novas versões e/ou atualizações não serão consideradas como inadimplência para fins de bloqueio de repasse financeiro.

Parágrafo único. Situações emergenciais não previstas neste artigo serão analisadas pela SVS/MS, mediante envio de justificativa pelo gestor estadual ou municipal.

Art. 12. Os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do SINAN, SINASC e no SIM deverão ser pactuados anualmente na CIT.

Art. 13. A SVS/MS terá o prazo de 6 (seis) meses após a publicação desta Portaria para incluir no artigo 33 da Portaria GM/MS nº 1.378/2013 o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) para manutenção do repasse de recursos do PFVS e do PVVS do Bloco de Vigilância em Saúde, a ser publicado por ato específico do Ministro de Estado da Saúde.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 201/SVS/MS, de 3 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 211, Seção 1, de 4 de novembro de 2010, página88;

II - a Portaria nº 6/SVS/MS, de 13 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 32, de 14 de fevereiro de 2014, Seção 1, página p.37; e

III - o art. 34 e seus incisos da Portaria nº 116/SVS/MS, de 11 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 12 de fevereiro de 2009, Seção 1, páginas 37 a 43.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO I

Parâmetros mínimos de adequação das Taxas Brutas de Natalidade, segundo região e porte populacional.

I - Para a Região Norte são parâmetros mínimos de adequação, Taxas Brutas de Natalidade maiores ou iguais a 14,2 em municípios menores de 50 (cinquenta) mil habitantes, e 14,0 em municípios de 50 mil ou mais habitantes.

II - Para a Região Nordeste são parâmetros mínimos de adequação, Taxas Brutas de Natalidade maiores ou iguais a 13,2 em municípios menores de 50 mil habitantes, e 12,8 em municípios de 50 (cinquenta) mil ou mais habitantes.

III - Para a Região Sudeste são parâmetros mínimos de adequação, Taxas Brutas de Natalidade maiores ou iguais a 10,5 em municípios menores de 50 (cinquenta) mil habitantes, e 11,5 em municípios de 50 (cinquenta) mil ou mais habitantes.

IV - Para a Região Sul são parâmetros mínimos de adequação, Taxas Brutas de Natalidade maiores ou iguais a 10,0 em municípios menores de 50 (cinquenta) mil habitantes, e 12,1 em municípios de 50 (cinquenta) mil ou mais habitantes.

V - Para a Região Centro-Oeste são parâmetros mínimos de adequação, Taxas Brutas de Natalidade maiores ou iguais a 10,7 em municípios menores de 50 (cinquenta) mil habitantes, e 13,8 em municípios de 50 (cinquenta) mil ou mais habitantes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

Parâmetros adotados para corrigir, para fins de monitoramento, o volume de registros de nascidos vivos esperados por Municípios no prazo de até 60 (sessenta) dias após o mês de ocorrência, calculados conforme definições desta portaria:

I - Se a razão entre número médio de nascidos vivos observados no triênio e número de nascidos vivos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de natalidade sobre a população local for menor que 40% (quarenta por cento), o número de nascidos vivos esperados deve ser corrigido para 40% (quarenta por cento) do que é projetado pela taxa bruta de natalidade de adequação mínima.

II - Se a razão entre número médio de nascidos vivos observados no triênio e número de nascidos vivos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de natalidade sobre a população local corresponder a um valor entre 40%(quarenta por cento) e 89% (oitenta e nove por cento), o número de nascidos vivos esperados deve ser acrescido de 10% (dez por cento) do que é projetado pela taxa bruta de natalidade de adequação mínima.

III - Se razão entre número médio de óbitos observados no triênio e número de óbitos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de natalidade sobre a população local for maior ou igual a 90% (noventa por cento), o número de nascidos vivos esperados deve ser aquele que é projetado pela TBN de adequação mínimo, sem correção.

IV - Se o parâmetro para o calculo do número esperado de nascidos vivos são os dados diretos do sistema, o número de nascidos vivos esperados deve ser aquele que é projetado pela regressão linear simples a partir da série histórica do sistema nos últimos 4 (quatro) anos, sem correção.

V - Após a definição das metas anuais, feita pela aplicação dos critérios acima estabelecidos nos itens I a IV, deve-se compará-las com as metas do ano anterior, e todo município que apresente uma variação positiva entre um ano e outro de mais de 15% (quinze por cento) no número de nascidos vivos a serem coletados, o aumento da meta deve ser limitado a 15% (quinze por cento).

ANEXO III

Parâmetros adotados para corrigir, para fins de monitoramento, o volume de registros de óbitos esperados por Municípios no prazo de até 60 (sessenta) dias após o mês de ocorrência, calculados conforme definições desta portaria:

I - Se a razão entre número médio de óbitos observados no triênio e número de óbitos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de mortalidade sobre a população local for menor que 40% (quarenta por cento), o número de óbitos esperados deve ser corrigido para 40% (quarenta por cento) do que é projetado pela taxa bruta de mortalidade de adequação mínima.

II - Se a razão entre número médio de óbitos observados no triênio e número de óbitos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de mortalidade sobre a população local corresponder a um valor entre 40% (quarenta por cento) e 89%, o número de óbitos esperados deve ser acrescido de 10% do que é projetado pela taxa bruta de mortalidade de adequação mínima.

III - Se razão entre número médio de óbitos observados no triênio e número de óbitos esperados a partir da aplicação do parâmetro mínimo de adequação da taxa bruta de mortalidade sobre a população local for maior ou igual a 90%, o número de óbitos esperados deve ser aquele que é projetado pelo CGM de adequação mínimo, sem correção.

IV - Se o parâmetro para o calculo do número esperado de óbitos são os dados diretos do sistema, o número de óbitos esperados deve ser aquele que é projetado pela regressão linear simples a partir da série histórica do sistema nos últimos 4 (quatro) anos, sem correção.

V - Após a definição das metas anuais, feita pela aplicação dos critérios acima estabelecidos nos itens I a IV, deve-se compará-las com as metas do ano anterior, e todo município que apresente uma variação positiva entre um ano e outro de mais de 15% (quinze por cento) no número de óbitos a serem coletados, o aumento da meta deve ser limitado a 15% (quinze por cento).

Ministério das Cidades

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades.

A MINISTRA DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e

Considerando a solicitação de remanejamento de recursos entre Unidades da Federação, formulada pelo Agente Operador, com fulcro no art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, resolve:

Art. 1º Os Anexos II e III da Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2016, Seção 1, páginas 27 a 29, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO II

PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR

COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

EXERCÍCIO 2016

(Valores em R$ 1.000,00)

UF /REGIÕES	Pró-Moradia	Carta de Crédito Individual (Operações ordinárias)	Carta de Crédito Associativo	Apoio à Produção de Habitações
RO	4.058	137.369	6.146	137.369
AC	8.029	271.867	12.164	171.867
AM	15.081	510.688	22.850	260.688
RR	7.145	241.969	10.826	191.969
PA	36.274	1.228.375	54.961	628.375
AP	15.815	535.562	23.963	235.562
TO	6.208	210.228	9.406	210.228
NORTE	92.610	3.136.058	140.316	1.836.058
MA	11.229	380.266	17.014	480.266
PI	15.852	336.818	24.019	336.818
CE	21.290	720.953	32.257	570.953
RN	12.234	514.280	18.536	414.280
PB	8.730	945.620	13.227	295.620
PE	38.408	550.631	58.194	950.631
AL	16.038	343.100	24.300	443.100
SE	10.962	371.221	16.609	421.221
BA	32.251	692.152	48.866	1.092.152
NORDESTE	166.994	4.855.041	253.022	5.005.041
MG	49.367	2.321.757	74.799	1.621.757
ES	10.254	347.222	15.536	347.222
RJ	52.336	622.294	79.297	1.272.294
SP	102.490	3.020.695	155.288	6.070.695
SUDESTE	214.447	6.311.968	324.920	9.311.968
PR	34.611	2.022.068	52.442	1.422.068
SC	16.710	1.215.855	25.318	915.855
RS	18.202	1.166.398	27.579	1.616.398
SUL	69.523	4.404.321	105.339	3.954.321
MS	14.545	492.546	22.038	492.546
MT	77.529	925.418	117.468	325.418
GO	12.270	1.815.491	18.590	765.491
DF	12.082	409.157	18.307	659.157
C.OESTE	116.426	3.642.612	176.403	2.242.612
TOTAL	660.000	22.350.000	1.000.000	22.350.000

Observação:

Distribuição efetuada de acordo com a demanda projetada pelo Agente Operador do FGTS - Caixa Econômica Federal."

"ANEXO III

DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS

DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

EXERCÍCIO 2016

(Valores em R$ 1.000,00)

UF / REGIÕES	VALOR
RO	31.264
AC	41.768
AM	84.812
RR	33.875
PA	234.269
AP	71.379
TO	45.496
NORTE	542.863
MA	102.884
PI	127.210
CE	165.319
RN	194.363
PB	278.038
PE	243.343
AL	173.369
SE	92.996
BA	228.309
NORDESTE	1.605.831
MG	691.314
ES	71.660
RJ	37.854
SP	916.201
SUDESTE	1.917.029
PR	444.405
SC	237.376
RS	294.718
SUL	976.499
MS	125.023
MT	185.063
GO	459.682
DF	88.010
C.OESTE	857.778
TOTAL	5.900.000

Observação:

Distribuição efetuada de acordo com a demanda projetada pelo Agente Operador do FGTS - Caixa Econômica Federal."

Art. 2 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS MAGALHÃES

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 914, DE 31 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.006893/2014-23 e nº 53710.000249/1999 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA DE CORAÇÃO DE JESUS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coração de Jesus / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.774, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano Nacional de Outorgas 2016/2017 para o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, tanto em frequência modulada (FM), quanto de sons e imagens (TV), a ser disponibilizado no sítio do Ministério das Comunicações na Internet.

Art. 2º A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a inclusão ou exclusão de localidades, no momento de publicação dos editais de seleção, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.775, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, resolve.

Art. 1° Aprovar o Plano Nacional de Outorgas 2017/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária, a ser disponibilizado no site do Ministério das Comunicações.

Art. 2º A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a exclusão de localidades, no momento de publicação dos editais de seleção, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.776, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, resolve.

Art. 1° Aprovar o Plano Nacional de Outorgas 2016 para o serviço de radiodifusão comunitária para Povos e Comunidades Tradicionais, a ser disponibilizado no site no Ministério das Comunicações.

Art. 2º A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica poderá propor a exclusão de localidades, no momento de publicação dos editais de seleção, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.803, DE 3 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 87 da Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações -CBT, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº 53000.042959/2012-21, acolho os fundamentos do PARECER Nº 368/2014/SEI-MC, da Consultoria Jurídica deste Ministério, para:

Art. 1º Declarar a inexistência de infração administrativa e a inaplicabilidade de penalidade à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A., em razão de alteração do quadro diretivo, efetivada por meio de ato do Presidente da República.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 1.194, DE 28 DE ABRIL DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, resolveu afastar a condição prevista no inciso I do art. 98 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e aprovar a posteriori, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001, a transferência de controle da ACESSO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, CPF/MF n.º 05.126.814/0001-90, realizada por meio da sua 6.ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco no dia 15 de fevereiro de 2012, o qual passou a ser compartilhado entre Paulo Roberto Lagedo Lins e Marcos Lagedo Lins.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não provimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo nº 53000.025739/2008 - Rádio União de Franca Ltda.

Despacho 8277/2015 - Nega provimento ao Recurso e revê de ofício o Despacho nº 2504/2015, aplicando multa no valor de R$ 9.540,00.

Processo nº 53504.016318/2012 - Abril Radiodifusão S.A.

Despacho 8261/2015 - Nega provimento ao Recurso e revê de ofício o Despacho nº 3438/2014, aplicando multa no valor de R$ 855,00.

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 51.395, DE 4 DE MAIO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CNPJ nº 15.102.288/0329-71 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de MULTA e/ou ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535160076802014	10458	24/11/2015	Advertência e Multa
535160070822014	10803	08/12/2015	Advertência e Multa
535160049392014	10385	23/11/2015	Advertência e Multa
535200035322014	10787	07/12/2015	Advertência e Multa
535160038812015	10804	08/12/2015	Advertência e Multa
535200019032014	10809	08/12/2015	Advertência e Multa
535160071582014	10788	07/12/2015	Advertência e Multa
535160026822013	8181	18/09/2015	Advertência e Multa
535160076772012	1022	19/02/2015	Advertência e Multa
535160011462015	7457	01/09/2015	Advertência e Multa
535160011472015	6849	18/08/2015	Advertência e Multa
535160066722014	7586	03/09/2015	Advertência e Multa
535160015122015	7639	04/09/2015	Advertência e Multa
535200006482015	6936	20/08/2015	Advertência e Multa
535160031242015	10044	10/11/2015	Advertência e Multa
535160030952015	9978	05/11/2015	Advertência e Multa
535200001182014	6888	19/08/2015	Advertência e Multa
535200024392015	10777	07/12/2015	Multa
535200036972014	10885	10/12/2015	Multa
535160025872015	10920	11/12/2015	Multa
535160036982015	10170	13/11/2015	Multa
535160039652015	10778	07/12/2015	Multa
535200018582015	10054	10/11/2015	Multa
535160039732015	10769	07/12/2015	Multa
535160076232014	10783	07/12/2015	Multa
535200023442014	11088	21/12/2015	Multa
535200024942014	11087	21/12/2015	Multa
535200020542014	10400	23/11/2015	Multa
535200021462015	10015	09/11/2015	Multa
535160028702014	6723	14/08/2015	Multa
535160018982015	8005	15/09/2015	Multa
535200019352013	8315	21/09/2015	Multa
535160053832013	6526	10/08/2015	Multa
535200016652015	9415	22/10/2015	Multa
535160020632015	9678	27/10/2015	Multa
535200010542015	9441	22/10/2015	Multa
535160030982013	8306	21/09/2015	Multa
535200009432013	5155	30/06/2015	Multa
535160034282015	10085	11/11/2015	Multa
535200027312014	10395	23/11/2015	Multa
535160074612014	10768	07/12/2015	Advertência
535160019222015	9254	16/10/2015	Advertência
535160019292015	8915	06/10/2015	Advertência
535160019012015	8088	16/09/2015	Advertência
535160019302015	8909	06/10/2015	Advertência
535160019322015	8919	06/10/2015	Advertência
535200008682015	8201	18/09/2015	Advertência
535160031372015	9696	27/10/2015	Advertência
535200018972015	9695	27/10/2015	Advertência
535200017172015	9234	16/10/2015	Advertência
535160019182015	8917	06/10/2015	Advertência
535160018922015	7483	01/09/2015	Advertência

CELSO FRANCISCO ZEMANN

O Gerente Substituto da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de MULTA e/ou ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200001362014	7855	10/09/2015	Multa
535160032892014	7796	09/09/2015	Advertência
535160003912015	7894	11/09/2015	Advertência e Multa
535160049072014	7872	10/09/2015	Advertência e Multa

MARCIO ANTONIO PROTZEK

O Gerente da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de MULTA e/ou ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535160039462015	10772	07/12/2015	Advertência
535160058542014	11091	21/12/2015	Multa
535160046992014	10064	10/11/2015	Multa
535160076012014	10462	24/11/2015	Multa
535160060962014	10467	24/11/2015	Advertência e Multa
535160019332015	8916	06/10/2015	Advertência
535160019272015	9256	16/10/2015	Advertência
535160020292014	10404	23/11/2015	Advertência e Multa
535160033652015	10165	13/11/2015	Advertência e Multa
535160019742013	6550	10/08/2015	Advertência e Multa
535160027692015	9599	26/10/2015	Multa
535160015402015	7981	14/09/2015	Advertência e Multa
535160019242015	8908	06/10/2015	Advertência
535160019232015	8907	06/10/2015	Advertência
535160008262015	6648	12/08/2015	Advertência e Multa
535160013482015	8008	15/09/2015	Advertência e Multa
535160060952014	10461	24/11/2015	Advertência e Multa
535160028112015	9598	26/10/2015	Advertência e Multa
535160042442013	9507	23/10/2015	Advertência e Multa
535160055092014	6891	19/08/2015	Multa
535160010652013	1489	06/03/2015	Multa
535160019202015	9255	16/10/2015	Advertência
535160041862012	5984	22/07/2015	Advertência
535160022782013	6414	04/08/2015	Multa
535160015152015	7463	01/09/2015	Advertência
535200012482014	6685	13/08/2015	Advertência e Multa
535160025842014	6722	14/08/2015	Multa
535160025522013	6808	18/08/2015	Advertência e Multa
535160028032014	6679	13/08/2015	Advertência e Multa
535160048112014	6828	18/08/2015	Advertência
535160047722014	6683	13/08/2015	Advertência e Multa
535200021152014	10618	30/11/2015	Advertência
535200023082015	10780	07/12/2015	Multa
535200024342015	10779	07/12/2015	Multa
535200033582014	10463	24/11/2015	Advertência
535200033572014	10464	24/11/2015	Multa
535200008642014	9600	26/10/2015	Advertência e Multa
535200013752014	11006	15/12/2015	Multa
535200016182015	9303	20/10/2015	Multa
535200031642014	11005	15/12/2015	Multa
535200035052014	11063	18/12/2015	Multa
535200037012014	11004	15/12/2015	Multa
535200024932014	10459	24/11/2015	Advertência e Multa
535200020382014	6835	18/08/2015	Advertência e Multa
535200010992013	6438	05/08/2015	Multa
535200013382015	9064	09/10/2015	Multa
535200030502013	4739	19/06/2015	Advertência e Multa
535200010312015	9413	22/10/2015	Multa
535200010222015	9352	21/10/2015	Advertência e Multa
535200001702014	6884	19/08/2015	Multa
535200000452014	6886	19/08/2015	Multa
535200007462015	7556	02/09/2015	Multa

CELSO FRANCISCO ZEMANN

O Gerente da Gerência Regional Substituto da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de MULTA e/ou ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200001452014	7854	10/09/2015	Multa

MÁRCIO ANTÔNIO PROTZEK

O Gerente da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de ADVERTÊNCIA e/ou MULTA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200035452014	10766	07/12/2015	Advertência
535200028462014	10466	24/11/2015	Advertência
535160019282015	8911	06/10/2015	Advertência
535160018942015	7482	1º/09/2015	Advertência
535160012072015	6964	20/08/2015	Advertência
535160018912015	7481	1º/09/2015	Advertência
535160019252015	6559	10/08/2015	Advertência
535160018972015	8084	16/09/2015	Advertência
535200016192015	9302	20/10/2015	Advertência
535200005922015	6963	20/08/2015	Advertência
535160019262015	8912	06/10/2015	Advertência
535160018932015	7478	1º/09/2015	Advertência
535160019002015	7552	02/09/2015	Advertência
535160019312015	9252	16/10/2015	Advertência
535160018992015	7538	02/09/2015	Advertência
535160018952015	7480	1º/09/2015	Advertência
535200025972014	7587	03/09/2015	Advertência
535160076712014	10989	15/12/2015	Multa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

535200035062014	10469	24/11/2015	Multa
535160076002014	10774	07/12/2015	Multa
535200035072014	11003	15/12/2015	Multa
535160069472014	10991	15/12/2015	Multa
535200020852015	11093	21/12/2015	Multa
535200036982014	10782	07/12/2015	Multa
535200019242015	9974	05/11/2015	Multa
535160018382013	4323	08/06/2015	Multa
535160013782015	6153	27/07/2015	Multa
535200008772014	6805	18/08/2015	Multa
535200010992015	9139	13/10/2015	Multa
535200021992013	6535	10/08/2015	Multa
535160073332013	6883	19/08/2015	Multa
535160030312015	9596	26/10/2015	Multa
535160066712014	6840	18/08/2015	Multa
535160005502014	8308	21/09/2015	Multa
535160025892015	9757	28/10/2015	Multa
535200016162015	10046	10/11/2015	Advertência e Multa
535200019232015	10164	13/11/2015	Advertência e Multa
535160025712013	6552	10/08/2015	Advertência e Multa
535160023522014	6676	13/08/2015	Advertência e Multa
535160047732014	6681	13/08/2015	Advertência e Multa
535160008252015	8180	18/09/2015	Advertência e Multa
535160015132015	8058	16/09/2015	Advertência e Multa
535160023512014	6831	18/08/2015	Advertência e Multa
535160019712013	6549	10/08/2015	Advertência e Multa
535160022902013	6468	06/08/2015	Advertência e Multa
535160015142015	7617	03/09/2015	Advertência e Multa
535200003182015	6514	07/08/2015	Advertência e Multa
535160011452015	7980	14/09/2015	Advertência e Multa

CELSO FRANCISCO ZEMANN

O Gerente Substituto da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina aplica nos processos abaixo relacionados às sanções de ADVERTÊNCIA e/ou MULTA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97:

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
535200004952014	7869	10/09/2015	Multa
535160006452014	7858	10/09/2015	Multa
535200012572014	7856	10/09/2015	Multa
535200004942014	7871	10/09/2015	Advertência e Multa
535160015392015	7892	11/09/2015	Advertência e Multa

MÁRCIO ANTÔNIO PROTZEK

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não conhecimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo	Despacho nº	Nome	CPF/CNPJ	Data
53504.009142/2013	9840/2015	José da Silva Camargo	098.977.558-53	29/10/2015
53504.014109/2012	7994/2015	Erick Vitor Risso Won Aancken	340.271.018-80	14/09/2015
53000.022168/2009	7/2016	Associação Rádio Comunitária Super	01.538.831/0001-84	05/01/2016
53504.012593/2012	10126/2015	IFI Tecnologia e Informática Ltda- ME	07.518.320/0001-87	12/11/2015
53504.010811/2013	9854/2015	Associação Comunitária Excelsior	01.953.606/0001-04	29/10/2015
55304.003154/2012	10219/2015	João Armindo	175.444.679-53	16/11/2015
53504.000683/2013	10802/2015	Próspera Trading Importação e Exportação Ltda.	05.421.217/0001-99	08/12/2015
53504.008312/2013	10130/2015	Ernani de Oliveira	019.357.658-92	12/11/2015
53504.017982/2011	10146/2015	Prefeitura Municipal de Limeira	45.132.495/0001-40	12/11/2015

Processo nº 53504.005015/2012 - Rádio Excelsior S.A.
Despacho nº 10083/2015 - Determina o conhecimento do Recurso interposto, anula o Despacho nº 3440/2015 e arquiva o processo sem aplicação de sanção.
Processo nº 53000.044658/2009 - Rádio Iguatemi Ltda.
Despacho nº 9738/2015 - Determina o conhecimento do Recurso interposto, anula o Despacho nº 2256/2014 e arquiva o processo sem aplicação de sanção.
Processo nº 53000.025132/2010 - Associação de Comunicação Comunitária de Gália
Despacho nº 10083/2015 - Determina o conhecimento do Recurso interposto, anula o Despacho nº 6656/2014 e arquiva o processo sem aplicação de sanção.

SANDRO ALMEIDA RAMOS

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO GERENTE

O GERENTE DA GERÊNCIA REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
53528.003797/2011	4641	09/09/2014	Não conhecimento e manutenção da decisão recorrida.
53528.005986/2011	2780	11/06/2014	Conhecimento e manutenção da decisão recorrida.

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica as sanções, em conformidade com o artigo 173, I e II, da Lei nº 9.472/1997, por infrações aos dispositivos normativos indicados:

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção (R$)	Enquadramento Legal	Despacho
53566.002289/2015-15	Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta	Jaguaribe/CE	06.737.365/0001-80	Advertência	Art. 40, XXII, Decreto 2.615/1998	10, 02/03/2016
53560.002433/2015	Associação dos Amigos do Bairro da Matriz de Jaguaribara	Jaguaribara/CE	03.264.970/0001-92	Advertência e Multa 1.282,50	Art. 3º, I, c/c 5º, Resolução 571/2011; Art. 40, XXII, Decreto 2.615/1998	328, de 04/03/2016
53563.001606/2015-48	Associação de Desenvolvimento Comunitário das Campinas	Macaíba/RN	01.408.286/0001-01	Advertência e Multa 1.466,25	Item 19.3.2.a e b, Norma 1/2011; Art. 55, I, b, Resolução 242/2000; Art, 40, XXII, Decreto nº 2.615/1998	290, de 02/03/2016
53560.002209/2015	Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim	Fortim/CE	02.971.366/0001-33	Multa 1.439,25	Art. 18, Resolução 303/2002; Art. 40, XXII, Decreto 2.615/1998	308, de 03/03/2016
53566.001124/2015-68	Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas da Cidade de Santa Filomena	Santa Filomena/PI	02.328.492/0001-74	Advertência e Multa 1.353,75	Art. 3º, I, c/c 5º, Resolução 571/2011; Art. 40, XXII, Decreto 2.615/1998; Item 19.3.2.b, Norma 1/2011; Art. 18, Resolução 303/2002	8, de 29/02/2016

Arquiva, sem aplicação de sanção:

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Despacho
53566.001086/2015	Ivanir Pereira Lima	Teresina/PI	124.680.248-18	327, de 04/03/2016
53000.056142/2010	TV Cidade de Fortaleza Ltda.	Fortaleza/CE	07.152.630/0001-20	415, de 23/03/2016

JOÃO GUILHERME ARRAIS HERMANS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.134, DE 21 DE ABRIL DE 2016

Declarar extinta, por renúncia, a partir de 29 de março de 2016, a autorização outorgada à CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA, CNPJ/MF nº 60.742.616/0001-60, por intermédio do Ato n° 47.103, de 5 de outubro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2004, para explorar o Serviço Limitado Privado - Aplicação Radiochamada, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequência associada..

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.156, DE 25 DE ABRIL DE 2016

Declarar extinta, por renúncia, a partir de 13 de janeiro de 2016, a autorização outorgada à Dias e Coelho Ltda-ME, CNPJ/MF nº 10.938.024/0001-40, por intermédio do Ato n° 1.908, de 25 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.162, DE 26 DE ABRIL DE 2016

Declarar extinta, por renúncia, a partir de 06 de abril de 2014, a autorização outorgada à Valparaíso Serviços de Tecnologia Ltda-ME, CNPJ/MF nº 09.648.516/0001-11, por intermédio do Ato n° 5.322, de 24 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 02 de setembro de 2015, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 51.393, DE 3 DE MAIO DE 2016

Outorgar autorização para uso das radiofrequências discriminadas na tabela anexa, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, a serem utilizadas para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), sem exclusividade, em caráter precário e secundário, até o dia 31 de dezembro de 2025.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Nº 6 - Processo nº 53500.005879/2016 O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156, inciso II, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, referente à solicitação de Autorização de Uso de Radiofrequência na localidade de Vera, no estado do Mato Grosso;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, § 1º, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, aprovado pela Resolução nº 255, de 29 de março de 2001;

CONSIDERANDO o disposto no INFORME Nº 684/2016/SEI/ORLE/SOR; Decide:

Indeferir o pleito de Autorização de Uso de Radiofrequência na localidade de Vera, no estado do Mato Grosso, de interesse da da RADIO VERA LTDA - ME, CNPJ n.º 04.362.624/0001-00.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Ato nº 751, de 23 de Março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de Março de 2016, Seção 1, Página 69, Retifica-se conforme abaixo.

Onde se lê: "Unique Serviços de Telecomunicações LTDA"

Leia-se: "Unic Serviços de Telecomunicações LTDA"

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.884, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 71 da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, na Portaria MC nº 4.321, de 17 de setembro de 2015 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às consignações de canal digital das entidades executantes do serviço de radiodifusão e seus ancilares, listadas em anexo.

ANEXO

PORTARIA Nº	DATA	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO	POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO IMEDIATA
179	03/05/2016	TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	DF	Brasília	RTVD-SEC	19	53900.068618/2015-84	NÃO
180	03/05/2016	TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA	DF	Brasília	RTVD-SEC	44	53900.068618/2015-84	SIM
184	03/05/2016	FUNDAÇÃO EVANGÉLICA BOAS NOVAS	DF	Brasília	RTVD-SEC	46	53900.068618/2015-84	NÃO
185	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA	DF	Brasília (Ceilândia)	RTVD-SEC	25	53900.068618/2015-84	NÃO
187	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO CAPITAL LTDA	DF	Brasília	RTVD-SEC	23	53900.068618/2015-84	SIM
189	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO CV LTDA	DF	Brasília	RTVD-SEC	29	53900.068618/2015-84	NÃO
191	03/05/2016	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA	GO	Formosa	RTVD-PRI	24	53900.068618/2015-84	SIM
199	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO CAPITAL LTDA	GO	Luziânia	RTVD-SEC	22	53900.068618/2015-84	NÃO
200	03/05/2016	FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO	GO	Novo Gama	RTVD-SEC	41	53900.068618/2015-84	SIM
201	03/05/2016	TV COMUNITÁRIA NOVO GAMA S/C LTDA	GO	Novo Gama	RTVD-SEC	59	53900.068618/2015-84	SIM
202	03/05/2016	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SAO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	GO	Planaltina	RTVD-SEC	34	53900.068618/2015-84	SIM
205	03/05/2016	RÁDIO E TELEVISÃO CAPITAL LTDA	GO	Santo Antônio do Descoberto	RTVD-SEC	22	53900.068618/2015-84	SIM

ROBERTO PINTO MARTINS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 3 de maio de 2016

Nº 372 - O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 5695/2016/SEI-MC, constante do processo 53500.008324/2014-25, de sorte a indeferir o requerimento de aumento de potência e de mudança do sistema irradiante formulado pela RÁDIO MAMPITUBA LTDA. permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 695 - O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XVI, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9687/2016/SEI-MC, constante do processo 53000.005955/2012-61, de sorte a indeferir o pedido de aumento de potência e de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela TROPICAL DO AGRESTE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Igarassu, estado de Pernambuco.

ROBERTO PINTO MARTINS

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Secretário, de 08 de março de 2016, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicado no D.O.U de 03 de maio de 2016 - Seção 1 - pág. 52, onde se lê: 53000.031823/2013-76, leia-se: 53000.035264/2013-73.

Na Portaria SCE nº 387, de 21 de março de 2016, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicada no D.O.U de 03 de maio de 2016 - Seção 1 - pág. 51, acrescenta-se: Art. 3º Tornar sem efeito a Portaria nº. 2767/2014/SEI-MC e Art. 4º Considerar prejudicado o recurso apresentado e consignar o direito de o interessado apresentar novo recurso no prazo legal.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA

Em 25 de abril de 2016

Nº 620 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA,no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento definitivo das entidades abaixo pela continuidade do serviço de RTV em tecnologia digital, nas localidades afetadas pelo desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão em Brasília/DF, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações e art. 8º da Portaria 4.287, de 2015, constante do processo nº 53900.068618/2015-84.

Parágrafo único. Indeferimento das Entidades Detentoras de Autorização - EDA, com base no art. 9º da Portaria 4.287, de 2015, a seguir:

Entidade	CNPJ	Localidade	UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo da Manifestação de Interesse	Motivo do Indeferimento
SOCIEDADE DE TELEVISÃO EDUCATIVA DE FORMOSA LTDA	04.267.745/0001-72	Formosa	GO	11-	29	P	SEQ-R13929	IRREGULAR JUNTO AO FISTEL
SENADO FEDERAL	00.530.279/0001-15	Brasília (Gama)	DF	36	50	P	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE
FUNDAÇÃO EDUCATIVA APOIO	03.656.535/0001-03	Brasília	DF	43+	-	P	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA	01.138.122/0001-01	Cristalina	GO	7	-	S	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE
TELEVISÃO ANHANGUERA S.A.	01.534.510/0001-01	Luziânia	GO	33	-	P	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE
REDE GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	05.113.990/0001-98	Luziânia	GO	58	17	S	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE
SOCIEDADE DE TELEVISÃO EDUCATIVA DE PLANALTINA LTDA	00.505.612/0001-36	Planaltina	GO	22	30	P	-	NÃO MANIFESTOU INTERESSE

Art. 2º A nota técnica a respeito do indeferimento definitivo estará à disposição dos interessados nos autos do processo a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA OLIVEIRA CORRÊA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do Passaporte
Ellen Gracie Northfleet	Ofício do STF, de 12 de abril de 2016	Supremo Tribunal Federal	02 anos

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do Passaporte
George Rodrigo Bandeira Galindo	Memorando n. 19 da Consultoria Jurídica, de 06 de abril de 2016	Ministério das Relações Exteriores	3 anos

MAURO VIEIRA

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA Nº 30, DE 4 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 15 do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto n° 7.849, de 23 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1° - Fixar as metas globais para o Ciclo de Avaliação Institucional de Desempenho da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, período de 07 de maio de 2016 a 06 de maio de 2017, em consonância com o disposto no art. 5°, § 1°, inciso I, do Decreto nº 7.133/2010, conforme estabelecido abaixo:

Indicador	Unidade	Produto Especificação	Índice da meta a ser alcançada
Realização de debates	17	Cursos, seminários, conferências, workshops, palestras e mesas redondas realizadas.	100%
Edição de obras	30	Publicações especializadas	100%

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE SOBRE A FACILITAÇÃO DA CONCESSÃO DE VISTOS DE NEGÓCIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique (doravante denominados conjuntamente por "Partes" e separadamente por "Parte");

Desejando salvaguardar o princípio da reciprocidade e facilitar os deslocamentos de seus nacionais entre os territórios de ambas as Partes;

Desejando consolidar e fortalecer as relações de amizade e cooperação em matéria de circulação de pessoas entre as Partes;

Visando eliminar barreiras com vista ao aprofundamento dos laços sociais, econômicos e culturais que unem ambas as Partes;

Reconhecendo a necessidade de fomentar a realização de negócios e investimentos entre as Partes;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

(Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto a facilitação de entrada e permanência de Homens de Negócios nacionais de cada Estado, entre os territórios de ambas as Partes.

Artigo 2

(Âmbito)

1. O presente Protocolo aplica-se aos cidadãos dos respectivos Países que se desloquem para o território de cada uma das Partes em negócios que incluem as seguintes atividades:

a) Prospecção de oportunidades comerciais e de investimento;

b) Participação em reuniões, conferências e seminários de negócios, desde que não remunerados;

c) Assinatura de contratos e atividades financeiras, de gestão e administrativas;

d) Aquisição de bens e serviços para o mercado.

2. Os nacionais das Partes que desejam exercer atividades remuneradas ou assalariadas, participar em atividades de pesquisa, estágios, estudos e trabalhos de caráter social, bem como realizar atividades de assistência técnica, de carácter missionário, religioso ou artístico não são abrangidos pelo presente Acordo.

Artigo 3

(Visto de Negócios)

1. Para efeitos do presente Protocolo, o visto de negócios é concedido pelas Autoridades competentes das Partes ao cidadão nacional de cada uma das Partes que se desloca ao outro País, em conexão com a atividade que desenvolve.

2. O visto de negócios é concedido com prazo de validade de 1 ano, múltiplas entradas, para um período autorizado de estada de 90 dias por ano, improrrogáveis.

3. O prazo limite para a primeira utilização do visto de negócios é regulado pela lei de cada Parte.

4. As Partes envidarão todos os esforços para conceder o Visto mencionado no presente artigo no mais breve prazo possível.

Artigo 4

(Homens de Negócios)

1.Para efeitos do presente Protocolo, entende-se por Homens de Negócios os cidadãos de ambas as Partes que se desloquem para o território da outra para:

a) Realizar a prospecção de oportunidades comerciais e de investimento;

b) Participar em reuniões, conferências e seminários de negócios, desde que não remunerados por fontes da Parte receptora;

c) Negociar e assinar contratos;

d) Desenvolver atividades de gestão e administração de negócios;

e) Adquirir e vender bens e serviços para o mercado;

f) Realizar transações financeiras e comerciais legalmente previstas na ordem jurídica de cada uma das partes.

Artigo 5

(Procedimentos Migratórios)

O presente Protocolo não isenta os cidadãos de ambas as Partes das obrigações do cumprimento dos procedimentos legais de entrada, permanência e saída em vigor no território de cada Parte.

Artigo 6

(Emenda)

O presente Protocolo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, através de canais diplomáticos.

Artigo 7

(Resolução de Litígios)

Qualquer litígio entre as Partes resultante da interpretação ou implementação do presente Protocolo será resolvido por via amigável, através de consultas ou negociações entre elas.

Artigo 8

(Suspensão do Protocolo)

O presente Protocolo pode ser suspenso por cada uma das Partes, por razões de Ordem Pública, Segurança Pública ou Saúde Pública, devendo ser notificada a outra Parte, através de troca de notas pela via Diplomática, com aviso prévio de 30 dias.

Artigo 9

(Comitê de Implementação)

1. É estabelecido um Comitê Conjunto para assegurar a implementação do presente Protocolo.

2. O Comitê reunir-se-á, pelo menos uma vez por ano, alternadamente, no País de cada uma das Partes, para avaliar a implementação do Protocolo.

Artigo 10

(Entrada em Vigor, Duração e Denúncia)

1. O presente Protocolo entrará em vigor 30 dias após a data da recepção pelo Governo da República Federativa do Brasil da notificação escrita do Governo da República de Moçambique, através dos canais diplomáticos, sobre o cumprimento das formalidades legais internas para sua entrada em vigor.

2. O presente Protocolo permanecerá em vigor até a sua denúncia nos termos do número 3 do presente Artigo.

3. O presente Protocolo poderá ser denunciado por qualquer das Partes com aviso prévio de 180 dias, por canais diplomáticos, da intenção de o fazer.

Feito em Maputo, aos 30 dias do mês de março de 2015, em dois textos originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MAURO VIEIRA
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
OLDEMÁRIDO BALOI
Ministro de Negócios Extrangeiros e Cooperação

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 164, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A, inciso II, e 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, na Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011, o que consta no Processo nº 48000.000095/2016-63, e considerando que

a Portaria MME nº 556, de 28 de dezembro de 2015, reconheceu a necessidade de importação de energia elétrica da República Oriental do Uruguai, de forma excepcional e temporária, por meio das Conversoras de Frequência de Rivera (70 MW) e de Melo (500 MW), e indicou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para representar a referida importação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, até 31 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a Filial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0002-07, com Escritório Central na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º Andar, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada Autorizada, a importar da República Oriental do Uruguai até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada através da Estação Conversora de Frequência de Rivera, e até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada pela futura Estação Conversora de Frequência de Melo, localizadas no Uruguai, na fronteira com o Brasil.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A importação de energia elétrica de que trata esta autorização não deverá afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, segundo os critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Parágrafo único. A energia importada será destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 556, de 28 de dezembro de 2015, bem como deverá atender às regras e aos procedimentos de comercialização.

Art. 3º O montante de energia elétrica importada será estabelecido pelo ONS em base semanal, tendo como referência os Programas Mensais de Operação - PMO e suas revisões, podendo ser ajustado conforme Programação Diária de Operação ou mesmo por necessidades em tempo real.

Art. 4º As transações decorrentes da importação de energia elétrica, objeto desta autorização, deverão atender as seguintes condições:

I - prioritariamente as estabelecidas na Portaria MME nº 556, de 2015;

II - as definidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

III - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

IV - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

V - o disposto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 225, de 18 de julho de 2006, e nº 323, de 8 de julho de 2008.

Art. 5º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a cumprir os seguintes requisitos:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à importação e comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à CCEE, após a publicação da autorização de importação;

V - informar mensalmente à ANEEL as transações de importações realizadas, no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que rege a importação e exportação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de importação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com a atividade de importação autorizada, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de importação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 6º A importação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverá ser suportada pelos seguintes contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST; e

II - Contratos de Compra de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Oriental do Uruguai para atendimento à importação, quando aplicável.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL o Contrato referido no inciso I até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos no inciso II deverão ser registrados na ANEEL, em conformidade com a regulamentação.

Art. 7º A presente autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 8º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia a ser importada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a importação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de abril de 2016

Nº 1.029 - Processo nº 48500.004408/2009-92. Interessado: Alupar Investimento S.A. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 3.149, de 20 de agosto de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolvimento dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Guarita, no trecho entre o canal de fuga da PCH Tambaú e a sua foz, localizado na sub-bacia 74, Bacia Hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme manifestação de desistência da empresa; e (ii) revogar o Despacho nº 3.609, de 24 de novembro de 2010, que concedeu aceite aos estudos. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 29 de abril de 2016

Nº 1.043 - Processo nº 48500.006437/2013-75. Interessado: Calango 6 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a altura dos aerogeradores da EOL Calango 6, de 93 m para 80 m, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031812-4.01, objeto da Portaria nº 619/2014; e ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina, que passará a ser constituído de dois circuitos em 34,5 kV de uso exclusivo, até a subestação Coletora SE Calango 245 34,5/69 kV - 2 x 80/100 MVA, compartilhando com a EOL Santana I e com a EOL Santana II as seguintes instalações: uma seção de barramento de 34,5 kV, um transformador 34,5/69 kV - 80/100 MVA, e uma linha de transmissão de 69 kV em circuito simples, também de uso compartilhado, com cerca de cinco quilômetros e seiscentos e vinte metros de extensão, composta por um condutor de 636 kcmil por fase, interligando a SE Calango 245 ao barramento de 69 kV da SE Lagoa Nova II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.045 - Processo nº 48500.002223/2016-72. Interessado: Central Eólica Brite Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Santa Edwiges, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.034377-3.01, com 22.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caldeirão Grande do Piauí, no estado de Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 3 de maio de 2016

Nº 1.092 - Processo nºs 48500.001866/2009-70 e 48500.004353/2008-30. Interessados: Pan Partners Administração Patrimonial Ltda. e BBEP Participações S.A. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Guaporé, no trecho localizado a montante da UHE Guaporé, localizado na sub-bacia 15, bacia hidrográfica do Amazonas, no estado do Mato Grosso, apresentados pela empresa Pan Partners Administração Patrimonial Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.812.369/0001-03; (ii) Revogar o Despacho nº 4.586/2008, de 11 de dezembro de 2008, que efetivou como ativo o registro, para estudo de inventário do mesmo trecho, de titularidade da empresa BBEP Participações S.A.; (iii) Revogar o Despacho 2.522, de 26 de agosto de 2010, que concedeu aceite técnico aos estudos de inventário apresentados por esta empresa. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de abril de 2016

Nº 1.041 - Processo nº: 48500.000901/2015-81. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A Decisão: suspensão do Pagamento Base de Funções de Transmissão de Furnas. A indicação das Funções de Transmissão, as motivações e os períodos estabelecidos para as Suspensões dos Pagamentos Base estão presentes na Exposição de Motivos para a Suspensão do Pagamento Base, que subsidia esta decisão. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de maio de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 5 de maio de 2016.

Nº 1.104 - Processo nº 48500.006696/2013-04. Interessados: Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. Usina: UHE Cachoeira Caldeirão. Unidade Geradora: UG1 de 73.000 kW. Localização: Municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, Estado do Amapá.

Nº 1.105 - Processo nº 48500.002279/2013-84. Interessados: Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Campo dos Ventos III. Unidades Geradoras: UG1, UG2, UG3 e UG9, de 2.100 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.106 - Processo nº 48500.003912/2014-32. Interessado: Energética Fazenda Velha S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 5 de maio de 2016. Usina: PCH Fazenda Velha. Unidade Geradora: UG1 de 5.500 kW. Localização: Município de Jataí, Estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 237, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.º 314, de 27 de Dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004228/2016-92, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cacatua Comercial, Importação e Exportação de Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 23.804.940/0001-39, situada na Avenida Jamaris, 100 - Planalto Paulista - São Paulo/SP; CEP: 04.078-000, autorizada a exercer a atividade de importação de Gasolinas Automotivas.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação acima mencionada, à época de sua outorga

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 238, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001 e o que consta do processo n° 48610.004231/2016-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Cacatua Comercial, Importação e Exportação de Combustíveis Ltda., com endereço na Avenida Jamaris, 100 - Planalto Paulista - São Paulo/SP; CEP: 04.078-000, e inscrição no CNPJ nº 23.804.940/0001-39, autorizada a exercer a atividade de importação de solventes.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de solventes.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 239, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.030863/1996-24, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 01.083.568/0001-86, autorizada a operar a ampliação (tanque nº 04 - 496,98 m3, nº 05 - 2.000,00 m3 e nº 06 - 2.000,00 m3) de sua base para armazenamento de combustíveis líquidos autorizada a operar conforme Autorização ANP nº 223, publicada no D.O.U. em 13/05/2009, e Autorização ANP nº 183, publicada no D.O.U em 31/03/2015, e autorizada a construir conforme Autorização ANP nº 353, publicada no D.O.U. em 26/12/2006, situada à na Rua Aldo Borges Leão, s/nº - Bairro Morada Nova (Estrada Uberlândia - Miraponga, s/nº - Chácara Liderpetro - Zona Rural) - Município de Uberlândia - MG - CEP: 38401-730

A capacidade total de armazenamento destas instalações incluindo a ampliação (tanque nº 04 - 496,98 m3, nº 05 - 2.000,00 m3 e nº 06 - 2.000,00 m3) é de 6.113,70 m3.

Tanque Nº	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m3)	PRODUTO
04	9,52	6,86	496,98	Classe I, II e III
05	13,20	14,00	2.000,00	Classe II e III
06	13,20	14,00	2.000,00	Classe I, II e III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 01.083.568/0001-86, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização, após conclusão do respectivo processo legal instaurado para tal, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 240, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004 e considerando o disposto na Portaria ANP n.º 315 de 27 de dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004232/2016-51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cacatua Comercial, Importação e Exportação de Combustíveis Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.804.940/0001-39, situada na Avenida Jamaris, 100 - Planalto Paulista - São Paulo/SP; CEP: 04.078-000, autorizada a exercer a atividade de Exportação de derivados de petróleo e biodiesel.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de exportação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 241, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.001439/2015-92, torna público o seguinte ato:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ n.° 11.361.333/0002-43, da empresa Petrosalvador Distribuidora de Combustíveis Ltda., situada no Engenho Redemoinho, S/N, Sala 03, Zona Rural - Chã de Alegria/PE - CEP 55835-000, autorizada a exercer a atividade de distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 242, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo 48610.003342/2015-14 , torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa CASCA COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.282.987/0004-39, habilitada na ANP como Transportador-Revendedor-Retalhista, autorizada a operar as instalações da base de Transportador-Revendedor-Retalhista localizada na Rua José Nicola Caliento, nº 315 - Parque Industrial Rolândia - Rolândia - PR, Coordenadas Geográficas: 23°17'57.83"S , 51°23'12.53"O (SIRGAS 2000).

A capacidade total de armazenamento autorizada será de 94,3 m³, divididos em 2 tanques aéreos verticais conforme tabela abaixo.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)	SITUAÇÃO
01	3,19	5,90	47,15	Classe II ou III	A Operar
02	3,19	5,90	47,15	Classe II ou III	A Operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3° CASCA COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA - ME, CNPJ nº 08.282.987/0004-39, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de maio de 2016

Nº 487 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RS0233939	ADELIA MARIA BOTH - ME	05.892.306/0001-13	TRAVESSEIRO	RS	48610.004010/2016-38
GLP/PR0233940	ADERLI RABE MACHADO - ME	23.655.565/0001-02	CASTRO	PR	48610.004093/2016-65
GLP/ES0233941	ALCIONE DE ANDRADE DA MATTA - ME	17.630.791/0001-36	ANCHIETA	ES	48610.003997/2016-73
GLP/PR0233942	ALEXANDRE SOARES 04956883986	24.089.712/0001-97	APUCARANA	PR	48610.003836/2016-80
GLP/BA0233943	ANA LUCIA LIMA GALVÃO	23.913.292/0001-59	IBIRAPUA	BA	48610.003942/2016-63
GLP/CE0233944	ANTONIO CLEBER M RODRIGUES ME	23.739.394/0002-80	TAMBORIL	CE	48610.003990/2016-51
GLP/AP0233945	BENEDITO PARENTE SIMPLICIO ME	04.193.496/0001-18	SANTANA	AP	48610.003344/2016-94
GLP/MG0233946	BEST GÁS SANTA INES LTDA EPP	23.602.690/0001-54	BELO HORIZONTE	MG	48610.002966/2016-03
GLP/SP0233947	CARLOS ORLANDO DA CONCEIÇÃO SILVA	24.107.034/0001-48	AVANHANDAVA	SP	48610.004107/2016-41
GLP/MA0233948	CENTRAL COMERCIO DE GÁS LTDA	21.834.529/0001-80	BALSAS	MA	48610.004011/2016-82
GLP/SP0233949	CLAUDIO H MANTOVANELLI - ME	14.994.224/0001-70	AMPARO	SP	48610.004094/2016-18
GLP/PR0233950	CLAUDIO JOSE ALEXANDRE - ME	07.810.723/0001-03	JACAREZINHO	PR	48610.004106/2016-04
GLP/SE0233951	CLERISTON RODRIGUES ALVES	21.604.687/0001-44	PROPRIA	SE	48610.003930/2016-39
GLP/DF0233952	COIMBRA COMERCIAL - EIRELI	22.276.629/0001-00	BRASILIA	DF	48610.004030/2016-17
GLP/RN0233953	COSTA E SILVA COMERCIO DE GÁS	21.900.392/0001-15	NATAL	RN	48610.003350/2016-41
GLP/RN0233954	CRISTIANA DA SILVA JERONIMO ME	23.927.093/0001-08	PARNAMIRIM	RN	48610.003976/2016-58
GLP/SC0233955	D & D MULTICOISAS LTDA - ME	72.432.495/0001-39	SALTO VELOSO	SC	48610.004095/2016-54
GLP/SP0233956	DAIANE OLIVEIRA PEDROSO MANRIQUE	22.889.416/0001-45	BAURU	SP	48610.004013/2016-71
GLP/ES0233957	DANIELE MOREIRA BASSANI - ME	22.920.394/0001-39	CASTELO	ES	48610.002854/2016-44
GLP/SP0233958	D&D SPINELI COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIO-SALTDA - EPP	13.233.443/0001-74	PATROCINIO PAULISTA	SP	48610.004031/2016-53
GLP/MG0233959	DENISE APARECIDA CORREA SILVA 04033141600	20.399.451/0001-50	ERVALIA	MG	48610.004006/2016-70
GLP/MG0233960	DERSON GÁS LTDA - ME	21.707.014/0001-10	BELO HORIZONTE	MG	48610.004028/2016-30
GLP/PR0233961	DHIESSICA MIRANDA LIRA 08582028911	24.061.570/0001-50	PIRAQUARA	PR	48610.003832/2016-00
GLP/MG0233962	DISTRIBUIDORA DE GÁS CORDEIRO E SILVA LTDA - ME	23.245.613/0001-94	BETIM	MG	48610.003999/2016-62
GLP/GO0233963	DJ COMÉRCIO DE GÁS EIRELI ME	24.334.626/0001-00	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.004001/2016-47
GLP/MG0233964	D.M LOURDES FRANCO - ME	23.705.946/0001-59	IPATINGA	MG	48610.004000/2016-01
GLP/MT0233965	DOUGLAS BARBON GOMES	22.005.329/0001-88	VARZEA GRANDE	MT	48610.002228/2016-58
GLP/PR0233966	E. F. FREDIANI - COMERCIO DE GÁS - ME	24.284.167/0001-90	PARANAVAI	PR	48610.004077/2016-72
GLP/MG0233967	EDIGAS GÁS LTDA - ME	21.090.052/0001-76	BELO HORIZONTE	MG	48610.003248/2016-46
GLP/PB0233968	EDUARDO DE MEDEIROS NOBREGA 08441646406	24.154.294/0001-74	PATOS	PB	48610.003998/2016-18
GLP/PB0233969	ELIZANDRO GALDINO MOREIRA 02479252418	18.723.506/0003-56	JOAO PESSOA	PB	48610.004078/2016-17
GLP/TO0233970	EVA DE JESUS MAGALHÃES CARVALHO	15.868.681/0001-81	MONTE DO CARMO	TO	48610.009988/2015-13
GLP/RR0233971	F.A. DOS SANTOS E CIA LTDA - ME	23.821.868/0001-58	BOA VISTA	RR	48610.004074/2016-39
GLP/GO0233972	FABIO FERNANDES FERREIRA - HORACIO - ME	23.945.610/0001-63	MOZARLANDIA	GO	48610.003925/2016-26
GLP/PB0233973	FERNANDO DE ARAUJO GOMES	24.008.130/0001-39	RIACHAO DO BACAMARTE	PB	48610.004109/2016-30
GLP/BA0233974	GABRIEL SILVA MACHADO ALBUQUERQUE - ME	19.196.549/0001-21	CAMACARI	BA	48610.003520/2016-98
GLP/SP0233975	GÁS LARANJEIRAS ITANHAEM LTDA - ME	23.086.987/0001-04	ITANHAEM	SP	48610.004032/2016-06
GLP/PB0233976	GERLANDIO KAIKTAVARES DE OLIVEIRA 11029247412	23.284.089/0001-60	POCINHOS	PB	48610.012131/2015-72
GLP/SP0233977	GILBERTO BORJA PINTO - ME.	03.176.280/0001-81	SAO PAULO	SP	48610.004113/2016-06
GLP/GO0233978	GILSON FERREIRA DE CAMPOS - ME	24.389.401/0001-43	IPORA	GO	48610.004012/2016-27
GLP/CE0233979	GUARACIABA COMÉRCIO DE GLP LTDA	13.280.483/0002-58	IPU	CE	48610.004108/2016-95
GLP/MG0233980	HIAGO DA SILVA FONSECA 01801964645	23.790.142/0001-03	PIRAPORA	MG	48610.003910/2016-68
GLP/PA0233981	I. PINHO DOS SANTOS & CIA LTDA - EPP	23.016.359/0001-52	TAILANDIA	PA	48610.004076/2016-28
GLP/PR0233982	IRENE BANDOCH CALOVI 83679952953	16.938.487/0001-98	ASSIS CHATEAUBRIAND	PR	48610.003837/2016-24
GLP/ES0233983	J & U - COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA - ME	21.340.686/0001-30	SAO MATEUS	ES	48610.004075/2016-83
GLP/MT0233984	J B TRINDADE ME	17.743.589/0002-00	NOVO MUNDO	MT	48610.004091/2016-76
GLP/PB0233985	JADSON RIBEIRO MARTINS 06564203403	24.164.578/0001-41	JOAO PESSOA	PB	48610.004073/2016-94
GLP/ES0233986	J.C.LOVO COMERCIO DE GÁS - ME	24.412.716/0001-64	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	48610.004082/2016-85
GLP/RJ0233987	JD POSTO DE GÁS LTDA - ME	13.101.343/0001-94	SAO GONCALO	RJ	48610.003926/2016-71
GLP/SP0233988	JEFERSON JOSE DE GOES 27188830819	20.995.138/0001-85	PIEDADE	SP	48610.003908/2016-99
GLP/SC0233989	JESSICA ANTUNES DA LUZ	24.294.896/0001-27	IPIRA	SC	48610.003931/2016-83
GLP/AM0233990	JHONATA NOBRE DE OLIVEIRA - ME	21.063.820/0001-00	MANAUS	AM	48610.001207/2016-15
GLP/CE0233991	JOSEFA FRANCISCA DA SILVA COSTA - ME	03.963.036/0001-69	NOVO ORIENTE	CE	48610.012894/2015-13
GLP/PR0233992	JOSLEI PANCERA - ME	05.727.477/0001-97	RENASCENCA	PR	48610.004105/2016-51
GLP/MG0233993	JSS ELJO STARGAS - EIRELI - ME	23.873.918/0001-40	BELO HORIZONTE	MG	48610.003343/2016-40
GLP/SP0233994	KARINA GLEICE ARRUDA ME	24.098.903/0001-15	MATAO	SP	48610.003465/2016-36
GLP/PR0233995	KUMAKURA & ZANONI LTDA - ME	10.946.845/0001-28	RANCHO ALEGRE	PR	48610.003929/2016-12
GLP/BA0233996	LEANDRA MENESES FRANCA 05157330596	22.516.778/0001-90	COARACI	BA	48610.003911/2016-11
GLP/SC0233997	LUCAS BUSS - ME	10.397.550/0001-40	SAO BONIFACIO	SC	48610.010285/2015-20
GLP/SP0233998	LUIZ FERNANDO DE LIMA ITAPEVI - ME	19.374.010/0001-15	ITAPEVI	SP	48610.004009/2016-11
GLP/MS0233999	MANAIA & MANAIA LTDA	04.690.606/0003-19	PARANAIBA	MS	48610.002287/2016-26
GLP/MT0234000	MANANCIAL GAS LTDA EPP	22.338.916/0001-99	PRIMAVERA DO LESTE	MT	48610.003137/2016-30
GLP/MT0234001	MARCILENE E BRITO 63169100106	19.721.376/0001-13	VARZEA GRANDE	MT	48610.003994/2016-30
GLP/PE0234002	MARIA FABIANA LIMA DA MATA SILVA 08383402457	23.263.704/0001-52	JUREMA	PE	48610.004003/2016-36
GLP/SE0234003	MATEC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	07.743.556/0001-17	ARACAJU	SE	48610.004085/2016-19
GLP/CE0234004	MAURILIO GRANGEIRO VIEIRA 22703861320	18.149.361/0001-60	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.003074/2016-11
GLP/BA0234005	MAXWELL QUERINO DOS SANTOS	20.117.211/0001-16	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	BA	48610.004084/2016-74
GLP/TO0234006	NABHAN GLP EIRELI - ME	11.165.312/0014-96	ARAGUATINS	TO	48610.010962/2015-18
GLP/MG0234007	NIVIA MARLUCE SILVEIRA 02408894603	21.474.991/0001-14	CATUTI	MG	48610.003066/2015-94
GLP/PR0234008	OLICIR STRAUB DE MELO CORDEIRO BAR ME	22.573.500/0001-55	CURITIBA	PR	48610.003831/2016-57

EXEMPLAR PARA IMPRENSA NACIONAL

GLP/PR0234009	PAOLA TAMIRYS TALAR - ME	24.010.739/0001-42	MALLET	PR	48610.003933/2016-72
GLP/PR0234010	PAROLIN DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	08.638.775/0002-80	PIRAQUARA	PR	48610.003988/2016-82
GLP/PR0234011	PEDRO RODRIGUES DA SILVA 03996941960	18.904.033/0001-21	CARLOPOLIS	PR	48610.003978/2016-47
GLP/MA0234012	PLATINY VERAS & CIA LTDA - ME	23.702.753/0002-25	SAO BERNARDO	MA	48610.003993/2016-95
GLP/MA0234013	Q. M TRANSPORTES E DISTRIBUIDORAS LTDA	16.808.758/0001-90	TIMON	MA	48610.004092/2016-11
GLP/TO0234014	R. P . PARENTE - ME	20.161.202/0001-22	LAJEADO	TO	48610.002479/2016-32
GLP/RJ0234015	RECASTRO RO2 COMERCIO DE GAS LTDA - ME	22.990.885/0001-56	CASIMIRO DE ABREU	RJ	48610.003912/2016-57
GLP/PR0234016	REGINALDO DA SILVA DE ABREU	23.869.293/0001-43	MANDIRITUBA	PR	48610.003935/2016-61
GLP/BA0234017	ROSELI LIMA DE OLIVEIRA - ME	23.473.013/0001-83	CONDEUBA	BA	48610.003995/2016-84
GLP/BA0234018	ROSVALDO DANTAS DE MENEZES JUNIOR - ME	19.999.965/0001-68	CICERO DANTAS	BA	48610.002454/2016-39
GLP/ES0234019	S BARBOSA BATISTA ME	23.797.175/0001-77	SERRA	ES	48610.004081/2016-31
GLP/MG0234020	SARAH E MIGUEL COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA - ME	23.334.687/0001-05	ESMERALDAS	MG	48610.003934/2016-17
GLP/PR0234021	SCHNEIDER DISK GÁS E ÁGUA LTDA EPP	04.587.423/0001-00	NOVA SANTA ROSA	PR	48610.003839/2016-13
GLP/BA0234022	SILVANO ALVES PEREIRA	13.101.878/0001-65	BARREIRAS	BA	48610.003936/2016-14
GLP/MG0234023	SILVIO GRACIA DE OLIVEIRA ME	23.951.669/0001-64	NOVA RESENDE	MG	48610.003975/2016-11
GLP/PR0234024	TIAGO ZAMBOLIM AVANCO - SUPERMERCADO - ME	17.442.309/0002-15	ALVORADA DO SUL	PR	48610.002172/2016-31
GLP/RS0234025	TRANSPORTE E COMERCIO DE GÁS TINHO LTDA - ME	05.439.072/0002-34	PORTO ALEGRE	RS	48610.004104/2016-15
GLP/CE0234026	VALDERIZA LIMA DOS SANTOS - ME	23.923.666/0001-17	FORQUILHA	CE	48610.004087/2016-16
GLP/CE0234027	V.GOMES NETO - ME	23.511.315/0001-07	MUCAMBO	CE	48610.004004/2016-81
GLP/MG0234028	WESLEY MIRANDA RIBEIRO 10872327671	22.883.004/0001-06	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.003853/2016-17
GLP/MG0234029	WILLIAM RENATO DA SILVA 00734093675	24.137.198/0001-18	PASSOS	MG	48610.004079/2016-61
GLP/MG0234030	WILLIAN BRAZ SANTOS	22.378.049/0001-15	AUGUSTO DE LIMA	MG	48610.003909/2016-33
GLP/SP0234031	ZAPPAROLI & ANDRADE COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	24.180.642/0001-88	POMPEIA	SP	48610.003913/2016-00

Nº 488 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
MG0169202	ANDRADE & CHEREM LTDA	05.453.233/0001-63	LAVRAS	MG	48610.002412/2004-64
PI0163433	ANDRADE & IBIAPINA LTDA	03.779.149/0001-09	CAMPO MAIOR	PI	48610.008857/2003-77
RS0211042	AUTO POSTO AMIZADE CONDOR LTDA	07.918.374/0001-30	CONDOR	RS	48610.005279/2007-41
SC0201542	AUTO POSTO DOS IMIGRANTES LTDA.	07.594.752/0001-77	GUABIRUBA	SC	48610.009870/2006-96
PR/SP0079143	AUTO POSTO SANCANARI LTDA	10.819.699/0001-70	JABOTICABAL	SP	48610.015920/2009-17
SP0023450	AUTO POSTO 91 LTDA	55.724.876/0001-72	ITU	SP	48610.004160/2002-46
SP0014540	CIDADE JOIA POSTO DE SERVIÇO LTDA	64.745.524/0001-94	PIRAPOZINHO	SP	48610.016817/2001-37
PR/PR0062630	FABIO MARCELINO DA SILVA & CIA LTDA	09.435.300/0001-78	TOMAZINA	PR	48610.012833/2008-27
PA0230478	J. U. GUIMARAES & CIA LTDA.	08.533.644/0001-57	PARAUAPEBAS	PA	48610.006297/2008-21
PR/SC0083588	JOTA AUTO POSTO LTDA	11.496.131/0001-28	ICARA	SC	48610.007592/2010-19
MA0031396	JÚLIO CÉSAR MACHADO ALENCAR	01.292.553/0002-09	CODO	MA	48610.001846/2003-66
MA0182276	JÚLIO CÉSAR MACHADO ALENCAR	01.292.553/0004-70	CODO	MA	48610.000364/2005-51
RO0174764	LEONILDO LONGO	04.902.128/0001-00	CEREJEIRAS	RO	48610.007387/2004-13
CE0165046	LINDOLFO JOSE DA SILVA	07.501.281/0010-04	MOMBACA	CE	48610.010888/2003-98
PB0167435	MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA	09.324.914/0002-63	PICUI	PB	48610.000658/2004-18
MG0207776	POSTO BETAO LTDA	08.093.397/0001-15	BELO HORIZONTE	MG	48610.002342/2007-97
RJ0022549	POSTO DE GASOLINA IMPERIAL LTDA	27.208.891/0001-22	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.003108/2002-72
RS0228526	POSTO GUANABARA LTDA.	09.202.742/0001-74	PORTO ALEGRE	RS	48610.005236/2008-46
RO0024076	SERVPOSTO VIP LTDA.	00.576.982/0001-64	PORTO VELHO	RO	48610.004779/2002-51
RS0209857	TORRANO & HENKEL LTDA.	08.174.335/0001-38	TRES COROAS	RS	48610.004637/2007-14

Nº 489 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor marítimo:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SC0174247	LUMAR EMPREENDIMENTO NAUTICOS LTDA	00.925.079/0001-61	FLORIANOPOLIS	SC	48610.001270/2016-51

Nº 490 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/TO0185125	AGROGAS COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETRO-LEO LTDA - EPP	03.981.508/0005-30	SILVANOPOLIS	TO	48610.004419/2010-69
GLP/SP0225076	ALCINEIA SOARES ROCHA GAS - ME	18.809.859/0001-01	MONTE MOR	SP	48610.000574/2014-30
GLP/MG0173564	ANDREIA ALVES HILBERT COVELO	09.335.773/0001-01	POUSO ALEGRE	MG	48610.011620/2008-88
001/GLP/SP0014856	ANTÔNIO DA SILVA GÁS - ME.	00.455.239/0001-56	SUMARE	SP	48610.006733/2007-81
GLP/RS0215983	ARIANE DA SILVA FONSECA OLIVEIRA ME	14.631.024/0001-53	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	RS	48610.007521/2012-88
001/GLP/SP0017869	AUTO POSTO PRUDENTÃO III LTDA.	53.192.605/0001-98	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.011714/2007-76
GLP/MG0217382	CARLOS HENRIQUE R. DE MATOS 120.173.806-79	15.917.277/0001-50	BRASILIA DE MINAS	MG	48610.010764/2012-01
GLP/RJ0183681	CARNEIRO E FURTADO COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	11.070.032/0001-80	CASIMIRO DE ABREU	RJ	48610.002174/2010-35
001/GLP/MG0005111	CCE DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	05.906.799/0001-01	BETIM	MG	48610.006163/2005-67
GLP/RO0177163	CENTRAL COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	84.581.404/0001-06	OURO PRETO DO OESTE	RO	48610.002859/2009-48
GLP/RS0182605	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SAO MIGUEL LTDA - ME	10.273.500/0001-50	PASSO FUNDO	RS	48610.000141/2010-51
001/GLP/RS0008076	DARCI SILVA ARAUJO	87.116.984/0001-59	PORTO ALEGRE	RS	48610.009949/2005-36
001/GLP/RS0015439	EDUARDO S. DOS SANTOS	06.282.147/0001-06	PORTO ALEGRE	RS	48610.007541/2007-91
GLP/SC0226875	ELMO FELICIO 06530959963	20.428.226/0001-03	BELA VISTA DO TOLDO	SC	48610.009333/2014-56
GLP/MS0228887	FABRICIO ALBERTO SANTANA - ME	05.142.264/0002-84	AGUA CLARA	MS	48610.001194/2015-01
001/GLP/RS0002340	FERNANDO CEZAR MALINOWSKI	06.728.872/0001-57	PORTO ALEGRE	RS	48610.009785/2004-66
001/GLP/AC0005380	FRANCINALDO A. DA SILVA	07.419.999/0001-57	RIO BRANCO	AC	48610.006961/2005-99
GLP/MG0188228	GIGANTEGÁS LTDA	10.668.970/0001-13	BELO HORIZONTE	MG	48610.010921/2010-17
GLP/MG0224716	GILBERTO DE SOUSA MORAIS - ME.	13.703.423/0001-10	BETIM	MG	48610.002229/2014-31
GLP/MG0226880	JC SILVA & SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	20.131.764/0001-23	BELO HORIZONTE	MG	48610.007798/2014-72
GLP/MG0225152	JOKA GAS, BEBIDAS E AGUA LTDA - ME	10.639.553/0002-23	UBERABA	MG	48610.003304/2014-81
GLP/TO0210502	JOVENTINA DA COSTA BRITO	08.959.812/0001-70	LAJEADO	TO	48610.011944/2011-11
GLP/SC0177404	JRM COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME	09.278.221/0001-09	CAPINZAL	SC	48610.003939/2009-11
GLP/MT0205029	LIGUE GÁS DISTRIBUIDORA LTDA	04.386.696/0002-78	VARZEA GRANDE	MT	48610.001171/2011-65
GLP/BA0203632	LM REVENDEDORA DE GÁS ANDRADE LTDA	05.739.997/0004-62	SANTO ESTEVAO	BA	48610.017137/2010-21
GLP/AM0186073	M. E. DA SILVA MACIEL ME	11.129.963/0001-06	MANAUS	AM	48610.006012/2010-76
001/GLP/RS0006750	M M COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	01.322.308/0001-16	PORTO ALEGRE	RS	48610.009615/2005-62
GLP/ES0212856	MARCELO SOUZA BRAGA ME.	12.796.532/0001-66	SAO MATEUS	ES	48610.000427/2012-06
GLP/BA0211473	N.C. COMERCIAL DE BEBIDAS E DERIVADOS DE PE-TROLEO LTDA.	05.572.889/0002-86	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	BA	48610.011719/2011-85
GLP/MG0215087	NOE ALVES NETO 68500599634	15.287.480/0001-90	RESSAQUINHA	MG	48610.005269/2012-72
GLP/BA0211059	PARENTÃO COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓ-LEO LTDA	10.644.126/0001-52	CAMACARI	BA	48610.013122/2011-75
GLP/SC0212864	PAULO TOKARSKI & CIA.LTDA.	82.728.619/0001-81	CANOINHAS	SC	48610.000439/2012-22
GLP/RS0176358	PERCILIA DA SILVA	07.652.513/0001-26	IJUI	RS	48610.000231/2009-16
GLP/RS0183331	POSTO DE GAS PATRICK WILLIANS LTDA.	10.744.088/0001-00	PORTO ALEGRE	RS	48610.001820/2010-47
001/GLP/MA0017845	PRÓSPERO VERAS & CIA LTDA.	04.845.035/0002-63	SAO BERNARDO	MA	48610.011901/2007-51
GLP/RN0209696	S D SILVA ME	04.128.403/0001-71	NATAL	RN	48610.010417/2011-90
GLP/MG0185372	SIALGAS LTDA ME.	71.447.429/0001-70	BELO HORIZONTE	MG	48610.004689/2010-70

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 491 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0174056	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS KOCH LTDA	97.970.297/0002-30	TRES COROAS	RS	48610.000871/2016-47
PR/SP0173380	AUTO POSTO BELA ALIANCA EIRELI	23.530.431/0001-65	SAO PAULO	SP	48610.012778/2015-02
PR/GO0175346	AUTO POSTO FLEX LTDA - EPP	20.602.137/0001-23	PIRACANJUBA	GO	48610.004025/2016-04
PR/RJ0145283	AUTO POSTO REAL DE BANGU LTDA	17.344.207/0001-86	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.010600/2013-57
PR/SP0174966	AUTO POSTO ROBUSTO LTDA	23.601.037/0001-70	PIRAPOZINHO	SP	48610.002703/2016-96
PR/SC0175089	AUTO POSTO TRADIÇÃO LTDA	02.589.936/0002-06	RIO NEGRINHO	SC	48610.003394/2016-71
PR/RS0174990	CAMPUS NONOAI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.705.802/0001-00	PORTO ALEGRE	RS	48610.002968/2016-94
PR/RS0174648	COMERCIAL TOTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.613.172/0001-36	PORTO ALEGRE	RS	48610.002197/2016-35
PR/MG0175385	DEZ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	24.051.193/0001-78	LAVRAS	MG	48610.004111/2016-17
PR/MA0172926	EVANDRO AMADOR RODRIGUES - ME	21.561.286/0001-54	JOSELANDIA	MA	48610.011596/2015-14
PR/PB0174057	PARELHAS GAS LTDA.	24.206.617/0032-22	PICUI	PB	48610.000904/2016-59
PR/BA0174812	POSTO PROGRESSO LTDA - EPP	23.670.880/0001-09	BARRO ALTO	BA	48610.002455/2016-83
PR/PE0175365	SOUSA COSTA COMBUSTIVEIS LTDA	23.162.941/0001-27	SERRA TALHADA	PE	48610.003923/2016-37

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
NIRE 53300002819 - CNPJ 00.357.038/0001-16

EXTRATO DA ATA DA 465ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2016

Aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, às dez horas, na sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, na sala 415-B, secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Presentes o Presidente JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES e os Conselheiros TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, WILLAMY MOREIRA FROTA, ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL e IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA. O Conselheiro JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS justificou, antecipadamente, sua ausência. Compareceram, também, à reunião, os Diretores: de Operação: WADY CHARONE JÚNIOR, de Gestão Corporativa: RICARDO GONÇALVES RIOS, de Planejamento e Engenharia, CID ANTUNES HORTA, e Econômico-Financeiro, ANTONIO MARIA AMORIM BARRA, além dos membros do Conselho Fiscal, JOÃO VICENTE AMATO TORRES, JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA e GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM; do Contador HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA, Gerente da Superintendência de Contabilidade, do Auditor ROMUALDO CHECHIN, Gerente da Auditoria Interna - CAA, do Gerente de Compliance JESUS ALVES DA COSTA e do auditor da KPMG Auditores Independentes, ALEXANDRE DIAS FERNANDES. A seguir, os Conselheiros de Administração trataram da seguinte matéria: ITEM 1. PROC. PSG-0143/2016 - ASSUNTO: Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 - Exercício Social de 2015. ITEM 2. PROC. PSG-0137/2016 (RETIRADO DE PAUTA) - ASSUNTO: Relatório da Administração - exercício 2015. ITEM 3. PROC. PSG-0136/2016 (APROVADO) - RELATOR: Presidente JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES - DELIBERAÇÃO Nº 0021/2016 - ASSUNTO: Autoriza a Convocação de Assembleia Geral Ordinária. ITEM 4. PROC. PSG-0099/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0022/2016 - ASSUNTO: Prorrogação de Licença do Diretor de Planejamento e Engenharia. ITEM 5. PROC. PSG-0101/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0023/2016 - ASSUNTO: Prorrogação do prazo de substituição do Conselheiro de Administração da SPE Companhia Energética SINOP S.A. ITEM 6. PROC. PSG-0110/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0024/2016 - ASSUNTO: Aditivo nº 2 ao Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1171.1, a ser firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a interveniência da Eletrobras. ITEM 7. PROC. PSG-0119/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0025/2016 - ASSUNTO: Indicação de membros para os Conselhos de Administração e Fiscal da SPE AETE - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ITEM 8. PROC. PSG-0126/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0026/2016 - ASSUNTO: Protocolo e Justificação de Incorporação da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A. pela Eletronorte. ITEM 9. PROC. PSG-0129/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0027/2016 - ASSUNTO: Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Companhia Energética Sinop S.A. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0123/2016, de 15.03.2016, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: 1. Aprovar o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Companhia Energética Sinop S.A., tendo a Eletronorte, Chesf e Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. como Fiadoras na proporção de sua participação acionária. 2. Autorizar a Diretoria Executiva a providenciar a assinatura do referido Aditamento. ITEM 10. PROC. PSG-0131/2016 - ASSUNTO: Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Fidejussória, em Número Indeterminado de Séries, e Colocação Privada, da Primeira Emissão da Eletronorte. ITEM 11. PROC. PSG-0121/2016 (APROVADO) - RELATOR: TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - DELIBERAÇÃO Nº 0028/2016 - ASSUNTO: Termo de Transação e Quitação de Dívida a ser firmado com a Companhia Energética de Roraima - CERR. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 18 de março de 2016. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL e IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA. Eu, Allan Arruda de Castro, declaro, na qualidade de Secretário-Geral da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que o texto integral desta Ata está transcrito às fls. 160 a 163 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 13. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB Nº 20160290490, em 29.04.2016.

ATA DA 468ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2016

Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, às onze horas, na sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, na sala 415-B, secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Presentes o Presidente JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES e os Conselheiros TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, WILLAMY MOREIRA FROTA, JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS e IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA. Após os cumprimentos de praxe, o Sr. Presidente declarou instalados os trabalhos, passando a relatar o único assunto da pauta, referente à eleição do Diretor de Gestão Corporativa da Eletronorte, para complementação do período do mandato relativo ao triênio 2014/2017. Por recomendação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, acionista majoritário, propôs o seguinte nome para compor a Diretoria Executiva da Eletronorte: ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL, Diretor de Gestão Corporativa, em substituição a RICARDO GONÇALVES RIOS. A proposta foi aprovada por unanimidade. É a seguinte a qualificação do eleito: ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 68067379 SSP/SP e do CPF nº 010.513.538-07, residente e domiciliado à Rua Martinico Prado 481, Ap. 803, Bairro Higienópolis, CEP: 01.224-011, São Paulo-SP. A seguir foi emitida a seguinte deliberação: ITEM 1 - PROC. PSG-0204/2016 - (APROVADO) RELATOR: PRESIDENTE JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES - DELIBERAÇÃO Nº 0040/2016 - ASSUNTO: Eleição do Diretor de Gestão Corporativa da Eletronorte para complementação do período remanescente do mandato relativo ao triênio 2014/2017. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, por proposição do seu Presidente e considerando: - a indicação da Controladora para composição da Diretoria Executiva da Empresa; - as atribuições estatutárias e regimental deste Conselho, DELIBEROU: Eleger o Sr. ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL para exercer o cargo de Diretor de Gestão Corporativa da Empresa, para cumprir o período remanescente relativo ao mandato do triênio 2014/2017. O Conselheiro ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL entregou ao Presidente do Colegiado carta de renúncia datada de 13.04.2016, ao cargo de Conselheiro de Administração. Antes do encerramento da reunião o Sr. Tito Cardoso destacou o conceito positivo que o Sr. Ricardo Rios deixou, com positivas referências à sua competência, lealdade e companheirismo, agradecendo-o pessoalmente e em nome da Diretoria Executiva da Eletronorte pelo desempenho à frente da Diretoria de Gestão Corporativa, o que foi corroborado pelo Dr. José Muniz que, em nome do Conselho, deu as boas vindas ao Sr. Astrogildo Quental. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 15 de abril de 2016. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, JORGE RODDRIGO ARAUJO MESSIAS, WILLAMY MOREIRA FROTA e IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA.

Eu, Allan Arruda de Castro, declaro, na qualidade de Secretário-Geral da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que o presente texto é cópia integral e fiel da Ata transcrita à fls. 175 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 13. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB Nº 20160290503, em 29.04.2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 5/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4437/2016-846.250/2015-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

RELAÇÃO Nº 28/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4257/2016-880.094/2014-MINERAÇÃO BBX DO BRASIL LTDA.-
4258/2016-880.025/2015-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA-
4259/2016-880.026/2015-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA-
4260/2016-880.027/2015-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA-
4261/2016-880.056/2015-LETICIA VIDAL DA SILVA-
4262/2016-880.057/2015-LETICIA VIDAL DA SILVA-
4263/2016-880.058/2015-LETICIA VIDAL DA SILVA-
4264/2016-880.063/2015-MISSIAS GUIMARÃES TOMAZ-
4265/2016-880.068/2015-LETICIA VIDAL DA SILVA-

RELAÇÃO Nº 48/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4438/2016-868.220/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-

RELAÇÃO Nº 55/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
4266/2016-800.046/2016-COMERCIAL DE MINÉRIOS DOS AMIGOS CAÇAMBEIROS DE ICÓ LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4267/2016-800.468/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
4268/2016-800.469/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
4269/2016-800.470/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
4270/2016-800.084/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
4271/2016-800.085/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
4272/2016-800.086/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
4273/2016-800.097/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-
4274/2016-800.098/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4275/2016-800.124/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4276/2016-800.125/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4277/2016-800.126/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4278/2016-800.127/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4279/2016-800.128/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4280/2016-800.129/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4281/2016-800.130/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4282/2016-800.131/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4283/2016-800.132/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4284/2016-800.133/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4285/2016-800.134/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4286/2016-800.137/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4287/2016-800.140/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4288/2016-800.235/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4289/2016-800.236/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4290/2016-800.316/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4291/2016-800.317/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4292/2016-800.318/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4293/2016-800.319/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4294/2016-800.320/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4295/2016-800.321/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4296/2016-800.322/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4297/2016-800.323/2014-PEDRO ALCANTES DOS SANTOS-
4298/2016-800.325/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4299/2016-800.410/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4300/2016-800.411/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4301/2016-800.412/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4302/2016-800.413/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4303/2016-800.414/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4304/2016-800.415/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4305/2016-800.514/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4306/2016-800.515/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4307/2016-800.592/2014-ARISTON ARAÚJO CAJATY-
4308/2016-800.670/2014-MARCIANO SOARES ANDRADE-
4309/2016-800.698/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4310/2016-800.699/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4311/2016-800.700/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4312/2016-800.701/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4313/2016-800.702/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4314/2016-800.703/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4315/2016-800.704/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4316/2016-800.705/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4317/2016-800.706/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4318/2016-800.707/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4319/2016-800.708/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4320/2016-800.709/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4321/2016-800.710/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4322/2016-800.711/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4323/2016-800.712/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4324/2016-800.713/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4325/2016-800.714/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-

RELAÇÃO Nº 56/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

4326/2016-800.048/2015-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

4327/2016-800.323/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4328/2016-800.324/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4329/2016-800.325/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4330/2016-800.326/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4331/2016-800.327/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4332/2016-800.328/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4333/2016-800.329/2012-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA-
4334/2016-800.354/2012-GRUPO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-
4335/2016-800.366/2012-ROGERIO MINERAÇÕES LTDA ME-
4336/2016-800.426/2012-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-
4337/2016-800.428/2012-HSAK MINERAÇÃO LTDA-
4338/2016-800.429/2012-HSAK MINERAÇÃO LTDA-
4339/2016-800.430/2012-GRUPO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-
4340/2016-800.715/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4341/2016-800.716/2014-MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL LTDA.-
4342/2016-800.006/2015-NEWTON PAIVA DA SILVA-
4343/2016-800.007/2015-NEWTON PAIVA DA SILVA-
4344/2016-800.042/2015-FOROSOJA INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME-
4345/2016-800.192/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4346/2016-800.193/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4347/2016-800.194/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4348/2016-800.195/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4349/2016-800.196/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4350/2016-800.351/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4351/2016-800.352/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4352/2016-800.353/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4353/2016-800.354/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4354/2016-800.355/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4355/2016-800.356/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4356/2016-800.357/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4357/2016-800.358/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4358/2016-800.359/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4359/2016-800.360/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4360/2016-800.361/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4361/2016-800.363/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4362/2016-800.364/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4363/2016-800.365/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4364/2016-800.366/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4365/2016-800.368/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4366/2016-800.369/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4367/2016-800.370/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4368/2016-800.371/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4369/2016-800.372/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4370/2016-800.373/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4371/2016-800.374/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4372/2016-800.375/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4373/2016-800.376/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4374/2016-800.377/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4375/2016-800.378/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4376/2016-800.379/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4377/2016-800.380/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4378/2016-800.382/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4379/2016-800.383/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4380/2016-800.384/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4381/2016-800.386/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4382/2016-800.388/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4383/2016-800.389/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

RELAÇÃO Nº 60/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

4384/2016-800.131/2016-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-
4385/2016-800.137/2016-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.-
4386/2016-800.144/2016-F J HERMYS SOARES ME-
4387/2016-800.145/2016-CEBRITA CEARÁ BRITAGEM LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

4388/2016-800.759/2015-LUZIA GARDÊNIA NOGUEIRA SALES-
4389/2016-800.014/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
4390/2016-800.122/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
4391/2016-800.125/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4392/2016-800.126/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
4393/2016-800.127/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
4394/2016-800.130/2016-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-
4395/2016-800.135/2016-JOSE MARIA FONTENELE DA PAZ ME-
4396/2016-800.138/2016-MS MINERAÇÃO EIRELI-
4397/2016-800.140/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
4398/2016-800.147/2016-ICX INDUSTRIA CERAMICA LTDA-
4399/2016-800.150/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
4400/2016-800.151/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
4401/2016-800.152/2016-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI-
4402/2016-800.153/2016-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-
4403/2016-800.154/2016-ANANIAS SARAIVA GONZAGA ME-
4404/2016-800.155/2016-FERNANDO ANTONIO CASTELO BRANCO SALES-

RELAÇÃO Nº 69/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

4405/2016-815.201/2016-FIRMA INDIVIDUAL RENATO TOMELIN EPP-
4406/2016-815.217/2016-JND ARGAMASSA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
4407/2016-815.243/2016-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

4408/2016-815.183/2016-BRITAGEM DE PEDRAS GERHARDT LTDA ME-
4409/2016-815.200/2016-ADEMAR NIENKOETTER CARPES-
4410/2016-815.202/2016-PEDREIRA SÃO ROQUE LTDA ME-
4411/2016-815.206/2016-EDE ISOBEL MORA CORREIA MARANHO-
4412/2016-815.208/2016-BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA-
4413/2016-815.209/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4414/2016-815.212/2016-ADILSON JOSÉ OTTO-
4415/2016-815.213/2016-CECILIA HOBOLD-
4416/2016-815.214/2016-DISK MATERIAL COM. E TRNSP. LTDA-
4417/2016-815.219/2016-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-
4418/2016-815.220/2016-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-
4419/2016-815.231/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4420/2016-815.232/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4421/2016-815.233/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4422/2016-815.234/2016-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA-
4423/2016-815.235/2016-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA-
4424/2016-815.238/2016-SIMAS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-
4425/2016-815.239/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-
4426/2016-815.240/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4427/2016-815.241/2016-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA-
4428/2016-815.263/2016-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-
4429/2016-815.264/2016-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-
4430/2016-815.265/2016-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

4431/2016-815.204/2016-AGROPASTORIL SERRAMAR LTDA-
4432/2016-815.205/2016-LOURDES UZINSKI TOMELIN-
4433/2016-815.210/2016-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
4434/2016-815.245/2016-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-
4435/2016-815.249/2016-AREMIX MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-
4436/2016-815.251/2016-AUPTAG MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-

TELTON ELBER CORREA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Alexander Machado Orsi - 880001/13
Anderson Clayton da Mota Lima - 880104/14
Arlem Ribeiro de Almeida - 880139/13
Edson Sansone - 880146/14
Geopedra Consultoria e Soluções Ltda - 880009/13
Iara Azevedo Lembi de Carvalho Barbosa - 880239/11, 880241/11, 880371/11
Ismal Vrena - 880086/15
Janeth Fernandes da Silva - 880274/13
João Batista Rosa da Silva - 880115/12
Luiz Fernando Lacerda Silva - 880245/13, 880246/13, 880247/13, 880248/13, 880249/13
Manoel Juares Simões Cardoso - 880148/12
Marivaldo Dias Gonçalves Bispo - 880215/13
Mfx Participações Ltda - 880178/12, 880180/12, 880182/12, 880226/12, 880227/12, 880228/12, 880229/12, 880230/12, 880231/12, 880234/12, 880235/12, 880239/12
Mhp Representações Ltda - 880265/12, 880266/12
Mineração Bonanza Ltda - 880255/13, 880256/13, 880257/13, 880258/13, 880260/13, 880265/13, 880266/13
nv Industria Comercio e Construcao Ltda - 880456/11
Odair Cordeiro de Oliveira - 880261/07, 880221/08, 880273/08, 880274/08, 880275/08, 880318/08, 880369/08, 880371/08, 880152/09
Pangea Engenharia Ltda - 880283/13, 880284/13, 880285/13
Paulo Carlos De'carli - 880191/13, 880192/13
Paulo Marcelo de Souza - 880084/13
Raimundo Araujo de Lima - 880001/14
Rosangela Fernandes Bras - 880273/13
Sintertec Minerais Industriais LTDA. - 880048/11

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
872.142/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.705/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
872.843/2015-VERA LUCIA ALVES DA ROCHA
872.850/2015-RONAN SILVA LIRA
872.890/2015-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
872.893/2015-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
872.895/2015-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
872.896/2015-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
872.897/2015-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA
872.935/2015-GRANVALE GRANITOS VALE DO RIO DOCE LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
872.126/2015-MANDURI MINERADORA E AGROPECUÁRIA LTDA.-OF. N°245/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
872.445/2005-BRAMISA BRASIL MINERAÇÕES REUNIDAS S A
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
872.906/2015-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME
872.919/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME
872.966/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME
872.967/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
874.607/2011-FERRO MINAS MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°3.561/2015 - Cessionario:872.402/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 05.591.773/0001-03
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
872.947/2007-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA- Cessionário:RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 11.914.883/0001-61- Alvará n°240/2008
873.880/2007-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA- Cessionário:RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 11.914.883/0001-61- Alvará n°16.379/2008
870.724/2010-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA- Cessionário:RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 11.914.883/0001-61- Alvará n°10.023/2010
Fase de Disponibilidade
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
870.373/1984-NEMER MÁRMORES E GRANITOS SA.- Alvará N°10.454/2005
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
871.470/2003-Minercol Mineração Collodeti Ltda Me - C.N.P.J: 02.006.214/0001-09- Substância Aprovada:Granito
874.558/2007-Bahia Mineral Exploration Ltda - C.N.P.J: 10.230.083/000169- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Granito
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.325/2003-MINERAÇÃO LUNA LTDA-OF. N°228
870.352/2007-CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°237/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
871.325/2003-MINERAÇÃO LUNA LTDA-OF. N°229-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
870.443/1992-PEDREIRA RIACHO DAS PEDRAS LTDA ME-OF. N°236/2016
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
872.137/2012-COOPERATIVA DOS EXTRATORES E GARIMPEIROS DE QUARTZO E FELDSPATO DA BAHIA
872.138/2012-COOPERATIVA DOS EXTRATORES E GARIMPEIROS DE QUARTZO E FELDSPATO DA BAHIA
872.139/2012-COOP MIX. DOS EXTRAT. DE MIN. DE QUAR. FELDSP. E ROC. ORNAM. DO EST. DA BA. LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
870.500/2009-INDÚSTRIA DE CERÂMICA RAMOS LTDA-OF. N°251/2016
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
873.040/2011-TRANSPORTES E COMERCIO SANTA CLARA LTDA ME-Saibro-Registro de Licença N°31/2012, DOU de 21/06/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
872.786/2015-GOLDEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME-Registro de Licença N°27/2016 de 07/04/2016-Vencimento em 19/11/2030
870.519/2016-HERON DE GOES GASPAR ME-Registro de Licença N°28/2016 de 15/04/2016-Vencimento em 02/03/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.282/2016-MARIA ESTEFÂNIA ALKMIM LEÃO-OF. N°230
870.512/2016-CERAMICA BURY LTDA-OF. N°252/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
870.494/2016-JOÃO DE DEUS MIRANDA

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 111/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
860.832/2012-LEONCIO CARLOS MEDEIROS-OF. N°428/2016/DTM-GO
860.178/2014-MARIO PEDROSA DA SILVA-OF. N°437/2016/DTM-GO
860.690/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°438/2016/DTM-GO
861.287/2014-PEDRO DIAS DE ABREU NETO-OF. N°429/2016/DTM-GO
860.003/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°427/2016/DTM-GO
860.237/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°427/2016/DTM-GO
860.513/2015-DONIZETTI MARIA RIBEIRO-OF. N°430/2016/DTM-GO
860.911/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.912/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.913/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.914/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.915/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.916/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.917/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.918/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.919/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.922/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.923/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.924/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.925/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
860.932/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°425/2016/DTM-GO
860.934/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°425/2016/DTM-GO
860.986/2015-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-OF. N°426/2016/DTM-GO
860.987/2015-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-OF. N°426/2016/DTM-GO
861.024/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°431/2016/DTM-GO
861.160/2015-CLEBER ARAUJO DO NASCIMENTO-OF. N°424/2016/DTM-GO
861.161/2015-CLEBER ARAUJO DO NASCIMENTO-OF. N°424/2016/DTM-GO
861.197/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
861.198/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
861.199/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
861.200/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
861.201/2015-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°423/2016/DTM-GO
861.221/2015-FRANCISCO DE SOUSA FILHO-OF. N°432/2016/DTM-GO
861.225/2015-FERNANDO COLCERNIANI JUNIOR-OF. N°433/2016/DTM-GO
861.234/2015-GERVÁSIO JACINTO FERNANDES-OF. N°434/2016/DTM-GO
861.318/2015-TRIMINING MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°435/2016/DTM-GO
Defere pedido de reconsideração(182)
861.701/2013-CESAR AUGUSTO SERONNI
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
861.343/2011-FRANCISCO ALVES MENDES-Onde se Lê: "...860.343/2011-HABILITADOS os proponentes: RONIER ALVES DA ROCHA e JOÃO EVANGELISTA FILHO..." Leia-se: "... 861.343/2011-HABILITADOS os proponentes: RONIER ALVES DA ROCHA e JOÃO EVANGELISTA FILHO..."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
861.479/2013-RUBENS MARTINS MOURÃO-OF. N°436/2016/DTM-GO
860.078/2014-RUBENS MARTINS MOURÃO-OF. N°436/2016/DTM-GO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
861.583/2014-JORGE CANEDO RIESCO DE MATOS-OF. N°439/2016/DTM-GO
860.709/2015-CERÂMICA MOREIRA LTDA ME-OF. N°441/2016/DTM-GO
861.180/2015-FABIANA GOULART DA SILVA-OF. N°440/2016/DTM-GO

RELAÇÃO Nº 126/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.413/2015-RANIER ALVES DA ROCHA
860.175/2016-MARCOS JOÃO DOS SANTOS
860.197/2016-CERAMICA SANTA BARBARA LTDA EPP
860.268/2016-ANDREA FIUZA ABRÃO AVESANI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
862.030/2012-SERRA NEGRA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°406/2016
860.399/2013-FABIANO RIBEIRO GALVÃO-OF. N°407/2016
860.447/2015-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-OF. N°374/2016
860.535/2015-LGV MINERAÇÃO LTDA-OF. N°402/2016
860.832/2015-AREIAS CDR LTDA ME-OF. N°363/2016
861.127/2015-MARYLDA VALE DE ALMEIDA-OF. N°375/2016
861.474/2015-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-OF. N°410/2016
860.099/2016-FRANCISCO DE ASSIS ALVES-OF. N°377/2016
860.100/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°401/2016
860.101/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°401/2016
860.109/2016-EUSTÁQUIO DE DEUS FERREIRA-OF. N°408/2016
860.110/2016-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°405/2016
860.112/2016-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°405/2016
860.113/2016-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°405/2016
860.114/2016-WJM MINERAÇÃO E PESQUISA EIRELI ME-OF. N°409/2016
860.141/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°403/2016
860.156/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.157/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.158/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.159/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.160/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.161/2016-PENERY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°381/2016
860.162/2016-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-OF. N°374/2016
860.165/2016-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°376/2016
860.177/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°382/2016
860.178/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°382/2016
860.179/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°382/2016
860.180/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°382/2016
860.181/2016-JCRM MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°404/2016
860.187/2016-LEON BARCELOS DE URZEDO-OF. N°379/2016
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
860.168/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA
860.190/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Andre Luiz Santana de Mattos - 806618/11, 806619/11, 806620/11, 806622/11
Ecology Pesquisas Minerais Ltda - 806162/12, 806164/12, 806165/12, 806167/12, 806169/12, 806171/12, 806175/12, 806178/12, 806179/12, 806194/12, 806199/12, 806200/12, 806201/12, 806202/12, 806203/12, 806204/12, 806205/12, 806207/12, 806208/12, 806209/12, 806215/12, 806216/12, 806217/12, 806218/12, 806220/12, 806223/12, 806224/12, 806225/12, 806226/12, 806231/12, 806232/12, 806233/12
Formex-fornecedora de Materiais de Construção e Representação Ltda - 806247/11
Haroldo Pires de Queiroz - 806418/11
Maxdom f. da Silva - 806084/10
Paulo Roberto Alves Dos Anjos - 806597/11, 806598/11, 806599/11
Subsolo Pocos Artesianos Ltda me - 806329/11, 806330/11, 806331/11, 806332/11, 806333/11, 806334/11, 806335/11, 806336/11, 806337/11, 806338/11, 806339/11, 806340/11, 806341/11, 806342/11, 806343/11
União Pesquisas Minerais Ltda - 806019/11, 806020/11, 806021/11, 806022/11, 806023/11, 806024/11, 806025/11, 806026/11, 806028/11, 806029/11, 806031/11, 806032/11, 806033/11, 806034/11, 806035/11, 806036/11, 806037/11, 806038/11, 806039/11, 806040/11, 806041/11, 806042/11, 806043/11, 806044/11, 806045/11, 806046/11, 806047/11, 806048/11, 806049/11, 806050/11, 806051/11, 806052/11, 806053/11, 806055/11, 806056/11, 806057/11, 806058/11, 806059/11, 806060/11, 806061/11, 806062/11, 806064/11, 806110/11, 806111/11, 806112/11, 806113/11, 806114/11, 806116/11, 806117/11, 806118/11, 806119/11, 806123/11, 806125/11, 806128/11, 806129/11, 806133/11, 806145/11, 806146/11, 806147/11, 806148/11, 806149/11, 806150/11, 806151/11, 806152/11, 806153/11, 806154/11, 806155/11, 806156/11, 806157/11, 806158/11, 806159/11, 806160/11, 806161/11, 806163/11, 806164/11, 806165/11, 806166/11, 806167/11, 806168/11, 806170/11
Waldson Alves Pereira Junior - 806763/10
William m Thomas - 806070/10

RELAÇÃO Nº 41/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: a. Das g. c. Carneiro Cpf/cnpj :04.173.360/0001-46 - Processo minerário: 806601/10 - Processo de cobrança: 906071/16 Valor: R$.50.887,31

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 72/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Judith Dias Teixeira Esteves - 866456/14 - A.I. 494/16

RELAÇÃO Nº 73/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Ademir Antonio Candido - 867286/08
Carlos Alberto Vieira - 866154/09
G.schvan - 867192/07
Geo Castro Consultoria Ltda - 867441/10, 867440/10, 867439/10, 867442/10
Perola Mineração Extração e Comercio de Minerais Não Metálicos Ltda - 866256/10
S.R. Leme - 867313/07, 867314/07

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 189/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
a & c Areia Mineração Ltda - 832415/13
Adão Alcino Reis - 832269/12
Adauto Torres Silva - 830056/14
Agroplan Mecanizacao e Trnasportes Agricolas Ltda me - 830183/14, 830184/14, 830185/14, 830186/14
Aline Thaís Campos - 830856/06
Alison Celso da Silveira - 832140/12
Aloisio de Freitas Jorge - 831505/14
Arborizar Mineração e Meio Ambiente Ltda - 831168/13
Ary Barbosa Santos - 831715/13
Billion Mineracao Ltda - 831526/13
Brasil Empreendimentos Pesquisas e Mineracao Ltda Epp - 832331/12, 832340/12, 832341/12, 832353/12, 832364/12, 832365/12, 832366/12, 832368/12, 832376/12, 832378/12, 832380/12, 832451/12, 832453/12, 832467/12, 832492/12, 832493/12, 832494/12, 832495/12, 832496/12, 832497/12, 832498/12, 832499/12, 832500/12
Breno Barros Ribeiro de Oliveira - 831534/13
Cerâmica Rural Ltda - 833393/13
Chamonix Mix Ltda - 832070/13, 832071/13, 832454/13, 832455/13, 832459/13, 832460/13, 832461/13, 831319/14, 830474/14, 830475/14
Cidef do Brasil sa - 830341/13, 830343/13
Cleofas Gonçalves Gusmão - 833799/13, 833801/13
Comercial Gonzaga e França Ltda me - 833519/13, 834002/13
Crm Empreendimentos - 833811/13
Csm Extração Mineral Ltda me - 830966/14
Dagmar d Almeida Moreira - 830449/05
Daniel Eduardo Barbosa Sousa - 831457/13, 831458/13
Dayane Teixeira Santos Rodrigues - 832840/11
Devanei Agostinho Rodrigues - 831638/10, 834019/10
Eco Seixo Mineradora Comércio Importação e Exportação Ltda - 834235/12
Edinalvo Holz - 833857/13
Edon Pinheiro Quadros me - 830420/14, 831712/13, 831713/13
Elaine Rosa Mendes - 833415/13
Elexandra Moreira da Silva me - 831980/14
Embrasolo Serviços de Pavimentação e Locação de Veículos Ltda me - 832687/11
Equipav Mineração e Participações s. a. - 833831/13, 833835/13
Erico Assunção Codama - 832415/09
Everaldo Chaves Rêgo - 830666/14
Fausto Batista de Lima - 831056/14
Felipe de Souza Mota me - 833694/13, 833452/13, 830006/13
Fernado Rodrigues Vitorino - 834283/08
Fernando Duarte Fagundes - 830288/14
Fernando Eloi Santos - 830328/14
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 833728/10
Foxfire Metals Intermediação Comercial LTDA. - 831216/14
Francisco Carlos Pereira & Cia Ltda me - 830275/15, 831077/15
Franco Augusto Medeiros Gomes - 830555/14, 830004/14, 830010/14
Gabriel Borges Vale Sousa - 831407/04
Georadar Levantamentos Geofísicos S.A. - 832169/13, 831988/13
Geraldo de Freitas Caetano - 831742/09
Geraldo Ferreira Lage - 830594/03
Gilson José de Araújo - 832500/11, 832501/11, 832502/11, 830812/13, 830813/13, 830814/13, 830816/13
Gomes & Moura Vidraçaria Ltda - 833550/13
Granal Mármores e Granitos Ltda - 830207/13
Granitos Minas Brasil Ltda - 833572/13, 830304/14
Granmar Granitos e Mármores Ltda - 832673/13, 830588/14
Green Mineração e Comercio Ltda - 830421/12
Helder Mattana Saturnino - 832740/13
Helio Francisco Santos - 830519/14
Iara Azevedo Lembi de Carvalho Barbosa - 832912/11, 832326/11
Ims Engenharia Mineral Ltda - 832553/10, 832554/10, 832555/10, 832556/10, 832557/10, 832558/10, 832559/10
je Minérios Ltda - 831284/14
João Carlos Chaves Miranda - 833757/13, 833758/13
João Pereira de Andrade - 832798/11, 832799/11, 832800/11, 832801/11, 832802/11, 832803/11, 832804/11, 832805/11
Jose Geraldo Antenor - 832530/13, 832240/13
José Luís Del Colle - 831050/13
José Maria Miranda Madureira - 830468/14
José Rodolfo Vieira Pires - 830018/14
Juliano de Oliveira - 834110/11
Kleber Barbosa Fernandes - 830036/14
Lbc Agropecuária Ltda - 833527/13
Levi Soares Dominguito - 831124/13
Litoral Serviços Administrativos Ltda me - 833434/13, 833435/13, 833436/13
Ludovino Martins Silveira - 832120/12, 832122/12
Luzia Conceição de Souza me - 831120/11
Macarani Mineração Ltda - 830372/14, 830377/14, 830382/14, 830384/14, 830385/14
Manoel de Matos Junior - 833446/13, 833447/13, 833448/13
Marcio Romeu de Almeida Ottoni - 830007/14, 833997/13
Marco Tulio Ribeiro de Miranda - 831605/09
Marcos Eduardo Pessoa Costa - 832662/09
Marcos Gualberto Drumond - 831512/10
Maria Aparecida Rodrigues Sampaio - 832793/13
Maria Das Graças Aguiar Silva - 830665/09
Maria Paula Delício - 834121/10
Mário Jorge Costa - 833038/05
Materiais de Construcao Interbrasil Ltda me - 832958/11
Mauricio Antonio de Avila Macedo - 832587/11, 832588/11
Mgr Mineração LTDA. - 834123/11
Minasilicio Gma Mineradora Ltda - 832917/13
Miner Bras Minerações Brasileiras Ltda - 830029/13, 830043/13, 830770/13
Mineração 040 Ltda Epp - 830273/14
Mineração Itagran Ltda - 832738/13
Mineração Itaverde Ltda - 830151/08
Mineração Morro Azul Ltda - 833413/08, 833453/08
Mineração Trindade Ltda - 832708/11
Mineração Vitória Ltda - 831431/14
Minerium Engenharia e Projetos Ltda - 832201/12
Miqueias Adriano da Silva Lopes - 833379/13, 833380/13, 833381/13, 833382/13, 833383/13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Moises Prates Godinho - 830028/14
Msf Mineração S.A. - 830017/13
Nadson Torres Sarmento me - 832941/13
Nelson de Paula Brito - 832574/13
Nivaldo Henrique da Silva - 832590/14
Paula Lopes Vianna Costa - 830967/13
Pedreira Shekinah Ltda - 830721/14
Pereira Brandão Beneficiamento e Comercialização Ltda - 834223/11
Petra Mineração Comércio e Exportação Ltda - 832192/13
Petra Participações Comécio Exportação e Importação Ltda - 830802/09
Prospectus do Brasil Mineração e Geologia - 831832/13
Quantum Mineral Ltda - 830219/10
Quartzo da Amazônia Ltda me - 830470/14
Ravenagran Ltda me - 832962/11
Raymundo Pinto Teixeira - 833608/13
Ricardo Lima Dias - 831625/13
Rnw Mineração Ltda - 831743/06
Rochester Pedras Ornamentais Ltda - 831005/15
Ronaldo França Teixeira me - 833871/13
Salim de Jesus Aleme - 831108/11, 831124/11
Sandro Oliveira Fernandes me - 830290/14, 833457/13
Saulo Ferreira de Campos - 833442/13
Sérgio Rodrigo Araújo de Andrade - 832659/11, 832660/11, 832661/11, 832663/11, 832664/11, 832665/11, 832666/11, 832667/11
Siderurgica Bandeirante Ltda - 830318/14, 830319/14
Toledo & Filhos Indústria e Comercio de Britas Ltda - 831781/14
Tomas Turner Lapertosa - 831090/13
Uniao Mineração e Comercio Ltda Epp - 830185/12
Veigui Bergamo - 832036/02
Vicenza Mineração e Participações s a. - 831252/13, 831253/13, 831254/13
Vmm Gran Industria de Rochas Ltda - 831717/13, 831718/13
Vórtice Consultoria Mineral - 830971/09
w. w. v. & Cia Ltda me - 831281/14
Warley Alves Bonifacio - 830085/15
Zulagar Dias Ferreira - 831385/13

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Vale s a Cpf/cnpj :33.592.510/0001-54 - Processo minerário: 852145/76 - Processo de cobrança: 950245/16 Valor: R$.757.651.163,66, Processo minerário: 852145/76 - Processo de cobrança: 950246/16 Valor: R$.183.482.147,46

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
826.892/2014-MARIA IVONE GUBERT GARCEZ DUARTE- AI N°255/2016

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Marcelo Silva do Bonfim - 840076/11 - A.I. 193/16

RELAÇÃO Nº 39/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Agua Mineral Santa Teresinha Ltda me Cpf/cnpj :03.524.028/0001-16 - Processo minerário: 840043/98 - Processo de cobrança: 940058/16 Valor: R$.139.685,30

Titular: Castro Lima Agrominérios Ltda Cpf/cnpj :07.259.407/0001-87 - Processo minerário: 840002/08 - Processo de cobrança: 940089/16 Valor: R$.12.025,29, Processo minerário: 840003/08 - Processo de cobrança: 940074/16 Valor: R$.2.702,06

Titular: Jose Pianco de Lima-me Cpf/cnpj :01.616.665/0001-97 - Processo minerário: 840054/97 - Processo de cobrança: 940104/16 Valor: R$.79.244,31

Titular: Torres & Pedrosa Comércio de Águas Minerais Ltda me Cpf/cnpj :09.324.366/0001-90 - Processo minerário: 840305/92 - Processo de cobrança: 940073/16 Valor: R$.747.761,46

Titular: Trevo Industrial de Gesso Ltda Cpf/cnpj :06.956.391/0001-07 - Processo minerário: 840129/97 - Processo de cobrança: 940090/16 Valor: R$.2.351,51

RELAÇÃO Nº 40/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Valdeliro Geraldo de Oliveira Cpf/cnpj :213.992.714-15 - Processo minerário: 840464/07 - Processo de cobrança: 940417/15 Valor: R$.2.782,27

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Arapaz Mineração Ltda - 803323/10
Coreaú Calcário Ltda - 803323/13, 803324/13
Corisco Geologia e Consultoria Ltda - 803054/11
Emiliano Madrid Dos Santos - 803098/13, 803103/13
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 803001/15
Jose Adelmo da Silva - 803224/13, 803225/13, 803226/13, 803479/12, 803480/12

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.824/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.
890.350/2015-CISPEL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA
890.518/2015-NILO LOPES DE SOUZA -ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.214/2011-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME-OF. N°917/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
890.513/2012-RCAM EMPREENDIMENTOS LTDA- Alvará n°8.149/2013 - Cessionario:890.520/2015-GRAMC EMPREENDIMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 09.418.982/0001-00
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.780/2011-GABRIEL TAVARES RANGEL
890.700/2012-SLV PADUENSE COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME
890.451/2014-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.514/2004-WASHINGTON DE LIMA ANASTACIO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.061/2004-GRANITOS RETIRO LTDA. ME.-OF. N°1.041/2016
890.582/2008-IBRATA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.044/2016
890.520/2010-MWX MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°987/2016
Reitera exigência(366)
890.366/2002-A. A. RIBEIRO COMÉRCIO DE AREIA-OF. N°807/2016-180 dias
890.281/2003-PEMAGRAN PEDRAS MÁRMORES E GRANITOS LTDA.-OF. N°961/2016-60 dias
890.477/2006-DISCO DE ITAPERUNA AGRO PECUÁRIA LTDA. ME-OF. N°957/2016-60 dias
890.076/2007-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME-OF. N°743/2016-60 dias
890.066/2008-A & D EXTRAÇÃO E MOAGEM DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°965/2016-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.600/2004-FLAPA MINERAÇÃO E INCORPORAÇÕES LTDA-OF. N°809/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.589/2014-ELMO O GONÇALVES ME-Registro de Licença N°2.885/2016 de 22/03/2016-Vencimento em 23/05/2017
891.004/2014-PEDREIRA VALE DO POMBA LTDA - ME-Registro de Licença N°2.886/2016 de 23/03/2016-Vencimento em 09/08/2020
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.412/1998-PORTO DE CASTILHO EXTRAÇÃO DE AREIA ME- Registro de Licença N°:1.493/1999 - Vencimento em 28/02/2017
890.457/2007-MINERAÇÃO QUINDINS LTDA ME- Registro de Licença N°:2.768/2013 - Vencimento em 28/02/2017
890.187/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP- Registro de Licença N°:2.565/2009 - Vencimento em 28/02/2017
890.116/2009-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA- Registro de Licença N°:2.541/2009 - Vencimento em 28/02/2017
890.144/2010-PRIMOS SIMÕES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.596/2010 - Vencimento em 28/02/2017

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda - 878146/12 - A.I. 28/16
Mayara Cardoso Fernandes - 878062/14 - A.I. 37/16

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 203, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.434/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à AREAL BARROSO LTDA EPP, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de SEROPÉDICA/RJ, ITAGUAÍ/RJ, numa área de 5,21ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°51'09,510"S/43°41'59,939"W; 22°51'20,094"S/43°41'59,939"W; 22°51'20,094"S/43°41'49,268"W; 22°51'18,934"S/43°41'49,268"W; 22°51'18,934"S/43°41'52,776"W; 22°51'15,358"S/43°41'52,776"W; 22°51'15,358"S/43°41'56,284"W; 22°51'09,510"S/43°41'56,284"W; 22°51'09,510"S/43°41'59,939"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 269,0m, no rumo verdadeiro de 42°39'59"403 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°51'03,080"S e Long. 43°42'06,334"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 325,6m-S; 304,2m-E; 35,7m-N; 100,0m-W; 110,0m-N; 100,0m-W; 179,9m-N; 104,2m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 204, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 870.905/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à CORCOVADO GRANITOS LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de IAÇU/BA, numa área de 720,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 13°00'17,691"S/40°21'40,432"W; 13°01'19,518"S/40°21'40,425"W; 13°01'19,516"S/40°21'23,831"W; 13°01'39,041"S/40°21'23,828"W; 13°01'39,049"S/40°23'26,625"W; 13°00'17,697"S/40°23'26,624"W; 13°00'17,695"S/40°22'35,188"W; 13°00'53,490"S/40°22'35,186"W; 13°00'53,488"S/40°22'01,999"W; 13°00'17,693"S/40°22'02,002"W; 13°00'17,691"S/40°21'40,432"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 13°00'17,691"S e Long. 40°21'40,432"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1900,0m-S; 500,0m-E; 600,0m-S; 3700,0m-W; 2500,0m-N; 1550,0m-E; 1100,0m-S; 1000,0m-E; 1100,0m-N; 650,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 205, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 831.587/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de MEDINA/MG, numa área de 385,62ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°17'10,495"S/41°25'42,216"W; 16°17'43,027"S/41°25'42,217"W; 16°17'43,027"S/41°25'42,205"W; 16°17'57,161"S/41°25'42,204"W; 16°17'57,162"S/41°27'03,081"W; 16°18'08,298"S/41°27'03,081"W; 16°18'08,291"S/41°28'20,669"W; 16°17'51,686"S/41°28'20,669"W; 16°17'51,686"S/41°28'10,181"W; 16°17'51,663"S/41°28'10,181"W; 16°17'47,848"S/41°28'10,180"W; 16°17'47,848"S/41°27'53,338"W; 16°17'47,826"S/41°27'53,338"W; 16°17'32,503"S/41°27'53,336"W; 16°17'32,504"S/41°27'47,384"W; 16°17'52,706"S/41°27'47,386"W; 16°17'52,706"S/41°27'47,364"W; 16°17'52,717"S/41°27'47,364"W; 16°17'52,709"S/41°26'40,017"W; 16°17'52,710"S/41°26'39,995"W; 16°17'10,421"S/41°26'40,002"W; 16°17'10,419"S/41°25'42,208"W; 16°17'10,495"S/41°25'42,208"W; 16°17'10,495"S/41°25'42,216"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°17'10,495"S e Long. 41°25'42,216"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-SW 00°00'00"000; 0,3m-NE 90°00'00"000; 434,5m-SE 00°00'14"243; 2401,0m-SW 89°59'43"678; 342,3m-SE 00°00'12"052; 2303,3m-SW 89°59'44"776; 510,5m-NW 00°00'44"449; 311,4m-NE 89°59'33"502; 0,7m-NE 00°47'05"369; 117,3m-NW 00°00'35"178; 500,0m-NE 89°59'22"872; 0,7m-NE 00°50'33"087; 471,0m-NW 00°00'08"759; 176,7m-NE 89°59'48"328; 621,0m-SE 00°00'13"286; 0,7m-NE 90°00'00"000; 0,4m-SW 00°00'00"000; 1999,3m-NE 89°59'09"448; 0,7m-NE 90°00'00"000; 1299,9m-NW 00°00'50"776; 1715,9m-NE 89°59'44"373; 2,4m-SW 00°00'00"000; 0,3m-SW 90°00'00"000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 206, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 831.394/1987, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA., concessão para lavrar SIENITO, no(s) Município(s) de CALDAS/MG, SANTA RITA DE CALDAS/MG, numa área de 168,23ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°01'34,113"S/46°23'05,325"W; 22°01'34,121"S/46°21'57,330"W; 22°01'24,368"S/46°21'57,330"W; 22°01'24,369"S/46°21'19,497"W; 22°01'51,614"S/46°21'19,497"W; 22°01'51,614"S/46°21'22,636"W; 22°01'37,959"S/46°21'22,635"W; 22°01'37,955"S/46°21'54,099"W; 22°01'37,934"S/46°21'54,099"W; 22°01'37,949"S/46°22'41,369"W; 22°01'37,942"S/46°23'38,626"W; 22°01'37,967"S/46°23'38,626"W; 22°01'37,967"S/46°23'38,707"W; 22°02'03,951"S/46°23'38,700"W; 22°02'03,951"S/46°23'41,249"W; 22°00'18,614"S/46°23'41,219"W; 22°00'18,615"S/46°23'33,383"W; 22°01'23,405"S/46°23'33,405"W; 22°01'23,405"S/46°23'33,218"W; 22°01'23,541"S/46°23'33,218"W; 22°01'23,547"S/46°23'05,510"W; 22°01'33,979"S/46°23'05,513"W; 22°01'33,979"S/46°23'05,325"W; 22°01'34,113"S/46°23'05,325"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°01'34,113"S e Long. 46°23'05,325"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1950,1m-E; 300,0m-N; 1085,0m-E; 838,1m-S; 90,0m-W; 420,0m-N; 902,3m-W; 0,6m-N; 1355,6m-W; 1642,0m-W; 0,8m-S; 2,3m-W; 799,3m-S; 73,1m-W; 3239,8m-N; 224,8m-E; 1993,0m-S; 5,4m-E; 4,2m-S; 794,7m-E; 320,9m-S; 5,4m-E; 4,1m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 207, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.500/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à AVP EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP, concessão para lavrar ARGILA, AREIA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, FAZENDA RIO GRANDE/PR, MANDIRITUBA/PR, numa área de 274,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°40'32,764"S/49°20'48,308"W; 25°41'00,589"S/49°20'48,308"W; 25°41'00,589"S/49°20'50,888"W; 25°41'12,724"S/49°20'50,888"W; 25°41'12,724"S/49°21'21,742"W; 25°42'18,270"S/49°21'21,742"W; 25°42'18,270"S/49°21'39,742"W; 25°40'32,763"S/49°21'39,742"W; 25°40'32,764"S/49°20'48,308"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°40'32,764"S e Long. 49°20'48,308"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 856,3m-S; 72,0m-W; 373,4m-S; 860,4m-W; 2017,1m-S; 501,9m-W; 3246,8m-N; 1434,2m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 208, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.401/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à ANILA THERMAS HOTEL LTDA.EPP, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de FRANCISCO BELTRÃO/PR, numa área de 49,34ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°04'42,114"S/53°16'35,671"W; 26°05'05,197"S/53°16'35,671"W; 26°05'05,197"S/53°16'48,161"W; 26°05'05,197"S/53°16'48,171"W; 26°05'05,197"S/53°17'00,661"W; 26°04'42,114"S/53°17'00,661"W; 26°04'42,114"S/53°16'35,671"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°04'42,114"S e Long. 53°16'35,671"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 710,4m-S; 347,1m-W; 0,3m-W; 347,1m-W; 710,4m-N; 694,5m-E.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 517,73 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°04'16,056"S/53°17'32,717"W; 26°04'16,056"S/53°16'10,847"W; 26°05'29,995"S/53°16'10,847"W; 26°05'29,995"S/53°17'32,717"W; 26°04'16,056"S/53°17'32,717"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°04'16,056"S e Long. 53°17'32,717"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2275,3m-E; 2275,5m-S; 2275,3m-W; 2275,5m-N.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 209, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.181/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO COSTA LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, numa área de 30,98ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°35'53,258"S/49°25'34,086"W; 25°35'53,908"S/49°25'34,086"W; 25°35'53,908"S/49°25'33,190"W; 25°35'54,233"S/49°25'33,190"W; 25°35'54,233"S/49°25'32,473"W; 25°35'54,559"S/49°25'32,473"W; 25°35'54,559"S/49°25'31,756"W; 25°35'54,884"S/49°25'31,756"W; 25°35'54,884"S/49°25'31,218"W; 25°35'55,209"S/49°25'31,218"W; 25°35'55,209"S/49°25'30,680"W; 25°35'55,371"S/49°25'30,680"W; 25°35'55,371"S/49°25'30,340"W; 25°35'55,696"S/49°25'30,340"W; 25°35'55,696"S/49°25'29,605"W; 25°35'56,183"S/49°25'29,605"W; 25°35'56,183"S/49°25'28,888"W; 25°35'56,670"S/49°25'28,888"W; 25°35'56,670"S/49°25'27,992"W; 25°35'57,157"S/49°25'27,992"W; 25°35'57,157"S/49°25'27,454"W; 25°35'57,482"S/49°25'27,454"W; 25°35'57,482"S/49°25'26,559"W; 25°35'58,294"S/49°25'26,559"W; 25°35'58,294"S/49°25'25,484"W; 25°35'57,482"S/49°25'25,484"W; 25°35'57,482"S/49°25'24,051"W; 25°35'55,532"S/49°25'24,051"W; 25°35'55,532"S/49°25'22,618"W; 25°35'54,232"S/49°25'22,618"W; 25°35'54,232"S/49°25'21,185"W; 25°35'53,582"S/49°25'21,185"W; 25°35'53,582"S/49°25'19,752"W; 25°35'52,282"S/49°25'19,752"W; 25°35'52,282"S/49°25'18,319"W; 25°35'50,982"S/49°25'18,319"W; 25°35'50,982"S/49°25'16,886"W; 25°35'49,682"S/49°25'16,886"W; 25°35'49,682"S/49°25'15,453"W; 25°35'48,382"S/49°25'15,453"W; 25°35'48,382"S/49°25'14,020"W; 25°35'47,482"S/49°25'14,020"W; 25°35'47,482"S/49°25'12,766"W; 25°35'45,782"S/49°25'12,766"W; 25°35'45,782"S/49°25'07,390"W; 25°35'47,406"S/49°25'07,390"W; 25°35'47,406"S/49°25'03,806"W; 25°35'53,093"S/49°25'03,806"W; 25°35'53,093"S/49°25'05,419"W; 25°35'55,043"S/49°25'05,419"W; 25°35'55,043"S/49°25'06,315"W; 25°35'57,156"S/49°25'06,315"W; 25°35'57,156"S/49°25'07,390"W; 25°35'58,781"S/49°25'07,390"W; 25°35'58,781"S/49°25'08,286"W; 25°35'59,756"S/49°25'08,286"W; 25°35'59,756"S/49°25'09,182"W; 25°36'02,030"S/49°25'09,182"W; 25°36'02,030"S/49°25'10,973"W; 25°36'08,530"S/49°25'10,973"W; 25°36'08,530"S/49°25'21,724"W; 25°36'02,031"S/49°25'21,724"W; 25°36'02,031"S/49°25'27,100"W; 25°35'58,781"S/49°25'27,100"W; 25°35'58,781"S/49°25'30,683"W; 25°35'55,531"S/49°25'30,683"W; 25°35'55,530"S/49°25'34,267"W; 25°35'40,907"S/49°25'34,267"W; 25°35'40,907"S/49°25'28,894"W; 25°35'41,129"S/49°25'28,894"W; 25°35'41,129"S/49°25'29,252"W; 25°35'42,211"S/49°25'29,252"W; 25°35'42,211"S/49°25'29,610"W; 25°35'43,186"S/49°25'29,610"W; 25°35'43,186"S/49°25'29,968"W; 25°35'44,161"S/49°25'29,968"W; 25°35'44,161"S/49°25'30,326"W; 25°35'44,973"S/49°25'30,326"W; 25°35'44,973"S/49°25'30,684"W; 25°35'46,273"S/49°25'30,684"W; 25°35'46,273"S/49°25'31,042"W; 25°35'47,573"S/49°25'31,042"W; 25°35'47,573"S/49°25'31,400"W; 25°35'48,710"S/49°25'31,400"W; 25°35'48,710"S/49°25'31,758"W; 25°35'50,010"S/49°25'31,758"W; 25°35'50,010"S/49°25'32,116"W; 25°35'50,985"S/49°25'32,116"W; 25°35'50,985"S/49°25'32,474"W; 25°35'51,472"S/49°25'32,474"W; 25°35'51,472"S/49°25'32,832"W; 25°35'51,959"S/49°25'32,832"W; 25°35'51,959"S/49°25'33,190"W; 25°35'52,446"S/49°25'33,190"W; 25°35'52,446"S/49°25'33,728"W; 25°35'53,258"S/49°25'33,728"W; 25°35'53,258"S/49°25'34,086"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°35'53,258"S e Long. 49°25'34,086"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 20,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 15,0m-E; 10,0m-S; 15,0m-E; 5,0m-S; 9,5m-E; 10,0m-S; 20,5m-E; 15,0m-S; 20,0m-E; 15,0m-S; 25,0m-E; 15,0m-S; 15,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 25,0m-S; 30,0m-E; 25,0m-N; 40,0m-E; 60,0m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 20,0m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 27,7m-N; 35,0m-E; 52,3m-N; 150,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 175,0m-S; 45,0m-W; 60,0m-S; 25,0m-W; 65,0m-S; 30,0m-W; 50,0m-S; 25,0m-W; 30,0m-S; 25,0m-W; 70,0m-S; 50,0m-W; 200,0m-S; 300,0m-W; 200,0m-N; 150,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 450,0m-N; 149,9m-E; 6,8m-S; 10,0m-W; 33,3m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 25,0m-S; 10,0m-W; 40,0m-S; 10,0m-W; 40,0m-S; 10,0m-W; 35,0m-S; 10,0m-W; 40,0m-S; 10,0m-W; 30,0m-S; 10,0m-W; 15,0m-S; 10,0m-W; 15,0m-S; 10,0m-W; 15,0m-S; 15,0m-W; 25,0m-S; 10,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 210, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 840.010/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à SERVMINA ENGENHARIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA, concessão para lavrar GIPSITA, no(s) Município(s) de TRINDADE/PE, numa área de 643,53ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°41'33,560"S/40°17'00,038"W; 07°41'33,560"S/40°18'24,870"W; 07°41'14,028"S/40°18'24,870"W; 07°41'14,028"S/40°18'11,757"W; 07°40'41,512"S/40°18'11,757"W; 07°40'41,512"S/40°18'01,867"W; 07°40'15,497"S/40°18'01,867"W; 07°40'15,497"S/40°17'42,208"W; 07°39'46,139"S/40°17'42,208"W; 07°39'46,139"S/40°17'00,038"W; 07°41'33,560"S/40°17'00,038"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°41'33,560"S e Long. 40°17'00,038"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2599,8m-W; 600,0m-N; 401,9m-E; 998,9m-N; 303,1m-E; 799,2m-N; 602,5m-E; 901,9m-N; 1292,4m-E; 3300,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 211, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 872.402/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO GRANIBEGE GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME, concessão para lavrar MÁRMORE, no(s) Município(s) de OUROLÂNDIA/BA, numa área de 257,12ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°54'25,729"S/41°02'42,743"W; 10°54'41,976"S/41°02'42,743"W; 10°54'41,976"S/41°02'42,915"W; 10°54'41,976"S/41°02'46,037"W; 10°54'38,722"S/41°02'46,037"W; 10°54'38,722"S/41°02'55,917"W; 10°54'35,467"S/41°02'55,917"W; 10°54'35,467"S/41°03'02,503"W; 10°54'32,213"S/41°03'02,503"W; 10°54'32,213"S/41°03'09,089"W; 10°54'28,958"S/41°03'09,089"W; 10°54'28,958"S/41°03'25,550"W; 10°53'53,519"S/41°03'25,550"W; 10°53'53,519"S/41°03'26,360"W; 10°53'27,937"S/41°03'26,360"W; 10°53'27,937"S/41°03'26,121"W; 10°53'27,937"S/41°03'15,708"W; 10°53'28,440"S/41°03'15,708"W; 10°53'30,391"S/41°03'15,708"W; 10°53'30,391"S/41°02'42,743"W; 10°53'55,772"S/41°02'42,744"W; 10°54'25,729"S/41°02'42,743"W; em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°54'25,729"S e Long. 41°02'42,743"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 499,2m-S; 5,2m-W; 94,8m-W; 100,0m-N; 300,0m-W; 100,0m-N; 200,0m-W; 100,0m-N; 200,0m-W; 100,0m-N; 499,9m-W; 1088,9m-N; 24,6m-W; 786,0m-N; 7,3m-E; 316,2m-E; 15,5m-S; 60,0m-S; 1001,1m-E; 779,8m-S; 920,5m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 212, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.454/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA VALE DO SELKE LTDA, concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de BLUMENAU/SC, numa área de 19,99ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°50'31,641"S/49°08'01,053"W; 26°50'31,641"S/49°08'18,183"W; 26°50'21,374"S/49°08'18,183"W; 26°50'21,374"S/49°08'05,565"W; 26°50'21,374"S/49°08'05,440"W; 26°50'21,373"S/49°07'52,063"W; 26°50'27,982"S/49°07'52,063"W; 26°50'27,982"S/49°08'01,053"W; 26°50'31,641"S/49°08'01,053"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°50'31,641"S e Long. 49°08'01,053"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 473,0m-W; 316,0m-N; 348,4m-E; 3,5m-E; 369,3m-E; 203,4m-S; 248,2m-W; 112,6m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 213, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.532/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à CERÂMICA NOVA CONQUISTA DE TATUÍ LTDA EPP, concessão para lavrar ARGILA REFRATÁRIA, no(s) Município(s) de TATUÍ/SP, numa área de 65,97ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°18'42,607"S/47°48'06,481"W; 23°18'48,180"S/47°48'06,481"W; 23°18'48,180"S/47°48'08,236"W; 23°18'52,753"S/47°48'08,236"W; 23°18'52,753"S/47°48'09,697"W; 23°18'58,727"S/47°48'09,697"W; 23°18'58,727"S/47°48'06,579"W; 23°19'03,356"S/47°48'06,579"W; 23°19'03,356"S/47°48'08,546"W; 23°19'05,906"S/47°48'08,546"W; 23°19'05,906"S/47°48'10,437"W; 23°19'08,791"S/47°48'10,437"W; 23°19'08,791"S/47°48'12,994"W; 23°19'12,081"S/47°48'12,994"W; 23°19'12,081"S/47°48'15,762"W; 23°19'15,300"S/47°48'15,762"W; 23°19'15,300"S/47°48'18,377"W; 23°19'18,112"S/47°48'18,377"W; 23°19'18,112"S/47°48'20,573"W; 23°19'20,818"S/47°48'20,573"W; 23°19'20,818"S/47°48'28,240"W; 23°19'18,865"S/47°48'28,240"W; 23°19'18,865"S/47°48'33,814"W; 23°19'16,909"S/47°48'33,814"W; 23°19'16,909"S/47°48'39,281"W; 23°19'03,039"S/47°48'39,281"W; 23°19'03,039"S/47°48'36,671"W; 23°19'01,222"S/47°48'36,671"W; 23°19'01,222"S/47°48'34,035"W; 23°18'58,841"S/47°48'34,035"W; 23°18'58,841"S/47°48'30,483"W; 23°18'55,604"S/47°48'30,483"W; 23°18'55,604"S/47°48'25,916"W; 23°18'52,595"S/47°48'25,916"W; 23°18'52,595"S/47°48'23,006"W; 23°18'49,982"S/47°48'23,005"W; 23°18'49,982"S/47°48'21,328"W; 23°18'47,767"S/47°48'21,328"W; 23°18'47,767"S/47°48'17,835"W; 23°18'45,684"S/47°48'17,835"W; 23°18'45,684"S/47°48'13,029"W; 23°18'43,944"S/47°48'13,029"W; 23°18'43,944"S/47°48'09,027"W; 23°18'42,607"S/47°48'09,027"W; 23°18'42,607"S/47°48'06,481"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°18'42,607"S e Long. 47°48'06,481"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 171,5m-S; 49,9m-W; 140,7m-S; 41,5m-W; 183,8m-S; 88,6m-E; 142,4m-S; 55,9m-W; 78,5m-S; 53,7m-W; 88,8m-S; 72,7m-W; 101,2m-S; 78,6m-W; 99,0m-S; 74,3m-W; 86,5m-S; 62,4m-W; 83,3m-S; 217,8m-W; 60,1m-N; 158,4m-W; 60,2m-N; 155,3m-W; 426,7m-N; 74,2m-E; 55,9m-N; 74,9m-E; 73,3m-N; 100,9m-E; 99,6m-N; 129,8m-E; 92,6m-N; 82,7m-E; 80,4m-N; 47,7m-E; 68,1m-N; 99,2m-E; 64,1m-N; 136,6m-E; 53,5m-N; 113,7m-E; 41,1m-N; 72,3m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 214, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.008/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO, concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de CARAÚBAS/PB, CONGO/PB, numa área de 209,59ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°52'24,156"S/36°32'39,433"W; 07°53'01,715"S/36°32'39,433"W; 07°53'01,715"S/36°33'09,077"W; 07°53'01,715"S/36°33'09,087"W; 07°53'01,715"S/36°33'38,731"W; 07°52'24,501"S/36°33'38,731"W; 07°52'24,156"S/36°33'38,731"W; 07°52'24,156"S/36°32'39,433"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°52'24,156"S e Long. 36°32'39,433"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1153,9m-S; 908,1m-W; 0,3m-W; 908,1m-W; 1143,3m-N; 10,6m-N; 1816,4m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 215, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.373/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à IMOGES SOCIEDADE AGRÍCOLA LTDA, concessão para lavrar ARGILA REFRATÁRIA, no(s) Município(s) de IRACEMÁPOLIS/SP, SANTA GERTRUDES/SP, numa área de 294,27ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°31'57,306"S /47°33'47,679"W; 22°31'54,123"S /47°33'47,679"W; 22°31'54,123"S/ 47°33'47,382"W; 22°31'45,021"S/ 47°33'47,381"W; 22°31'45,021"S/ 47°33'48,294"W; 22°31'24,498"S/ 47°33'48,294"W; 22°31'24,498"S/ 47°33'47,679"W; 22°31'22,102"S/ 47°33'47,679"W; 22°31'22,102"S/ 47°33'47,381"W; 22°31'12,632"S/ 47°33'47,381"W; 22°31'12,632"S/ 47°33'28,783"W; 22°31'10,236"S/ 47°33'28,783"W; 22°31'10,236"S/ 47°33'28,486"W; 22°31'07,430"S/ 47°33'28,486"W; 22°31'07,428"S/ 47°32'59,216"W; 22°31'06,128"S/ 47°32'59,216"W; 22°31'06,124"S/ 47°32'21,425"W; 22°31'08,549"S/ 47°32'21,425"W; 22°31'08,552"S/ 47°32'50,048"W; 22°31'44,267"S/ 47°32'50,044"W; 22°31'44,261"S/ 47°32'03,467"W; 22°31'45,129"S/ 47°32'03,467"W; 22°31'45,130"S/ 47°32'09,765"W; 22°31'51,957"S/ 47°32'09,764"W; 22°31'51,958"S/ 47°32'18,513"W; 22°31'57,300"S/ 47°32'18,512"W; 22°31'57,306"S/ 47°33'47,679"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 527,0m, no rumo verdadeiro de 52°29'59"402 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°32'07,736"S e Long. 47°33'33,048"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 97,9m-N; 8,5m-E; 280,0m-N; 26,1m-W; 631,3m-N; 17,6m-E; 73,7m-N; 8,5m-E; 291,3m-N; 531,5m-E; 73,7m-N; 8,5m-E; 86,3m-N; 836,5m-E; 40,0m-N; 1080,0m-E; 74,6m-S; 818,0m-W; 1098,6m-S; 1331,0m-E; 26,7m-S; 180,0m-W; 210,0m-S; 250,0m-W; 164,3m-S; 2548,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016

Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, caput, inciso I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso I, do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019, destinado a implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 2º São objetivos específicos do PLANAPO 2016-2019:

I - ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana;

II - promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral;

III - ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em Agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio de conhecimentos e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão;

IV - fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade;

V - garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

VI - promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; e

VII - apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da Sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.

Art. 3º A consecução dos objetivos do PLANAPO dar-se-á por intermédio da execução das iniciativas e metas descritas no Anexo, de acordo com os seguintes eixos de atuação:

I - produção;
II - uso e conservação de recursos naturais;
III - conhecimento;
IV - comercialização e consumo;
V - terra e território; e
VI - sociobiodiversidade.

Art. 4º As fontes orçamentárias estão discriminadas para cada iniciativa e provêm do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e de financiamentos extra-orçamentários.

Art. 5º São beneficiários do PLANAPO as entidades, organizações e pessoas que queiram fortalecer ou modificar suas práticas para sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica, especialmente:

I - os agricultores familiares, abrangidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
II - assentados da reforma agrária;
III - povos indígenas; e
IV - povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, as mulheres e suas organizações.

Parágrafo único. São ainda beneficiários das ações do Plano os atendidos pelos programas de compras governamentais do governo federal, bem como as micro e pequenas agroindústrias, considerando também as da agricultura urbana e periurbana.

Art. 6º O PLANAPO deverá ser revisado e atualizado para o quadriênio seguinte.

Art. 7º A Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica é a responsável pela articulação junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para implementação do PLANAPO, conforme previsto no inciso II, do art. 9º do Decreto nº 7.794, de 2012.

Art. 8º A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é responsável por assegurar a participação e o controle social na elaboração, acompanhamento, monitoramento e revisão das ações do PLANAPO, conforme previsto no art. 7º do Decreto nº 7.794, de 2012.

Art. 9° A gestão do PLANAPO deve promover o alcance dos objetivos, metas e iniciativas, por meio de:

I - mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
II - critérios de regionalização das políticas públicas;
III - mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano; e
IV - instrumentos de cooperação federativa.

Parágrafo único. Caberá à CIAPO a definição das orientações técnicas complementares para a gestão do PLANAPO 2016-2019.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

PATRUS ANANIAS DE SOUSA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Eixo 1 - Produção

Objetivo 1 - Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.
Meta 1 - Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Elaborar normativa que identifique sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MMA, MS, SG-PR	Normativa elaborada	1				N/A
2. Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MMA, MS, SG-PR	Instrumento de identificação implantado	1				N/A

Meta 2 - Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana, e os produtores orgânicos, às políticas e instrumentos de financiamento, seguro e segurança de renda, adequadas aos sistemas de produção de base agroecológica, à produção orgânica, e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Efetivar 2 mil operações de crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF de projetos de produção orgânica e de base agroecológica, destinando 35% das operações efetivadas e 20% do volume total para mulheres e 20% para jovens.	MDA		Número de contratos	500	500	500	500	Crédito Agrícola
2. Orientar 4.000 técnicos/as de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores/as rurais acerca das linhas de crédito relacionadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	MAPA	Número de beneficiários	1.000	1.000	1.000	1.000	AÇÃO 210O
3. Desenvolver um modelo de cobertura no Seguro da Agricultura Familiar melhor adaptado à agricultura de base agroecológica e orgânica.	MDA		Modelo desenvolvido	1				AÇÃO 210V
4. Desenvolver novas metodologias de zoneamento agrícola para viabilizar a inclusão de culturas que tenham importância regional e para a agricultura familiar.	MDA	MAPA	Metodologia criada e implementada				1	AÇÃO 210V
5. Ajustar e aperfeiçoar as linhas de crédito do Pronaf Agroecologia e Floresta para projetos de produção orgânica e de base agroecológica e produtos da sociobiodiversidade, considerando diferencial positivo a bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros.	MDA, MF		Linhas de crédito ajustados	1	1			N/A
6. Capacitar 500 técnicos/as executores/as das chamadas de Ater, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.	MDA		Pessoas capacitadas	150	150	200	0	AÇÃO 210O
7. Identificar fundos de apoio à agroecologia e incentivar parcerias para o direcionamento de recursos a iniciativas da sociedade civil de promoção da agroecologia e da produção orgânica.	SG-PR		Parceiros identificados		1	1		N/A

Meta 3 - Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtores/as orgânicos a políticas públicas gerais que estimulem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuadas entre governo e sociedade civil

1. Destinar 30% dos recursos do Terra Sol para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade, garantindo que pelo menos 40% dos projetos sejam exclusivos de mulheres.	INCRA		Percentual de recursos aplicados	30%	30%	30%	30%	Financiamento 00G7 BNDES
2. Instituir o Programa Nacional de Fomento à Agroecologia para a agricultura familiar.	MDA		Programa instituído	1				N/A
3. Promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica - ECOFORTE.	MDA, SG-PR	CONAB, EMBRAPA, MAPA, MDS, MMA	Redes fortalecidas e ampliadas	20				Financiamento 00G7 BNDES

Meta 4 - Alcançar, no mínimo, 33.000 unidades de produção controladas adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Ampliar a quantidade de produtores/as habilitados/as ao acesso a políticas públicas para a produção orgânica em virtude de inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	MAPA	INCRA	Produtores/as incluídos no Cadastro Nacional	14.000	19.000	25.000	33.000	AÇÃO 8606
2. Promover a qualificação de técnicos/as, agricultores/as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulada às chamadas de Ater no PLANAPO.	MAPA	MDA, MMA, MCTI, MEC	Técnicos/as e agricultores/as qualificados/as	350	850	1700	2750	AÇÃO 8606, AÇÃO 213S
3. Apoiar a organização e qualificação de grupos de produtores/as em controle social por meio de 20 organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica (SPG) e 250 organizações de controle social (OCS), para a regularização e atuação na rede de produção orgânica.	MAPA	MDA, INCRA, MMA	SPG e OCS apoiados	34	55	85	96	AÇÃO 8606
4. Criar meios para estabelecer acordos de parceria e pelo menos 5 convênios entre o Governo Federal e as Unidades da Federação para fomento, cadastramento e fiscalização de Organizações de Controle Social (OCS).	MAPA		Acordo Firmado		1	2	2	AÇÃO 8606
5. Apoiar agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, organizados em grupos, na obtenção de garantia da qualidade orgânica da Unidade de Produção Familiar, de forma a serem incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	MDA		Número de agricultores/as familiares no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos	5.000	5.000	5.000	5.000	AÇÃO 210V
6. Aperfeiçoar e manter atualizada a base de dados de informações da produção orgânica (Cadastro Nacional da Produção Orgânica) para o controle, disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.	MAPA		Divulgação de relatórios mensal	12	12	12	12	AÇÃO 8606
7. Apoiar o funcionamento da Subcomissão Temática de Produção Orgânica e das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.	MAPA	MDA, MMA, MS, MCTI, MF	Reuniões apoiadas com ATAs disponibilizadas	112	112	112	112	AÇÃO 8606

Meta 5 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Atender 1.500 grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de Ater, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.	MDA		Grupos atendidos	500	500	500	0	AÇÃO 210W
2. Atender 15.000 agricultoras familiares com Ater específica para mulheres.	MDA		Mulheres atendidas	5.000	5.000	5.000		AÇÃO 210W
3. Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.	MDA		Mulheres atendidas	4.000	4.300	4.200		AÇÃO 210W, AÇÃO 20GD
4. Implementar 20.000 quintais produtivos para apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.	MDA		Quintais implementados	20.000				AÇÃO 210W
5. Articular a oferta de Ater específica para 8.000 mulheres rurais com outras políticas públicas, especialmente ao crédito PRONAF e mercados institucionais (PAA e PNAE), com foco na agroecologia.	MDA		Mulheres atendidas	2.000	3.000	3.000		AÇÃO 210O
6. Realizar pesquisa sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural.	MDA		Pesquisa realizada		1			AÇÃO 210W
7. Inserir grupos produtivos de mulheres em mercados institucionais, justos e solidários e promover feiras feministas.	MDA		Grupos inseridos em mercados	150	200	150		AÇÃO 210W
8. Apoiar a articulação de 200 grupos produtivos de mulheres em redes.	MDA		Grupos apoiados	50	50	50	50	AÇÃO 210W
9. Ampliar o acesso das mulheres ao Programa de Fomento Mulher para produção de base agroecológica.	INCRA		Projetos apoiados	15.000	15.000	15.000	15.000	AÇÃO O427

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade entre grupos de mulheres, nos editais do Programa de Organização Produtiva e de Ater para Mulheres.	MDA		Atividades apoiadas	2	2	2	2	AÇÃO 210W

Meta 6 - Criar e implementar programa nacional de insumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica (Programa Bioinsumos).

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Criar um GT para, no prazo de até 6 meses, elaborar a proposta do Programa Bioinsumos.	MAPA	MCTI, EMBRAPA, IBAMA, ANVISA	Proposta elaborada	1				N/A
2. Contratar 400 estudos e testes dirigidos ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.	MAPA	MCTI, EMBRAPA, IBAMA, ANVISA	Estudos realizados	0	100	150	150	AÇÃO 8606
3. Viabilizar a realização de estudos e testes de eficiência agronômica para 50 agentes de controle biológico.	MAPA	EMBRAPA	Testes realizados		10	20	20	AÇÃO 8606
4. Regulamentar 50 especificações de referência para orientação da produção e registro simplificado de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica.	MAPA	ANVISA, IBAMA	Especificações regulamentadas	12	12	13	13	AÇÃO 8606
5. Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.	MAPA		Regulamentos publicados	2	3	3	2	AÇÃO 8606
6. Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica, de forma a viabilizar e simplificar os seus registros.	MAPA	ANVISA, IBAMA	Regulamentos publicados	1	2	1	1	N/A
7. Promover 12 eventos e elaborar 110 publicações técnicas dirigidas a ampliar e qualificar a produção e uso de bioinsumos adequados à produção orgânica, de base agroecológica e à sociobiodiversidade.	MAPA	EMBRAPA, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC, SG-PR, MDS	Eventos promovidos e publicações elaboradas	1 Evento, 9 Publicações	3 Eventos, 41 publicações	4 Eventos, 40 publicações	4 Eventos, 40 publicações	AÇÃO 8606
8. Criar e manter atualizado um catálogo dos insumos aprovados para uso na produção orgânica e de base agroecológica, disponibilizado ao público em meios eletrônico e impresso.	MAPA, MDA	IBAMA	Catálogo criado, atualizado e disponibilizado	1	1	1	1	AÇÃO 210V
9. Promover pelo menos uma campanha anual, de âmbito nacional, para a divulgação e ampliação do uso de bioinsumos na agricultura.	MAPA	EMBRAPA, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC, SG-PR, MDS	Campanhas realizadas		1	1	1	AÇÃO 8606
10. Realizar levantamento identificando os gargalos para a produção e uso de bioinsumos, considerando os aspectos legislativo, tecnológico, mercadológico, de políticas públicas, dentre outros.	MAPA, MDA	ANVISA, IBAMA, INCRA, MCTI	Levantamento realizado	1				AÇÃO 210V
11. Realizar levantamento identificando experiências nacionais e internacionais relativas a programas e políticas de estímulo à produção e uso de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MDA, INCRA, MCTI	Levantamento realizado	1				AÇÃO 8606
12. Realizar levantamentos e sistematização de conhecimentos científicos e empíricos relacionados à produção e uso de bioinsumos para a agricultura.	MAPA, MDA	ANVISA, IBAMA, INCRA, MCTI, MEC	Levantamentos realizados	1	1	1	1	AÇÃO 210V
13. Promover treinamento e formação para qualificação de 5.000 agentes de Ater, agricultores/as e assentados/as da reforma agrária, dirigidos à produção e uso de bioinsumos.	MAPA, INCRA, MDA	EMBRAPA, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC	Agentes de Ater, agricultores/as e assentados/as de reforma agrária qualificados/as	500	1.000	1.500	2.000	AÇÃO 210O
14. Apoiar o processo de incubação para 60 empresas produtoras de bioinsumos para a agricultura orgânica e de base agroecológica.	MAPA	EMBRAPA, MCTI, MEC	Empresas incubadas		10	20	30	AÇÃO 8606
15. Criar e disponibilizar listagem nacional de laboratórios habilitados para a realização de análises de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MCTI	Listagem criada e disponibilizada		1			AÇÃO 8606
16. Apoiar a qualificação profissional de 1.000 técnicos/as para atuação em pesquisa, assistência técnica e produção de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MDA, INCRA, EMBRAPA, MCTI, MMA, MEC	Técnicos/as qualificados		300	300	400	AÇÃO 8606

Meta 7 - Implementar e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Instituir e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MF, SG-PR, MDS, MCTI, MMA, MEC, MS, MAPA	PRONARA instituído e monitorado	1	1	1	1	N/A
2. Elaborar diretrizes para o reconhecimento de Zonas Livres de Transgênicos e Agrotóxicos, especialmente em regiões de forte presença da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, territórios de povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação e seu entorno.	MDA, SG-PR	FUNAI	Diretriz elaborada		1			N/A

Meta 8 - Elaborar proposta de agroecologia e produção orgânica para ser incorporada ao Plano de Agricultura Urbana e Periurbana da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Constituir comissão mista (Consea, Condraf e CNAPO) para elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana de Base Agroecológica.	SG-PR	MDS, MDA, CONSEA, CONDRAF, MAPA, MCTI	Plano elaborado		1			N/A
2. Elaborar diretriz para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.	MDA		Diretriz elaborada	1				N/A

Meta 9 - Ajustar, criar e publicar regulamentos técnicos e legislações adequados à promoção da segurança sanitária na produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Elaborar plano de ação para promover inclusão produtiva com segurança sanitária, priorizando sistemas de produção de base agroecológica.	ANVISA		Plano de ação elaborado	1				N/A
2. Elaborar plano de trabalho de revisão e adequação de normas sanitárias incidentes sobre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade no âmbito federal, estadual e municipal.	ANVISA	MDA, MMA	Plano de trabalho elaborado	1				N/A

Eixo 2 - Uso e Conservação de Recursos Naturais

Objetivo 2 - Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.
Meta 10 - Implementar iniciativas para o uso, a produção, o manejo, a conservação, a aquisição e a distribuição de recursos genéticos, com acesso facilitado, de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Ampliar e consolidar as ações de apoio à produção, manejo, uso e conservação de sementes crioulas e varietais, por meio da implantação de 1.000 bancos de sementes no Semiárido brasileiro e para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando orçamento para o período do Planapo II.	MDS	MDA, FUNAI	Bancos de semente implementados			500	500	AÇÃO 20GD
2. Fortalecer as Redes de Sementes Florestais e os bancos de sementes florestais junto à Rede de Manejo Florestal da Caatinga.	MMA	SFB, ANA	Editais lançados	1	1			AÇÃO 20VQ, FNDF e Fundo Clima
3. Mapear, sistematizar e disponibilizar informações de forma contínua e articulada em redes locais de gestão da agrobiodiversidade sobre a caracterização de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica.	MDA, MDS	MAPA, MMA	Mapeamento elaborado e disponibilizado	1	1	1	1	AÇÃO 2012
4. Elaborar plano de multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica.	EMBRAPA	MDA, MAPA, MCTI, MEC	Plano elaborado		1			Embrapa
5. Fortalecer sistemas de abastecimento de sementes por meio da compra e distribuição de sementes crioulas, varietais e outros materiais propagativos de culturas para alimentação humana e animal, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa, priorizando mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	MDS	MDA, CONAB, FUNAI	% recursos do PAA - modalidade Sementes	5%	5%	5%	5%	AÇÃO 2798
6. Promover arranjo produtivo de pequenos animais no Semiárido, com o fim de conservar e multiplicar a base genética adequada à produção de base agroecológica, buscando atender 2.000 agricultores familiares.	MDA		Número de agricultores/as familiares em arranjo produtivo	500	1.000	1.500	2.000	AÇÃO 210V

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Apoiar a estruturação de bancos comunitários de sementes e Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS) de interesse da agroecologia e da produção orgânica, em diversos territórios, estimulando a paridade de gênero na gestão dos bancos.	MDA	MAPA, EMBRAPA, MDS, MMA, CONAB	Bancos de sementes e UBS estruturados	250	250	250	250	AÇÃO 2012, AÇÃO 8606, AÇÃO 2B81
8. Promover o acesso e apoiar projetos que viabilizem a produção e multiplicação de sementes e mudas varietais e crioulas, incluindo ensaios participativos de avaliação de recursos genéticos e de produtos da sociobiodiversidade de interesse da agroecologia, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar, favorecendo a participação das mulheres.	MDA	MAPA, SFB	Agricultores/as familiares inseridos/as no Programa	18.000	4.000	20.000	4.000	AÇÃO 2012
9. Apoiar a estruturação de uma rede de mantenedores de cultivares de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.	MAPA	EMBRAPA, MDA, MCTI	Rede apoiada e estruturada		1	1	1	AÇÃO 8606
10. Revisar a Portaria nº 51/2007 - MDA, referente ao registro de sementes, por meio de Grupo de Trabalho Operacional do MDA, com participação de representantes da sociedade civil.	MDA		Portaria revisada	1				N/A
11. Promover articulação, junto a estados e municípios, para compra de sementes e mudas, no âmbito da modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	MDA, MDS	MMA, CONAB	Estados e municípios adquirindo sementes e mudas	7	7	6		AÇÃO 2B81
12. Promover a difusão e melhoria das raças adaptadas à semiaridez que utilizam o suporte forrageiro da vegetação nativa, assegurando a manutenção das paisagens florestais e evitando o desmatamento para formação de pastagem.	MMA		Processos de comunicação realizados	2	2	2	2	Fundo Clima
13. Estabelecer mecanismos de incentivo à identificação, produção e conservação de sementes orgânicas adequadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, para as diferentes regiões do país.	EMBRAPA		Mecanismo de incentivo criado	1	1	1	1	Embrapa

Meta 11 - Promover o aproveitamento de fontes renováveis de energia para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, associadas às atividades de base agroecológicas.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Elaborar e implementar o Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.	MDA	MME, MCTI, MMA, FUNAI	Empreendimentos da AF, Povos Indígenas e PCTs		10.000	20.000	20.000	AÇÃO 210V
2. Mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, considerando a demanda existente.	MDA	FUNAI	Mapeamento realizado	1				AÇÃO 210V
3. Sistematizar e difundir, por meio de publicações, capacitações e eventos, informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	MDA		Número de publicações, capacitações e eventos	3	3	3	4	AÇÃO 210V
4. Capacitar Agentes de Ater na geração distribuída (como biogás, eólica, solar e uso de biomassa), entre outras tecnologias.	MDA	MMA, MCTI	Agentes de Ater capacitados		300	300	400	AÇÃO 210V
5. Realizar um edital para difusão de fogões eco-eficientes para segurança alimentar e energética familiar, associado aos quintais produtivos.	MMA	MDS, MDA, SFB	Edital realizado e projeto(s) contratado(s)		1			Fundo Clima/ SEDR
6. Implementar 100 unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em empreendimentos de base agroecológica.	MDA		Unidades de referência implementadas	10	30	30	30	AÇÃO 210O

Meta 12 - Propiciar segurança hídrica (acesso, manejo sustentável, conservação e distribuição de água), com base em princípios agroecológicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Implantar 100.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica, garantindo a participação de mulheres na gestão de pelo menos 70% destas unidades.	MDS	MDA	Unidades de tecnologia social	20.000	20.000	40.000	20.000	AÇÃO 8948

Meta 13 - Promover ações de apoio à conservação e restauração ambiental.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Financiar projetos para recuperação florestal.	MMA	ANA, SFB	Projetos financiados	20				FNMA, Fundo Sócio Ambiental da Caixa, Fundo de Direitos Difusos
2. Elaborar proposição de instrumentos normativos, no âmbito da PNAPO, para a regulamentação de temas relativos a conservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e da sociobiodiversidade.	MMA	SFB, MDA, MDS	Instrumentos normativos elaborados		1			Fundo Clima
3. Lançar um edital de Ater para a promoção de ações de uso sustentável dos recursos florestais, para a segurança alimentar, hídrica e energética e conservação da paisagem e dos serviços ecossistêmicos.	MMA	MDA, SFB, ANATER, MDS	Edital lançado e projetos contratados		1			Fundo Clima
4. Implantar plataforma informatizada (Webambiente) e disponibilizar, por bioma, informações sobre espécies, tecnologias e sistemas de produção de mudas e de restauração ambiental.	MMA	EMBRAPA	Sistema Webambiente implantado e tecnologias sistematizadas	Sistemaelaborado				Cooperação Internacional
5. Apoiar a inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais.	SFB		Imóveis rurais inscritos no CAR	30 000	70 000			Fundo Socioambiental da Caixa
6. Apoiar a inscrição de imóveis rurais da agricultura familiar no Cadastro Ambiental Rural - CAR, por meio das chamadas de Ater do MDA.	MDA		Imóveis rurais inscritos no CAR	36.340				AÇÃO 210V
7. Apoiar a implementação dos Programas de Recuperação Ambiental (PRAs) nos Estados.	SFB		Programas estaduais apoiados	10	17			AÇÃO 20WA
8. Criar e implementar sistema de gestão para as atividades executadas no Programa Assentamentos Verdes (PPA).	INCRA		Sistema de gestão criado e implementado	1				N/A
9. Atender 1.000 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado (PPA).	INCRA		Número de assentamentos atendidos	250	250	250	250	AÇÃO 211A

Meta 14 - Promover o uso e manejo sustentável dos solos com base em princípios agroecológicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Implementar ação de formação técnica de multiplicadores para o Programa de Manejo e Conservação dos Solos, para o controle dos processos erosivos e a promoção de sistemas sustentáveis de produção, visando à segurança hídrica e alimentar.	MMA	MDA, MDS, ANA	Ações de formação técnica realizadas	12	12			Fundo Clima
2. Implementar unidades tecnológicas de manejo e conservação dos solos com base nos princípios da agroecologia.	MDA		Unidades implantadas	1	1	1	1	AÇÃO 210V

Eixo 3 - Conhecimento

Objetivo 4 - Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio.
Meta 15 - Promover serviços de Ater qualificados, na perspectiva agroecológica e de forma continuada, para 1.868.000 famílias da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, extrativistas e pertencentes a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016050500086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Qualificar 20 mil agentes de Ater, garantindo a participação de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	MDA		Agentes de ATER qualificados	2.000	6.000	6.000	6.000	AÇÃO 210O
2. Prestar Ater qualificada e continuada para 1,5 milhão de agricultores familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	MDA		Famílias atendidas	240.000	260.000	500.000	500.000	AÇÃO 210O
3. Prestar Ater qualificada, direcionada e continuada para 368.000 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	INCRA		Famílias atendidas	65.000	100.000	100.000	100.000	AÇÃO 210S
4. Implementar plano de formação e qualificação de Agentes de Ater, e estabelecer parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais e gênero.	MDA		Plano implementado		1			N/A
5. Promover cursos de formação técnica em manejo florestal de uso múltiplo para técnicos de Ater, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade.	MMA	ANATER	Cursos de Formação Técnica	4	4	4	4	SEDR, ANA e Fundo Clima
6. Incluir nas chamadas públicas de Ater com enfoque agroecológico a oferta de monitoria infantil para viabilizar a participação das mulheres nas atividades coletivas.	MDA		Percentual de chamadas	100%	100%	100%	100%	AÇÃO 210O
7. Promover cursos e oficinas de capacitação em agroecologia, em parceria com Universidades e Institutos Federais, para técnicos/as de Ater, servidores/as do INCRA e famílias assentadas, buscando a participação de, pelo menos, 50% de mulheres.	INCRA		Técnicos/as de Ater, assentados/as e servidores/as capacitados	105	420	735	770	100/176
8. Promover ações de formação e produção de conhecimento para a transição agroecológica relacionadas ao uso e conservação de recursos naturais.	MMA	MDA, MAPA, ANATER, MDS	Agricultores/as e agentes de Ater capacitados		300	300	300	1854120368308-0001
9. Assegurar a formação técnica em manejo florestal de uso múltiplo para técnicos de Ater, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade.	MMA	ANATER	Cursos de Formação Técnica	4	4	4	4	SEDR, ANA e Fundo Clima

Meta 16 - Fomentar processos de construção e socialização coletiva do conhecimento em agroecologia, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão rural.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Levantar demandas de agricultores/as em conhecimento e tecnologias de base agroecológica, com 200 instituições de Ater, 20 órgãos de pesquisa e 100 Núcleos de Estudo em Agroecologia.	MDA	MCTI, CNPq, MAPA, EMBRAPA	Demandas sistematizadas	3	3	3	3	AÇÃO 210O
2. Estimular a formação de pelo menos 20 profissionais da Embrapa em programas de pós-graduação em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas.	EMBRAPA		Profissionais cursando pós-graduação no tema	2	5	7	6	Embrapa
3. Ampliar o número de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento componentes do Portfólio de Sistemas de Produção de Base Ecológica.	EMBRAPA		Número de projetos em execução no portfólio	60	70	85	100	Embrapa
4. Estruturar 02 novos arranjos regionais de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia e produção orgânica.	EMBRAPA		Arranjos estruturados	1	1	0	0	Embrapa
5. Incluir os temas relacionados à agroecologia e produção orgânica nas agendas de prioridades das Unidades Descentralizadas da Embrapa.	EMBRAPA		Agendas de Unidades Descentralizadas que contemplam Agroecologia	15	10	10	5	Embrapa
6. Promover ações de sensibilização e formação dos/as profissionais, gestores/as da Embrapa e parceiros em agroecologia, gênero e diversidade cultural.	EMBRAPA		Eventos de sensibilização e/ou cursos de formação realizados	3	6	6	5	Embrapa
7. Sistematizar 60 experiências com foco nas práticas desenvolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, com recorte de gênero, a fim de promover a inovação social junto a agricultores e agricultoras familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	EMBRAPA	MDA	Experiências sistematizadas	5	15	20	20	Embrapa
8. Divulgar o valor nutricional de espécies nativas da flora brasileira, de valor econômico atual ou potencial, e o papel que essas espécies podem desempenhar na promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como na composição de regimes alimentares saudáveis.	MMA	MCTI, INPA	Número de espécies divulgadas	50	70	70	70	AÇÃO 20LU
9. Efetivar a participação de 8 mil pesquisadores/as, agentes de Ater e agricultores/as familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias, garantindo a participação de, pelo menos, 50% de mulheres.	MDA	MCTI, CNPq, MAPA, EMBRAPA	Número de participantes	2.000	2.000	2.000	2.000	AÇÃO 210O
10. Instituir parceria para fomentar pesquisa, cooperação técnico-científica, desenvolvimento de tecnologias e inovações no uso sustentável da biodiversidade, especialmente em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva, priorizando a participação de mulheres, povos e comunidades tradicionais.	INCRA		Parceria firmada	1				100/176
11. Promover 200 oficinas temáticas/concertação entre ensino, pesquisa e Ater, visando identificar 7.500 referências para sistemas de produção e processamento de base agroecológica na agricultura familiar.	MDA	MAPA, EMBRAPA	Referências identificadas	3.000	1.500	1.500	1.500	AÇÃO 210O
12. Apoiar a continuidade das ações de 100 Núcleos e 5 Redes de Núcleos de Estudos em Agroecologia, em articulação com as instituições da sociedade civil e da rede pública das áreas de ensino, pesquisa e extensão.	MDA	MEC, MAPA, MCTI, MMA	Núcleos e Redes apoiadas	105	105	105	105	AÇÃO 210O
13. Apoiar financeiramente à implantação e funcionamento de núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica, em instituições de ensino superior e de educação profissional em projetos que articulem as áreas de ensino, pesquisa e extensão.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Núcleos apoiados	70	100	150	200	AÇÃO 8606, AÇÃO 213S
14. Implantar e/ou fortalecer espaços de referência tecnológica em agroecologia e produção orgânica em 15 Unidades Descentralizadas da Embrapa, criando áreas demonstrativas de apoio à pesquisa, ensino e extensão.	EMBRAPA		Espaços de referência implantados e/ou fortalecidos		5	5	5	Embrapa
15. Implementar 25 novos Núcleos Temáticos de Agroecologia e Produção Orgânica nas Unidades Descentralizadas da Embrapa e OEPAS e fortalecer os existentes.	EMBRAPA	MDA, MCTI	Núcleos temáticos implementados		15		10	Embrapa
16. Desenvolver, validar e socializar 500 tecnologias e boas práticas adequadas à produção orgânica e de base agroecológica, adaptadas às realidades locais.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Tecnologias desenvolvidas e socializadas	210	300	450	500	AÇÃO 8606
17. Apoiar 260 instituições de ensino superior e profissional para socialização de conhecimentos de base agroecológica e de tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, apropriados às realidades locais, para educadores, educandos, técnicos e agricultores/as, estimulando o intercâmbio e a formação de redes entre os Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Instituições de ensino apoiadas	140	180	220	260	AÇÃO 8606

Meta 17 - Promover educação com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção, para estudantes, agentes de Ater, produtores/as, agricultores/as familiares, extrativistas, pescadores/as, assentados/as de reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Promover educação profissional técnica de nível médio com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes da Rede CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), produtores/as, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.	MEC	MDA, MAPA, MMA	Vagas ofertadas	3.000	7.000	7.000	7.000	AÇÃO 20RG, AÇÃO 6380
2. Apoiar a oferta de educação em tempo integral (macrocampo de agroecologia) de forma a ampliar gradualmente o atendimento para 5 milhões de matrículas.	MEC		Escolas apoiadas	7.672	8.055	8.457	8.879	AÇÃO 213M
3. Formar 5000 educandos de nível médio e superior visando a capacitação e formação profissional de trabalhadores/as rurais em agroecologia e produção orgânica por meio do PRONERA.	INCRA		Alunos/as matriculados/as	500	1.500	1.500	1.500	210T PO 03
4. Realizar 15 cursos de formação profissional de trabalhadores/as rurais, com enfoque em agroecologia e produção orgânica - Residência Agrária, por meio do PRONERA.	INCRA		Cursos contratados	3	4	4	4	210 T PO 02
5. Ofertar vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã.	MEC		Vagas ofertadas	1.000	1.000	1.000	1.000	AÇÃO 20GK
6. Fortalecer e ampliar a linha de agroecologia nos editais do Programa de Extensão Universitária (PROEXT).	MEC		Editais lançados	1	1	1	1	AÇÃO 20GK

Meta 18 - Ampliar a formação da juventude em agroecologia e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Apoiar a contratação de 70 projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas.	MDA		Projetos contratados	16	17	18	19	BNDES
2. Realizar pesquisa sobre juventude rural no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica.	MDA		Pesquisa realizada			1		AÇÃO 210O

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Promover Ater agroecológica para 80 mil jovens rurais da agricultura familiar, com foco na pedagogia de alternância e com enfoque territorial.	MDA		Jovens beneficiados	26.000	46.000	66.000	80.000	AÇÃO 210O
4. Instituir o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, beneficiando 20 mil jovens rurais.	MDA		Jovens beneficiados	3.600	10.000	10.000		AÇÃO 210O

Meta 19 - Implementar estratégias de socialização do conhecimento e comunicação, com vistas à ampla disseminação da agroecologia e da produção orgânica e à divulgação de seus benefícios ambientais, sociais e à saúde, frente ao público específico da política e à sociedade em geral.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Mapear e apoiar ações e projetos com foco em saúde do trabalhador e agroecologia, em articulação com CEREST Estaduais e Regionais nas 27 Unidades da Federação.	MS		Mapeamento executado e 27 ações apoiadas		7	10	10	AÇÃO 20YJ
2. Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país.	MMA	EMBRAPA	Livros publicados	2	4			AÇÃO 20LU
3. Inserir os conceitos e benefícios ambientais e sociais da agroecologia e da produção orgânica no documento "Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos", a ser publicado e divulgado pelo Ministério da Saúde, de forma a apresentá-las como estratégias para promoção à saúde.	MS		Documento publicado	1				N/A
4. Elaborar e divulgar a versão revisada do Marco Referencial de Agroecologia da Embrapa.	EMBRAPA		Marco Referencial de Agroecologia atualizado		1			Embrapa
5. Realizar 160 eventos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas, que contribuam para o processo de internalização do tema na Embrapa, de forma integrada com ensino, ATER e agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais.	EMBRAPA		Eventos realizados	40	40	40	40	Embrapa
6. Realizar 6 eventos regionais de articulação e intercâmbio em agroecologia, em parceria com Universidades e Institutos Federais, envolvendo cerca de 900 pessoas, entre técnicos/as de Ater, servidores/as do Incra e famílias assentadas.	INCRA		Eventos realizados		2	2	2	100/176
7. Realizar 1 Seminário de Educação em Agroecologia, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia.	MDA		Seminário realizado		1			AÇÃO 210O
8. Elaborar material educativo direcionado a trabalhadores/as rurais, apresentando a agroecologia e a produção orgânica como alternativas sustentáveis de produção de alimentos saudáveis e como impulsionadoras da promoção à saúde.	MS		Material publicado				1	N/A
9. Realizar estudos para avaliar os impactos dos sistemas agroecológicos sobre os serviços ecossistêmicos no âmbito dos ODS e da INDC do Brasil.	MMA	ANA	Estudo	1				SEDR, ANA e Fundo Clima
10. Desenvolver e manter atualizada plataforma de conhecimento que contenha um banco de dados, com as ações de agroecologia e agricultura orgânica especializadas, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia e a Articulação Nacional de Agroecologia.	MDA	MS, MEC, MDS, MMA, MAPA, MF, SG-PR, MCTI	Plataforma desenvolvida e atualizada	1				AÇÃO 210O

Eixo 4 - Comercialização e Consumo

Objetivo 4 - Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e promover a ampliação do consumo de tais produtos.
Meta 20 - Promover a comercialização e o consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Promover campanhas intersetoriais dirigidas à população em geral e a públicos específicos, para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, com ênfase em produtos de origem orgânica e agroecológica.	MDS	MDA	N° de campanhas	1				AÇÃO 2784
2. Garantir, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para aquisições de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica.	MDS	CONAB	% de recursos aplicados na aquisição de produtos orgânicos	2%	3%	4%	5%	AÇÃO 2798
3. Realizar eventos periódicos com gestores públicos responsáveis pelas aquisições do PNAE, visando incentivar a aquisição de alimentos de origem orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade nos cardápios da alimentação escolar.	FNDE	MAPA	N° de eventos	1	1	1	1	AÇÃO 2784
4. Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras.	FNDE		Relatórios anuais	1	1	1	1	AÇÃO 2784
5. Produzir material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar.	FNDE	MAPA, MDA, INCRA	Material produzido		1		1	AÇÃO 2784
6. Realizar campanha permanente de promoção dos produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.	MAPA	MMA, MS, FNDE, SG-PR, MCTI, MDA, MDS	Campanha realizada	1	1	1	1	AÇÃO 8606
7. Sensibilizar e estimular a ampliação da produção e consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica para consumidores, técnicos e produtores.	MAPA		Consumidor, técnico e produtor envolvidos diretamente pela campanha	10.000	20.000	30.000	40.000	AÇÃO 8606
8. Elaborar, produzir e distribuir materiais promocionais e educativos voltados aos consumidores.	MAPA		Material produzido	1	1	1	1	AÇÃO 8606
9. Implementar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, em ações e estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, intrasetorial, intersetorial e transetorial, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade.	MS		Recomendações implementadas	10				AÇÃO 2784
10. Qualificar e estruturar cooperativas e associações da agricultura familiar para acessar políticas públicas de comercialização (Programa Mais Gestão).	MDA		Organizações da AF assessoradas pelo COOPERAF/ Mais Gestão	1.000	500	500	2.000	AÇÃO 210V
11. Incentivar a estruturação de 40 feiras, redes e/ou centrais de comercialização locais e regionais para beneficiários do PNRA.	INCRA		Feiras, redes ou centrais estruturadas	10	10	10	10	AÇÃO 211A
12. Fortalecer e agilizar o reconhecimento de equivalência de regulamentos e procedimentos relacionados à garantia da qualidade orgânica, com outros países, prioritariamente com os da América Latina.	MAPA	MDA, MMA, MS	Equivalência reconhecida entre países		1	1	1	AÇÃO 8606
13. Publicar editais visando à realização de feiras culturais feministas para a comercialização de produtos/sementes agroecológicos e advindos da sociobiodiversidade.	MDA		Número de editais lançados	1		1		AÇÃO 210V
14. Qualificar a gestão de 2.000 organizações econômicas da agricultura familiar através do Cooperaf/Mais Gestão nas áreas de gestão, produção, agroindustrialização e acesso aos mercados, considerando sua diversidade e suas especificidades.	MDA	MDS, FNDE, CONAB	N° de organizações atendidas	1000	500	500		AÇÃO 210V
15. Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência estadual, nacional e internacional.	MDA		N° de agricultores/as familiares beneficiários/as	12000	12000	12000	12000	AÇÃO 210V
16. Promover identidade e visibilidade aos produtos da agricultura familiar como estratégia para sua valorização (SIPAF).	MDA		N° de concessões de uso do SIPAF	1500	4000	6000	8500	N/A
17. Promover a inserção de 150 produtos da agrobiodiversidade brasileira na estratégia de resgate e apoio à comercialização, via parceria com o movimento "Slow food".	MDA		N° de produtos	150				AÇÃO 210V
18. Capacitar 500 jovens rurais em eco-gastronomia, por meio de parceria com o movimento "Slow Food".	MDA		N° de jovens capacitados	500				AÇÃO 210V

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Eixo 5 - Terra e Território

Objetivo 5 - Garantir o acesso à terra e a territórios, como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.
Meta 21 - Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados/as da reforma agrária.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Titular 40 mil hectares em benefício de comunidades quilombolas.	INCRA		Áreas tituladas	10.000	10.000	10.000	10.000	AÇÃO 210Z
2. Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em 300 comunidades quilombolas.	INCRA		Comunidades atendidas	300				N/A
3. Publicar 60 relatórios técnicos de Identificação e Delimitação.	INCRA		Relatórios publicados	15	15	15	15	AÇÃO 21OZ
4. Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas por meio da normatização da titulação em terras públicas e privadas e da normatização do levantamento fundiário.	INCRA		Normatizações aprimoradas			1	1	N/A
5. Emitir 20 decretos de desapropriação por interesse social de territórios quilombolas.	INCRA		Kits decretos montados	5	5	5	5	N/A
6. Emitir 40 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas.	INCRA		Portarias publicadas	10	10	10	10	N/A
7. Avaliar 46 mil hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados.	INCRA		Hectares avaliados	11.500	11.500	11.500	11.500	AÇÃO 210Z
8. Assentar 120.000 famílias em projetos de assentamentos de reforma agrária, com o fim de assegurar a adoção de práticas agroecológicas, priorizando projetos ambientalmente diferenciados.	INCRA		Famílias assentadas	30.000	30.000	30.000	30.000	211b/2105
9. Ampliar a regularização fundiária em 2,5 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável	MMA-ICMBIO		Área regularizada	625 mil	625 mil	625 mil	625 mil	Compensação Ambiental e de Reserva Legal
10. Delimitar ao menos 25 terras indígenas.	FUNAI		Terras delimitadas	25				AÇÃO 20VF
11. Garantir a destinação de 5% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.	INCRA		Jovens assentados	1.500	1.500	1.500	1.500	AÇÃO 211B

Meta 22 - Fortalecer a gestão compartilhada dos territórios tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Ampliar de 155 para 185 as Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo, priorizando as UCS com famílias em situação de vulnerabilidade social.	MMA-ICMBIO	MMA	Número de Unidades de Conservação com Plano de Manejo	7	7	8	8	Compensação Ambiental
2. Aumentar de 265 para 283 o número de Unidades de Conservação Federais com Conselhos Gestores criados.	MMA-ICMBIO		Número de UC com Conselho	4	4	4	4	AÇÃO 20WM
3. Apoiar a elaboração e revisão de 20 Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e a implementação de ações integradas em 40 terras indígenas.	FUNAI		PGTA's elaborados e revisados	20				AÇÃO 20W4
4. Publicar e implantar o Plano Integrado de implementação da PNGATI, visando a garantia da posse plena dos povos indígenas quanto aos seus territórios.	FUNAI		Plano elaborado e publicado	1				AÇÃO 215O

Meta 23 - Consolidar assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável, territórios de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas como áreas prioritárias para a promoção da produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Ampliar a participação das associações/cooperativas de povos indígenas e comunidades tradicionais no Programa Mais Gestão.	MDA		Número de instituições atendidas	25	25	25	25	AÇÃO 210V
2. Divulgar o Selo Quilombos do Brasil, junto às comunidades quilombolas e assessorar as comunidades para acesso ao selo.	MDA	SEPPIR, Fundação Palmares	N° de ações de divulgação	10	10	10	10	N/A
3. Atender 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	FUNAI		Famílias atendidas	40.000	40.000	40.000	40.000	AÇÃO 215O
4. Divulgar o Selo Indígenas do Brasil, junto aos povos indígenas e assessorá-los no acesso ao selo, visando a qualificação da produção tradicional indígena e a ampliação do acesso aos mercados institucionais e privados.	MDA	FUNAI	N° de ações de divulgação	10	10	10	10	N/A

Eixo 6 - Sociobiodiversidade

Objetivo 6 - Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.
Meta 24 - Disseminar conhecimentos e informações que demonstrem a importância da sociobiodiversidade e da valorização da identidade dos povos indígenas, povos e comunidades.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Implementar, qualificar e divulgar o Sistema Nacional de Informação sobre o Extrativismo.	MMA	MDA, MDS, ICMBIO, MCTI, IBGE, CONAB, MAPA, SFB, FUNAI	Interface concluída e disponibilizada	1				PCT GIZ Economia Verde
2. Aprimorar a metodologia de coleta de dados sobre o extrativismo e a contribuição dos produtos da sociobiodiversidade para a economia de cada região nos Censos Agropecuário e Demográfico do IBGE.	MMA	MDA, MDS E CONAB	Metodologia incorporada	1				AÇÃO 20VQ
3. Incentivar a elaboração de Protocolos Comunitários para orientar o uso comunitário e as negociações com atores externos em caso de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	MMA		Protocolos Comunitários elaborados			1		GEF-ABS
4. Elaborar a 1ª edição da enciclopédia nacional de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade sobre o manejo sustentável e uso tradicional de plantas medicinais, como instrumento de garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades Tradicionais e agricultores/as familiares sobre seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	MMA		Enciclopédia publicada				1	GEF-ABS

Meta 25 - Fomentar o uso e a conservação da biodiversidade e a promoção do extrativismo e agroextrativismo sustentável nos biomas brasileiros, a partir dos modos de vida e de práticas de gestão territorial dos povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Produzir e disseminar materiais (cadernos técnicos e didáticos) de recomendações de boas práticas de manejo de 30 espécies nativas da sociobiodiversidade, com linguagem adequada aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	MMA	MAPA, SFB, EMBRAPA, ICMBIO, MDS, CONAB, FUNAI, MDA, MCTI	Cadernos técnicos e didáticos produzidos	21	9			PCT PNUD BRA08012 e PCT GIZ Economia Verde
2. Desenvolver, no mínimo, um estudo de cadeia da sociobiodiversidade para inclusão de um produto fitoterápico tradicional no SUS.	MMA	MDA	Estudo desenvolvido			1		GEF-ABS
3. Regulamentar o Código Florestal no que se refere às temáticas relacionadas ao manejo florestal comunitário familiar, incentivando o manejo e uso sustentável de espécies nativas.	MMA (SFB)	MDA, ICMBIO, IBAMA	Regulamentação do manejo florestal comunitário e familiar	1				AÇÃO 04D4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Meta 26 - Apoiar e fortalecer a organização social e produtiva de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Publicar nova chamada Ater Mais Gestão, garantindo a inclusão de empreendimentos da sociobiodiversidade	MDA	MMA, SFB	Organizações da sociobiodiversidade atendidas	20	20			PCT GIZ/MDA/SAF
2. Articular recursos não reembolsáveis (fundos e cooperação multi e bilateral) para apoio a projetos de inclusão produtiva sustentável para povos indígenas e comunidades tradicionais extrativistas.	MMA	FUNAI, MDA, SFB, ICMBio	Chamadas públicas de apoio à inclusão produtiva lançadas	4	2	2		BNDES, Fundo Clima e Amazônia, DGM/FIP, FNRB
3. Apoiar projetos voltados à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, visando às etapas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade no bioma Amazônia, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica - ECOFORTE.	MDA, SG-PR	MAPA, MMA, MDS, MTE, CONAB, EMBRAPA, BNDES	Projetos apoiados	15				BNDES
4. Formar 100 profissionais de instituições governamentais sobre as especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	MMA	ICMBIO, MEC, FUNAI, EMBRAPA, CONAB	Profissionais formados			50	50	GEF-ABS

Objetivo 7 - Apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.
Meta 27 - Aprimorar e ampliar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e a formação profissional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Emitir 100 mil Documentos de Aptidão ao PRONAF (DAP), promovendo a devida adequação da declaração às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em todo país.	MDA	FUNAI	DAP emitidas	25.000	25.000	25.000	25.000	AÇÃO 210V
2. Elaborar diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de serviços de Ater específico para territórios extrativistas (RESEX, PAE e PDS).	MDA, MMA		Documentos de diretrizes elaborado		1			AÇÃO 210O
3. Promover ações de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da caatinga, do cerrado e da amazônia, com enfoque agroecológico, nas RESEX, RDS e assentamentos de famílias agroextrativistas.	MMA/SFB	MDA	Famílias atendidas	3.500	1.300			AÇÃO 04D4
4. Elaborar e executar 10 projetos com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, com foco na agroecologia, visando a segurança alimentar e nutricional e geração de renda.	MDA	EMBRAPA	Projetos executados	2	2	3	3	AÇÃO 210O/PO 0009 e 000E
5. Formar e qualificar 5.000 agentes para atuação em comunidades quilombolas, visando o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.	MDA		Agentes formados	1.250	1.250	1.250	1.250	AÇÃO 210O
6. Recriar o Portal da Sociobiodiversidade como instrumento de comunicação e formação continuada dos atores da rede de serviços de apoio aos produtos da sociobiodiversidade.	MDA	MMA	Portal em funcionamento	1				PCT GIZ/MDA/SAF

Meta 28 -. Aperfeiçoar a infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Elaborar perfis agroindustriais, com a perspectiva das tecnologias sociais, para, no mínimo, 20 produtos da sociobiodiversidade, de forma a contemplar todos os biomas.	MDA	EMBRAPA	Perfis elaborados	20				PCT GIZ/MDA/SAF
2. Realizar estudos, em articulação com as Câmaras Técnicas de Comercialização Estaduais, sobre alternativas para a logística de armazenamento e escoamento da produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares e disseminar estas informações.	MDA	CONAB	Estudos realizados	4				PCT GIZ/MDA/SAF

Meta 29 -. Ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e mercados diferenciados locais, regionais e internacionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Ampliar a articulação junto aos potenciais órgãos compradores com o fim de incluir produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institucionais - PAA, PNAE e demais modalidades -, por meio das Câmaras Técnicas Estaduais de Comercialização.	MDA, MDS, FNDE	CONAB	Produtos adquiridos no PAA e no PNAE	150				AÇÃO 2010V
2. Realizar 12 oficinas de capacitação em territórios prioritários de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares para fomento ao acesso às políticas de apoio à comercialização, garantindo a equidade de gênero e a participação da juventude.	MDA	MDS, FNDE, MMA, CONAB	Oficinas realizadas		12			PCT GIZ/MDA/SAF
3. Publicar portaria interministerial com as espécies e produtos da sociobiodiversidade para comercialização em compras institucionais.	MMA	MDS, CONAB	Portaria publicada	1				N/A
4. Consolidar Câmaras Técnicas de comercialização em cada Estado, mantendo as cadeias de produtos da sociobiodiversidade na pauta das reuniões dessas instâncias.	MDA	CONAB	Câmaras instaladas e funcionando	10				PCT GIZ/MDA/SAF
5. Definir proposta de territórios prioritários para estruturação de 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade, com foco nas seguintes cadeias: castanha, açaí, pirarucu, borracha, pequi, babaçu, piaçava, mangaba, umbu, licuri e baru.	MMA	SFB, EMBRAPA, ICMBIO, MDS, CONAB, FUNAI, MDA	Territórios definidos e diagnosticados	6	5			PCT GIZ/MMA
6. Garantir a participação dos produtos da sociobiodiversidade em feiras e eventos de comercialização regionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	MDA		Número de empreendimentos	4	4	4	4	AÇÃO 210V
7. Propor a caracterização técnica de 30 produtos da sociobiodiversidade para inclusão na lista da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para exportação.	MMA	MDA, MDS, MDIC	Caracterização técnica elaborada		10	10	10	PCT GIZ/MMA
8. Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.	MMA	EMBRAPA, CONAB	Estudos realizados	4	6	6		PCT GIZ Economia Verde

Meta 30 -. Incentivar o consumo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
1. Criar o Selo da Sociobiodiversidade para extrativistas, vinculado ao SIPAF (Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar).	MMA	MDA, INCRA, ICMBIO, CONAB	Selo criado	1				N/A
2. Propiciar a participação de agricultores familiares beneficiários de projetos apoiados por meio da parceria entre MDA e o movimento "Slow Food", relativos à sociobiodiversidade, em feiras e eventos.	MDA	MMA	Feiras e eventos com participação dos agricultores beneficiários dos projetos	5	5			AÇÃO 210V

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 22, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O SUPERINTENDE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - INCRA/SR(01), no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.812/2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 03/04/2009 e o regimento Interno da Autarquia aprovado pela Portaria MDA/Nº20/2009, publicada no D.O.U de 09/04/09; e

Considerando o que estabelece o Artigo 68 do ADCT/CF/1988, o Decreto nº 4.887/2003 e a IN nº57/2009;

Considerando que a maioria das comunidades remanescente de quilombolas que já solicitaram a regularização de seus territórios e possuem processos administrativos autuados nesta superintendência regional vivem sob condições de conflito e tensão, decorrentes da luta pela manutenção da posse e do domínio de suas áreas tradicionalmente ocupadas;

Considerando que a regularização desses territórios depende de uma interface sólida constituída entre diversas entidades, instituições e esta superintendência; resolve:

Art.1 - Vincular no âmbito desta SR-01, a gestão do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas/F-4, bem como de suas atividades, ao Gabinete da Superintendência;

Art.2 - Esta Portaria entre em vigência na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

NAZARENO DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 24, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001752/2015-86 e do Parecer nº 2, de 12 de janeiro de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, decide:

1. Encerrar, sem julgamento de mérito, a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 3, de 12 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 13 de janeiro de 2016, para averiguar a existência de dumping nas exportações da Turquia para o Brasil de vergalhões de ferro ou aço ligado ou não ligado, da categoria CA-50, comumente classificadas nos itens 7213.10.00, 7214.20.00, 7227.20.00, 7227.90.00 e 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, nos termos do inciso I do art. 74 do Decreto nº 8.058, de 2013, uma vez que a análise de mérito foi prejudicada em razão da insuficiência de informação prestada tempestivamente pela indústria doméstica.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL MARTELETO GODINHO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 890, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016, 01/03/2016 e 05/04/2016, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 22/10/2015, 21/01/2016 e 15/03/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 64, de 16 de março de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016, 01/03/2016 e 05/04/2016, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 22/10/2015, 21/01/2016 e 15/03/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HERINGER MOTA ANUNCIAÇÃO
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003117/2015-12
Proponente: Associação Oásis de Pompéia
Título: Jiu Jitsu Esporte Cidadão (III Edição)
Registro: 02SP020722008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 51.526.002/0001-50
Cidade: Pompéia UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 242.162,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0328 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14390-1
Período de Captação até: 05/04/2017
2 - Processo: 58000.002790/2016-13
Proponente: Confederação Brasileira de Voleibol
Título: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia Challenger
Registro: 02RJ035502008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.046.722/0001-07
Cidade: Saquarema UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.353.238,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3073 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13509-7
Período de Captação até: 23/07/2016
3 - Processo: 58701.003104/2015-43
Proponente: Fundação Tênis
Título: Tênis e Cidadania Sapiranga
Registro: 02RS003742007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.022.246/0001-88
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 282.528,22
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3256 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17963-9
Período de Captação até: 30/04/2017
4 - Processo: 58701.003815/2015-18
Proponente: Fundação Tênis
Título: Tênis e Cidadania Igrejinha
Registro: 02RS003742007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.022.246/0001-88
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 190.362,32
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3256 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17964-7
Período de Captação até: 30/04/2017
5 - Processo: 58701.004247/2014-91
Proponente: Município de Borebi
Título: Borebi Kids Esporte
Registro: 01SP136342014
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 54.724.802/0001-73
Cidade: Borebi UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 41.299,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6548 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9538-9
Período de Captação até: 28/02/2017
6 - Processo: 58701.002829/2014-33
Proponente: Município de Pratânia
Título: Ginásio no Ginásio
Registro: 01SP137132014
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 01.576.782/0001-74
Cidade: Pratânia UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 39.021,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0302 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27354-6
Período de Captação até: 31/12/2016
7 - Processo: 58701.007456/2013-14
Proponente: Sobradinho Esporte Clube
Título: Núcleo de Excelência Esportiva de Futebol Novos Talentos
Registro: 02DF107132012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.441.907/0001-96
Cidade: Sobradinho UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 5.877.180,04
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1226 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67168-1
Período de Captação até: 31/12/2016
8 - Processo: 58701.002860/2014-74
Proponente: Liga Paulistana de Futebol Amador
Título: Oitavo Campeonato Paulista de Futebol Amador
Registro: 02SP125642013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.507.151/0001-82
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.532.275,25
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7003 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6399-1
Período de Captação até: 15/03/2017

ANEXO II

1 - Processo: 58701.007537/2013-14
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Coração de Jesus
Título: AABB Esportes - Coração de Jesus (MG)
Valor aprovado para captação: R$ 473.254,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0533 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24648-4
Período de Captação até: 31/12/2016
2 - Processo: 58701.004337/2014-82
Proponente: Carijós Atlético Clube
Título: Carijós Força Jovem II
Valor aprovado para captação: R$ 499.050,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1793 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33945-8
Período de Captação até: 31/12/2016
3 - Processo: 58701.007665/2013-50
Proponente: Federação Paranaense de Hipismo
Título: Futuros Campeões do Hipismo
Valor aprovado para captação: R$ 268.468,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2926 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30243-0
Período de Captação até: 01/03/2017
4 - Processo: 58701.004237/2014-56
Proponente: Sociedade Esportiva Palmeiras
Título: Palmeiras da Linha 40 no Campeonato de Integração
Valor aprovado para captação: R$ 169.834,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3220 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40892-1
Período de Captação até: 31/01/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.003365/2015-63.

No Diário Oficial da União nº 245, de 23 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 61 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 829/2015, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 3.952.432,22, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte Realizada em 15 de março de 2016, no valor de R$ 4.993.581,60.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

O Conselho Nacional do Esporte, no exercício da competência prevista no inciso III do art. 11 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998,

Considerando que no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece-se que "gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social", bem como que "os Governos têm responsabilidade pela saúde dos seus povos, a qual só pode ser assumida pelo estabelecimento de medidas sanitárias e sociais adequadas";

Considerando que o parágrafo único do art. 3º da Lei nº. 8.080, de 1990, dispõe sobre as ações de saúde destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social;

Considerando a importância conjuntural dos exercícios físicos, das atividades físicas e da prática esportiva como fator de prevenção de doenças e promoção da saúde;

Considerando que geralmente os conceitos de Saúde, Atividade Física e Qualidade de Vida Ativa se encontram interligados e estabelecem a interdependência entre eles;

Considerando que o exercício físico pode ser conceituado como toda atividade planejada, estruturada e repetitiva que tem por objetivo a melhoria e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física, e que tal orientação é fundamental para que os exercícios atinjam, com segurança e sem prejuízos para saúde do indivíduo, o seu escopo de manutenção do condicionamento físico.

Considerando que Aptidão Física é um estado dinâmico de energia e vitalidade que permita a cada um, funcionando no pico de sua capacidade intelectual, realizar as tarefas do cotidiano, ocupar ativamente as horas de lazer, enfrentar emergências imprevistas sem fadiga excessiva, sentir uma alegria de viver e evitar o aparecimento das disfunções.

Considerando que Atividade Física é qualquer movimento corporal voluntário humano, produzido pelos músculos esqueléticos e que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso, caracterizado pela atividade do cotidiano e pelos exercícios físicos, e como atividade humana, nela também está o Ser Humano como um todo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que Esporte é um fenômeno sócio-cultural que tem no jogo o seu vinculo cultural e na competição o seu elemento essencial, se manifesta através de uma atividade metódica e regular de caráter competitivo, institucionalizado, realizado conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades desportivas, determinado por regras preestabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, considerado em todas as formas de atividades físicas que, por meio de participação casual ou organizada, objetivam expressar ou promover a forma física e o bem-estar físico, mental psíquico e social, sendo também, praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos: da natureza, radicais, orientação, aventura e outros).

Considerando que a atividade esportiva aplica-se, ainda, na promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados, contando com organizações internacionais e nacionais que regulamentam e promovem a prática competitiva como forma de manifestação esportiva, sendo o Esporte definido no dicionário Aurélio como o "conjunto dos exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipes";

Considerando que na visão da Motricidade Humana, ciência que visa explicar a Educação Física, o Esporte é um dos aspectos da motricidade que se distingue por ser um jogo competitivo, com regras padronizadas e institucionalizadas, portanto, é jogo competitivo, é instituição e é também história, dado que possui as características do tempo onde nasce, mas só existe em decorrência da participação do Ser Humano como um todo;

Considerando que Artes Marciais/Lutas, tradicionalmente surgiram no Oriente como arma, defesa e como ato de guerrear, evoluindo e modernizando-se para sistemas de práticas para treinamento de combate, que se utilizam de tecnicas corporais, geralmente, sem o uso de armas de fogo ou outros dispositivos modernos, que além de praticadas como treinamento militar e recurso de autodefesa, são reconhecidas na atualidade como excelente ferramenta pedagógica e adotadas como forma de desenvolvimento de aptidão física, portanto, configurando-se ainda como esporte e que em sua maioria estão organizadas nos moldes do sistema desportivo nacional, tais como federações, confederações e comitês, portanto reconhecidas e institucionalizadas como desporto.

Considerando que a Capoeira passou, ao longo dos anos por diversas transformações sócio-culturais sendo um jogo constituído por um sistema de ataque e defesa de caráter individual e origem folclórica genuinamente brasileira, surgido entre os escravos bantos procedentes de Angola, reconhecida pelo seu valor lúdico, folclórico, cultural, artístico, esportivo, estético e educativo podendo desenvolver saúde, atividade física, aptidão física, qualidade de vida ativa, sendo atualmente, também, institucionalizada como prática esportiva regulamentada, sendo ainda reconhecida como Desporto pela Deliberação CND 071/1953 e pela Lei nº. 12.288, (Estatuto da Igualdade Racial) que estabelece em seu Art. 22: "A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal";

Considerando as interfaces das modalidades de Artes Marciais/Lutas e Capoeira com as atividades que se situam como práticas de natureza esportiva e rendimento físico; e

Considerando as razões e conclusões lançadas no Parecer nº 91/2015/CONJUR-ME/CGU-AGU, adotadas como razões de convencimento do colegiado, resolve:

Reconhecer que as Artes Marciais/Lutas e a Capoeira, em suas dimensões históricas e socioculturais, como manifestações artísticas e culturais, quando práticas de atividades físicas que se manifestam através de processos metódicos e regulares de caráter competitivo, institucionalizado, realizado conforme técnicas, habilidades e objetivos que lhes dão forma, significado e identidade, e exercícios físicos objetivando o condicionamento físico e promoção da saúde, podem ser consideradas esporte, inclusive para fins de enquadramento no campo das atividades desenvolvidas e regulamentadas no País, observadas as disposições legais pertinentes e os contornos lançados no Parecer nº 91/2015/CONJUR-ME/CGU-AGU.

GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO
Presidente do Conselho

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, o Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE George Hilton dos Santos Cecílio deu início à trigésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, que ocorreu na Escola Naval, situada na Av. Alm. Silvio de Noronha, s/n - Castelo, Rio de Janeiro - RJ. Conselheiros presentes: Rogério Hamam, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; Marco Aurelio Klein, Secretário da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD; Cássia Damiani, Representante Suplente da Secretaria Executiva; Guilherme Raso, Representando a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Vitorio Mendes de Morais, Representante Suplente do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Andrew Parsons, Representando o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB; Lars Grael, Representante Titular da Comissão Nacional de Atletas - CNA; Márcio Batalha Jardim, Representante Titular do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer; Humberto Aparecido Panzetti, Representante Titular dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer; Arialdo Boscolo, Representante Titular dos Clubes Sociais; Jorge Steinhilber, Representante Titular do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Simone Aparecida Rechia, Representante Titular do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE; Major Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, Representante Titular do Departamento de Desporto Militar - DDM; Mauzler Paulinetti, Representante Titular da Organização Nacional das Entidades do Desporto - ONED; Rogério Langanke Caboclo, Representando a Confederação Brasileira de Futebol; Marta Cléria Lima, Representante do Esporte Nacional; e Marcus Vinícius Simões Freire, Representante do Esporte Nacional. Participaram também da reunião: Ivan Alves Soares, Chefe de Gabinete do Ministro; Pitágoras Dytz, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte; Mosiah Brentano, Coordenador-Geral do Bolsa Atleta; Valderi Firmino Machado, Assessor do Comitê Desportivo Militar Brasileiro. O Presidente do Conselho deu início à reunião destacando a relevância da realização desse encontro na cidade do Rio de Janeiro, considerando o momento especial de proximidade dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Aproveitou a ocasião e solicitou aos conselheiros apoio à campanha para o combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor, dentre outras doenças, do Zyka vírus, por ser um problema de saúde pública mundial, quando destacou que os integrantes poderiam colaborar, como formadores de opinião, da mobilização nacional para a prevenção. Dando continuidade à pauta do dia o Presidente passou a palavra para o Secretário Marco Aurélio Klein que dissertou sobre a Luta contra a Dopagem, em seguida o Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Sr. Guilherme Raso, apresentou a atualização do projeto olímpico e destacou as intervenções e o avanço das obras para a disputa dos Jogos Paralímpicos. O Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Rogério Hamam, fez uma explanação acerca da criação da Autoridade Pública de Governança do Futebol, que terá como escopo as diretrizes contidas na Lei n.13.155/2015. Ainda sobre o tema, foram apresentadas sugestões de nomes para compor o plenário da APFUT. Passando para o próximo item da pauta, o Sr. Rogério Langanke Caboclo, representando a Confederação Brasileira de Futebol, apresentou requerimento no sentido de que o colegiado delibasse a respeito da questão envolvendo as recentes alterações do art. 10 da Lei nº 10.671, de 2003, especialmente no que se refere à necessidade de adaptação dos regulamentos das competições para que possam valer para os campeonatos realizados após 5 de agosto de 2015, solicitação que foi acolhida, determinando-se a submissão da questão à prévia análise da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Esporte, para fins de apresentação de parecer e de proposta de resolução. Em seguida o Sr. Lars Grael sucitou tema relacionado à definição de atletas e colegiados de direção englobados na Lei n. 13.155/2015 e sugeriu a elaboração de uma Resolução do Conselho com o intuito de dirimir eventuais conflitos de interpretação entre os atores envolvidos, após debate houve o consenso de que o tema será trazido em uma próxima reunião para análise. Também se decidiu pela apresentação em uma próxima reunião dos itens da pauta que tratariam da submissão e análise do Parecer CONJUR/ME no 243/2015 e do Sistema Nacional do Esporte. Dando início ao próximo item da pauta, que aborda a Capoeira e Artes Marciais, o Presidente do Conselho passou a palavra para o Conselheiro Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, que defendeu a publicação de Resolução reconhecendo a Capoeira e as Artes Marciais como esporte, após debate, e pautados pelo Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte (Parecer nº. 91/2015/CONJUR-ME/CGU-AGU), deliberou-se, por unanimidade, pela publicação de Resolução do Conselho reconhecendo a Artes Marciais/Lutas e a Capoeira como esportes, retirando-se o artigo 2º e adequando a redação do art. 1º conforme considerações do referido Parecer nº 91/2015. O Presidente do Conselho pediu a palavra para informar que em breve será publicada a nova composição do Conselho Nacional do Esporte e agradeceu os relevantes trabalhos prestados por todos os conselheiros durante este mandato. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos.

GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO
Presidente do Conselho

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 2 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 610ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de maio de 2016, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei no 9.984, de 17/07/2000, resolveu indeferir os pedidos de outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 439 - Ouro Negro Participações Societárias Ltda., Arroio Candiota, Município de Pedras Altas/Rio Grande do Sul, Indústria e Reservatório (barramento).

Nº 440 - Hormínio Araújo de Oliveira Júnior, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 610ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de maio de 2016, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei no 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 441 - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, Açude Mororó, Município de Pedra/Pernambuco, abastecimento público.

Nº 442 - Agropecuária São Jorge Ltda., rio Negro, Município de Bagé/rio grande do Sul, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, torna público que, no período de 1 a 29/04/2016, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Adailton dos Santos Pereira, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Adão Soares, rio Pardo, Município de Rio Pardo de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Adenes Alves de Oliveira, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, rio Tocantins, Município de Palmeirante/Tocantins, esgotamento sanitário.

Alair José de Mendonça, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Alaor Ferreira Pacheco, rio Urucuia, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal, outros usos, renovação.

Alexsandro de Souza Mota, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Aline Ciriaco dos Santos, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Alvanir de Oliveira Melo, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Anildo Libarino Barbosa, Barragem de Anagé, Município de Caraíbas/Bahia, irrigação.

Antônio Carlos do Nascimento, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Antônio Custodio Jorge, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Antônio dos Santos Rocha, rio Pardo, Município de São João do Paraíso/Minas Gerais, irrigação.

Antônio Gomes Soares, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação, dessedentação animal, consumo humano.

Antônio Jesus da Silva, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Antônio José de Santana Filho, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Aracildo de Souza Ramos, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Tacaratu/Pernambuco, irrigação.

Areal Descoberto Ltda, rio Pomba, Município de Descoberto/Minas Gerais, mineração.

Ari Doneda, rio Paranaíba, Município de Coromandel/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Arita Schneid Pagel, arroio Pelotas, Município de Pelotas/Rio Grande do Sul, outros usos.

Armindo Altermann Silveira, rio Uruguai, Município de Itaqui/Rio Grande do Sul, irrigação.

Arnaldo Deca dos Santos, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Associação Comunitária dos Moradores de Pontal, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Francisco, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Aurélio Figueiredo Felizali, Reservatório da UHE de Furnas, Município de Campos Gerais, Minas Gerais, irrigação.

Aurélio Leal Cruz, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Áureo Inácio Pereira, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Barra Agropecuária Ltda, rio São Francisco, Município de Barra/Bahia, irrigação.

Breno Freire Alves, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Bruno Garcia da Silva, Barragem de Anagé, Município de Caraíbas/Bahia, irrigação.

Bruno Silva da Cunha Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Minas Gerais, irrigação.

Carlay Alves, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Carlos Eustáquio Barbosa Lima, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Carlos Sampaio Ferraz Filho, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Celma Souza Moção Souto, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação.

Cemig Geração e Transmissão S.A., CGH Jacutinga, rio Mogi-Guaçu, Município de Jacutinga/Minas Gerais, aproveitamento hidrelétrico.

Cibelle Katiuscia Moura Souza Freitas, Açude Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, rio Abunã, Município de Porto Velho/Rondônia, abastecimento público.

Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, rio Mamoré, Município de Guajará-Mirim/Rondônia, abastecimento público.

Construtora Caparaó S.A, rio Verde Grande, Município de Capitão Enéas/Minas Gerais, irrigação, transferência.

Copel Geração e Transmissão S.A., rio Capivari, Municípios de Campina Grande do Sul, Bocaiuva do Sul e Antonina/Paraná, aproveitamento hidrelétrico (AHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza).

Delson Dias dos Santos, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Denevaldo Soares de Oliveira, Barragem de Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

Denison José Santos Melo, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Dennes Macêdo Ferreira, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, barramento.

Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, rio Jaguari, Município de Amparo/São Paulo, barramento.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, rio Parnaíba, Município de Magalhães de Almeida/Maranhão, irrigação.

Dragagem Zé Zarias Ltda, rio Grande, Município de Ribeirão Vermelho/Minas Gerais, mineração, renovação.

Edison Montoanelli, rio Braço Norte do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Edmar Barbosa Lima, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Elo Negócios Imobiliários Ltda-Me, rio São Francisco, município de Petrolina/Pernambuco, abastecimento público.

Emflora Empreendimentos Florestais Ltda, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação, preventiva.

Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A - Embasa, Barragem do Zabumbão, Município de Paramirim/Bahia, abastecimento público, alteração.

Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A - Embasa, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, abastecimento público, renovação.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa, Reservatório da UHE Apolônio Sales/Moxotó, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Espólio de Fábio Antônio Brito Antunes, Reservatório do Estreito, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Eugênio Passeli Almeida Rezende, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Fabiola Rodrigues Freire Alves, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Fernando Roberto Santana, Açude Estreito, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Flavio Davi de Oliveira Martins e CIA Ltda., rio Sapucaí, Município de Itajubá/Minas Gerais, irrigação e mineração.

Florival Rocha, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Francisco Alber da Silva Bispo, rio São Francisco, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Francisco Almir Avelino de Oliveira, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Francisco Chiles Neto, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Frederico Bergamaschi Costa e Outros, Canal de São Gonçalo, Município de Rio Grande/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Gelci Zancanaro, rio Samambaia, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, obras hidráulicas, renovação.

Gelvani Francisco de Gouvea, Reservatório da UHE de Três Marias, Município de Morada Nova de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Genésio Jaime da Silva, rio São Francisco, Município de Petrolândia/Minas Gerais, irrigação.

Gerry Adriane Ferreira Dias, rio Doce, Município de Galileia/Minas Gerais, irrigação.

Gildo Nizara de Carvalho, Barragem de Anagé, rio Gavião, Município de Caraíbas/Bahia, irrigação.

Gilmar Gonçalves de Carvalho, rio Tocantins, Município de Maurilândia do Tocantins/Tocantins, irrigação e aquicultura.

Gustavo Nogueira Guimarães, rio São Marcos, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Iomar Camilo, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Iraci Costa Neto, rio São Francisco, Município de Pedra Maria da Cruz/Minas Gerais, irrigação, preventiva.

Ivaneide Martins da Silva, Açude Estreito, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Jacilene da Cruz e Silva, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Jair Santos Neto, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Jane Cláudio Araújo Silva, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Janete Cerqueira Barbosa Carvalho, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Jean Carlos Silva Novaes, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Jesuíno Maurício de Oliveira, Barragem de Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

João Bosco de Almeida, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

João Caetano de Mello Neto, Ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor, irrigação, renovação.

João Dias da Silva, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

João Fiacadori Neto, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação, renovação.

João Lima Silva, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

João Marinho de Melo, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

João Nori Dutra, rio Canoas, Município de Adbon Batista/Santa Catarina, irrigação.

João Wilton Clovis Nogueira, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Joaquim Alcebíades Paulino, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação, transferência.

Jorge da Silva Lima, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

José Aparecido Deca dos Santos, Reservatório da Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

José Augusto Rodrigues Barbosa, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

José Bezerra de Morais, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

José Carlos de Oliveira-Me, rio Grande, Município de Ribeirão Vermelho/Minas Gerais, mineração, renovação.

José da Silva Brito, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

José Gonçalves Alexandre, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

José Macio Antônio Sicupira, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

José Policano, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

José Raimundo Ribeiro dos Santos, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Joseph Alves Oliveira, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Josiene da Silva Araújo, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Josival Araújo Melo Silva, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Jusselino Macedo Ferreira, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Juvêncio da Cruz Rocha, Reservatório da UHE Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Karine Araújo Moya, rio Paranapanema, Município de Cambará/Paraná, irrigação.

Kelia Gonçalves Gusmão de Avelar, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Liga Forte Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda-Me, Reservatório da UHE de Água Vermelha, Município de Paulo de Faria/São Paulo, mineração.

Luciano da Silva Abreu, rio Carinhanha, Município de Feira da Mata/Bahia, irrigação.

Luciney Rodrigues Paína, rio Canoas, Município de Arceburgo/Minas Gerais, mineração.

Luiz Henrique Garcia Ramalho, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Manoel Alves de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Medina/Minas Gerais, irrigação.

Manoel Borges de Oliveira, Reservatório da UHE Batalha, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, transferência, renovação.

Marcelo Silva dos Reis - ME, rio Paranaíba, Município de Lagamar/Minas Gerais, mineração, renovação.

Marcio Augusto Alves Cruz, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Marcos Roberto Sousa e Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Maria do Socorro de Lima, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Maria Elça Alves Cruz, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Maria Emília Café dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Maria Genicláudia de Sá Silva, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Maria Geralda Pereira dos Santos, rio São Francisco, Município de São Romão/Minas Gerais, dessedentação animal, outras finalidades.

Maria Inêz Ramalho Garcia, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Maria Irene Nunes Cavaggioni, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação, transferência.

Maria Liduina de Souza Alves, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Maria Sarah Barbará Gonzáles, rio Uruguai, Município de Uruguaiana/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Maria Sarah Barbara Gonzalez, rio Uruguai, Município de Uruguaiana/Rio Grande do Sul, irrigação, renovação.

Marileide Angelo Tolentino Santos, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Mário Martins Neto, Ribeirão Formosa, Município de Cabeceira Grande/Minas Gerais, irrigação.

Marizete Rodrigues dos Santos, Barragem do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Marlim Crispim da Silva Santos, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Mineração Ipiranga Ltda., rio Sapucaí-Mirim, Município de Pouso Alegre/Minas Gerais, mineração, renovação, alteração.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Municípios de Glória e Belém do São Francisco/Bahia, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Engº Sérgio Motta/Porto Primavera, Municípios de Presidente Epitácio e Paulicéia/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga/Segredo, Município de Mangueirinha/Paraná, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE São Simão, Municípios de Inaciolândia e Quirinópolis/Goiás, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Rosana, Município de Rosana/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Chavantes, Município de Barão de Antonina/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Reservatório da UHE Cana Brava, Municípios de Cavalcante, Minaçu/Goiás, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, rio Tapajós, Município de Santarém/Pará, aquicultura, preventiva.

Miraí Agronegócios Ltda, Reservatório da UHE Mascarenhas de Morais/Peixoto, Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação, renovação.

N & S Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nacional de Grafite Ltda, rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Minas Gerais, indústria e afins.

Nagripec Nordeste Agrícola e Pecuária Ltda, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação, transferência.

Nelson Fernando Padovani, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação, transferência.

Nelson Francisco De Jesus, Açude Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Nelson Padovani, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação, transferência.

Nilce de Souza Silva, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nilo Batista Cintra, Reservatório da UHE de Morais, rio Grande, Município de Cássia/Minas Gerais, irrigação.

Nova Piratininga Empreendimentos, Participações e Incorporações Ltda, rio Verde, Município de São Miguel do Araguaia/Goiás, dessedentação animal.

Olga Maria da Cunha Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Minas Gerais, irrigação.

Oliveiros Martins de Andrade, Genésio Normandia de Melo, João Martins de Paula, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Osvaldo Berto da Silva, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Paulo Roberto Pinheiro, rio Pardo, Município de Rio Pardo de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Pedro José de Campos Júnior, rio Santa Tereza, Município de Peixe/Tocantins, irrigação, dessedentação animal.

Pedro Manoel Dos Santos, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

PJ Comercial de Areia Ltda, rio São Francisco, Município de Bom Jesus da Lapa/Bahia, indústria e afins, Outros usos.

Prefeitura Municipal de Almeirim, rio Amazonas, Município de Almeirim/Pará, esgotamento sanitário.

Prefeitura Municipal de Confresa, rio Comandante Fontoura, Município de Confresa/Mato Grosso, irrigação.

RE Industria de Confecções Ltda, rio Doce, Município de Colatina/Espírito Santo, indústria, transferência.

Rildo Silva do Sacramento, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Rivelino Macedo Ferreira, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Roberto Lemos, Arroio Candiota, Município de Pedras Altas/Rio Grande do Sul, irrigação.

Robson Ramos de Jesus, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Rodrigo César Ribeiro de Castro e Outro, rio Verde Grande, Município de Capitão Enéas/Minas Gerais, irrigação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ronaldo Deca dos Santos, Reservatório da UHE Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Rone Ferreira dos Santos, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/Minas Gerais, irrigação.

Rozilene Rodrigues de Oliveira Ferreira, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Sândalo Mendes Borges, Reservatório da UHE Batalha, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Sandro Luiz Grespan, rio São Marcos, Município de Paracatu/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Santa Colomba Agropecuária Ltda, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação, alteração.

Sebastião Alcides dos Santos, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itapasrica, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Sebastião Carlos Brito Antunes, Barragem de Estreito, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Sebastião Pereira da Motta, rio Carinhanha, Município de Juvenília/Minas Gerais, irrigação.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Cruzeiro, rio Paraíba do Sul, Município de Cruzeiro/São Paulo, abastecimento público.

Serviço Autônomo de Água e Esgotos, rio Doce, Município de Baixo Guandu/Espírito Santo, abastecimento público, esgotamento sanitário, alteração.

Severina da Silva, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Sideni Macêdo Ferreira, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Sidney Ferreira Souto, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, transferência, renovação.

Silvio Caliani, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação renovação.

Suzano Papel e Celulose S.A, Córrego Barreado, Município de Mucuri/Espírito Santo, irrigação.

Terracal Alimentos e Bioenergia - Unidade Piauí S.A., Reservatório da UHE Boa Esperança, rio Parnaíba, Município de Guadalupe/Piauí, irrigação.

Tracomal Norte Granitos Ltda, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Ecoporanga/Espírito Santo, mineração.

Udson Angelo Tolentino, Barragem da Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Vagner Bomfim Melo, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda, rio das Almas, Município de Santa Isabel/Goiás, irrigação.

Valmir Nunes Vieira, Barragem de Anagé, Município de Belo Campo/Bahia, irrigação.

Vanilton Aparecido da Silva Oliveira, Reservatório do Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Walter Gomide Luz, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Wilson Rosendo Pereira, Açude Estreito, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/Bahia, irrigação, renovação.

Zulmira de Oliveira Souza Soares, Barragem de Estreito, Município de Espinosa/Minas Gerais, irrigação.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, no âmbito do Processo nº 02501.001435/2004-98 torna público que, no período de 20/03/2016 a 19/04/2016, foram requeridas e encontram-se em análise no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/SP, a seguinte solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, nos termos constantes da Resolução nº 429, de 04/08/2004, que delega competência e define os critérios e procedimentos para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no Estado de São Paulo, no âmbito das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí:

Alberto Pedro Van Den Broek, rio Camanducaia, Município de Holambra/São Paulo, irrigação. renovação.

Cervejaria Ashby Ltda., Município de Amparo/São Paulo, indústria.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, rio Camanducaia, Município de Jaguariúna/São Paulo, esgotamento sanitário.

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A, rio Atibaia, Município de Campinas/São Paulo, limpeza.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no período de 1 a 29/04/2016, foram requeridas as seguintes solicitações de reserva de disponibilidade hídrica de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio Maranhão, sub bacia 21, bacia Hidrográfica do rio Tocantins, Estado de Goiás, Municípios de Niquelândia e Barro Alto, aproveitamento hidrelétrico (UHE Laguna), renovação.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio Açungui, Estado do Paraná, Município de Campo Largo, aproveitamento hidrelétrico (PCH Açungui 2E).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 150, DE 4 DE MAIO DE 2016

Institui o Programa de Integridade e o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Integridade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com os seguintes objetivos:

I - estabelecer um conjunto de medidas para prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pela sociedade;

II - criar e aprimorar a estrutura de governança, riscos e controles;

III - fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública federal;

IV - estimular o comportamento íntegro no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - proporcionar condições à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função ou emprego; e

VI - estabelecer mecanismos de monitoramento e comunicação.

Art. 2º Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), que terá as seguintes atribuições:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento;

II - garantir a aderência às normas e padrões, com vistas a condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

III - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controle;

IV - definir o direcionamento estratégico que norteia as boas práticas de governança, gestão de riscos e controles e emitir recomendações para seu aprimoramento;

V - aprovar método de priorização de processos para gerenciamento de riscos e controles;

VI - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles;

VII - promover a integração dos agentes responsáveis pela gestão da governança, de ricos e controles;

VIII - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

IX - aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento e comunicação;

X - tomar conhecimento dos riscos que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público e adotar as providências necessárias;

XI - estabelecer limites de exposição a riscos e níveis de conformidade;

XII - monitorar o cumprimento de suas recomendações e orientações; e

XIII - supervisionar a estrutura de atuação do Programa de Integridade.

Art. 3º O CGE será composto pelos titulares das seguintes unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - da Secretaria Executiva, que coordenará;

II - da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos;

III - da Secretaria de Orçamento Federal;

IV - da Secretaria de Assuntos Internacionais;

V - da Secretaria de Gestão;

VI - da Secretaria de Tecnologia da Informação;

VII - da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público; e

VIII - da Secretaria do Patrimônio da União;

§ 1º Os membros do CGE indicarão os respectivos suplentes na primeira reunião;

§ 2º Caberá à Secretaria de Gestão o exercício da função de secretaria executiva do CGE;

§ 3º Poderão ser convidados a participar de reuniões do CGE representantes de outras unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

§ 4º A participação no CGE é considerada prestação de serviços público relevante não remunerada.

Art. 4º Os membros do CGE terão prazo de quarenta e cinco dias, contados da data de entrada em vigor desta Portaria, para apresentar proposta de Regimento Interno, que deverá ser submetida à aprovação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5º Caberá aos dirigentes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promover ampla divulgação do Programa de Integridade e do Comitê de Gestão Estratégica, instituídos nesta Portaria.

Art. 6º Esta portaria entre em vigor na data de sua Publicação.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

PORTARIA Nº 151, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e de acordo com o que consta do Processo nº 04916.002550/2006-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a efetuar a inscrição de ocupação do terreno marinha, com área total de 1.062,71m², sendo que 81,53 m² na área 1 e 981,18 m² na área 2, localizado na Praia de Barreta s/nº, Município de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, em nome da sociedade empresarial Montserrat Investimentos Imobiliários Ltda, cadastrada no CNPJ sob o nº 07.612.233/0001-94 cujo sócio majoritário é o Sr. Juan Bautista Molins Buxo, de nacionalidade espanhola, portador do CPF nº 015.114.314-58 e do Passaporte nº PAB451636, com validade até 29/10/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 54, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 82, de 11 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO FRANCO

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

Órgãos		PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
36000	Min. da Saúde	0	0	0	0	0	318.531.704	318.531.704
		0	0	0	0	0	318.531.704	318.531.704

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

Órgãos		PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
36000	Min. da Saúde	0	0	0	318.531.704	0	0	318.531.704
		0	0	0	318.531.704	0	0	318.531.704

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 6, DE 16 DE MARÇO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 41,do Anexo I do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, art. 58,inciso IX, Anexo XII da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, e dos elementos que integram o Processo nº 05047.000040/2002-17:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, ao Município de Pará de Minas, neste Estado, do imóvel com área de 10.000,00 m², matriculado sob o nº 19.312 do Livro 2 BX do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pará de Minas;

Art. 2º A cessão destina-se ao funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt, do Projeto PAAC Curumim, do Centro de Convivência dos Idosos e de uma Quadra Poliesportiva;

Art. 3º Fica o Município de Pará de Minas/MG obrigado a, no prazo de 03 (três) anos contados da assinatura do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, a averbar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pará de Minas/MG as benfeitorias existentes no local, com as áreas respectivamente de 394,16 m², 423,59 m2 e 883,37 m², totalizando 1.701,12 m² de área construída;

Art. 4º O prazo para a cessão será de 5(cinco) anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência deste Ministério;

Art. 5º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art.7º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art.8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º , da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, do art. 79, do D.L. nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, c/c o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 11452.002412/00-83, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Videira, no Estado de Santa Catarina, do imóvel de domínio da União, medindo 399,12m2, parte da Chácara 11, situado na Rua Bulcão Viana, s/n, Cidade de Videira/SC, objeto da matrícula nº 21.357, fls. 01, do Livro n° 2-RG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção e conservação da Praça Municipal, naquela Cidade, de uso público da comunidade.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A implantação de quaisquer obras no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 6º A cessão tornar-se nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 55, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002595/2016-51, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de ELMA MACHADO, CPF nº 043.069.613-20, companheira do anistiado político FRANCISCO NOGUEIRA DA FONSECA, CPF nº 016.064.173-04, Matrícula SIAPE 1512358, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 26 de dezembro de 2015, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 58, DE 3 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002392/2016-65, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de MARIA LÚCIA SILVA DIAS, CPF nº 047.924.082-53, viúva do anistiado político WALDIR BARRIO DIAS, CPF nº 004.112.992-04, Matrícula SIAPE 1556736, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 28 de março de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 59, DE 3 DE MAIO DE 2016

COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05100.204673/2015-17, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de DAYANA DOS SANTOS ANTÔNIO, CPF nº 112.606.057-79, companheira do anistiado político ORLANDO JOSÉ DA SILVA, CPF nº 216.852.157-34 , Matrícula SIAPE 1531839, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 21 de agosto de 2015, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 60, DE 3 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05100.205782/2015-51, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de IVETE VILAR NÓBREGA, CPF nº 168.760.348-01, viúva do anistiado político JOÃO CARLOS NÓBREGA, CPF nº 730.850.738-68, Matrícula SIAPE 1504965, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 18 de outubro de 2015, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 61, DE 3 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002505/2016-22, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de ARMI LEODITE OBINO DE ABREU, CPF nº 615.554.440-91, viúva do anistiado político AMÉRICO VIANA DE ABREU, CPF nº 065.110.070-49, Matrícula SIAPE 1832002, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 11 de fevereiro de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 62, DE 4 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.000414/2016-52, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de TEREZINHA DE CASTRO TAVARES COELHO, CPF nº 791.444.708-00, viúva do anistiado político MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO, CPF nº 359.543.026-34, Matrícula SIAPE 0671726, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 21 de novembro de 2015, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 63, DE 3 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.001146/2016-96, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de ANTÔNIA AUGUSTA CRICHILIN DE SOUZA, CPF nº 227.789.308-09, viúva do anistiado político RUBENS DE SOUZA, CPF nº 031.243.398-00, Matrícula SIAPE 1511801, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 26 de janeiro de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

Ministério do Trabalho e Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 523, DE 4 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da competência que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO para, no âmbito da referida Fundação, praticar os seguintes atos de provimento:

I - das Funções Gratificadas - FG de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991; e

II - dos cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 3, com as ressalvas constantes da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 2º A indicação para provimento dos cargos de que trata o inciso II do art. 1º, código DAS 101.3, deverá ser encaminhada à apreciação prévia da Casa Civil da Presidência da República, por intermédio desta Pasta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I EM SÃO PAULO
GERÊNCIA EXECUTIVA - B - ARAÇATUBA

DESPACHO DO GERENTE EXECUTIVO

DECISÃO ADMINISTRATIVA GEX ACT nº 01/GEX/2016. PROCESSO: N.º 35372.001234/2015-15. INTERESSADO: INSS/GERÊNCIA EXECUTIVA EM ARAÇATUBA/SP. ASSUNTO: Procedimento para apuração e cobrança de valores a serem ressarcidos ao Erário Público. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 47 da Lei 8.112/1990 e alterações posteriores, bem como Instrução Normativa n° 74, de 03 de outubro de 2014.

DECISÃO: 1 - Considerando as informações constantes do Processo, estando instruído de acordo com as normas vigentes, e no uso das atribuições fixadas pelo artigo 167, Inciso XXII do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PORTARIA/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214 de 10/11/2009 DECIDO: Deverá a ex servidora Valquíria Andrade Teixeira quitar o débito de R$ 4.742,75 (quatro mil setecentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos), a título de ressarcimento ao erário em razão do recebimento de parcelas remuneratórias indevidas, no prazo de 60 (sessenta dias), em observância ao estabelecido no artigo 47 da Lei 8.112/1990.

KEIKO ASO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL

Em 4 de maio de 2016

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação ao recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002600/2014-51	25086642	Banco do Brasil S.A	AL
2	46201.004132/2013-78	201123801	Cerutti Engenharia Ltda	AL
3	46201.004818/2013-69	24918083	Cilel Comercio e Industria de Lages Ltda	AL
4	46201.007844/2012-68	14185199	Clinica Santa Juliana S/C Ltda	AL
5	46201.000145/2014-59	202650189	Comercial Novo Brasil Ltda	AL
6	46201.008002/2012-23	24911119	Comercial Novo Brasil Ltda	AL
7	46201.007880/2013-11	202395146	Companhia Açucareira Central Sumauma	AL
8	46201.005422/2013-39	201553961	Companhia Municipal de Administração, RH e Patrimonio - Comarhp	AL
9	46201.001338/2014-27	203022785	Diagnose Centro de Diagnostico por Imagem Ltda	AL
10	46201.000851/2014-09	202876993	Hospital Vida S/S Ltda - EPP	AL
11	46201.000979/2013-83	200176129	José Petrucio Sesar Lopes	AL
12	46201.009388/2012-91	24913863	M R V Engenharia e Participações Ltda.	AL
13	46201.006378/2013-84	200604538	NGC Manutenção e Montagem Ltda - ME	AL
14	46201.003289/2014-67	203703847	Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Val e Segurança	AL
15	46201.007643/2013-41	200604554	Rio Largo Transportes Ltda	AL
16	46201.002287/2012-99	17358329	RM - Serviços Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AL
17	46201.002288/2012-33	17358311	RM - Serviços Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AL
18	46201.002289/2012-88	17358302	RM - Serviços Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AL
19	46201.007875/2012-19	14185202	S A Usina Coruripe Acucar E Alcool	AL
20	46201.008850/2012-32	24474061	Socôco S.A. Indústrias Alimenticías.	AL
21	46301.005950/2013-60	202197018	Honda Componentes da Amazônia Ltda.	AM
22	46301.005952/2013-59	202202739	Honda Componentes da Amazônia Ltda.	AM
23	46301.005959/2013-71	202196844	Honda Componentes da Amazônia Ltda.	AM
24	46207.008279/2012-04	25141643	Flexibras Tubos Flexiveis Ltda	ES
25	46207.008285/2012-53	25141651	Technip Brasil - Engenharia, Instalações e Apoio Maritimo S/A	ES
26	46208.007658/2013-40	201230054	Agropecuária Primavera Ltda	GO
27	46208.009782/2013-40	201583313	Agropecuária Primavera Ltda	GO
28	46208.009793/2013-20	201583364	Agropecuária Primavera Ltda	GO
29	46208.009461/2013-45	201521024	Aparecida de Goiânia Prefeitura Municipal	GO
30	46290.002389/2013-33	25503031	Carvalho Distribuidora de Produtos Alimentícios e Bebidas Ltda	GO
31	46208.008397/2013-85	201383471	Cleudimar Nogueira Barbosa	GO
32	46208.008398/2013-20	201383454	Cleudimar Nogueira Barbosa	GO
33	46208.008399/2013-74	201383438	Cleudimar Nogueira Barbosa	GO
34	46208.008401/2013-13	201383381	Cleudimar Nogueira Barbosa	GO
35	46208.008403/2013-02	201383306	Cleudimar Nogueira Barbosa	GO
36	46208.016330/2013-14	202545334	Condomínio Marinas Di Caldas	GO
37	46208.009824/2013-42	200907123	Lasa Lago Azul S.A	GO
38	46208.009900/2013-10	20435940	LC Educacional - Eirelli - ME	GO
39	46208.009901/2013-64	20435959	LC Educacional - Eirelli - ME	GO
40	46290.001951/2012-21	25053116	Mfb Marfrig Frigorífico Brasil S/A	GO
41	46208.015422/2013-87	202421856	Ofício e Uniformes Ltda. - ME	GO
42	46208.015439/2013-34	202421333	Ofício e Uniformes Ltda. - ME	GO
43	46208.009914/2013-33	201626764	Plastem Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - ME	GO
44	46208.009915/2013-88	201626781	Plastem Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - ME	GO
45	46223.001231/2013-40	25154214	Cefor Segurança Privada Ltda	MA
46	46312.000409/2014-17	202777154	M3 Construtora Ltda	MS
47	46312.000410/2014-41	202777910	M3 Construtora Ltda	MS
48	46312.000411/2014-96	202777944	M3 Construtora Ltda	MS
49	46312.000412/2014-31	202776948	M3 Construtora Ltda	MS
50	46312.000413/2014-85	202776832	M3 Construtora Ltda	MS
51	46312.000414/2014-20	202777880	M3 Construtora Ltda	MS
52	46300.001180/2014-77	203154631	Nova America Agricola Caarapo Ltda	MS
53	46300.001182/2014-66	203154738	Nova America Agricola Caarapo Ltda	MS
54	46222.012057/2013-71	201961130	Catarino & Catarino Ltda	PA
55	46222.014952/2013-20	202500250	Clean Gestão Ambiental Serviços Gerais Ltda	PA
56	46222.014954/2013-19	202500705	Clean Gestão Ambiental Serviços Gerais Ltda	PA
57	46222.009379/2012-51	21219540	Companhia de Saneamento do Para	PA
58	46222.013182/2012-17	25193571	Companhia Docas do Para	PA
59	46222.013999/2013-76	202189414	Dinamo Engenharia Ltda - EPP	PA
60	46222.005542/2013-98	200894935	L. A. Tonini Comercio & Servicos - ME	PA
61	46222.013576/2013-56	202066738	Magazine Liliani S/A	PA
62	46222.013163/2013-71	21174474	Mineraçao Paragominas S.A	PA
63	46222.014023/2013-11	21174482	Mineraçao Paragominas S.A	PA
64	46222.000769/2013-47	25193708	Mojov Navegação Ltda.	PA
65	46222.000770/2013-71	25193694	Mojov Navegação Ltda.	PA
66	46222.010317/2011-10	21183252	N. L. Sales Agropecuária	PA
67	46222.012109/2012-28	24451347	Sarubbi & Sarubbi Ltda	PA
68	46222.003594/2013-20	200322141	Tapajos Moveis Modulados Ltda	PA
69	46222.003595/2013-74	200027204	Tapajos Moveis Modulados Ltda	PA
70	46222.003596/2013-19	200027263	Tapajos Moveis Modulados Ltda	PA
71	46222.003597/2013-63	200322109	Tapajos Moveis Modulados Ltda	PA
72	47533.011773/2013-90	201709708	A F Tonin - EPP	PR
73	47533.011995/2013-11	201708116	A.A. Rocha - Bijuterias E Acessorios - ME	PR
74	47533.012504/2013-41	201843196	Acucar e Alcool Bandeirantes S.A.	PR
75	47533.012627/2013-81	202062953	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	PR
76	47533.006927/2014-11	203547055	Barreiras Prestadora de Servicos Ltda - ME	PR
77	47533.011767/2013-32	201739224	Cazangi & Wojszak Ltda - ME	PR
78	47533.011766/2013-98	201709660	Comercial de Roupas Feitas Eunice Ltda	PR
79	47533.011091/2013-87	201811260	Companhia de Tecnologia da Informacao e Comunicacao do Parana - Celepar	PR
80	47533.011092/2013-21	201811278	Companhia de Tecnologia da Informacao e Comunicacao do Parana - Celepar	PR
81	47533.011093/2013-76	201811286	Companhia de Tecnologia da Informacao e Comunicacao do Parana - Celepar	PR
82	47533.012088/2013-81	201929007	Fpt Powertrain Technologies do Brasil - Indústria e Comércio de Motores Ltda	PR
83	47533.012060/2013-43	201929368	FPT Powertrain Technologies do Brasil- Indústria e Comércio de Motores Ltda	PR
84	47533.011610/2013-15	201715058	Grafica Segura Ltda - ME	PR
85	47533.011616/2013-84	201715104	Grafica Segura Ltda - ME	PR
86	47533.006424/2014-37	203469887	M.N. Gimenes Ltda - ME	PR
87	47533.006425/2014-81	203469895	M.N. Gimenes Ltda - ME	PR
88	47533.006426/2014-26	203469917	M.N. Gimenes Ltda - ME	PR
89	47533.011130/2013-46	201532247	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes Ltda.	PR
90	47533.011134/2013-24	201613361	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes Ltda.	PR
91	47533.011135/2013-79	201612577	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes Ltda.	PR
92	47533.011137/2013-68	201612496	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes Ltda.	PR
93	47533.012133/2013-05	201612534	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes Ltda.	PR
94	47533.011351/2013-14	201818957	Quality Company Informatica Ltda - EPP	PR
95	47533.011352/2013-69	201818990	Quality Company Informatica Ltda - EPP	PR
96	47533.011353/2013-11	201819040	Quality Company Informatica Ltda - EPP	PR
97	47533.011354/2013-58	201819058	Quality Company Informatica Ltda - EPP	PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

98	47533.012041/2013-17	201765268	Raia Drogasil S/A	PR
99	47533.011771/2013-09	201709856	Soni Comercio de Calcados Ltda	PR
100	47533.010921/2013-59	201473101	Souza Cruz S/A	PR
101	47533.010922/2013-01	201473119	Souza Cruz S/A	PR
102	47533.010923/2013-48	201473127	Souza Cruz S/A	PR
103	47533.012077/2013-09	201936810	Viacao Castelo Branco Ltda	PR
104	47533.012078/2013-45	201937387	Viacao Castelo Branco Ltda	PR
105	47533.012079/2013-90	201950669	Viacao Castelo Branco Ltda	PR
106	47183.000965/2013-98	201640791	Baldo S.A Comercio Industria e Exportação	RS
107	47183.000966/2013-32	201640775	Baldo S.A Comercio Industria e Exportação	RS
108	47183.000967/2013-87	201640813	Baldo S.A Comercio Industria e Exportação	RS
109	47183.000466/2014-81	203290526	Condominio do Shopping Lajeado	RS
110	47183.000467/2014-26	203290798	Condominio do Shopping Lajeado	RS
111	47180.000013/2014-85	202471004	Eduardo Metzger - ME	RS
112	47180.000014/2014-20	202470458	Eduardo Metzger - ME	RS
113	47180.000015/2014-74	202471071	Eduardo Metzger - ME	RS
114	47180.000016/2014-19	202471187	Eduardo Metzger - ME	RS
115	47183.000089/2014-81	202659534	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
116	47183.000092/2014-02	202659631	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
117	47183.000095/2014-38	202659615	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
118	47183.000090/2014-13	202659569	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
119	47183.000091/2014-50	202659585	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
120	47183.000093/2014-49	202659640	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
121	47183.000094/2014-93	202659666	Eletrificacao Estrelense Ltda - EPP	RS
122	46218.002733/2014-48	25309625	Elizabete Terezinha da Silva	RS
123	46218.002740/2014-40	25348655	Evandro Laux da Silva (Quiosque 05)	RS
124	46218.005372/2013-19	200505696	GSH Gestao e Tecnologia em Saude Ltda	RS
125	47187.000204/2014-87	203061586	Linde Gases Ltda	RS
126	46218.004551/2014-10	203104153	Luis Carlos dos Santos Calcados - ME	RS
127	46271.001526/2013-41	200644696	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
128	46271.001527/2013-95	200644700	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
129	46271.001528/2013-30	200644556	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
130	46271.001529/2013-84	200642146	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
131	46271.001531/2013-53	200642154	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
132	46271.001525/2013-04	200644670	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
133	46271.001530/2013-17	200650203	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
134	46271.001523/2013-15	200644653	Manoveles - Portaria e Serviços Ltda	RS
135	46271.001524/2013-51	200644599	Manoveles - Portaria e Serviços Ltda	RS
136	46218.020600/2013-72	202292118	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
137	46218.020601/2013-17	202292100	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
138	46218.020602/2013-61	202292070	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
139	46218.020604/2013-51	202292061	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
140	46218.020606/2013-40	202292398	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
141	46218.020607/2013-94	202292355	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
142	46218.020608/2013-39	202292321	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
143	46218.020609/2013-83	202292401	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
144	46218.020610/2013-16	202292428	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
145	46218.020611/2013-52	202292584	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
146	46218.020612/2013-05	202292592	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
147	46218.020621/2013-98	202292606	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
148	46218.020622/2013-32	202292622	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. ME	RS
149	46218.020597/2013-97	202292177	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. - ME	RS
150	46218.020599/2013-86	202292142	Nefix Construcao e Incorporacao Ltda. - ME	RS
151	46218.013040/2013-08	201446561	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
152	46218.013041/2013-44	201446529	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
153	46218.013042/2013-99	201446511	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
154	46218.013043/2013-33	201446553	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
155	46218.015489/2013-01	201754576	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
156	46218.015490/2013-27	201754584	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
157	46218.017356/2013-61	201854015	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
158	46218.017357/2013-13	201854210	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
159	46218.017358/2013-50	201856727	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
160	46218.017359/2013-02	201854091	Pelzer Sistemas do Brasil Ltda	RS
161	47183.000371/2013-87	200489186	S. L Rabaioli Ltda	RS
162	47183.000372/2013-21	200489763	S. L Rabaioli Ltda	RS
163	47183.000373/2013-76	200489160	S. L Rabaioli Ltda	RS
164	47183.000374/2013-11	200488929	S. L Rabaioli Ltda	RS
165	46218.020577/2013-16	202208851	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
166	46218.020578/2013-61	202208826	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
167	46218.020579/2013-13	202208800	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
168	46218.020580/2013-30	202208770	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
169	46218.020581/2013-84	202208711	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
170	46218.020582/2013-29	202208699	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
171	46218.020583/2013-73	202208672	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
172	46218.020584/2013-18	202208664	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
173	46218.020585/2013-62	202208648	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
174	46218.020586/2013-15	202208630	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
175	46218.020587/2013-51	202208621	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
176	46218.020588/2013-04	202208575	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
177	46218.020589/2013-41	202208516	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
178	46218.020590/2013-75	202208494	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
179	46218.020591/2013-10	202208486	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
180	46218.020592/2013-64	202208478	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
181	46218.020593/2013-17	202208427	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
182	46218.020594/2013-53	202208419	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
183	46218.020595/2013-06	202208397	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
184	46218.020596/2013-42	202208371	Serno Construcoes e Incorporacoes Ltda - EPP	RS
185	46220.004618/2013-88	201549905	Atena Modas Comercio do Vestuario Ltda-ME	SC
186	46301.004954/2013-21	201516322	Vanderlei Costa e Irmão Ltda EPP	SC
187	46301.005307/2013-36	25224662	Vision Serviços Ltda ME	SC
188	46226.018837/2013-94	14282569	Companhia Brasileira de Agropecuaria - Cobrape	TO
189	46226.018838/2013-39	14282542	Companhia Brasileira de Agropecuaria - Cobrape	TO
190	46226.018840/2013-16	14282577	Companhia Brasileira de Agropecuaria - Cobrape	TO
191	46226.018841/2013-52	14282550	Companhia Brasileira de Agropecuaria - Cobrape	TO
192	46226.018836/2013-40	14282526	Companhia Brasileira de Agropecuaria Cobrape	TO
193	46226.017295/2013-32	18454640	Oriente Construtora Ltda	TO
194	46226.017296/2013-87	18454666	Oriente Construtora Ltda	TO
195	46226.017297/2013-21	18454658	Oriente Construtora Ltda	TO

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 2 de maio de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, notifica o (a) representante do SINOREG-ES - Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo, CNPJ 02.510.599/0001-39, do inteiro teor do OFÍCIO 425/2016/APOIO/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 12/04/2016, o qual restou devolvido por motivo de insuficiência no endereço, conforme o disposto no aviso de recebimento AR302657708JS. Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não apresentar o documento solicitado, o processo de pedido de alteração estatutária 46207.004383/2012-11 será INDEFERIDO, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, NOTIFICA o representante do Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção de Timon/MA - SINDCERAM, CNPJ 15.219.491/0001-33, para tomar conhecimento do inteiro teor do Ofício 371/2016/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 05/04/2016, que restou devolvido, conforme aviso de devolução (AR295943396JS). Portanto, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias a entidade não se manifestar, o pedido de registro sindical 46223.003874/2012-47 será ARQUIVADO, nos termos do artigo 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o representante do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Processo de Pedido de Registro Sindical 46226.004258/2011-01, CNPJ 33.204.587/0001-00, do inteiro teor do OFÍCIO 147/2016/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 05/02/2016, o qual não foi retirado na Unidade dos Correios, conforme histórico do objeto (JS251841226BR) (fl. 142). Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não se manifestar a respeito do Ofício 147/2016/CGRS/SRT/MTPS, o Pedido de Registro Sindical 46226.004258/2011-01 será INDEFERIDO, nos termos do parágrafo único, art. 25, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 893/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, Compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira, e de Móveis de Junco, Vime, Vassouras, Cortinados, Estofos, Escovas, Pincéis, Carpintarias, Tanoarias de Madeiras do Estado do Ceará, Processo 46205.010141/2012-87, CNPJ 06.621.759/0001-78, para representar a Categoria Profissional dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, Compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira, e de Móveis de Junco, Vime, Vassouras, Cortinados Estofos, Escovas, Pincéis, Carpintarias, Tanoarias de Madeira, com abrangência estadual e base territorial no estado do Ceará e EXCLUIR a categoria Profissional dos Oficiais Marceneiros e trabalhadores nas Indústrias de Serrarias de Móveis de Madeira, Compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira, e de Móveis de Junco, Vime, Vassouras, Cortinados Estofos, Escovas, Pincéis, Carpintarias, Tanoarias de Madeira das Entidades: a) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário, de Olaria, de Ladrilhos e Produtos de Cimento, Indústria de Cimento, Cal e Gesso, de Cerâmica para Construção de Mármore e Granito, Pintura e Decorações, Estuques e Ornatos, Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, Junco, Vime, Vassouras, Cortinados, Estofos, Escovas, Pincéis, Artefatos de Cimento Armado, Oficiais Eletricistas e Trabalhadores nas Indústrias de Instalações Elétricas, Gás Hidráulico, Sanitárias e de Refratários do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará/CE, CNPJ 12.484.861/0001-71, Processo 46205.005434/2011-61 e b) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, CNPJ 12.465.522/0001-48, Processo 46285.000721/2009-18.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 847/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.008462.2015-61, nos termos do art. 18, inciso X, da Portaria 326/2013 e a impugnação 46000.003482/2015-31, nos termos do art. 18, inciso IV, da Portaria 326/2013 e DEFERIR o registro Sindical ao SPMC - Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão, Processo 46261.002790/2012-30, CNPJ 55.670.350/0001-57, para representar a Categoria dos professores municipais de Cubatão, com exceção dos docentes em ensino superior do setor público, com abrangência no município Cubatão, no estado de São Paulo. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da base territorial do SIPROEM - Sindicato dos Professores das Escolas das Redes Públicas de Ensino Municipal, CNPJ 08.847.134/0001-54, Processo 46257.002501/2007-02, o município de Cubatão e ainda excluir a categoria dos professores municipais de Cubatão, com exceção dos docentes em ensino superior do setor público, com abrangência no município Cubatão, no estado de São Paulo, da representação da UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil Processo 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67 (entidade encontrada na pesquisa de conflito), nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 3 de maio de 2016

O Secretário de Relações do Trablalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 894/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve: REMETER para procedimentos de mediação as seguintes entidades: SINSERVES - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Esmeraldas, CNPJ 22.732.713/0001-82, Processo 46211.003321/2014-95 e SIND-SAUDE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, CNPJ 42.765.594/0001-71, Impugnação 46000.006311/2015-78, com fulcro no art. 23 da Portaria 326/2013.

Com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de abril de 2013 e na Nota Técnica 892/2016/CGRS/SRT/MTPS, o Secretário de Relações do Trabalho resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.005187/2015-23, nos termos do art. 18, IX, da Portaria 326/2013; e DEFERIR o registro sindical ao SERCAC - SINDICATODOS EMPREGADOS RURAIS DE CARMO DA CACHOEIRA MG, Processo 46211.008648/2011-19, CNPJ 14.137.279/0001-64, para representar a categoria profissional dos Empregados e empregadas rurais que prestam serviço as pessoas físicas ou jurídicas nas fazendas e sítios nas atividades da agricultura, pecuária e extrativismo rural no município de Carmo da Cachoeira, estado de Minas Gerais, consoante o art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 50 da Portaria 326, de 11 de março de 2013, aprova a Nota Técnica 891/2016/CGRS/SRT/MTPS, com adoção da seguinte medida: SUSPENDER o pedido de registro sindical (PPR), Processo 46264.001329/2015-82, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 11/03/2016, Seção I, n.º 48, pág. 133, referente à FTM/SP - Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Públicos Municipais Funcionários e Empregados Municipais Ativos e Inativos, Pensionistas do Estado de São Paulo, CNPJ 22.291.857/0001-40, com fulcro no artigo 16, inciso VI, da Portaria 186/2008, até que seja suprida a exigência legal de um contingente mínimo de entidades filiadas para a constituição do ente Federativo.

Em 4 de maio de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NT 895/2016/CGRS/SRT/MTPS, resolve: INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical 46211.002488/2013-58 do SIMECLODIF - Sindicato dos Motoristas Empregados em Empresas de Transporte de Cargas, Logística em Transporte e Diferenciados de Belo Horizonte e Região, CNPJ 18.134.667/0001-42, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 4 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001918/2004-83, sob o comando 410993266 e juntada nº 415727162, resolve:

N° 210 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a empresa Telefônica Inteligência e Segurança Brasil Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Visão Multi - CNPB nº 2009.0008-38, e a Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000177/2016-28, comando nº 408466753 e juntada nº 414441975, resolve:

N° 211 - Art.1º Encerrar o Plano de Benefícios Bandeirante - CNPB nº 2006.0069-83, Plano de Benefícios EDP Renováveis - CNPB nº 2010.0005-11, Plano de Benefícios Enerpeixe - CNPB nº 2010.0006-92, Plano de Benefícios Enerprev - CNPB nº 2010.0007-65, Plano de Benefícios Enersul - CNPB nº 2006.0073-19, Plano de Benefícios Enertrade - CNPB nº 2006.0072-38, Plano de Benefícios Escelsa - CNPB nº 2006.0070-92, Plano de Benefícios Energest - CNPB nº 2006.0074-83, Plano de Benefícios Investco - CNPB nº 2010.0060-38 e do Plano de Benefícios Pecém - CNPB nº 2010.0035-19, cessando os efeitos das Portarias que os autorizou a funcionar.

Art.2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 2006.0069-83 - Plano de Benefícios Bandeirantes, nº 2010.0005-11 - Plano de Benefícios EDP Renováveis, nº 2010.0006-92 - Plano de Benefícios Enerpeixe, nº 2010.0007-65 - Plano de Benefícios Enerprev, nº 2006.0073-19 - Plano de Benefícios Enersul, nº 2006.0072-38 - Plano de Benefícios Enertade, nº 2006.0070-92 - Plano de Benefícios Escelsa, nº 2006.0074-83 - Plano de Benefícios Energest, nº 2010.0060-38 - Plano de Benefícios Investco e nº 2010.0035-19 - Plano de Benefícios Pecém, administrados pela ENERPREV - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 00300.000073/4619-87, comando nº 402567631 e juntada nº 414490583, resolve:

N° 412 - Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios V, administrado pela Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST.

Art. 2º Inscrever sob o nº 2016.0003-92, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano de Benefícios V.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ArcelorMittal Brasil S.A. e ArcelorMittal Contagem S.A., na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios V, CNPB nº 2016.0003-92, e a Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST.

Art. 4º Fixar o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do referido plano.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de maio de 2016

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20.11.2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 16/01/2010 e tendo em vista o que consta no processo de nº 47351.000026/2016-15 HOMOLOGA O Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Corpo Docente da FAMPER - FACULDADE DE AMPERE, mantida pelo Centro Amperense de Ensino Superior Ltda - CNPJ Nº 05.051.670/0001-50, sediada no município de Ampere, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

MARCIO PESSATTI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 20, DE 4 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, atendendo ao pedido formulado no processo nº 46219.026835/2009-81 (ANEXO 46219.018052/2014-91), e conforme proposta conclusiva da Seção de Relações do Trabalho (fls. 95) CANCELA o Quadro de Carreira Docente homologado anteriormente pela Portaria nº 150 de 29/10/2014, publicada no DOU de 30/10/2014, seção 1, fls. 129, (através do Processo nº 46219.026835/2009-81 - anexo 46219.018052/2014-91) e, HOMOLOGA O novo QUADRO DE CARREIRA da empresa SÃO PAULO TURISMO S.A./SP, CNPJ Nº 62.002.886/0001-60, situada à Av. Olavo Fontoura, 1209 - CEP: 02012-021 - Santana, São Paulo - SP, conforme documentos de fls. 1- 92 do Processo nº 46219.001107/2016-96. Ficam ressalvados e convalidados todos os direitos anteriormente adquiridos pelos trabalhadores da empresa, quando da vigência em 30/10/2014, do Quadro de Carreira anterior, até esta data.

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 27, DE 18 DE ABRIL DE 2016

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro nos arts. 20, inciso II, "b", e 25, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 30 do Regulamento Anexo à Resolução ANTT nº 3.694, de 14 de julho de 2011, no art. 73-D, inciso VIII, do Regulamento Anexo à Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, e nos fundamentos expostos no processo administrativo 50500.048099/2016-33, resolve:

Art. 1º Instaurar procedimento de arbitramento das questões não resolvidas entre a usuária dependente ArcelorMittal Brasil S/A e a concessionária América Latina Logística Malha Oeste S/A, com vistas à formalização de contrato de transporte para atendimento ao fluxo de produtos siderúrgicos, com origem em Bauru/SP e destino em Corumbá/MS, nos termos do Regulamento Anexo à Resolução ANTT nº 3.694, de 14 de julho de 2011.

Art. 2º Determinar que a concessionária América Latina Logística Malha Oeste S/A mantenha a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas à ArcelorMittal Brasil S/A, durante o procedimento de arbitramento de que trata o art. 1º, nos termos do Plano de Atendimento ao Usuário, Anexo I desta Portaria.

§1º O cumprimento da obrigação estabelecida no caput deste artigo consiste na disponibilização de vagões à ArcelorMittal Brasil S/A, em número e capacidade suficientes para o carregamento das quantidades previstas no Plano de Atendimento ao Usuário, até o final de cada mês de referência, bem como no transporte e entrega das mercadorias carregadas e pagas pela usuária.

§2º A América Latina Logística Malha Oeste S/A deverá adotar as providências necessárias para viabilizar as atividades de carregamento e descarregamento nos terminais de origem e destino, inclusive mediante terceiros, as quais serão realizadas às custas da ArcelorMittal Brasil S/A.

§3º A América Latina Logística Malha Oeste S/A estabelecerá a tarifa a ser aplicada ao transporte de que trata o caput deste artigo, limitada ao valor de R$ 114,73 por tonelada útil, correspondente à tarifa máxima autorizada pela ANTT para o fluxo de produtos siderúrgicos com origem em Bauru/SP e destino em Corumbá/MS, nos termos da Resolução nº 4.195, de 19 de novembro de 2013.

§4º O valor descrito no §3º poderá ser alterado em função de eventual reajuste ou revisão tarifária autorizada pela ANTT durante o procedimento de arbitramento.

§5º A ArcelorMittal Brasil S/A deverá efetuar o pagamento dos valores devidos pelo transporte das mercadorias carregadas previamente ao início do transporte a ser realizado pela América Latina Logística Malha Oeste S/A.

§6º A ArcelorMittal Brasil S/A deverá comprovar à ANTT, até o quinto dia útil de cada mês, o pagamento dos valores relativos à quantidade carregada e disponibilizada para transporte e à capacidade de carga disponibilizada pela América Latina Logística Malha Oeste S/A no mês anterior e não utilizada, em toneladas úteis, limitado às quantidades previstas no Plano de Atendimento ao Usuário, nos termos do art. 32, inciso II, do Regulamento Anexo à Resolução ANTT nº 3.694, de 14 de julho de 2011.

§7º A capacidade de carga dos vagões não carregados pela ArcelorMittal Brasil S/A no prazo previsto no parágrafo anterior, será considerada como disponibilizada pela América Latina Logística Malha Oeste S/A para fins de cumprimento da quantidade referente ao mês posterior à disponibilização dos vagões.

§8º Para efeito de cumprimento do disposto nos parágrafos primeiro, sexto e sétimo deste artigo, será considerado como capacidade de carga disponibilizada o percentual de 95% da capacidade de carga definida para o tipo do vagão.

§9º A América Latina Logística Malha Oeste S/A deverá adotar providências imediatas com vistas ao cumprimento do Plano de Atendimento ao Usuário anexo a esta Portaria, cuja vigência iniciará a partir do mês de maio de 2016, sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 2º, inciso II, e no Anexo II da Portaria nº 14, de 14 de março de 2016.

Art. 3º Em caso de descumprimento do Plano de Atendimento ao Usuário, fica a América Latina Logística Malha Oeste S/A sujeita à aplicação da penalidade de multa, calculada na forma do Anexo II desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§1º O valor da multa será atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, até o seu efetivo pagamento.

§2º O pagamento da multa será efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, cujo favorecido será a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

§3º No caso de não pagamento da multa, no prazo de trinta dias, serão promovidas as medidas extrajudiciais e judiciais aplicáveis, com vistas à cobrança do valor, ficando a concessionária sujeita a registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, inscrição na Dívida Ativa da ANTT e protesto da respectiva Certidão da Dívida Ativa - CDA, nos termos, respectivamente, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO I

Plano de Atendimento ao Usuário*				
Produto	Origem	Destino	Ano	Quantidade Mensal
Produtos Siderúrgicos	Terminal de Bauru/SP	Terminal de Corumbá/MS	2016	15.000 TU
			2017	15.750 TU
			2018	16.538 TU
			2019	17.364 TU
			2020	18.233 TU

* A América Latina Logística Malha Oeste S/A deverá observar a cadência máxima de 20 vagões/dia na disponibilização de vagões para carregamento e na entrega das cargas, salvo acordo em contrário formalizado entre as partes.

ANEXO II

VALOR DA MULTA
Vm = (Qp - Qr) * (Tm/2)
Onde:
Vm: Valor da multa em reais (R$), referente às quantidades previstas no Plano de Atendimento ao Usuário e não realizadas, apuradas mês a mês;
Qp: Quantidade mensal, em toneladas úteis (TU), estabelecida no Plano de Atendimento ao Usuário;
Qr: Quantidade mensal realizada, em toneladas úteis (TU);
Tm: Tarifa máxima por tonelada útil (TU), estabelecida pela ANTT para o fluxo de produtos siderúrgicos entre Bauru/SP e Corumbá/MS.

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE ABRIL DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.099052/2011-23, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT para autorização de implantação de tubulações e coletores de esgoto em diversos pontos da ferrovia no município de Itaquaquecetuba/SP, pela Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, na malha concedida à MRS Logística S.A.

§ 1º - Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

§ 2º - A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, se houver, cópia dos Aditivos, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 238ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2016

Aos vinte e seis dias de abril de dois mil e dezesseis às quatorze horas e vinte minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Trigésima Oitava (238a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do CSMPT da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 17º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, em exercício, Subprocuradora-Geral do Trabalho Andréa Isa Rípoli, o Subprocurador-Geral do Trabalho Manoel Jorge e Silva Neto e os Procuradores Regionais do Trabalho, Luercy Lino Lopes e Júnia Bonfante Raymundo. Ausente justificadamente a Coordenadora, Dra. Junia Soares Nader (motivo de saúde) e a Dra. Abiael Franco Santos (convocação do CNMP). O Dr. Luercy Lino Lopes foi designado Relator "ad hoc" para deliberar os feitos da Dra. Junia Soares Nader e a Dra. Andréa Isa Rípoli foi designada Relatora "ad hoc" para deliberar os feitos da Dra. Abiael Franco Santos que constam na pauta.

1) ASSUNTOS GERAIS. A) Sessão Ordinária de Maio/2016. Foi deliberado, por unanimidade, realizar referido conclave nos dias 24 e 25/05/16, com início no dia 24 às 14 horas. B) Revisão do Enunciado nº 03/CCR. Foi deliberado, por unanimidade, aguardar o quórum completo da CCR para deliberar eventual alteração no verbete. C) Feito retirado da pauta. Devido a necessidade de ajuste pelo Gabinete do Relator da CCR, o seguinte procedimento foi retirado da pauta desta sessão: IC 5241.2014.02.000/8. D) Correção de erro material constante de ata anterior e da certidão de deliberação: Foi deliberado, por unanimidade, chamar à ordem os processos a seguir listados para corrigir erro material constante em atas de sessões anteriores e suas respectivas certidões de deliberação, visando resguardar o exato teor do voto vencedor exarado nos feitos e condutor das deliberações, conforme segue: Sessão 237ª Ordinária - Processo IC-000239.2015.04.002/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, INQUIRIDO: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Sessão 236ª Ordinária - Processo NF-005847.2015.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: HOLCIM BRASIL SA (CIMINAS) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Junia Bonfante Raymundo que votou em substituição ao Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, que a preservação do sigilo dos dados do denunciante deverá ser mitigada quando em confronto com os princípios do contraditório e da ampla defesa, os quais por serem normas basilares do Estado Democrático de Direito deverão prevalecer em detrimento de mandamentos infraconstitucionais, nos termos do voto da Relatora. Não votaram no feito, mas apresentaram ressalvas de entendimento o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, Dr. Luercy Lino Lopes e Dra. Abiael Franco Santos. E) Programa Meu Novo Mundo - O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto requereu a expedição de ofício da Câmara de Coordenação e Revisão ao Procurador-Chefe da PRT-2ª Região, Dr. Erich Vinicius Schramm, solicitando a adoção das providências cabíveis em relação ao desvirtuamento da legislação trabalhista eventualmente viabilizada pelo Programa Meu Novo Mundo. A Dra. Andréa Isa Rípoli consignou que deveria ser feito prévio levantamento das ações relativas ao projeto antes de expedir o ofício. O Dr. Luercy Lino Lopes acompanhou o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto quanto à expedição do ofício e registrou que a Dra. Junia Raymundo Bonfante também deveria votar nessas questões, eis que a condição de Suplente não excluiria os Membros de votarem em matérias administrativas da CCR. A Dra. Junia Raymundo Bonfante entende que deveria votar em todas as matérias afetas à CCR e que este colegiado deveria solicitar novos esclarecimentos à COORDIGUALDADE de forma última e definitiva antes de expedir o ofício. Após as manifestações, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, expedir referido ofício ao Procurador-Chefe da PRT-2ª Região.

2) CONSULTAS

Processo NF-000366.2016.03.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Devolvido o feito após pedido de vistas feito pelo Dr. Luercy Lino Lopes, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, responder a consulta nos termos do voto do Dr. Luercy Lino Lopes. Vencida parcialmente a Dra. Abiael Franco Santos com a chancela da Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo PP-000084.1997.01.007/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: INSTAURADO DE OFÍCIO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, atender seu questionamento no sentido de ajuizamento, na Justiça do Trabalho, da execução das obrigações contraídas pelo Município de São José do Vale do Rio Preto no TAC firmado em 1999 e eventuais aditivos. Por outro lado, referendar o declínio de atribuição ao MPE para fiscalizar o cumprimento do TAC n° 01/2009 e respectivos aditivos, nos termos do voto da Relatora.

Processo IC-000023.2004.01.007/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE AREAL, DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Luercy Lino Lopes que votou em substituição à Dra. Junia Soares Nader.

Processo PI-000055.2005.04.002/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001247.2013.17.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001206.2014.17.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ANCHIETA, DENUNCIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuição em favor do MPE, devendo os atos relativos à investigação do meio ambiente de trabalho do município inquirido, mesmo no que se refere aos trabalhadores contratados temporariamente, serem empreendidos pelo MPT, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-001046.2015.12.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, DENUNCIANTE: COREN/SC - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SC - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar a decisão de declínio de atribuição do membro oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000292.2015.16.001/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar a decisão de declínio de atribuição do membro oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000543.2015.23.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000186.2015.23.003/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: COMUNIDADE ESPERANÇA MARIA DE NAZARÉ ASSISTÊNCIA E AMPARO ÀS FAMÍLIAS CARENTES, DENUNCIADO: PREPARA CURSOS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar a decisão de declínio de atribuição do membro oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000064.2016.01.007/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: Investigado: MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000501.2016.03.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REPRESENTADO: PREMO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A., REPRESENTANTE: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELO HORIZONTE - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão de permanência do feito na atribuição da Exmª. Srª. Procuradora do Trabalho LUTIANA NACUR LORENTZ, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000234.2016.03.009/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, remeter os autos à avaliação do Excelentíssimo Procurador-Geral do Trabalho, autoridade a quem competirá encaminhar o presente conflito, se assim entender, à sua Excelência, o Procurador-Geral da República, para posterior direcionamento ao E. STF, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo PP-000251.2016.03.009/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA RESENDE , INVESTIGADO: MUNICIPIO DE NOVA RESENDE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar a decisão de declínio de atribuição do membro oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000147.2016.15.003/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: (SOB SIGILO), REPRESENTADO: CONSELHO TUTELAR DE SÃO CARLOS (MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo NF-000117.2016.15.006/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REPRESENTANTE: PROTEGIDO PELO SIGILO, REPRESENTADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - COORDENADORIA DA REGIÃO NOROESTE - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000219.2016.15.006/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO (FUNDHERP), REPRESENTANTE: PROTEGIDO PELO SIGILO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000223.2016.15.006/6 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: REPRESENTANTE: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, REPRESENTADO: NÃO INFORMADO (A APURAR) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar a decisão de declínio de atribuição do membro oficiante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000030.2016.23.002/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INTERESSADO 1: SIGILOSA, INTERESSADO 2: CLINICA MED LABOR ATHOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000048.2016.23.003/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o declínio de atribuições na presente hipótese, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo NF-005450.2015.02.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Cristiane Aneolito Ferreira, ora suscitada , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000059.2015.10.001/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: LILIAN VILAR DANTAS BARBOSA, SUSCITADO: JOÃO FILIPE MOREIRA LACERDA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para atuar do Procurador do Trabalho suscitado, Exmo. Dr. João Filipe Moreira Lacerda Sabino, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-000427.2015.12.002/0 - Assunto: - Interessados: - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho THAÍS FIDÉLIS ALVES BRUCH, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002418.2015.15.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho Fabíola Junges Zani, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000050.2016.01.007/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: ÉRICKA RODRIGUES DUARTE, SUSCITANTE: MARIANA VIEIRA DA SILVA ALMEIDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições por intempestivo, fixando-se a atribuição para agir na Suscitante, Dra. Mariana Vieira da Silva Almeida, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000099.2016.03.001/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ELIAQUIM QUEIROZ, SUSCITANTE: RAFAEL DE ARAUJO GOMES - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atuação do Membro ora suscitado, titular do Ofício 06 da PTM de Uberlândia, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000070.2016.06.001/5 - Assunto: 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: VANESSA PATRIOTA DA FONSECA, SUSCITADO: FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições e fixar a atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000123.2016.12.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITADO: DULCE MARIS GALLE , SUSCITANTE: LUIZ CARLOS RODRIGUES FERREIRA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para atuar do Procurador do Trabalho suscitado, Luiz Carlos Rodrigues Ferreira, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-000320.2016.12.000/4 - Assunto: 5.CONATPA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ACIR ALFREDO HACK , SUSCITADO: LUCIANO ARLINDO CARLESSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Acir Alfredo Hack, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000325.2016.17.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: ANTONIO CARLOS LOPES SOARES , SUSCITANTE: CAROLINA DE PRÁ CAMPOREZ BUARQUE - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para atuar do Procurador do Trabalho suscitado, Exmo. Dr. Antônio Carlos Lopes Soares, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PP-000649.2001.01.002/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: FRIBURGO AUTO ÔNIBUS LTDA, DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a promoção de arquivamento e, no mérito, por unanimidade, homologar a anulação do Termo de Ajuste de Conduta no 26/2002, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo ATAC-000297.2005.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: Denunciante: Dra. Sônia Toledo Gonçalves Procuradora do Trabalho, Compromissado: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS NO ESTADO DE MG SINDICATO DA INDÚSTRIA DE BOLSAS E CINTOS DO ESTADO DE MG, Compromissado: SIND. DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS, LUVAS, PELES DE RESGUARDO, CHAPÉUS, GUARDA-CHUVAS, SOMBRINHAS, BENGALAS, TAMANCOS, FORMAS PARA CALÇADOS, PLAMILHAS, MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, rejeitar o pedido de anulação e votar no sentido de manter a incolumidade do termo de compromisso n° 422.2004, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000092.2008.04.002/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MINERAÇÃO MONEGO LTDA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a retificação de TAC, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000369.2009.02.004/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIADO: Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S/A, DENUNCIANTE: MPT/PRT 12ª Região - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o Termo de Ajuste de Conduta 03/2016 em substituição ao TAC 2924.2012, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000198.2010.16.001/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (SRTE - GRTE), INQUIRIDO: ARACATI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. Devolvido o feito após pedido de vistas feito pelo Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta retificadora do TAC tal como apresentada, nos termos do voto da Relatora com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

5) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000694.2011.08.000/5 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS VIGIAS PORTUÁRIOS DE BELÉM, INQUIRIDO: OCEANUS AGÊNCIA MARÍTIMA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-006377.2012.02.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO, DENUNCIADO: ADVANCED CORRETORA DE CÂMBIO LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001427.2012.09.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: PROCURADOR DO TRABALHO - ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO, INQUIRIDO: PENTASUL CABELEIREIROS LTDA (SALÃO MARLY), DENUNCIANTE: MPT - PRT9 - SEDE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000072.2013.05.007/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: PRESIDENCIA DA REPUBLICA - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100, INQUIRIDO: KITA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-001998.2013.06.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FREVO BRASIL INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA, DENUNCIANTE: ALEXANDRE MEDEIROS MACHADO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto por entender que nesses casos se aplica o Enunciado n° 05/CCR.

Processo IC-000177.2013.09.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA, DENUNCIANTE: MPT - PRT9 - SEDE - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que se manifestou no sentido de que somente a ofensa a normativa ambiental trabalhista em sentido estrito determina a atuação do MPT.

Processo IC-000883.2013.11.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FAZENDA ALELUIA, DENUNCIANTE: ANONIMO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000524.2013.19.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ARQUITEC - ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA*, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001226.2014.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: CRF-SP CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DENUNCIADO: FARMA ECONOMIA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA ME, DENUNCIADO: DROGARIA POPULAR PAULISTA LTDA ME, DENUNCIADO: DROGANETTO LTDA EPP, DENUNCIADO: FARMANNETO COMÉRCIO DE DROGAS LTDA ME, DENUNCIADO: LOJA DOS REMÉDIOS COMÉRCIO DE DROGAS LTDA ME, DENUNCIADO: FARMANIA COMÉRCIO DE DROGAS LTDA ME, DENUNCIADO: DROGARIA POPULAR PAULISTANA LTDA ME (DROGARIA SÃO PAULO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003597.2014.02.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: JUSTIÇA ELEITORAL DE SÃO PAULO 407ª ZONA ELEITORAL TAUBATÉ, DENUNCIADO: WORK ON PEOPLE SERVICE LTDA (SMART PROMO SERVICE LTDA) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004732.2014.02.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: RAIA DROGASIL SA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001181.2014.06.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CARUARU, INQUIRIDO: DAYANE BABY INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-002268.2014.06.000/8 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: A INVESTIGAR, DENUNCIANTE: UNIÃO FEDERAL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002381.2014.06.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: DEYVIS RICARDO MENDES - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo IC-000181.2014.09.004/4 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (DISQUE 100), INQUIRIDO: CIDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000827.2014.12.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: DITRENTO POSTOS E LOGISTICA LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, acolher a promoção de arquivamento no que se refere aos temas 1.1.10 (ergonomia), 9.2.1 (desvio de função) e 9.6.1 (anotação e controle de jornada), deixando de homologar a promoção de arquivamento no que se refere ao tema 9.14.4 (descontos indevidos), nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido o Dr, Manoel Jorge e Silva Neto que aplicava o Enunciado n° 05/CCR para facultar ao Membro Oficiante a atuação qualificada ou não do MPT.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo IC-000303.2014.12.004/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: TRANSPORTES TONETTA LTDA. EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000314.2014.12.004/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: TRANSPORTES LILI LTDA. EPP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000167.2014.14.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: TRANSEGURO - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILÂNCIA LTDA., DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000636.2014.17.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000792.2014.17.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000029.2014.24.001/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: VIAÇÃO CRUZEIRO DO SUL LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-004272.2015.01.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: LOJAS AMERICANAS S.A., DENUNCIANTE: FRANCISCO DE ASSIS CORREA DO COUTO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005532.2015.02.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo PP-002019.2015.03.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, INVESTIGADO: SANE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-003886.2015.03.000/0 - Assunto: 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: ALESSANDRO MAGNO SOARES HORTA 04198805695, INQUIRIDO: MARIA DAS MERCES DO AMARAL - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000400.2015.03.006/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES, DENUNCIANTE: GILCILENE BARBOSA PERES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuição, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003515.2015.04.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: (SOB SIGILO), REPRESENTADO: CONFRARIA DA VASCO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo IC-000153.2015.04.002/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000289.2015.04.003/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: CEREALISTA SCHERER LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000944.2015.06.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: BEZERRA E RAMOS RESTAURANTE LTDA - ME - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar parcialmente o presente procedimento, no que se refere aos temas registro, desvio de função, descanso semanal e trabalho noturno e não homologar o feito no que tange ao tema relacionado ao meio ambiente do trabalho (equipamentos de proteção), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001076.2015.08.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: ALUNORTE, DENUNCIANTE: SRTE/PA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARÁ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001197.2015.08.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MAIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA., DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000066.2015.08.002/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SRTE/PA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARÁ, INQUIRIDO: PARKWAY SHOPPING CENTER S/A (SHOPPING PÁTIO MARABÁ) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000232.2015.09.000/6 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: SALÃO DE CABELEIREIROS JEAN LOUIS DAVID - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000151.2015.09.003/9 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100, INVESTIGADO: A APURAR (DISQUE 100) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000472.2015.12.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT-PRT12-SEDE, INQUIRIDO: RLO CONTACT CENTER E CONSULTORIA EIRELI - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, acolher o arquivamento no que se refere ao tema 9.14.08 (vale-transporte), deixando de acolher o relativo ao tema 9.3.1 (cota legal), determinando, ainda, o retorno dos autos à origem para manifestação circunstanciada a respeito dos temas 9.6.1 (anotação e controle de jornada) e 9.6.2.1 (jornada extraordinária em desacordo com a lei), nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido parcialmente o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que entende não haver necessidade de retorno dos autos para exame das matérias não fundamentadas.

Processo PP-000081.2015.13.002/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo PP-000123.2015.13.002/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000144.2015.13.002/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: EMPRESA PARAIBANA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS AGRICOLAS - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo PP-000184.2015.13.002/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000197.2015.15.001/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: A APURAR (TRABALHO INFANTIL), DENUNCIANTE: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, INQUIRIDO: HUGO TONINE - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000086.2015.15.006/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: DROGARIA SANTA MARIA BARRETOS LTDA, DENUNCIANTE: CEREST - CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - REGIONAL BEBEDOURO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000585.2015.15.006/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, DENUNCIANTE: FLÁVIA ROBERTI CARVALHO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000829.2015.17.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: FANTON SERVIÇOS LTDA, DENUNCIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, votar pela homologação parcial exclusivamente quanto aos temas relativos a descumprimento de Cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo, atraso na concessão de vale alimentação e não pagamento de salário-família no período de férias, e não homologar os temas relacionados ao meio ambiente do trabalho e à assédio moral, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000972.2015.19.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: COMERCIAL BEM BARATO (SUPERMERCADO BEM BARATO), DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000009.2016.04.001/4 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: LISIANE ANGELICA DE OLIVEIRA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000065.2016.04.002/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTADO: COMERCIAL 3 LETRAS LTDA (FILIAL), REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000053.2016.18.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: RODRIGUES E RAMOS EMPRESA DE EVENTOS LTDA - ME, REPRESENTADO: RODRIGUES E RAMOS EMPRESA DE EVENTOS LTDA ME , REPRESENTADO: RODRIGUES & LEMOS EMPRESA DE EVENTOS LTDA - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar o indeferimento liminar da presente notícia de fato no que se refere aos temas 9.6.1, 9.6.2.1 e 9.6.3.1, e homologar o alusivo ao tema 9.4, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que aplicava o Enunciado n° 05/CCR.

6) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001367.2014.02.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: FÁBIO OLIVEIRA FREITAS, DENUNCIADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO CREA SÃO PAULO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001863.2014.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO - ACOMPANHA PASTA ESPELHO), DENUNCIADO: VIA VAREJO SA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003173.2014.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: SORANA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003575.2014.02.000/4 - Assunto: - Interessados: DENUNCIANTE: D HELIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, DENUNCIADO: NADIR PRESTES DA SILVA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001920.2014.05.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: UNIME - UNIÃO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002073.2015.02.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA - GUAIANASES, DENUNCIANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - GABINETE DO DEPUTADO ANTONIO MENTOR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo NF-005855.2015.02.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: TRT TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO , DENUNCIANTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-005881.2015.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO, INVESTIGADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO CREA SÃO PAULO - POSTO DE ATENDIMENTO CAMBUCI SÃO PAULO (ATEESP) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-006897.2015.02.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-008729.2015.02.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIADO: ITAU UNIBANCO HOLDING SA, DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto consignando que, em tema de omissão de emissão de CAT há o dever de agir do MPT.

Processo NF-009315.2015.02.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIADO: CESAR DE CASTRO HAIACHI, DENUNCIANTE: SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS E EDIFÍCIOS COMERCIAIS INDUSTRIAIS RESIDENCIAIS E MISTOS INTERMUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDICOND) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Luercy Lino Lopes que votou em substituição à Dra. Junia Soares Nader e consignou que o MPT tem obrigação de agir nesses casos em defesa do direito de representação contido na CF/88.

Processo NF-000849.2015.02.001/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, DENUNCIADO: ERGOMAN INDÚSTRIA COMÉRCIO MANIPULADORES - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000599.2015.02.003/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS - USIMINAS, DENUNCIANTE: LUIZ FERNANDO MORALES FERNANDES - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001556.2015.04.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: JOÃO CARLOS STRAPPAZZON, REPRESENTADO: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002253.2015.04.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: COMPANHIA CARRIS PORTOALEGRENSE, REPRESENTANTE: ALCEU DA SILVA WEBER, REPRESENTANTE: EMERSON BARBOSA BATISTA, REPRESENTANTE: LUIS AFONSO MARTINS, REPRESENTANTE: MAXIMILIANO FROMMING DA ROCHA, REPRESENTANTE: NELZA TEREZINHA MUNIZ FAGUNDOS, REPRESENTANTE: WENCESLAU DE BARCELOS MACHADO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001339.2015.08.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S/A, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002869.2015.09.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: BERLIN FILMS LTDA - EPP, NOTICIANTE: SINDCINE - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL DOS ESTADOS DE SAO PAULO, PR, SC, RS, MT, MS, GO, TO, DF - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000517.2015.09.001/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINTERC - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES CONVÊNIO, COZINHAS INDUSTRIAIS, RESTAURANTES INDUSTRIAIS DA REGIÃO NORTE E OESTE DO ESTADO DO PARANÁ, NOTICIADO: GONÇALVES & TORTOLA S/A, NOTICIADO: REFEIÇÕES NATURAS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000261.2015.09.008/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS LTDA, NOTICIANTE: ANTÔNIO AGUINEL (VEREADOR) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000773.2015.14.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA S/A - CAERD, REPRESENTANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINDUR - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que aplicava o Enunciado n° 05/CCR.

Processo IC-000471.2015.17.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA, DENUNCIANTE: FERNANDO SANTOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000559.2015.17.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MAR DAS ANTILHAS, DENUNCIANTE: GILSIMAR LUIZ NOSSA, INQUIRIDO: PEKE CONSTRUTORA LTDA - ME - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000579.2015.17.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES, ESCOLTA ARMADA, RONDA MOTORIZADA, MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIA SATÉLITE, AGENTE DE SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EM GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, DENUNCIANTE: VIVIANE GALVÃO GUEDES PEREIRA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto asseverou que o ICP é instrumento à propositura responsável da ACP e as provas requeridas devem ser deferidas pelo Órgão Oficiante. A Dra. Junia Raymundo Bonfante não votou mas acompanha o entendimento da Relatora. O Dr. Luercy Lino Lopes ressalvou entendimento pessoal no sentido da divergência.

Processo NF-000234.2015.17.002/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, REPRESENTADO: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TRIBUNAL DE JUSTIÇA) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001180.2016.02.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: HUMBERTO DE OLIVEIRA BRASIL, DENUNCIADO: BARCELONA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA SA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001509.2016.02.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: FRANCISCO JOILSON CARVALHO PEREIRA 43516474858 - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002033.2016.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: CLUBE ESPORTIVO HELVETIA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002182.2016.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: CORE FITNESS ACADEMIA DE GINÁSTICA EIRELI - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000028.2016.03.005/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: ETEMAN-MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Luercy Lino Lopes ao fundamento de que não obstante a natureza patrimonial dos interesses envolvidos, o número de trabalhadores supostamente prejudicados (70) justifica a intervenção do MPT.

Processo NF-000460.2016.04.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: (SOB SIGILO), REPRESENTADO: UNIVIDA CLÍNICA MÉDICA E OCUPACIONAL LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial para homologar parcialmente a promoção de arquivamento, somente no que se refere à falta de pagamento de quinquênio e do salário mínimo, bem como acerca do desvio de função, determinando, todavia, o prosseguimento do feito no que tange ao tema "Assédio moral", nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000149.2016.12.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: CONDOMINIO EDIFICIO DALLAS, DENUNCIANTE: RICARDO TEODORO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000025.2016.15.000/4 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000132.2016.15.001/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTADO: BANCO DO BRASIL S/A, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000070.2016.15.007/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, REPRESENTANTE: HÉLIO PEREIRA MARTINS JUNIOR - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-000159.2016.18.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DE GOIÁS - SECHSEG, REPRESENTADO: MOTÉIS E HOTÉIS EM APARECIDA DE GOIÂNIA E GOIÂNIA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000012.2016.19.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: (SOB SIGILO), REPRESENTADO: ADIJENIR DANTAS DE OLIVEIRA PLACAS - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do Recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000001.2016.24.001/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

7) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo NF-000343.2015.07.001/6 - Assunto: - Interessados: REPRESENTANTE: (SOB SIGILO), REPRESENTADO: RICARDO PESSOA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator(a) designado Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. O Dr. Luercy Lino Lopes acompanhou a divergência. Vencida a Dra. Abiael Franco Santos com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000813.2007.15.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: VARA DO TRABALHO DE MOGI MIRIM, INQUIRIDO: EATON LTDA. - DIVISÃO TRANSMISSÕES, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MOGI MIRIM - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo IC-000437.2011.02.002/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, DENUNCIADO: COLÉGIO CRIAÇÃO E MOVIMENTO CONSTRUINDO O CONHECIMENTO LTDA. - ME - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto manifestando-se que norma de competência é norma-regra e não admite ponderação.

Processo IC-000513.2013.13.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: RESTAURANTE SERTANEJO, DENUNCIANTE: ANÔNIMO (DENÚNCIA POR TELEFONE) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto manifestando-se que norma de competência é norma-regra e não admite ponderação.

Processo IC-000049.2014.16.000/4 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: ARTHOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento determinando a instauração de nova notícia de fato em face da inquirida para apurar os temas descanso semanal e intervalo interjornada, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que aplicava o Enunciado n° 5/CCR.

Processo IC-000742.2015.05.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: LIDER RECURSOS HUMANOS LTDA. - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes. Vencido o O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto manifestando-se que norma de competência é norma-regra e não admite ponderação.

8) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-000133.2011.06.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FINASA PROMOTORA DE VENDAS LTDA, DENUNCIANTE: FABIO RODRIGUES DA SILVA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000181.2013.01.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Cargas e Passageiros de Teresópolis e Guapimirim, INVESTIGADO: VIAÇÃO DEDO DE DEUS LTDA, INVESTIGADO: AUTO VIAÇÃO PRIMEIRO DE MARÇO LTDA, DENUNCIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE PETRÓPOLIS/RJ, DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-002982.2015.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT - PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: REPUBLICA DAS MOLDURAS COMÉRCIO LTDA ME (REPUBLICA E ARTE) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Luercy Lino Lopes que consignou divergência no sentido da hipótese ser de nulidade da promoção de arquivamento por falta de fundamentação e não de não conhecimento.

Processo IC-000112.2015.05.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTERIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT 5ª - PTM BARREIRAS, DENUNCIANTE: COORDENADORIA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - CONAETE - BAHIA, INQUIRIDO: FAZENDA JEDAI, INQUIRIDO: FRANCISCO JOSÉ VIEIRA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo MED-000687.2015.09.003/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERENTE: SINTTROL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE LONDRINA, REQUERIDO: DORIVAL BORTOTO - EPP - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000291.2015.12.002/7 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a), com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000375.2015.21.001/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MAT. ELÉTRICO DE MOSSORÓ E ZONA OESTE DO RN - SINDMETALMOSSORÓ, DENUNCIANTE: LUPATECH - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA PETRÓLEO LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli. O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto consigna que a desnecessidade de remessa não abrange casos nos quais o órgão oficiante tenha indeferido liminarmente a mediação com fundamento na ausência de legitimidade do MPT, porque a CCR necessita realizar sua atividade coordenadora no particular.

Processo IC-000303.2015.24.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FAIXA BRANCA EMPREITEIRA AGRICOLA LTDA - EPP, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000060.2016.18.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REPRESENTADO: CONSTRUTORA QUEBEC LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a) com a chancela da Relatora "ad hoc" Dra. Andréa Isa Rípoli.

9) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-000573.2012.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO, DENUNCIADO: CONSÓRCIO BANDEIRANTE DE TRANSPORTE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002260.2015.03.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: DMA DISTRIBUIDORA S/A, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. Devolvido o feito após pedido de vistas feito pelo Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, pela conversão do feito em diligência determinando-se o retorno dos autos à Unidade de origem para que seja confeccionada Certidão reduzindo-se a termo as alegações contidas na Peça Recursal, com a omissão de todos os dados que possam identificar a pessoa do denunciante/recorrente, protegido pelo sigilo, após, devolvendo-se os autos à CCR/MPT, então, para a continuação das análises recursal e revisional, nos termos do voto do Relator.

Processo IC-002316.2015.04.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: REFEIÇÕES AO PONTO LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002518.2015.04.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: REDE RIO-GRANDENSE DE EMISSORAS LTDA., DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade,converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001891.2015.15.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: ANTONIO CARLOS DE MELO (GUINA) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

10) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000235.2006.01.000/0, IC-002699.2008.01.004/6, IC-001078.2009.01.000/3, NF-001840.2009.01.000/8, IC-002468.2009.01.000/4, IC-002823.2009.01.000/0, IC-003443.2009.01.000/2, IC-003699.2009.01.000/1, IC-001349.2010.01.000/8, IC-002593.2010.01.000/0, IC-003367.2010.01.000/6, IC-003523.2010.01.000/3, IC-003603.2010.01.000/8, IC-003692.2010.01.000/0, IC-000364.2011.01.000/3, IC-000633.2011.01.000/0, IC-000979.2011.01.000/1, IC-001061.2011.01.000/7, IC-003102.2011.01.000/8, IC-003128.2011.01.000/3, IC-004677.2011.01.000/4, IC-004818.2011.01.000/6, IC-000337.2011.01.003/3, IC-000665.2012.01.000/7, IC-001802.2012.01.000/4, IC-002387.2012.01.000/4, IC-002488.2012.01.000/7, IC-002686.2012.01.000/0, IC-003092.2012.01.000/0, IC-003904.2012.01.000/9, IC-004271.2012.01.000/4, IC-004655.2012.01.000/2, IC-000076.2012.01.001/0, IC-000132.2012.01.001/6, IC-000467.2012.01.001/4, IC-000507.2012.01.001/9, IC-000015.2012.01.007/5, IC-000084.2013.01.000/6, IC-000263.2013.01.000/4, IC-000414.2013.01.000/0, IC-000416.2013.01.000/3, IC-000693.2013.01.000/9, IC-000971.2013.01.000/6, IC-001010.2013.01.000/3, IC-001093.2013.01.000/0, IC-001606.2013.01.000/3, IC-001655.2013.01.000/0, IC-001680.2013.01.000/1, IC-002742.2013.01.000/2, IC-003863.2013.01.000/6, IC-003867.2013.01.000/8, IC-000037.2013.01.001/9, IC-000046.2013.01.001/0, IC-000167.2013.01.003/4, IC-000358.2013.01.003/0, IC-000723.2013.01.004/0, IC-000283.2013.01.005/3, IC-000210.2014.01.000/1, IC-000290.2014.01.000/0, IC-000300.2014.01.000/2, IC-000448.2014.01.000/0, IC-000533.2014.01.000/0, IC-000609.2014.01.000/4, IC-000876.2014.01.000/2, IC-001384.2014.01.000/3, IC-001610.2014.01.000/9, IC-002168.2014.01.000/6, IC-002209.2014.01.000/0, IC-002686.2014.01.000/4, IC-003029.2014.01.000/7, IC-003261.2014.01.000/3, IC-003331.2014.01.000/1, IC-003379.2014.01.000/0, IC-003389.2014.01.000/7, IC-004038.2014.01.000/6, IC-004257.2014.01.000/8, IC-004274.2014.01.000/4, PP-004315.2014.01.000/9, IC-004364.2014.01.000/5, IC-004374.2014.01.000/1, IC-004600.2014.01.000/7, IC-004609.2014.01.000/6, IC-004610.2014.01.000/3, IC-004630.2014.01.000/6, IC-000198.2014.01.001/3, IC-000204.2014.01.001/0, IC-000211.2014.01.001/9, IC-000620.2014.01.001/2, IC-000077.2014.01.002/7, IC-000106.2014.01.003/7, IC-000116.2014.01.003/4, IC-000284.2014.01.003/0, IC-000313.2014.01.003/1, IC-000435.2014.01.003/7, IC-000053.2014.01.004/5, PP-001053.2014.01.004/0, IC-000226.2014.01.005/1, IC-000331.2014.01.005/5, IC-000495.2014.01.006/3, IC-000715.2014.01.006/0, IC-000839.2014.01.006/8, IC-000842.2014.01.006/0, IC-000184.2014.01.007/0, IC-000213.2014.01.007/1, IC-000215.2014.01.007/4, IC-000173.2015.01.000/9, IC-000177.2015.01.000/4, IC-000229.2015.01.000/9, IC-000302.2015.01.000/8, IC-000761.2015.01.000/8, PP-000764.2015.01.000/7, PP-000925.2015.01.000/0, IC-000979.2015.01.000/2, IC-001033.2015.01.000/6, IC-001040.2015.01.000/6, IC-001055.2015.01.000/0, IC-001126.2015.01.000/3, PP-001200.2015.01.000/5, IC-001381.2015.01.000/9, IC-001487.2015.01.000/9, NF-001783.2015.01.000/9, IC-002054.2015.01.000/2, NF-002106.2015.01.000/9, PP-002169.2015.01.000/3, IC-002617.2015.01.000/7, IC-002945.2015.01.000/7, NF-003073.2015.01.000/8, IC-003292.2015.01.000/0, PP-003383.2015.01.000/6, IC-003411.2015.01.000/8, IC-003415.2015.01.000/0, IC-003488.2015.01.000/0, NF-003572.2015.01.000/9, IC-003597.2015.01.000/9, IC-003669.2015.01.000/8, NF-003846.2015.01.000/3, PP-003923.2015.01.000/1, IC-004039.2015.01.000/3, PP-004652.2015.01.000/1, NF-004756.2015.01.000/0, IC-004776.2015.01.000/3, PP-004784.2015.01.000/9, IC-004865.2015.01.000/9, IC-004876.2015.01.000/0, IC-004999.2015.01.000/7, IC-005014.2015.01.000/1, NF-005027.2015.01.000/4, NF-005051.2015.01.000/0, IC-005350.2015.01.000/7, IC-000448.2015.01.001/4, IC-000067.2015.01.002/2, IC-000113.2015.01.002/7, PP-000258.2015.01.002/6, PP-000291.2015.01.002/0, PP-000125.2015.01.003/8, IC-000126.2015.01.003/4, IC-000560.2015.01.004/9, PP-000722.2015.01.004/9, NF-001399.2015.01.004/1, NF-001405.2015.01.004/0, IC-000257.2015.01.005/2, IC-000402.2015.01.005/0, IC-000439.2015.01.005/7, IC-000550.2015.01.005/2, NF-000636.2015.01.005/4, IC-000141.2015.01.006/0, IC-000243.2015.01.006/0, IC-000287.2015.01.006/5, NF-000555.2015.01.006/5, IC-000559.2015.01.006/0, NF-000794.2015.01.006/4, IC-000151.2015.01.008/9, NF-000005.2016.01.000/2, NF-000132.2016.01.000/6, NF-000134.2016.01.000/9, IC-000232.2016.01.000/4, MED-000355.2016.01.000/6, NF-000357.2016.01.000/9, NF-000488.2016.01.000/5, NF-000519.2016.01.000/9, NF-000633.2016.01.000/3, IC-000061.2016.01.006/0 - PRT 2ª Região-SP - NF-000869.1999.02.000/4, IC-005283.2007.02.000/7, IC-000242.2007.02.001/2, IC-000469.2008.02.004/0, IC-005404.2009.02.000/0, IC-000013.2009.02.004/1, IC-003027.2010.02.000/0, IC-000154.2010.02.004/2, IC-002334.2011.02.000/5, IC-002579.2011.02.000/2, IC-000516.2012.02.000/0, IC-001014.2012.02.000/4, IC-001450.2012.02.000/7, IC-001719.2012.02.000/2, IC-002734.2012.02.000/6, IC-002852.2012.02.000/5, IC-003083.2012.02.000/0, IC-003936.2012.02.000/0, IC-004936.2012.02.000/8, IC-005183.2012.02.000/3, IC-005251.2012.02.000/0, IC-005420.2012.02.000/0, IC-005973.2012.02.000/5, IC-006485.2012.02.000/4, IC-000448.2012.02.001/8, IC-000210.2012.02.004/1, IC-000687.2013.02.000/9, IC-000856.2013.02.000/7, IC-000952.2013.02.000/0, IC-001318.2013.02.000/0, IC-001608.2013.02.000/5, IC-001903.2013.02.000/0, IC-001970.2013.02.000/8, IC-002413.2013.02.000/8, IC-002550.2013.02.000/4, IC-002552.2013.02.000/5, IC-002616.2013.02.000/9, IC-004449.2013.02.000/6, IC-000199.2013.02.002/0, IC-000222.2013.02.002/2, IC-000240.2013.02.002/4, IC-000255.2013.02.003/4, IC-000027.2013.02.004/9, IC-000231.2013.02.004/5, IC-000384.2013.02.005/0, IC-000446.2014.02.000/0, IC-000578.2014.02.000/2, IC-000633.2014.02.000/0, IC-000673.2014.02.000/9, IC-001085.2014.02.000/8, IC-001244.2014.02.000/1, IC-001416.2014.02.000/8, IC-001650.2014.02.000/5, IC-001834.2014.02.000/9, IC-002051.2014.02.000/5, IC-002826.2014.02.000/1, IC-002914.2014.02.000/1, IC-003024.2014.02.000/0, IC-003088.2014.02.000/0, IC-003226.2014.02.000/6, IC-003244.2014.02.000/8, IC-003387.2014.02.000/7, IC-003649.2014.02.000/4, IC-003979.2014.02.000/5, IC-004435.2014.02.000/0, IC-004727.2014.02.000/6, IC-004855.2014.02.000/1, IC-005226.2014.02.000/2, IC-005258.2014.02.000/2, IC-005400.2014.02.000/1, IC-005574.2014.02.000/5, IC-005575.2014.02.000/0, IC-005601.2014.02.000/1, IC-006370.2014.02.000/7, IC-006383.2014.02.000/0, IC-006400.2014.02.000/0, IC-006439.2014.02.000/8, IC-000122.2014.02.001/6, IC-000288.2014.02.001/2, IC-000444.2014.02.001/8, IC-000141.2014.02.002/5, IC-000276.2014.02.002/7, IC-000285.2014.02.002/8, IC-000336.2014.02.002/6, IC-000430.2014.02.002/6, IC-000449.2014.02.002/0, IC-000568.2014.02.002/7, IC-000018.2014.02.004/1, IC-000049.2014.02.004/3, IC-000091.2014.02.004/6, IC-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

000093.2014.02.004/0, IC-000182.2014.02.004/2, IC-001571.2014.03.000/7, IC-002266.2014.03.000/4, IC-000214.2014.04.003/8, IC-000218.2014.04.003/3, IC-
000200.2014.02.004/0, IC-000204.2014.02.004/5, IC-002536.2014.03.000/7, IC-003024.2014.03.000/1, IC-000232.2014.04.003/7, IC-000261.2014.04.003/0, IC-
000075.2014.02.005/0, IC-000197.2014.02.005/2, IC-003483.2014.03.000/3, IC-000171.2014.03.001/8, IC-000272.2014.04.003/4, IC-000284.2014.04.003/4, IC-
000417.2014.02.005/9, IC-000088.2015.02.000/5, IC-000223.2014.03.001/2, IC-000238.2014.03.001/1, IC-000299.2014.04.003/8, IC-000336.2014.04.003/0, IC-
000141.2015.02.000/6, IC-000813.2015.02.000/4, IC-000575.2014.03.001/2, IC-000578.2014.03.001/1, IC-000363.2014.04.003/3, IC-000397.2014.04.003/9, IC-
001189.2015.02.000/9, IC-001298.2015.02.000/7, IC-000720.2014.03.001/4, IC-000723.2014.03.001/3, IC-000145.2014.04.004/6, IC-000247.2014.04.004/7, IC-
001354.2015.02.000/7, IC-001515.2015.02.000/1, IC-000864.2014.03.001/7, IC-000110.2014.03.002/9, IC-000287.2014.04.004/1, IC-000363.2014.04.004/0, IC-
001680.2015.02.000/6, IC-001958.2015.02.000/2, IC-000143.2014.03.003/0, IC-000097.2014.03.004/2, IC-000436.2014.04.004/5, IC-000480.2014.04.004/6, IC-
001982.2015.02.000/9, IC-002224.2015.02.000/9, IC-000099.2014.03.004/7, IC-000181.2014.03.005/0, IC-000027.2014.04.005/1, IC-000240.2014.04.005/7, IC-
002259.2015.02.000/5, IC-002432.2015.02.000/9, IC-000095.2014.03.006/1, IC-000287.2014.03.007/1, IC-000416.2014.04.006/6, IC-000172.2014.04.007/1, IC-
002464.2015.02.000/9, IC-002520.2015.02.000/9, IC-000522.2014.03.007/6, IC-000551.2014.03.007/1, IC-000261.2014.04.008/1, IC-000135.2015.04.000/4, IC-
002660.2015.02.000/1, IC-002692.2015.02.000/1, IC-000011.2014.03.008/0, IC-000168.2014.03.008/1, IC-000246.2015.04.000/0, IC-000286.2015.04.000/5, IC-
002752.2015.02.000/3, IC-002760.2015.02.000/9, PP-000300.2014.03.008/3, IC-000212.2014.03.009/6, IC-000374.2015.04.000/3, IC-000708.2015.04.000/0, IC-
002762.2015.02.000/0, IC-003000.2015.02.000/8, IC-000344.2015.03.000/3, IC-000888.2015.03.000/9, IC-001066.2015.04.000/4, IC-001140.2015.04.000/5, PP-
003166.2015.02.000/6, IC-003211.2015.02.000/4, IC-001254.2015.03.000/0, IC-001669.2015.03.000/3, IC-001178.2015.04.000/9, IC-001197.2015.04.000/5, IC-
003271.2015.02.000/2, IC-003418.2015.02.000/7, IC-001952.2015.03.000/0, IC-002025.2015.03.000/0, PP-001238.2015.04.000/0, IC-001270.2015.04.000/1, IC-
003435.2015.02.000/3, IC-003509.2015.02.000/3, PP-002156.2015.03.000/2, IC-002694.2015.03.000/3, IC-001278.2015.04.000/5, IC-001501.2015.04.000/4, IC-
003606.2015.02.000/4, PP-003758.2015.02.000/4, PP-003150.2015.03.000/8, IC-003167.2015.03.000/2, PP-001539.2015.04.000/7, PP-001540.2015.04.000/4, IC-
003844.2015.02.000/3, IC-003872.2015.02.000/1, IC-003293.2015.03.000/7, PP-003476.2015.03.000/5, PP-001548.2015.04.000/8, IC-001678.2015.04.000/4, NF-
003887.2015.02.000/5, IC-003920.2015.02.000/6, IC-003500.2015.03.000/5, IC-004114.2015.03.000/2, IC-001756.2015.04.000/8, IC-001911.2015.04.000/0, IC-
003926.2015.02.000/9, IC-004497.2015.02.000/0, IC-000135.2015.03.001/7, IC-000154.2015.03.001/5, PP-001918.2015.04.000/8, IC-001923.2015.04.000/7, PP-
004524.2015.02.000/7, IC-004865.2015.02.000/0, IC-000155.2015.03.001/1, IC-000244.2015.03.001/6, IC-001960.2015.04.000/6, IC-001990.2015.04.000/5, PP-
004876.2015.02.000/1, PP-004908.2015.02.000/5, IC-000320.2015.03.001/4, PP-000507.2015.03.001/0, IC-002026.2015.04.000/6, PP-002064.2015.04.000/0, IC-
004957.2015.02.000/1, IC-005168.2015.02.000/3, IC-000538.2015.03.001/9, IC-000560.2015.03.001/0, IC-002076.2015.04.000/8, IC-002107.2015.04.000/6, PP-
005175.2015.02.000/3, IC-005224.2015.02.000/3, IC-000601.2015.03.001/0, IC-000643.2015.03.001/2, IC-002146.2015.04.000/7, PP-002181.2015.04.000/4, IC-
005354.2015.02.000/0, IC-005370.2015.02.000/0, IC-000648.2015.03.001/4, IC-000720.2015.03.001/7, IC-002298.2015.04.000/6, PP-002315.2015.04.000/6, IC-
005514.2015.02.000/9, IC-005595.2015.02.000/5, PP-000791.2015.03.001/0, PP-000378.2015.03.002/2, IC-002341.2015.04.000/3, PP-002388.2015.04.000/7, IC-
005816.2015.02.000/1, PP-005909.2015.02.000/9, IC-000406.2015.03.002/0, PP-000848.2015.03.002/1, IC-002417.2015.04.000/4, IC-002581.2015.04.000/3, IC-
006009.2015.02.000/1, PP-006086.2015.02.000/6, PP-000289.2015.03.003/9, IC-000411.2015.03.003/2, IC-002597.2015.04.000/2, PP-002631.2015.04.000/9, NF-
006173.2015.02.000/0, IC-006254.2015.02.000/0, PP-000437.2015.03.003/6, IC-000443.2015.03.003/8, IC-002750.2015.04.000/3, PP-002816.2015.04.000/8, PP-
006303.2015.02.000/0, PP-006314.2015.02.000/2, IC-000052.2015.03.004/7, IC-000136.2015.03.004/6, IC-002945.2015.04.000/9, PP-002947.2015.04.000/0, PP-
006348.2015.02.000/3, PP-006425.2015.02.000/1, PP-000206.2015.03.004/2, IC-000254.2015.03.004/6, IC-002954.2015.04.000/0, IC-002958.2015.04.000/2, NF-
006451.2015.02.000/9, IC-006476.2015.02.000/9, PP-000263.2015.03.004/7, IC-000093.2015.03.005/0, IC-002961.2015.04.000/0, PP-002983.2015.04.000/3, NF-
006865.2015.02.000/6, PP-006898.2015.02.000/1, PP-000168.2015.03.005/1, IC-000169.2015.03.005/8, IC-003030.2015.04.000/9, PP-003053.2015.04.000/7, NF-
006968.2015.02.000/0, IC-007006.2015.02.000/3, IC-000233.2015.03.005/6, IC-000238.2015.03.005/8, IC-003101.2015.04.000/1, IC-003248.2015.04.000/2, PP-
007063.2015.02.000/5, PP-007238.2015.02.000/8, PP-000240.2015.03.005/4, PP-000305.2015.03.005/5, IC-003312.2015.04.000/8, NF-003326.2015.04.000/6, NF-
007272.2015.02.000/0, IC-007285.2015.02.000/3, IC-000141.2015.03.006/3, IC-000163.2015.03.006/0, IC-003353.2015.04.000/9, NF-003371.2015.04.000/1, NF-
007286.2015.02.000/9, PP-007351.2015.02.000/0, PP-000262.2015.03.006/2, PP-000372.2015.03.006/8, IC-003387.2015.04.000/0, NF-003408.2015.04.000/1, IC-
007409.2015.02.000/9, PP-007426.2015.02.000/5, PP-000269.2015.03.007/2, NF-000698.2015.03.007/6, IC-003430.2015.04.000/7, IC-003440.2015.04.000/3, NF-
007432.2015.02.000/0, IC-007512.2015.02.000/4, PP-000101.2015.03.008/6, IC-000035.2015.03.009/1, PP-003445.2015.04.000/0, PP-003448.2015.04.000/7, PP-
007558.2015.02.000/2, PP-007606.2015.02.000/7, IC-000376.2015.03.009/6, PP-000431.2015.03.009/0, IC-003471.2015.04.000/8, NF-003481.2015.04.000/4, PP-
007738.2015.02.000/4, PP-007911.2015.02.000/8, PP-000049.2015.03.010/3, PP-000341.2015.03.010/5, PP-003548.2015.04.000/4, PP-003566.2015.04.000/6, NF-
007969.2015.02.000/3, PP-008208.2015.02.000/7, PP-000414.2015.03.010/0, IC-000420.2015.03.010/2, NF-003579.2015.04.000/9, NF-003597.2015.04.000/1, NF-
008272.2015.02.000/9, PP-008401.2015.02.000/3, PP-000044.2016.03.000/0, NF-000148.2016.03.000/5, NF-003604.2015.04.000/4, NF-003618.2015.04.000/2, NF-
008621.2015.02.000/0, PP-008671.2015.02.000/2, IC-000182.2016.03.000/6, NF-000223.2016.03.000/7, NF-003637.2015.04.000/0, NF-003641.2015.04.000/3, NF-
008811.2015.02.000/9, PP-008817.2015.02.000/1, PP-000186.2016.03.001/2, NF-000221.2016.03.001/5, NF-003646.2015.04.000/0, NF-003647.2015.04.000/6, NF-
008878.2015.02.000/5, NF-009194.2015.02.000/3, PP-000051.2016.03.004/3, PP-000013.2016.03.006/9, NF-003648.2015.04.000/1, NF-003649.2015.04.000/7, NF-
009236.2015.02.000/3, PP-009330.2015.02.000/8, PP-000015.2016.03.007/5, NF-000021.2016.03.007/4, NF-003662.2015.04.000/1, NF-003664.2015.04.000/2, NF-
009340.2015.02.000/4, IC-009356.2015.02.000/3, NF-000034.2016.03.007/4, NF-000044.2016.03.007/7, NF-003667.2015.04.000/9, NF-003669.2015.04.000/0, NF-
009543.2015.02.000/5, PP-009596.2015.02.000/3, PP-000047.2016.03.007/9, NF-000066.2016.03.007/8, NF-003670.2015.04.000/7, PP-003677.2015.04.000/5, NF-
009645.2015.02.000/3, IC-009710.2015.02.000/4, IC-000073.2016.03.007/0, NF-000074.2016.03.007/7, NF-003679.2015.04.000/6, NF-003688.2015.04.000/7, NF-
000136.2015.02.001/1, IC-000236.2015.02.001/0, IC-000084.2016.03.007/5, NF-000109.2016.03.007/9, NF-003689.2015.04.000/2, IC-003716.2015.04.000/9, IC-
000600.2015.02.001/2, IC-000856.2015.02.001/3, IC-000111.2016.03.007/5, NF-000122.2016.03.007/9, NF-003718.2015.04.000/0, NF-003738.2015.04.000/2, PP-
000026.2015.02.002/5, IC-000038.2015.02.002/8, IC-000142.2016.03.007/8 - PRT 4ª Região-RS - IC-003745.2015.04.000/3, NF-003758.2015.04.000/5, IC-
000055.2015.02.002/2, IC-000056.2015.02.002/0, IC-000987.2007.04.000/4, IC-000453.2008.04.000/9, IC-003759.2015.04.000/1, NF-003762.2015.04.000/9, NF-
000080.2015.02.002/0, NF-000742.2015.02.002/3, NF-000114.2008.04.001/2, IC-000074.2008.04.005/9, IC-003769.2015.04.000/7, NF-003775.2015.04.000/2, NF-
000872.2015.02.002/3, NF-000885.2015.02.002/0, NF-000085.2008.04.005/4, IC-000032.2008.04.007/5, IC-003837.2015.04.000/4, NF-003842.2015.04.000/3, NF-
000886.2015.02.002/6, NF-000988.2015.02.002/7, NF-000060.2008.04.007/5, IC-000189.2009.04.001/8, IC-003873.2015.04.000/8, NF-003877.2015.04.000/0, NF-
000992.2015.02.002/6, NF-001000.2015.02.002/8, IC-000282.2009.04.001/1, IC-000388.2010.04.000/6, IC-003902.2015.04.000/5, NF-003928.2015.04.000/0, IC-
000198.2015.02.003/0, IC-000300.2015.02.003/9, PP-000109.2010.04.001/9, IC-000132.2010.04.001/6, IC-000100.2015.04.001/7, IC-000139.2015.04.001/4, IC-
000402.2015.02.003/0, IC-000149.2015.02.004/0, NF-000390.2010.04.001/3, IC-000056.2010.04.002/7, IC-000169.2015.04.001/0, IC-000231.2015.04.001/5, IC-
000234.2015.02.004/0, NF-000304.2015.02.004/6, IC-000329.2010.04.004/2, IC-000014.2010.04.006/7, IC-000267.2015.04.001/1, PP-000380.2015.04.001/1, IC-
000310.2015.02.005/0, IC-000384.2015.02.005/7, PP-000208.2010.04.006/5, IC-000167.2011.04.001/2, IC-000039.2015.04.002/5, IC-000061.2015.04.002/1, IC-
000524.2015.02.005/8, IC-000084.2016.02.000/0, NF-000347.2011.04.001/4, IC-000002.2011.04.004/7, IC-000072.2015.04.002/2, IC-000087.2015.04.002/7, IC-
000110.2016.02.000/0, IC-000521.2016.02.000/7, PP-000319.2011.04.006/0, IC-000459.2011.04.006/7, IC-000170.2015.04.002/8, IC-000202.2015.04.002/8, IC-
000581.2016.02.000/0, IC-000631.2016.02.000/2, PP-002011.2012.04.000/8, IC-000048.2012.04.001/9, IC-000237.2015.04.002/1, NF-000241.2015.04.002/0, PP-
000728.2016.02.000/8, PP-000854.2016.02.000/2, NF-000353.2012.04.001/9, IC-000609.2012.04.006/0, IC-000313.2015.04.002/9, PP-000330.2015.04.002/5, NF-
000896.2016.02.000/4, PP-000915.2016.02.000/8, PP-000824.2012.04.006/9, IC-000125.2012.04.008/0, IC-000333.2015.04.002/4, IC-000023.2015.04.003/3, IC-
000966.2016.02.000/0, PP-001052.2016.02.000/6, PP-000315.2012.04.008/9, IC-000204.2013.04.000/2, IC-000024.2015.04.003/1, IC-000046.2015.04.003/1, PP-
001076.2016.02.000/0, PP-001244.2016.02.000/5, PP-002213.2013.04.000/4, IC-002637.2013.04.000/8, IC-000082.2015.04.003/5, IC-000141.2015.04.003/5, IC-
001371.2016.02.000/5, PP-001480.2016.02.000/3, PP-000004.2013.04.001/4, IC-000063.2013.04.001/2, IC-000179.2015.04.003/5, PP-000294.2015.04.003/4, IC-
001626.2016.02.000/2, NF-000011.2016.02.002/4, NF-000115.2013.04.001/9, IC-000355.2013.04.001/8, IC-000299.2015.04.003/6, IC-000529.2015.04.003/0, IC-
000029.2016.02.002/0, NF-000043.2016.02.002/3, NF-000080.2013.04.002/9, IC-000293.2013.04.002/3, IC-000018.2015.04.004/9, IC-000072.2015.04.004/9, IC-
000052.2016.02.002/4, NF-000061.2016.02.002/5, NF-000359.2013.04.002/0, IC-000337.2013.04.003/4, IC-000177.2015.04.004/1, PP-000218.2015.04.004/2, IC-
000068.2016.02.002/6, NF-000094.2016.02.002/1, NF-000406.2013.04.003/4, IC-000007.2013.04.004/7, IC-000285.2015.04.004/4, PP-000333.2015.04.004/0, PP-
000097.2016.02.002/3, NF-000104.2016.02.002/0, NF-000192.2013.04.004/0, IC-000291.2013.04.004/2, IC-000346.2015.04.004/7, IC-000037.2015.04.005/5, IC-
000110.2016.02.002/2, NF-000117.2016.02.002/7, NF-000312.2013.04.004/9, IC-000345.2013.04.004/0, IC-000251.2015.04.005/0, IC-000081.2015.04.006/1, NF-
000194.2016.02.002/6 - PRT 3ª Região-MG - IC-000363.2013.04.004/1, IC-000387.2013.04.004/1, IC-000470.2015.04.006/5, NF-000531.2015.04.006/0, IC-
000147.2008.03.002/2, IC-000053.2008.03.004/0, IC-000071.2013.04.005/3, IC-000130.2013.04.006/6, IC-000039.2015.04.007/0, IC-000138.2015.04.007/3, IC-
000068.2008.03.005/7, IC-000049.2009.03.001/4, IC-000334.2013.04.006/8, IC-000347.2013.04.006/4, IC-000151.2015.04.007/0, PP-000354.2015.04.007/9, IC-
000155.2010.03.001/8, IC-000392.2010.03.003/6, IC-000717.2013.04.006/5, IC-000083.2013.04.007/0, IC-000432.2015.04.007/0, PP-000467.2015.04.007/0, IC-
000036.2010.03.005/3, IC-000135.2010.03.008/0, PP-000310.2013.04.007/9, IC-000315.2013.04.007/0, IC-000511.2015.04.007/4, PP-000546.2015.04.007/8, IC-
000418.2011.03.000/4, IC-000346.2011.03.001/6, IC-000163.2013.04.008/9, IC-000026.2014.04.000/3, IC-000161.2015.04.008/6, IC-000168.2015.04.008/0, IC-
000577.2011.03.001/0, IC-000681.2011.03.001/8, IC-000089.2014.04.000/0, IC-000157.2014.04.000/9, IC-000260.2015.04.008/8, IC-000263.2015.04.008/2, IC-
000140.2011.03.004/4, IC-000009.2011.03.009/4, IC-000516.2014.04.000/6, IC-000667.2014.04.000/7, IC-000304.2015.04.008/3, IC-000312.2015.04.008/8, NF-
000015.2011.03.009/0, IC-000065.2011.03.010/7, IC-000704.2014.04.000/2, IC-000808.2014.04.000/6, IC-000035.2016.04.000/1, NF-000043.2016.04.000/1, NF-
000118.2011.03.010/0, IC-000702.2012.03.000/6, IC-001065.2014.04.000/6, IC-001403.2014.04.000/6, IC-000052.2016.04.000/2, NF-000064.2016.04.000/5, NF-
001599.2012.03.000/0, IC-000323.2012.03.001/5, IC-001513.2014.04.000/0, IC-001651.2014.04.000/1, IC-000069.2016.04.000/1, NF-000097.2016.04.000/1, NF-
000363.2012.03.001/4, IC-000513.2012.03.001/4, IC-001705.2014.04.000/0, IC-001819.2014.04.000/4, IC-000106.2016.04.000/1, NF-000125.2016.04.000/0, NF-
000623.2012.03.001/0, IC-000217.2012.03.003/7, IC-001858.2014.04.000/4, IC-001864.2014.04.000/9, IC-000132.2016.04.000/8, NF-000179.2016.04.000/1, NF-
000051.2012.03.007/4, IC-000234.2012.03.008/7, IC-001896.2014.04.000/9, IC-001953.2014.04.000/4, IC-000192.2016.04.000/5, NF-000196.2016.04.000/0, NF-
000048.2012.03.009/0, IC-000227.2012.03.009/0, IC-002294.2014.04.000/2, IC-002302.2014.04.000/1, IC-000207.2016.04.000/6, NF-000210.2016.04.000/2, NF-
000277.2013.03.000/0, IC-000405.2013.03.000/3, IC-002532.2014.04.000/5, IC-002618.2014.04.000/2, IC-000249.2016.04.000/1, NF-000260.2016.04.000/5, PP-
001320.2013.03.000/3, IC-001535.2013.03.000/1, IC-002714.2014.04.000/8, IC-002856.2014.04.000/1, IC-000267.2016.04.000/0, PP-000281.2016.04.000/6, NF-
002393.2013.03.000/2, IC-002830.2013.03.000/4, IC-003260.2014.04.000/0, IC-003436.2014.04.000/8, IC-000291.2016.04.000/3, NF-000298.2016.04.000/1, PP-
000042.2013.03.003/0, IC-000217.2013.03.004/0, IC-000169.2014.04.001/7, IC-000225.2014.04.001/0, IC-000299.2016.04.000/4, NF-000303.2016.04.000/2, NF-
000314.2013.03.004/0, IC-000143.2013.03.007/1, IC-000365.2014.04.001/6, IC-000441.2014.04.001/2, IC-000309.2016.04.000/7, NF-000323.2016.04.000/3, NF-
000163.2013.03.007/6, IC-000038.2013.03.009/6, IC-000269.2014.04.002/2, IC-000419.2014.04.002/3, IC-000337.2016.04.000/6, NF-000359.2016.04.000/3, NF-
000342.2013.03.010/6, IC-000171.2014.03.000/7, IC-000084.2014.04.003/7, IC-000144.2014.04.003/7, IC-000361.2016.04.000/3, NF-000393.2016.04.000/4, NF-
000390.2014.03.000/1, IC-001296.2014.03.000/5, IC-000171.2014.04.003/0, IC-000180.2014.04.003/0, IC-000411.2016.04.000/1, NF-000415.2016.04.000/7, NF-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

000419.2016.04.000/2, NF-000440.2016.04.000/7, IC-000441.2016.04.000/7, NF-000466.2016.04.000/3, NF-000480.2016.04.000/6, NF-000499.2016.04.000/0, NF-000501.2016.04.000/2, NF-000505.2016.04.000/1, NF-000507.2016.04.000/4, NF-000524.2016.04.000/6, NF-000620.2016.04.000/2, NF-000634.2016.04.000/1, NF-000661.2016.04.000/4, NF-000699.2016.04.000/7, NF-000810.2016.04.000/8, NF-000892.2016.04.000/9, NF-000894.2016.04.000/1, NF-000937.2016.04.000/5, NF-001354.2016.04.000/0, IC-000028.2016.04.001/2, PP-000067.2016.04.001/4, NF-000001.2016.04.002/0, NF-000028.2016.04.002/9, NF-000048.2016.04.002/2, PP-000057.2016.04.002/0, NF-000063.2016.04.002/0, NF-000081.2016.04.002/1, NF-000088.2016.04.002/2, NF-000011.2016.04.004/6, NF-000052.2016.04.004/6, NF-000077.2016.04.004/9, NF-000078.2016.04.004/6 - PRT 5ª Região-BA - IC-000004.2007.05.007/7, IC-000178.2009.05.007/1, IC-000628.2010.05.000/9, IC-001245.2010.05.000/2, IC-000089.2010.05.005/1, IC-000200.2010.05.006/6, IC-000076.2010.05.007/5, IC-002120.2011.05.000/5, IC-002129.2011.05.000/4, IC-002281.2011.05.000/6, IC-000092.2011.05.001/5, IC-000003.2011.05.004/9, IC-000008.2011.05.005/2, IC-000273.2011.05.006/9, IC-000609.2011.05.006/9, IC-000196.2011.05.007/5, IC-000205.2011.05.007/1, IC-001097.2012.05.000/4, IC-001243.2012.05.000/5, IC-001313.2012.05.000/3, IC-001411.2012.05.000/0, IC-001571.2012.05.000/5, IC-002027.2012.05.000/8, IC-002101.2012.05.000/0, IC-000103.2012.05.001/8, IC-000015.2012.05.002/7, IC-000166.2012.05.004/3, IC-000297.2012.05.006/1, IC-000465.2012.05.006/3, IC-000125.2013.05.000/7, IC-000142.2013.05.000/2, IC-001140.2013.05.000/3, IC-001600.2013.05.000/4, IC-001870.2013.05.000/3, IC-002006.2013.05.000/1, IC-000121.2013.05.002/3, IC-000141.2013.05.003/9, IC-000061.2013.05.005/8, IC-000181.2013.05.005/0, IC-000258.2013.05.006/1, IC-000587.2013.05.006/1, IC-000021.2013.05.007/9, IC-000059.2013.05.007/1, IC-000073.2013.05.007/4, IC-000248.2014.05.000/1, IC-000569.2014.05.000/7, IC-000870.2014.05.000/1, IC-001011.2014.05.000/4, IC-001342.2014.05.000/0, PP-001608.2014.05.000/0, IC-001689.2014.05.000/6, IC-001886.2014.05.000/4, IC-001896.2014.05.000/0, IC-001898.2014.05.000/1, IC-001911.2014.05.000/0, IC-001925.2014.05.000/8, IC-001992.2014.05.000/6, IC-002098.2014.05.000/1, IC-002112.2014.05.000/5, IC-002324.2014.05.000/7, IC-002404.2014.05.000/1, IC-000118.2014.05.002/3, IC-000013.2014.05.003/1, IC-000370.2014.05.004/4, IC-000014.2014.05.005/2, IC-000064.2014.05.005/3, IC-000148.2014.05.005/8, IC-000169.2014.05.005/9, IC-000187.2014.05.005/0, IC-000202.2014.05.005/9, IC-000005.2014.05.006/4, IC-000084.2014.05.006/1, IC-000195.2014.05.006/6, IC-000240.2014.05.006/6, IC-000571.2014.05.006/9, IC-000563.2014.05.006/9, IC-000152.2014.05.007/9, IC-000183.2014.05.007/7, PP-000111.2015.05.000/0, IC-000126.2015.05.000/9, IC-000213.2015.05.000/0, IC-000373.2015.05.000/2, PP-000391.2015.05.000/4, IC-000486.2015.05.000/7, IC-000533.2015.05.000/0, IC-000861.2015.05.000/3, PP-000934.2015.05.000/9, PP-001292.2015.05.000/7, IC-001310.2015.05.000/2, IC-001343.2015.05.000/8, IC-001414.2015.05.000/1, IC-001421.2015.05.000/1, IC-001604.2015.05.000/0, IC-001770.2015.05.000/0, IC-001771.2015.05.000/5, IC-001819.2015.05.000/8, IC-001869.2015.05.000/0, PP-001893.2015.05.000/6, PP-002010.2015.05.000/9, IC-002022.2015.05.000/6, NF-002101.2015.05.000/5, PP-002229.2015.05.000/9, PP-002233.2015.05.000/2, IC-002267.2015.05.000/3, NF-002297.2015.05.000/2, PP-002384.2015.05.000/7, PP-002428.2015.05.000/8, IC-002435.2015.05.000/8, NF-002466.2015.05.000/2, NF-002470.2015.05.000/6, IC-002499.2015.05.000/8, PP-002543.2015.05.000/0, NF-002592.2015.05.000/7, NF-002840.2015.05.000/6, NF-002897.2015.05.000/6, IC-002901.2015.05.000/3, NF-002934.2015.05.000/9, PP-003039.2015.05.000/9, PP-003055.2015.05.000/0, PP-003093.2015.05.000/4, IC-000012.2015.05.001/4, IC-000246.2015.05.001/2, IC-000340.2015.05.001/2, IC-000383.2015.05.001/0, IC-000142.2015.05.002/0, IC-000076.2015.05.003/6, IC-000012.2015.05.004/5, IC-000110.2015.05.004/2, IC-000009.2015.05.005/9, IC-000041.2015.05.005/9, IC-000082.2015.05.006/0, IC-000359.2015.05.006/1, IC-000367.2015.05.006/6, IC-000514.2015.05.006/7, IC-000557.2015.05.006/5, IC-000645.2015.05.006/3, NF-000043.2016.05.000/8, NF-000071.2016.05.000/8, NF-000147.2016.05.000/2, PP-000235.2016.05.000/0, NF-000240.2016.05.000/6, NF-000279.2016.05.000/5, NF-000307.2016.05.000/0, IC-000386.2016.05.000/1, NF-000403.2016.05.000/2, NF-000436.2016.05.000/3, NF-000470.2016.05.000/4, NF-000482.2016.05.000/4, NF-000492.2016.05.000/1, NF-000515.2016.05.000/0, NF-000542.2016.05.000/3, IC-000016.2016.05.001/7 - PRT 6ª Região-PE - IC-000198.2004.06.000/8, IC-000905.2007.06.000/7, IC-000710.2008.06.000/9, IC-000840.2009.06.000/1, IC-000220.2010.06.000/7, IC-002361.2011.06.000/1, IC-000207.2012.06.000/2, IC-000686.2012.06.000/7, IC-001315.2012.06.000/5, IC-001899.2012.06.000/4, IC-000966.2013.06.000/0, IC-001073.2013.06.000/2, IC-001172.2013.06.000/4, IC-001859.2013.06.000/0, IC-001937.2013.06.000/4, IC-000015.2014.06.000/3, IC-000146.2014.06.000/2, IC-000166.2014.06.000/7, IC-000532.2014.06.000/2, IC-000571.2014.06.000/5, PP-000794.2014.06.000/5, IC-000887.2014.06.000/5, IC-001252.2014.06.000/0, PP-001304.2014.06.000/7, IC-001425.2014.06.000/2, IC-001560.2014.06.000/8, IC-001857.2014.06.000/1, IC-001997.2014.06.000/4, IC-002102.2014.06.000/0, IC-002253.2014.06.000/4, IC-002255.2014.06.000/5, IC-002458.2014.06.000/6, IC-000325.2014.06.001/9, IC-000217.2014.06.002/7, IC-000433.2014.06.002/2, IC-000465.2014.06.002/7, IC-000087.2015.06.000/9, IC-000249.2015.06.000/2, IC-000310.2015.06.000/1, IC-000390.2015.06.000/0, IC-000519.2015.06.000/5, IC-000671.2015.06.000/6, IC-000748.2015.06.000/7, IC-000871.2015.06.000/2, PP-000887.2015.06.000/8, PP-001098.2015.06.000/6, IC-001412.2015.06.000/1, NF-001526.2015.06.000/7, IC-001596.2015.06.000/1, IC-001738.2015.06.000/9, IC-001763.2015.06.000/0, PP-002001.2015.06.000/9, IC-002095.2015.06.000/8, IC-002164.2015.06.000/0, IC-002296.2015.06.000/8, IC-000115.2015.06.001/8, IC-000192.2015.06.001/7, PP-000196.2015.06.001/2, IC-000232.2015.06.001/1, IC-000308.2015.06.001/6, IC-000338.2015.06.001/8, IC-000339.2015.06.001/4, IC-000350.2015.06.001/1, NF-000372.2015.06.001/9, IC-000047.2015.06.002/0, IC-000100.2015.06.002/0, IC-000122.2015.06.002/7, IC-000168.2015.06.002/4, IC-000223.2015.06.002/1, IC-000323.2015.06.002/0, IC-000362.2015.06.002/2, IC-000379.2015.06.002/4, NF-000002.2016.06.001/9, NF-000017.2016.06.001/7, NF-000020.2016.06.001/4, NF-000022.2016.06.001/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-001691.2006.07.000/1, IC-002192.2007.07.000/0, IC-000300.2008.07.001/1, IC-000265.2008.07.002/0, IC-000281.2008.07.003/0, IC-001773.2009.07.000/2, IC-000445.2011.07.000/4, IC-000829.2012.07.000/0, IC-000931.2012.07.000/5, IC-000150.2013.07.002/2, IC-000029.2013.07.003/5, IC-000559.2014.07.000/3, IC-001094.2014.07.000/3, IC-001303.2014.07.000/3, PP-001356.2014.07.000/1, IC-001558.2014.07.000/7, IC-001583.2014.07.000/8, IC-001585.2014.07.000/0, IC-001607.2014.07.000/7, IC-001671.2014.07.000/9, IC-001681.2014.07.000/5, IC-001714.2014.07.000/4, IC-000035.2014.07.001/4, IC-000103.2014.07.001/8, IC-000110.2014.07.001/6, IC-000114.2014.07.001/1, IC-000119.2014.07.001/3, IC-000126.2014.07.001/1, IC-000159.2014.07.001/2, PP-000187.2014.07.001/1, IC-000192.2014.07.001/7, IC-000076.2014.07.002/6, IC-000183.2014.07.002/6, IC-000195.2014.07.002/4, IC-000029.2014.07.003/9, IC-000113.2014.07.003/1, IC-000217.2015.07.000/3, IC-000320.2015.07.000/4, IC-000586.2015.07.000/2, IC-000632.2015.07.000/9, IC-000647.2015.07.000/8, IC-000867.2015.07.000/9, IC-001212.2015.07.000/9, PP-001236.2015.07.000/3, IC-001324.2015.07.000/3, PP-001363.2015.07.000/3, IC-001257.2015.08.000/1, PP-001345.2015.08.000/1, IC-001415.2015.08.000/0, PP-001743.2015.08.000/0, IC-000103.2015.08.002/2, IC-000120.2015.08.002/8, IC-000147.2015.08.002/0, IC-000192.2015.08.002/1, PP-000249.2015.08.002/5, IC-000269.2015.08.002/0, IC-000283.2015.08.002/6, IC-000286.2015.08.002/5, IC-000322.2015.08.002/7, IC-000171.2015.08.003/6 - PRT 9ª Região-PR - IC-002349.2008.09.000/0, IC-000440.2009.09.000/6, IC-001580.2009.09.000/5, IC-000244.2009.09.007/2, IC-001364.2010.09.000/0, IC-000772.2010.09.001/3, IC-000464.2011.09.003/9, PP-000106.2012.09.000/3, IC-001589.2012.09.000/9, IC-002061.2012.09.000/4, IC-002502.2012.09.000/8, IC-002583.2012.09.000/4, IC-000510.2012.09.001/6, IC-000304.2012.09.003/0, IC-000587.2012.09.003/3, IC-001657.2013.09.000/8, IC-001711.2013.09.000/7, IC-000095.2013.09.001/5, IC-000558.2013.09.001/9, IC-000335.2013.09.003/0, IC-000476.2013.09.003/4, IC-000734.2013.09.003/7, IC-000089.2013.09.004/1, IC-000105.2013.09.005/4, IC-000219.2013.09.005/5, IC-000099.2013.09.006/3, IC-000109.2013.09.007/1, IC-000323.2014.09.000/0, IC-000681.2014.09.000/6, IC-001253.2014.09.000/9, IC-001284.2014.09.000/3, IC-001457.2014.09.000/5, IC-001531.2014.09.000/7, IC-001699.2014.09.000/6, IC-001743.2014.09.000/9, IC-001797.2014.09.000/2, IC-001860.2014.09.000/2, IC-002057.2014.09.000/4, IC-002201.2014.09.000/4, PP-002286.2014.09.000/2, IC-000245.2014.09.003/2, IC-000274.2014.09.003/8, IC-000515.2014.09.003/4, IC-000574.2014.09.003/2, IC-000325.2014.09.004/7, IC-000138.2014.09.005/8, IC-000156.2014.09.005/0, IC-000004.2014.09.006/0, IC-000181.2014.09.006/0, IC-000208.2014.09.006/5, IC-000056.2014.09.007/4, IC-000178.2014.09.007/3, IC-000242.2014.09.007/7, IC-000051.2014.09.009/1, IC-000196.2014.09.009/0, IC-000188.2015.09.000/2, IC-000200.2015.09.000/1, IC-000346.2015.09.000/7, PP-000440.2015.09.000/7, IC-000539.2015.09.000/5, IC-000552.2015.09.000/5, IC-000793.2015.09.000/7, IC-000823.2015.09.000/4, IC-000933.2015.09.000/0, NF-000953.2015.09.000/4, IC-001002.2015.09.000/9, IC-001047.2015.09.000/1, IC-001086.2015.09.000/1, IC-001099.2015.09.000/4, PP-001175.2015.09.000/7, IC-001307.2015.09.000/8, IC-001386.2015.09.000/3, PP-001410.2015.09.000/3, IC-001522.2015.09.000/8, PP-001525.2015.09.000/4, IC-001604.2015.09.000/3, PP-001933.2015.09.000/9, PP-001964.2015.09.000/3, PP-002803.2015.09.000/0, PP-002844.2015.09.000/1, PP-003054.2015.09.000/8, PP-003086.2015.09.000/8, IC-003135.2015.09.000/8, IC-003149.2015.09.000/6, PP-003171.2015.09.000/1, IC-003266.2015.09.000/0, PP-003278.2015.09.000/7, PP-003402.2015.09.000/4, PP-003404.2015.09.000/5, PP-003486.2015.09.000/7, PP-003495.2015.09.000/8, NF-003500.2015.09.000/0, IC-000010.2015.09.001/0, IC-000040.2015.09.001/5, IC-000098.2015.09.001/4, IC-000272.2015.09.001/6, IC-000299.2015.09.001/5, IC-000010.2015.09.003/4, IC-000107.2015.09.003/0, PP-000150.2015.09.003/2, PP-000257.2015.09.003/4, IC-000267.2015.09.003/2, NF-000315.2015.09.003/0, IC-000374.2015.09.003/9, PP-000401.2015.09.003/6, PP-000410.2015.09.003/8, PP-000491.2015.09.003/2, IC-000495.2015.09.003/7, PP-000497.2015.09.003/0, PP-000501.2015.09.003/5, PP-000637.2015.09.003/3, PP-000661.2015.09.003/7, IC-000004.2015.09.004/0, IC-000251.2015.09.004/8, IC-000054.2015.09.005/0, IC-000059.2015.09.005/6, IC-000084.2015.09.005/4, IC-000090.2015.09.005/3, IC-000109.2015.09.005/5, IC-000193.2015.09.005/2, IC-000281.2015.09.005/0, IC-000063.2015.09.006/2, IC-000119.2015.09.006/3, IC-000128.2015.09.006/4, IC-000152.2015.09.006/8, IC-000178.2015.09.006/0, IC-000210.2015.09.006/4, IC-000228.2015.09.006/2, IC-000258.2015.09.006/4, IC-000268.2015.09.006/1, IC-000274.2015.09.006/3, IC-000086.2015.09.007/2, IC-000113.2015.09.007/6, IC-000116.2015.09.007/5, PP-000169.2015.09.007/5, IC-000196.2015.09.007/3, IC-000227.2015.09.007/7, IC-000111.2015.09.008/4, IC-000224.2015.09.008/9, IC-000256.2015.09.008/4, IC-000024.2015.09.009/2, IC-000163.2015.09.009/4, IC-000019.2016.09.000/8, PP-000020.2016.09.000/0, PP-000021.2016.09.000/8, NF-000030.2016.09.000/9, NF-000043.2016.09.000/9, NF-000134.2016.09.000/3, NF-000276.2016.09.000/3, NF-000286.2016.09.000/0, NF-000317.2016.09.000/4, PP-000385.2016.09.000/2, NF-000599.2016.09.000/1, IC-000003.2016.09.006/1, IC-000011.2016.09.006/0, IC-000031.2016.09.006/7, PP-000028.2016.09.007/1, NF-000039.2016.09.007/7, IC-000005.2016.09.008/9, NF-000008.2016.09.010/9, PP-000023.2016.09.010/4 - PRT 10ª Região-DF - IC-000089.2003.10.000/8, IC-000623.2004.10.000/7, IC-000730.2011.10.000/9, IC-001189.2011.10.000/0, IC-000281.2012.10.000/3, IC-000320.2012.10.000/1, IC-000685.2012.10.000/1, IC-001117.2012.10.000/7, IC-000026.2012.10.003/0, IC-000461.2013.10.000/8, IC-000659.2013.10.000/8, IC-000719.2013.10.000/7, IC-000789.2013.10.000/8, IC-000800.2013.10.000/0, IC-000873.2013.10.000/0, IC-000970.2013.10.000/0, IC-001050.2013.10.000/9, IC-001087.2013.10.000/6, IC-000147.2013.10.001/5, IC-000011.2013.10.002/9, IC-000128.2013.10.003/3, IC-000179.2013.10.003/6, IC-000008.2014.10.000/8, IC-000153.2014.10.000/1, IC-000159.2014.10.000/0, IC-

TEXTO SEM VALOR COMPROBATÓRIO - PROIBIDA A VENDA POR ASSINANTES

000234.2014.10.000/1, IC-000400.2014.10.000/0, IC-
000542.2014.10.000/0, IC-000638.2014.10.000/0, IC-
000712.2014.10.000/5, IC-000905.2014.10.000/3, IC-
000966.2014.10.000/3, IC-000994.2014.10.000/2, IC-
001016.2014.10.000/8, IC-001244.2014.10.000/0, IC-
001253.2014.10.000/1, IC-001355.2014.10.000/0, IC-
001428.2014.10.000/4, IC-001482.2014.10.000/0, IC-
001719.2014.10.000/5, IC-001744.2014.10.000/7, IC-
001761.2014.10.000/3, IC-001780.2014.10.000/0, IC-
002223.2014.10.000/0, IC-002368.2014.10.000/0, IC-
000058.2014.10.003/7, IC-000108.2014.10.003/1, IC-
000140.2014.10.003/0, IC-000088.2015.10.000/2, IC-
000155.2015.10.000/7, IC-000277.2015.10.000/2, PP-
000581.2015.10.000/6, IC-000587.2015.10.000/4, IC-
000623.2015.10.000/3, IC-000702.2015.10.000/0, IC-
000766.2015.10.000/0, IC-000914.2015.10.000/7, IC-
000938.2015.10.000/7, IC-001036.2015.10.000/2, IC-
001051.2015.10.000/8, IC-001244.2015.10.000/2, IC-
001340.2015.10.000/8, IC-001357.2015.10.000/2, IC-
001405.2015.10.000/7, IC-001432.2015.10.000/0, IC-
001554.2015.10.000/0, PP-001568.2015.10.000/9, PP-
001600.2015.10.000/4, IC-001621.2015.10.000/2, IC-
001912.2015.10.000/3, PP-001919.2015.10.000/1, IC-
001926.2015.10.000/1, IC-002235.2015.10.000/0, IC-
002273.2015.10.000/4, PP-002300.2015.10.000/0, IC-
002305.2015.10.000/8, IC-002323.2015.10.000/0, IC-
002357.2015.10.000/0, PP-002382.2015.10.000/2, PP-
002423.2015.10.000/7, IC-002428.2015.10.000/4, PP-
002444.2015.10.000/5, PP-002506.2015.10.000/8, IC-
002531.2015.10.000/0, PP-002576.2015.10.000/2, PP-
002636.2015.10.000/4, IC-002653.2015.10.000/0, PP-
002662.2015.10.000/1, IC-002764.2015.10.000/0, NF-
002795.2015.10.000/4, PP-000181.2015.10.001/1, IC-
000084.2015.10.002/5, IC-000170.2015.10.002/6, NF-
000213.2015.10.002/0, NF-000214.2015.10.002/6, NF-
000232.2015.10.002/8, IC-000029.2016.10.000/4, IC-
000084.2016.10.000/7, NF-000116.2016.10.000/7, NF-
000150.2016.10.000/8, NF-000280.2016.10.000/8, NF-
000332.2016.10.000/2, NF-000008.2016.10.002/0 - PRT 11ª Região-
AM - IC-000862.2008.11.000/8, IC-002041.2008.11.000/0, IC-
000347.2012.11.000/1, IC-000450.2012.11.000/2, IC-
001313.2012.11.000/8, IC-000025.2012.11.001/3, IC-
000355.2013.11.000/9, IC-000682.2013.11.000/6, IC-
000688.2013.11.000/4, IC-000178.2013.11.001/4, IC-
000110.2014.11.000/4, IC-000203.2014.11.000/4, IC-
000224.2014.11.000/5, IC-000603.2014.11.000/7, IC-
001039.2014.11.000/5, IC-001390.2014.11.000/6, IC-
001417.2014.11.000/0, IC-000029.2014.11.001/0, IC-
000179.2014.11.001/3, IC-000212.2014.11.001/3, IC-
000221.2014.11.001/4, IC-000014.2015.11.000/8, IC-
000301.2015.11.000/2, IC-000406.2015.11.000/2, IC-
000549.2015.11.000/9, IC-000865.2015.11.000/2, IC-
001030.2015.11.000/8, IC-001272.2015.11.000/9, IC-
001506.2015.11.000/8, IC-001510.2015.11.000/1, IC-
001542.2015.11.000/1, IC-000006.2015.11.001/0, NF-
000015.2016.11.000/9 - PRT 12ª Região-SC - IC-
001065.2010.12.000/3, IC-001395.2010.12.000/4, IC-
000237.2011.12.002/0, IC-000054.2011.12.003/0, IC-
000061.2011.12.003/7, IC-000018.2011.12.004/8, IC-
000023.2011.12.004/0, IC-000813.2012.12.000/6, PP-
000164.2012.12.005/2, IC-000051.2012.12.006/5, IC-
000481.2013.12.000/4, IC-000799.2013.12.000/7, IC-
000929.2013.12.000/2, IC-000933.2013.12.000/1, IC-
000943.2013.12.000/9, IC-000962.2013.12.000/7, IC-
000999.2013.12.000/3, IC-000295.2013.12.001/9, IC-
000487.2013.12.001/0, IC-000141.2013.12.002/7, IC-
000144.2013.12.003/4, IC-000180.2013.12.003/8, IC-
000141.2013.12.004/3, IC-000217.2013.12.004/8, IC-
000582.2014.12.000/1, IC-000630.2014.12.000/0, IC-
000643.2014.12.000/7, IC-000660.2014.12.000/2, IC-
000664.2014.12.000/8, IC-000952.2014.12.000/2, PP-
000968.2014.12.000/8, IC-000996.2014.12.000/7, PP-
001010.2014.12.000/1, IC-001160.2014.12.000/0, IC-
001235.2014.12.000/6, IC-001285.2014.12.000/8, IC-
000019.2014.12.001/3, IC-000237.2014.12.002/5, IC-
000344.2014.12.002/1, IC-000018.2014.12.004/9, IC-
000085.2014.12.006/6, IC-000102.2015.12.000/3, PP-
000237.2015.12.000/5, IC-000535.2015.12.000/7, IC-
000561.2015.12.000/3, IC-000598.2015.12.000/0, IC-
000611.2015.12.000/5, PP-000757.2015.12.000/0, IC-
000836.2015.12.000/8, PP-000842.2015.12.000/0, PP-
000845.2015.12.000/9, PP-001034.2015.12.000/8, IC-
001401.2015.12.000/1, PP-001422.2015.12.000/0, PP-
001435.2015.12.000/2, PP-001439.2015.12.000/4, PP-
001583.2015.12.000/0, IC-000202.2015.12.001/0, IC-
000436.2015.12.001/3, IC-000610.2015.12.001/7, IC-
000182.2015.12.002/8, PP-000172.2015.12.003/3, IC-
000242.2015.12.004/3, IC-000072.2015.12.005/0, NF-
000196.2016.12.001/5, IC-000008.2016.12.006/3 - PRT 13ª Região-
PB - IC-000252.2011.13.000/8, IC-000520.2011.13.000/8, IC-
000558.2011.13.000/0, IC-000738.2011.13.000/2, IC-
000045.2012.13.000/2, IC-000491.2012.13.000/0, IC-
000037.2013.13.000/2, IC-000147.2013.13.000/0, IC-
000201.2013.13.000/0, IC-000316.2013.13.000/8, IC-
000474.2013.13.000/7, IC-000592.2013.13.000/7, IC-
000683.2013.13.000/4, IC-001168.2013.13.000/0, IC-
001484.2013.13.000/3, IC-000047.2013.13.002/2, IC-
000088.2013.13.002/2, IC-000035.2014.13.000/1, IC-
000373.2014.13.000/5, PP-000376.2014.13.000/4, PP-
000456.2014.13.000/8, IC-001123.2014.13.000/0, IC-
001491.2014.13.000/5, PP-000046.2014.13.002/9, IC-
000199.2014.13.002/8, IC-000207.2014.13.002/8, IC-
000255.2015.13.000/8, PP-000542.2015.13.000/6, NF-
001420.2015.13.000/7, NF-001622.2015.13.000/2, NF-
001739.2015.13.000/4, NF-001824.2015.13.000/8, IC-
000090.2015.13.001/9, IC-000125.2015.13.001/6, IC-
000335.2015.13.001/0, IC-000341.2015.13.001/1, PP-
000378.2015.13.001/8, IC-000400.2015.13.001/4, IC-
000464.2015.13.001/3, IC-000021.2015.13.002/0, IC-
000024.2015.13.002/1, PP-000039.2015.13.002/6, PP-
000102.2015.13.002/0, PP-000104.2015.13.002/3, PP-
000124.2015.13.002/8, PP-000149.2015.13.002/4, PP-
000185.2015.13.002/8, PP-000186.2015.13.002/4, IC-
000214.2015.13.002/9, PP-000231.2015.13.002/4, PP-
000288.2015.13.002/5, PP-000293.2015.13.002/0, PP-
000303.2015.13.002/3, PP-000313.2015.13.002/0, PP-
000321.2015.13.002/5, PP-000328.2015.13.002/0, IC-
000354.2015.13.002/6, IC-000371.2015.13.002/1, IC-
000383.2015.13.002/8, IC-000432.2015.13.002/7, IC-
000481.2015.13.002/3, NF-000110.2016.13.000/1, IC-
000156.2016.13.000/9 - PRT 14ª Região-RO - IC-
000319.2008.14.000/8, IC-000179.2011.14.000/0, IC-
000283.2011.14.000/7, IC-000458.2012.14.000/6, IC-
000171.2012.14.001/0, IC-000161.2013.14.000/7, IC-
000304.2013.14.000/9, IC-000503.2013.14.000/9, IC-
000697.2013.14.000/8, IC-000849.2013.14.000/0, IC-
000100.2013.14.001/5, IC-000127.2013.14.001/4, IC-
000132.2013.14.001/0, IC-000224.2013.14.001/3, IC-
000235.2013.14.001/7, IC-000086.2014.14.000/1, IC-
000142.2014.14.000/1, IC-000181.2014.14.000/4, IC-
000404.2014.14.000/0, IC-000477.2014.14.000/0, IC-
000538.2014.14.000/5, IC-000594.2014.14.000/3, IC-
000597.2014.14.000/2, PP-000607.2014.14.000/5, IC-
000780.2014.14.000/7, IC-000836.2014.14.000/7, IC-
000866.2014.14.000/9, IC-000923.2014.14.000/9, IC-
000935.2014.14.000/9, IC-000952.2014.14.000/4, IC-
000953.2014.14.000/0, IC-000119.2014.14.001/2, IC-
000281.2014.14.001/0, IC-000326.2014.14.001/7, IC-
000331.2014.14.001/2, IC-000140.2014.14.002/5, IC-
000141.2014.14.002/1, IC-000239.2014.14.002/3, IC-
000018.2015.14.000/2, IC-000026.2015.14.000/6, IC-
000175.2015.14.000/5, IC-000208.2015.14.000/1, IC-
000283.2015.14.000/8, IC-000361.2015.14.000/9, IC-
000516.2015.14.000/0, IC-000558.2015.14.000/2, IC-
000588.2015.14.000/4, IC-000651.2015.14.000/6, IC-
000697.2015.14.000/3, PP-000811.2015.14.000/3, NF-
000973.2015.14.000/8, NF-001026.2015.14.000/9, NF-
001064.2015.14.000/3, IC-000037.2015.14.001/2, IC-
000072.2015.14.001/9, IC-000076.2015.14.001/8, IC-
000100.2015.14.001/0, IC-000101.2015.14.001/7, NF-
000005.2016.14.000/3, NF-000037.2016.14.000/5, NF-
000040.2016.14.000/2, NF-000077.2016.14.000/8 - PRT 15ª Região-
Campinas - IC-000782.2005.15.000/8, IC-001351.2010.15.000/1, IC-
001588.2010.15.000/3, PP-001025.2011.15.000/4, IC-
000781.2011.15.001/4, IC-000489.2011.15.005/3, IC-
000480.2012.15.000/8, IC-001696.2012.15.000/0, IC-
000193.2012.15.001/8, IC-000498.2012.15.001/4, IC-
000695.2012.15.001/1, IC-000038.2013.15.001/4, IC-
000086.2013.15.001/0, IC-000153.2013.15.001/1, IC-
000233.2013.15.001/5, IC-000302.2013.15.001/5, IC-
000637.2013.15.003/0, IC-000097.2013.15.006/0, IC-
000702.2013.15.006/9, IC-000454.2013.15.008/0, IC-
000176.2014.15.000/0, IC-000388.2014.15.000/6, IC-
000879.2014.15.000/6, IC-001204.2014.15.000/6, IC-
001230.2014.15.000/3, PP-001441.2014.15.000/0, IC-
001541.2014.15.000/7, IC-001551.2014.15.000/3, IC-
002304.2014.15.000/1, IC-002352.2014.15.000/2, IC-
002378.2014.15.000/8, IC-002478.2014.15.000/5, IC-
002707.2014.15.000/7, IC-002985.2014.15.000/1, IC-
003236.2014.15.000/2, IC-003393.2014.15.000/1, IC-
000464.2014.15.001/2, IC-000503.2014.15.001/0, IC-
000510.2014.15.001/9, IC-000784.2014.15.001/1, IC-
000792.2014.15.001/6, IC-000889.2014.15.001/1, PP-
001132.2014.15.001/4, IC-001204.2014.15.001/3, IC-
000508.2014.15.002/0, IC-000598.2014.15.003/4, PP-
000061.2014.15.004/4, IC-000064.2014.15.006/8, IC-
000532.2014.15.006/6, IC-000569.2014.15.006/2, IC-
000682.2014.15.006/1, IC-000728.2014.15.006/4, IC-
000828.2014.15.006/2, IC-000193.2014.15.007/2, IC-
000276.2014.15.007/5, IC-000298.2014.15.007/2, IC-
000408.2014.15.007/3, IC-000529.2014.15.007/2, IC-
000562.2014.15.007/7, IC-000232.2014.15.008/9, IC-
000158.2015.15.000/0, IC-000234.2015.15.000/9, IC-
000268.2015.15.000/6, IC-000558.2015.15.000/3, IC-
000703.2015.15.000/1, IC-000792.2015.15.000/0, IC-
000996.2015.15.000/2, IC-001311.2015.15.000/5, IC-
001361.2015.15.000/7, IC-001425.2015.15.000/0, IC-
001471.2015.15.000/0, IC-001511.2015.15.000/0, IC-
001735.2015.15.000/9, PP-001804.2015.15.000/1, IC-
001821.2015.15.000/8, PP-001834.2015.15.000/0, IC-
001880.2015.15.000/0, IC-002048.2015.15.000/9, PP-
002101.2015.15.000/2, PP-002147.2015.15.000/0, PP-
002184.2015.15.000/0, PP-002192.2015.15.000/5, PP-
002209.2015.15.000/3, IC-002216.2015.15.000/3, IC-
002295.2015.15.000/9, PP-002323.2015.15.000/0, PP-
002394.2015.15.000/0, PP-002400.2015.15.000/9, IC-
002409.2015.15.000/8, PP-002459.2015.15.000/0, IC-
002483.2015.15.000/6, IC-002580.2015.15.000/7, PP-
002703.2015.15.000/7, PP-002807.2015.15.000/6, NF-
002860.2015.15.000/6, IC-002878.2015.15.000/6, IC-
002900.2015.15.000/5, PP-002918.2015.15.000/5, PP-
002973.2015.15.000/6, PP-003081.2015.15.000/4, PP-
003147.2015.15.000/9, PP-003212.2015.15.000/0, IC-
003222.2015.15.000/6, PP-003282.2015.15.000/4, PP-
003387.2015.15.000/9, PP-003463.2015.15.000/1, PP-
003484.2015.15.000/0, PP-003530.2015.15.000/3, PP-
003535.2015.15.000/0, NF-003540.2015.15.000/0, PP-
003586.2015.15.000/8, PP-000849.2015.15.001/5, PP-
001017.2015.15.001/3, PP-001071.2015.15.001/9, PP-
001081.2015.15.001/5, PP-001090.2015.15.001/6, IC-
000198.2015.15.002/6, IC-000331.2015.15.002/4, IC-
000462.2015.15.002/0, IC-000607.2015.15.002/5, IC-
000770.2015.15.002/0, PP-000772.2015.15.002/2, IC-
000251.2015.15.003/9, IC-000308.2015.15.003/5, IC-
000568.2015.15.003/5, PP-000656.2015.15.003/3, IC-
000137.2015.15.004/2, IC-000131.2015.15.005/2, IC-
000174.2015.15.005/0, IC-000177.2015.15.005/0, IC-
000313.2015.15.005/7, IC-000315.2015.15.005/0, IC-
000322.2015.15.005/8, IC-000431.2015.15.005/7, IC-
000120.2015.15.006/7, PP-000442.2015.15.006/9, IC-
000475.2015.15.006/0, IC-000506.2015.15.006/3, PP-
000527.2015.15.006/4, PP-000583.2015.15.006/2, PP-
000684.2015.15.006/7, IC-000756.2015.15.006/5, IC-
000886.2015.15.006/6, IC-000889.2015.15.006/5, IC-
000977.2015.15.006/3, IC-000077.2015.15.007/2, IC-
000113.2015.15.007/7, IC-000210.2015.15.007/6, IC-
000241.2015.15.007/4, PP-000324.2015.15.007/7, IC-
000387.2015.15.007/0, PP-000422.2015.15.007/2, IC-
000454.2015.15.007/7, IC-000524.2015.15.007/3, IC-
000528.2015.15.007/9, PP-000561.2015.15.007/3, IC-
000584.2015.15.007/7, IC-000171.2015.15.008/6, IC-
000375.2015.15.008/8, IC-000390.2015.15.008/0, IC-
000522.2015.15.008/4, IC-000567.2015.15.008/0, IC-
000606.2015.15.008/8, IC-000700.2015.15.008/8, PP-
000719.2015.15.008/2, NF-000043.2016.15.000/6, PP-
000155.2016.15.000/4, NF-000170.2016.15.000/7, NF-
000272.2016.15.000/8, PP-000286.2016.15.000/0, PP-
000298.2016.15.000/0, PP-000310.2016.15.000/0, NF-
000323.2016.15.000/6, NF-000464.2016.15.000/0, PP-
000040.2016.15.001/5, NF-000087.2016.15.001/9, NF-
000044.2016.15.003/6, NF-000086.2016.15.003/3, IC-
000036.2016.15.005/4, NF-000140.2016.15.007/2 - PRT 16ª Região-
MA - IC-000085.2009.16.002/3, IC-000692.2012.16.000/5, IC-
000389.2012.16.001/6, IC-000090.2013.16.000/6, IC-
000259.2013.16.001/9, IC-000065.2013.16.002/0, IC-
000009.2014.16.000/2, IC-000429.2014.16.000/8, IC-
000617.2014.16.000/4, IC-000619.2014.16.000/7, IC-
000765.2014.16.000/6, IC-000158.2014.16.002/5, IC-
000014.2015.16.000/7, IC-000103.2015.16.000/3, IC-
000648.2015.16.000/5, IC-000124.2015.16.001/2, IC-
000236.2015.16.001/0, NF-000109.2015.16.002/8, NF-
000121.2015.16.002/1, NF-000087.2015.16.003/9, NF-
000109.2016.16.000/4, NF-000221.2016.16.000/6, NF-
000016.2016.16.002/7, NF-000018.2016.16.002/1, NF-
000021.2016.16.002/9 - PRT 17ª Região-ES - IC-
000204.2000.17.000/1, IC-000013.2009.17.003/4, IC-
000401.2011.17.000/5, IC-000432.2012.17.000/6, IC-
000844.2012.17.000/9, IC-000138.2013.17.000/2, IC-
000395.2013.17.000/3, IC-000835.2013.17.000/0, IC-
001129.2013.17.000/3, IC-001147.2013.17.000/5, IC-
000180.2013.17.003/2, IC-000323.2013.17.003/4, IC-
000383.2013.17.003/8, IC-000389.2013.17.003/6, IC-
000271.2014.17.000/8, IC-000996.2014.17.000/1, IC-
001111.2014.17.000/5, IC-001265.2014.17.000/6, IC-
001445.2014.17.000/8, IC-001455.2014.17.000/4, IC-
001460.2014.17.000/3, IC-001464.2014.17.000/5, IC-
000169.2014.17.001/1, IC-000124.2014.17.002/9, IC-
000056.2014.17.003/5, IC-000159.2014.17.003/0, IC-
000335.2014.17.003/7, IC-000357.2014.17.003/9, IC-
000450.2014.17.003/8, IC-000485.2014.17.003/1, IC-
000010.2015.17.000/0, IC-000093.2015.17.000/7, IC-
000258.2015.17.000/0, IC-000317.2015.17.000/3, IC-
000443.2015.17.000/8, IC-000630.2015.17.000/8, PP-
000656.2015.17.000/0, IC-000694.2015.17.000/7, PP-
000727.2015.17.000/3, IC-000805.2015.17.000/4, IC-
000820.2015.17.000/7, PP-000833.2015.17.000/3, PP-
000847.2015.17.000/6, PP-000884.2015.17.000/6, PP-
000941.2015.17.000/6, PP-001102.2015.17.000/6, PP-
001146.2015.17.000/3, PP-001174.2015.17.000/1, PP-
001276.2015.17.000/0, PP-001278.2015.17.000/0, PP-
001302.2015.17.000/0, PP-001320.2015.17.000/2, PP-
001321.2015.17.000/8, PP-001340.2015.17.000/5, PP-
001390.2015.17.000/7, IC-000009.2015.17.001/1, IC-
000091.2015.17.001/3, IC-000080.2015.17.002/9, IC-
000130.2015.17.002/3, IC-000145.2015.17.002/2, IC-
000034.2015.17.003/8, IC-000078.2015.17.003/0, IC-
000108.2015.17.003/0, IC-000128.2015.17.003/5, IC-
000129.2015.17.003/6, IC-000145.2015.17.003/0, IC-
000178.2015.17.003/1, PP-000185.2015.17.003/0, IC-
000189.2015.17.003/5, IC-000190.2015.17.003/5, IC-
000215.2015.17.003/7, IC-000241.2015.17.003/3, IC-
000289.2015.17.003/3, IC-000329.2015.17.003/8, IC-
000368.2015.17.003/0, PP-000008.2016.17.000/6, PP-
000018.2016.17.000/1, PP-000061.2016.17.000/1, PP-
000134.2016.17.000/5, PP-000137.2016.17.000/4 - PRT 18ª Região-
GO - IC-000852.2006.18.000/1, IC-000577.2010.18.000/0, IC-
000001.2010.18.001/6, IC-000134.2010.18.001/0, IC-
000454.2011.18.000/1, IC-000024.2012.18.000/8, IC-
000203.2012.18.000/5, IC-000377.2012.18.000/0, IC-
000648.2012.18.000/9, IC-000924.2012.18.000/3, IC-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

000357.2012.18.001/3, IC-000369.2012.18.001/3, IC-
000036.2013.18.000/4, IC-000078.2013.18.000/1, IC-
000317.2013.18.000/9, IC-000347.2013.18.000/0, IC-
000456.2013.18.000/0, IC-000652.2013.18.000/0, IC-
000760.2013.18.000/3, IC-000777.2013.18.000/5, IC-
001149.2013.18.000/4, IC-001168.2013.18.000/1, IC-
000108.2013.18.001/0, IC-000147.2013.18.001/2, IC-
000321.2013.18.001/6, IC-000005.2014.18.000/5, IC-
000022.2014.18.000/0, IC-000087.2014.18.000/6, IC-
000104.2014.18.000/9, IC-000114.2014.18.000/6, IC-
000258.2014.18.000/9, IC-000317.2014.18.000/1, IC-
000418.2014.18.000/6, IC-000450.2014.18.000/4, IC-
000603.2014.18.000/3, IC-000612.2014.18.000/4, IC-
000614.2014.18.000/7, IC-000710.2014.18.000/0, IC-
000789.2014.18.000/8, IC-000844.2014.18.000/5, IC-
001108.2014.18.000/5, IC-001135.2014.18.000/8, IC-
001147.2014.18.000/5, IC-001219.2014.18.000/4, IC-
001497.2014.18.000/9, IC-001529.2014.18.000/2, IC-
001548.2014.18.000/0, IC-001555.2014.18.000/0, IC-
001560.2014.18.000/9, IC-001580.2014.18.000/1, IC-
001611.2014.18.000/0, IC-001689.2014.18.000/8, IC-
001754.2014.18.000/9, IC-001771.2014.18.000/5, IC-
001917.2014.18.000/4, IC-001921.2014.18.000/8, IC-
001989.2014.18.000/0, PP-002021.2014.18.000/0, IC-
002087.2014.18.000/1, PP-000348.2014.18.001/8, IC-
000079.2015.18.000/6, IC-000125.2015.18.000/2, IC-
000176.2015.18.000/5, IC-000180.2015.18.000/4, IC-
000362.2015.18.000/9, IC-000468.2015.18.000/5, IC-
000523.2015.18.000/2, IC-000538.2015.18.000/1, IC-
000550.2015.18.000/5, IC-000604.2015.18.000/2, IC-
000618.2015.18.000/5, IC-000630.2015.18.000/9, IC-
000827.2015.18.000/2, IC-000843.2015.18.000/1, IC-
000927.2015.18.000/0, IC-000947.2015.18.000/5, NF-
000950.2015.18.000/8, PP-000954.2015.18.000/3, IC-
001027.2015.18.000/7, IC-001211.2015.18.000/2, IC-
001258.2015.18.000/6, IC-001265.2015.18.000/6, IC-
001272.2015.18.000/6, IC-001293.2015.18.000/4, IC-
001352.2015.18.000/0, IC-001435.2015.18.000/1, IC-
001446.2015.18.000/3, IC-001471.2015.18.000/5, PP-
001526.2015.18.000/8, PP-001546.2015.18.000/0, NF-
001592.2015.18.000/0, NF-001616.2015.18.000/9, IC-
001649.2015.18.000/4, IC-001651.2015.18.000/7, IC-
001662.2015.18.000/9, NF-001672.2015.18.000/5, NF-
001683.2015.18.000/7, NF-001704.2015.18.000/9, NF-
001720.2015.18.000/0, NF-001721.2015.18.000/5, IC-
000035.2015.18.002/6, IC-000207.2015.18.002/5, IC-
000257.2015.18.002/1, NF-000349.2015.18.002/5, IC-
000041.2015.18.003/6, IC-000353.2015.18.003/2, NF-
000013.2016.18.000/7, IC-000023.2016.18.000/5, NF-
000028.2016.18.000/1, IC-000031.2016.18.000/9, NF-
000037.2016.18.000/2, NF-000039.2016.18.000/7, NF-
000043.2016.18.000/1, NF-000065.2016.18.000/2, NF-
000068.2016.18.000/4, NF-000074.2016.18.000/3, NF-
000077.2016.18.000/5, NF-000078.2016.18.000/2, NF-
000093.2016.18.000/2, NF-000104.2016.18.000/4, NF-
000111.2016.18.000/2, IC-000117.2016.18.000/0, NF-
000130.2016.18.000/0, NF-000163.2016.18.000/1, NF-
000190.2016.18.000/4, NF-000194.2016.18.000/0, NF-
000223.2016.18.000/0, NF-000246.2016.18.000/4, NF-
000260.2016.18.000/0, NF-000261.2016.18.000/7, NF-
000275.2016.18.000/0, IC-000310.2016.18.000/2, NF-
000091.2016.18.003/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-
000731.2007.19.000/6, IC-000721.2012.19.000/9, IC-
001956.2012.19.000/9, IC-000061.2012.19.001/1, IC-
000235.2013.19.000/3, IC-000366.2013.19.000/0, IC-
000857.2013.19.000/0, IC-001251.2013.19.000/2, IC-
001450.2013.19.000/1, IC-000114.2013.19.001/2, IC-
000139.2014.19.000/3, IC-000297.2014.19.000/2, IC-
000482.2014.19.000/0, IC-000515.2014.19.000/6, IC-
000940.2014.19.000/9, PP-001097.2014.19.000/8, IC-
001110.2014.19.000/6, IC-001172.2014.19.000/5, IC-
001177.2014.19.000/2, IC-001250.2014.19.000/9, IC-
001514.2014.19.000/7, IC-000151.2014.19.001/5, IC-
000263.2014.19.001/3, IC-000295.2014.19.001/8, IC-
000444.2014.19.001/1, IC-000147.2015.19.000/0, IC-
000221.2015.19.000/6, IC-000263.2015.19.000/8, IC-
000320.2015.19.000/8, IC-000352.2015.19.000/2, IC-
000602.2015.19.000/0, IC-000626.2015.19.000/0, IC-
000634.2015.19.000/5, IC-000670.2015.19.000/9, IC-
000819.2015.19.000/9, IC-000873.2015.19.000/4, IC-
001003.2015.19.000/0, IC-001023.2015.19.000/3, IC-
001051.2015.19.000/1, IC-001059.2015.19.000/5, IC-
001085.2015.19.000/2, IC-001093.2015.19.000/8, IC-
001138.2015.19.000/4, IC-001162.2015.19.000/0, IC-
001211.2015.19.000/0, IC-001281.2015.19.000/5, PP-
001310.2015.19.000/2, IC-001391.2015.19.000/9, NF-
001473.2015.19.000/4, IC-001476.2015.19.000/0, NF-
001484.2015.19.000/6, IC-000051.2015.19.001/4, IC-
000080.2015.19.001/1, IC-000166.2015.19.001/7, PP-
000224.2015.19.001/3, IC-000057.2016.19.000/0, NF-
000072.2016.19.000/0 - PRT 20ª Região-SE - IC-
000611.2010.20.000/1, IC-000909.2012.20.000/5, IC-
001119.2013.20.000/0, IC-001170.2013.20.000/0, IC-
001493.2013.20.000/0, IC-001553.2013.20.000/2, IC-
001738.2013.20.000/1, IC-000125.2014.20.000/4, IC-
000178.2014.20.000/0, IC-000495.2014.20.000/0, IC-
000598.2014.20.000/7, IC-000880.2014.20.000/3, IC-
000992.2014.20.000/1, IC-001114.2014.20.000/5, IC-
001158.2014.20.000/2, IC-001317.2014.20.000/6, IC-
001609.2014.20.000/2, IC-001663.2014.20.000/8, IC-
001713.2014.20.000/3, IC-001993.2014.20.000/9, IC-
000055.2014.20.001/6, IC-000072.2014.20.001/0, IC-
000060.2015.20.000/0, IC-000748.2015.20.000/0, PP-
000916.2015.20.000/1, PP-001098.2015.20.000/2, PP-
001100.2015.20.000/9, PP-001120.2015.20.000/1, NF-
001662.2015.20.000/4, IC-000001.2015.20.001/0, NF-
000132.2015.20.001/3, NF-000267.2016.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000410.2009.21.000/0, IC-000129.2012.21.001/3, IC-
000814.2013.21.000/6, IC-000416.2014.21.000/9, IC-
000573.2014.21.000/1, IC-000054.2014.21.001/0, IC-
000091.2014.21.001/1, IC-000259.2014.21.001/9, IC-
000274.2014.21.001/1, IC-000133.2015.21.000/2, IC-
000237.2015.21.000/6, PP-000293.2015.21.000/4, PP-
000698.2015.21.000/9, IC-000900.2015.21.000/7, PP-
000994.2015.21.000/8, IC-000998.2015.21.000/3, IC-
001019.2015.21.000/5, NF-001270.2015.21.000/9, PP-
001271.2015.21.000/4, NF-001549.2015.21.000/0, IC-
000144.2015.21.001/4, IC-000187.2015.21.001/2, IC-
000282.2015.21.001/9, IC-000284.2015.21.001/1, NF-
000005.2016.21.001/0, NF-000054.2016.21.001/8 - PRT 22ª Região-PI - PP-000947.2013.22.000/6, IC-000303.2013.22.001/0, IC-
000062.2014.22.000/5, IC-000407.2014.22.000/9, IC-
000533.2014.22.000/3, IC-000891.2014.22.000/9, IC-
000996.2014.22.000/9, IC-001031.2014.22.000/0, IC-
001137.2014.22.000/0, IC-001188.2014.22.000/8, IC-
000264.2015.22.000/0, PP-000272.2015.22.000/4, IC-
000796.2015.22.000/5, IC-000015.2015.22.001/0, IC-
000213.2016.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-
000023.2009.23.001/0, IC-000003.2009.23.002/0, IC-
000094.2012.23.000/9, IC-000320.2012.23.000/6, IC-
000515.2012.23.000/7, IC-000109.2012.23.001/0, IC-
000138.2012.23.002/4, IC-000165.2012.23.002/7, IC-
000154.2012.23.004/0, IC-000121.2013.23.000/9, IC-
000525.2013.23.000/7, IC-000004.2013.23.001/4, IC-
000162.2013.23.001/2, IC-000195.2013.23.001/3, IC-
000308.2013.23.001/3, IC-000045.2013.23.002/0, IC-
000052.2013.23.004/9, IC-000133.2013.23.004/1, IC-
000141.2013.23.004/6, IC-000447.2013.23.004/9, IC-
000051.2014.23.000/1, IC-000111.2014.23.000/4, IC-
000290.2014.23.000/4, IC-000609.2014.23.000/9, IC-
000617.2014.23.000/3, IC-000056.2014.23.001/9, IC-
000071.2014.23.001/9, IC-000092.2014.23.001/2, IC-
000098.2014.23.001/6, IC-000269.2014.23.001/8, IC-
000273.2014.23.001/7, IC-000022.2014.23.002/6, IC-
000142.2014.23.002/9, IC-000145.2014.23.002/8, IC-
000156.2014.23.002/1, IC-000088.2014.23.003/0, IC-
000150.2014.23.003/1, PP-000035.2014.23.004/8, IC-
000034.2015.23.004/4, IC-000036.2015.23.004/9, IC-
000067.2015.23.004/0, IC-000075.2015.23.004/4, IC-
000119.2015.23.004/0, IC-000269.2015.23.004/5, IC-
000097.2015.23.005/6 - PRT 24ª Região-MS - IC-
000376.2010.24.000/6, IC-000528.2010.24.000/9, IC-
000615.2011.24.000/3, IC-000642.2012.24.000/9, NF-
000712.2012.24.000/5, IC-000639.2013.24.000/9, PP-
000785.2013.24.000/8, IC-000901.2013.24.000/0, IC-
000954.2013.24.000/6, PP-000008.2014.24.000/2, PP-
000893.2014.24.000/3, IC-000218.2014.24.002/4, IC-
000020.2014.24.003/4, IC-000116.2015.24.000/0, IC-
000185.2015.24.000/4, PP-000280.2015.24.000/0, IC-
000312.2015.24.000/0, IC-000507.2015.24.000/1, IC-
000566.2015.24.000/9, IC-000613.2015.24.000/1, PP-
000680.2015.24.000/3, IC-000782.2015.24.000/4, PP-
000824.2015.24.000/1, PP-000302.2015.24.001/1, IC-
000117.2015.24.002/2, MED-000019.2015.24.003/5, IC-
000042.2015.24.003/9, IC-000046.2015.24.003/8, IC-
000053.2015.24.003/4, IC-000019.2016.24.000/6.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dezoito horas e vinte minutos.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora
Em exercício

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Membro

LUERCY LINO LOPES
Membro
Suplente

JUNIA BONFANTE RAYMUNDO
Membro
Suplente

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 116, DE 2 DE MAIO DE 2016

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Pará para assinar Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União e diversos órgãos e entidades com atuação no Estado do Pará, com a finalidade de estabelecer articulação de ações de fiscalização e combate à corrupção, controle social e adesão à Rede de Controle da Gestão Pública (TC-011.643/2015-3).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Pará para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União - TCU e diversos órgãos e entidades com atuação no Estado do Pará para adesão à Rede de Controle da Gestão Pública.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado do Pará para zelar pelo acompanhamento da execução do acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PLENÁRIO

ATA Nº 11, DE 27 DE ABRIL DE 2016
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 18 horas e 45 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes o Presidente Aroldo Cedraz e o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial; o Ministro Bruno Dantas, para participação em evento educacional no exterior; o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias; e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, com causa justificada.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 10, referente à sessão extraordinária realizada em 20 de abril (Regimento Interno, artigo 101).

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC- 009.557/2013-0 (Ata nº 24/2015) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1017.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A SESSÃO ORDINÁRIA

O processo nº TC-035.627/2015-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, foi transferido para a pauta da sessão ordinária realizada nesta data.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs:

TC-029.611/20064, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-025.215/2015-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro; e

TC-005.331/2011-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 1010, adotado no processo nº TC-009.130/2016-0, constante da Relação nº 19 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS - IMPRENSA NACIONAL

Acórdão nº 1011, adotado no processo nº TC-010.294/2016-3, constante da Relação nº 19 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 1012, adotado no processo nº TC-030.253/2015-2, constante da Relação nº 18 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 1013, adotado no processo nº TC-018.662/2013-7, constante da Relação nº 12 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 1014, adotado no processo nº TC-010.315/2016-0, constante da Relação nº 15 do Ministro José Múcio Monteiro; e

Acórdão nº 1015, adotado no processo nº TC-010.319/2016-6, constante da Relação nº 15 do Ministro José Múcio Monteiro.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 1016, adotado no processo nº TC-007.604/2015-7, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

Acórdão nº 1017, adotado no processo nº TC-009.557/2013-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo do respectivo processo, tornou-se público o acórdão nº 1012, a seguir transcrito.

RELAÇÃO Nº 18/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1012/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, III, 234 a 236 do Regimento Interno e o art. 7º da Resolução TCU 265/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da denúncia, considerá-la improcedente, ordenar a adoção da seguinte medidas e determinar o arquivamento, levantando-se a chancela de sigilo e dando ciência ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.253/2015-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Secretaria Geral de Administração do TCU das seguintes impropriedades ocorridas no Pregão Eletrônico 83/2011, cujo objeto consistiu na aquisição de medicamentos pela Diretoria da Saúde do Tribunal:

1.7.1.1. utilização indevida da tabela ABCFarma como única fonte para estimar os preços de medicamentos no Pregão-TCU 83/2011, devendo a unidade administrativa buscar diversidade de fontes para estimativa de preços, de sorte a excluir eventual viés decorrente de referenciação a partir de preço único, nos termos da jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 868/2013 e 2.170/2007, ambos do Plenário do Tribunal;

1.7.1.2. enquadramento indevido do objeto do Pregão 83/2011-TCU, haja vista ter agregado, sem justificativas suficientes, em um mesmo contrato, fornecimento de produtos (medicamentos), com prestação de serviços (dispensação), os quais, a princípio, deveriam ter sido licitados em separado, conforme a jurisprudência consolidada do TCU (Enunciado de Súmula 247).

1.7.2. encaminhar à Secretaria de Controle Interno do TCU cópia desta deliberação, acompanhada da instrução que lhe dá fundamento, para que leve em conta os fatos aqui apurados, ao planejar trabalhos de acompanhamento da área administrativa do Tribunal.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo Único desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 56 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 4 de maio de 2016 e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 4 de maio de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 67, DE 16 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 22.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 113/2015 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.019182/2015-21, aplica à empresa ANDREA LUCIANA DOS SANTOS MOLINA DE LIMA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.142.280/0001-78, com endereço na Rua El Salvador, nº 234, Apartamento 01, Jardim Nova Europa, Campinas - SP, CEP 13.040-097, penalidade de MULTA, no valor de R$ 151,80 (cento e cinquenta e um reais e oitenta centavos), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30(trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por não ter apresentado a proposta de preços e os documentos de habilitação no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 113/2015, em descumprimento aos itens 10.1 e 12.4 do Edital do referido certame.

ANDERLEY RABELO DA SILVA

PORTARIA Nº 71, DE 23 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 28.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2016 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.001632/2016-18, aplica à empresa COLTY MERCANTIL LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 97.532.857/0001-94, com endereço na Rua Tapiramas, nº 38, Loja, Vila Teixeira, Alfenas - MG, CEP 37.130-000, penalidade de MULTA, no valor de R$ 1.367,00 (um mil, trezentos e sessenta e sete reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 10(dez) dias no âmbito da União, por não ter apresentado a proposta de preços e os documentos de habilitação no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 006/2016, em descumprimento aos itens 10.1 e 12.4 do Edital do referido certame.

ANDERLEY RABELO DA SILVA

PORTARIA Nº 111, DE 2 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência deferida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12/2014, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.018380/2015-77 e considerando a decisão da DGER, estampada no Documento nº 00100.059302/2016-31, retifica a Portaria nº 76, de 28 de março de 2016, para aplicar à empresa ORGANIZAÇÃO POTENGI LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.726.669/0001-19, com endereço na Avenida Prudente de Morais, nº 2833, Lagoa Seca, Natal-RN, CEP 59.022-310, penalidade de multa, no valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30(trinta) dias no âmbito da UNIÃO, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 22.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 112/2015 e considerando o disposto no inciso VI, Parágrafo Único, do art. 2º da Lei nº 9.784/99, por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do mencionado Pregão.

ANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº CJF-RES-2016/00396, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a autorização para o afastamento de magistrados para a participação em eventos no exterior com duração superior a 30 dias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CF-PPN-2016/00009, aprovado na sessão realizada em 3 de maio de 2016,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho da Justiça Federal a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, do art. 1º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, bem como do art. 1º do Regimento Interno do CJF - RICJF;

CONSIDERANDO a competência do Plenário do Conselho da Justiça Federal de aprovar programas nacionais de desenvolvimento e aperfeiçoamento para magistrados da Justiça Federal, nos termos do art. 8º, inciso XVI, do RICJF;

CONSIDERANDO ser o aperfeiçoamento do magistrado indispensável para o aprimoramento da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que esse afastamento não pode implicar prejuízo para o jurisdicionado, destinatário maior dos serviços judiciários;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização no tratamento da matéria no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, resolve:

Art. 1º Os afastamentos de magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, para a participação em eventos no exterior com duração superior a 30 dias, obedecerão ao disposto nesta resolução, preservados os critérios e as condições estabelecidas nos regramentos dos tribunais, do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º Os tribunais regionais federais, ao autorizarem o afastamento de que trata o art. 1º desta resolução, no prazo de cinco dias, deverão submeter a decisão, como condição de eficácia, à homologação do Plenário do Conselho da Justiça Federal - CJF, que analisará o pedido de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

§ 1º O encaminhamento da decisão autorizativa deverá ser acompanhado dos documentos indispensáveis à análise do pedido, bem como da justificativa quanto à pertinência e à compatibilidade do evento com a prestação jurisdicional, ao cumprimento de metas, à produtividade do interessado e à disponibilidade orçamentária.

§ 2º Para análise da decisão autorizativa, o Conselho poderá determinar diligências, requerendo a apresentação de informações complementares ao tribunal ou ao interessado.

§ 3º O relator do processo no CJF será o Corregedor-Geral da Justiça Federal.

§ 4º Em caso de urgência, mediante comunicação do Corregedor-Geral, o Presidente do CJF deliberará, ad referendum, sobre a homologação da decisão autorizativa.

Art. 3º É de responsabilidade do magistrado qualquer antecipação de despesas relativas à participação em eventos sem a observância do disposto no art. 2º.

Art. 4º Submetem-se aos efeitos desta resolução as decisões autorizativas cujo período de afastamento não tenha se iniciado ao tempo de sua publicação.

Parágrafo único. Os afastamentos já autorizados deverão ser comunicados ao Conselho no prazo de até 30 dias da data da publicação desta resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-PPN-2015/00048
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE REVOGA O ART. 69 DA RESOLUÇÃO N. 4, DE 14 DE MARÇO DE 2008, CUJO DISPOSITIVO TRATA ESPECIFICAMENTE DO LIMITE DE TEMPO PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-MORADIA NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-ADM-2014/00536.02
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: RELATÓRIO DA INSPEÇÃO REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, POR DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N. CJF-POR-2015/00244.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório da inspeção realizada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-ADM-2014/00536.03
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
INTERESSADOS: Tribunais regionais federais e Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: RELATÓRIO DE AUDITORIA CONJUNTA REALIZADA NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL QUANTO À AVALIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E À ADESÃO AOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DOS ÓRGÃOS AUDITADOS AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de auditoria conjunta realizada nos tribunais regionais federais e no Conselho da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-ADM-2015/00469
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL COMO REPOSITÓRIO OFICIAL DE INFORMAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL E A CRIAÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL - iGOvJF.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00170
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DO ENTÃO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPN-2015/00020
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Conselheiro MAURO CAMPBELL MARQUES
INTERESSADA: Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS DE INTERESSES NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPN-2015/00031
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Conselheiro MAURO CAMPBELL MARQUES
INTERESSADA: Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O FÓRUM NACIONAL PREVIDENCIÁRIO E DA CONCILIAÇÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPP-2013/00014
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Conselheiro POUL ERIK DYRLUND
INTERESSADOS: Ajufe e magistrados federais das 1ª e 3ª Regiões
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: REQUERIMENTO DA AJUFE SOLICITANDO O IMEDIATO RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO DA VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI INCIDENTE SOBRE A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE - GEL AOS MAGISTRADOS DAS 1ª E 3ª REGIÕES, COM EFEITOS A PARTIR DA CESSAÇÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, deferiu parcialmente o pedido da Ajufe, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Og Fernandes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PES-2014/00202
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATORA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADA: Servidora Raimunda Moreira Lima
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: REQUERIMENTO DA SERVIDORA RAIMUNDA MOREIRA LIMA, DO QUADRO DE PESSOAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, REMOVIDA PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, NO QUAL SOLICITA O SEU RETORNO AO ÓRGÃO DE ORIGEM.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto da relatora deferindo o pedido, no qual divergiu antecipadamente o Conselheiro Rogério Fialho Moreira, pediu vista antecipada o Conselheiro Mauro Campbell Marques, aguardando os demais para votar."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPN-2013/00029
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Conselheiro FÁBIO PRIETO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
INTERESSADOS: Magistrados federais
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 130, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MAGISTRADOS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Conselheiro Rogério Fialho Moreira divergindo parcialmente do relator e do então Conselheiro Cândido Ribeiro, pediu vista antecipada o Conselheiro Mauro Campbell Marques, aguardando os demais para votar."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPP-2015/00009
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Conselheiro OG FERNANDES
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE: Juiz Federal Fernando Américo de Figueiredo Porto
RECORRIDO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL FERNANDO AMÉRICO DE FIGUEIREDO PORTO CONTRA ATO DO ENTÃO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE MANTEVE A DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, O QUAL INDEFERIU O SEU PEDIDO DE REMOÇÃO EXTERNA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por maioria, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, vencido o então Conselheiro Fábio Prieto. Deixou de votar a Conselheira Cecília Marcondes, tendo em vista que o seu antecessor votou antecipadamente na sessão de 17/2/2016."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00009
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 3/5/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O AFASTAMENTO DE MAGISTRADOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO EXTERIOR COM DURAÇÃO SUPERIOR A 30 DIAS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator, com a ressalva do Conselheiro Rogério Fialho Moreira em relação à redação do art. 2º. Abstiveram-se de votar os Conselheiros Og Fernandes e Hilton Queiroz."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

Min. FRANCISCO FALCÃO
Presidente

Juiz Federal JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Secretário-Geral

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 383, DE 2 DE MAIO DE 2016

Aplica à empresa EDEC - Engenharia, Construção e Comércio Ltda. as penas de advertência e multa.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o descumprimento do cronograma de execução da obra e de diversas irregularidades registradas pelos fiscais do contrato;

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 170/2016 da Assessoria Jurídico-Administrativa de fls. 259/269 (MA-387/2016), resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa EDEC - Engenharia, Construção e Comércio Ltda. as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme Tabela 1 - Apuração, em razão da suspensão de concretagem e demais ocorrências constantes dos Relatórios Técnicos n°s 4, 8, 20 e 21, e diários de obras volumes 15 e 16; e

III - multa de R$ 81.734,33 (oitenta e um mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), em razão da gravidade do atraso e a trimestralidade, conforme Tabela 3 - Apuração, de inexecução parcial no período de andamento da obra, totalizando a pena pecuniária de R$ 106.734,33 (cento e seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 24, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 511/2015
Processo Ético Cofen nº 076/2014 - Processo Ético Coren-MG nº 1279/30/2012
Conselheiro Relator: Dr. Manoel Carlos Neri da Silva
Requerente: Maria Cecília de Oliveira

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 511/2015. JULGAMENTO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. Não recebimento do recurso. Ausência de amparo legal. Manter o acórdão do Plenário do Cofen.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 511/2015, referente ao pedido de reconsideração da decisão proferida pelo Plenário do Cofen no Processo Ético Cofen nº 076/2014, originário do Processo Ético Coren-MG nº 1279/30/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de abril de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não receber o recurso, pedido de reconsideração, interposto pela Sra. Maria Cecília de Oliveira devido à completa ausência de amparo legal, nas normas vigentes, para a interposição deste tipo de recurso em julgamentos éticos proferidos pelo Plenário do Cofen, mantendo o Acórdão Cofen nº 070/2015.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Vice-Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Processo Administrativo Cofen nº 272/2016
Parecer de Relator nº 115/2016
Conselheira Relatora: Dra. Eloíza Sales Correia
Denunciante: Romak Bezerra Holanda
Denunciado: Erick Riccely Pereira do Ó

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 272/2016. PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Denúncia admitida. Abertura de processo ético e de processo administrativo disciplinar.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 272/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de abril de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por admitir denúncia, contra o enfermeiro Erick Riccely Pereira do Ó, Coren-PI nº 143.971-ENF, e abrir processo ético, amparado pela Resolução Cofen nº 370/2010, por suposta infração aos artigos 6º, 8º, 12, 48, 56 e 78 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007, e abrir processo administrativo disciplinar, amparado pelas Resoluções Cofen 155/1992 e 360/2009, com a finalidade de apurar indícios de infração aos artigos 17, VI e XIV e 85, §1°, II, do Regimento Interno do Coren-PI.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ELOÍZA SALES CORREIA
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 26, DE 3 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 030/2015
Denúncia Coren-MG nº 053/2014
Parecer de Relator nº 130/2016
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante/Recorrente: Ébio Romão de Lima
Denunciada: Érika Rodrigues de Assis

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 030/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer o recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-MG. Arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen n° 030/2015, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 053/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de maio de 2016, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso e negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-MG nº 110/2014 e arquivar a denúncia contra a Sra. Érika Rodrigues de Assis, Coren-MG nº 62.105-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 27, DE 3 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 031/2015
Processo Ético Coren-RS nº 006/2013
Conselheiro Relator: Dr. Leocarlos Cartaxo Moreira
Denunciante: Hospital Centenários de São Leopoldo
Denunciada/Recorrente: Carla Fabiane Marques

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 031/2015. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer o recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-RS. Advertência verbal.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 031/2015, originário do COREN-RS, Processo Ético Coren-RS nº 006/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de maio de 2016, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contra, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-RS nº 098/2014 e aplicar a pena de advertência verbal à enfermeira Carla Fabiane Marques, Coren-RS nº 111.596-ENF, por infração aos artigos 5º, 12 e 16 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LEOCARLOS CARTAXO MOREIRA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 28, DE 3 DE MAIO DE 2016

Processo Ético Cofen nº 059/2015
Processo Ético Coren-MS nº 002/2014
Conselheira Relatora: Dra. Dorisdaia Carvalho de Humerez
Denunciante: Delegacia de Polícia Regional em Aquidauana
Denunciada: Lucinete Alves de Araújo

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 059/2015. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Não acatar a indicação da pena de cassação. Devolver ao Coren-MS para aplicação de outra penalidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 059/2015, originário do COREN-MS, Processo Ético Coren-MS nº 002/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 477ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de maio de 2016, por 07 (sete) votos a favor e 02 (dois) contra, em conformidade com o relatório, a ata e votos que integram o presente julgado, por não acatar a pena de cassação indicada pelo Conselho Regional e devolver os autos para novo julgamento e consequente aplicação de outra penalidade à técnica de enfermagem Sra. Lucinete Alves de Araújo, Coren-MS nº 467.721-TEC, de acordo com o art. 124 do Código de Processo Ético dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 370/2010.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

DORISDAIA CARVALHO DE HUMEREZ
Conselheira-Relatora

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 13, DE 11 DE ABRIL DE 2016

Reajusta a bolsa auxílio dos estagiários da entidade e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - CRMV-TO, no uso da atribuição que lhe confere o Art.18, alínea "i", da Lei 5.517 de 23 de outubro de 1968, e o Artigo 11, alínea "i", da Resolução n° 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV,

CONSIDERANDO o comando normativo previsto no § 2º do artigo 5° da Portaria CRMV-TO n° 08, de 27 de março de 2015,

CONSIDERANDO o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA acumulado nos últimos doze meses,

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CRMV-TO durante a 198ª Sessão Plenária Ordinária, resolve:

Art. 1º Corrigir em 9,39% a Bolsa Auxílio dos estagiários da entidade, passando dos atuais R$ 777,94 (setecentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para R$ 850,99 (oitocentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos).

Art. 2° Os estagiários do CRMV-TO têm direito à Bolsa Auxílio Complementar (13ª Bolsa), que será paga no mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Bolsa Auxílio Complementar corresponderá a 1/12 avos da Bolsa Auxílio devida em dezembro, por mês de estágio, do ano correspondente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1° de abril do corrente ano.

MARCELO AGUIAR INOCENTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

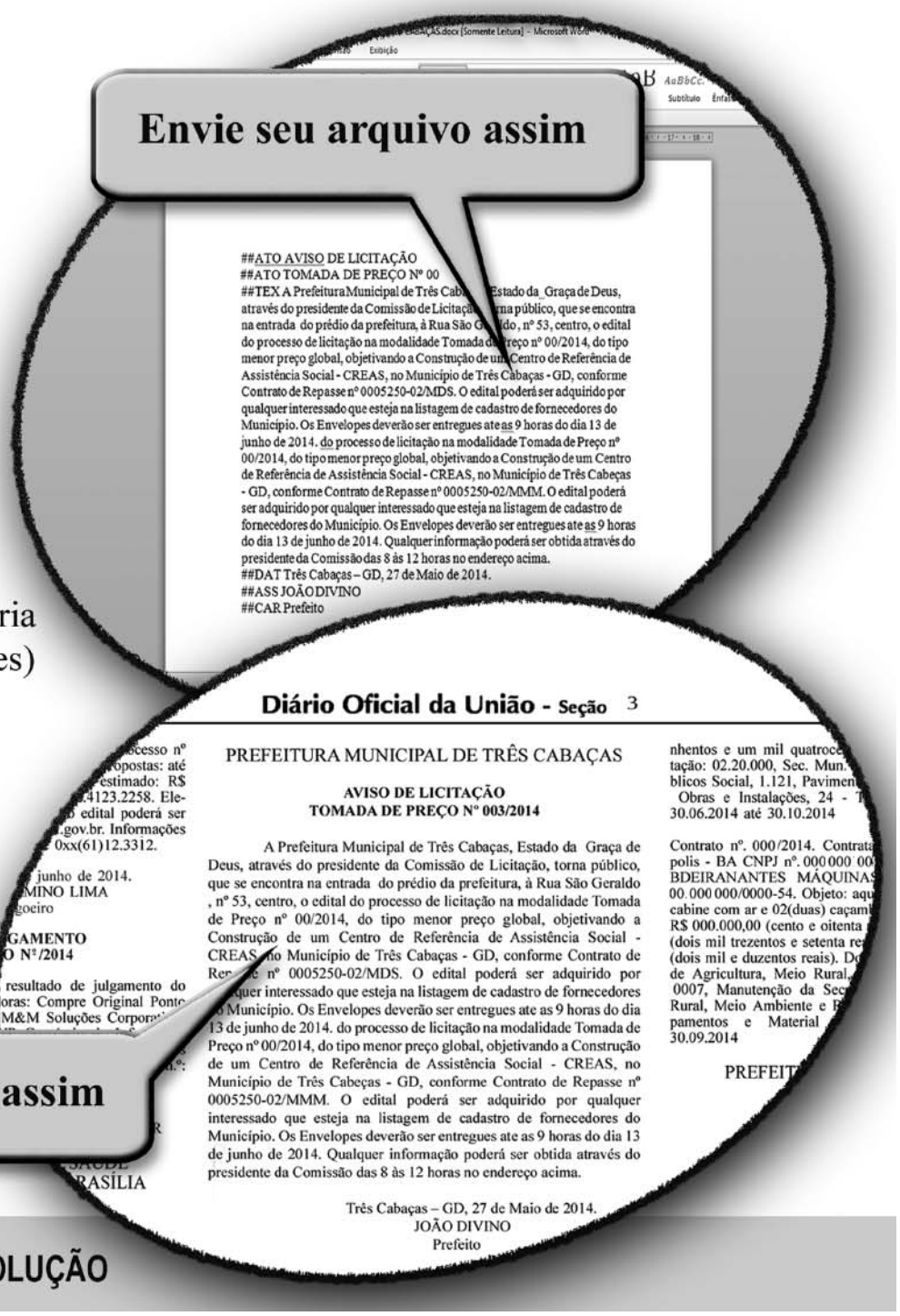
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

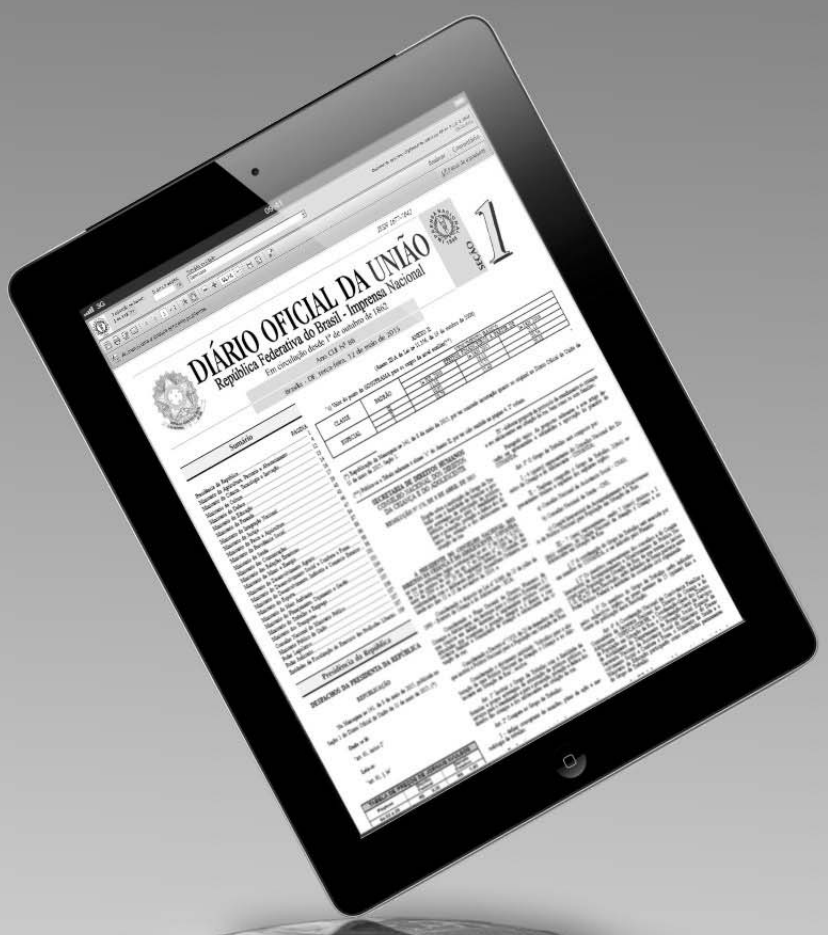
##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO

1º de outubro de 2015
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
153 anos
Ainda mais ágil e acessível
na versão eletrônica e tão
seguro quanto na impressa.



Acesse as opções de pesquisa
IN Busca Total e Aviso de Publicação no Portal
www.in.gov.br

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA